UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA - PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS – CEJURPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

A AMAZÔNIA BRASILEIRA E O SEU CARÁTER TRANSNACIONAL: O APROVEITAMENTO DO SEU PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO PARA GARANTIA DO DESENVOLVIMENTO.

JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Itajaí-SC, Abril de 2019.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA - PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS – CEJURPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALIDADE, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

A AMAZÔNIA BRASILEIRA E O SEU CARÁTER TRANSNACIONAL: O APROVEITAMENTO DO SEU PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO PARA GARANTIA DO DESENVOLVIMENTO.

JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor Paulo Márcio Cruz
Co-orientadora: Professora Doutora Carla Piffer

Itajaí-SC, Abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, o Grande Arquiteto do Universo, inteligência suprema e fonte primária de todas as coisas, por reunir as condições necessárias e permitir-me realizar este estudo; aos professores da UNIVALI pelo tratamento cortês e o apoio incondicional durante esse longo período de estudos que, mesmo diante das dificuldades decorrentes da vida profissional, souberam ao mesmo tempo cobrar e estimular os trabalhos intermediários, seminários e a interação com os colegas. Em especial agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Márcio Cruz, pelas conversas extremamente instrutivas e por compartilhar sua enorme experiência nas questões acadêmicas; agradeço igualmente à minha co-orientadora, Profª. Drª. Carla Piffer, pelo trabalho árduo de revisão detalhada de todo o material, pela gentileza e o rigor necessários para a pesquisa; à Escola da Magistratura de Rondônia-EMERON, pela bolsa de estudos parcial para as mensalidades do curso; À Faculdade Católica de Rondônia, por disponibilizar este inédito curso de doutorado nas Paragens do Poente; aos colegas doutorandos, pelo estímulo e pelo apoio durante esses quatro anos de caminhada; aos amigos e familiares, que estiveram sempre presentes com palavras de incentivo para concluir mais esta etapa acadêmica; ao pessoal do gabinete de trabalho, especialmente à Sâmia, pela enorme colaboração nesse período tão atribulado.

Muito obrigado!

DEDICATÓRIA

Este estudo é dedicado à minha esposa Terezinha, à minha filha Míriam, aos meus pais Edno e Terezinha, e aos meus amigos, porque sempre haverá alguma coisa a aprender e alguém a quem se possa ajudar.

“Não se esqueça dos pobres.”

D. Cláudio Hummes

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, março de 2019.

Jorge Luiz dos Santos Leal
Doutorando

Esta Defesa de Tese foi julgada APTA para a obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI.

Professora Carla Piffer
Orientadora

Professor Doutor Paulo Márcio da Cruz
Coordenador/PPCJ

Apresentada perante a Comissão Examinadora composta pelos Professores

Doutora Carla Piffer UNIVALI) – Presidente

Doutora Denise Schmitt Siqueira Garcia (UNIVALI) - Membro

Doutor Clovis Demarchi (UNIVALI) – Membro

Doutor Vinícius Valentin Raduan Miguel (UNIR/FCR) – Membro

Doutor Marcelo Buzaglo Dantas (UNIVALI) – Membro

Itajaí(SC), 03 de abril de 2019.

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MME	Ministério das Minas e Energia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TIDM	Tribunal Internacional do Direito do Mar
TIRSS	Terra Indígena Raposa Serra do Sol
WWF	World Wide Fund for Nature

ROL DE CATEGORIAS

Amazônia, Amazônia Continental, PanAmazônia: "é uma região da América do Sul caracterizada pela presença de florestas tropicais, área de influência da bacia do Rio Amazonas e por critérios políticos administrativos, o que resulta na inclusão também de áreas não florestais (cerrados e campos naturais). Possui uma área de aproximadamente 7,8 milhões de quilômetros quadrados distribuída em nove países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela). "[1]

Amazônia Brasileira Verdadeira: é aquela retratada pelo Bioma Amazônico Brasileiro, que reúne todos os seus fatores de identificação e caracterizam a sua individualidade e unidade. Portanto, a Amazônia Brasileira Verdadeira tem aproximadamente 4,2 milhões de quilômetros quadrados e situa-se sobre os Estados da Região Norte do Brasil e apenas parte do Mato Grosso, do Estado do Tocantins e do Maranhão.

Amazônia Legal: "o conceito de Amazônia Legal, elaborado com base em análises estruturais e conjunturais, assim seus limites territoriais tem um viés sociopolítico, e não geográfico, ou seja, a Amazônia Legal não é definida pelo Bioma Amazônia, mas pelas necessidades de Desenvolvimento identificadas na região. A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km², que corresponde a cerca de 61% do território brasileiro. Ela engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão."[2]

Aquecimento Global: É um fenômeno caracterizado pelo "aumento da temperatura média global do ar e dos oceanos, no derretimento generalizado da neve e do gelo, e

[1] GOVERNO DO BRASIL. **MEIO AMBIENTE**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2017/03/paises-assinam-carta-para-promover-Desenvolvimento-social-da-regiao-amazonica>. Acesso em: 21 jan. 2019.

[2] GOVERNO DO BRASIL. **MEIO AMBIENTE** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2017/03/paises-assinam-carta-para-promover-Desenvolvimento-social-da-regiao-amazonica>. Acesso em: 21 jan. 2019.

na elevação do nível do mar. As temperaturas médias globais de superfície são as maiores dos últimos cinco séculos, o Aquecimento Global um fenômeno inequívoco e, muito provavelmente, causado pelas atividades antrópicas”[3]

Bioma Amazônia: “O Bioma Amazônia é um conjunto de ecossistemas interligados pela Floresta Amazônica e pela Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, a mais densa de todo o planeta. Caracteriza-se pela sua elevada extensão, ocupando praticamente a metade do território do Brasil, além das áreas territoriais da Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Peru, Colômbia, Venezuela e Equador.”[4]

Crescimento ou Crescimento Econômico: Aumento quantitativo da produção de riqueza de um país, caracterizada pelo PIB. Equivale ao aumento da produção de bens e serviços de um país, da exploração de suas riquezas naturais, sem redundar em melhoria na condição de vida da população ou distribuição de renda.

Crise: “o sentimento de incerteza, de nossa ignorância da direção que as questões estão prestes a tomar, e, secundariamente, do ímpeto de intervir: de escolher as medidas certas e decidir aplicá-las com presteza.”[5]

Desenvolvimento: “O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. ... Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político: se o desenvolvimento social e político não fôr a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. ... O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população.”[6]

---

[3] MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Governo Federal. **Efeito Estufa e Aquecimento Global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/195-efeito-estufa-e-aquecimento-global>. Acesso em: 11 set. 2018.

[4] PENA, Rodolfo F. Alves. "**Bioma Amazônia**"; Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>. Acesso em: 19 fev. 2018.

[5] BAUMAN, Zygmunt. **Estado de Crise**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 16.

[6] BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967. Disponível em:

Desenvolvimento Sustentável: definido pelo Relatório Brundtland [7] como: "o Desenvolvimento que permita satisfazer nossas necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas."[8]

Estratégia: Escolha dos meios disponíveis para atingir um objetivo.

Floresta Amazônica: "A Floresta está localizada na região norte da América do Sul. Ela ocupa mais de 61% do território brasileiro. Rica em biodiversidade, possui uma fauna que corresponde a 80% das espécies no Brasil e uma flora que contem de 10 a 20% das espécies vegetais do planeta terra." Engloba 9 países da América do Sul, não só o Brasil.

Globalização: "é um fenômeno multifacetado enaltecido a partir da disseminação das ideais capitalistas neoliberais com sua base calcada em razões econômicas, por meio do qual a economia internacional e as economias nacionais tendem a integrar-se cada vez mais no sentido de um hostil e invasivo mercado global. Neste estudo apresenta-se como gênero deste fenômeno a Globalização econômica, a qual possui como espécie as três dimensões: política, social e cultural". [9] Caracteriza-se pelo livre trânsito de mercadorias entre países e cada vez maior interdependência entre eles.

Organismos Internacionais: São organizações internacionais constituídas por meio de Tratados, Convenções ou criadas por outros Organismos Internacionais, "cuja finalidade é o estabelecimento de interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros. É essencial destacar que os tratados constitutivos de uma organização internacional têm como objetivo a determinação de direitos e de obrigações entre os Estados membros ou entre esses com as organizações internacionais."[10]

---

http://www.bresserpereira.org.br/BOOKS/DesenvolvimentoeCrisenoBrasil/02-CapituloI.pdf acesso em: 13 Maio 2019.

[7] Relatório Brundtland é o documento da ONU intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987.

[8] Organização das Nações Unidas. **A ONU e Meio Ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 11 set. 2018.

[9] SANTOS, Boaventura de Souza. Linha de horizonte. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 26.

[10] SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. P. 21.

Patrimônio: Conjunto de bens e direitos de uma pessoa ou um país.

Patrimônio Estratégico: Um conjunto de bens e direitos de uma pessoa ou país que pela sua raridade, quantidade, escassez, facilidade de acesso ou relevância econômica é capaz de provocar interesse exterior e proporciona posição favorável ao seu proprietário em relação a outras pessoas ou países que não os possuem. Sua proteção ou seu uso é capaz de provocar alterações relevantes nos interesses de outros.

Pós-Modernidade: Ambiente em que a sociedade atual está inserida "estamos nos encaminhando para uma fase de Pós-Modernidade, isto significa que a trajetória do Desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social."[11]

Proteção Ambiental: Conjunto de medidas tomadas pelo Poder Público e pela coletividade para defender e preservar o meio ambiente, a fim de manter ou alcançar equilíbrio ecológico, para cumprir o comando estabelecido no art. 225 da Constituição de 1988.

Recursos Naturais: "Os Recursos Naturais são aqueles bens encontrados na natureza e que podem ser considerados individualmente ou em correlação recíproca, aos quais se pode atribuir valor econômico ou que possam ser transformados de alguma forma em dinheiro, sendo exemplos a atmosfera, a água, os estuários, o mar territorial, o solo e o subsolo, minérios, além da biosfera, fauna e flora.[12]" São bens e direitos de um país que podem assegurar uma vantagem competitiva em relação a outros países.

Sustentabilidade: "é o princípio constitucional que determina promover o Desenvolvimento social, econômico, ambiental, ético e jurídico-político, no intuito de

[11] GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**/Anthony Giddens. Tradução de: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 52.

[12] FARIAS, Talden et alii. Direito Ambiental. Coleção Sinopses para concursos. 3. ed. Salvador, Jus Podium, 2015. p. 30.

assegurar as condições favoráveis para o bem-estar das gerações presentes e futuras."[13]; "O suficiente, para todos, para sempre." ("Enough, for all, forever)."[14]

Terras Indígenas: "são de propriedade da União, mas destinam-se à posse permanente dos índios".[15] São bens dominiais da União, afetados para usufruto exclusivo e coletivo das comunidades indígenas brasileiras.

Transnacionalidade: "A Transnacionalidade insere-se no contexto da Globalização e liga-se fortemente à concepção do transpasse estatal. Transnacional é concebido como aquilo que atravessa o nacional, que perpassa o Estado, que está além da concepção soberana do Estado e, por consequência, traz consigo, inclusive, a ausência da dicotomia público e privado."[16] Apresenta aspectos econômicos, sociais, de costumes e de informações.

[13] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade Direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2012. P.50.
[14] Definição apresentada por Charles Hopkins e atribuída a um idoso africano quando da Conferência de Joanesburgo.
[15] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181. Divulgação 24/09/2009, p. 32.

[16] CRUZ, Paulo Márcio (org.). **Direito e Transnacionalidade**. STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização na dimensão jurídica. Curitiba: Juruá, 2011, p.24-25.

SUMÁRIO

RESUMO....16

ABSTRACT....17

RESUMEN....18

INTRODUÇÃO....19

CAPÍTULO 1....26

AMAZÔNIA COMO ESPAÇO TRANSNACIONAL TÍPICO....26

1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA. A CONQUISTA DA AMAZÔNIA....26

1.1.1 A Amazônia e suas características geográficas e legais nos dias atuais....35

1.2 BIOMA AMAZÔNIA E A AMAZÔNIA LEGAL. O 6º PAÍS DO MUNDO....47

1.3 AMAZÔNIA BRASILEIRA E OS RECURSOS NATURAIS COMO PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO....57

1.3.1 A água....79

1.4 AS SALVAGUARDAS DEFINIDAS NO JULGAMENTO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL....87

1.5 A AMAZÔNIA É UM ESPAÇO TRANSNACIONAL TÍPICO....102

CAPÍTULO 2....117

A TRANSNACIONALIDADE E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS....117

2.1 A TRANSNACIONALIDADE, A GLOBALIZAÇÃO E A CRISE. PRESSÕES SOBRE A AMAZÔNIA....117

2.2 A CRISE DO SISTEMA GLOBAL ATUAL....128

2.3 A IMPORTÂNCIA DA ONU E DAS VÁRIAS ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS PARA A SOBREVIVÊNCIA DA ESPÉCIE HUMANA NO PLANETA. 137

2.4 DECLARAÇÕES DA ONU, ACORDOS, DECISÕES E CONVENÇÕES....139

2.4.1 A ONU e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. 141

2.4.2 A ECO-92, a Agenda 21, e o reconhecimento da pobreza e da dívida externa como problemas a serem solucionados. 151

2.4.3 A atuação da ONU na África e a Agenda 2030....157

2.4.4 O clima e o Acordo de Paris. A COP 21 e a China. 166

2.4.5 A Corte Internacional de Justiça e o Caso Gabcikovo-Nagymaros. 171

2.4.6 A Corte Internacional de Justiça e o caso das papeleiras do Rio Uruguai. 176

2.4.7 A Corte Internacional de Justiça e o caso envolvendo Austrália e Japão. 183

2.4.8 O Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar e o caso envolvendo a Costa do Marfim e Gana.....190

2.4.9 A OMC e o caso das Terras Raras envolvendo a China e os Estados Unidos, México e União Europeia. 196

2.4.10 A OMC, a propriedade intelectual e licenciamento compulsório dos remédios contra AIDS/HIV. 202

CAPÍTULO 3 212

A GARANTIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....212

3.1. CRESCIMENTO, DECRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROSPERIDADE PARA O BRASIL.....212

3.1.1 Um longo caminho rumo à Sustentabilidade. 225

3.1.2 Amazônia Brasileira produtiva.....233

3.2 A GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL E A ECOPOLÍTICA AMBIENTAL: UMA NOVA COLONIZAÇÃO. 244

CAPÍTULO 4 271

O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO 271

4.1 O BRASIL PRESERVA O MEIO AMBIENTE? 273

4.2 O BRASIL PRECISA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.....281

4.3 O BRASIL DEVE APROVEITAR OS RECURSOS ESTRATÉGICOS DA AMAZÔNIA.....293

4.4 O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO E A DEMOCRACIA ASSIMÉTRICA....298

4.5 O EMBRIÃO DE UMA DEMOCRACIA TRANSNACIONAL. UMA REDE DE PROTEÇÃO ENTRE OS PAÍSES DA AMAZÔNIA 335

CONCLUSÕES 340

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS.....355

RESUMO

A presente Tese está inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Seu objetivo geral é demonstrar o direito do Brasil de aproveitar os Recursos Naturais Estratégicos da Amazônia Brasileira para obter Desenvolvimento e atingir prosperidade econômica e social, tendo como fundamento decisões de Organismos Internacionais que reconhecem o mesmo direito a outros países em relação aos seus Recursos Naturais. A tese contém 4 capítulos. O primeiro trata da Amazônia Brasileira Verdadeira, o Bioma Amazônia. Destaca a existência de Recursos Naturais em grande quantidade o que caracteriza um Patrimônio Estratégico brasileiro, especialmente a água em abundância. Trata do julgamento pelo STF da demarcação da TIRSS e as salvaguardas que preservam do poder de império e do domínio da União sobre as pessoas e o local e reconhece existirem interesses internacionais sobre a região. Afirma que a Amazônia é um espaço transnacional típico porque está situada em 9 diferentes países; O segundo capítulo trata da Transnacionalidade de forma mais detalhada, da Globalização e da questão do risco, existentes no mundo em Crise, característica da Pós-Modernidade. São destacados Organismos Internacionais relevantes, sua atuação e alguns julgamentos realizados na solução de disputas internacionais com destaque pela busca da *ratio decidendi* de cada uma para aplicar o mesmo raciocínio em favor do Brasil; No terceiro capítulo se demonstra que o Brasil é um grande preservador do meio ambiente, possuindo 55,8% de seu território preservado. Demonstra-se também que a fome e a pobreza estão presentes de forma grave no país, com 26,5% de sua população vivendo na pobreza, sendo 7% vivendo na miséria; O quarto capítulo defende que o Brasil tem direito ao Desenvolvimento e propõe o aproveitamento de forma mais forte dos recursos da Amazônia brasileira, usando mecanismos de democracia assimétrica para extrair da população quanto da Amazônia deve ser protegida. Nas conclusões demonstra-se que as cinco hipóteses levantadas restaram confirmadas, afirmando que há interesses estrangeiros sobre a Amazônia; o Brasil necessita de Desenvolvimento econômico e social; Há consenso internacional que assegura o direito ao aproveitamento do Patrimônio Estratégico da Amazônia; A sociedade brasileira deve decidir sobre esse aproveitamento; é desejável a criação do embrião de uma democracia transnacional Amazônica e uma rede de proteção mútua entre os países Amazônicos. Propõe a preservação de 50% da Amazônia Brasileira Verdadeira, reduzindo a reserva legal para 20% no Bioma Amazônia. O método adotado nesta pesquisa foi o indutivo.

Palavras-chave: Amazônia Brasileira. Transnacionalidade. Patrimônio Estratégico.

ABSTRACT

This thesis is part of the line of research State, Transnationality and Sustainability. Its general objective is to demonstrate Brazil's right to take advantage of the Strategic Natural Resources of the Brazilian Amazon to obtain Development and achieve economic and social prosperity, based on the decisions of International Organizations that recognize the same right for other countries in relation to their Natural Resources. The thesis contains for chapters. The first deals with the True Brazilian Amazon: the Amazon Biome. It highlights the existence of a large quantity of natural resources that constitute a Brazilian Strategic Patrimony, especially the abundance of water. It discusses the ruling of the Brazilian Supreme Court on the TIRSS demarcation and the safeguards that preserve the power of empire and the dominion of the Union over people and place, and recognizes that there are international interests in the region. It affirms that the Amazon is a typical transnational space because its territory spans nine different countries; The second chapter addresses Transnationality in more detail, as well as Globalization and the issue of risk that exist in a world in Crisis, and that are characteristic of Post-Modernity. Relevant international bodies are highlighted, discussing their performance and some judgments made to resolve international disputes, emphasizing the search for the *ratio decidendi* of each one, in order to apply the same reasoning in favor of Brazil; In the third chapter, it is demonstrated that Brazil is a great preserver of the environment, with 55.8% of its territory preserved. It also demonstrates the high levels of hunger and poverty in the country, with 26.5% of its population living in poverty, and 7% living in privation; The fourth chapter argues that Brazil has the right to Development and proposes a stronger use of the resources of the Brazilian Amazon, using mechanisms asymmetric democracy to extract from the population how much of the Amazon should be protected. The conclusions show that the five hypotheses raised are confirmed, affirming that: there are foreign interests in the Amazon; economic and social development are needed in Brazil; there is an international consensus that guarantees the right to use the Strategic Heritage of the Amazon; Brazilian society must decide on this use; it is desirable to create the embryo of an Amazonian transnational democracy and a network of mutual protection among the Amazonian countries. This study proposes the preservation of 50% of the true Brazilian Amazon, reducing the legal reserve to 20% in the Amazon Biome. The method of inducting reasoning was adopted throughout the research.

Keywords: Brazilian Amazon. Transnationality. Strategic Patrimony.

RESUMEN

La presente tesis está inserta en la línea de investigación Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad. Su objetivo general es demostrar el derecho de Brasil de aprovechar los Recursos Naturales Estratégicos de la Amazonía Brasileña para obtener Desarrollo y alcanzar prosperidad económica y social, teniendo como fundamento decisiones de Organismos Internacionales que reconocen el mismo derecho a otros países en relación con sus Recursos Naturales. La tesis contiene 4 capítulos. El primero trata de la Amazonia Brasileña Verdadera, el Bioma Amazonia. Destaca la existencia de Recursos Naturales en gran cantidad lo que caracteriza un Patrimonio Estratégico brasileño, en especial agua en abundancia. Se trata del juicio por el STF de la demarcación de la TIRSS y las salvaguardias que preservan del poder de imperio y del dominio de la Unión sobre las personas y el lugar y reconoce que existen intereses internacionales sobre la región. Afirma que la Amazonia es un espacio transnacional típico porque está situada en 9 diferentes países. El segundo capítulo trata de la Transnacionalidad de forma más detallada, de la Globalización y de la cuestión del riesgo, existentes en el mundo en Crisis, característica de la Posmodernidad. Se destacan Organismos Internacionales relevantes, su actuación y algunos juicios realizados en la solución de disputas internacionales con destaque por la búsqueda de la *ratio decidendi* de cada una para aplicar el mismo raciocinio a favor del Brasil. En el tercer capítulo se demuestra que Brasil es un gran preservador del medio ambiente, con un 55,8% de su territorio preservado. Se demuestra también que el hambre y la pobreza están presentes de forma grave en el país, con el 26,5% de su población viviendo en la pobreza, siendo el 7% viviendo en la miseria. El cuarto capítulo defiende que Brasil tiene derecho al Desarrollo y propone el aprovechamiento de forma más fuerte de los recursos de la Amazonia brasileña, usando mecanismos de democracia asimétrica para extraer de la población cuanto de la Amazonia debe ser protegida. En las conclusiones se demuestra que las cinco hipótesis levantadas quedaron confirmadas, afirmando que hay intereses extranjeros sobre la Amazonia. El Brasil necesita de desarrollo económico y social. Hay consenso internacional que asegura el derecho al aprovechamiento del Patrimonio Estratégico de la Amazonía, la sociedad brasileña debe decidir sobre ese aprovechamiento; es deseable la creación del embrión de una democracia transnacional Amazónica y una red de protección mutua entre los países amazónicos. Propone la preservación del 50% de la Amazonia Brasileña Verdadera, reduciendo la reserva legal al 20% en el Bioma Amazonia. El método adoptado en toda la investigación es el inductivo.

Palabras clave: Amazonia Brasileña. Transnacionalidad. Patrimonio Estratégico.

INTRODUÇÃO

O objetivo institucional da presente Tese é a obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Univali.

A tese está relacionada à Área de Concentração em Constitucionalidade, Transnacionalidade e Produção do Direito e inserida na Linha de Pesquisa denominada Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade.

O seu objetivo geral é analisar a possibilidade do aproveitamento do Patrimônio Estratégico da Amazônia brasileira para garantia do desenvolvimento que propicie atingir prosperidade econômica e social, além do alcance da Sustentabilidade, tendo como fundamento as decisões de vários Organismos e Tribunais internacionais que reconhecem esse mesmo direito a outros países em relação aos seus Recursos Naturais.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

a) Defender que a Amazônia Brasileira Verdadeira é o Bioma Amazônia, não a Amazônia Legal; b) apresentar a Amazônia como espaço transnacional típico; c) sustentar a necessidade do uso dos conceitos de direito transnacional e Transnacionalidade como fundamentação jurídica da comunidade internacional para preservar os direitos brasileiros sobre o seu território e a exploração e aproveitamento de seu Patrimônio Estratégico; d) demonstrar a influência dos vários Organismos Internacionais para a sobrevivência da espécie humana no planeta, inclusive a influência desses Organismos Internacionais nas decisões do Brasil sobre o uso da Amazônia Brasileira; e) demonstrar que os movimentos de Governança ambiental global e ecopolítica ambiental, escudados na preocupação mundial com o clima, se apresentam com características de neocolonialismo e são limitadores do Desenvolvimento brasileiro por impor restrições que estão dificultando o aproveitamento do potencial do Brasil; f) reforçar que já existe consenso suficiente na ordem jurídica internacional para a garantia desses direitos, utilizando-se da democracia assimétrica para reforçar a legitimidade das decisões sobre o uso desses recursos, sempre ouvindo os povos da região.

O problema da pesquisa pode ser caracterizado pela seguinte indagação: O Brasil tem o direito de aproveitar e explorar o seu Patrimônio Estratégico na sua parcela da Amazônia para melhorar as condições de vida do seu povo, de acordo com os seus interesses mais prementes e a sua agenda de Desenvolvimento?

Para a pesquisa foram levantadas as seguintes hipóteses:

a) A Amazônia corre risco. Há gestões de outros países e Organismos Internacionais visando a preservação integral da região, bem como há interesse do grande capital internacional de usar em proveito próprio os inúmeros recursos ali existentes;

b) O Brasil necessita de Crescimento Econômico e social devendo aproveitar os Recursos Naturais da Amazônia atendendo o máximo possível à Sustentabilidade e deve defender esse direito de primazia e de exploração com base nos conceitos de soberania e necessidade de seu povo;

c) Algumas decisões de Organismos Internacionais e Tribunais Internacionais fornecem sustentação jurídica suficiente para a defesa do direito de exploração da Amazônia Brasileira em benefício exclusivo do Brasil;

d) Há necessidade de uso do conceito de democracia assimétrica em relação às decisões que serão tomadas sobre a exploração da Região Amazônica pelo Brasil e demais países da região, com maior participação dos cidadãos, especialmente os das regiões norte e nordeste;

e) É possível criar uma rede de proteção mútua entre os países da PanAmazônia para defender a exploração dos recursos da região de acordo com a agenda dos países que a compõem;

Os resultados do trabalho de exame das hipóteses elencadas estão apresentados nesta Tese, de forma sintetizada, como segue:

Principia-se, no Capítulo 1, apresentando a Amazônia Brasileira Verdadeira que é o Bioma Amazônia Brasileiro. Isso se fará necessário porque há incerteza sobre o significado da palavra Amazônia. Será explanado brevemente acerca do histórico sobre a conquista desse território pelo Brasil, desde a época do Tratado de

Tordesilhas e como, pelo engenho e competência da diplomacia e administração portuguesa, o país quase triplicou de tamanho com o instituto do *Uti Possidetis*, conforme o Tratado de Madrid (1750). A seguir, faz-se esclarecimentos sobre os vários conceitos ou palavras comumente usadas sobre a Amazônia, visando afastar erros e deixar claro que a Amazônia Brasileira Verdadeira é o Bioma Amazônia Brasileiro. Esse ponto é relevante porque existe um conceito legal de Amazônia que envolve áreas de outros biomas brasileiros, situados nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Será explicado também que isso é relevante porque há uma diferença de aproximadamente 800.000 hectares entre o tamanho do Bioma Amazônia Brasileiro e A Amazônia Legal Brasileira. Na sequência será tratada a questão dos Recursos Naturais existentes na Amazônia Brasileira Verdadeira, especialmente a grande quantidade de minerais, espaço físico agriculturável, água, madeira, além dos produtos da fauna e flora, capazes de assegurar vantagem econômica extremamente importante para o país no seu Desenvolvimento. Será tratada também a questão das Terras Indígenas e discutidas as salvaguardas definidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no sentido de declarar de forma cristalina que o Estado Brasileiro continua a exercer a sua soberania e poder de império sobre essa e outras áreas de mesma natureza, continuando a ser o proprietário dessas áreas, atribuindo-se às comunidades indígenas beneficiadas apenas o usufruto coletivo dessas áreas, preservando-se sempre os interesses da União sobre o subsolo, as águas e todo o potencial estratégico ali existente. Por fim, no item 1.5 faz-se uma análise do conceito de Transnacionalidade para chegar-se à conclusão que a Amazônia é um espaço transnacional típico porque: a) está situada em nove diferentes países; b) Os interesses internacionais, sejam de países da Amazônia ou de fora dela, comerciantes, industriais, ONG’s, igrejas, repercutem sobre como cada país e o Brasil, em especial, está tratando a sua parcela da Amazônia; c) A capacidade do Bioma Amazônia (como um todo) influenciar no clima global e, de alguma forma auxiliar na diminuição dos efeitos do Aquecimento Global ou atuar no regime de chuvas nas outras regiões do Brasil e de outros países.

No Capítulo 2 será estudada a questão da Transnacionalidade de uma forma mais profunda, juntamente com a Globalização dos mercados e a questão da Crise atual. Será referida também a Crise do sistema global atual, bem como a

constituição da ONU, sua atuação e a atuação de vários Organismos Internacionais voltados para a obtenção da paz entre as nações e solução de conflitos de interesses entre Estados—Nação ou empresas. É nesse sentido que serão estudados o direito ao Desenvolvimento dos povos, a luta pela erradicação da pobreza e da fome na África e no mundo conforme as Convenções das Nações Unidas (ECO 92), a Agenda 2030 e, mais profundamente, serão apresentados o resultado do Acordo de Paris sobre o clima e vários casos concretos de decisões proferidas por Tribunais Internacionais e pela OMC sobre questões relevantes que foram apresentadas para solução. A *ratio decidendi* em todos os casos tem como escopo assegurar o direito ao Desenvolvimento dos países em disputa, garantindo-lhes o direito de aproveitar os seus patrimônios estratégicos ou Recursos Naturais para melhoria da condição de vida de suas populações. Fica claro da pesquisa que o sistema adotado por todos esses Organismos Internacionais é que o homem é o centro das atenções dos países e que os seus interesses mais prementes deverão prevalecer sobre os outros, por mais especiais que sejam, pelo menos até que o flagelo da fome e da pobreza seja superado.[17]

O Capítulo 3 será dedicado a apresentar a garantia do direito ao Desenvolvimento do Brasil, que necessita de crescimento (quantidade), Desenvolvimento (qualidade), assim como Desenvolvimento Sustentável no sentido de aproveitar da melhor forma possível, o Bioma Amazônico Brasileiro, destacando-se as dimensões social, econômica e tecnológica da Sustentabilidade. Abordará que essas formas são necessárias até atingir a prosperidade necessária e posteriormente a Sustentabilidade. Demonstrará que no Brasil há 55 milhões de pessoas vivendo na pobreza, num percentual de 26,5% da sua população, sendo que aproximadamente 15 milhões de pessoas vive abaixo da linha da pobreza, isto é, em situação de miséria. Destacará que esses índices de miséria são assustadores quando comparados os Estados Brasileiros, especialmente os Estados das Regiões Norte e Nordeste, que possuem a grande maioria dos pobres do Brasil e as piores condições de vida. O

[17] Evidencia-se da análise dos casos estudados a aplicação do paradigma antropocêntrico no trato das questões ambientais. Reconhece-se a existência dos conceitos dos paradigmas biocêntrico e ecocêntrico, que são bastante relevantes e devem ser referidos, mas não serão estudados porque não foram encontrados na pesquisa. Sobre o paradigma biocêntrico indica-se: FERREIRA, Fabiola; BOMFIM, Áurea. Sustentabilidade Ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica? **AMBIENTALMENTE SUSTENTABLE**. Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental. Ano V, Vol. I, nº 9-10. Xaneiro-decembro 2010 ps. 37-51 Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/275842 Acesso em 24 Maio 2019.

Estado do Maranhão possui 54,1 % de sua população vivendo na pobreza. Por essa razão é que se demonstrará a necessidade de agir, aproveitando os Recursos Naturais estratégicos da Amazônia Brasileira Verdadeira para gerar prosperidade para o povo brasileiro com urgência. Na sequência será demonstrado que já existem enormes quantidades de áreas preservadas no Bioma Amazônia como Unidades de Conservação e Terras Indígenas, o Bioma Amazônia Brasileiro tem 85% da sua cobertura vegetal preservada. No item 3.2 faz-se também uma abordagem sobre a Governança Ambiental Global e a Ecopolítica Ambiental e a possibilidade desses movimentos estarem sendo usados como nova forma de colonização do Brasil e dos países não industrializados, já que os países desenvolvidos não aplicam nos seus territórios aquilo que querem que os outros países apliquem nos seus. Nesse ponto, interessante o relatório *Fams here, forests there*, onde fica claro que muito da pressão pela preservação das florestas tropicais tem cunho de protecionismo do mercado mundial realizado pelos países desenvolvidos, uma Verdadeira luta comercial pelo mercado atual e futuro para os produtos alimentícios. Os países industrializados construíram as suas riquezas sobre os seus Recursos Naturais e, às vezes, os Recursos Naturais de outros países que foram escravizados e, no momento atual, buscam preservar essa lógica de dominação.

O Capítulo 4 apresentará a parte propositiva desta Tese e as respostas que se conseguiu extrair da pesquisa. Pretende-se demonstrar que, a partir das decisões proferidas por vários Organismos Internacionais, o Brasil tem o direito ao aproveitamento de todo o potencial do seu Patrimônio Estratégico na Amazônia para fornecer boas condições de vida à sua sociedade, elevando as condições sociais com o incremento da atividade econômica até um nível aceitável para obter a melhora do IDH de sua população. Até lá, o país deverá buscar atender da melhor forma possível ao Desenvolvimento Sustentável, mas aproveitando o Patrimônio Estratégico existente na Amazônica Brasileira Verdadeira, estabelecendo um limite máximo de áreas que não poderão ser aproveitadas, das áreas de proteção, bem como como deverá acontecer esse tipo de proteção, se integral ou parcial. Sobre isso, faz-se uma análise da possibilidade de uma democracia transnacional como reconhecimento que o *locus* de poder está mudando e que os avanços da comunicação e da tecnologia, pela facilidade da criação de redes de comunicação entre as pessoas, é possível obter diretamente da população e dos seus representantes, nos mais longínquos lugares,

qual a sua vontade em determinadas situações. Esse limite deverá ser submetido à avaliação de toda a população brasileira, em consulta direta através de mecanismos de democracia assimétrica ou participativa a fim de encontrar no povo a resposta para os seus anseios. Sugere-se a proteção de 50% da Amazônia, percentual usado como padrão durante o Regime Militar e que levou à integração da região no mapa produtivo do país. Do mesmo modo postula-se a realização de consultas aos cidadãos dos outros países Amazônicos a fim de saber quais as suas pretensões sobre o tempo e o modo de aproveitar os recursos da região, criando um embrião de uma democracia transnacional Amazônica.

O presente Relatório de Pesquisa se encerra com as Conclusões, nas quais são apresentados aspectos destacados da criatividade e originalidade da investigação e das contribuições que traz à comunidade científica e jurídica sobre o tema, seguidos de estimulação à continuação dos estudos sobre Transnacionalidade, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade.

O método[18] usado para escrever a presente tese será o indutivo; na Fase de Tratamento dos Dados[19] será o lógico exploratório; e no Relatório da Pesquisa[20] é composto na base indutiva. Isso porque pretende-se provar que as decisões de vários Organismos e Tribunais internacionais já dão sustentação ao direito do Brasil de explorar e aproveitar a sua parte da Amazônia.

Nas diversas fases da Pesquisa[21], serão acionadas as Técnicas do Referente[22], da Categoria[23], do Conceito Operacional[24] e da Pesquisa Bibliográfica[25].

---

[18] Sobre método, veja especialmente: PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 90-93/97-111.
[19] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 87-109.
[20] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 88-109.
[21] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 85-90.
[22] "[...] explicitação prévia do (s) motivo(s), do(s) objetivo(s) e do produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para a atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa." PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 58.
[23] "[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia." PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 27.
[24] "[...] uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos [...]". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 39.
[25] "Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 215.

Nesta Tese as categorias principais estão grafadas com a letra inicial em maiúscula, seus conceitos operacionais são apresentados no Rol de Categorias constante no início deste estudo e a tradução de todas as obras estrangeiras aqui analisadas é de caráter não oficial, cuja responsabilidade é do doutorando.

CAPÍTULO 1

AMAZÔNIA COMO ESPAÇO TRANSNACIONAL TÍPICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a Amazônia de um modo mais particularizado, destacando a sua importância geopolítica mundial. Nos subtítulos serão apresentados um breve apanhado da ocupação da Amazônia Brasileira e analisadas suas características geográficas, sua implantação na América do Sul. A seguir será apresentado o Bioma Amazônia como a melhor forma de delimitar e definir o que é a Amazônia Verdadeira. Definido o seu espaço físico e abrangência, será tratada a questão dos abundantes Recursos Naturais da Amazônia classificando-os como Patrimônio Estratégico brasileiro, dando especial ênfase à água, recurso essencial para a vida e que assumirá relevância cada vez maior para a humanidade.

Na sequência serão apresentadas as salvaguardas mais relevantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do processo envolvendo a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no Estado de Roraima, no sentido de declarar e assegurar a soberania brasileira sobre toda a área demarcada. Por fim, no item 1.5 será tratada a questão de que a Amazônia é um espaço transnacional típico pelo fato de situar-se em nove soberanias distintas.

1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA. A CONQUISTA DA AMAZÔNIA

Para compreender a Amazônia é necessário fazer um escorço histórico a fim de descobrir como ela foi incorporada ao Brasil. Nesse particular, importante começar pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelos Reinos de Portugal e Castela (Espanha), que tinha como objetivo dividir as terras já descobertas e que ainda estivessem por descobrir fora da Europa. Esse tratado decorreu da então recente descoberta da América em 1492.

Rainer Gonçalves Sousa[26] explica:

> Nesse novo acerto ficava estabelecida a demarcação de um novo meridiano localizado a 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde. Os territórios a oeste seriam explorados pelos espanhóis; e as terras a leste deveriam ser controladas pelos lusitanos. Dessa forma, o novo

[26] SOUSA, Rainer Gonçalves. "**Tratado de Tordesilhas**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>. Acesso em 19 nov. 2018.

> acordo assegurou a exploração lusitana em parte dos territórios que hoje compõem o Brasil.

Com relação à ocupação da Amazônia, Becker[27] esclarece:

> O que é hoje a Amazônia foi um dos lugares onde o reajuste econômico e político da Europa nos séculos XVI e XVII se deu por mais longo tempo. Enquanto na costa Leste brasileira Portugal conseguia implantar uma base econômica estável, gerando o complexo açucareiro nordestino e manchas de povoamento adensado, na Amazônia coexistiram nesses dois séculos a expansão mercantil com o sistema colonial, a Crise do absolutismo monárquico europeu, e a disputa de escravos e mercados potenciais, de rotas marítimas, terra e matéria-prima.
>
> É na passagem para o século XVII, quando se acirram os conflitos armados e se multiplicam as bases dos invasores, que se inicia efetivamente a conquista da Amazônia pela Ibéria; sobretudo os portugueses lutam e destroem as feitorias holandesas e os fortes ingleses.

Segundo Furtado[28:]

> Os aldeamentos indígenas foram essenciais para a conquista, lutando contra “os invasores”, favorecendo a apropriação da terra e servindo como mão de obra. Os jesuítas desenvolveram técnicas bem mais racionais de incorporação das populações indígenas à economia da colônia e constituem um fator decisivo de penetração econômica na bacia amazônica; e em sua busca pelo índio foram conhecendo melhor a floresta e descobrindo suas potencialidades.

Becker[29] ainda acrescenta que o uso da mão de obra indígena pelos Jesuítas foi de extrema importância para a caracterização da posse portuguesa na região quando do Tratado de Madri(1.750).

Na metade do século XVIII, a organização de mão de obra indígena constituiu um fator decisivo da expansão territorial portuguesa pela região Amazônica, bem como, a economia do Brasil era formada por dois polos – o do açúcar e do ouro.

---

[27] BECKER, Bertha K. Artigo – POR QUE A PARTICIPAÇÃO TARDIA DA AMAZÔNIA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL?. IPEA. 2009. p. 208.

[28] FURTADO, C. Dossiê Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, n. 2, ano I, 2006, p. 73.

[29] BECKER, Bertha K. Por Que A Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? p. 207.

Conforme ilustra Becker[30], neste período,

> Surge ordenação nacional patrocinada pelo Estado, que tem no marquês de Pombal sua expressão maior. Para a Amazônia a reordenação da política colonial portuguesa traria profundas alterações. É o momento de sua transformação de unidade territorial em unidade política da metrópole. Através da articulação física de território – interna e externamente com o Brasil –, da política de valorização regional, do equacionamento das questões diplomáticas, da subordinação da ação missionária aos interesses do Estado, e do seu aparelhamento administrativo, realiza-se a integração definitiva da região ao todo do sistema colonial e, portanto, sua articulação inicial com o Brasil.

Paim [31] explica, que "um dos pontos do programa reformista da era pombalina consistia no completo domínio das posições lusas em seu império colonial, com especial destaque na Amazônia". O autor ainda acrescenta:

> Não fosse a absoluta coerência de Pombal com a tradição expansionista lusa, aliada a sua resolução de tornar efetiva a defesa das conquistas portuguesas, certamente a Amazônia Legal não seria hoje a maior parcela do território brasileiro.

Com isso, as demarcações do espaço amazônico iniciaram-se com a ratificação do Tratado de Instruções aos Comissários das Demarcações, o que daria sequência, dois anos depois, ao Tratado de Madri, em 1750, explica Paim[32]:

> No tocante ao Tratado de Madri, de 1750, as indicações de limites, enviadas por Carvalho e Melo[33] a Mendonça Furtado, deveriam ser interpretadas de tal modo que a demarcação trouxesse a maior vantagem para Sua Majestade, ou o máximo "que couber no possível", sem se faltar ao estipulado no Tratado. Preocupava-se o ministro com a futura linha divisória de Mato Grosso na região peruana. Falava com propriedade dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, os quais vieram a servir de fronteira definitiva, e recomendava "muito cuidado" com a linha imaginária que vinha das nascentes do Guaporé até a foz do Jauru este afluente do rio Paraguai.

O Tratado de Madri (1750) finalizou, formalmente, os conflitos da fronteira amazônica entre espanhóis e portugueses, que incluíam conflitos entre a Igreja e a

---

[30] BECKER, Bertha K. Por Que a Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? p. 208.

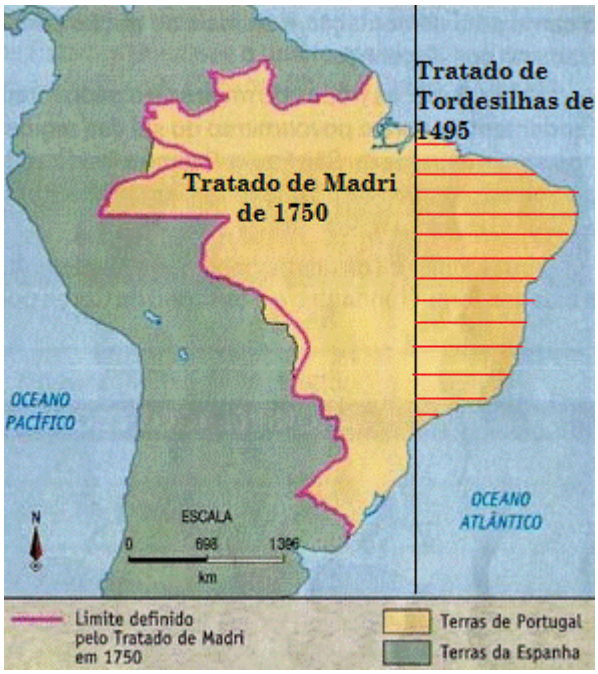
[31] PAIM, Gilberto. Artigo – **Amazônia ameaçada**: da Amazônia de Pombal à soberania sob ameaça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p.66-67.

[32] PAIM, Gilberto. Artigo - **Amazônia ameaçada:** da Amazônia de Pombal à soberania sob ameaça. p.81.

[33] Sebastião José Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, nobre, diplomata e estadista português.

Coroa Portuguesa. O direito de posse reivindicado pelos portugueses pela defesa e asseguramento do território contra as invasões inglesa, holandesa e francesa é contemplado no tratado, confirmando a ocupação lusa do imenso leque norte e oeste do grande rio e seus afluentes. Dessa maneira, origina-se o atual delineamento da fronteira amazônica brasileira, segundo Becker[34].

Mapa 1 - Mapa dos Tratados de Madri (1750) e Tordesilhas (1494)



Um dos marcos da ocupação portuguesa na Amazônia é o Real Forte Príncipe da Beira (1776) à margem direita do Rio Guaporé no estado de Rondônia, na cidade de Costa Marques, fruto da política pombalina de limites com a Coroa espanhola na América do Sul, definida pelos tratados firmados acima mencionados.

Foto 1 - Real Forte Príncipe da Beira[35]

[34] BECKER, Bertha K. Por Que A Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? p. 208.

[35] Foto: Emanoel Alencar. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/08/historia-do-forte-principe-da-beira-em-ro-pode-virar-documentario.html>. Acesso em 29 jan 2019.



O fato de a Amazônia ter sido sempre uma área diretamente administrada pela Coroa portuguesa, parece ter sido decisivo para fazer dela uma unidade propícia às experimentações reformistas e torná-la uma parede física e política de proteção à manutenção do domínio português na América. Conforme Marilene Corrêa Silva[36], a Amazônia foi

> [...] ponte de articulação com o sertão do Brasil com saída para o mar e, ao mesmo tempo, unidade administrativa da Coroa sem a intermediação de poder desenvolvida pelas camadas senhoriais do Nordeste.

Quanto à formação territorial a Amazônia passa por diferentes fases e a sua configuração ocorre a partir dos rios, conforme expõe Witkosk[37]

> Dadas as características naturais da região, abundância de uma rica malha hidrográfica, o processo de posse e conquista deu-se através da fundação de vilas à margem do rio Amazonas, em pontos considerados vitais para a efetiva ocupação, o que implicou um processo intenso de miscigenação e dizimação das populações nativas varzeanas [...] O povoamento assume a direção leste/oeste, ou seja, da foz do rio Amazonas ao hoje conhecido Alto Solimões- que tem no extremo oeste a cidade de Benjamim Constant.[38]

[36] SILVA, Marilene Corrêa da. Artigo – **O país do Amazonas**. Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28611.pdf>, p.90. Acesso em: 18 jul. 2018.

[37] WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus Recursos Naturais. Manaus: Edua, 2007.

[38] WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus Recursos Naturais. p. 100.

Neste sentido, Silva[39] também discorre sobre esse processo afirmando que:

> O período reformista do Estado português, que vai do século XVIII ao século XIX, realiza, na Amazônia, um processo que consolida a ocupação, regula o povoamento, incentiva a produção agrícola, ensaia a industrialização, investiga a potencialidade dos recursos da área e sintetiza a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida das populações amazônicas.

A Amazônia continuou a ter sua história fortemente submetida à dinâmica da economia-mundo no século XIX, marcado pela tentativa de controle da América do Sul pela Grã-Bretanha a que estão associados os movimentos de independência no continente. E a definição dos limites do Brasil ocorreu em grande parte como consequência da disputa entre a Grã-Bretanha e a França pelo controle do comércio e da navegação das duas grandes bacias que o demarcam, a do Prata e a do Amazonas.[40]

Somente no início do século XX, desenvolveu-se um novo ciclo econômico na Amazônia. Para inserir-se na economia mundial, marcada pela Revolução Industrial, o Brasil necessitou de mão de obra diante da libertação da escravatura, ocasião em que dois grandes movimentos migratórios ocorreram: A de origem europeia no sudeste do país para economia cafeeira e a corrente nordestina sustentou a da borracha na Amazônia. (Becker[41]).

Furtado[42] é bastante crítico quanto a essas migrações, tendo em vista os contrastes entre elas:

> [...] o imigrante europeu, com apoio governamental do próprio país, chegava à plantação com todos os gastos pagos, residência garantida, manutenção assegurada até a colheita e possibilidade de plantar alimento; o nordestino transformado em seringueiro na Amazônia começa a trabalhar endividado, pois tem que reembolsar gastos com

[39] SILVA, Marilene Corrêa da. Artigo – **O país do Amazonas.** Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28611.pdf >, p.90. Acesso em: 18 jul. 2018.

[40] BECKER, Bertha K. Por Que A Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? p. 212.

[41] BECKER, Bertha K. Por Que A Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? p. 212.

[42] FURTADO, C. Dossiê Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, n. 2, ano I, 2007, p. 195-197.

> a viagem, instrumentos de trabalho, despesas de instalação, e para alimentar-se depende do empresário que monopoliza o suprimento no seu barracão, no sistema de aviamento, o que colocava os seringueiros num regime de servidão. A declinarem de vez aos preços da borracha, a miséria generaliza-se rapidamente; completando seu orçamento com a caça e pesca, vão eles "regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical [...] O grande movimento da população nordestina para a Amazônia consiste basicamente num enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra.

Apesar das dificuldades, segundo Becker[43], foi a economia da borracha que configurou a Amazônia como uma unidade em si. Em 1912, a borracha tornou-se o segundo maior produto de exportação do Brasil, logo depois café. Finalmente, em consequência da expansão do povoamento em novas áreas da fronteira móvel impulsionada por seringueiros e comerciantes na busca do látex localizado nos altos vales dos tributários da calha sul do rio Amazonas, e da inexistência de limites definidos, esses pioneiros penetram profundamente na Bolívia, daí resultando a questão do Acre[44].

No decorrer da 2º Guerra Mundial, 35.000 nordestinos chegaram à Amazônia para a chamada "batalha da borracha" criada pelo Governo Vargas em 1943, que tinha como objetivo recrutar homens[45] de todas as regiões para o corte da seringa. Migrantes que, na maioria, vieram da região Nordeste, sem, todavia, terem migrado em consequência das secas, pois muitos deles trabalhavam nas cidades já exercendo alguma profissão, não tendo nenhuma ligação com a terra. (Nascimento[46]). São conhecidos em Rondônia como os Soldados da Borracha.

---

[43] BECKER, Bertha K. Por Que A Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? p. 213.

[44] O Acre foi anexado ao Brasil (1903) em troca do pagamento de 2 milhões de libras e da construção da ferrovia Madeira–Mamoré, que permitiria à Bolívia o acesso à navegação fluvial no rio Madeira e no Amazonas, e assim, a saída para o Atlântico.

[45] Soldados da Borracha: pessoas que no curso da 2ª Guerra Mundial, foram ao interior da Amazônia trabalhar como seringueiros, em atividade, de extração de látex destinado à produção de borracha, sujeitando-se às mais adversas condições de trabalho e sem qualquer apoio logístico. De fato, os riscos a que se submeteram foram elevados, ao passo que o incentivo do Estado brasileiro se limitou ao pagamento pelo fruto do labor, não tendo havido efetivo auxílio para que houvesse condições mínimas de salubridade no ambiente de realização do trabalho.

[46] NASCIMENTO, Maria das Graças. MIGRAÇÕES NORDESTINAS PARA A AMAZÔNIA. REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Dez.-N° 12, Vol II, 1998. Disponível em: <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12mariadasgracasnascimento_migracoesnordestinasparaamazonia.pdf>.

Conforme dados trazidos por Arthur Cézar Ferreira Reis[47], em seu livro “A Amazônia e a Integridade do Brasil”, pelo censo de 1950, dos 1.844.655 habitantes da região, 1.825.962 eram brasileiros natos e apenas 18.693 eram estrangeiros ou naturalizados. Em 1960 o censo informava, os habitantes totalizavam 2.601.519, o que vale dizer 3,67% da população brasileira. A densidade demográfica por quilômetro quadrado não passava dos 0,73. No Território de Roraima, por exemplo, essa densidade, tendo em vista os seus 230.104km² é apenas de 0,13 habitantes, ou seja, 10 km² por um habitante.

Somente na década de 60 houve uma mudança no processo de ocupação da Amazônia, que começou a ser contínua e em maior extensão, rompendo o padrão de surtos e em áreas específicas.

Kohlhepp[48] sobre o tema ensina:

> Nas duas últimas décadas do século XX, mudanças bem mais drásticas ocorreram na região, tanto em termos políticos e econômicos (como os atores em cena, com suas múltiplas demandas) quanto das políticas públicas. As populações tradicionais se organizam e se tornam atores políticos significativos, a cooperação internacional financeira e tecnocientífica assume influência crescente, e o terceiro setor emerge como mediador de interesses diversos, reduzindo a papel do Estado.

Nos períodos entre 1960 e 1985, houve mudanças estruturais, quando projetos nacionais para aceleração da modernização da sociedade assumiram um papel de prioridade, sendo foco de uma política de rápida ocupação de seu território que alterou profundamente a região. Nesse período o Estado Brasileiro tomou para si a iniciativa modernização amazônica.

Em 1953, após anos de debates e pronunciamentos no Congresso, e em obediência a dispositivo constitucional, que mandava aplicar anualmente, durante 20 anos, 3% da renda tributária da União, de Estados e Municípios beneficiários, em planos quinquenais de valorização, que se criou um órgão próprio, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão criado pela Lei nº

---

[47] REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a Integralidade do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 2007, p. 203.

[48] KOHLHEPP, Gerd. **Amazônia sustentável:** Desenvolvimento Sustentável entre políticas públicas, Estratégias inovadoras e experiências locais. Editora Garamond, 2005.

1.806, de 6 de janeiro de 1953, com a função de pôr em execução o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, definido pelo mesmo documento legal. Em 27 de outubro de 1966, pela Lei nº 5.176, foi transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).[49]

Criou-se também o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com fim de proceder ao inventário realístico da região para que deixe de realizar-se, como uma aventura, a exploração racional da floresta, do solo, do subsolo e das próprias águas da bacia hidrográfica.

Nesse período, a ocupação da Amazônia foi prioridade, nas palavras de Becker[50]:

> A ocupação da Amazônia foi considerada prioridade nacional por várias razões. A região foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária para impedir a possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários. Em nível continental, duas preocupações se apresentavam: a migração, nos países vizinhos, para suas respectivas Amazônias que, pela dimensão menor desses países, estão situadas muito mais próximas dos centros vitais de cada um deles, e a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente e na saída pelo Atlântico. Finalmente, em nível internacional, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson, de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao projeto nacional. Poderosas Estratégias deram suporte ao projeto de ocupação acelerada da região. Modernizaram-se as instituições: em 1966 o Banco de Crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (Basa), e a Spvea em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ambos permanecendo até hoje. Ainda na década de 1960 é criada a Zona Franca de Manaus, um enclave industrial em meio à economia extrativista e próximo à fronteira Norte

E acrescenta:

---

[49] Dicionário FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-plano-de-valorizacao-economica-da-amazonia-spvea>. Acesso em: 13 out. 2018.

[50] BECKER, Bertha K. Por Que A Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? p. 215-216.

> o povoamento regional passou a ter um padrão concentrado, sobretudo ao longo das rodovias, separado por grandes extensões florestais. Numa outra escala, o adensamento das estradas na borda da floresta gerou o grande arco de desmatamento e os focos de calor.

A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada com 61% da população em 1996 e 69% em 2000, vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100 mil habitantes. É verdade que as cidades se tornaram um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dadas a velocidade da imigração e a carência de serviços, mas são também importantes mercados regionais.

Com os esforços desenvolvidos a partir da Constituição de 1946 a Amazônia passou a ser uma efetiva região do país. Nesse processo de conflitos e mudanças, elaboraram-se geopolíticas de diferentes grupos sociais, tanto em termos de organização estrutural quanto de organização social, que influíram no seu contexto atual. Neste contexto em 1953, foi instituída no Brasil a chamada Amazônia Legal, para efeito de planejamento social e econômico da região.

Estabelecida uma primeira visão sobre a Amazônia, a seguir, no item 1.2, trataremos do Bioma Amazônia e da Amazônia Legal, com ênfase na enorme diferença entre ambos.

1.1.1 A Amazônia e suas características geográficas e legais nos dias atuais

Os primeiros escritos desta tese devem voltar-se para o essencial, esclarecendo exatamente o que se entende por Amazônia porque o termo é muito genérico e apresenta inúmeras variações. Dessa forma, para maior compreensão do objeto deste estudo e de suas conclusões, é necessário demonstrar o que é a Amazônia Verdadeira.

Suas dimensões e relevância demonstram inquestionavelmente que existe um enorme potencial econômico, social, ambiental e medicinal que poderá abrir as

portas para um futuro melhor para o Brasil. Becker apresenta uma ideia de como esse futuro poderá ser: [51]

> O futuro desejado e possível para a Amazônia sul-americana implica constituir esse espaço como a grande fonte de vida no planeta, referente tanto aos elementos da natureza como às populações que nele habitam. Cidades da floresta, estrategicamente localizadas, organizarão a estrutura produtiva da região e garantirão a cidadania plena e as capacidades e habilidades das populações segundo suas culturas, para utilizar os recursos da natureza sem destruí-la, gerando riqueza bem distribuída e condições de vida dignas. A combinação da magnífica dádiva da natureza com as cidades da floresta – centros de convergência do saber tradicional com os mais avançados conhecimentos científico-tecnológicos, e das infovias de integração regional – será capaz de gerar inovações, inclusive politicas, produzindo um modelo único de região tropical desenvolvida no planeta. E poderá fortalecer a inserção do Brasil e dos países amazônicos no mundo globalizado com autonomia.

A Amazônia, considerada na sua totalidade, é uma região incrustada na parte norte da América do Sul, denominada Amazônia Continental, Amazônia Total ou PanAmazônia, possui aproximadamente 7 milhões de quilômetros quadrados, em 9 países distintos. Ela se situa no Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. A área total da Amazônia, se fosse um país independente, seria o 6º maior em extensão.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente[52]:

> A Amazônia é quase mítica: um verde e vasto mundo de águas e florestas, onde as copas de árvores imensas escondem o úmido nascimento, reprodução e morte de mais de um-terço das espécies que vivem sobre a Terra. Os números são igualmente monumentais. A Amazônia é o maior bioma do Brasil: num território de 4,196.943 milhões de km2 (IBGE,2004), crescem 2.500 espécies de árvores (ou um-terço de toda a madeira tropical do mundo) e 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul). A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo: cobre cerca de 6 milhões de km2 e tem 1.100 afluentes. Seu principal rio, o Amazonas, corta a região para desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros d'água a cada segundo.

[51] BECKER, Bertha K. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. (Série inventando o futuro) p.119.

[52] MMA. **Bioma Amazônia**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia> Acesso em: 13 out. 2018.

Por isso percebe-se que há uma Amazônia Brasileira; uma Amazônia Boliviana; uma Amazônia Peruana, até o total de nove Amazônias. Apesar de, politicamente, fazerem parte de países diferentes, ela não deixa de ser uma só, pois as fronteiras nada significam para a natureza.

No Brasil, vários são os conceitos relacionados come Amazônia, como: PanAmazônia, Floresta Amazônica, Bacia Amazônica, Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Amazônia Central, Amazônia Legal, sendo importante esclarecê-los e os diferenciar.

PanAmazônia é uma região da América do Sul caracterizada pela presença de florestas tropicais, área de influência da bacia do rio Amazonas e por critérios políticos administrativos, o que resulta na inclusão também de áreas não florestais (cerrados e campos naturais). A PanAmazônia possui uma área de aproximadamente 7,8 milhões de quilômetros quadrados distribuída em nove países. A maioria (64%) da área da PanAmazônia ocorre no Brasil seguido pelo Peru (10%), Bolívia e Colômbia (6% cada)[53].

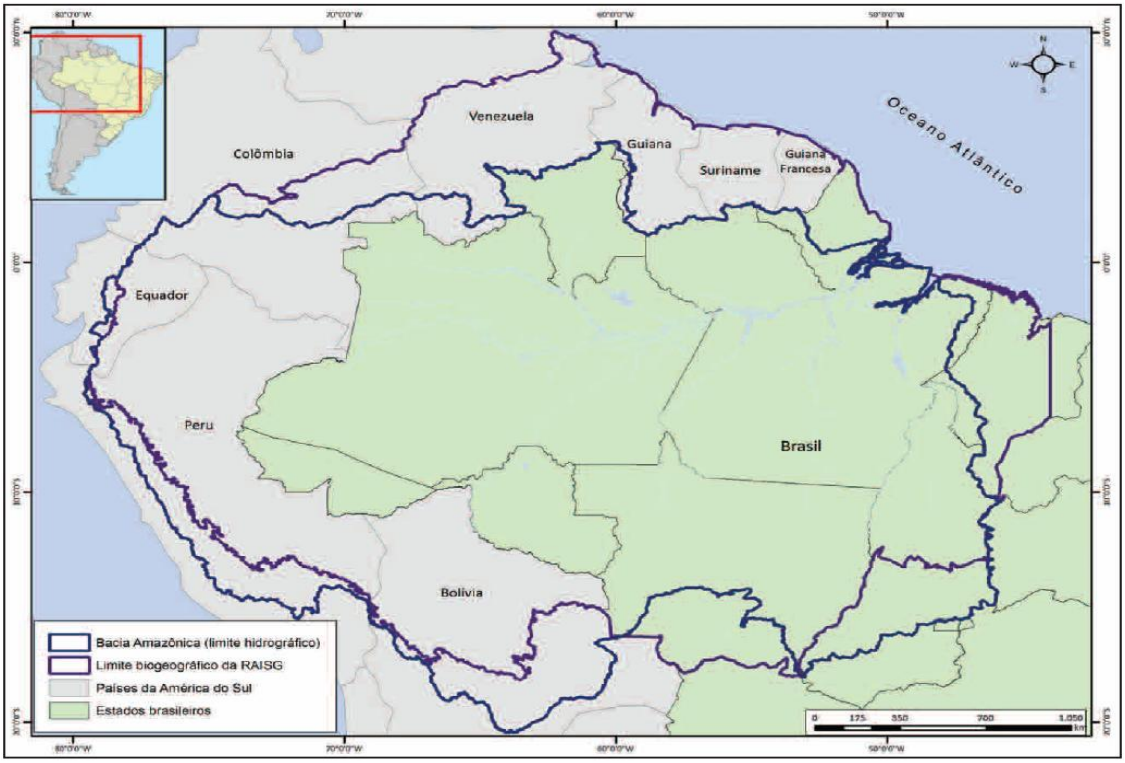
De acordo com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG[54]) a área da Amazônia varia de acordo com três critérios: i) biogeográfico (extensão correspondente à Floresta Amazônica); ii) hidrográfico (extensão total da bacia do Rio Amazonas); e iii) político-administrativo (área compreendida pelos limites políticos definidos por país).

Segue mapa abaixo da PanAmazônia:

Mapa 2 – Limites biogeográficos e hidrográficos da PanAmazônia.

[53] Imazon. **O Estado da Amazônia**: Uso da Terra. Disponível em: <https://imazon.org.br/o-estado-da-amazonia-uso-da-terra/>. Acesso em: 19 out. 2018.

[54] Amazônia Socioambiental – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/cartografia-historica-de-areas-naturais-protegidas-e-territorios-indigenas-na-amazonia/>. Acesso em: Acesso em: 17 out. 2018.



Fonte: Raisg (2012).

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo, mas ainda não existe consenso científico a respeito de seus limites físicos exatos. De acordo com o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), a Amazônia possui aproximadamente 7,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 5,5 milhões de quilômetros quadrados tomados pela floresta tropical. Segundo o critério político-administrativo utilizado pelos países amazônicos, sendo que aproximadamente 68% do território total da Floresta Amazônica faz parte do Brasil.[55]

Com relação a bacia do Rio Amazonas e o nome Bacia Amazônica, ela é constituída pela mais extensa rede hidrográfica do planeta, com uma área total da ordem de 6.110.000 km², desde suas nascentes nos Andes Peruanos até sua foz no oceano Atlântico (na região norte do Brasil). Essa bacia continental se estende sobre vários países da América do Sul: Brasil (63%), Peru (17%), Bolívia (11%), Colômbia (5,8%), Equador (2,2%), Venezuela (0,7%) e Guiana (0,2%).[56]

[55] Curiosidades Científicas sobre a Amazônia. Disponível em: <https://www.viverde.tur.br/informacoes_cientificas.html>. Acesso em: 13 set. 2018.

[56] Fonte: Portal Brasil, com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Agência Nacional de Águas e IBGE.

Conforme o ECO[57], ONG brasileira:

> O rio Amazonas corta a região para desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros d'água a cada segundo. O mais extenso e caudaloso rio do mundo, nasce na Cordilheira dos Andes, no lago Lauricocha, Peru e ao longo de seu percurso, ele recebe os nomes *Tunguragua*, *Apurímac*, *Marañón*, *Ucayali*, Amazonas (a partir da união dos rios *Marañon* e *Ucayali*, no Peru), Solimões e novamente Amazonas (na união dos rios Solimões e Negro), antes de se juntar ao oceano, nas proximidades da Ilha do Marajó, no Brasil.

A Bacia Hidrográfica é composta pelos afluentes e rios formadores do Rio Amazonas. Ele drena para sete países e corresponde a quase 40% da América do Sul, com uma área de 6,6 milhões de quilômetros quadrados (incluídas as macrobacias consideradas parcialmente amazônicas, como as do Araguaia e do Tocantins). É formada pelos rios Amazonas, Solimões, Negro, Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Branco, Juruá, Trombetas e Uatumã e muitos outros.[58]

A Bacia Amazônica é o maior compartimento superficial em extensão de água doce do planeta, com cerca de 1/5 do total disponível desse recurso, com aproximadamente 7 milhões de km² de área de drenagem. No total 64,88% se encontra no território brasileiro. A Colômbia possui 16,14%, a Bolívia 15,61%, o Equador 2,31%, a Guiana 1,35%, o Peru 0,60% e a Venezuela 0,11%.[59]

Segundo Conti e Furlan[60] :

> a bacia a amazônica é formada por uma grande extensão de terras de baixas altitudes que contém uma complexa rede de canais, lagos e lagunas que drenam dos Andes, das Guianas e do Brasil Central. Essa trama de águas é responsável por cerca de 20% de toda água doce que chega aos oceanos.

---

[57] Entendendo a Amazônia. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27275-entendendo-a-amazonia/>. Acesso em: 13 set. 2018.

[58] 9 FILHO, Arnaldo Carneiro; Oswaldo Braga de Souza. **ATLAS de Pressões e Ameaças as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2009, p. 08.

[59] Bacia Amazônica. Portal da Amazônia. **Amazônia de A a Z**. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=13>. Acesso em: 13 set. 2018.

[60] CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Ângelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995, p.159.

São mais de mil rios afluentes que se unidos uns aos outros, corresponderiam a mais de duas vezes a circunferência da Terra. A região concentra cerca de 20% das águas doces superficiais em forma líquida do planeta.

Para ter-se uma ideia de sua extensão, conforme Meirelles Filho[61],:

> O Amazonas troca sete vezes de nome em seu curso. De Huarco se transforma em rio Toto, que vira Santiago, daí Apurimac, rio Ene, rio Tambo, depois Ucayali, recebe o Urubamba, e quando entra no Brasil adquire o nome de Solimões até confluência com o Negro. Como o Amazonas, percorre 1.600km do rio Negro à foz. No total são 6.577km antes de encontrar o Oceano Atlântico. Há controvérsia se é o Nilo ou o Amazonas o mais longo rio do mundo.
>
> [...] A bacia amazônica representa 1/5 do que todos os rios do planeta despejam de água nos oceanos (uma média de 200 mil m³/s). O volume de água na foz do Amazonas varia entre 100mil m³/s no período de seca e 300 mil m³/s no período das cheias. A vazão do Amazonas é cinco vezes superior à vazão do segundo maior rio do planeta, o Zaire, 12 vezes a do Mississipi, o maior da América do Norte. Se considerarmos em média 200 mil m³/s, isso significa que o consumo diário de uma cidade de 2 mil habitantes seria suprido por um segundo de vazão de água do rio. O que o rio Tâmisa, que banha Londres, lança de água em um ano no oceano, o Amazonas faz em 24 horas.

Considera-se Amazônia Oriental a área ocupada pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso conforme informação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.[62]

Já Amazônia Ocidental é formada pelos estados do Acre, Amazonas, de Rondônia e de Roraima, ocupando uma área de 2.194.599 km². Esta área corresponde a 25,7% do território brasileiro. Tem 6.242.000 habitantes, segundo estimativas de 2010. Foi criada pelo Decreto-lei 356/68:

Além desses há ainda a Amazônia Central, definida no Plano Amazônia Sustentável[63] do Governo Federal como:

---

[61] MEIRELLES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 39-42.

[62] SUDAM. Legislação da Amazônia. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>. Acesso em: 8 jan. 2019.

[63] Plano Amazônia Sustentável. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Governo Federal. 2006. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/40278640/plano-amazonia-sustentavel>. Acesso em: 17 set. 2018.

> Esta área abrange um vasto território entre os rios Xingu (leste), Madeira (oeste), Mato Grosso (sul) e as Guianas (norte), compreendendo o centro e o oeste do Pará e o leste do Amazonas. Nesta região tem ocorrido uma forte expansão de novas fronteiras agropecuárias, principalmente ao longo dos eixos rodoviários e fluviais. É o caso da soja que transita no rio Madeira e ocupa algumas áreas do trecho paraense da rodovia BR-163, processo que pode ser intensificado com a sua pavimentação. É também o caso do corredor de povoamento ao longo do rio Juma, no Amazonas, induzido pelos assentamentos do Incra.

Acerca da Amazônia Central, Becker[64]: explica:

> Composta principalmente pelo estado do Pará e pelo leste do estado do Amazonas, cortada por eixos de transporte ao sul do rio Amazonas e contendo numerosos territórios indígenas e unidades de conservação. Trata-se de uma região altamente vulnerável [...] O objetivo para o futuro deve ser compatibilizar produção e conservação, reservando-se a sub-região do norte do rio Amazonas e para unidades de conservação.

Também deve ser destacado o chamado Arco do Povoamento Adensado ou Arco do Fogo, do Desmatamento ou das Terras Degradadas, que nas palavras de Becker[65]:

> o arco povoado ao sul e leste da Hileia, envolvendo porções dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e áreas desmatadas do sudeste do Pará, de Rondônia e do sul do Acre, além de grandes extensões do cerrado dos Estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão

Essa zona de povoamento consolidado está representada pela porção territorial ligada ao tecido produtivo do país, com maior densidade de técnicas de engenharia e Desenvolvimento, Becker[66] ainda acrescenta:

> a regionalização geopolítica empreende produção e reprodução do espaço vivido, concretamente simbolizado pela tecnificação agrícola em savanas e núcleos de modernização. Apresenta o maior índice de Desenvolvimento humano, renda per capita.

Além desses dados, faz-se o registro de que existe ainda um outro mundo aberto ao estudo e discussão, tão vasto quanto, e que está diretamente vinculado à

---

[64] BECKER, Bertha K. **Cenários de Curto Prazo para o Desenvolvimento da Amazônia**", Cadernos do NAPIA (Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SCA, 1999), p.43.

[65] BECKER, Bertha K. **Amazônia**: Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2009. p.76.

[66] BECKER, Bertha K. **Amazônia:** Geopolítica na Virada do III Milênio. p.88.

Amazônia. Trata-se da Amazônia Azul, extensíssima área submarina que ocupa a Zona Econômica Exclusiva no mar territorial brasileiro, com mais de 8 mil quilômetros de extensão, onde está presente vasto potencial pesqueiro e econômico que poderá garantir a melhoria das condições de vida da população brasileira no futuro.[67]

Outra nomenclatura de extrema importância: A Amazônia Legal, conceito instituído por lei como forma de planejar e promover o Desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

Segundo informações do IPEA:

> A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o Desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio deste ano pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

O Plano Amazônia Sustentável de 2010 já inclui todo o Estado do Maranhão como fazendo parte da Amazônia Legal. Mas, grande parte do Estado do Maranhão não faz parte do Bioma Amazônia, da Bacia Amazônica ou da Floresta Amazônica. A explicação para isso é simples: fazer parte da Amazônia Legal garante o acesso a recursos. Essa é a visão apresentada por Isaque Sousa[68], da Universidade do Estado do Amazonas. Isso quer dizer que desde a Era Vargas o Brasil fez a opção de tratar a Amazônia como algo maior do que o bioma ou a bacia hidrográfica e a explicação para isso era a necessidade de melhorar as condições de vida da região, o bem-estar da população, a produção de riquezas e a integração ao restante do país.

---

[67] LEAL, Jorge L. S.; COSTA, Inês M. Amazônia como espaço transnacional típico. Porto Velho: Emeron, 2018.

[68] Entenda a diferença entre Amazônia Legal, Internacional e Região Norte. Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias/entenda-a-diferenca-entre-amazonia-legal-internacional-e-regiao-norte>. Acesso em: 3 set. 2018.

O artigo 1º da já citada Lei 1.806/1953 tem a seguinte redação:

> Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o Desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.

Desde a Constituição de 1946 se pretendia maior integração da região ao restante do país, seja pela produção de riquezas, seja pelo aumento da população e da qualidade de vida do seu povo. [69]

O Bioma Amazônico é o bioma brasileiro de maior extensão. Ele é definido pelo clima predominante quente e úmido, a prevalência da fisionomia florestal, a continuidade geográfica, a condição peri-equatorial e o próprio contexto da bacia hidrográfica amazônica, sendo caracterizado como maior depositário de biodiversidade biológica do planeta.

Segundo Lúcio Flávio Pinto[70]:

> A diversidade e complexidade do Bioma Amazônico é parte dos processos ecológicos de nove tipos de unidades de cobertura florestal e extensas áreas de contato (zonas de transição) entre as mesmas, com diferentes habitats e variações na composição e interação de espécies, estrutura das comunidades naturais e padrões de ciclagem de nutrientes. Devido à sua grande extensão em florestas contínuas, a Amazônia é muito importante para a estabilidade do clima regional. Ela impulsiona grandes quantidades de vapor de água originadas no Oceano Atlântico e transporta-as ao longo da América do Sul, o que assegura a regulação do regime de chuvas em lugares como a Argentina, Paraguai e o centro-sul do Brasil. Estima-se que a evaporação e a transpiração da vegetação amazônica, composta por árvores de até 50 metros de altura, liberem aproximadamente sete trilhões de toneladas de água por ano na atmosfera.

Sombre[71], professora americana de Estudos Ambientais da Wellesley College, acerca da diversidade da Amazônia, salienta:

---

[69] Em tópico posterior a Amazônia Legal será melhor abordada para fins desta tese.

[70] PINTO, L.F. **"Amazônia".** 2007. In: Beto Ricardo e Maura Campanili (Ed.). Almanaque Brasil Socioambiental 2008. Instituto Socioambiental, p. 83-106.

[71] DESOMBRE, R. Elizabeth. **The Global Environment and World Politics**. 2and Edition. Contiuum International Publishing Group. 2007. P. 181.

> (…) the amazon rainforest, which is present in eight different south american countries, has been declared by biologist Norman Myers to be one of the world's biodiversity "hotspots". Tropical forests generally are considered to contain between 50 per cent and 90 per cent of all the world's species. The Amazon basin constitutes only 7 per cent of the earth's land surface, but accounts for 35 per cent of its tropical forests. Sixty per cent of the rainforest is in Brazil. (…) it must also be point out how little we know, both in the amazon and elsewhere, about the level of biodiversity generally. it is suggested that the approximately 1.75 million species identified represent as little as 15 per cent of the total existing species.[72]

Meirelles Filho, em seu livro “O Livro de Ouro da Amazônia”, afirma:

> De uma maneira geral, nas florestas de terra firme, classificadas como ombrófilas, densas ou abertas, as árvores são 50% mais altas que nas florestas temperadas. Como variações entre o período seco e chuvoso são pequenas, e a umidade mantém-se relativamente alta, a maioria das árvores não perde as folhas. Em função desta alta umidade, as florestas densas dificilmente sofrem com as queimadas em seu estado natural.
>
> As grandes árvores da Amazônia, cujas copas estão no dossel da floresta, podem chegar a 55m de altura (um edifício de 20 andares) e pesar algumas centenas de toneladas, sem contar as inúmeras plantas menores que se dependuram nelas. Numa grande árvore pode-se encontrar mais de 50 espécies de samambaias, bromélias, cactos, aráceas e outras formas de vida vegetal. Somente de orquídeas já se encontrou, numa única árvore no Sudeste Asiático, mais de 50 espécies. Quando um gigante deste cai na mata, uma comunidade inteira de vida, que levou centenas de anos para alcançar aquele estágio, se encerra abruptamente. [73]

Conforme o IBGE [74] identifica-se no Bioma Amazônico cerca de 70 (setenta) tipos de vegetações não alterados pelo homem (não antropizados) e seis tipos alterados (antropizados). Há sete grandes grupos de vegetação: as campinaranas, as florestas estacionais deciduais ou semideciduais, as florestas

---

[72] Livre tradução do autor: A Floresta Amazônica, que está presente em oito diferentes pais sul-americanos, foi declarada pelo biólogo Norman Myers como um dos "hotspots" de biodiversidade do mundo. As florestas tropicais geralmente contém entre 50% e 90% de todas as espécies do mundo. A bacia amazônica constitui apenas 7% da superfície terrestre, mas representa 35% de suas florestas tropicais. Sessenta por cento da floresta tropical está no Brasil. Também deve ser mostrado o quão pouco sabemos, na Amazônia e em outros lugares, sobre o nível de biodiversidade em geral. Sugere-se que os cerca de 1,75 milhão de espécies identificadas representem apenas 15% do total de espécies existentes.

[73] MEIRELLES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 50

[74] Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf > Acesso em: 10 out. 2018.

ombrófilas abertas, as florestas ombrófilas densas e as formações pioneiras com influência fluvial ou marinha, os refúgios montanos, e as savanas amazônicas.

De todos esses conceitos, pode-se dizer que Amazônia ocidental e oriental são simples subdivisões com a finalidade de melhor controle administrativo.

O conceito de Bacia Amazônica não pode ser usado como delimitador do trabalho porque abrange outros países e o seu foco é apenas na água.

Durante a pesquisa e análise dos diferentes tipos de definição, escolheu-se o Bioma Amazônia como o principal e mais importante deles. Um bioma é uma comunidade da vida, a conjugação de aspectos de solo, vegetação e vida que permitem uma maior proximidade entre os agentes vivos que o compõem.

Segundo o IBGE[75], Bioma é:

> Bioma é conceituado no mapa como um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

O IBGE esclarece que o Bioma Amazônia possui aproximadamente 4,2 milhões de quilômetros quadrados, representando quase 50% do território nacional[76].

Há, portanto, diferentes territórios reconhecidos por ‘Amazônia’, os quais diferem entre si em extensão, características geoecológicas e culturais e histórico sociopolítico e econômico. Esta tese busca apresentar dados mais precisos a fim de retratar a realidade, diante do reconhecimento desses territórios fundamentados em princípios diferentes.

> Amazônia. O nome evoca enormes florestas tropicais cobrindo mais de 61% do território brasileiro. Lembra a maior bacia fluvial do planeta, desembocando no poderoso Amazonas, o rio-mar. Recorda uma infinidade de espécies que compõem a mais variada flora e fauna da Terra. Plantas medicinais cujos poderes de cura o homem nem sequer

[75] IBGE. Mapa de Biomas e de Vegetação. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 13 out. 2018.

[76] IBGE. Mapa de Biomas e de Vegetação. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 13 out. 2018.

> dominou sua totalidade. As árvores gigantescas, cujos trocos de madeira de lei já escasseiam em outros países cujas florestas já foram devastadas, abundam na enorme bacia tropical. Um subsolo riquíssimo em minerais importantes, que vão do ferro, à bauxita, à cassiterita e ao ouro, há minerais estratégicos, como o urânio e nióbio, conhecido como o "metal do século XXI" por sua capacidade de endurecer o aço, o que o torna essencial na construção de reatores nucleares e na indústria espacial. É um dos últimos territórios esparsamente povoados do planeta que não é constituído por desertos. Uma extensão equivalente à metade do território norte-americano. Com população da terra beirando os seis bilhões de habitantes e cuja perspectiva continua sendo o crescimento desenfreado, o planeta terá que cuidar de suas reservas de água doce. Um território com tais atrativos não pode permanecer desconhecido e desprotegido.[77]

Por ser insuficiente classificar toda a Amazônia em apenas sete tipos de vegetação, por intermédio do IBAMA, e com apoio do WWF[78], dividiu-se em 23 ecorregiões, lembrando que "uma das principais características usadas na separação dos ecorregiões do Bioma Amazônico foram os grandes interflúvios. A importância dos rios amazônicos como barreiras biogeográficas têm sido ressaltadas desde que os primeiros naturalistas iniciaram a exploração científica da região"[79].

Para esta tese, quando falamos do Bioma Amazônia estamos nos referindo à Verdadeira Amazônia, que inclui parte do território do Brasil, Suriname, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e as Guianas. Uma imensa região natural, individualizada por elementos da natureza, como o clima, a vegetação, a hidrografia entre outros, estendendo-se por milhões de quilômetros quadrados no norte da América do Sul.

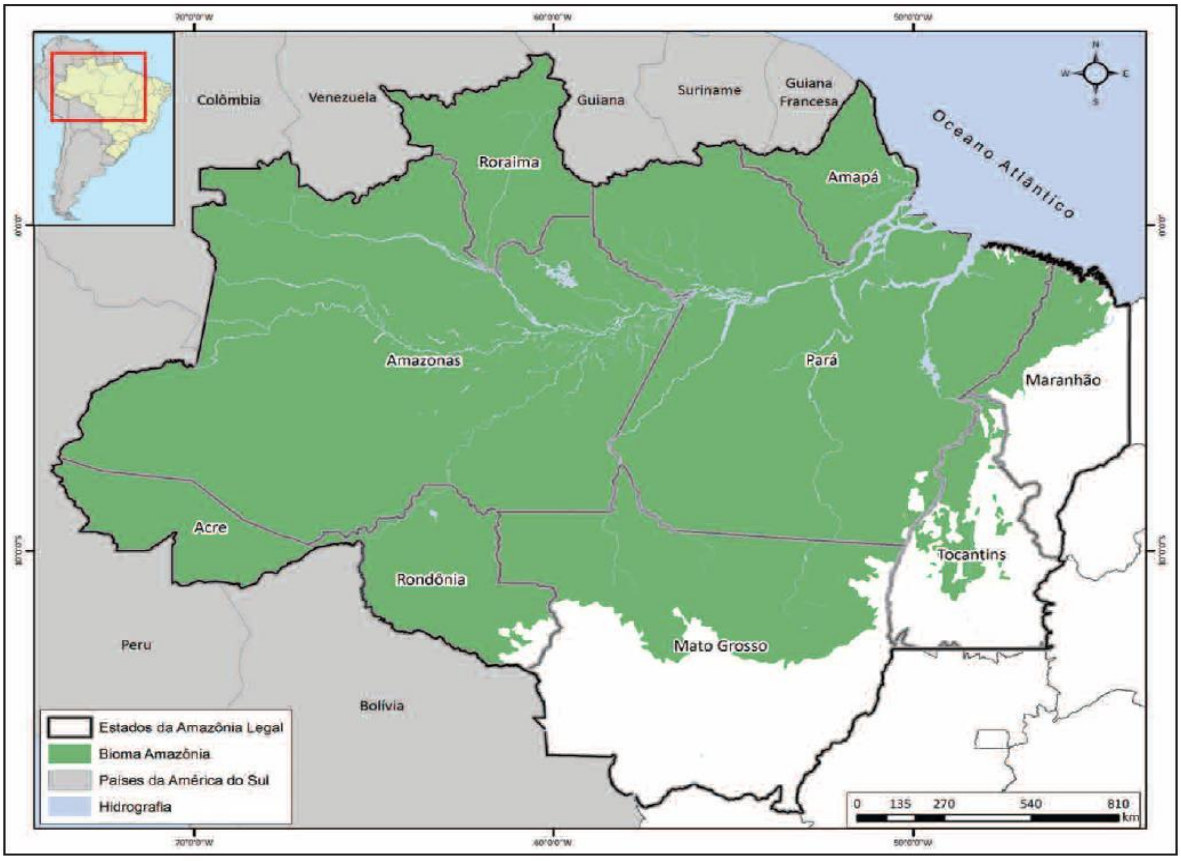
A figura a seguir, demonstra a Amazônia Brasileira: Bioma Amazônia e Amazônia Legal:

Mapa 3 – Estados da Amazônia Legal Brasileira, Bioma Amazônia e Países da América do Sul.

[77] MIRANDA, Jorge Babot. **Amazônia Área Cobiçada**. Porto Alegre-RS: Editora AGE, 2005, p. 164.

[78] World Wide Fund for Nature - Organização não governamental internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental.

[79] Ministério o Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/1132-ibama-conclui-mapeamento-das-ecorregioes-brasileiras>. Acesso em: 14 nov. 2018.



Fonte: CI (2004) e IBGE (2010).

Já a Amazônia Legal brasileira abrange os Estados do Pará, Amazonas, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, correspondendo a cerca de 60% do território brasileiro. Sendo sete vezes maior que a França e corresponde a 32 países da Europa Ocidental. A ilha de Marajó, que fica na embocadura do rio, é maior que alguns países como a Suíça, a Holanda ou a Bélgica[80].

1.2 BIOMA AMAZÔNIA E A AMAZÔNIA LEGAL. O 6º PAÍS DO MUNDO

O Bioma Amazônia é um conjunto de ecossistemas interligados pela Floresta Amazônica e pela Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, a mais densa de todo o planeta. Caracteriza-se pela sua elevada extensão, ocupando praticamente a metade do território do Brasil, além das áreas territoriais da Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Peru, Colômbia, Venezuela e Equador. [81]

[80] INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

81 PENA, Rodolfo F. Alves. **"Bioma Amazônia";** Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Destacamos que o Bioma Amazônia, não é exclusivo do território brasileiro. Como já exposto, a Amazônia como um todo espalha-se por um total de 8 países da América do Sul e um território ultramarino de colonização Francesa, mantendo as mesmas condições de vegetação, solo, clima e bacia hidrográfica. Possuindo ainda a Amazônia Legal Brasileira, e o limite Panamazônico, como podemos perceber na imagem a seguir:

Mapa 4 – Limites da PanAmazônia.



De acordo com o Greenpeace, Organização Não Governamental com atuação na proteção ambiental da Amazônia, a Amazônia é:

> Do alto, do solo ou da água, a Amazônia é um impacto para os olhos. Por seus 6,9 milhões de quilômetros quadrados em nove países sul-americanos (Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) espalha-se uma biodiversidade sem paralelos. É ali que mora metade das espécies terrestres do planeta. São aproximadamente 40 mil espécies de plantas e mais de 400 de mamíferos. Os pássaros somam quase 1.300, e os insetos chegam a milhões.
>
> No Brasil, que engloba cerca de 60% da bacia amazônica, o bioma cobre 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território

> nacional) e se distribui por nove estados (Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e parte do Maranhão). Ele é muitas vezes confundido com a chamada Amazônia Legal - uma região administrativa de 5,2 milhões de quilômetros quadrados definida em leis de 1953 e 1966 e que, além do bioma amazônico, inclui cerrados e o Pantanal. (Mapa: bioma, Amazônia Legal e Limite PanAmazônia)[82]

A WWF[83], a apresenta da seguinte forma:

> Bioma
> Por dentro da Floresta Amazônica
> A Amazônia é uma floresta tropical úmida que se estende pela bacia hidrográfica do rio Amazonas, uma vasta área tropical natural, com área de aproximadamente 6,74 milhões km2, que se estende por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela. O Bioma Amazônia é quase do tamanho da bacia, com 6,7 milhões de km². A maior parte desse bioma – 60,1% – está em território brasileiro. Para se ter uma ideia de sua grandiosidade, se a Amazônia fosse um país, seria o sétimo maior do mundo.
> Biodiversidade excepcional
> A Amazônia abriga um número enorme de plantas e animais existentes no planeta e a maior parte dessas espécies sequer foi estudada pelos cientistas.

A BBC [84] apresenta a Amazônia em números, demonstrando ser superlativa;

> Raio X da Ocupação da Amazônia
> Região da bacia amazônica: região compreendida pela grande bacia do rio Amazonas, a maior bacia hidrográfica do planeta. São 25 mil quilômetros de rios navegáveis.
> A área abrange seis países: Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia Venezuela.
> No Brasil, o conceito de Amazônia Legal foi criado em 1966. Atualmente inclui: Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins.
> A Amazônia Legal tem 5 milhões de quilômetros quadrados.
> A Amazônia Legal abrange 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios.
> Representa 67% das florestas tropicais do mundo.

---

[82] Florestas. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/topico/florestas/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

[83] Por dentro da Floresta Amazônica Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

[84] Amazônia em números. Raio X da Ocupação da Amazônia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_numeros_fbdt>. Acesso em: 19 nov. 2018.

> Se fosse um país, a Amazônia Legal seria o 6º maior do mundo em extensão territorial.

De acordo com a Associação O ECO, o Bioma Amazônia Brasileira tem 4.196.943 milhões de km², equivalente a 49,29% do território brasileiro, abrangendo três regiões do país. Diz também que a bacia hidrográfica do Amazonas e seus afluentes possui cerca de 6 milhões de km2 de tamanho em toda a América do Sul (aqui estão considerados também os outros países).

O Bioma Amazônico é a “Amazônia Verdadeira” porque nenhum dos outros conceitos vistos anteriormente consegue reunir nos critérios que definem a Amazônia Verdadeira que são a conjugação de fatores como água, terra e vida numa área bem delimitada.

É grande a importância da Amazônia pois somente esse bioma é maior do que a Índia, o sétimo país do mundo, e que alberga 1 bilhão e duzentos milhões de habitantes. Em uma visão simplória poder-se-ia dizer que o Bioma Amazônia Brasileira teria capacidade para abrigar até 1 bilhão de moradores, já que a Índia é um país que não tem melhores condições naturais do que a Amazônia.

O Bioma Amazônico é a região com maior biodiversidade do planeta, estima-se que existem cerca de 30% de todas as espécies existentes.[85]No Brasil, abriga mais de 30 mil espécies de plantas, 1,8 mil de peixes continentais, 1,3 mil de aves, 311 de mamíferos e 163 de anfíbios. As explicações para essa formidável multiplicidade de espécies e ecossistemas apontam para as variações climáticas (atuais e passadas), geológicas, geográficas, das formas de ocupação e uso dos Recursos Naturais existentes no bioma.[86]

Meirelles Filho[87] esclarece:

> Ao longo de milhões de anos formou-se no bioma amazônico o mais rico, heterogêneo e desconhecido domínio ecológico do planeta. Condições climáticas que se modificaram diversas vezes. Abundância

[85] MEIRELLES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 26-27.

[86] GeoAmazônia. Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia. PNUMA /OTCA / Centro de Pesquisa da Universidad del Pacifico. 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamaznia_28.pdf >. Acesso em: 18 mai. 2018.

[87] FILHO, João Meirelles. Artigo – Você já comeu a Amazônia hoje? Janeiro de 2006. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2006/0128-meirelles-filho-amazonia.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

> de luz, calor e água, ausência de períodos consideráveis de falta de alimentos, diversidade de solo, diferentes índices pluviométricos e altitudes, além de variações ambientais e ecológicas, competição acirrada e constante por nutrientes, uma complexa cadeira de interações entre os seres vivos, são alguns dos fatores que concorrem para a construção do mundo amazônico e sua diversidade.
>
> [...]
>
> A Amazônia continental é a região de maior diversidade biológica do planeta. Em apenas 5% da superfície terrestre acredita-se que esteja mais de ¼ de todas as espécies vivas. Comparadas às espécies das zonas temperadas, as tropicais são raras. A maioria das espécies de árvores, por exemplo, apresenta pouco mais de 1 a 2 exemplares por hectare. Muitas plantas descobertas há 100 anos não foram encontradas novamente. A aparente simples tarefa de classificar as espécies vegetais amazônicas é um trabalho que mal se iniciou.

Conforme Capobianco[88], na Amazônia há uma variadíssima espécie de aves, das quais muitas possuem distribuição restrita ou são raras; muitas espécies de peixes, com quantidade superior à encontrada nas demais bacias do mundo; milhares de espécies de plantas superiores; cerca de 62% das espécies de mamíferos encontrados no Brasil; das várias espécies de répteis, mais de 60% são endêmicas além de uma enorme diversidade de espécies de invertebrados e anfíbios.

A Floresta tem a maior variedade de espécies de aves, primatas, roedores, jacarés, sapos, insetos, lagartos e peixes de água doce do mundo. A maior parte da fauna amazônica é composta de pequenos roedores aves, répteis e anfíbios, bem como, animais que habitam as copas das árvores.

Por causa de sua grande extensão em florestas contínuas, a Amazônia é muito importante para a estabilidade do clima regional. Ela impulsiona grandes quantidades de vapor de águas originadas no Oceano Atlântico e transporta-as ao longo da América do Sul, o que assegura a regulação do regime de chuvas em lugares como a Argentina, Paraguai e o centro-sul do Brasil. Estima-se que a evaporação e a transpiração da vegetação amazônica, composta por árvores de até 50 metros de

[88] CAPOBIANCO, João Paulo, Avaliação e Identificação De Ações Prioritárias Para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição Dos Benefícios Da Biodiversidade Na Amazônia Brasileira. Ministério do Meio Ambiente.Brasília: MMA/SBF, 2001. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade.html?download=896:serie-biodiversidade-biodiversidade-5&start=40 >. Acesso em: 20 maio 2018.

altura, liberem aproximadamente sete trilhões de toneladas de água por ano na atmosfera. [89]

A Amazônia abriga ainda uma enorme diversidade sociocultural. Considerando seus limites políticos em cada país, nela vivem 33 milhões de habitantes, inclusive 1,6 milhão de indígenas de 370 povos diferentes, distribuídos em 2,2 mil territórios (sem contar comunidades isoladas e urbanas).[90]

Esses grupos detêm, usam e protegem um vasto repertório de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Estima-se que os povos indígenas amazônicos manipulem perto de 1,6 mil espécies de plantas medicinais.[91]

A Hileia, por concentrar grande parte do bioma global, é detentora também de um inigualável acervo de componentes biológicos. Cada hectare da Floresta Amazônica contém mais de 230 espécies diferentes de vegetais superiores. Realmente, a Amazônia se caracteriza por ser o hábitat natural de aproximadamente 50% de todas as espécies de forma de vida do planeta. Todos esses recursos estão dentro do Bioma Amazônico. [92]

Para efeitos de governança e política econômica, a Amazônia é delimitada por uma área chamada de “Amazônia Legal”, que de acordo com Locatelli[93] é definido como:

> O termo “Amazônia Legal”, estabelecido por definição jurídica, foi criado pela Lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953, que regulamentou a Constituição Federal de 1946, art. 199. Desde quando se falou pela primeira vez na história brasileira de plano de Desenvolvimento para

[89] PINTO, L.F. "Amazônia". 2007. In: Beto Ricardo e Maura Campanili (Ed.). **Almanaque Brasil Socioambiental 2008**. Instituto Socioambiental, p. 83-106.

[90] FILHO, Arnaldo Carneiro; Oswaldo Braga de Souza. **ATLAS de Pressões e Ameaças as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2009. p. 08. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10378.pdf >. Acesso em: 18 set. 2018.

[91] FILHO, Arnaldo Carneiro; Oswaldo Braga de Souza. ATLAS de Pressões e Ameaças as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira, p.08

[92] BECKER, K. Bertha; STENNER, Claudio. **Um Futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos,2008. P.40.

[93] LOCATELLI, S. H. **Plano Amazônia Sustentável**: uma nova concepção estatal de Desenvolvimento para a Amazônia? Unb. Departamento de Sociologia-Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado 2009, p. 107.

> a Amazônia, a concepção de “Amazônia Legal” foi adotada oficialmente. A abrangência territorial da Amazônia Legal variou de acordo com alterações ocorridas na divisão política do país, e, atualmente, observando-se a Lei Complementar nº 124, de 2007, que recriou a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e à porção do estado do Maranhão a oeste do meridiano 44º.

Dessa forma, nos anos 1950, para tentar desenvolver e integrar a região por meio da concessão de incentivos fiscais, o governo brasileiro criou o conceito de Amazônia Legal, que abrange uma área com pouco mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente 60% do país.

Com esse dispositivo legal a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Em decorrência da necessidade do governo de planejar e promover o Desenvolvimento da região.

A seguir, um resumo de leis e dispositivos acerca da Amazônia: Lei nº 1.806 de 06.01.1953, Amazônia Brasileira; Decreto-Lei nº 291 de 28.02.196, Amazônia Ocidental; Decreto-Lei nº 356 de 15.08.1968, Amazônia Ocidental.

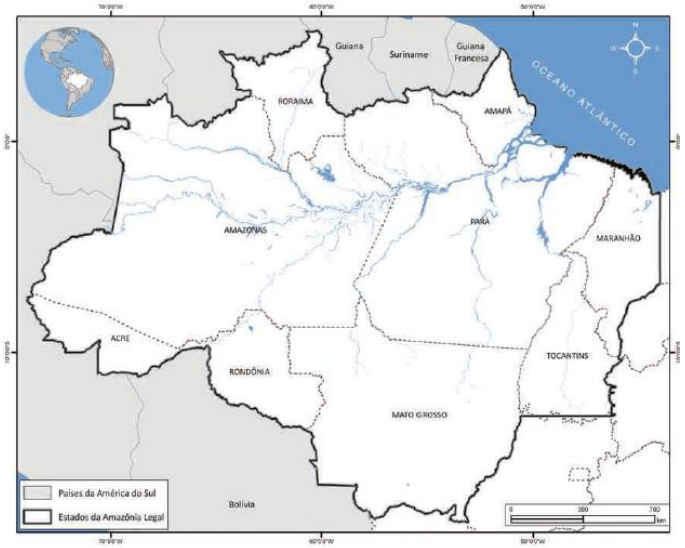
Seu território inclui os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e grande parte do Maranhão. A Amazônia Legal brasileira é caracterizada por um mosaico de habitats com grande variedade na ocorrência e quantidade de espécies. Além da Floresta Amazônica, abarca 37% do Bioma Cerrado, 40% do Bioma Pantanal e pequenos trechos de formações vegetais variadas.[94]

Deve-se registrar que a Amazônia total ou Amazônia Continental (envolvendo todos os países), considerada a sua dimensão de aproximadamente 7 milhões de quilômetros quadrados, seria o sexto país do mundo em extensão territorial, já que o Brasil deixaria de ser o quinto, lugar que seria ocupado pela Austrália, que tem 7,74 milhões de quilômetros quadrados. A Amazônia Legal brasileira ocupa cerca 60% do território brasileiro. Porém, mesmo diante dessa

[94] CARNEIRO, Arnaldo Filho; SOUZA, Oswaldo Braga de. **ATLAS de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo, 2009.

imensidão, tal espaço só abriga 25 milhões de habitantes, e participa tão somente com 8% do PIB nacional[95], conforme imagem abaixo:

Mapa 5 – Estados da Amazônia Legal.



Fonte: IBGE (1997).

Pesquisadores do Instituto Imazon divulgaram um relatório inédito com base em dados do IBGE para traçar o perfil da Amazônia Legal, que engloba toda região Norte e os estados do Maranhão e Mato Grosso. Segundo o instituto, a média do progresso social da região é 15% menor que a do resto do país. Segundo o relatório a média do Instituto de Progresso Social da Amazônia foi de 57,31, enquanto a média nacional, divulgada em abril de 2014, chega a 67,37.[96]

Tabela 1- Indicadores econômicos e sociais da Amazônia Legal em 2010.

[95] A Amazônia Brasileira. Governo do Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2012/11/a-amazonia-brasileira>. Acesso em: 18 set. 2018.

[96] OS DADOS DA AMAZÔNIA LEGAL. Equipe Innovare em Innovare. Disponível em: <http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/os-dados-da-amazonia-legal/>. Acesso em: 18 set. 2018.

Estado	PIB em 2010 (bilhões de R$)	PIB per capita em 2010 (milhares de R$)	População ocupada em 2010 (milhares)
Acre	8,48	11,55	304
Amapá	8,27	12,35	296
Amazonas	59,78	17,16	1.466
Maranhão[a]	45,26	8,27	2.585
Mato Grosso	59,60	19,64	1.546
Pará	77,85	10,27	3.194
Rondônia	23,56	15,08	775
Roraima	6,34	14,07	197
Tocantins	17,24	12,46	630
Amazônia Legal	**306,37**	**13,28**	**10.992**
Brasil	**3.770,08**	**19,76**	**93.505**

Fonte: IBGE (2010).
[a] Inclui todo o Estado do Maranhão.

A Amazônia Legal é um espaço heterogêneo. Os diversos estados que a formam possuem características diferentes, tanto do ponto de vista dos padrões de Crescimento Econômico, das potencialidades de seus Recursos Naturais, quanto das características sociais e culturais.Assim, é necessário buscar um Desenvolvimento Sustentável compatível com as particularidades das diferentes regiões brasileiras.

Conforme “Analise e propostas de ação do IICA no Brasil 1994-1998”[97]:

> Na Amazônia destacam-se a riqueza mineral, um potencial inventariado de energia hidráulica da ordem de 100 mil megawatts e a exuberância da floresta tropical, principal ponto de polêmica e de convergência de interesses em torno das alternativas para o uso de suas riquezas e Desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, não se pode pensar na Amazônia como um espaço intocado, e sim, identificar formas de uso que, ao mesmo tempo, valorizem os Recursos Naturais regionais, incentivem sua conservação e gerem renda, harmonizando os diversos interesses econômicos e sociais com a necessidade de preservar os ecossistemas

No ecossistema aquático, por exemplo, destacam-se os sistemas de várzeas, que são muito produtivos, e para cuja utilização sustentável deve se levar em conta pesca, a agricultura e a extração de madeira, e dar prioridade à produção de pescado como fonte de proteínas.

[97] Análise e propostas de Ação do IICA no Brasil. 1994-1998. IICA. Escritório no Brasil. 1993. p. 33.

Merece destaque especial, nesse sentido, o “Arco do Desmatamento”, faixa do território da Amazônia, que nas últimas décadas vem sendo objeto de diversas ações como projetos e programas, que percorre as fronteiras das regiões centro-oeste e norte do país.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2011) essa faixa de riquíssima biodiversidade, por ser transição dos dois maiores biomas, Amazônia e Cerrado, se destaca pela sua extraordinária diversidade de espécies e de fenômenos biológicos únicos.

A pecuária na Amazônia se desenvolveu principalmente dentro desse território conhecido como “Arco do Desmatamento”; cuja atividade vem em constante crescimento desde a década de 1970, a exponenciação do número de cabeças de gado na Amazônia Legal, mais de 3 cabeças por habitante, segundo dados do IBGE (2010), se dá pela expansão do setor através da entrada de capital externo nas empresas brasileiras, como também a compra de muitas delas por empresas estrangeiras, fazendo com que a reprodução do capital privado aconteça de forma rápida e contínua, sem levar em conta o impacto ambiental na região.[98]

O arco do desmatamento é cheio de refutações, principalmente das políticas públicas implantadas, como a exemplo de Becker[99], que o considera obsoleto para entender e explicar a realidade sobre esse processo de degradação na atualidade, pois acredita que a lógica do desmatamento já não é mais a mesma da década de 1980, sendo que a fronteira Amazônica não é mais uma fronteira de ocupação e sim uma área de povoamento consolidado.

Para Becker[100]:

> [...] é ainda no contato deste arco com a floresta que se concentra o desmatamento na Amazônia. Mas o que se deseja aqui demonstrar é que a escala e que a lógica do desmatamento são outras, associadas a atividades que tendem a se intensificar, e que essa vasta área não

[98] IBGE. Geografia e Estatística. **Censo/Pesquisas**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

[99] BECKER, Bertha K. **Amazônia**: Geopolítica na Virada do III Milênio. p.88.

[100] BECKER, Bertha K. **Amazônia**: Geopolítica Na Virada Do III Milênio. p. 76.

> é mais uma fronteira de ocupação, mas sim uma área de povoamento consolidado, com significativo potencial de Desenvolvimento.

Esta autora defende que, os trabalhos desenvolvidos na Amazônia não podem ser encarados como degradação florestal, mas sim como uma consolidação das políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro, iniciadas no Governo Militar e promulgadas em outros governos, assumindo as políticas de ocupação do território, e dando respaldo aos brasileiros que nele se encontram. O lema durante a Ditadura Militar foi “Integrar para não entregar.”

Necessário buscar a concretização das políticas de Desenvolvimento nacional, não se esquecendo de considerar os vetores tecnológicos e de recuperação ambiental com políticas públicas que levem em conta as comunidades locais, num processo de conscientização da importância da preservação e do Desenvolvimento de biotecnologias que fortaleçam uma produção sustentável e um novo modelo de Desenvolvimento regional.[101]

Diante da enorme riqueza natural existente na Amazônia, é preciso buscar meios de aproveitá-la a fim de desenvolver socialmente e economicamente a região, mantendo-a como valiosa parte do país, protegida da cobiça internacional pelos seus recursos estratégicos.

No item seguinte será tratado com um pouco mais de profundidade a questão sobre em que consiste o Patrimônio Estratégico existente na Amazônia Brasileira.

1.3 AMAZÔNIA BRASILEIRA E OS RECURSOS NATURAIS COMO PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO

Considerando o território abrangido, vê-se que a Amazônia Brasileira, observando o critério do Bioma Amazônia, possui aproximadamente 4,2 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a 49% do território nacional, enquanto que a

[101] OLIVEIRA, Robson Quintino de; CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Artigo - **DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO**: UMA DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO BRASILEIRO. Disponível em: <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90/html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

chamada “Amazônia Legal” possui mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, equivalente a 60% do território brasileiro.

Conjugando todas essas informações trazidas em linhas anteriores pode-se dizer que a Amazônia Brasileira Verdadeira é aquela retratada pelo Bioma Amazônico Brasileiro, que reúne todos os seus fatores de identificação e caracterizam a sua individualidade e unidade. Portanto, a Amazônia Brasileira Verdadeira tem aproximadamente 4,2 milhões de quilômetros quadrados e abarca apenas parte do Mato Grosso, de Rondônia, do Tocantins e do Maranhão, não esses estados inteiros.

Observando os dados do Bioma Amazônico Brasileiro e a Amazônia Legal, encontra-se uma diferença aproximada de 800 mil quilômetros quadrados (5 milhões – 4,2 milhões), por volta de 10% do território nacional. Apenas essa diferença tem uma área igual à da Namíbia e do Paquistão, que são respectivamente o 32º e 33º países em extensão territorial.

Com a promulgação da Constituição de 1946, o Governo Vargas, no ano de 1953, editou a Lei 1.806, que dispunha sobre “o Plano de Valorização Econômica da Amazônia” na busca de selecionar os principais espaços econômicos para o Desenvolvimento da região, constituindo polos de crescimento, vejamos como se definia a “Amazônia Brasileira”:

> Art. 2º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

A Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia foi a responsável por todo o planejamento e execução do plano. Em 1954, o Programa de Emergência para o Desenvolvimento na Amazônia buscava, além do interesse na integração nacional, criar formas para a ocupação das terras amazônicas e o estabelecimento de frentes produtivas pautadas na extração de matérias-primas e

produção agrícola, o que garantia e resguardava o interesse privado na política estatal. (OLIVEIRA[102])

Segundo Locatelli[103] :

> [...] foi apresentado o Plano Quinquenal com sete setores básicos de investimentos do Estado brasileiro na região amazônica. Tratava-se de investimentos nas seguintes áreas: 1) produção de alimentos, 2) industrialização de matérias-primas, 3) implantação de um sistema pessoal de crédito bancário rural, 4) investimentos em transportes, 5) comunicação e energia, 6) saúde, saneamento, abastecimento de água, campanhas preventivas contra doenças transmissíveis, assistência à maternidade e infância e pesquisa bioestatísticas, 7) educação e cultura.

A partir de 1964 tudo se alterou. As terras da Amazônia passam a ser de grande interesse para a pecuária, são descobertas ricas jazidas de minérios e a madeira passa a ser explorada em grande escala. De uma região onde menos de 1% havia sido desmatada, passa-se a enfrentar uma escalada sem precedentes de migrações, além de exploração de garimpeiros e madeireiros.

Becker[104], afirma, que:

> [...] a ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina da segurança nacional, o objetivo básico do governo militar torna-se a criação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país.

Meirelles Filho[105], explica esse período:

> Esta ocupação visa a resolver três problemas simultaneamente: a fome do Nordeste, a falta de terra para os filhos dos agricultores do Centro-Sul, que estaria se tornando um problema de graves dimensões, e a necessidade de tomar posse da Amazônia.
> A filosofia militar formulada pelo ESG, aquela onde o general Meira Mattos acredita que “o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realísticas e científicas. Para o general Golbery,

---

[102] OLIVEIRA, Robson Quintino de. DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO: UMA DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO BRASILEIRO. Revista Eletrônica REFAF. Disponível em: <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90/html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

[103] LOCATELLI, Selecina Henrique. **Plano Amazônia Sustentável**: uma nova concepção estatal de Desenvolvimento para a Amazônia? Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília. 2009, p.107.

[104] BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO. L. O. **Fronteira Amazônica**: Questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990, p 219.

[105] FILHO, João Meirelles. **O Livro De Ouro Da Amazônia**, p. 133-134.

> um de seus principais estrategistas da época, um pressuposto básico é que a Amazônia é um deserto em termos populacionais. (…)
> Logo após o golpe militar, em 1965, é iniciada a BR-364, Cuiabá-Porto Velho, sobre o traçado da linha telegráfica construída por Rondon. Em 1967 é a vez da BR-010, a Belém- Brasília, receber melhorias, sendo asfaltada a partir de 1969. Em 1970, o governo militar resolve organizar suas ideias em um Plano de Integração Nacional (PIN). Mais de 12 mil km de estradas são propostos para os primeiros cinco primeiros anos da década de 1970.
> Daí surgem as grandes rodovias – a Transamazônica (BR 230), cortando a região de leste a oeste (a partir de João Pessoa, na Paraíba); a rodovia Cuiabá-Santarém (BR163), de norte a sul, entre as bacias dos rios Tapajós e Xingu; a consolidação da Cuiabá-Porto Velho, agora estendida até Rio Branco (AC) no sentido noroeste, servindo a toda a faixa oeste de Mato Grosso, Rondônia e Acre e como interligação de Manaus ao Centro-Sul. Em seu planejamento também estava a "Perimetral Norte" que acompanharia a fronteira norte com Guianas e Venezuela, que não chegou a ser construída.

Em 15 de junho de 1970, durante o governo Médici, aprovou-se o Programa de Integração Nacional através do Decreto-lei nº1.106 de 16 de junho de 1970, cuja execução se daria no quadriênio 1970-1974, e cuja incidência ocorreria sobre a construção de grandes obras de infraestrutura no Nordeste e na Amazônia. O Plano foi o segundo grande planejamento da Amazônia brasileira e tinha como objetivo a ocupação das terras amazônicas por meio de projetos de colonização, sendo selecionadas algumas áreas para o recebimento desses projetos como áreas estratégicas para o Desenvolvimento regional.[106]

De acordo com Gerd Kohlhepp[107]:

> O Plano de Integração Nacional sob o slogan "Integrar para não Entregar" foi baseado com vistas à implementação de estradas como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, entre outras, com a intenção de transformar essas estradas em corredores do Desenvolvimento amazônico, como também roteiro da migração e colonização da Amazônia, mudando a visão de Desenvolvimento regional, um olhar voltado para as questões da região amazônica, para uma nova concepção de Desenvolvimento inter-regional, ligando as principais regiões produtivas do país.

---

[106] OLIVEIRA, Robson Quintino de. Artigo DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO: UMA DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO BRASILEIRO. Revista Eletrônica REFAF. Disponível em: <http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90/html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

[107] KOHLHEPP, Gerd (coord.). **Amazônia sustentável**: Desenvolvimento Sustentável entre políticas públicas, Estratégias inovadoras e experiências locais.– Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger, Alemanha: GeographischenInstituts der universitatTubingen, 2005, p.38.

O mesmo autor ainda[108] esclarece:

> As bases legais foram estipuladas no sentido de estabelecer corredores de 200 quilômetros de extensão para colonização estatal. De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia, com vistas ao estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada, num sistema de rotação de terras com apenas 50% de devastação – o restante era organizado em unidades de três mil hectares.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Estado assumiu um papel de fundamental importância, visando conciliar os interesses do capital externo que almejava ocupar e expandir as fronteiras do capitalismo na Amazônia. Basicamente, o modelo de Desenvolvimento adotado na Região Amazônica pelo Brasil serviu também a interesses econômicos internacionais. Enquanto os objetivos militares estratégicos do projeto desenvolvimentista alinhavam-se diretamente com a ocupação definitiva de todo o território nacional, boa parte dos instrumentos utilizados para a consecução de tais objetivos possuía outra nacionalidade.

O planejamento estatal não se resume às estradas. Ignorando as fronteiras estaduais e as peculiaridades locais, desde 1967 o governo militar criou órgãos e empresas para colocar em prática suas Estratégias para a região. Inicialmente foi a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à desgastada e inoperante SPVEA. Na mesma linha criou-se o Banco da Amazônia (BASA). Da mesma época é a Zona Franca de Manaus, região privilegiada com incentivos fiscais, e o organismo destinado a supervisioná-la, a SUFRAMA. [109]

A década de 1970 se caracteriza pela presença marcante do governo federal, por meio de incentivos fiscais e creditícios. Estas políticas visam claramente atrair a grande empresa nacional e multinacional para a Amazônia, bem como, nesta mesma época o governo militar inicia o mapeamento das riquezas naturais da Amazônia, com o Projeto RADAM-Brasil.[110]

---

[108] KOHLHEPP, Gerd (coord.). **Amazônia sustentável**: Desenvolvimento Sustentável entre políticas públicas, Estratégias inovadoras e experiências locais, p.39.

[109] FILHO, João Meirelles. **O Livro De Ouro Da Amazônia.** Editora Ediouro, 2004. p.135.

[110] Unidade de Conservação no Brasil. PROJETO RADAM. Disponível em:

O pasto para boi recebe grande incentivo a partir da década de 1970, quando o regime militar encontra nesta atitude uma forma econômica de “ocupar” a Amazônia. Três Estratégias são adotadas: o incentivo à grande empresa do Sudeste e Sul para criar projetos de incentivo fiscal, por intermédio da SUDAM (muitas dessas empresas só entraram no negócio da pecuária em função dos incentivos fiscais), o apoio ao médio pecuarista do Centro-Sul (tradicional no setor) e a colonização, pública e privada. Só em 1969, o “pico” da corrida pecuária, a SUDAM aprovou a criação de mais de 70 fazendas (tamanho médio de 30 mil ha).[111]

Nesse contexto, modifica-se a percepção da Amazônia, que, conforme Becker[112], assume:

> Uma posição-chave frente às prioridades políticas de ordem interna e externa. No plano interno, a integração regional é vista como capaz de promover o equilíbrio geopolítico interno, oferecendo uma solução conjunta para os problemas da tensão demográfica da periferia deprimida e da continuidade do crescimento do “centro”. O desvio das correntes migratórias do Nordeste para a Amazônia não só aliviaria a periferia deprimida como o próprio “centro”, já saturado com o êxodo rural. Simultaneamente, abrir-se-iam para o “centro” perspectivas quanto a novos investimentos, mobilização de novos recursos e absorção de suas manufaturas.

Com a Crise do petróleo, nos anos 1970, o Estado brasileiro deparou-se com muitas dificuldades na manutenção de diversos setores da economia, sendo que a importação de produtos era uma delas devido à exagerada oneração, segundo Kohlhepp, enquanto a Amazônia vivenciava o seu auge, com a ideia de “Eldorado”. Após o estabelecimento de cidades e a estabilidade dos projetos de colonização, o foco do Desenvolvimento estatal se tornou o fortalecimento das atividades de exploração privada, ampliadas principalmente pela distribuição de terras.

A descoberta da maior jazida de ferro do globo na Serra de Carajás, na década de 1960, levou à prospecção de outros minérios. Durante a década de 1970 e início de 1980, algumas das maiores reservas de ouro, manganês e cobre do país

<https://uc.socioambiental.org/programas/projeto-radam>. Acesso em: 27 set. 2018.

[111] FILHO, João Meirelles. **O Livro De Ouro Da Amazônia**. Editora Ediouro. p.136.

[112] BECKER, K. Bertha. **A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil**. Instituto de Geociências, UFRJ Conselho Nacional de Pesquisas, 1974. p.63.

foram também descobertas na Serra. O governo federal escolheu, então, o Grande Carajás como sua prioridade máxima.

Nascimento[113], acerca do Projeto Grande Carajás, explica:

> O Projeto Grande Carajás, estendendo-se por uma superfície de, aproximadamente, 525.000 km², abrangendo porções do Pará e Maranhão, desenvolvendo atividades de recobrimento cartográfico, pesquisas de Recursos Naturais e estudos socioeconômicos. Aí se implantaram projetos de infraestrutura energética e viária, bem como projetos de extração mineral de grande porte, cujos produtos ainda são exportados em larga escala. O Projeto Carajás "louvado como um grande empreendimento progressista é posto em dúvida quanto ao atendimento dos interesses do país; sabe-se que grupos internacionais controlam grandes jazidas de cassiterita, de bauxita e de ouro em vários pontos do território amazônico.

O projeto foi importantíssimo para o Desenvolvimento do país. Para combater a Crise econômica do fim dos anos 1970, a Estratégia foi direcionar recursos para grandes iniciativas, dentre elas o Grande Carajás.

Durante a década de 1980, os processos de ocupação da Amazônia se aceleraram. A pecuária expandiu-se rapidamente para Acre, Roraima e novas áreas do norte de Mato Grosso e sul do Pará.

O assassinato de Chico Mendes teve grande consequência tanto no Brasil como fora do país, como explicam Mark London e Brian Kelly[114]:

> Pela primeira vez, um problema oriundo da selva se apresentava com um componente humano. Não eram só as árvores que estavam morrendo, pessoas também morriam. A morte de Mendes não se enquadrava no modelo do índio que morria por não conseguir lidar com a modernidade, nem com o modelo do dissidente político eliminado por um governo brutal. O assassinato de Mendes produziu, de fato, apelos espontâneos para que se salvasse a Amazônia, mas a reação não foi tão simples assim. Sua morte lembrou ao mundo que milhões de pessoas viviam na Amazônia. Qualquer solução para os problemas ambientais também deveria levar em conta esse componente humano. Pode ser que a solução mais radical para o problema – cercar a Amazônia com arame farpado e não deixar

[113] NASCIMENTO, Messias Luiz do. Poder "Nacional" e Produção do Espaço na Amazônia: o 5º Pelotão Especial de Fronteira – vetor estatal –e suas funcionalidades na Cabeça do Cachorro. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do título de Mestre em Geografia. p.100.

[114] LONDON Mark; KELLY Brian. **A Última Floresta**. Editora Martins Fontes. São Paulo-SP. 2007, p. 75-76.

> ninguém entrar – caísse muito bem para os especialistas de Washington e Londres, mas ela ignorava a realidade.

No Brasil, o governo Sarney reagiu com a efetivação do programa Nossa Natureza, que exigia a criação de reservas e parques nacionais, o fim dos incentivos fiscais para criação de gado e de outros programas que promoviam o desmatamento, e uma série de estudos científicos sobre a região. O programa, ao menos no papel, apresentava iniciativas inéditas quanto a questão ambiental. Reconhecia a degradação causada pela mineração e pelas queimadas, ressalvando a necessidade de pesquisas, a urgência de tirar do mercado, grandes extensões de terra e preservá-las através de criação de reservas e florestas nacionais.[115]

No entanto, a ação mais importante do Governo Sarney talvez tenha sido sua aprovação à surpreendente oferta brasileira de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, considerada a mais importante reunião de líderes mundiais, tanto políticos quanto científicos, da história do ambientalismo. A decisão do Brasil de sediar a conferência sobre o meio ambiente, no vigésimo aniversário do encontro de Estocolmo, indicava que o medo de uma intervenção internacional tinha diminuído. A decisão também era uma manifestação de autoconfiança: o Brasil compreendia a magnitude dos problemas e tinha a intenção de apontar as soluções.[116]

Ambientalistas de todo o mundo aplaudiram a perspectiva revolucionária do Brasil em relação ao meio ambiente. Enquanto a Eco-92 era planejada, os países desenvolvidos se reuniram na cidade de Houston em 1990 e propunham um programa abrangente para supervisionar o Desenvolvimento da Amazônia. Chamado de Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais do Brasil, ou PPG-7, ele levou à criação de importantes reservas florestais. Mas o nacionalismo brasileiro ainda não desaparecera por completo, e a recusa do governo em abdicar de sua soberania sobre a política de meio ambiente incentivou uma mudança crucial na política pública social do país. O Brasil insistia em ser um dos protagonistas do projeto PPG-7, o que, por sua vez, exigia que o país nomeasse participantes qualificados e formasse uma nova geração de cientistas, pesquisadores e planejamentos sociais. Seu empenho levou

---

[115] LONDON Mark; KELLY Brian. **A Última Floresta**, p.76.

[116] LONDON Mark; KELLY Brian**. A Última Floresta**, p.77.

ao surgimento, no Brasil, de um quadro de jovens que viria a se juntar às organizações nacionais e internacionais e a imprimir uma marca totalmente brasileira à supervisão ambiental da Amazônia.[117]

Um dos temas mais importantes da ECO-92 foi a riqueza natural da Região Amazônica, com ênfase nos rios e nas florestas, incluindo-se aí a biodiversidade que eles encerram. Após esta conferência, a queima da floresta começou a ser vista sob um outro ângulo: não apenas como sua simples destruição, mas como a perda de um enorme patrimônio natural que morre junto com ela.

Neste tempo a Amazônia não era mais vista como um lugar a ser povoado, e sim um horizonte em expansão, o fim do isolamento amazônico estava repleto de promessas.

A partir de 2000, na estrutura do comércio internacional, uma nova forma de tratar a dinâmica do mercado foi definida como “a mercantilização da natureza”.

Becker[118] explica muito bem esse novo processo, no qual a Amazônia passou a ser o centro mundial do “mercantilismo do *capital natural*”. A autora indica que:

> [...] nos últimos anos, novas tendências se delineiam no sentido de viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza. Alguns de seus elementos estão em vias de serem transformados em mercadorias fictícias e objeto de mercados reais, afetando intensamente a Amazônia.

Amin[119], acrescenta:

> Nesse contexto, a Amazônia, diante da forte pressão global pela disponibilidade de Recursos Naturais estratégicos para a manutenção do padrão de Desenvolvimento e Crescimento Econômico, assume, no século XXI, importância geopolítica mundial, exigindo iniciativas administrativas e políticas, por parte dos governos, para garantir a soberania na conservação e na utilização dos Recursos Naturais.

[117] LONDON Mark; KELLY Brian. **A Última Floresta**, p.78.

[118] BECKER, Bertha K.Geopolítica da Amazônia, Estudos Avançados. 2005. p. 39-40.

[119] AMIM, Mario Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**. Artigo aprovado para publicação a 20.04.2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5993>. Acesso em: 28 mar.2018.

> Assim, como Becker indica, a Amazônia passa a ser, no novo âmbito global, a grande fronteira do *capital natural*.

Por conta da grandiosidade de riquezas de Recursos Naturais, exuberância de sua biodiversidade e pela potencialidade do estoque de recursos estratégicos, a Amazônia sempre atraiu as atenções internacionais. Essa riqueza tem motivado preocupação nacional, e internacional, sobre a maneira como seus vastos Recursos Naturais poderiam ser aproveitados de forma sustentável.

Nesse contexto, o Patrimônio Estratégico, em especial, os Recursos Naturais estratégicos podem ser entendidos, de acordo com Ana Esther Ceceña[120]:

> Um recurso é considerado estratégico em função de determinados aspectos: da essencialidade, referente ao processo de acumulação em seu conjunto, dos volumes consumidos produtivamente como medida da amplitude de sua participação na acumulação capitalista através do tipo de indústria para o qual se destina seu consumo produtivo, caso estejam relacionados com a produção de máquinas e ferramentas, para comunicações e transportes, com a reprodução de tecnologias, com setores de ponta, à geração de energia, a fins científico-tecnológicos, ou para manutenção da vida humana, como a água; da massividade, elementos massivamente utilizados, que não podem ser retirados do processo de produção, sendo considerados essenciais ao sistema devido ao volume consumido na produção e segundo sua participação na acumulação de capital; da vulnerabilidade , que refere-se à disponibilidade do mineral, seu grau de suficiência global, sua quantidade de reservas presentes no mundo, sua localização geográfica e as condições de pureza em que são encontrados, no qual pode ser combinado com várias condições técnicas e sociais que determinam o seu valor; e da escassez, em que a reduzida quantidade de reservas mundiais intensifica o fator competição e disputas no sistema internacional.

A importância geopolítica dos Recursos Naturais para a manutenção hegemônica dos Estados Unidos é muito bem colocada por Saul Bernard Cohen[121] da seguinte maneira:

> The U.S view of South America's economic importance was strongly influenced by the perceived potencial of the Amazon basin (also referred to as “Amazonia” or “Amazonas”). It had long been held to be one of the regions of the world, with vast, unexploited mineral, forest, and agricultural resoures and acess to ocean shipping. (…) This

[120] CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial. Aproximación metodológica. In: CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés (Org.). **Producción estratégica y hegemonía mundial**. Cidade do México: Siglo Ventiuno Editores, 1995. p. 27.

[121] COHEN, Bernard Saul, **Geopolitics: The Geography of International Relations.** Rowman & Littlefield Publishers. 2003. p. 162.

> perception was fed by Brazil's rubber boom, which followed Charles Goodyear's invention of vulcanization in 1839. Most of the rubber came from the wild Para rubber tree in the uper Amazon, which gave Brazil a monopoly on the rubber trade. The boom lasted until the early twentieth century and attracted settlers from the country's northeast[122].

Mario Miguel Amin [123] , explica ainda a importância da geopolítica Amazônica:

> A importância geopolítica da Amazônia no cenário internacional tem sido determinada por seu grande estoque de recursos estratégicos, que despertam interesses expressos nas Estratégias geopolíticas de países e instituições internacionais, pela apropriação do que os grupos de ecologistas e ambientalistas chamam hoje de “capital natural ou capital intangível” (Becker, 2004; Schmidt e Santos, 2002). A Amazônia, como não podia ser diferente, ganhou novas formas de ser identificada nos eventos nacionais e internacionais: “Amazônia, maior floresta de capital natural”; “Qual é o valor intangível da Amazônia?”. Essas e muitas outras identidades surgiram ao longo do tempo como forma de qualificar o patrimônio da maior floresta tropical do planeta. No entanto, a partir de 2000, na estrutura do comércio internacional, uma nova forma de tratar a dinâmica do mercado foi definida como “a mercantilização da natureza”. Becker explica muito bem esse novo processo, no qual a Amazônia passa a ser o centro mundial do “mercantilismo do capital natural”. A autora indica que: nos últimos anos, novas tendências se delineiam no sentido de viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza. Alguns de seus elementos estão em vias de serem transformados em mercadorias fictícias e objeto de mercados reais, afetando intensamente a Amazônia.

A Amazônia tem sido reproduzida pelos mais diversos cientistas do mundo que veem, na biodiversidade da região, o principal ecossistema do planeta para manter a diversidade e a qualidade de vida do homem.

Antes de aprofundarmos quanto aos recursos existentes na Amazônia, cabe esclarecer o que é considerado recurso natural.

---

[122] Tradução livre do autor: A visão dos EUA sobre a importância econômica da América do Sul foi fortemente influenciada pelo aparente potencial da bacia Amazônica (também referida como “Amazônia” ou “Amazonas”). Há muito tempo ela era considerada uma das regiões mais ricas do mundo, com vastos e inexplorados recursos minerais, florestais e agrícolas e com acesso a transporte marítimo. Essa percepção foi alimentada pelo boom da borracha no Brasil, que seguiu a invenção da vulcanização de Charles Goodyear em 1839. A maior parte da borracha veio da seringueira do Pará na Amazônia, o que deu ao Brasil o monopólio do comércio da borracha. O boom durou até o início do século XX e atraiu colonos do nordeste do país.

[123] AMIN, Mário Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI.

Conforme o sítio “Planeta Terra[124]”:

> Os Recursos Naturais são elementos da natureza úteis ao ser humano para a sua sobrevivência, conforto e Desenvolvimento de diversas atividades. Exemplos deles são os vegetais, os ventos, a água, a energia solar, o solo, as florestas, os minérios, dentre outros. Eles podem ser divididos em Recursos Naturais Renováveis e Não Renováveis. Ambos, no início da história do homem, eram manejados de forma equilibrada. Porém, com o surgimento de técnicas modernas, os seres humanos passaram a utilizá-los de forma exagerada e descuidada. Das atividades que podem ser realizadas estão a agricultura, o extrativismo mineral e vegetal, a caça, a pesca, etc.

Para Godard[125] o termo recurso natural constitui:

> [...] um daqueles conceitos situados na interface entre os processos sociais e processos naturais: resulta do olhar lançado pelos homens sobre seu meio biofísico, um olhar orientado por suas necessidades, seus conhecimentos [...] nele se corporifica uma das principais modalidades de articulação entre produção social e reprodução ecológica.

Ao longo da história, o ser humano já utilizou os Recursos Naturais apenas para o seu sustento e de forma equilibrada. Porém, hoje, esses recursos são fundamentais para o quesito econômico – isso explica o fato de seu aproveitamento ser cada vez maior.

Conforme Ramos[126], os Recursos Naturais classificam-se em:

> a) Minerais: metálicos (cobre, ferro, zinco, ouro, prata, manganês), etc. e industriais (diamantes, matérias primas para produção de cimento, etc.);
> b) Biológicos: explorados na agricultura, caça, pecuária, pescas;
> c) Hídricos: Água;
> d) Energéticos: renováveis (hidroelétricas, energia solar e eólica) e não renováveis (carvão, petróleo e gás natural);
> e) Florestas.

---

[124] Planeta Terra. Disponível em <http://planeta-terra.info/recursos-naturais.html>. Acesso em: 25 fev. 2018.

[125] GODARD, Olivier. A gestão integrada dos Recursos Naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento-Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental**. VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (org). São Paulo: Editora Cortez, 1997, p. 201-266.

[126] Políticas Ambientais no Setor Petrolífero & Os Desafios do Futuro - Joana Lina Ramos Baptista (Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola). Disponível em: <http://www.ap-cplp.org/docs/presidencia2011-13/9-ApresentacaoDeputadaJoana%20BaptistaAssembleiaNacionaldeAngola.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

Os Recursos Naturais são aqueles encontrados na natureza e que podem ser considerados individualmente ou em correlação recíproca, sendo exemplos a atmosfera, a água, os estuários, o mar territorial, o solo e o subsolo, além da biosfera, fauna e flora.[127]

O Brasil é um país muito rico em Recursos Naturais, e seus principais recursos estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 2 – Recursos Naturais

Biológicos Recursos vegetais e animais	**Hídricos** Recursos retirados das águas	**Energéticos** Recursos que fornecem energia	**Minerais** Recursos de ordem geológica
Alimentos: vegetais, carne, peixes, mel, ovos.	Ecossistemas aquáticos: fauna, flora.	Combustíveis: petróleo, carvão, gás natural, urânio.	Metais: ferro, manganês, cobre, ouro.
Matéria-prima: algodão, couro, madeira, lã.	Uso das águas para: Agropecuária, irrigação, abastecimento, transporte, indústria e mineração.	Inesgotáveis: Luz solar, Movimento do vento e água.	Rochosos: Areia, granito, argila, mármore, bauxita.
Medicina: Remédios, vacinas			Não metálicos: diamante, nitratos.

Fonte: Recursos Naturais – Stoodi.[128]

O mapa abaixo, elaborado por Ceceña e adaptado por Senhoras, Moreira e Vitte[129], demonstra a localização geográfica dos Recursos Naturais sul-americanos,

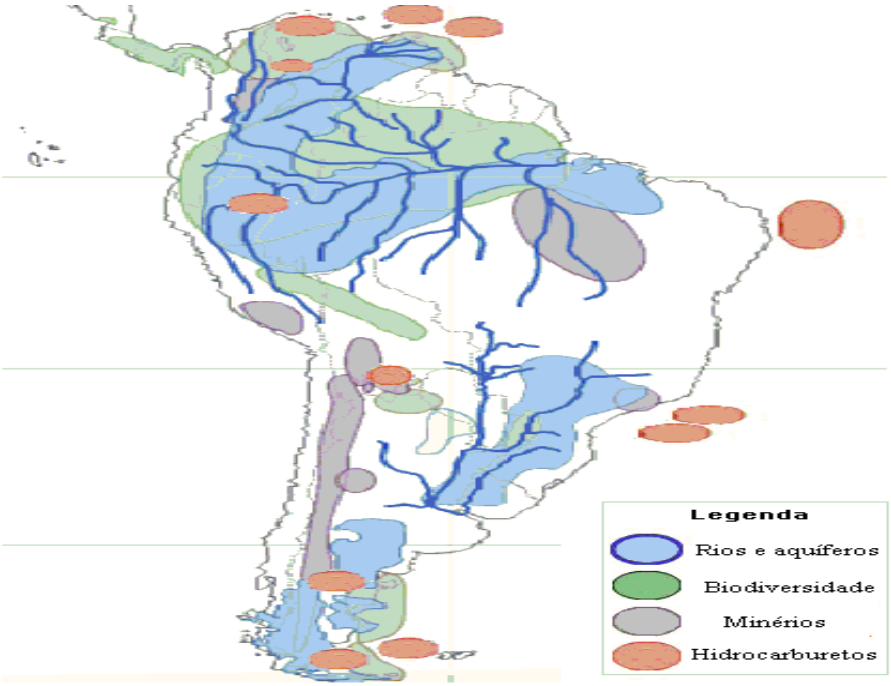
[127] FARIAS, Talden et al. **Direito Ambiental**. Coleção Sinopses para concursos. 3. ed. Salvador, Jus Podium, 2015. p. 30

[128] Recursos Naturais. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2016/10/10/enem-quais-sao-os-principais-recursos-naturais-do-brasil/>. Acesso em: 25 fev. 2018.

[129] SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A.; VITTE, C. C. S.; **A agenda exploratória de Recursos Naturais na América do Sul**: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais. 04/2009, 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina - caminando en una América Latina en transformación.,vol. 1, pp.1-15, Montevideo, Uruguai, 2009.

dentre eles seus rios e aquíferos, sua biodiversidade, seus minérios e seus hidrocarbonetos.

Mapa 6



No corpo da legislação brasileira o termo “Recursos Naturais” quase não é usado. Um exemplo disso é o inciso VI do artigo 4º da Lei Federal 6.938/81 que diz a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. Assim, no lugar de Recursos Naturais, é utilizado recursos ambientais.

Independente da nomenclatura, os Recursos Naturais são fundamentais para a sobrevivência do Homem no planeta.

> Desde sempre, é por meio da natureza que o ser humano encontra seus meios de subsistência, possibilitando a sua existência e reprodução enquanto grupos sociais, de m odo que a produção de alimentos e o acesso à água são regidos pelas condições impostas pelo meio natural. Muito antes da presença humana na Terra, esta já possuía uma dinâmica própria, graças à interação e à relação

> sistêmica entre seus diversos elementos, em que o movimento de suas partes seria causa e consequência de suas transformações.[130]

Nesse sentido, qualquer grau de manipulação dos Recursos Naturais brutos já implica em transitar do extrativismo para atividades chamadas de "produtivas", ou "industriais". É nesse aspecto que a tecnologia tem o papel fundamental na forma e na utilização dos recursos. Para Godard [131] o Desenvolvimento técnico pode provocar mudanças nas formas de exploração dos recursos bem como se apoiar neles para promover modificações de caráter revolucionário, haja vista as matrizes energéticas.

Revilla[132], elucida: "a gigante Amazônia ainda possui extensa área de densa floresta tropical, alta diversidade de espécies de animais e vegetais, distribuídas numa grande variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos, traduzindo-se assim em um enorme potencial econômico e de recursos genéticos no presente e para o futuro."

Nélson de Figueiredo Ribeiro[133], político brasileiro e ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário no governo José Sarney, ao comentar os resultados do Seminário Internacional sobre o Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia (SINDAMAZÔNIA), realizado em Belém, em fevereiro de 1992, foi enfático ao comentar que:

> Todos os estudos ressaltam um problema de alto significado geopolítico para a Amazônia: *a incapacidade do Brasil para formular uma política de controle e manejo da biodiversidade da Região*, seja por falta de recursos financeiros, seja *por falta de pessoal técnico e científico qualificado*. Todos insistem na *indispensabilidade de cooperação dos países ricos,* quanto à oferta de recursos financeiros e de pessoal especializado; essa oferta tem havido, mas, evidentemente, é insuficiente para realizar tão gigantesco trabalho; e os recursos financeiros, os países ricos, em geral, só oferecem para os próprios cientistas

[130] SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

[131] GODARD, Olivier. A gestão integrada dos Recursos Naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento-Novos Desafios para a Pesquisa Ambienta**l. São Paulo: Editora Cortez, 1997, p. 201.

[132] REVILLA, Juan. **Plantas da Amazônia**: oportunidades econômicas e sustentáveis. Manaus: SEBRAE/AM,2000. p.11.

[133] RIBEIRO, Nelson de Figueiredo (2006), **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Belém: EDUFPA, p. 240.

> atuarem na Região, orientando sempre a aplicação desses recursos para programas e projetos de seu imediato interesse. Isso naturalmente gera problemas geopolíticos graves e, em princípio, inaceitáveis.

A Região Amazônica, a maior floresta tropical do planeta, detém grande estoque de recursos estratégicos que poderão ser usados no século XXI conhecidos hoje. Portanto, políticas mais responsáveis devem ser um componente da geopolítica do país, objetivando seu Desenvolvimento.

Nesse sentindo, o aproveitamento dos Recursos Naturais estratégicos existentes da região representa uma série de vantagens econômicas e geopolíticas para o Brasil.

A Amazônia, passa a ser, portanto, objeto de estudo nas políticas de planejamento estratégico por parte de economias hegemônicas.

Enrique Amayo[134] esclarece:

> A Amazônia é uma região cada vez mais estratégica para os países que a compartilham e para o mundo em geral, especialmente por sua biodiversidade, e é em sua totalidade muito maior do que a somatória das histórias e realidades de cada um dos oito países, ou seja, sua história e sua problemática ultrapassam as fronteiras nacionais e é preciso que os países que fazem parte dessa realidade a percebam como tal e desenvolvam políticas comuns para proporcionar um Desenvolvimento Sustentável para a região.

No que concerne à diversidade da Amazônia e seus sistemas florestais, Moura[135]:

> No que concerne à diversidade dos seus sistemas florestais, a Amazônia conta, a grosso modo, com dois grandes tipos de ecossistemas, cada um com suas diversas variantes: as florestas de áreas inundáveis – com várzeas e igapós, e as florestas de terra firme – ambas apresentando árvores altas e matas densas; há também as florestas baixas e as florestas de encostas. Predomina no conjunto a floresta ombrófila, que ocupa aproximadamente 3.800.000 km² (com árvores de grande porte, de copas largas e abundante vegetação no

---

[134] AMAYO, Z. Enrique. **Por qué estudiar la formación histórica y la problemática actual de la Amazonia?**. Espiral: Estudios sobre Estado y Sociedad. Universidad de Guadalajara. Mayo/Agosto de 1999, volumen V, p. 73-10.

[135] MOURA, José Mauro Sousa. **Estudos Integrativos da Amazônia**. Ciclo de Formação Geral da UFOPA. Santarém Pará. 2011, p. 26.

> solo). É a hileia[136], a floresta equatorial superúmida (HUMBOLDT). Mas há também outros tipos de vegetação: os vastos campos naturais (do Marajó, de Roraima, do Amazonas e outros), os ricos manguezais onde centenas de espécies procriam, razão pela qual estes ecossistemas são conhecidos como berçários do rio ou berçários da vida; e em menor quantidade os cerrados, os lavrados e a vegetação de praias, que, somados às florestas, completam, ao todo, 4,5 milhões de km².A Floresta Amazônica conta com cerca de 4.000 espécies florestais. Elas correspondem a mais ou menos 20% das espécies conhecidas no mundo, distribuídas numa média de 40 a 300 espécies por hectare, enquanto a América do Norte possui apenas cerca de 650 espécies.

Quanto às plantas existentes da Amazônia, João Meirelles Filho[137], expõe:

> Há cerca de 10 mil plantas úteis ao homem. Três mil delas possuem aceitação razoável. Cento e cinquenta são cultivadas de forma representativa. Entre estas, 20 suprem 90% dos alimentos de origem vegetal consumidos no mundo. Quatro destas – o arroz, o milho, a soja e o trigo – correspondem a 2/3 das calorias ingeridas. Se observarmos com cuidado, é possível verificar que o homem utiliza como sua base de alimentação as mesmas plantas selecionadas há 10 mil anos, quando deixou de ser exclusivamente caçador e coletor de frutas, raízes e sementes. Os alimentos hoje conhecidos nem sempre são os melhores: muito deles são meros acidentes da história e fruto de uma visão cultural deturpada, como o consumo do arroz branco ao invés do arroz integral, ou da farinha de trigo branca ao invés da equivalente integral.

A National Academy of Science, EUA, em pesquisa com dezenas de especialistas em florestas tropicais, concluiu que há 400 espécies vegetais subexploradas nas florestas tropicais. Entre estas, 36 são apontadas como de grande potencial para melhorar a agricultura e qualidade de vida nos trópicos, e, quem sabe, no próprio planeta. Destas plantas 1/3, são amazônicas. Assim, produzir alimentos tropicais não significa necessariamente dedicar-se apenas aos produtos nativos. Há muitas plantas, como banana, coco, café, acerola, manga, carambola, entre outros, que se desenvolvem tão bem que parecem nativas. [138]

São mais de 300 frutas comestíveis, das quais pelo menos dez já encontram aceitação no mercado internacional e nacional. Entre elas: o abacaxi,

---

[136] Hileia – nome dado pelo geógrafo e naturalista alemão Alexander Von Humboldt à floresta equatorial superúmida da Amazônia. O termo tornou-se clássico e é conhecido em todo o mundo acadêmico do Ocidente. Humboldt recolheu centenas de espécies animais e milhares de espécies vegetais na pan–Amazônia (poucas da Amazônia brasileira porque foi expulso pelos portugueses, acusado de espionagem).

[137] MEIRELLES FILHO, João**. O Livro De Ouro Da Amazônia**. p. 291.

[138] MEIRELLES FILHO, João. **O Livro De Ouro Da Amazônia**, p. 292-293.

araçá-boi, bacaba, o cupuaçu, graviola, bacuri, caju, maracujá, podendo ser feito polpas, doces, conservas, frutas secas, balas, bombons, compotas, sucos e também *in natura.* [139]

A Amazônia leva grande vantagem no mercado orgânico, por possuir produtos únicos, com poucos concorrentes, como o guaraná, a castanha e cupuaçu, além de associar seus produtos à conservação da maior floresta do planeta. Destacando, que os frutos com caráter "ecológico e social" possuem muito valor.

Outro ponto importante, é que a Floresta Amazônica armazena em sua massa vegetal cerca de 20% do carbono do planeta. Cerca de 200 mil milhões de toneladas de carbono estão contidos na vegetação tropical em todo o mundo, dos quais se estima que cerca de 70 por cento esteja apenas na Amazônia. Neste momento, pensa-se que a Amazônia absorve cerca de 10 por cento das emissões globais de dióxido de carbono de combustíveis fósseis. [140]

Outra questão fundamental é que estima-se que a Floresta Amazônica tenha 7 milhões de toneladas de água circulando no sistema de evapotranspiração. Este processo regulador do clima amazônico fornece vapor para as nuvens. As nuvens, por sua vez, devolvem a água à floresta, esfriando o ar, como se fosse um ar-condicionado gigante.

Amin[141] exalta as riquezas minerais existentes na Amazônia:

> Cada época industrial é marcada por determinados tipos de materiais que passam a ser elementos-chave para o Desenvolvimento de novos e mais avançados produtos. Como não podia ser diferente, a Amazônia, além de ser detentora de uma grande biodiversidade em seu subsolo, detêm a parte dos maiores estoques de recursos minerais necessários para os avanços tecnológicos do século XXI. Um estudo realizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), em 1991, mostra as informa coes disponíveis a respeito dos recursos nacionais e, em especial, o potencial e a estrutura produtiva dos recursos minerais da Amazônia. As estatísticas mostram a região

[139] MEIRELLES FILHO, João. **O Livro De Ouro Da Amazônia**, p. 291.

[140] Por quê a Amazónia é tão importante para o mundo? 06 Maio, 2008. Reportagem. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrica/news/story/2008/05/080501_amazonasfil.shtml> Acesso em: 23 set. 2018.

[141] AMIN, Mario Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5993>; DOI : 10.4000/rccs.5993. Acesso em: 8 jan. 2019. P. 26.

Amazônica com grandes estoques voltados para a exportação de ferro, bauxita, alumina, ouro, estanho, manganês, diamantes, gemas e pedras semipreciosas. Outros minerais conhecidos, mas ainda não explorados de forma intensiva, são o cromo, o cobre e o níquel (SETEM, 1991). A importância dessa riqueza mineral na economia internacional e observada por Dos Santos (1996: 177), quando explica que “os primeiros investimentos na Amazônia foram feitos por empresas estrangeiras, com o principal objetivo de verificar as potencialidades minerais dessa vasta região ainda desconhecida, considerando apenas seu uso futuro”. A região Amazônica detém uma das maiores províncias minerais do mundo: Carajás. Descoberta em 1967, a província revelou fabulosas jazidas de ferro situadas no sul do estado do Para, entre os rios Araguaia e Xingu, abrangendo uma área de 120 000 quilômetros quadrados. A maior parte dos minérios da Amazônia e encontrada em áreas com rochas do período pré-cambriano (Dos Santos, 1980). As reservas da província mineral de Ca rajas são as maiores do Brasil e podem ser consideradas, também, uma das maiores reservas do mundo. A riqueza mineral da Amazônia e descrita por Villas (2008: 78), na edição especial do *Scientific American* sobre a Amazônia, em que mostra o estado Amazonas com importantes jazidas de ferro, manganês e nióbio-tântalo. O estado de Rondônia aparece com ocorrências de ouro, titânio e diamantes. O estado de Roraima se destaca por uma riqueza mineral em que o ouro, diamantes e especialmente o nióbio-tântalo são importantes componentes do subsolo regional. O estado do Amapá, como indica Villas (2008), foi aquinhoado com reservas expressivas de caulim, ferro, manganês, ouro, bem como importantes reservas de diamantes, níquel e também grandes jazidas do importante mineral nióbio-tântalo. Este último, por exemplo, e considerado pela indústria espacial um importante ingrediente para a construção de naves espaciais devido a suas características de boa resistência tanto para altas como para baixas temperaturas. O estado do Para e a região com o maior potencial mineral do Brasil. Com jazidas estimadas para 100 anos, grandes empreendimentos estão previstos para extração de bauxita nos municípios de Juruti e Paragominas, assim como de cobre no município de Salobo. Em recente levantamento realizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foram identificados 16 distritos mineiros, entre os quais estão em produção os distritos de Canaã dos Carajás, Ipixuna, Parauapebas e Oriximiná (MME – DNPM, 2006). Toda essa riqueza mineral da Amazônia uma importante posição geopolítica no cenário internacional, como fonte de importantes minerais para o século XXI. Mas, como comenta Da Silva, o “processo de ocupação econômica da Amazônia sempre obedeceu a imposição de interesses exógenos ligados a ideologia do Desenvolvimento e, por essa razão, nunca respeito o equilibrou ecológico, pois considerava a região apenas fonte de matérias-primas” (1996: 205). Essa riqueza exige, portanto, técnicas de exploração e exportação em que sejam incorporados processos ambientalmente sustentáveis, visando a garantir o Desenvolvimento regional da Amazônia dentro da tão desejada nova ordem mundial de Desenvolvimento Sustentável.

Sabe-se que a mineração causa grande impacto ambiental, porém apenas localizado, o que permite prever que a exploração racional de reservas minerais hoje conhecida demande um pequeno espaço.

Conforme Meirelles Filho[142], entre os minérios da região, destacam-se:

> a) Ferro – Carajás tem reservas de alto teor (acima de 65%), de 18 bilhões de toneladas. São as maiores da Terra, dez vezes maiores que as de Minas Gerais. Há reservas para os próximos 500 anos, se explorado no ritmo projetado para o programa Ferro-Carajás.
>
> b) Alumínio – o Brasil é o terceiro país com maiores reservas de alumínio, 15% das reservas mundiais, graças à Amazônia. O Brasil surge no cenário mundial, ao lado da Austrália, como o país com as melhores condições para Desenvolvimento da indústria do alumínio, e terá que orientar suas políticas para obter os maiores benefícios possíveis.
>
> c) Ouro – o país possui uma das cinco maiores reservas do planeta, nos distritos auríferos do Tapajós e Carajás.
>
> d) Manganês – no distrito de Carajás há um potencial de 80 milhões de toneladas, as mais importantes reservas brasileiras (as reservas nacionais superam 200 milhões de toneladas).
>
> e) Cobre – as reservas conhecidas são de 450 milhões de toneladas de cobre contido em todo mundo. O Brasil que é o maior importador de cobre, que representa segundo mineral na pauta das importações logo após o Petróleo.
>
> f) Nióbio – 500 milhões de toneladas de reservas. Na Amazônia há nióbio no Amapari (AP), em Carecuru (PA), e em Uraricoera e Macajái (RO), esses últimos em áreas indígenas.
>
> g) Estanho (Cassiterita) - províncias minerais em Rondônia, sul do Pará, Amazonas, com total de 400 mil toneladas (70% das reservas nacionais)
>
> h) Níquel – depósito de Carajás equivale a 90mil toneladas, importante para importação.
>
> i) Diamante – A primeira atividade industrial ocorre em Juína (MT) por empresas estrangeiras, onde está a maior jazida do país avaliada em US$ 35 milhões.
>
> j) Petróleo gás natural – Em Urucu (Amazonas) na bacia do Juruá, está uma das maiores reservas do país. Quanto ao petróleo, há indícios na região do estuário do Amazonas, Pará e Amapá.

[142] MEIRELLES FILHO, João. **O Livro De Ouro Da Amazônia**, p.248-249.

Com dados mais atualizados, em 2007, o Departamento Nacional de Produção Mineral[143], elaborou um quadro acerca dos bens minerais da região norte – Amazônia:

Tabela 3 – Recursos Minerais na Região Norte

SUBSTÂNCIAS		RESERVAS MEDIDAS Unidade 1.000			PRODUÇÃO Unidade 1.000			VENDAS Unidade 1.000			VALOR R$ 1.000		
NÃO METÁLICAS		2006	2007	(%)	2006	2007	(%)	2006	2007	(%)	2006	2007	(%)
Água Mineral	(litros)	nd	nd	-	314.000	386.000	22,9	314.000	386.000	22,9	49.200,00	61.010,00	24,0
Areia	(m^3)	nd	nd	-	110.400	115.000	4,2	105.000	115.000	9,5	105.000,00	115.500	9,5
Argila	(t)	74.100	76.000	2,6	8.000	8.500	6,3	1.450	2.150	48,3	16.600,00	24,300,00	46,4
Brita e Cascalho	(m^3)	nd	nd	-	7.700	8.200	6,5	6.100	6.500	6,7	170.000,00	184.000,00	8,2
Rochas Ornamentais	(m2)	52.500	54.000	2,9	25	29	16,0	24	28	16,7	12.300,00	14.510,00	18,0
METÁLICAS													
Alumínio (Bauxita)	(t)	1.440.000	1.500.000	4,2	17.800	19.950	12,1	17.100	19.770	16,5	977.000,00	1.215.000,00	24,4
Cobre cont.Cu	(t)	5.500	5.600	1,8	395	398	0,8	118	111	-5,9	1.350.000,00	1.270.000,00	5,9
Cromo cont. Cr203	(t)	233	235	0,9	140	130	-7,4	38	52	36,8	22.000,00	43.300,00	96,8
Estanho cont. Sn	(kg)	395.000	400.000	1,3	9.400	10.036	6,4	9.400	9.300	-1,1	196.000,00	223.500,00	13,7
Ferro	(t)	3.300.000	3.400.000	3,0	81.800	92.100	12,6	85.500	92.900	8,3	4.800.000,00	5.145.000,00	6,3
Manganês	(t)	54.000	54.000	0,0	2.000	1.102	-45,0	1.500	1.600	6,7	183.000,00	298.000,00	57,4
Níquel cont. Ni	(kg)	900	900	0,0	np	np	-	nc	nc	-	nc	nc	-
Nióbio cont. Nb2O5	(t)	303.000	303.000	0,0	6.300	2.000	-68,2	180	134	-22,8	2.500,00	3.008	20,0
Ouro cont. Au	(kg)	874	874	0,0	6	4	-33,3	4	3	25,0	151.400,00	170.000,00	12,3
Tântalo cont. Ta2O5	(kg)	29.000	30.000	3,5	4.900	1.700	-65,3	1.570	1.400	-10,8	13.700,00	9.706,00	29,2
Zinco cont. Zn	(t)	13.000	13.000	0,0	np	np	-	nc	nc	-	nc	nc	-
Zirconita Bruta ZrSiO4	(t)	1.900	1.900	0,0	230	np	-	nc	nc	-	0	nc	-
MINERAIS INDUSTRIAIS													
Areia industrial	(t)	46.550	48.000	3,1	59	26	-55,9	59	26	-56,0	3.953,00	1.590,00	60,0
Caulim	(t)	3.900.000	4.000.000	2,6	2.300	2.300	0,0	2.400	2.300	-4,2	650.000,00	682.400,00	5,0
Calcário-Ca (Cimento)	(t)	940.000	950.000	1,1	1.500	1.130	-24,7	1.500	1.130	-24,7	22.700,00	55.300,00	143,6
Dolomito	(t)	263.206	264.000	0,4	380	np	-	133	nc	-	4.000,00	nc	-
Gipsita	(t)	191.000	191.000	0,0	31	np	-	30	30	0,00	165,00	170.000,00	3,3
Potássio (K2O)	(t)	186.309	186.309	0,0	np	np	-	nc	nc	-	nc	nc	-
Fosfato cont. P2O5	(t)	220.022	220.022	0,0	16	np	-	16	nc	-	2.200,00	nc	-

Fonte: Distritos-Empresas/AMB/DNPM **np** : não produziu; **nc** : não comercializou; **nd** : não disponível

Além disso, Rodrigues[144] elaborou um quadro onde demonstra a proporção das maiores reservas minerais na América do Sul:

Tabela 4 – Maiores Reservas Minerais América do Sul

[143] Departamento Nacional de Produção Mineral. Informe Mineral Regional Norte- Amazônia 2008/2007. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-regionais/informe-mineral-da-amazonia-2008>. Acesso em: 8 jan. 2019.

[144] RODRIGUES, Bernardo. **Geopolítica dos Recursos Naturais estratégicos sul-americanos no século XXI**. – Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graducao/pepi/dissertacoes/BERNARDO_SALGADO_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2019.

Quinze maiores reservas de recursos minerais na América do Sul em relação ao total mundial (2013)		
Minério	**Reservas**	**Reservas da América do Sul por país**
1 - Nióbio	95,35%	(100% Brasil)
2 - Lítio[1]	64,58%	(89% Chile, 10% Argentina, 1% Brasil)
3 - Rênio	53,80%	(97% Chile, 3% Peru)
4 - Cobre	37,68%	(73% Chile, 27% Peru)
5 - Prata	35,77%	(47% Peru, 41% Chile, 12% Bolívia)
6 - Selênio	31,67%	(66% Chile, 34% Peru)
7 - Estanho	25,34%	(59% Brasil, 34% Bolívia, 8% Peru)
8 - Molibdênio	25,00%	(84% Chile, 16% Peru)
9 - Iodo	23,68%	(100% Chile)
10 - Minério de Ferro	20,59%	(89% Brasil, 11% Venezuela)
11 - Boro	19,52%	(85% Chile, 10% Peru, 5% Argentina)
12 - Antimônio	17,22%	(100% Bolívia)
13 - Tântalo	16,80%	(100% Brasil)
14 - Terras raras	15,71%	(100% Brasil)
15 - Bauxita e alumina	15,54%	(60% Brasil, 20% Guiana, 13% Suriname, 7% Venezuela)

Notas: 1. Reservas da Bolívia não estão contabilizadas.

Fonte: U. S Geological Survey, Mineral Commodity Summaries 2014 Elaborado por Bernardo Salgado Rodrigues.

Toda essa riqueza mineral da Amazônia dá uma importante posição geopolítica no cenário internacional, como fonte de importantes minerais para o século XXI. Mas, como comenta Da Silva[145], o processo de ocupação econômica da Amazônia sempre obedeceu a imposição de interesses exógenos ligados a ideologia do Desenvolvimento e, por essa razão, nunca respeitou o equilíbrio ecológico, pois considerava a região apenas fonte de matérias-primas.

Acerca do aproveitamento dos Recursos Naturais a Comissão Econômica para América Latina e Caribe[146] expõe:

> En tal sentido, la gobernanza debe estar reflejada en la visión estratégica y en la capacidad del Estado para implementar políticas de largo plazo que aseguren que la explotación de los recursos naturales efectivamente favorezca el desarrollo económico inclusivo, la diversificación de las actividades económicas y la generación de encadenamientos productivos. Para ello se requiere, asimismo, la mejora de la infraestructura y el avance de la tecnología, de la innovación y de las capacidades humanas de modo que sean compatibles con el progreso y la salvaguarda de los derechos de las comunidades, y en particular de los pueblos indígenas, y con la preservación del medio ambiente.[147]

[145] DA SILVA, G.G. Recursos minerais da Amazônia: uso, desuso e abusos. In: PAVAN, Clodowaldo (Org.). **Uma Estratégia latino-americana para a Amazônia**, vol. 2. São Paulo: UNESP, 1996, p. 205-208.

[146] Naciones Unidas. CEPAL. **Hacia uma nueva governanza de los recursos naturales em América Latina y el Caribe**.

[147] Tradução livre do autor: Nesse sentido, a governança deve refletir-se na visão estratégica e na

Essa atuação exige técnicas de aproveitamento em que sejam incorporados processos ambientalmente responsáveis, visando garantir o Desenvolvimento regional da Amazônia para atingir a desejada Sustentabilidade, não só regional, mas também nacionalmente. Para esse aproveitamento acontecer, devem ser observados os instrumentos de boa governança no sentido de diferenciar aproveitamento de exploração. O primeiro é o uso consciente, responsável, construtivo, preocupado em usar só aquilo que pode se recompor ou, limitar até quanto pode ser transformado em produção e quanto, quando e onde deve ocorrer a ação humana produtiva, a preservação, a conservação e a recuperação das áreas atingidas na mineração, por exemplo. O segundo, que deve ser evitado, é a destruição, a derrubada, a poluição, o uso sem critério, sem observar os limites de recuperação dos recursos naturais.

Importante destacar que todos esses recursos naturais, caracterizadores do Patrimônio Estratégico brasileiro pertence ao povo e à nação brasileira. Não são bens dos atuais ocupantes dos cargos públicos, dos governantes do momento ou de alguns poucos ocupantes de posição relevante, seja política, seja econômica; mas sim patrimônio de todos os brasileiros, devendo os benefícios decorrentes do aproveitamento desses recursos serem distribuídos entre toda a população brasileira.

1.3.1 A água

A água é outro tesouro da Amazônia. Um quinto de toda a água doce superficial do mundo está localizada nessa região em uma rede hidrográfica que conta com a bacia do Rio Amazonas e o aquífero de Alter-do-Chão, que possui um volume de água de 86 mil quilômetros cúbicos. Até alguns anos atrás, o aquífero era conhecido como Alter do Chão. Em 2013, estudos feitos por pesquisadores da UFPA (Universidade Federal do Pará) apontaram para uma área maior e lhe deram uma nova definição: SAGA, o Sistema Aquífero Grande Amazônia.

---

capacidade do Estado de implementar políticas de longo prazo que assegurem que a exploração dos Recursos Naturais promova efetivamente o Desenvolvimento econômico inclusivo, a diversificação das atividades econômicas e a geração de Recursos Naturais. de cadeias produtivas. Isso também requer a melhoria da infra-estrutura e o avanço da tecnologia, inovação e capacidades humanas para que sejam compatíveis com o progresso e a salvaguarda dos direitos das comunidades e, em particular, das comunidades. indígenas e com a preservação do meio ambiente.

Segundo a pesquisa, o aquífero possui reservas hídricas estimadas preliminarmente em 162.520 km³ –sendo a maior que se tem conhecimento no planeta. Isso considerando a reserva até uma profundidade de 500 metros. O aquífero Guarani que, até então, era considerado o maior, tem 39 mil km3. A reserva de água equivale a mais de 150 quatrilhões de litros, água suficiente para abastecer o planeta por, pelo menos, 250 anos.[148]

Nesse contexto de riqueza hídrica, o Rio Amazonas, com mais de três mil afluentes, assume posição privilegiada dentro da dimensão geopolítica de utilização e preservação dos Recursos Naturais do planeta.[149]

Assim como os países do Oriente Médio possuem um papel estratégico internacional, graças ao petróleo, é possível prever uma posição de destaque ao Brasil e a seus vizinhos amazônicos em função da água neste novo século.

Outras publicações das mais diversas instituições e autores enfatizam a dimensão que a escassez de água pode alcançar. De Villiers[150], por exemplo, comenta sobre a Crise da água, no século XXI, da seguinte maneira:

> os seres humanos podem viver um mês sem comida, mas morrerão em menos de uma semana sem água. Os seres humanos consomem água, desperdiçam-na, envenenam-na e, inquietantemente, mudam os ciclos hidrológicos, indiferentes às consequências: muita gente, pouca água, água nos lugares errados e em quantidades erradas. A população humana está crescendo explosivamente, mas a demanda por água está crescendo duas vezes mais rápido.

A questão da água é uma das mais críticas do planeta e tem sido, cada vez mais motivo de reuniões de especialistas e acordos intergovernamentais em escala mundial.

As Nações Unidas apontam que dois em cada três habitantes do globo deverão passar sede ou estarão sujeitos a doenças graves provocadas pela má

---

[148] Fórum Alternativo Mundial da Água. Artigo – **Fica na Amazônia o maior aquífero do mundo, capaz de abastecer o planeta por 250 anos**. Disponível em: <http://www.fenae.org.br/portal/fama-2018/noticias/fica-na-amazonia-o-maior-aquifero-do-mundo-capaz-de-abastecer-o-planeta-por-250-anos.htm>. Acesso em: 19 nov.2018.

[149] AMIN, Mário Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI.

[150] De Villiers, Marq .**Água**. Rio de Janeiro: Ediouro. Rio de Janeiro. 2002. P.76-83.

qualidade da água até 2050. Além disso, a qualidade da água também vai se tornando um caso grave. Segundo dados divulgados pela WWF Internacional, cada litro de água poluída contamina pelo menos 8 litros de água limpa. Se pensarmos bem, o mundo já tem 12 mil km³ de água poluída circulando em seus rios. Com a Crise que se alastra, mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água para beber, 1/4 de terras do planeta, já estão desertas. O desperdício é outro grande problema e muitas vezes não nos damos contas que um gotejar de torneira causa, por dia, 46 litros do precioso líquido e 1.380 por mês. Na verdade, é uma das causas para escassez. [151]

Esta escassez já provoca guerra, injustiças e uma série de sofrimentos para as civilizações atuais. Vejamos os números divulgados[152]:

> • Entre 2011 e 2050, estima-se que a população mundial crescerá 33%, aumentando de 7 bilhões para 9,3 bilhões de pessoas (UN DESA, 2011), enquanto a demanda por alimento aumentará 60% (Alexandratos and Bruinsma, 2012). Além disso, estima-se que a população das áreas urbanas irá praticamente dobrar, subindo de 3,6 bilhões, em 2011, para 6,3 bilhões, em 2050 (UN DESA, 2011).
>
> • O "Global Environmental Outlook's Baseline Scenario" de 2012 da OECD (OECD, 2012ª) projetou um aumento no risco de escassez de água até 2050, com uma perspectiva de 2,3 bilhões de pessoas vivendo em áreas com grave restrição hídrica, especialmente no Norte e no Sul da África e na Ásia Central. Outro prognóstico do Relatório diz que o mundo enfrentará um déficit hídrico de 40% em 2030, caso nenhuma ação seja tomada – cenário business-as-usual (2030 WRG, 2009).
>
> • Estima-se que 663 milhões de pessoas não têm acesso direto a "fontes melhoradas" de água potável, enquanto ao menos 1,8 bilhão de pessoas não têm acesso seguro à água com condições mínimas para o consumo humano (UNICEF/WHO, 2015);
>
> • Mundialmente, a agricultura é responsável por cerca de 70% do total do consumo de água doce e, na maioria dos países subdesenvolvidos, esse índice chega a 90% (FAO, 2011a). Sem melhoras na eficiência hídrica, estima-se que o consumo mundial da agricultura aumentará 20% até 2050 (WWAP, 2012).
>
> • Em todo o mundo, cerca de 38% das áreas irrigadas dependem de águas subterrâneas (Sibert et al., 2013), fator que foi responsável pelo

---

[151] VICTORIANO, Célia Jurema Aito. **Planeta Água Morrendo de Sede**. Uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos. Porto Alegre-RS: Edipucrs, 2007.

[152] UNESCO. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2016. ÁGUA E EMPREGO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002440/244041por.pdf>. Acesso em: Acesso em: 20 nov.2018.

> aumento em dez vezes no consumo de água para irrigação nos últimos 50 anos.
>
> • Em geral, a indústria – incluindo o setor energético – é responsável por cerca de 19% do consumo total de água (FAO, 2014f).
>
> • Estima-se que a demanda de água para a produção de energia, em particular para a geração de eletricidade, também crescerá de forma significativa (WWAP, 2014), uma vez que se espera um aumento de mais de um terço no consumo de energia entre 2010 e 2035, com 90% desse aumento ocorrendo nos países que não fazem parte da OECD (IEA, 2012a).
>
> • A utilização de água relacionada às necessidades domiciliares (como o consumo humano, instalações sanitárias, higiene, banho etc.), das instituições (como escolas e hospitais) e da maioria das pequenas e médias indústrias dentro dos sistemas municipais, é responsável pelos outros 10% do consumo mundial de água doce (WWAP, 2012)

Já em 2002 De Villiers[153] ressaltava:

> mais de um bilhão de pessoas não tem acesso adequado e a um preço aceitável à água potável. Perto de dois bilhões e meio não dispõem de qualquer tipo de saneamento. A água é vida! A ausência da água é doença e morte [...] antes de ser um problema de recursos financeiros, o problema da água é primeiramente uma questão de boa administração, de coordenação e de mobilização de todos os atores no meio de uma cadeia complexa de participantes.

Dessa forma, fica evidente que a maior preocupação na atualidade é conciliar o consumo de água por pessoa com a escassez em determinadas áreas do planeta. Amin[154] acrescenta:

> De acordo com o registrado no II Fórum Alternativo Mundial da Água (Tundisi, 2003), a situação já é crítica na República Popular da China, na Índia, no México e no Chifre da África, regiões nas quais os lençóis freáticos têm registrado queda de um metro por ano, acima da taxa natural de reposição, apontando uma grave Crise num horizonte de 20 a 25 anos. Outras localidades atingidas são o Oriente Médio e o Norte da África. Em outras regiões, a população expandiu-se acima da capacidade de abastecimento, produzindo poluição e escassez, casos de Taiwan, da Austrália e das áreas centrais do Meio-Oeste americano. Essa queda de disponibilidade é causada, principalmente, pelo fato de os recursos hídricos serem um dos motores do Desenvolvimento econômico de quase todos os países, sobretudo nos

[153] VILLIERS, Marq de. **Água**: como o uso deste precioso recurso natural poderá acarretar a mais séria Crise do século XXI. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.p.11-13.

[154] AMIN, Mario Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5993>; DOI : 10.4000/rccs.5993. Acesso em: 8 jan. 2019. P. 28.

> setores da agricultura e da indústria. Dessa forma, o que desequilibra a relação entre oferta de água na natureza e a demanda mundial é o aumento do consumo, visto que, de toda a água doce disponível, 70% dela é destinada à agricultura, 22% vai para a indústria e apenas 8% é destinada ao uso individual (clubes, residências, hospitais, escritórios e outros). A maior preocupação na atualidade é conciliar o consumo de água per capita com a escassez em determinadas áreas do planeta. A escassez já tem feito surgir situações de "hidroconflitos internacionais" em várias regiões do planeta.

O mesmo Villiers[155] ressalta a dimensão dos conflitos futuros por causa da escassez de água:

> 1. No norte da África, a escassez de água cria duas formas distintas de tensões:
>
> – tenções internacionais entre Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia pelo uso de reservas e do lençol freático, tendo na Tunísia seu epicentro; e
>
> – tensões internas entre setores sociais e econômicos em disputa pela água.
>
> 2. No Oriente Médio, além do caso de Israel, que disputa o controle das nascentes do Jordão com a Jordânia, a Turquia ameaça o controle das fontes do Eufrates, colocando a Síria e o Iraque em clara situação de dependência e alto risco.
>
> 3. Na América do Norte, o aproveitamento do Rio Bravo ou Grande, na fronteira dos EUA com o México, e uma fonte constante de atritos, com os desvios crescentes para a irrigação e o abastecimento das cidades e da agricultura norte-americanas.
>
> 4. Na Ásia Central, o controle do Tibet/Pamir, de onde provem as fontes dos rios que correm para a China, Paquistão e Índia, agudiza os conflitos na Cachemira, Nepal e Tibet.

Conca[156] ressalta:

> Several factors combined to create space for new thinking about water problems and water policy. These include the growth of environmental concerns, the general perception that water issues could not be solved exclusively through enhanced supply, and the failure of many governments to meet expanding requirements for drinking water and sanitation.[157]

---

[155] De Villiers, Marq (2002), **Água**. Rio de Janeiro: Ediouro.p.37-38.

[156] CONCA, Ken. **The Crisis of Global Environmental Governance Towards a new political economy of sustainability**. Rethinking authority, territory, and knowledge: transnational socio-ecological controversies and global environmental governance. Taylor & Francis e-Library, 2008.

[157] Tradução livre do autor: Vários fatores se combinaram para criar espaço para novas idéias sobre os problemas da água e a política da água. Isso inclui o crescimento das preocupações ambientais, a percepção geral de que os problemas da água não poderiam ser resolvidos exclusivamente por meio

Diante de tal cenário, a água passa, portanto, a adquirir um valor estratégico em função de sua contribuição para grande número de atividades produtivas e industriais. Nesse sentido, é muito importante ter conhecimento e informações sobre esse recurso, como explica Aranguren[158]:

> Concretamente, en el ámbito internacional, quienes tienen la información sobre aguas subterráneas, reservas de agua, y manantiales, han estado en capacidad de adelantar tratados, acuerdos y negocios, con un as bajo la manga. De hecho, algunos estados trabajan en marcos de regulación y varias multinacionales se unen al diseño de estrategias de gestión de recursos hídricos, buscando llenar los vacíos. Por ejemplo, “en el ámbito internacional no existe marco legal alguno que haga referencia específica a los acuíferos transfronterizo.[159]

A Amazônia assume assim uma posição internacional de forte conteúdo geopolítico. Fernanda Barros[160] explica:

> por apresentar um território muito amplo e uma disponibilidade hídrica superior a de muitos países, a Bacia Amazônica Brasileira se transforma num local estratégico de valor econômico e social, que perpassa pelo entendimento de que a referida bacia e primordial a sobrevivência da biodiversidade da Amazônia e, consequentemente, do mundo [...] alterou-se o significado da Amazônia, com uma valorização estratégica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital natural, sobretudo as florestas, a mega diversidade e a água. Sua extensão, que deve ser encarada em conjunto com a Amazônia sul-americana, constitui incrível patrimônio de terras e de capital natural. Sua posição geográfica é estratégica entre os grandes blocos regionais, e a biodiversidade é base da fronteira da ciência na biotecnologia e biologia molecular. Configura-se, então, uma forte disputa entre as potências pelo controle do capital natural da região, ao mesmo tempo em que movimentos sociais pressionam por sua preservação. Tais forças encontram terreno fértil para ação na região, graças às mudanças estruturais geradas pelas políticas públicas anteriores e pelas lutas sociais, sobretudo a conectividade, a

---

do aumento da oferta e a falha de muitos governos em atender aos requisitos crescentes de água potável e saneamento.

158 ARANGUREN, Margarita Marín, **La sociedade civil global em la governanza ambiental del sector agua em el mundo**. Artículo recibido el 28 de julio de 2011. Aprobado el 2 de septiembre de 2011.

159 Tradução livre do autor: especificamente, na arena internacional, aqueles que têm informações sobre as águas subterrâneas, reservas de água e nascentes, têm sido capazes de promover tratados, acordos e negócios, com um ás na manga. De fato, alguns estados trabalham em marcos regulatórios e várias multinacionais se juntam ao projeto de Estratégias de gestão de recursos hídricos, buscando preencher as lacunas. Por exemplo, "a nível internacional não existe um quadro legal que faça referência específica aos aquíferos transfronteiriços.

160 Barros, F. G. N. , “**A Bacia Amazônica Brasileira no contexto geopolítico da escassez mundial de água**”. Dissertação de Mestrado em Economia apresentada à Universidade da Amazônia, Belém, Brasil. 2006, p. 122-123.

> urbanização e a organização da sociedade civil em movimentos e projetos alternativos.

Sobre o valor dos recursos hídricos da Bacia da Amazônia Brasileira, escreve Wanderley Messias da Costa[161]:

> a água da Amazônia, além de contribuir decisivamente para os serviços ambientais prestados ao planeta, passiveis de valoração, deve ser avaliada pelo seu significado estratégico enquanto elemento vital do sistema físico-biótico como um todo, o que implica reconhecer e identificar sua contribuição para a produção dos volumes globais de biomassa, bem como sua participação direta nos processos de evolução, manutenção e reprodução da flora, fauna e microfauna, logo, sua contabilização não pode ocorrer apartada do sistema com o qual interage, pois como visto a água, na Amazônia, é indissociável da floresta. Além disto, a água é um elemento vital nos processos de reprodução e distribuição da diversidade biológica sendo também um repositório genético expressivo, onde os ciclos hidrológicos sazonais e sua variação regional são essenciais para a diversidade das formações florestais e para os seus padrões de distribuição espacial. É essencial avançar no conhecimento e avaliação dos ecossistemas aquáticos amazônicos.

Nélson de Figueiredo Ribeiro[162] enfatiza que:

> as previsões sobre a evolução da Crise mundial da água têm uma repercussão sobre a Amazônia geopoliticamente preocupante [...] pode-se concluir que, diante da fragilidade geopolítica da Amazônia, esse aspecto não deixará de estar na agenda das discussões para a solução da Crise mundial da água.

Em que pese o grande número de regiões que sofrem com a escassez de água, outras regiões, entretanto, têm recursos abundantes. A seguir três maiores reservas segundo dados do Vesti Finance[163]:

> Brasil – O país tem 6.950 quilômetros cúbicos de água doce, o que representa 43.000 metros cúbicos por pessoa. A riqueza aquática do país latino-americano é devido a uma enorme quantidade de rios, o principal dos quais é o Amazonas, o maior e mais longo rio do mundo. Este rio com seus mais de 200 afluentes contém um quinto da água do rio do mundo. Na estação chuvosa, os rios muitas vezes

---

[161] COSTA, Wanderley Messias da. Valorar a água da Amazônia: uma Estratégia de inserção nacional e internacional. In ARAGÓN, Luis; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Brasília: edições UNESCO Brasil, 2003, p.504.

[162] RIBEIRO, Nélson de Figueiredo, **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Belém: EDUFPA.2006, p.385.

[163] NICÁCIO, Romário. **Conheça os 10 países com as maiores reservas de água doce**. PortalN10. Disponível em: <https://oportaln10.com.br/conheca-os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-agua-doce-18150/>. Acesso em: 08 jan.2019.

> transbordam, inundando vastas áreas de floresta. O Brasil tem um considerável potencial hidrelétrico.
>
> Canadá – 2.900 quilômetros cúbicos de água doce, ou 98.500 metros cúbicos por pessoa. O país americano responde por 7% da água doce renovável global e menos de 1% da população mundial. Ele é um dos países que têm lagos, incluindo os Grandes Lagos, cuja bacia ultrapassa 240 mil km2.
>
> Rússia – 4.500 quilômetros cúbicos de água doce, ou 30.500 metros cúbicos por pessoa. A Rússia tem mais de 20% dos recursos mundiais de água doce (sem geleiras e águas subterrâneas). O país é banhado por 12 mares de três oceanos, além de ter um mar interior, o Cáspio. Ele tem mais de 2,5 milhões de rios e mais de 2 milhões lagos.

Diante desse quadro, aproximadamente, 2/3 de toda a água disponível na superfície do globo está localizada apenas em três regiões (Amazônia, Canadá e Rússia), o Brasil deve aproveitar esse potencial, para seu Crescimento Econômico e de qualidade de vida de sua população, elevando significativamente seus indicadores econômicos e sociais. Sobre esse aspecto, Nelson de Figueiredo Ribeiro[164] é bem explícito ao argumentar sobre o fato de que uma Estratégia fundamental que o Governo brasileiro deve adotar para evidenciar objetivamente a soberania do Brasil sobre a Amazônia é a adoção de medidas relativas à implantação *de infraestruturas que tornem mais efetiva a integração da Amazônia ao restante do país.*

As alterações decorrentes do processo de Globalização trouxeram novas pressões ao Governo brasileiro, responsáveis pela implementação das políticas públicas nacionais dirigidas a incentivar a preservação ambiental, garantir a administração dos Recursos Naturais estratégicos – águas, biodiversidade, minerais – e promover políticas regionais visando a fortalecer as políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

Assim, entender a necessidade do Desenvolvimento amazônico é compreender que tal Desenvolvimento está diretamente ligado ao Desenvolvimento da nação, pois a Amazônia é uma questão nacional e não deve ser tratada como uma variável isolada em detrimento do Desenvolvimento do Brasil como um todo.

A seguir será feita uma análise do sistema jurídico, tendo como referência o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) da terra indígena Raposa Serra do

---

[164] Ribeiro, Nelson de Figueiredo (2006), **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. p. 397.

Sol, que foi, sem dúvida, inovador, especialmente por deixar bem claro como deve ser entendido o direito de usufruto coletivo dos índios sobre as áreas ancestralmente ocupadas e demarcadas e a sua relação com os Recursos Naturais que continuam a pertencer à União. Isso se faz necessário porque há grande quantidade de Terras Indígenas demarcadas e por demarcar na Amazônia, com repercussão evidente no potencial econômico dessas regiões.

1.4 AS SALVAGUARDAS DEFINIDAS NO JULGAMENTO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma abordagem diferente no que concerne ao tratamento da questão indígena no Brasil, contendo um capítulo dedicado exclusivamente aos índios que estão, em sua grande maioria, na Amazônia: Capítulo VIII – Dos Índios. Nesse sentido, o processo de demarcação das Terras Indígenas fundamenta-se em seu art. 231 que reconhece a competência da União para demarcá-las e protegê-las.

Porém, por mais que a Constituição de 1988 representasse um progresso na proteção dos direitos dos índios, a efetivação de tais direitos mostrou-se sujeita a incertezas e indecisões técnicas e políticas, nas diversas instâncias da administração pública brasileira.

É nesse contexto de mudança de paradigma que a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) foi um símbolo dos impasses existentes em torno da efetivação dos direitos indígenas. Devido à pressão de vários setores, o processo demarcatório perdurou por anos, envolvendo órgãos públicos vinculados a distintas instâncias governamentais, havendo grande repercussão que precisou ser pacificada na Suprema Corte, no julgamento da demarcação da TIRSS.

> A Raposa é formada por uma área contínua de 1,7 milhão de hectares, dividida entre imensas planícies, semelhantes às das regiões de cerrado, mas aqui chamadas de lavrado; e cadeias de montanhas, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Nela vivem cerca de 20 mil índios,

> a maioria deles da etnia macuxi. Entre os grupos menores estão os uapixanas, ingaricós, taurepangs e outros.[165]

A TIRSS situa-se ao norte de Roraima, junto à fronteira tríplice Brasil-Venezuela-Guiana, com 1,74 milhão de hectares, abriga aproximadamente 19 mil indígenas, em 194 comunidades de cinco etnias: Tuarepang, Macuxi, Wapixana, Ingaricó e Patamona. Seu processo de demarcação teve início em 1977 e foi "concluído" somente em 2005, evidenciando a complexidade das disputas por terras, que desencadeou divergências, ações judiciais, além de questionamentos sobre os direitos dos povos indígenas.

Carolina Mota e Bianca Galafassi[166] completam:

> Em 2005, foi assinado a Portaria 534/05, pelo então Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, declarando a posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana e Patamona sobre a TIRSS, com 1,74 milhão de hectares. A Portaria estabeleceu que a terra indígena situada em área de fronteira fica submetida ao disposto no art. 20, §2º, da Constituição Federal (CF); que dela ficam excluídas a área do 6º pelotão especial de fronteira, os equipamentos e instalações públicas estaduais e federais já existentes, o núcleo urbano existente na sede do município de Uiramutã, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos de rodovias públicas estaduais e federais já existentes; ficou proibido o ingresso, trânsito e permanência de pessoas ou grupos não-indígenas dentro de perímetro especificado, exceto autoridade federal; e o Parque Nacional Monte Roraima, criado em 1989, ficou submetido à gestão compartilhada, a regime jurídico de dupla afetação. Na mesma data, o Presidente assinou o decreto homologando a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e estabelecendo que o Parque Nacional Monte Roraima seria administrado em conjunto pela Funai, Ibama e comunidade indígena Ingarikó. Ficou assegurado também, nos termos do Decreto federal n° 4.412/02, o ingresso das Forças Armadas e da Polícia Federal no território, para garantir a defesa e ordem pública e proteger os direitos constitucionais dos índios. A Funai determinou então a criação de uma comissão técnica para dar continuidade aos procedimentos de indenização pelas benfeitorias e o Incra assumiu o reassentamento de ocupantes não-indígenas.

Logo após, em 20 de maio de 2005, foi ajuizada a ação popular de autoria do senador Augusto Affonso Botelho Neto (PT-RR), assistido pelo também senador

---

[165] Estadão. **Saiba onde é a Reserva Raposa Serra do Sol e entenda o conflito**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,saiba-onde-e-a-reserva-raposa-serra-do-sol-e-entenda-o-conflito,159391>. Acesso em: 28 jul. 2018.

[166] MOTA, Carolina e GALAFASSI, Bianca. Artigo – **A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**: processo administrativo e conflitos judiciais, p. 32-33.

Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti (PTB-RR) contra a União, argumentando que a reserva em área contínua traria prejuízos para o Estado de Roraima.

Em agosto de 2008, o primeiro voto na Ação Popular 3388, foi proferido pelo Ministro Ayres Britto. O ministro foi a favor da legalidade da Portaria n° 534/05, e em consequência da demarcação contínua, fazendo emergir um grande debate sobre o tema. O ministro analisou que os laudos antropológicos deixaram claro que os índios das cinco etnias ocupavam as terras demarcadas como de usufruto exclusivo deles e, portanto, de propriedade da União. “Os índios estavam ali, segundo os laudos, nas imediações e não estavam em certas áreas hoje ocupadas por fazendeiros porque foram escorraçados, porque foram violentamente impedidos de materializar a sua ocupação tradicional”[167], disse o relator.

Em dezembro de 2008, o STF definiu o caso decidindo pela legalidade da Portaria 534, consequentemente, pela demarcação de forma contínua, mas impôs algumas restrições, colocadas pelo Ministro Menezes Direito que serão explicadas em linhas vindouras.

Diante das ressalvas, o Ministro Ayres Britto reajustou o seu voto para adotar as observações constantes do Ministro Menezes Direito. O julgamento restou suspenso face ao pedido de vista do ministro Marco Aurélio. Com a inclusão do feito em pauta, a União e a Funai apresentam o memorial complementar, debatendo, pontualmente, as condições apresentadas em Plenário e acatadas pelo Ministro Relator (AGU, 2009). Em 19 de março de 2009, por 10 votos a 1 o STF julgou parcialmente procedente o pedido formulado em ação popular, ajuizada pelo Senador da República contra a União. Quanto ao mérito, prevaleceu o voto do Ministro Carlos Ayres Britto, além disso, o Tribunal aprovou 18 condições propostas pelo Ministro Menezes Direito e uma 19° proposta pelo Ministro Gilmar Mendes, para tornar legal a demarcação contínua da terra indígena, essas condições tomaram o nome de salvaguardas institucionais.

[167] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 18. Divulgação 24/09/2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3244897/mod_resource/content/1/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20-%20STF%20-%20Ayres%20Britto%20-%20Raposa%20Serra%20do%20Sol%20-%202.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

As “salvaguardas institucionais” apresentadas pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito em voto-vista, debruçaram-se em como devem ser tratadas questões que envolvam conflitos entre o interesse público e os direitos indígenas e o exercício da soberania do Estado Brasileiro sobre a região, o Ministro afirmou[168]:

> Quanto aos interesses públicos, é bom ressalvar que muitos deles se encontram representados em sede constitucional e, dessa forma, podem estar situados em patamar hierárquico idêntico ao dos direitos indígenas que, mesmo constituídos de um caráter coletivo, por estarem ligados mais às comunidades indígenas que aos índios individualmente, são expressão de apenas uma parte do interesse público de âmbito nacional. Nesse caso, o fato indígena poderá ter sua força jurígena condicionada por tais interesses. (…) Identificada, demarcada e homologada a terra indígena, toda a respectiva área fica sujeita a um estatuto jurídico próprio, caracterizado por uma destinação especial e um aproveitamento exclusivo pelos índios, com restrições para diversas atividades exploratórias. O que se verifica, contudo, é que muita coisa vem sendo dita sobre os direitos dos índios nas terras demarcadas sem que, contudo, haja uma identificação precisa desses direitos e dessas restrições que estão previstos, sobretudo, na própria Constituição e também nas leis, especialmente no Estatuto do índio.

Da leitura do início do voto do Ministro Menezes Direito, notam-se os primeiros passos rumo ao Desenvolvimento das condicionantes. O Ministro demonstra que havendo conflito com algum interesse público, os direitos indígenas podem ser condicionados, desenvolvendo a ideia de que, os direitos indígenas não são absolutos, bem como defendeu a necessidade de entender seus limites e determinar bem os elementos que os condicionam, afirmou ainda:

> “Ao meu sentir, para a melhor percepção das implicações deste caso, é preciso mostrar em que consiste esse conjunto de prerrogativas e restrições atreladas à terra indígena e que constitui, enfim, o que vem sendo reunido sob a noção de afetação (…) Segundo os artigos 20, XI, e 231, § 2º, da Constituição, as Terras Indígenas são de propriedade da União, mas destinam-se à posse permanente dos índios.”[169]

O voto abordou cada um dos conflitos apontados na inicial desenvolvendo uma interpretação da Constituição e das leis que permita, nas palavras do próprio Ministro, a “conciliação das prerrogativas aparentemente em conflito”, e que, ao final

---

[168] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009, p. 32.

[169] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009, p. 32.

do voto, acabaram por dar origem a 18 cláusulas condicionantes que no último debate, por conta de uma fala do Ministro Gilmar Mendes, tornaram-se 19.

A Corte Suprema definiu, por meio das condicionantes, normas gerais visando regulamentar o processo de demarcação das Terras Indígenas, a saber:

> 1 – O usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas Terras Indígenas pode ser relativizado sempre que houver como dispõe o artigo 231 (parágrafo 6º, da Constituição Federal) o relevante interesse público da União na forma de Lei Complementar;
>
> 2 – O usufruto dos índios não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre da autorização do Congresso Nacional;
>
> 3 – O usufruto dos índios não abrange a pesquisa e a lavra das riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional, assegurando aos índios participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
>
> 4 – O usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, devendo se for o caso, ser obtida a permissão da lavra garimpeira;
>
> 5 – O usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional. A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (o Ministério da Defesa, o Conselho de Defesa Nacional) serão implementados independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;
>
> 6 – A atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;
>
> 7 – O usufruto dos índios não impede a instalação pela União Federal de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e de educação;
>
> 8 – O usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade imediata do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
>
> 9 – O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área de unidade de conservação, também afetada pela terra indígena, com a participação das comunidades indígenas da área, que deverão ser ouvidas, levando em conta os usos, as tradições e costumes dos indígenas, podendo, para tanto, contar com a consultoria da Funai;

> 10 – O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes;
>
> 11 – Deve ser admitido o ingresso, o trânsito, a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai;
>
> 12 – O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas;
>
> 13 – A cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público tenham sido excluídos expressamente da homologação ou não;
>
> 14 – As Terras Indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico, que restrinja o pleno exercício do usufruto e da posse direta pela comunidade indígena;
>
> 15 – É vedada, nas Terras Indígenas, qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária extrativa;
>
> 16 – As terras sob ocupação e posse dos grupos e comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto no artigo 49, XVI, e 231, parágrafo 3º, da Constituição da República, bem como a renda indígena, gozam de plena imunidade tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos taxas ou contribuições sobre uns e outros;
>
> 17 – É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada;
>
> 18 – Os direitos dos índios relacionados as suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis.
>
> 19 – É assegurada a efetiva participação dos entes federativos em todas as etapas do processo de demarcação.

Fazendo a leitura das salvaguardas percebe-se que a decisão trouxe reconhecimento da dignidade da pessoa humana de cada índio, mas também, possui conteúdos por vezes polêmicos. Diante disso, no sentido de melhor exposição, serão tratadas as mais relevantes.

Da leitura da condicionante nº 01, percebe-se que a decisão confere preferência ao interesse da União, representando a coletividade brasileira, sobre os direitos indígenas, tendo em vista que o usufruto dado aos índios pode ser relativizado por lei complementar, quando houver relevante interesse público da União.

Orlando Gomes[170] conceitua o instituto do usufruto como:

> Diz-se, com efeito, que é o direito de usar e fruir o bem de outra pessoa. Mas, em verdade, o usufruto não pode ser definido e determinado, como adverte Lacerda de Almeida, pelos direitos que o constituem, nem resulta da reunião e integração de direitos que, esparsos, vieram sucessiva ou simultaneamente formar um todo. Mas é direito de usar e perceber frutos de coisa alheia, de usar e fruir, como não é uso e fruto o direito real de fruição ou gozo que constitui o usufruto, mas, sim, direito de compreensão geral, que abrange todo o valor econômico da coisa compatível com a conservação da nua-propriedade. Nessa ordem de ideias, o usufruto pode ser definido como o direito de desfrutar um bem alheio como se dele fosse proprietário, com a obrigação, porém, de lhe conservar a substância. Esse conceito, no entanto, tem sido criticado porque "põe o acento sobre as obrigações que o usufrutuário assume no curso de sua gestão". Será melhor, melhor defini-lo, com WOLFF, como direito real de desfrutar um objeto na totalidade de suas relações, sem lhe alterar a substância, acrescentando-se, porém, que esse direito é temporário.

Clóvis Beviláqua[171] define: "o usufruto é o direito real, conferido a alguma pessoa, durante certo tempo, que a autoriza a retirar, de coisa alheia, frutos e utilidades, que ele produza".

Porém, o usufruto do caso da condicionante nº 01, é diferente do usufruto privado, principalmente pelo seu caráter coletivo e pela titularidade, pois os titulares do direito são comunidades indígenas, e não cada índio individualmente, apenas assemelham-se quanto à natureza de direito real, permitindo a percepção dos frutos e utilidades do bem.

A posse indígena não estaria adstrita aos parâmetros do Direito Privado, pois está atrelada ao reconhecimento dos direitos culturais indígenas. Sua conceituação transborda a ideia de ocupação com o simples intuito de exploração da terra.

Não há dúvida que a propriedade das terras é da União e que o usufruto – exclusivo – é um direito das comunidades indígenas. Tem, portanto, natureza jurídica de direito real sobre coisa alheia, embora sujeito a regime diretamente constitucional e não ao Direito Privado. Sendo regido por normas de Direito Público (Estatuto do Índio e regime administrativo dos bens públicos) (Cavalcante Filho[172]), diretamente

---

[170] GOMES, Orlando. **Direito reais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1998. p. 276-277.

[171] BEVILAQUA, Clovis. **Direito das Coisas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense. v. I, p. 309.

[172] CAVALCANTE FILHO, João Trindade. **Usufruto exclusivo das Terras Indígenas**. Natureza

vinculada à soberania e do poder de império do Estado brasileiro sobre as pessoas que ocupam ou podem ocupar, essa parte específica do seu território.

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, isto é, por eles habitadas em caráter permanente e as utilizadas para suas atividades produtivas, são bens da União, a teor do disposto no art. 20, XI, da Constituição Federal. Aos índios é conferido o usufruto exclusivo de tais terras e sua posse permanente, conforme o art. 231, §2º, da Constituição. Portanto, apesar de pertencentes ao patrimônio da União, são bens afetados por destinação constitucional específica.

Vale destacar os motivos pelos quais a Corte optou por afastar as denominações “povos indígenas” e “territórios”, conforme consignado na ementa do Acórdão, que retrata o consenso do Plenário sobre o tema:

> AS TERRAS INDÍGENAS COMO CATEGORIA JURÍDICA DISTINTA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS. O DESABONO CONSTITUCIONAL AOS VOCÁBULOS “POVO”, “PAÍS”, “TERRITÓRIO”, “PÁTRIA” OU “NAÇÃO” INDÍGENA. Somente o “território” enquanto categoria jurídico-política é que se põe como o precioso âmbito espacial da incidência de uma dada Ordem Jurídica soberana, ou autônoma. O substantivo “terras” é termo que assume compostura nitidamente sócio-cultural, e não política. A Constituição teve o cuidado de não falar em territórios indígenas, mas, tão-só, em “Terras Indígenas”. A traduzir que os “grupos”, “organizações”, “populações” ou “comunidades” indígenas não constituem pessoa federada. Não formam circunscrição ou instância espacial que se orne de dimensão política. Daí não se reconhecer a qualquer das organizações sociais indígenas, ao conjunto delas, ou à sua base peculiarmente antropológica a dimensão da instância transnacional. Pelo que nenhuma das comunidades indígenas brasileiras detém estatura normativa para comparecer perante a Ordem Jurídica Internacional como “Nação”, “País”, “Pátria”, “território nacional” ou “povo” independente. Sendo de fácil percepção que todas as vezes que a Constituição tratou de “nacionalidade” e dos demais vocábulos aspeados (País, Pátria, território nacional e povo) foi para se referir ao Brasil por inteiro. (Ementa)[173]

Nas razões aduzidas no acórdão, os Ministros deixam claro o entendimento de que as coletividades indígenas constituiriam tão somente “populações” ou “comunidades” (e nunca “povos”), ao tempo em que reafirmam a inexistência de

---

jurídica, alcance e objeto. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 12, n. 1640, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10804>. Acesso em: 17 set. 2018.

[173] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009.

identidades étnicas diferenciadas, louvando a miscigenação, na linha do que sustenta a democracia racial[174]. Conforme excerto dos votos[175] dos Ministro Menezes Direito, Ministro Eros Grau, Ministro Marco Aurélio e da Ministra Ellen Gracie:

> O Estatuto Jurídico das Terras Indígenas não se reduz a um "tudo pode" para os índios e um "nada pode" para a defesa do interesse público na sua mais ampla perspectiva. É um estatuto complexo, sofisticado, que consegue ao mesmo tempo cumprir a determinação constitucional de proteção e preservação dos índios e da cultura indígena e assegurar a satisfação dos interesses públicos de ordem nacional, na mais pura tradição brasileira de cordialidade e conciliação. Ou a "mais pura tradição brasileira de cordialidade e conciliação. (Voto Ministro Menezes Direito)
>
> É certo que os índios merecem, entre nós, tratamento constitucional especial. Mas isso não justifica, nem de leve, insinuação de que eles componham outro ou outros povos diferentes do povo brasileiro. Aqui não. No Brasil os indígenas, tal como nós --- "preto, branco, amarelo, misturado", como disse Álvaro Moreyra em um lindo poema, nós que somos parte do Brasil de todas as cores --- aqui os indígenas, tal como nós, são brasileiros. Nada nos apartará 86 uns dos outros. É importante que se o afirme. A Constituição do Brasil recusa qualquer ruptura da nossa nacionalidade, ao gosto de quantos preferem o dissenso da sociedade civil --- onde prevalecem os interesses dos de sempre --- macaqueando a sintaxe dos discursos das ONGs daqui e de alhures ou conferindo a eles os tons característicos do pensamento de certos intelectuais orgânicos. (Voto do Ministro Eros Grau)
>
> É certa a necessidade de interpretação dos dispositivos que conferem proteção aos índios em conjunto com os demais princípios e regras constitucionais, de maneira a favorecer a integração social e a unidade política em todo o território brasileiro. O convívio harmônico dos homens, mesmo ante raças diferentes, presente a natural miscigenação, tem sido, no Brasil, responsável pela inexistência de ambiente belicoso. (Voto do Ministro Marco Aurélio)
>
> O dono desta terra é o povo brasileiro, seja ele composto por brancos, por negros, por índios, enfim, é ao povo brasileiro que este território pertence e acho que a Corte, com as suas manifestações, sinaliza muito claramente nesse sentido. (Voto da Ministra Ellen Gracie)

Dessa forma, não há proibição quanto a atividades produtivas para subsistência, uma vez que os indígenas têm direito ao Desenvolvimento consoante com sua autodeterminação. Há sim, limitações e impedimentos às atividades

---

[174] "O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de Casa-grande & senzala, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico (...). Tal mito tem o seu nascimento quando estabelece uma ordem, pelo menos do ponto vista do direito, livre e minimamente igualitária." (Joaze BERNARDINO, "Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil' 2002, p.251).

[175] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009.

econômicas de terceiros nas áreas indígenas.

A análise do Ministro Gilmar Mendes também faz alusão à existência a uma autodeterminação “inerente ao sistema de vida indígena”, mas condiciona seu exercício ao “interesse da soberania nacional”:

> Desse modo, apreende-se que a própria Declaração (art. 3º e 4º) esclarece que o direito de autodeterminação refere-se às decisões inerentes ao sistema de vida indígena, quanto ao seu meio de vida e de Desenvolvimento econômico, social e cultural, em âmbito exclusivamente interno e local. Ou seja, não se trata de autodeterminação em âmbito jurídico-político como ente estatal independente em âmbito internacional. [...]
>
> Em primeiro lugar, a proteção constitucional do art. 231 e do art. 232 da Constituição são para brasileiros indígenas. É esse o sentido constitucional, preservando-lhes a cultura, o modo de vida e opção de seu Desenvolvimento (pela aculturação ou não), mediante a concessão da posse permanente e usufruto de bens públicos especialmente afetados para tal fim. Mas a proteção constitucional, como visto no art. 231, §5°, CF/88, deve ser condicionada ao interesse da soberania nacional. (Voto do Ministro Gilmar Mendes) [176]

Tal salvaguarda, somada às de números 2,3 e 4, explicita os exatos limites dos direitos dos indígenas, e submetem o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, bem como, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais à autorização do Congresso Nacional, ficando demonstrado que por mais que os índios tenham o usufruto da área, não podem estes explorar os recursos hídricos e potenciais energéticos, sem que haja autorização do Congresso Nacional.

Em outras palavras o Patrimônio Estratégico da região, e do país, não podem ser explorados pelos índios.

> Diante da constatada superposição de terra indígena em área integrante de faixa de fronteira, na qual se permite excepcionalmente a garimpagem, ressalto que eventualmente seja possível, tão somente em razão dessa peculiaridade, a garimpagem e faiscação a ser realizada com autorização do Estado, mas nunca pelas comunidades indígenas, desde que haja aprovação do Conselho 76 Ou que tenham, ao menos, sido recepcionadas pela Constituição de 1988. 77 “II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;” de Defesa Nacional, nos termos do artigo 23, alínea "b" da Lei n° 7.805/93. [...] Os índios não podem limitar o tráfego de pessoas em rodovias públicas, com barricadas ou com a imposição de

[176] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388.Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009.

> quaisquer condições de acesso. Também não se pode restringir a utilização e funcionamento de equipamentos e instalações públicas, em detrimento do interesse público concretizado na defesa da integridade soberana do patrimônio público e da adequada prestação de serviços públicos porventura vinculados a tais bens. (Voto do Ministro Gilmar Mendes)

Já nas salvaguardas n° 5 e 6, verifica-se a preferência da defesa nacional. Elas permitem a instalação de bases, unidades e postos militares em Terras Indígenas, visando resguardar a segurança nacional, em particular nas fronteiras, bem como, permitem a atuação de Forças Armadas e da Polícia Federal na área, independentemente de consulta às comunidades indígenas ou à FUNAI.

Ficando claro, em que pese o usufruto, este não se sobrepõe ao interesse público, nem da política de Defesa Nacional, nem à atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal.

Ademais, o acórdão[177] por várias vezes faz referência a situações de ameaça à unidade territorial e à soberania nacional, caso fosse conferida autonomia total aos índios.

> Revela-se, portanto, a necessidade de abandonar-se a visão ingênua. O pano de fundo envolvido na espécie é a soberania nacional, a ser defendida passo a passo por todos aqueles que se digam compromissados com o Brasil de amanhã. (Voto do Ministro Marco Aurélio)
>
> Parece-me que tais enunciados não são compatíveis com a ordem constitucional brasileira e, por isso, a Corte faz bem em declarar a inoperância jurídica da Declaração, para dissipar quaisquer dúvidas a respeito e retirar toda base jurídica de sustentação a qualquer movimento ideológico que possa fermentar ideias de quebra da coesão social, de desagregação da nacionalidade e de separação territorial. (Voto do Ministro Cézar Peluso)
>
> Renova o argumento de que a demarcação não importa em risco para a soberania nacional, pois os índios garantiriam a ocupação e poderiam colaborar, como já o fazem, com as Forças Armadas na identificação do terreno e na composição das tropas (Voto do Ministro Menezes Direito)
>
> Tais restrições são condicionantes à ocupação indígena na área, no interesse da soberania nacional, seja para instalação e movimentação militar, seja para livre locomoção e atuação da Polícia Federal, mas sempre de forma justificada e controlada, em harmonia com o usufruto

[177] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009

> e posse permanente dos índios nas áreas demarcadas. (Voto Ministro Gilmar Mendes)

Somando-se a condicionante de nº 07, fica estampada a primazia do interesse público sobre os direitos das comunidades étnicas, assim como as salvaguardas já citadas, não há previsão de consulta aos indígenas, assim, caso queira, a União poderá instalar equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos, em especial de saúde e de educação.

Dessa forma, o interesse nacional é prevalente sobre os demais, assim, havendo incompatibilidade ou concorrente do usufruto indígena com o interesse nacional, este sempre prevalecerá.

A seguir alguns trechos dos votos[178] individuais:

> A relevância constitucional, social e ética da proteção dos direitos tradicionais dos índios não pode ser negada e todos os agentes do estado devem zelar pela sua salvaguarda. No entanto, quando ao lado dessa proteção está igualmente garantida a proteção dos interesses da defesa nacional, a salvaguarda dos direitos indígenas não pode ser tomada de forma absoluta, a ponto de prevalecer em qualquer caso. Com isso não se diz, pura e simplesmente, que essa salvaguarda somente deva ser perseguida até o ponto em que se depara com o interesse da defesa nacional. Isso pode ocorrer, ou seja, o interesse da defesa nacional pode e deve sobressair em determinadas condições. [...] O Estatuto Jurídico das Terras Indígenas se caracteriza pelo usufruto exclusivo dos índios que, todavia, estará sujeito às condições que ora são definidas, no campo da segurança nacional e da preservação do meio ambiente. (Voto do Ministro Menezes Direito)
>
> O Estatuto Jurídico das Terras Indígenas não se reduz a um "tudo pode" para os índios e um "nada pode" para a defesa do interesse público na sua mais ampla perspectiva. (Voto do Ministro Menezes Direito).
>
> Não é, pois, apenas que não existe qualquer impedimento jurídico ou material para a União, por intermédio das Forças Armadas e da Polícia Federal, que servem ao País de maneira incontestável, na defesa de suas fronteiras, de sua terra para a dignidade do seu povo, intervir em terra indígena para garantir a soberania e a segurança nacional. Há o dever constitucional de a União atuar no sentido da atuação na área, garantindo-se a soberania nacional. As Forças Armadas e a Polícia Federal, no cumprimento daquela obrigação jurídica, podem até

[178] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388. Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009.

> mesmo afastar a presença de quaisquer brasileiros, índios ou não, nas áreas tidas como necessárias para a defesa do interesse nacional.
>
> o usufruto dos bens das Terras Indígenas pelos índios condiciona-se ao interesse da política de defesa nacional, fixada, sem necessidade de qualquer consulta prévia às comunidades índios ou não, pelo Ministério da Defesa e do Conselho da Defesa Nacional, nos termos do art. 91, § 1º, incs. III e IV, da Constituição). Neste sentido, a atuação dos órgãos competentes, a saber, Forças Armadas e Polícia Federal, na área indígena, no desempenho de suas atribuições, não depende de consulta prévia.
>
> Esses interesses, especialmente ligados à segurança, são os interesses supremos da Nação e, como tais, são sempre oponíveis a qualquer grupo, estamento, classe, etc., que compõem o corpo nacional. Nenhum interesse desses segmentos pode entrar em conflito com os interesses supremos do País, sobretudo quanto ao território superposto que a Constituição, nos termos do art. 20, § 2º, denomina faixa de fronteira e que constitui instrumento de resguardo da nossa integridade territorial. De modo que tais circunstâncias apontam para a existência de regime jurídico das terras que não pode excluir a possibilidade de ação incondicional das Forças Armadas no seu âmbito. (Voto do Ministro Cézar Peluso).
>
> Parece-me que há, aqui, conflito teórico entre interesses e valores constitucionais. De um lado, os interesses das populações indígenas; de outro, o interesse que, nos termos do art. 225 da Constituição, supera os das populações indígenas, porque concernem a bens de uso comum do povo e essenciais à sadia qualidade de vida de toda a população brasileira, não apenas de um de seus grupos, e que impõem a preservação das reservas, a cujo respeito a Constituição, textualmente, no inc. Ill, veda "qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção" constitucional. (Voto do Ministro Cézar Peluso)
>
> A interpretação do art. 231, § 5o, da Constituição, evidencia que mesmo toda a proteção constitucional conferida aos índios é condicionada ao interesse da soberania do País, ora em grau maior, como nas excepcionais hipóteses do artigo mencionado, ora em grau menor, em que outras soluções jurídicas são possíveis para a harmonia e concordância prática desses valores constitucionais. (Voto do Ministro Gilmar Mendes).

Nos casos números 8 e 9, novos elementos passam a integrar e a intervir no país: as unidades de conservação e as Terras Indígenas demonstrando uma tendência no âmbito territorial. Estes dois tipos de territórios são formas de proteção da Amazônia, e garantia da preservação de um gigantesco patrimônio biológico.

Dessa forma, verifica-se que as condicionantes tratam da questão de sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação. A interpretação do ministro Menezes Direito foi que o órgão responsável pelas Unidades de

Conservações, no caso o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, deve ter primazia na gestão dessas áreas.

De novo, extratos de alguns votos[179] sobre o assunto:

> Seja como for, é do meu pensar que a vontade objetiva da Constituição obriga a efetiva presença de todas as pessoas federadas em Terras Indígenas, desde que em sintonia com o modelo de ocupação por ela concebido. Modelo de ocupação que tanto preserva a identidade de cada etnia quanto sua abertura para um relacionamento de mútuo proveito com outras etnias indígenas e grupamentos de não-índios. Mas sempre sob a firme liderança institucional da União, a se viabilizar por diretrizes e determinações de quem permanentemente vela por interesses e valores a um só tempo "inalienáveis", "indisponíveis" e "imprescritíveis" (§ 4º do artigo constitucional de nº 231). [...] Sendo que o papel de centralidade institucional que é desempenhado pela União não pode deixar de ser imediatamente coadjuvado pelos próprios índios, suas comunidades e organizações, além da protagonização de tutela e fiscalização do Ministério Público, [...] (Voto do Ministro Carlos Ayres Britto).
>
> Essas terras são bens da União. Os índios detêm a posse, não o domínio destas terras. Isso é necessário ainda redizermos: a União detém o domínio dessas terras. Por isso é cristalina, para quem lê na Constituição o que nela está escrito, a plena compatibilidade entre soberania e reconhecimento, em favor dos índios, de direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. As Terras Indígenas sendo de propriedade da União, são inalienáveis, imprescritíveis, impenhoráveis. (Voto do Ministro Eros Grau).
>
> Em segundo lugar, também louvo e acompanho integralmente a preocupação e os enunciados do eminente Ministro Menezes Direito em relação ao regime jurídico das terras. Trata-se, evidentemente, de terras da União, a cujo regime e disciplina jurídicos não são estranhas as funções constitucionais das Forças Armadas, a que incumbe garantir a segurança coletiva, a coesão nacional e a integridade territorial, como vem claro do art. 142 da Constituição da República. (Voto do Ministro Cézar Peluso).
>
> Aos índios não se concede a propriedade das terras ocupadas, que é exclusiva da União Federal. O que a Constituição determina é uma afetação pública específica às terras habitadas pelos índios, em razão da proteção constitucional a eles conferida. [...] Fixada a premissa de que se trata de discussão a respeito da adequada afetação constitucionalmente determinada de bens de propriedade da União Federal, cuja utilização é expressamente condicionada ao respeito da soberania e defesa nacionais, o caminho para a concretização de tal condicionamento perpassa a análise da competência da União Federal (Voto do Ministro Gilmar Mendes).

[179] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24/09/2009.

As salvaguardas 10,11 e 12 disciplinam o trânsito de não-índios sobre Terras Indígenas No caso de unidades de conservação, a decisão cabe ao Instituto Chico Mendes e, fora disso, à FUNAI. Não se prevê a necessidade de oitiva das populações indígenas afetadas.

O Ministro Menezes Direito, em seu voto, estabelece que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade será responsável pela administração das áreas de unidade de conservação que também forem afetadas pela terra indígena, ficando a participação das comunidades indígenas restrita a um caráter opinativo, devendo o instituto levar em conta as tradições e costumes indígenas e podendo, para isso, contar com a consultoria da FUNAI. Nessas áreas, o usufruto dos índios deve sofrer restrições – o Ministro estabelece que ingresso, trânsito e permanência, bem como as atividades de caça, pesca e extrativismo vegetal deverão obedecer às normas estipuladas pelo Instituto, que também deve ser responsável por estipular horários e condições para o trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios. [180] :

Nas demais áreas da Terra Indígena, o ingresso, trânsito e permanência de não-índios devem observar as condições estabelecidas pela FUNAI, e não poderão ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas por parte das comunidades indígenas. Também não poderão ser objeto de cobrança de tarifas ou outras quantias a utilização das estradas, dos equipamentos públicos, das linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações públicas.

Já as de número 15 e 16, dizem respeito a impossibilidade de pessoas estranhas aos grupos tribais ou comunidades indígenas realizarem caça, pesca ou coleta de frutas, bem como, o usufruto das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas são exclusivas, assim como já preceitua o Estatuto do Índio, bem como, são isentos de tributos os bens do patrimônio indígena, o usufruto das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas e a renda indígena (art. 49, XVI e 231, parágrafo 3º, CF/88).

> Estatuto do Índio – Art. 18. As Terras Indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos

[180] MOTA, Carolina e GALAFASSI, Bianca. Artigo – **A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**: processo administrativo e conflitos judiciais, p. 62.

> silvícolas.
>
> § 1º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa.

A decisão da PET 3388 ao tempo que reconheceu o direito ao usufruto coletivo, reforçou a soberania nacional sobre as áreas de Terras Indígenas. Destacando o seu poder do império sobre as pessoas no território e a propriedade da área e dos Recursos Naturais estratégicos. Ficou evidente a relação frequente entre o plano político e o plano jurídico-administrativo. Numa visão ponderada, os direitos indígenas e o direito ambiental se encontram em paralelo, coexistindo, com o objetivo de perpetuação da sadia qualidade de vida. Ficou claro, desse modo, que os inúmeros Recursos Naturais estratégicos existentes em toda a Região Amazônica (e no Brasil como um todo), estão sujeitos às regras dos bens reservados da União no que diz respeito ao seu uso e aproveitamento, incluindo-se aí lavra, desmatamento, comércio e pesquisa biológica. Estabeleceu-se também que os índios individualmente não têm direitos próprios sobre o território, mas somente o gozo coletivo das terras que lhes forem reconhecidas. Em resumo, eles não são os donos dessas terras, não possuindo posse em nome próprio, propriedade ou domínio.

Na prática essas áreas estão sendo protegidas, porque muito mais difícil o aproveitamento dos Recursos Naturais dessas regiões pela enorme dificuldade de obter autorização da FUNAI e ICMBIO para qualquer atividade produtiva.

Estabelecidos os critérios mais importantes sobre a Amazônia e o Bioma Amazônia, trataremos a seguir da questão da Transnacionalidade da Amazônia e sua importância para o Brasil.

1.5 A AMAZÔNIA É UM ESPAÇO TRANSNACIONAL TÍPICO

O novo valor estratégico atribuído à natureza Amazônica tornou patente que ela não se restringe à Amazônia brasileira, mas sim, envolve a extensa Amazônia sul-americana. Os ecossistemas florestais não obedecem aos limites políticos dos países e muitas nascentes dos rios amazônicos localizam-se fora do território nacional. Esta situação, que em outras partes do planeta gera conflitos geopolíticos entre nações, no caso da Amazônia pode e deve ser fundamento para uso conjunto e

complementar dos recursos em prol do Desenvolvimento regional, tal como ocorre com a formação de blocos supranacionais no mundo contemporâneo.[181]

Para melhor compreensão, faz-se necessário fazer uma pequena introdução sobre o que é Transnacionalidade, que será mais profundamente estudada no capítulo II.

Importante começar com uma explicação do que é a Transnacionalidade. O termo direito transnacional, e dele a expressão Transnacionalidade, foi usado pela primeira vez pelo juiz americano Philip Jessup[182] em 1956, numa rodada de palestras na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. No livro editado com o conteúdo dessas palestras, ele esclarece bem a necessidade de criação de uma nova visão, de um novo nome para o direito que surgia fortemente na época:

> O assunto a que se reportam estes capítulos é o direito aplicável à complexa comunidade mundial inter-relacionada, a qual se pode descrever como principiando com o indivíduo e chegando até a chamada "comunidade de Nações" ou "sociedade de Estados". ... Os problemas a examinar são, em grande parte, os comumente chamados internacionais, e o direito a se aplicar consiste nas normas a eles aplicáveis. Mas o termo "internacional" é enganador, já que sugere que nos preocupamos apenas com as relações de uma Nação (ou Estado) com outras Nações (ou Estados). Parte da dificuldade em analisar os problemas da comunidade mundial e o direito que os regula consiste na falta de uma palavra apropriada para designar as normas em discussão. Assim como a palavra "internacional" é inadequada para definir o problema, também a expressão "direito internacional o é" .... Todavia, eu usarei, em lugar de "direito internacional", a expressão "direito transnacional" para incluir todas as normas que regulam atos ou fatos que transcendem fronteiras nacionais.

Para Cruz e Stelzer[183]:

> O prefixo *trans* tem origem latina e significa "além de, através, para trás, em troca de ou ao revés". No presente estudo "transnacional" é concebido como aquilo que atravesso o nacional, que perpassa o Estado, que está além da concepção soberana do Estado e, por consequência, traz consigo, inclusive, a ausência da dicotomia público e privado.

---

[181] BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio. p. 53.

[182] JESSUP, Philip. **Direito transnacional**. Rio: Fundo de Cultura, 1965. P. 11-12.

[183] STELZER, Joana;CRUZ, Paulo Márcio (org**.). Direito e Transnacionalidade**. O fenômeno da transnacionalização na dimensão jurídica. Curitiba: Juruá, 2011, p.24-25.

E acrescentam:

> A Transnacionalidade insere-se no contexto da Globalização e liga-se fortemente à concepção do transpasse estatal. Enquanto Globalização remete à ideia de conjunto, de globo, enfim, o mundo sintetizado como único; transnacionalização está atada à referência do Estado permeável, mas tem na figura estatal a referência do ente em declínio. Com efeito, não se trata mais do Estado territorial, referência elementar surgido após a Paz de Vestfália e que se consolida até o Século XX, viabilizando a emergência do direito internacional sob amparo da ideia soberana.

Diante desse novo cenário, a transnacionalização torna-se um novo componente a ser considerado, conforme aponta Stelzer e Neves[184]:

> O fenômeno da transnacionalização representa o novo contexto mundial, surgido principalmente a partir da intensificação das operações de natureza econômico comercial no período do pós-guerra, caracterizado – especialmente – pela desterritorialização, expansão capitalista, enfraquecimento da soberania e emergência de ordenamento jurídico gerado à margem do monopólio estatal. A transnacionalização não é fenômeno distinto da Globalização (ou da mundialização), pois nasce no seu contexto, com características que podem viabilizar o surgimento da categoria Direito transnacional. Não se deve descolar a transnacionalização da Globalização ou da mundialização, circunstância que levaria o pesquisador à complexa e infinita pesquisa de doutrinadores, cada um a seu jeito, a denominar as emergentes circunstâncias que moldam a vida contemporânea ou, como Ulrich Beck alude, buscar para a Globalização uma definição "mais parece uma tentativa de pregar um pudim na parede." (...)
>
> A ideia de internacionalização traz em si o relacionamento predominante entre países, ausente percepção de alcance global. Na internacionalização as relações políticas jurídicas desenvolvem-se de forma bilateral ou multilateral, mas sem que tal circunstância esteja envolvida com a multiplicação de enlaces decorrentes das transformações tecnológicas, de comunicação ou de transporte em escala planetária. Desse ponto de vista, o fenômeno da internacionalização está firmemente escorado na ideia de relações entre soberanias. A cooperação entre Estados é a característica dominante e a relação que se estabelece caracteriza-se por ser abreviada entre as partes. Entre os Estados vigora o respeito mútuo e a ideia de soberanias em semelhante plano.

[184] STELZER Joana; GONÇALVES, Everton das Neves. Artigo – **Estado, Globalização e Soberania:** Fundamentos políticos jurídicos do fenômeno da Transnacionalidade. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009, p.3.

A transnacionalização apresenta a necessidade da construção de um novo sentido de viver. Importante a explicação de Cruz e Bodnar[185]:

> Um mundo globalizado pressupõe novas relações de interdependência, novas necessidades, problemas e desafios igualmente novos. Pressupõe ainda novas ferramentas capazes de fazer frente aos seus atuais desafios. Esse novo projeto de civilização provavelmente passará pela reabilitação do político, o jurídico, o social e do cultural contra a hegemonia da razão econômica. Isso implica uma redefinição ou, mais exatamente, um redescobrimento do bem comum, de um saber existir juntos e de um novo sentido para a aventura de viver. Ao cotejar essa definição de Transnacionalidade, percebe-se que ela serve bem para demonstrar o que é a Amazônia. Ela vai além de cada um dos Estados onde ela se situa, não existindo fronteiras para o ar, a água, os animais, e os agentes biológicos que ali existem.

Ao cotejar essa definição de Transnacionalidade, percebe-se que ela serve bem para demonstrar o que é a Amazônia. Ela vai além de cada um dos Estados onde ela se situa, não existindo fronteiras para o ar, a água, os animais, e os agentes biológicos que ali existem. Aquilo que acontece em uma parte da Amazônia, dependendo do tamanho e importância, pode trazer consequências para toda a região. A contaminação da água de um rio na nascente do Amazonas poderá trazer consequências danosas para milhares de pessoas ao longo dos rios, até a sua foz.

As queimadas, o uso de mercúrio na prospecção do ouro, o desmatamento, a construção de barragens ou usinas hidrelétricas podem alterar toda a dinâmica estabelecida pela natureza e, com isso, gerar danos ambientais de grande monta para o próprio país onde ocorram e também para seus vizinhos a jusante e a montante.

Por isso, a coordenação entre os países amazônicos é um elemento essencial para o Desenvolvimento da região, por possibilitar maior eficiência na execução de programas que promovam os seus Desenvolvimentos internos, nas negociações internacionais.

Nesse ponto, uma avaliação ambiental estratégica continental seria muito bem-vinda.

---

[185] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenido. A Transnacionalidade e a emergência do Estado e do Direito Transnacionais. STELZER, Joana (Orgs.). **Direito e Transnacionalidade**. P.27.

Acerca do tema Souza e Mafra[186] explicam:

> A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um mecanismo inovador na conjuntura global. É crescente a consciência em diversos países e instituições internacionais sobre a necessidade de discutir como AAE pode assegurar a implementação do direito fundamental ao meio ambiente sadio, o que já desponta na ordem jurídica nacional.

E completam:

> A Avaliação Ambiental Estratégica é instrumento que vem ganhando repercussão no cenário jurídico global em favor de respaldar o Direito Ambiental. Nota-se que a Avaliação Ambiental, de modo amplo, pode ser vista como processo de informação que compõe a parte externa ao processo de tomada de decisão, mas com objetivos para incorporar determinado conjunto de valores ambientais em dada decisão, quer se trate da construção de um aeroporto, quer para o transporte de processo de planejamento.

Destaca-se que em 1978, foi adotado, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) por oito Estados independentes da região – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname, visando o tratamento coordenado e diferenciado para a região.

Sobre a criação do TCA, Nunes[187], esclarece:

> Diferentemente da proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, apresentada ao mundo durante a primeira conferência da Unesco (20 nov. a 10 dez. 1946), o TCA é restrito aos países negociadores. O documento não é aberto à adesão (art.XXVII). A noção de Pan-Amazônia foi substituída pela de “Amazônia pactual”. A visto que a Guiana Francesa, também possui, espaços amazônicos. Para exercer a função de depositário, escolheu-se o Brasil – primeiro país a concluir o processo de aprovação parlamentar, aos 18 de outubro de 1978. Até o final de 1979, os demais negociadores já haviam depositado seus instrumentos de ratificação juntamente à chancelaria brasileira, com exceção da Venezuela, onde o tratado foi referendado em 1980. Aos 13 de julho desse ano, houve o depósito do último instrumento de ratificação, o que tornou possível a entrada em vigor do Pacto Amazônico no dia 12 de agosto. Os princípios fundamentais do TCA retratam bem o ambiente político que envolve sua negociação: soberania; equidade; Desenvolvimento harmônico, ou sustentável; cooperação. A soberania aparece em destaque, pois um dos propósitos dos signatários era refutar, expressamente,

[186] SOUZA, Maria Cláudia S. Antunes de Souza (Coord.). **Avaliação Ambiental Estratégica. Possibilidades e Limites como Instrumento de Planejamento e de apoio à Sustentabilidade**. Arraes Editores. Belo Horizonte. 2015. p. 58-59.

[187] NUNES, Paulo Henrique Faria. A organização do tratado de cooperação amazônica: uma análise crítica das razões por trás da sua criação e evolução. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 13, n.2

> quaisquer discursos referentes a uma possível internacionalização da Amazônia. Optou-se por utilizar a palavra equidade no lugar de igualdade, visto que se busca definir aqui, apenas, os princípios gerais do TCA e não as obrigações formais. A igualdade pode ser encontrada em várias partes no texto, mas o parágrafo único do art. XVII faz menção especial aos “países de menor Desenvolvimento”.

A área de abrangência espacial do tratado depende de determinação legal autônoma. A Amazônia Pactual é a soma da área de Amazônia Legal de cada Estado-parte (art. II), de modo que se extrapolou a dimensão da Bacia Amazônica e/ou da Floresta Tropical e do Bioma Amazônia, isto é, a Amazônia *stricto senso*. No entanto, ainda hoje, nem todos os Estados partes dispõem de normas internas que definem com clareza a porção do território que corresponde à Amazônia nacional.[188]

O texto original do Pacto Amazônico prevê alguns órgãos destinados à formulação de diretrizes e estudos, à implementação do tratado, à execução dos objetivos e projetos e à coordenação dos trabalhos de cooperação, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

É importante ressaltar que a ausência de prazos para alcançar os objetivos propostos é uma significativa diferença entre a OTCA e as duas iniciativas sul-americanas mais relevantes – a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Segundo o Itamaraty, através do Ministério das Relações Exteriores a OTCA[189] está em plena atuação:

Assim, a OTCA pretende viabilizar e ampliar o Tratado de Cooperação Amazônica. Este já assegura a mais ampla liberdade de navegação comercial no curso do Amazonas e demais rios amazônicos internacionais, respeitando as regras de cada Estado, os tratados bilaterais e os princípios do Direito Internacional.

---

[188] NUNES, Paulo Henrique Faria. **Dificuldade de demarcação da Pan-Amazônia e dos territórios indígenas na região**. Textos e Debates, Boa Vista, v. 2, n. 26, 2015. p. 7-28.

[189] Ministério das Relações Exteriores. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica** (OTCA). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=691:organizacao-do-tratado-de-cooperacao>. Acesso em: 15 set. 2018.

Nesta senda, assim capitulou o artigo III do TCA[190] que trata sobre a navegação:

> ARTIGO III
>
> De acordo com e sem detrimento dos direitos outorgados por atos unilaterais, do estabelecido nos tratados bilaterais entre as Partes e dos princípios e normas do Direito Internacional, as Partes Contratantes asseguram-se, mutuamente, na base da reciprocidade, a mais ampla liberdade de navegação comercial no curso do Amazonas e demais rios amazônicos internacionais, observando os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma delas. Tais regulamentos deverão, na medida do possível, favorecer essa navegação e o comércio e guardar entre si uniformidade.

Entretanto, observa-se a insuficiência desse tratado, que sequer é amplamente conhecido e tem pouca relevância para o tratamento das questões do Desenvolvimento dos países da região.

Já nos anos de 1985 a 1995 a Amazônia não contou com planos específicos de Desenvolvimento. A retomada do planejamento pelo Estado Brasileiro se deu nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso com os programas “Brasil em Ação” (PPA 1996-1999) e Avança Brasil (PPA 2000-2003).

Sobre estes programas, Mello[191] descreve:

> Os programas “Brasil em Ação Brasil em Ação (PPA 1996-1999) e Avança Brasil (PPA 2000-2003) significaram a Estratégia de integração nacional e regional da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro, e a consolidação da política de integração da América do Sul. A política de redução dos gargalos detectados significou disponibilidade de recursos financeiros e meios técnicos. Nos projetos do programa Brasil em Ação, a recuperação das estradas BR-364 (Brasília-Acre) e BR-163 (Cuiabá-Santarém), o asfaltamento da BR-174 (Manaus-Boa Vista), a transformação dos rios Araguaia-Tocantins e Madeira em vias navegáveis, o gasoduto de Urucu, e a linha de alta-tensão ligando Tucuruí a Altamira e Itaituba. No programa Avança Brasil, os quatro corredores multimodais de transportes para a Amazônia Legal, totalizando 3,53 mil milhões de dólares. Destes, 50% foi destinado ao Corredor Araguaia-Tocantins, 30% para o Corredor Sudoeste,15% para o Corredor Oeste-Norte e 5%para o corredor Fronteira Norte. As Estratégias territoriais repetiram mais ao oeste o

[190] Decreto nº 85.050 de 18 de Agosto de 1980, Aprovado pelo Decreto Legislativo, nº 69 de outubro de 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85050-18-agosto-1980-434445-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 30 mar. 2019.

[191] Mello, Neli Aparecida de. **Políticas territórios na Amazônia**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2006, p. 369-370.

> traçado norte-sul da Belém-Brasília (neste caso a Cuiabá-Santarém), e desenharam um novo eixo de mesma orientação: a ligação Porto Velho-Manaus-Boa Vista-Caracas, na Venezuela.

Após os programas Brasil em Ação e Avança Brasil, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) constitui um marco nas políticas públicas para a Amazônia brasileira e um grande desafio para alcançar o Desenvolvimento regional com Sustentabilidade.

Quanto ao PAS, Becker[192] explica:

> O PAS se insere no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para 2004-2007. Tratou de um planejamento associado a um projeto nacional que visa o Desenvolvimento, mas ao contrário dos anteriores, tenta manter um compromisso social e ambiental. O novo PPA é claro nesse sentido. Visa a inserção social através de um crescimento por consumo de massa e afirma que a política regional se pauta no princípio básico de que o mercado não pode ser o único determinante do ordenamento territorial, sendo necessário combinar prioridades sociais, de emprego, renda e capacitação, com investimentos em infraestrutura. Ademais, o território é valorizado em termos da regionalização de políticas e programas, de potencializar as vantagens da diversidade regional, e mesmo em nível sub-regional mediante o fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Ao mesmo tempo, reconhece em sua Estratégia os princípios básicos da estabilidade macroeconômica e de políticas adequadas à produtividade, à competitividade e inclui em suas prioridades a infraestrutura.

Os investimentos dos programas e políticas nesta região, fizeram com que houvesse um avanço populacional na Amazônia.

A relativa movimentação e organização de atores e agentes locais devido à percepção e à inquietude provocada pela degradação ambiental, a Amazônia tomou novos rumos, forçando o Estado a repensar algumas ações e interagir com essa nova dinâmica socioeconômica que se estabelecera nesta região.

Nessa nova dinâmica, se tem a criação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) corresponde a uma Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, com objetivo de fortalecimento econômico dos países do continente por meio da integração física e territorial. Reis[193], explica:

---

[192] BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio. p. 141.

[193] REIS, Deyvini. **Movimentos Transnacionais na Pan-Amazônica**: O papel da COIA na luta dos direitos indígenas. Disponível em:

> Assim, o continente americano sempre esteve presente no cenário da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Contundo, foi através da criação da IIRSA que a CID ganham novos contornos para região, trazendo novo contexto para Pan-Amazônia que impulsionou ação transnacionalização dos movimentos indígenas, através da Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica. Dessa forma, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, foi criada em 2000 na I Reunião de presidentes da América do Sul, onde objetivo do encontro era desenvolver um espaço de diálogo regional que fortalece-se a "democracia, paz, cooperação solidária, integração, como também de Desenvolvimento econômico e social compartilhado" (IIRSA, 2010, p.16). Apesar da ampla agenda para o encontro o tema de "infraestrutura de integração" tornou-se o assunto central nos debates, ocorrendo um esforço dos países sul-americanos para o Desenvolvimento e implementação do plano de ação de infraestruturas (transporte, energia e comunicação) que impulsionará a integração regional. (…) Para Nunes (2011) a IIRSA é apresentada como uma forma de impulsionar o interrelacionamento entre os países da América do Sul, através da integração física expandindo, por conseguinte os intercâmbios regionais e melhorando as trocas comerciais com os países restantes do sistema internacional. Segundo BID (2008, p.2) a elaboração da IIRSA baseou-se em três pontos: i) manter e ampliar a dinâmica de crescimento do mercado regional e criar melhores condições no mercado global; ii) o reconhecimento que a falta de infraestrutura física na região torna-se uma importante barreira para à integração regional; iii) a necessidade de expandir o financiamento que permitissem ampliar o fluxo de investimentos públicos e privados.

Assim, o planejamento da integração física entre os países sul-americanos corresponde a articulação de projetos, que são implementados por todo o território da América do Sul envolvendo agentes que impulsionam a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento por meio da IIRSA manifestando-se da seguinte forma, como ilustra Samuel Pinheiro Guimarães[194]:

> Não há a menor possibilidade de construção de um espaço econômico e político sul-americano (economicista ou solidarista, não importa) sem um amplo programa de construção e de integração da infraestrutura de transporte, de energia e de comunicações dos países da América do Sul. [...] Há interesse vital em conectar os sistemas de transportes nacionais e as duas costas do subcontinente, superando os obstáculos da Floresta e da Cordilheira, como se está fazendo ao Norte entre Brasil, Argentina e Chile. A Iniciativa para a Integração da

<http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjI3NzQiO30iO3M6MTOiaCI7czozMjoiZjFlNWU4ZGFlNWRhY2ZiN2NlMjYxNzRjYjc4ZWNiNDYiO30%3D>. Acesso em: 18 set de 2018.

[194] GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil. Artigo – **O mundo multipolar e a integração sul-americana, 2008**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-mundo-multipolar-e-a-integracao-sul-americana%250D%250A/6/13900> Acesso em: 20 set de 2018.

> Regional Sul-Americana (IIRSA), em 2000, foi um passo de grande importância neste esforço de planejamento, que necessita para se concretizar da alavanca regional do financiamento. [...] Além da integração da infraestrutura física em termos de rodovias, pontes, ferrovias e de energia é essencial a integração das comunicações aéreas, pela sua importância para a economia e a política, assim como da mídia, em especial a televisão, essencial à formação do imaginário sul-americano, através do conhecimento da vida política, econômica e social dos países da região, hoje desconhecida do grande público e, portanto, fonte de toda sorte de preconceitos e manipulações que envenenam a opinião pública e afetam os discursos, as atividades e as decisões políticas.

Destaca-se ainda, que a transnacionalização apresenta características como a desterritorialização, a ultravalorização do capital e o enfraquecimento do Estado-nação. Relevante observar que a maior das características é o sequestro da agenda internacional pela economia, que é a mola que tem movido o mundo a qualquer custo.

São vários os fatores que induzem à integração da Amazônia sul-americana, todos eles convergindo para tentar fortalecer o papel da América do Sul no contexto global.

A desterritorialização é definida como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos, a bens. Fernandes[195] define:

> A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respetivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica.

Quanto à desterritorialização na Amazônia, pode-se observar que além do que já se disse, constata-se que a sua preservação ou aproveitamento dos recursos – ao observá-la sob o prisma do patrimônio ambiental e de sua importância para a regulação e preservação do clima no planeta – trará grandes consequências para a humanidade. Assim, decisões que podem ser tomadas no Brasil ou nos países da

[195] FERNANDES, João Luís Jesus (2008): A desterritorialização como factor de insegurança e Crise social no mundo contemporâneo; in I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural; Povoa de Varzim (pp.423-447).

região podem trazer alteração no regime de chuvas de outras regiões da América do Sul e também aumento da temperatura do Planeta.

Nesse ponto, Cruz e Oliviero[196] explanam acerca a “desterritorialização”:

> O Direito Transnacional, que seria destinado a limitar poderes transnacionais, estaria “desterritorializado”, sem uma base física definida, o que é uma das circunstâncias que molda o cenário transnacional, especialmente porque diz respeito ao aspecto além fronteira, pois não é o espaço estatal nacional e também não é espaço que está acima dele ou entre eles. Está para todos eles ao mesmo tempo, ou seja, desvinculado da delimitação precisa do âmbito territorial em que o Direito Nacional tenta exercer soberania e tenta impor coercitivamente as suas leis. A “desterritorialização” das discussões sobre o Direito Transnacional acontece em virtude da existência inconteste de estruturas de poder econômico, político, social e cultural transnacional descentrado, sem qualquer localização neste ou naquele lugar, região ou estado. Estão presentes em muitos lugares.
>
> Não obstante, nessas nossas reflexões, como já foi acima exposto, preferimos utilizar expressão “Direito Transnacional” num sentido mais restrito do que o empregado por Jessup, sem englobar outras formas de regulação além-fronteiras, como o Direito Internacional Público, e mais abrangente do que a lex mercatoria, vinculando-se a novos espaços de regulação que surgiriam com o Direito Transnacional.

Quanto à ultravalorização do capital, a exploração dos recursos minerais e da produção agrícola na Amazônia Brasileira poderá alterar o valor do mercado internacional de algumas commodities, gerando fortunas ou destruindo comércios já estabelecidos.

Becker[197] defende que:

> Não menos importante é a escala do capital natural da Amazônia sul-americana, dos mais extensos do planeta, que constitui um trunfo para o Desenvolvimento se adequadamente aproveitado com tecnologias avançadas, e também um fator poderoso de barganha no cenário econômico e político. A exigência conjunta dos países amazônicos de uma urgente regulação dos mercados do ar, da vida, e da água, será certamente uma força que beneficiará a todos eles. E é essa potencialidade que se focaliza aqui como prioritária, no momento em

[196] CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Artigo - Reflexões sobre o Direito Transnacional. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI, Revista NEJ - Eletrônica, Vol. 17 - n. 1, p.24.

[197] BECKER, Bertha (2009), Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio. p.55.

> que se realiza o capital natural por um processo de mercantilização dos próprios elementos da natureza.

Quanto ao enfraquecimento do Estado-nação, pode-se verificar que apesar de o Brasil possuir 60% da Amazônia Continental, as suas decisões sobre a melhor forma de aproveitar ou preservar a Amazônia podem não surtir efeito se os demais países da região seguirem em direções diferentes. Daí a necessidade de algum tipo de conjugação de esforços ou, no mínimo, o estabelecimento de uma diretriz próxima ou comum para as nove soberanias que possuem parcelas da Amazônia de como usá-la e geri-la para o seu bem.

Acerca das fronteiras, Becker, ainda afirma:

> A integração do Brasil como questão central do interesse nacional e o combate às atividades ilícitas atribui às fronteiras um novo papel estratégico. [...]
>
> Embora a fronteira possa ser um fator de integração, na medida em que uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado de uma fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas. Caracterizam-se ainda as fronteiras, por serem locais de instabilidade e mutabilidade, onde podem surgir reações e conflitos de diferentes naturezas (nacionalistas, libertadores, econômicos etc.), a partir tanto das aspirações das populações que vivem nessas zonas, como de pressões externas. A presença do imprevisível é, assim, outro aspecto marcante da Faixa de Fronteira, para o que contribui a multiplicidade de atores e redes técnicas e políticas que nela incidem.
>
> Na medida em que nessas áreas podem se desenvolver outros interesses que não são os do governo central, elas podem passar a representar, também uma ameaça à ordem constituída, tornando-se uma preocupação constante dos Estados em termos de sua garantia, controle e fiscalização. Enfim, têm elas um papel expressivo na dinâmica dos Estados-Nação e representam desafios concretos na consolidação da soberania dos Estados. Tais desafios são particularmente inquietantes na fronteira Amazônica, em face de sua extensão, distância do centro de poder nacional e dificuldade de acesso, impedindo seu controle e fiscalização necessários, sobretudo hoje sob o impacto de novos atores econômicos e sociais, com interesses diversos, em grande parte ilegais, que nela encontram terreno fértil para sua atuação.

A Transnacionalidade atravessa diferentes níveis de integração de tal forma que é altamente difícil relacioná-lo a algum território circunscrito. Seu espaço só pode ser concebido como difuso e disseminado em uma teia. O nível de integração transnacional, desta forma, não corresponde a realidades espaciais como os outros

níveis. De fato, a Transnacionalidade manifesta-se tipicamente através de uma articulação diferente do espaço real e da criação de um novo domínio de contestação política e de ambiência cultural que não são equivalentes ao espaço que normalmente experimentamos.[198]

Daí poder-se dizer que a Amazônia continental, a PanAmazônia, é um espaço transnacional típico e, pela sua importância decorrente dos seus Recursos Naturais estratégicos de todos os tipos, deve merecer tratamento especial pela população dos países que em que está contida.

Perante esse novo cenário, a Globalização trouxe para a Amazônia a possibilidade de participar na transformação do contexto do comércio internacional diante de sua imensa disponibilidade de Recursos Naturais estratégicos, gerando Crescimento Econômico, Desenvolvimento e prosperidade, assumindo um papel importante na geopolítica mundial.

Mario Miguel Amin[199] expõe:

> A internacionalização da economia mundial criou novas dimensões econômicas e geopolíticas, caracterizando um ordenamento global no qual a incorporação de recursos estratégicos se tornou a regra do mercado. A Amazônia, por ser uma região de dimensões continentais e detentora de grandes estoques de recursos estratégicos, passou a ser parte dessa maior interdependência dos mercados. Na nova dinâmica internacional pela busca e apropriação de recursos estratégicos necessários para o crescimento da economia global e preservação das posições hegemônicas das grandes potências, a segurança e a soberania da Amazônia exigem crescente envolvimento do Governo brasileiro para definir projetos regionais que determinem e reorientem as políticas públicas.
>
> As diferentes regiões que detêm grande parte dos Recursos Naturais estratégicos, para as atividades econômicas e produtivas do século xxi, serão os centros determinantes da mobilização de alternativas políticas e Estratégias internacionais dirigidas a assumir o controle das reservas de recursos estratégicos. A biodiversidade, os recursos minerais e as grandes reservas de água doce da Amazônia têm exercido, historicamente, enorme interesse de apropriação por parte de vários países e instituições internacionais. Caracterizados pelas forças do mercado internacional como importantes recursos para sobrevivência da humanidade, eles provocam as mais absurdas

[198] RIBEIRO, Gustavo Lins. Artigo – **A Condição da Transnacionalidade**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie223empdf.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

[199] AMIN, Mário Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI.

> iniciativas de internacionalização da região Amazônica, desconsiderando completamente a noção da soberania brasileira.

Assim, um componente comum a todos é o desejo de se desenvolver. Nesse novo contexto, a prioridade deve ser a política de consolidação do Desenvolvimento.

Dessa forma, verifica-se que a Amazônia Brasileira pode e deve ser aproveitada por três motivos principais. Primeiro porque 800.000km² (oitocentos mil quilômetros quadrados) de área que tem sido considerada como integrante da Amazônia Legal não fazem parte da Amazônia Brasileira Verdadeira, conforme visto acima. O uso dessa área de terras pode garantir alimentos para milhões de pessoas todos os anos e isso não afetará a Floresta Amazônica em si ou o Bioma Amazônia.

O segundo ponto é que, ao contrário do que pensam aqueles que não conhecem a Amazônia Brasileira, ela é composta por áreas já antropizadas ou exploradas, aquelas tratadas por Becker como macrorregião do Povoamento Consolidado, de extensos corredores providenciados pelas estradas já construídas. Além do mais, há espaços que não são florestais dentro da Amazônia, capazes de serem utilizados na produção agrícola ou pecuária. Deverão também ser aproveitadas as estruturas já presentes. Ninguém pode desmerecer o trabalho de implantação da soja na região do Mato Grosso, que tem gerado riquezas para o Brasil, que será melhor abordado em tópico posterior.

E por fim, levando-se em conta a grandeza da Amazônia Brasileira, considerada aqui como o Bioma Amazônia Brasileiro, seria sem propósito deixar de usufruir tão imensa área de terras, rica de várias formas. A extração mineral é necessária e deve ser feita atendendo a um único requisito essencial: A recomposição do terreno desde o início da exploração. O aproveitamento do potencial hidrelétrico também deve ser feito porque polui pouco e é opção viável diante da quantidade de água disponível, além de menos poluente que a usinas termoelétricas. A exploração da madeira também deve ser feita porque sendo uma floresta já consolidada, a Floresta Amazônica dentro em pouco perderá parte de sua capacidade de sequestrar carbono, devendo ser explorada com manejo e replantio para garantir que as novas árvores possam realizar esse importante trabalho para a melhoria do ar que respiramos.

Percebe-se que o Brasil não deve ter medo de aproveitar os recursos que Amazônia oferece, pois lhe pertencem. Seu povo necessita de crescimento e Desenvolvimento econômico para obter um mínimo existencial e tal aproveitamento será capaz de provê-lo. Caberá ao Brasil assumir a sua agenda de crescimento e Desenvolvimento, retirando-a das mãos dos Organismos Internacionais, conjugando-a com a dos demais países da região Amazônica que estão em igual situação, e atuar coordenadamente para extrair o melhor possível do bioma, do solo, da floresta, da biodiversidade amazônica sem destruí-los.

Tratou-se neste capítulo da Amazônia Verdadeira buscando demonstrar a necessidade de bem definir o que ela realmente é, afastando conceitos insuficientes ou desconectados dos fatos, embora sejam lugar comum. Com uma visão mais clara do que é o território sobre o qual recai o Bioma Amazônia, pode-se partir para a análise do que é a Transnacionalidade e a Globalização.

O capítulo 2, tratará da atuação de vários Organismos Internacionais e sua influência nos interesses e nas disputas entre nações, estudando situações casos em que houve pretensões ou disputas perante várias instâncias internacionais. Buscar-se-á esclarecer como essas questões e conflitos estão sendo solucionados pelos órgãos mundiais, com especial ênfase sobre suas justificativas.

CAPÍTULO 2

A TRANSNACIONALIDADE E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Neste capítulo serão tratados a Transnacionalidade, a Globalização e o estado de Crise dos dias atuais, que demonstram a superação do Estado-nação moderno como é conhecido, e o surgimento da comunidade supranacional. Fará uma abordagem da situação atual, a partir da ideia de sociedade de risco mundial de Beck. Abordará também o conceito de Crise conforme Bauman e Bordoni. A seguir analisará a importância da ONU e de vários Organismos Internacionais para promoção da paz. Por fim apresentará o resultado de 10 manifestações desses Organismos Internacionais sobre várias questões relevantes, que fornecerão uma direção segura para atuar no aproveitamento dos recursos da Amazônia Brasileira.

2.1 A TRANSNACIONALIDADE, A GLOBALIZAÇÃO E A CRISE. PRESSÕES SOBRE A AMAZÔNIA

O conceito de Transnacionalidade já foi abordado em capítulo anterior, restando agora aprofundar o seu estudo.

Koh[200], professor de Direito de Direito Internacional da Universidade de Yale, fornece uma descrição do significado e da importância do Direito Transnacional na contemporaneidade:

> Transnational law represents a hybrid of domestic and international law that has assumed increasing significance in our lives. (...) Perhaps the best operational definition of transnational law, using computer-age imagery, is: (1) law that is “downloaded” from international to domestic law: for exemple, an international law concept that is domesticated or internalized into municipal law, such as the international human rights norm against disappearance, now recognized as domestic law in most municipal system; (2) law that is “uploaded, then downloaded”: for exemple, a rule that originates in a domestic legal system, such as the garantee of a free trial under de concept of due process of law in Western legal system, wich then becomes part of international law, as in the Universal Declaration of Human Rights and the International Covenant on Civil and Political Rights, and from there becomes internalizes into nearly every legal system in the world; and (3) law that is borrowed or “horizontally transplanted” from one national system to

[200] KOH, Harold Hongju. **Why Transnational Law Matters**. Faculty Scholarship Series. Paper 1793. p: 745/746. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1793>. Acesso em: 28 jan. 2019.

> another: for example, the “unclean hands” doctrine, which migrated from de British law of equity to many other legal systems.”[201]

O mesmo Koh fornece exemplos de direito transnacional: Direito comparado, direito de imigração e refugiados, transações financeiras internacionais, direito de comércio internacional, direito de relações exteriores, segurança nacional, ciberespaço, Desenvolvimento, direito ambiental, crimes transnacionais. Para ele em cada uma dessas áreas há padrões globais já totalmente reconhecidos, integrados e internalizados nos sistemas legais internos dos países. Pode-se acrescentar a *lex mercatoria* e o direito esportivo, também extremamente importantes.

Transnacionalidade, na visão de Stelzer[202], significa fenômeno surgido a partir da intensificação das operações de natureza econômico-comercial no período do pós-guerra, caracterizado especialmente pela desterritorialização, expansão capitalista, enfraquecimento da soberania e emergência de ordenamento jurídico gerado à margem do monopólio estatal e ainda esclarece:

> A transnacionalização não é fenômeno distinto da Globalização (ou mundialização), pois nasce no seu contexto, com características que podem viabilizar o surgimento da categoria Direito transnacional. Não se deve descolar a transnacionalização da Globalização ou da mundialização, circunstância que levaria o pesquisador à complexa e infinita pesquisa de doutrinadores, cada um a seu jeito, a denominar as emergentes circunstâncias, que moldaram a vida contemporânea [...].

Shaffer[203] explana acerca de como o transnacionalismo está presente em nosso cotidiano:

---

[201] Tradução livre do autor: Direito transnacional representa um híbrido de direito doméstico e internacional que vem assumindo importância em nossas vidas. ... Talvez a melhor definição operacional de direito transnacional, usando uma imagem da era do computador, seja: (1) direito que é “baixado” do direito internacional para o direito doméstico: por exemplo, um conceito de direito internacional que é trazido ou internalizado para o direito municipal, como as normas internacionais de direitos humanos contra o desaparecimento, agora reconhecido como direito interno na maioria dos sistemas municipais; (2) Lei que é “enviada e depois baixada”: por exemplo, uma regra originária no sistema de direito interno, como a garantia de um julgamento livre, sob as regras do devido processo legal no sistema de direito ocidentel, que se torne parte do direito internacional, como na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civil e Políticos, e daí tornar-se internalizado e quase todos os sistemas legais no mundo; e (3) lei que é tomada de empréstimo ou “transplantada horizontalmente” de um sistema nacional para outro: por exemplo. A doutrina de “mãos limpas”, que migrou do direito Inglês de equidade para muitos outros sistemas legais.

[202] STELZER, Joana. **Direito e Transnacionalidade**. 1. ed. (ano 2009), 2ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2011, p.16.

[203] SHAFFER, Gregory. Transnational Legal Process and State Change. Law & Social Inquiry Volume 37, Issue 2, 2012.

> We live in an age of transnationalism. We always have, but its intensity has increased. The origin of US law, for example, comes predominantly from empire. Most remotely, it comes from Rome. Closer in time, it comes from England and its common law heritage. Most recently, it comes from the intensification of transnational economic and cultural interaction, catalyzing a proliferation of international, regional, and bilateral agreements, regulatory networks and institutions, which foment and promote legal and institutional change. We unconsciously experience such transnationalism in our daily lives, and we sometimes embrace it. Yet, we can also be anxious about its effects on our social order and our identities. Our laws and legal systems reflect how we see our communities and ourselves. As the migration of law across borders intensifies, we can become anxious about it, as reflected in the current US clamor over citations to foreign and international law and legal decisions in federal courts.[204]

Sob o mesmo raciocínio são as lições de Guimarães[205], ao apontar as características inerentes ao conceito da Transnacionalidade:

> [...] o momento contemporâneo de transição de paradigmas não pode ser entendido por modo diverso daquele que lança o olhar para um amplo e complexo horizonte onde se encontram dispostos elementos histórico-culturais, que de forma imediata ou transversa conotam com o instrumento jurídico, econômico e político das sociedades. No mundo ocidental e democrático, contudo, a diminuição das distâncias culturais decorrente da intensificação das relações entre os povos, mediada pela revolução técnico- comunicativa (a *internet* e a imprensa televisiva transmitida em tempo real tornam tudo aparente, mesmo para o mais renitente e incrédulo dos espectadores), dá-nos a impressão de estarmos inseridos numa única e global sociedade, em que os problemas não mais são nacionais ou locais, mas universais […]

Com especial destaque a essas características, Cruz e Bodnar [206] ressaltam que as profundas mudanças ocorridas com a Globalização solaparam de

---

[204] Tradução livre do autor: Vivemos em uma era de transnacionalismo. Nós sempre temos, mas sua intensidade aumentou. A origem da lei dos EUA, por exemplo, vem predominantemente do império. Mais remotamente, vem de Roma. Mais próximo no tempo, vem da Inglaterra e de seu direito comum. Mais recentemente, vem da intensificação da interação econômica e cultural transnacional, catalisando a proliferação de acordos internacionais, regionais e bilaterais, redes reguladoras e instituições que fomentam e promovem mudanças legais e institucionais. Nós inconscientemente experimentamos esse transnacionalismo em nossas vidas diárias, e às vezes o abraçamos. No entanto, podemos também estar ansiosos sobre seus efeitos em nossa ordem social e em nossas identidades. Nossas leis e sistemas legais refletem como vemos nossas comunidades e nós mesmos. À medida que a migração da lei através das fronteiras se intensifica, podemos nos tornar uma ameaça excessiva, como refletido na atual sucessão de conflitos armados por leis internacionais e estrangeiras e decisões legais em tribunais federais.

[205] GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Globalização, Transnacionalidade e os contornos de uma democracia da Pós-Modernidade. Revista Faculdade Direito Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 28, n. 1: 129-152, jan/jun 2012.

[206] CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. **A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e Do Direito Transnacionais**. 1 ed. (ano 2009), 2ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2011, p.55.

maneira irreversível as bases teóricas do Estado Constitucional Moderno, justamente quanto à noção de soberania, contribuindo para a formação do conceito de Transnacionalidade, bem como Estado Transnacional e Direito Transnacional e ainda esclarecem:

> [...] o Estado e o Direito Transnacional poderiam ter, enquanto proposta para a discussão, as seguintes características:
>
> a) Constituição a partir de estados em processos de abdicação intensa das competências soberanas;
>
> b) Formação por instituições com órgãos e organismos de governança, regulação, intervenção e aplicação das normas transnacionais;
>
> c) Capacidade fiscal em diversos âmbitos transnacionais, como em questões vitais ambientais, financeiras, circulação de bens e serviços, dentre outros não menos importantes;
>
> d) Atuação em âmbitos difusos transnacionais: questão vital ambiental, manutenção da paz, direitos humanos, dentre outros;
>
> e) Pluralismo de concepção, para incluir nações que não estão organizadas politicamente a partir da lógica judaico-cristã ocidental;
>
> f) Implantação gradativa de instrumentos de democracia transnacional deliberativa e solidária;
>
> g) Constituição dos espaços públicos transnacionais especialmente com base na cooperação, solidariedade e no consenso;
>
> h) Capacidade de coerção, como característica fundamental destinada a garantir a imposição dos direitos e deveres estabelecidos democraticamente a partir do consenso, superando, assim, uma das principais dificuldades de atuação dos estados no plano externo.

Segundo essas características, sugerem os autores que o prefixo *trans* indica que a estrutura pública transnacional perpassaria vários Estados-Nação. No entanto, advertem[207]:

> Desde logo, convém advertir que não se está falando de estado mundial ou de um superestado. O que se está propondo à discussão é a possibilidade de fundação de vários espaços públicos de governança, regulação e intervenção, cujos mecanismos de controle e funcionamento seriam submetidos às sociedades transnacionalizadas. O prefixo trans denotaria ainda a capacidade não apenas da justaposição de instituições ou da superação/transposição de espaços territoriais, mas a possibilidade da emergência de novas

[207] CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. **A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e Do Direito Transnacionais**. 1. ed. (ano 2009), 2ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2011, p.57

> instituições multidimensionais, objetivando a produção de respostas mais satisfatórias aos fenômenos globais contemporâneos.

Portanto, a expressão *trans* remete a algo relacionado àquilo que atravessa, que "vai além de" ou "para além de" superando a noção de espaços determinados ou restritos. Quanto a isso, inclusive, destaca Guimarães[208]:

> [...] não se pode entender o momento contemporâneo de transição de paradigmas por um modo diverso daquele que lança o olhar para um amplo e complexo horizonte, onde se encontram dispostos elementos histórico-culturais que, de forma imediata ou transversa, se relacionam com o instrumentário jurídico, econômico e político das sociedades. No mundo ocidental e democrático, contudo, a diminuição das distâncias culturais, decorrente da intensificação das relações entre os povos, mediada pela revolução técnico-comunicativa (a *internet* e a imprensa televisiva transmitida em tempo real torna tudo aparente mesmo para o mais renitente e incrédulo dos espectadores), dá-nos a impressão de estarmos inseridos numa única e global sociedade, onde os problemas já não são nacionais ou locais, mas universais […]

Apoiado nesses fundamentos e reflexões Cruz e Bodnar[209] sugerem o conceito de Estado Transnacional como sendo a emergência de novos espaços públicos plurais, solidários e cooperativamente democráticos, livres das amarras ideológicas da modernidade, decorrentes da intensificação da complexidade das relações globais.

Ainda nesse conjunto de ideias, por consequência, ganha relevo a discussão sobre o enfraquecimento da ordem jurídica interna, produzida com fundamento tão somente na ideia de Estado-nação central e soberano nos limites da territorialidade. Inclusive, com especial destaque a isso, Lopes[210]:

> A ordem jurídica produzida com base na unidade centralizadora do Estado-nação e nos postulados da soberania e da territorialidade está, no mínimo, em fase de mitigação para não dizer de extinção. Nesse contexto, sob o viés de um mundo globalizado ou transnacionalizado, as relações sociais nos mais diversos segmentos operacionalizam-se de forma diferenciada em face do quanto ocorria até meados do século passado. A regulação desse fato social e de todas as suas lógicas consequências vem-se dando pela ótica do mercado em substituição

[208] GUIMARÃES. Isaac Sabbá. Globalização, Transnacionalidade e os contornos de uma democracia da Pós-Modernidade. 2013. p. 16.

[209] CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. **A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e Do Direito Transnacionais**. 1. ed. (ano 2009), 2ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2011, p.58.

[210] LOPES, Carla Patrícia Frade Nogueira. Internacionalização do direito e pluralismo jurídico: limites de cooperação no diálogo de juízes. Revista de Direito Internacional. UNICEUB, Volume 9, N. 4, 2012.

> à política, impondo-se ao Direito papeis distintos daqueles até então desempenhados.

Adverte Lopes que a ordem mundial encontra-se em pleno processo de transnacionalização, do que se percebem sucessivos desfazimentos de bloqueios antes considerados consolidados a partir dos princípios da soberania e territorialidade.

A despeito de a matéria estar na agenda de discussões dos Estados e da comunidade internacional, relevante deixar assente não restar prejudicada a possibilidade do Estado-Nação de continuar a exercer sua capacidade de produzir normas internas. Aliás, a quebra desse modelo transporta consigo algumas responsabilidades, inclusive para o Estado como polo produtor de normatividade. Embora atualmente proliferem várias outras agendas capazes de produção normativa, ainda se reconhece no Estado essa potencialidade e centralidade. Entretanto, a atuação dos agentes públicos voltados à construção do Direito está a exigir alterações substanciais[211], justamente em razão da repercussão de tais fatores na produção do Direito, conforme destaca Lopes[212]:

> A nova configuração do mundo estabelece uma ruptura radical com o modelo hierarquizado do Direito, exigindo-lhe adaptação constante à estrutura estabelecida não mais de forma verticalizada, mas em linhas horizontais próprias dos fenômenos de desconcentração, descentralização e fragmentação do poder. Essa a síntese da paisagem identificada neste estudo como ordem mundial transnacionalizada, que está a desafiar o Direito a tomar feições distintas dos modelos até então vigentes. Nessa linha de conduta, apresenta-se a sua internacionalização, produto resultante do rompimento das mais diversas barreiras, como processo ainda em construção e, ao mesmo tempo, sedimentação, a exemplo do que se pode esperar de qualquer fenômeno revolucionário voltado à alteração de comportamentos ante a exaustão e o exaurimento dos modelos existentes.

Atualmente a sociedade se depara com o impasse de superar estágios estabilizados sobre pilares de segurança jurídica, constitucionalização, legalidade e hierarquia, cujas estruturas, no entanto, não são mais compatíveis e eficazes para solução de conflitos surgidos da Globalização, representada por uma arquitetura

---

[211] LOPES, Carla Patrícia Frade Nogueira. Internacionalização do direito e pluralismo jurídico: limites de cooperação no diálogo de juízes. p.231.

[212] LOPES, Carla Patrícia Frade Nogueira. Internacionalização do direito e pluralismo jurídico: limites de cooperação no diálogo de juízes. p.232.

“cada vez mais multifacetada policêntrica”[213], desafiando, então outras e novas formas de produção jurídica[214]:

> Esse cenário característico de uma nova feição da economia, libertada dos limites da territorialidade, exige outras formas de produção jurídica, desatreladas do Estado e da política como instâncias máximas e usuais de tomada de decisões. O mercado e os setores privados de acumulação de capital passam a atrair autoridade antes centrada no setor público de governança e de gestão política. Paralelamente a esse fenômeno, destaca-se a realidade visível de que a inflação legislativa e o poder fiscalizador não atendem às expectativas da sociedade emergente do movimento transnacional e globalizante. Impõe-se uma drástica redução de diplomas legais e sua correspondente flexibilização e agilidade, de modo a restringir o poder interventivo do Estado-nação e propiciar seja compartilhada a legitimação dos entes produtores do Direito, que não mais se cingem ao espectro público, ao lado de extrapolarem o nível nacional. As fontes produtoras de Direito proliferam-se e se voltam a cultivar o seu caráter instrumental e procedimental. Isso significa diminuir seu papel de elemento de controle para ampliar sua função agregadora, catalisadora e de coordenação. A dinâmica que vem de ser traçada guarda harmonia com os modelos considerados metafísicos instaurados pelo Direito Internacional e pelo pluralismo jurídico, quase ignorados pelo sistema vigente sob a égide do Estado-nação, seja pela baixa densidade coercitiva, com poucas categorias dotadas de *compliance* e *enforcement* daquele, seja pela estrutura disfuncional e multiforme deste último no âmbito dogmático.

Nesse ponto, relevante a contribuição do Direito Internacional, o qual insere na ordem jurídica a particularidade da multilateralidade, produto de vontades concertadas em prol de interesses e escopos comuns, provocando abandono do modelo de produção normativo estático, dominador e vertical, para compensar-se em um procedimento dinâmico, reflexivo e horizontalizado[215]. Tem-se, assim, como define Lopes, “adoção do modelo pluralista de produção normativa, trazida pela fórmula dos vários espaços jurídicos misturados”.

Esta nova ordem mundial é inspirada por diversos fatores, mas especialmente pela Globalização, sobretudo quando abordada em relação aos aspectos relacionados à economia e ao direito.

---

[213] FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 15.

[214] LOPES, Carla Patrícia Frade Nogueira. Internacionalização do direito e pluralismo jurídico: limites de cooperação no diálogo de juízes. p. 232.

[215] LOPES, Carla Patrícia Frade Nogueira. Internacionalização do direito e pluralismo jurídico: limites de cooperação no diálogo de juízes. p. 232.

Globalização, segundo Kuhn[216], "é o reflexo de inúmeras mudanças sociais, políticas e principalmente econômicas que influenciaram o Estado, especialmente no último século. Trata-se de evento heurístico, que estabelece, pela primeira vez, após o surgimento do Estado, a possibilidade de ignorar fronteiras, de ultrapassar barreiras nacionais, de interagir e agir de maneira global".

No mesmo caminho segue Magalhães[217] para quem Globalização "é o processo pelo qual determinada entidade local estende a sua influência a todo o globo".

O conceito de Globalização certamente perpassa por elementos relacionados à economia, em nova perspectiva global, como menciona Faria[218]:

> [...] a Globalização se entende, basicamente, pela integração sistêmica da economia em nível supranacional, deflagrada pela crescente diferenciação estrutural e funcional dos sistemas produtivos e pela subsequente ampliação das redes supranacionais, comerciais e financeiras em escala mundial, atuando cada vez mais independente dos controles políticos e jurídicos ao nível nacional.

A Globalização pressupõe, dentre outros, a abertura e a liberdade dos mercados financeiros, de modo que o sentido atual da Globalização está intimamente centrado numa ordem econômica que desconsidere as fronteiras do Estado-nação, mormente porque sua meta principal é a dominação dos mercados onde quer que estejam[219].

Acerca do tema, também de grande relevância são as lições de Henderson[220] sobre as duas correntes que impulsionam a Globalização e seus elementos caracterizadores:

> Hoje em dia, a Globalização envolve crescente independência entre as economias domésticas, os mercados financeiros, comércio, corporações, produção, distribuição e marketing de consumo. Este processo de Globalização é impulsionado por duas correntes. A

[216] KUHN, Alexandre. O conceito Histórico de Soberania: Características e Influências à luz do Fenômeno da Transnacionalidade. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Dezembro, 2008.

[217] MAGALHÃES, Wellington. Judiciário e Globalização. Curitiba: Juruá, 2016, p. 37.

[218] FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 52.

[219] MAGALHÃES, Wellington. Judiciário e Globalização. Curitiba: Juruá, 2016, p. 38.

[220] HENDERSON, Hazel. Além da Globalização: modelando uma economia global sustentável/ Hazel Henderson; tradução Maria José Scarpa. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 51.

> primeira é a tecnologia, que tem acelerado a inovação da telemática, computação, fibras óticas, satélite e outros meios de comunicação; sua convergência com a televisão, a multimídia global, as bolsas eletrônicas para a comercialização de ações, títulos, moedas, commodities, opções futuras e outros derivados, e a explosão global do comércio eletrônico e da internet. A segunda corrente é a onda de quinze anos de desregulamentação, privatização, liberalização dos fluxos de capitais, abertura das economias domésticas, expansão do comércio global e as políticas de crescimentos orientadas para a exportação que se seguiram ao colapso do regime cambial fixo de Bretton Woods, no começo dos anos 70.

Seu impulso se deu após a Segunda Guerra Mundial, decorrente da mistura de povos, ligados pelo mesmo objetivo:

> É quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal. As colônias das potências imperiais não tiveram escolha. Com exceção das futuras República da Irlanda e a Suécia, Suíça, Portugal, Turquia e Espanha, na Europa, talvez do Afeganistão, fora da Europa, quase todo o globo foi beligerante ou ocupado, ou as duas coisas juntas[221].

Neste período pós Segunda Guerra, a aproximação dos Estados fundava-se em interesse econômico. Em troca de tal ajuda, formulou-se a estreita união de todos os países que até aquele momento desempenhavam papel expoente na economia mundial, além da expansão do sistema de consumo, formando-se o imperialismo até hoje reinante no sistema mundial[222].

Fica claro o caráter econômico da Globalização, bem ainda as alterações na concepção da economia, entendida pelo seu viés supranacional, afirmando-se pela possibilidade de verificação de uma estruturação de produção e comercialização globalizada, não mais efetivamente restrita aos Estados ou à relação pontual “inter-estados” (internacional)[223], como bem destaca Octavio Ianni[224] ao tratar da fábrica global e do shopping center global.

---

[221] FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 52.

[222] FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada.p.53.

[223] KUHN, Alexandre. **O conceito Histórico de Soberania**: Características e Influências à luz do Fenômeno da Transnacionalidade. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Dezembro, 2008.

[224] IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 57.

A partir de tais características, a nova ordem mundial, influenciada por diversos fatores decorrentes da intensificação do fenômeno da Globalização, torna oportuna e necessária a discussão sobre a organização de espaços públicos transnacionais, inclusive no âmbito normativo, que viabilizem a democratização das relações entre estados, relação essa fundada na cooperação e solidariedade com o intuito de assegurar a construção das bases e Estratégias para a governança, regulação e intervenção transnacionais[225].

Slaughter[226], em seu artigo “A Typology of Transjudicial Communication”, discorre acerca da comunicação entre os Tribunais ao redor do mundo e o diálogo entre as diferentes jurisdições demonstrando um fenômeno intimamente ligado à Transnacionalidade: o transjudicionalismo:

> Within both the European Union and the Council of Europe, courts are entering into forms of judicial dialogue. The most advanced form of such interaction is the recent call by the German Constitutional Court for a "relationship of co-operation" with the European Court of Justice, in which both entities would form a kind of partnership in delimiting the boundaries of the competences of the European Community. More generally, many observers of the European Court of Justice ('ECJ"), including a number of judges, attribute its success to its establishment of a dialogue with the lower national courts, whereby these courts refer cases raising European law issues to the ECJ and then use its analysis of these issues to guide their disposition of the case. At the same time, national courts are also talking to one another. [227]

Acerca dos litígios transnacionais Slaugther[228], dispõe:

> Transnational litigation as defined here, however, encompasses domestic and international tribunals. It includes cases between states (with individuals typically in the wings), between individuals and states, and between individuals across borders. Suits that once could be

[225] CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. **A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e Do Direito Transnacionais**. 1. ed. (ano 2009), 2ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2011, p.61.

[226] SLAUGHTER, Anne-Marie. **A Typology of Transjudicial Communication**. University of Richmond Law Review. Volume 29. 1994. p. 100. Disponível em: <http://scholarship.richmond.edu/lawreview/vol29/iss1/6>. Acesso em: 9 jan. 2019..

[227] Tradução do autor: Tanto na União Europeia como no Conselho da Europa, os tribunais estão entrando em diálogo judicial. A forma mais avançada de tal interação é o recente apelo do Tribunal Constitucional Alemão para uma "relação de cooperação" com o Tribunal Europeu de Justiça, em que ambas as entidades formariam uma espécie de parceria para delimitar as fronteiras das competências do Comunidade Europeia. De um modo geral, muitos observadores do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE), incluindo um certo número de juízes, atribuem o seu êxito ao estabelecimento de um diálogo com os tribunais inferiores nacionais, através do qual estes tribunais remetem processos ao Tribunal Europeu para o TJCE. e, em seguida, usar sua análise dessas questões para orientar sua disposição do caso.Ao mesmo tempo, os tribunais nacionais também estão falando um com o outro.

[228] SLAUGHTER, Anne-Marie. A Global Community of Courts. Volume 44. Number I, 2003. P.192.

> brought only in domestic courts can now be brought before a multiplicity of international arbitral or judicial tribunals, and sometimes before both sequentially.[229]

Zumbansen[230] destaca: "(...) transnational legal ordering has moved far beyond the confines of commercial norm-creation.[231]"

Por outro viés, citando Miglino, Cruz[232] aponta que o problema que provavelmente levará à criação de um centro de poder transnacional que supere a ideologia e a estrutura jurídica das relações internacionais é o problema ecológico bastando recordar como a emissão de gases do efeito estufa favoreceu o Aquecimento Global compreendendo como é urgente salvar o equilíbrio ambiental.

A despeito de existirem instrumentos que bem ilustram a intenção dos países em contribuir com a proteção ambiental, a exemplo da ECO/92, realizada no Rio de Janeiro, ainda não existem instrumentos eficazes destinados à proteção de tal bem jurídico transnacional.

Cruz e Bodnar sugerem a criação de "novos espaços públicos" não vinculados a territórios específicos, ultrapassando a ideia tradicional de Nação para o fim de aceitar a pluralidade como premissa e possibilitar o exercício de poder a partir de uma pauta axiológica comum, consensual, destinada a viabilizar a proposição de um novo pacto de civilização[233].

Essa alteração de paradigmas, sobretudo a se pensar em "Estado-Nação" pautado nos ideais da Transnacionalidade, pode ser o embrião de um órgão colegiado mundial sobre o aproveitamento dos Recursos Naturais, em cujos preceitos deverão

---

[229] Tradução livre do autor: Litígios transnacionais, como definidos aqui, no entanto, abrangem tribunais nacionais e internacionais. Inclui casos entre, entre indivíduos e estados, e entre indivíduos através das fronteiras. As ações que antes podiam ser trazidas apenas em tribunais internos podem agora ser levadas perante uma multiplicidade de tribunais internacionais arbitrais ou judiciais, e algumas vezes antes de ambas.

[230] Zumbansen, Peer. Where The Things Are: Journeys to Transnational Legal Orders, and Back. Volume I Symposium: Trasnational Legal Orders, and Back. King's College London. 2016. P. 162.

[231] Tradução livre do autor: (...) ordenamento jurídico transnacional foi muito além dos limites da criação de normas comerciais.

[232] CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e Do Direito Transnacionais.p.07.

[233] CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e Do Direito Transnacionais.p.61.

constar padrões mínimos de saúde, distribuição de renda, economia e Desenvolvimento humano.

2.2 A CRISE DO SISTEMA GLOBAL ATUAL

Este subitem tratará do sistema global atual, tomando como ponto de partida a ideia de Beck na obra Sociedade de Risco Mundial, onde defende a existência de uma Crise mundial de confiança, denominando-a de risco, com três características principais: Medo do terrorismo, Medo de catástrofes ambientais e Medo de uma catástrofe financeira mundial. Apresentará também um conceito de Crise, segundo Bauman e Bordoni na obra Estado de Crise.

Ouve-se em todos os lugares a palavra Crise, seja econômica, política, da família, das religiões, do Estado-nação, hídrica e ambiental. É do senso comum que os velhos paradigmas que forneciam tranquilidade e certeza, vinculados ao Estado Nacional Moderno já não funcionam adequadamente, assim como exposto no item anterior. Para Cintra Júnior[234], essa Crise pode ser definida como "situação em que o velho já morreu e o novo não tem condições de nascer".

Essa conclusão passa, necessariamente, pelas características da Pós-Modernidade, cujo conceito, nas lições de Giddens[235], pode ser compreendido como algo novo e diferente, apropriado para se referir ao Desenvolvimento da sociedade:

> [...] "Pós-Modernidade" é usado frequentemente como se fosse sinônimo de pós-modernismo, sociedade pós-industrial etc. Embora a ideia de sociedade pós-industrial, como desenvolvida por Daniel Bell, pelo menos, seja bem explicada, os outros dois conceitos mencionados acima certamente não o são. [...] A Pós-Modernidade se refere a algo diferente, ao menos como eu defino a noção. Se estamos nos encaminhando para uma fase de Pós-Modernidade, isto significa que a trajetória do Desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. [...] Ao que se refere comumente a Pós-Modernidade? Afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com frequência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma

[234] CINTRA JUNIOR, Dyrceu A. D. 1º Seminário Nacional da Reforma do Judiciário, Desenvolvimento econômico e democracia, realizado em 6.1.2002, FGV/SP. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2781/Caderno_DireitoGV_3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun. 2018.

[235] GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade/Anthony Giddens; tradução Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 52.

> certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e consequentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral.

Desta maneira, é possível observar que a modernidade, de uma forma geral, encontra-se vinculada à ideia de progressividade dos fundamentos racionais do conhecimento, expresso na noção de superação[236]. Adverte ainda Giddens que esse processo pode ser interpretado como “um processo de Globalização”, merecendo posição-chave no léxico das ciências sociais, tanto que relacionados à criação de novos movimentos sociais e novas agendas políticas.

Ao escrever sobre o tema “reinvenção da política” Beck[237] trata, dentre outros assuntos, da modernidade reflexiva, conceituando-a como a possibilidade de superação de modelos tradicionais por outros, em especial, na sociedade industrial:

> “Modernização reflexiva” significa a possibilidade de uma (auto) destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O “sujeito” dessa destruição criativa não é a revolução, não é a Crise, mas a vitória da modernização ocidental. Se, no fundo, a modernização simples (ou ortodoxa) significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais, então a modernização reflexiva significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade. Assim, em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis do sexo, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva. [...] a modernização reflexiva envolve apenas uma dinamização do Desenvolvimento, que, em si, embora em contraposição a uma base diferente, pode ter consequências exatamente opostas.

---

[236] GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. p. 52.

[237] BECK, Ulrich. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna/ Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash; tradução de Magda Lopes; revisão técnica de Cibele Saliba Rizek. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 13.

Como consequência desse fenômeno observa-se que o dinamismo industrial, por ser extremamente veloz, transforma a sociedade, sobrepõem-se as discussões e decisões políticas de parlamentos e governos[238] e ainda:

> Por isso, supõe-se que modernização reflexiva signifique que uma mudança da sociedade industrial – ocorrida sub-repticiamente e sem planejamento no início de uma modernização normal, autônoma, e com uma ordem política e econômica inalterada e intacta – implica a *radicalização* da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para outra modernidade[239].

Importante mencionar que a modernização reflexiva deve ser analisada de forma distinta das demais categorias convencionais de alteração social. No entanto, pode com elas coincidir, como destaca Beck[240]:

> É claro que a modernização reflexiva deve ser analiticamente distinguida das categorias convencionais da mudança social – Crise, transformação social e revoluções – mas pode também coincidir com essas conceituações tradicionais, favorecendo-as, sobrepondo-se a elas e intensificando-as.

Ainda nesta trilha, de igual importância são os ensinamentos de Baumam acerca do conceito de “modernidade líquida”, que seria uma substituição do termo “Pós-Modernidade”, em contraposição à modernidade sólida, que seria a modernidade propriamente dita[241].

A sociedade líquida, diversamente do ocorrido durante o século XX, não pondera em longo prazo, tampouco possui a aptidão de traduzir sentimentos, anseios, desejos em um projeto de longa duração e trabalho árduo e intenso. Segundo Bauman, os grandes projetos de novas sociedades findaram-se, não havendo mais esforços para alcance de objetivos. Ao comentar sobre essa subversão de valores[242] afirma:

---

[238] BECK, Ulrich. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. p. 14.

[239] BECK, Ulrich, 1944 – Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. p. 14.

[240] BECK, Ulrich, 1944 – Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. p.16.

[241] Http:// http://colunastortas.com.br/zygmunt-bauman-sociedade-liquida/. Acesso em 12/06/2018.

[242] BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida/ Zygmunt Bauman; tradução de: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001, p.14.

> São esses padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, que estão cada vez mais em falta. Isso não quer dizer que nossos contemporâneos sejam guiados tão somente por sua própria imaginação e resolução e sejam livres para construir seu modo de vida a partir do zero e segundo sua vontade, ou que não sejam mais dependentes da sociedade para obter as plantas e os materiais de construção. Mas quer dizer que estamos passando de uma era de "grupos de referência" predeterminados a uma outra de "comparação universal", em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual está endêmica e incuravelmente subdeterminado, não está dado de antemão, e tende a sofrer numerosas e profundas mudanças antes que esses trabalhos alcancem seu único fim genuíno: o fim da vida do indivíduo. Hoje, os padrões e configurações não são mais "dados", e menos ainda "auto-evidentes"; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir. [...] A nossa é, como resultado, uma versão individualizada e privatizada da modernidade, e o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos. Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. Eles são agora maleáveis a um ponto que as gerações passadas não experimentaram e nem poderiam imaginar; mas, como todos os fluidos, eles não mantêm a forma por muito tempo. Dar-lhes forma é mais fácil do que mantê-los nela. Os sólidos são moldados para sempre.

Observa-se assim, a partir de tais lições, e diante da necessidade de superar modelos tradicionais, que o mundo está em Crise. No dizer de Santos[243] vivemos "em uma sociedade intervalar, onde não há segurança sobre os próprios conceitos, afetando com incerteza o dia a dia das pessoas, período no qual está sendo construídos novos paradigmas civilizacionais".

Bauman[244] esclarece o que ele entende por Crise:

> Tenho a impressão de que a ideia de "Crise" tende hoje a deslocar-se de volta às suas origens médicas. Ela foi cunhada para denotar o momento no qual o futuro do paciente estava na balança, e o médico tinha de decidir que caminho tomar e que tratamento aplicar para levar o doente à convalescência. Falando de Crise de qualquer natureza que seja, nós transmitimos em primeiro lugar o sentimento de *incerteza,* de nossa *ignorância* da direção que as questões estão prestes a tomar, e, secundariamente, do ímpeto de intervir: de *escolher* as medidas certas e *decidir* aplicá-las com presteza.

---

[243] SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política da transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

[244] BAUMAN, Zygmunt. **Estado de Crise**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016. P. 16.

Bauman[245] afirma que após os “opulentos trinta”, período que chamou de a “orgia consumista” em que ocorreu o crescimento quase contínuo e aparentemente incessante do produto interno bruto (PIB) em toda parte desvaneceu-se, chegando o período de falências, renegociação infinita de dívidas, quedas drásticas de padrões de vida, ambições de vida minguantes com a degradação social[246], ocorreu também a perda da confiança na “mão invisível do mercado”. O sociólogo polonês reconhece que “as velhas maneiras de levar as coisas a cabo estão desacreditadas, e as maneiras novas, no melhor das hipóteses, estão na prancheta de desenho ou em estágio de experimentação.”

E continua:

> A Crise é um momento de decidir que procedimento adotar, mas o arsenal de experiências humanas parece não ter nenhuma Estratégia confiável para se escolher. Estamos dolorosamente conscientes – pelo menos por agora, e até que a memória humana, a memória seletiva demasiado humana, tenha cumprido o seu papel – de que, se deixado a seus próprios mecanismos, os mercados voltados para o lucro levam a catástrofes econômicas e sociais.

Por fim Bauman[247] esclarece que a Crise atual é diferente das anteriores porque há uma situação de divórcio entre poder e política, não sendo mais possível ao Estado nação encontrar solução para a tal Crise no interior do seu território por conta da interdependência global hoje existente. Segundo ele, não há agências capazes de escolher o modo de proceder e aplicar a terapia reclamada.

Registra-se a importância deste ponto em específico, pois as interações sociais pessoais, face a face, estão passando por um momento de afastamento, modificando-se para acoplamentos em rede, transitórios, momentâneos, às vezes de lados opostos do globo terrestre. Isso poderá trazer modificações no poder político e abrir espaço para alterações no exercício da democracia de representação idealizada em algo mais palpável e concreto.

Como destaca Bauman[248] seria imprudente negar ou mesmo subestimar a profunda mudança que o advento da “modernidade fluida” ou, para outros

---

[245] BAUMAN, Zygmunt. Estado de Crise. p. 20.
[246] BAUMAN, Zygmunt, Estado de Crise. p.20.
[247] BAUMAN, Zygmunt, Estado de Crise. p.22.
[248] BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida/ Zygmunt Bauman; tradução, Plínio Dentzien. Rio de

doutrinadores, “Pós-Modernidade”, produziu na condição humana e isso porque alterou, de forma radical a estrutura sistêmica, impondo-se sejam repensados alguns conceitos, citando como exemplos a emancipação, a individualidade, o tempo/espaço, o trabalho e a comunidade.

Referida Crise mundial, resulta, dentre outros fatores positivos e negativos (bem ou mal), no que Beck chamou de sociedade de risco, contextualizada a partir do medo disseminado com o terrorismo, com a Crise econômica (ou a possibilidade de colapso econômico mundial) e com a questão ambiental como demonstradoras de que a sociedade está em transformação e que as certezas até então existentes não mais subsistem. Beck[249] nos traz o conceito de “sociedade de risco”:

> O ritmo e a radicalidade dos processos de modernização nas sociedades de risco trazem à colação as consequências dos sucessos da modernização. Surge uma nova categoria de risco, uma vez que as condições do seu cálculo e o processamento institucional falham parcialmente. Estas circunstâncias levam ao Desenvolvimento de um novo clima moral na política no qual as apreciações culturais, portanto, diferentes de país para país, desempenham um papel central e os prós e os contras das consequências possíveis ou reais das decisões técnicas ou econômicas são debatidos publicamente, ao mesmo tempo em que as funções da ciência e da tecnologia também mudam. Nos últimos dois séculos, a tradição nas sociedades ocidentais foi substituída pelo juízo dos cientistas. No entanto, quanto mais a ciência e a tecnologia penetram e transformam a vida a nível global, tanto menos óbvia é, paradoxalmente, esta autoridade dos peritos. Os meios de comunicação social, os parlamentos, os movimentos sociais do governo, os filósofos, os juristas, os escritores, etc., conquistam o direito de participação em discursos sobre o risco, nos quais também são levantadas questões de (auto-) restrição normativa. Os conflitos levam a novas institucionalizações, tendo até favorecido o surgimento de uma nova área jurídica, o direito do risco, que regulamenta a forma de proceder face a riscos, sobretudo de origem científica e técnica, e interfere cada vez mais na investigação, sobretudo ao nível da gestão. [...] A possibilidade ou necessidade de responder com um novo <contrato de risco> às aventuras que resultam da abertura e da conquista de novos mercados, assim como do Desenvolvimento e da implementação de novas tecnologias é uma invenção social que remonta aos princípios da navegação mercante intercontinental, alargada com o Desenvolvimento do capitalismo nacional, a quase todas as zonas de problemas da ação social e cada vez mais aperfeiçoada. As consequências que começam por afetar os indivíduos tornam-se <riscos>, isto é, tipos de acontecimentos de natureza sistêmica, descritíveis em termos estatísticos e, neste

Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001, p.15.

[249] BECK, Ulrich. A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. EDIÇÕES 70, Outubro, 2015, p. 26.

> sentido, <calculáveis>, podendo assim ser submetidos a regras de compensação e de prevenção acima do nível individual. [...] significa que a dinâmica da sociedade de risco se baseia menos na suposição de que temos de viver, hoje e no futuro, num mundo de perigos inéditos e mais na ideia de que vivemos num mundo que tem de decidir o seu futuro nas condições de insegurança produzida, fabricada por si próprio. Isto implica que o mundo deixou de poder controlar os perigos gerados pela modernidade, ou melhor, que a crença segundo a qual a sociedade moderna poderia controlar os perigos por ela criados está a desmoronar-se, não devido a falhas e a derrotas da modernidade, mas sim às suas vitórias.

A questão ambiental revela-se evidente dentro do conceito da sociedade de risco. As alterações climáticas são exemplo e consequência de uma industrialização bem-sucedida. Tornou-se evidente, que as respostas de Estados individuais a este desafio global são como respostas da Idade da Pedra às questões da era industrial[250].

Embora haja consenso acerca dos inúmeros benefícios que o processo de Globalização e modernização promove para a sociedade contemporânea, seus efeitos secundários terminam, por vezes, resultando em situações tidas por danosas ou nocivas, resultando então no que se chamou de *sociedade de risco*.

A emergência da sociedade de risco é o outro lado da obsolescência da sociedade industrial. Os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial. Em primeiro momento, os efeitos e as autoameaças são produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos. Contudo, em momento posterior, os perigos da sociedade da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos.[251]

Portanto, a ideia conceitual de *sociedade de risco* sintetiza um estágio da sociedade moderna que não só se livra das formas de vida tradicionais, como também

---

[250] BECK, Ulrich. A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. EDIÇÕES 70, Outubro, 2015, p. 29.

[251] GIDDENS, Anthony, Ulrich Beck, Scott Lash; Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna; tradução de Magda Lopes; revisão técnica de Cibele Saliba Rizek. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 17.

contesta efeitos secundários da modernização. Analisando os riscos decorrentes da Pós-Modernidade, BECK conclui[252]:

> Portanto, a expressão sociedade de risco, [...] resume uma época da sociedade moderna que não só se livra das formas de vida tradicionais, como também questiona os efeitos secundários de uma modernização bem sucedida: biografias inseguras e perigos inimagináveis que atingem todos e contra os quais já ninguém se pode proteger de forma adequada. Cheguei a várias conclusões:
>
> O perigo possui a <força destruidora da guerra>. A linguagem do perigo é infecciosa, altera a forma da desigualdade social: a indigência social é hierárquica, o novo perigo, pelo contrário, é democrático. Também afeta os ricos e os poderosos. O choque faz-se notar em todos os domínios. Os mercados entram em colapso, os sistemas jurídicos não cobrem os factos, os governos são acusados e adquirem, simultaneamente, novas oportunidades de ação.
>
> Tornamo-nos membros de uma <sociedade de perigo mundial>. Os perigos deixaram de ser um assunto interno de determinado país e os países também não podem combater os perigos sozinhos. As desigualdades sociais adquirem uma nova dinâmica conflitual.
>
> O progresso das ciências consiste agora em minar o papel dos peritos. As ciências e as suas tecnologias da visualização puseram fundamentalmente em causa o princípio: [...] Mais ciência não reduz necessariamente o risco, mas agoniza a consciência do risco, torna os riscos <coletivamente> visíveis.
>
> O medo determina o sentimento existencial. A prioridade máxima na escala de valores é atribuída à segurança que suplanta a liberdade e a igualdade. Verifica-se um agravamento das leis, um <totalitarismo da defesa contra os perigos> aparentemente razoável.
>
> A <economia do medo> enriquecerá à custa do colapso nervoso generalizado. O cidadão desconfiado e suspeito terá de ficar agradecido quando, para <sua segurança> for sujeito ao controlo por *scanner* corporal, fotografado, revistado e interrogado. A segurança, tal como a água e a eletricidade, torna-se um bem de consumo lucrativo, fornecido pelos setores públicos e privados.

Sem perder de vistas a Transnacionalidade, decorrente da Globalização e aproximação das Nações, na mesma proporção, os problemas e, por consequência, a Crise mundial, não são mais nacionais ou locais, como bem destaca Beck[253]:

> [...] quanto mais reduzidas se tornam as distâncias do mundo, na sequência da Globalização, tanto mais se sobressaem estas

[252] BECK, Ulrich, 1944-2015. A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. EDIÇÕES 70, Outubro, 2015, p. 29

[253] BECK, Ulrich, 1944-2015. A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. p. 37.

> contradições culturais na percepção como certezas que se excluem reciprocamente: *o clash of risk cultures,* o choque entre realidades do risco (isto é, percepções do risco) diferentes do ponto de vista cultural torna-se um problema fundamental da política mundial do século XXI. [...] É precisamente porque o mundo está unido sem que isto fosse a sua intenção, sem o seu voto, sem a sua aprovação, que as contradições entre as culturas, os passados, as circunstâncias, as religiões sobressaem – em especial na avaliação e na forma de lidar com perigos globais (alterações climáticas, terrorismo, energia nuclear, armas nucleares).

Assim, no dizer de Beck, a Crise mundial, podendo nesse conceito englobar Crises ecológicas, alimentar, econômica, climática, política, dentre outras, têm ponto em comum, a despeito de todas as diferenças: deve ser entendida na dialética de *goods* e *bads*, portanto, como efeitos secundários acidentais de decisões no processo da modernização[254]*.*

Deste modo, a sociedade do risco, mundialmente considerada, revela a necessidade de se pensar numa nova forma de lidar com os problemas, em especial, criação de novas fronteiras de percepção e comunicação e também, simultaneamente esforços para encontrar solução transfronteiriça[255], sobretudo as maneiras de interiorizar o risco, até mesmo porque, por ser inerente à Pós-Modernidade, estão em curso mudanças culturais generalizadas, assim como a compreensão da sociedade.

A Globalização pode ser vista mais facilmente no seu aspecto econômico, tanto que os produtos importados não mais são apresentados com a expressão “Made in”, mas “Assembled in”. Bauman[256] e Bordoni já avisaram que os mercados voltados para o lucro, se deixados à vontade, levam a catástrofes econômicas e sociais. Como se sabe a Amazônia tem elevado potencial econômico e está sujeita a vários tipos de pressão. Seja pela exploração, pelo aproveitamento e até mesmo pela preservação total.

Um dos três elementos configuradores da Sociedade de Risco Mundial, o medo de uma catástrofe ambiental tem sido usado para efetuar pressões sobre o governo brasileiro no sentido de preservar a Amazônia. A ideia do Desenvolvimento

---

[254] BECK, Ulrich. A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. p. 40.

[255] BECK, Ulrich. A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. p. 44.

[256] BAUMAN, Zygmunt. Estado de Crise. p. 20.

Sustentável tem sido apresentada como uma solução coerente mas, na prática, as soluções até agora encontradas tem sido deficitárias.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA ONU E DAS VÁRIAS ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS PARA A SOBREVIVÊNCIA DA ESPÉCIE HUMANA NO PLANETA.

Nesse contexto de Pós-Modernidade e com a Globalização já estabelecida, de enfraquecimento do Estado-nação, os Organismos Internacionais têm assumido relevante importância por atuar em diversas frentes, tanto no campo econômico quanto no âmbito social, e exercem um peso primordial no cerne das relações geopolíticas.

Para começar, importante, assim, se faz explanar o contexto histórico da criação da ONU, para melhor entendimento do tema.

A 1ª metade do século XX foi marcada pelo confronto entre nações a nível mundial. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os aliados estavam empenhados na reorganização do sistema internacional através da institucionalização de uma nova Organização Internacional, de caráter Verdadeiramente universal.

Uma Conferência Internacional a ser realizada em São Francisco onde Estiveram presentes as três potências vencedoras da segunda guerra – EUA, Reino Unido e URSS – e a China, na qualidade de potência convocada[257]. Desta Conferência nasceu a Carta das Nações Unidas[258], sendo ratificada por 2/3 dos 51 (cinquenta e um) Estados, conforme seu artigo 110º[259].

---

[257] A França foi também chamada a fazer parte deste clube, mas o General De Gaulle preferiu assegurar uma certa independência a liberdade de ação na Conferência de São Francisco, ao mesmo tempo que reagia perante a sua ausência propositada nas conferências preparatórias.

[258] NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Disponível em: https://nacoesunidas.org/carta/ Acesso em 24 Maio 2019.

[259] Ratificação e assinatura – Artigo 110.º "1. A presente Carta deverá ser ratificada pelos Estados signatários, de acordo com as respectivas regras constitucionais. 2. As ratificações serão depositadas junto do Governo dos Estados Unidos da América, que notificará de cada depósito todos os Estados signatários, assim como o Secretário-Geral da Organização depois da sua nomeação.3. A presente Carta entrará em vigor depois do depósito de ratificações pela República da China, França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América e pela maioria dos outros Estados signatários. O Governo dos Estados Unidos da América organizará, cm seguida, um protocolo das ratificações depositadas, o qual será comunicado, por meio de cópias, aos Estados signatários.4. Os Estados signatários da presente Carta que a ratificaram depois da sua entrada em vigor tornar-se-ão membros originários das Nações Unidas na data do depósito das suas ratificações respectivas".

Em seu preâmbulo, a Carta das Nações Unidas demonstra as ideais e os propósitos dos povos cujos governos se uniram para constituir as Nações Unidas:

> – Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla
>
> – E para tais fins praticar a tolerância e viver em paz uns com os outros, como bons vizinhos, unir nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, e empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. – Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos. Em vista disso, nossos respectivos governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de 'Nações Unidas'

A ONU é uma Organização Internacional com vocação universal mas que não pretende substituir-se aos Estados nem transformar-se num governo mundial. A ONU não é, por isso, uma Organização supranacional mas sim uma Organização Intergovernamental (os Estados são os membros dos órgãos ou instituições compreendidas), constituída com a finalidade geral da “concertação a nível político, sem prejuízo de prosseguirem uma multiplicidade de fins específicos, normalmente definidos em termos muito amplos”[260]

A ONU é essencial para a ordem mundial enquanto instrumento facilitador na cooperação entre os Estados, principalmente evitando conflitos de interesse, competição entre os Estados, estabelecimento de comportamentos e fortalecimento de transparência. Operando como guardiã dos princípios descritos na Carta das Nações Unidas.

[260] RIBEIRO, José Manuel Félix (1998). “Globalização Económica e Fragmentação Geopolítica – A Caminho de um Mundo de Equilíbrios Instáveis e Temporários?”. Nação e Defesa, n.º 87, p 85. . Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

A Organização das Nações Unidas é o mais avançado órgão regulador da paz e da segurança mundial, isto é, a principal fonte de legitimação nas relações internacionais contemporâneas e têm funções fundamentais no processo de solução das diferenças interestatais. Não há instituição comparável, seja por seus objetivos político-diplomáticos, seja pelo ambiente que proporciona a convivência entre os princípios da democracia e do respeito ao poder soberano de cada país.

2.4 DECLARAÇÕES DA ONU, ACORDOS, DECISÕES E CONVENÇÕES

A Organização das Nações Unidas está sempre em busca de combater os males do nosso tempo, os conflitos, a pobreza, o terrorismo, entre outros, buscando a manutenção da paz e a segurança internacional, para tanto, possue diversos acordos, convenções, e decisões. Como explica Xavier[261]:

> O que é um facto é que há muito que as NU estão activamente empenhadas na luta contra o terrorismo internacional, através de uma série de acordos internacionais da Comissão Jurídica (quinta comissão) da Assembleia Geral, da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), da Organização Marítima Internacional (OMI) e da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), que pretendem reprimir o terrorismo e apresentar os responsáveis à justiça.
>
> Remontando a 1963, com a Convenção referente às infracções e a outros actos cometidos a bordo de aeronaves, estes acordos constituem os instrumentos jurídicos fundamentais para combater o terrorismo internacional nas suas muitas formas (desde a captura de aeronaves até a tomada de reféns, passando pelo financiamento do terrorismo).
>
> Incluem-se nesta panóplia de actos jurídico-normativos Convenções [sobre a prevenção e para a repressão de actos ilícitos contra a captura ilícita de aeronaves (1970) e segurança da aviação civil (1971), contra pessoas gozando de protecção internacional, incluindo os agentes diplomáticos (1973), contra a tomada de reféns (1979), sobre a protecção física dos materiais nucleares (1980), contra a segurança da navegação marítima (1988), sobre a marcação dos explosivos plásticos para efeitos de detecção (1991), para a repressão do financiamento do terrorismo (1994), para a repressão de atentados terroristas à bomba (1997), e referente às infracções e a certos outros actos cometidos a bordo de aeronaves (2001)]; Declarações [sobre medidas para eliminar o terrorismo (1994)]; Protocolos [para a suspensão de actos ilícitos contra a segurança das plataformas fixas (1988) e da violência nos aeroportos ao serviço da aviação civil (1988)]; e a Resolução 1269 de 1999 (que condena inequivocamente

[261] XAVIER, Ana Isabel. A Organização das Nações Unidas. Coimbra Portugal, 2007.

> todos os actos de terrorismo como criminosos e injustificáveis e pede aos Estados-membros que adoptem medidas específicas).
>
> O terrorismo é uma das principais prioridades das NU, mas para tal, não só é necessário reencontrar a unidade de posições entre segurança e Direitos Humanos, como os Estados terão de regressar à Instituição que criaram – as NU – para que o sistema internacional se baseie em algo mais do que a força ou o poder.
>
> A par da constituição de forças armadas internacionais e do terrorismo internacional, o desarmamento surge igualmente associado como uma das possibilidades que se oferecem para o estabelecimento da segurança coletiva. Desde a década de 60, o objectivo de todas as iniciativas em prol do desarmamento tem sido o desarmamento geral e completo, já que as maiores vítimas das guerras são civis: Tratado de proibição parcial de ensaios nucleares, que proíbe os ensaios com armas nucleares na atmosfera, espaço ultraterrestre e debaixo de água (1963); Tratado sobre a não proliferação dos ensaios nucleares, que proíbe a proliferação das armas nucleares a todos os países (1968); Convenção sobre as armas químicas, que proíbe a produção, o uso e o armazenamento das armas químicas (1992); e a Convenção de Ottawa, que proíbe o uso, o armazenamento, a produção e a transferência de minas antipessoais e regula a sua destruição (1997).

Dessa forma, a ONU é uma plataforma de entendimento onde todos os Estados-membros podem dialogar, demonstrando suas ações e posições, independentemente da sua posição geoestratégica e geopolítica no sistema internacional. Está clara a necessidade dessa “voz” mundial e pacifista que é a marca que melhor caracteriza a ONU perante a sociedade civil.

Não se pode negar a essencialidade da ONU como organismo líder nas operações de paz e democratização no mundo, estando todos de olhos postos no que se refere à legalidade e legitimidade da ação dos Estados-membros na cena internacional.

Por conta da existência de conflitos entre interesses de países, grandes empresas, ONG’s e, até mesmo, cidadãos, foram criados nas últimas décadas vários mecanismos de solução de conflitos internacionais. Segundo Barral[262] eles são necessários por conta do aumento do número de disputas decorrentes do aumento do intercâmbio político e econômico mundial, sendo necessária a sistematização das formas de solução desses conflitos. Na obra são apresentados alguns dos Tribunais e órgãos encarregados de fazer esse tipo de julgamento. São eles: Corte Internacional de Justiça, Organização Mundial do Comércio, Tribunal Penal Internacional, Tribunal

[262] BARRAL, Welber. Tribunais Internacionais: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

Internacional do Direito do Mar, Centro de Solução de Controvérsias sobre Investimentos, Câmara do Comércio Internacional, Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, Mercado Comum do Sul, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, Área de Livre Comércio das Américas, Tratado de Livre Comércio Chile-Estados Unidos, Comunidade Andida, Sistema de Integração Centro-Americana, Corte Europeia de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos.

2.4.1 A ONU e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Os primeiros anúncios acerca do direito ao Desenvolvimento vieram nos próprios artigos 55 e 56 da Carta das Nações Unidas, o que demonstra, segundo Perrone-Moisés[263] (1999), a preocupação da ONU, desde o seu início, com a questão do direito ao Desenvolvimento. Incluídos no capítulo IX da Carta os dois artigos referidos estabelecem que:

> Art. 55. Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:
>
> a) níveis mais altos de vida, de trabalho efetivo e condições de progresso e Desenvolvimento econômico e social;
>
> b) a solução de problemas econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional;
>
> c) O respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.
>
> Art. 56. Para a realização dos propósitos enumerados no art. 55, todos os membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente.

Somando-se a isso, no final dos anos cinquenta, com descolonização de várias antigas colônias Europeias na África, a questão sobre Desenvolvimento entra definitivamente como uma das bases da ONU. Diante da forte pressão dos Estados recém-independentes junto à Assembleia Geral para a instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional, as relações econômicas internacionais foram

[263] PERRONE-MOISÉS, Claudia. Direito ao Desenvolvimento e investimentos estrangeiros. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998

dominadas pelos discursos e projetos em busca de uma relação econômica internacional baseada na equidade, no respeito à soberania e interdependência dos interesses dos países desenvolvidos e países em Desenvolvimento.

Nos anos de 1980, os Estados abandonaram os grandes projetos "revolucionários" anteriores em favor de soluções pontuais, baseadas preferencialmente em acordos bilaterais, menos complexos e mais adequados aos objetivos do Desenvolvimento.

Moisés[264] esclarece esse momento:

> Um enfoque jurídico da construção do direito ao Desenvolvimento nos leva a indagar como se processou a passagem da questão do Desenvolvimento para o campo jurídico dos direitos humanos. Enquanto a questão do Desenvolvimento vai perdendo força nos anos 80, com esvaecimento das discussões interestatais, em torno dos conflitos Norte-Sul, o trabalho em torno de sua concretização se desenvolve no foro dos direitos humanos, onde a questão do Desenvolvimento já havia sido inserida como herança da Nova Ordem Econômica Internacional. Somos conduzidos, assim, à hipótese de que a questão do Desenvolvimento sofre as consequências das transformações do próprio direito internacional.

Foi a Comissão de Direitos Humanos da ONU a primeira instância internacional a reconhecer explicitamente o direito ao Desenvolvimento por meio da Resolução 4 (XXXIII), de 21 de fevereiro de 1977.

> a persistência do colonialismo, de agressões e ameaças contra a soberania nacional [...] assim como a recusa em se reconhecer o direito fundamental de todas as nações a exercer plena soberania sobre suas riquezas e recursos minerais constituem, *inter alia*, obstáculos essenciais à realização plena dos direitos econômicos, sociais e culturais […] as dimensões internacionais do direito ao Desenvolvimento como direito humano em relação a outros direitos humanos, baseado na cooperação internacional, incluindo o direito à paz, levando em consideração as exigências da Nova Ordem Econômica Internacional e as necessidades humanas fundamentais.[265]

---

[264] MOISÉS, C. Perrone. Direito humanos e Desenvolvimento: A contribuição das Nações Unidas. In: AMARAL Jr., Alberto do. & MOISÉS, C. Perrone (org.) O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1999.

[265] ALVES, José Augusto Lindgrem. A arquitetura internacional dos direitos humanos. São Paulo: FTD, 1997.

Ganhou prestígio a noção de que as nações têm direito ao Desenvolvimento e à criação de um ambiente em que os indivíduos possam viver de forma produtiva. Destaca-se que em 1981, a Carta Africana de Direitos de Humanos e dos Povos já havia reconhecido expressamente o direito ao Desenvolvimento como um direito do ser humano em seu artigo 22º, nºs 1 e 2.

A Assembleia Geral da ONU ao adotar Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento passou a abranger outros aspectos ou dimensões acerca dos Direitos Humanos. Assim, ao se falar de Desenvolvimento deve-se pensar não somente no econômico, mas em seus demais aspectos ou dimensões: o social, o civil, o cultural, o científico-tecnológico, o ambiental, o espiritual e o político.[266]

Nos seus ensinamentos Cançado Trindade[267] apresenta uma questão de extrema importância prática. Afirma que o ser humano é o sujeito central do processo de Desenvolvimento:

> A Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, corretamente situa o ser humano como sujeito central do processo de Desenvolvimento. Reclamando um maior fortalecimento na inter-relação entre democracia, Desenvolvimento e direitos humanos em todo o mundo, a Declaração de Viena, ao endossar com firmeza os termos daquela Declaração, contribui para dissipar dúvidas porventura persistentes e inserir o direito ao Desenvolvimento definitivamente no universo do Direito Internacional dos humanos.

Adotada pela Resolução 41/128, a Declaração Sobre o Direito ao Desenvolvimento é um documento concentrado e enxuto em sua estrutura.

Em resumo, a declaração preocupa-se com os obstáculos existentes para alcançar o Desenvolvimento, considerando que todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes, e que, para promover o Desenvolvimento, devem ser dadas atenção igual e consideração urgente à implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e que, por conseguinte, a promoção, o respeito e o gozo de certos direitos

---

[266] KINOSHITA, Fernando; FERNANDES, Joel Aló. O direito ao Desenvolvimento como um Direito Humano e prerrogativa dos Estados nas relações internacionais do século XXI. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 50, fev 2008.

[267] TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos no Limiar do Novo Século e as Perspectivas Brasileiras. Temas de Políticas Externa Brasileira II, Gelson Fonseca Júnior (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p.172.

humanos e liberdades fundamentais não podem justificar a negação de outros direitos humanos e liberdades fundamentais.[268]

Assim, busca-se assegurar o pleno exercício e o fortalecimento progressivo do direito ao Desenvolvimento, incluindo a formulação e implantação de políticas públicas e medidas legislativas, seja em nível nacional ou em nível internacional.

Destaca-se por ser de extrema importância: a pessoa humana é o sujeito central do Desenvolvimento, beneficente do direto ao Desenvolvimento, sendo que cabe aos Estados o processo de Desenvolvimento, tanto em nível local, regional e nacional, como em nível internacional, promovendo a realização do direito ao Desenvolvimento através de políticas adequadas em seu favor.

O direito ao Desenvolvimento trata-se de um direito da pessoa humana isoladamente e também da coletividade, assim como dos Estados. Por isso, todos os aspectos ou dimensões do direito ao Desenvolvimento, tanto econômico, social, civil, cultural, científico-tecnológico, ambiental, espiritual e político "são indivisíveis e interdependentes, e cada um deles deve ser considerado no contexto do todo".[269]

Sobre isso Cançado Trindade[270] sustenta:

> [...] os direitos humanos se impõem e obrigam Estados, e, em igual medida, os Organismos Internacionais e as entidades ou grupos detentores do poder econômico, particularmente aqueles cujas decisões repercutem no quotidiano de vida de milhões de seres humanos. Os direitos humanos, em razão de sua universalidade nos planos tanto normativo quanto operacional, acarretam obrigações *erga omnes*.

Nessa linha de raciocínio, enfatiza Tavares[271]:

> O Desenvolvimento do Estado passa prioritariamente pelo Desenvolvimento do homem, de seu cidadão, de seus direitos

[268] ONU. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/decl_direito_ao_Desenvolvimento.pdf>.

[269] ONU. Artigo 9 n.1 da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento.

[270] TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos no Limiar do Novo Século e as Perspectivas Brasileiras**. Temas de Políticas Externa Brasileira II, Gelson Fonseca Júnior (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p.172. Apud. MOISÈS, Cláudia Perrone. Idem, p. 56.

[271] Tavares, André Ramos. **Direito constitucional econômico**. São Paulo, 2006, p.68.

> fundamentais. Sem ele, o mero avanço econômico pouco significará, ou fará sentido para poucos. Assim, independentemente do conceito que determinada atitude possa ocupar nas teorias econômicas, ela será adotada se puder ser utilizada como instrumento para alcançar mencionado Desenvolvimento. Portanto, a intervenção do Estado, sempre que servir para esse desiderato, será necessária, bem como as prestações de cunho social (e especialmente tais prestações), sem que isso signifique a assunção de um modelo socialista.

Nesse contexto, a situação brasileira demonstra que no Brasil a concentração de renda tem sido o maior obstáculo para efetividade do direito ao Desenvolvimento. A pobreza, consequência da má distribuição de renda, tem privado grande parte da população dos benefícios do Crescimento Econômico, negando-lhe acesso aos serviços básicos, como saúde, saneamento básico e educação. Vieira[272] ressalta:

> [...] o Brasil é a oitava maior economia no mundo, segundo a revisão recente dos números do Produto Interno Bruto brasileiro. No entanto, detém um dos piores registros de distribuição de riqueza (0,584 índice de Gini). De acordo com o IPEA, um instituto de pesquisa ligado ao Ministério do Planejamento, 49 milhões de pessoas são pobres no Brasil e 18,7 milhões estão em condição de extrema pobreza. Na última década, o 1% mais rico da população possui a mesma riqueza que os 50% mais pobres.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[273], o Brasil se manteve no 79º lugar no ranking que abrange 188 países, do mais ao menos desenvolvido. O relatório foi elaborado em 2018 e tem como base os dados de 2017. O IDH é um índice medido anualmente pela ONU e utiliza indicadores de renda, saúde e educação. No RDH, o Brasil registrou IDH de 0,759[274], índice ligeiramente melhor do que o índice de 2016.

---

[272] VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. **Sur. Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 28-51, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452007000100003&lng=en&nrm=iso>. Accesso em: 10 jan. 2019.

[273] ONU. PNUD. **Brasil mantém tendência de avanço no Desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem.** Publicado em 14.set.2018. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-Desenvolvimento-humano--mas.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

[274] AGÊNCIA BRASIL. **IDH do Brasil tem leve variação e país mantém 79ª posição no ranking**. Publicado em 14.set.2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/idh-brasileiro-tem-leve-variacao-e-pais-mantem-79a-posicao-no>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Em pesquisa realizada pelo IBGE[275] constatou-se que o valor médio do rendimento familiar *per capita* em 2017 ficou em torno R$ 1.268,00. De acordo com o levantamento, o maior rendimento *per capita* foi observado no Distrito Federal (R$ 2.548) – mais que o dobro da média nacional. Já o menor foi registrado no Maranhão (R$ 597) – menos da metade da média nacional.

Segue abaixo o rendimento médio domiciliar *per capita* por estado, em reais.

Tabela 5 – Renda Média *Per Capta* por Estado

Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente, segundo as Unidades da Federação - 2017

Unidades da Federação	Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente (R$)
Brasil	1.268
Rondônia	957
Acre	769
Amazonas	850
Roraima	1.006
Pará	715
Amapá	936
Tocantins	937
Maranhão	597
Piauí	750
Ceará	824
Rio Grande do Norte	845
Paraíba	928
Pernambuco	852
Alagoas	658
Sergipe	834
Bahia	862
Minas Gerais	1.224
Espírito Santo	1.205
Rio de Janeiro	1.445
São Paulo	1.712
Paraná	1.472
Santa Catarina	1.597
Rio Grande do Sul	1.635
Mato Grosso do Sul	1.291
Mato Grosso	1.247
Goiás	1.277
Distrito Federal	2.548

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2017.

Ao observar a tabela, essa desigualdade reflete-se com maior intensidade nas Regiões Norte e Nordeste. Como exemplo, podemos citar o Estado da Paraíba, onde os levantamentos do IBGE apontaram que 95% das cidades tinham mais da metade da população vivendo na pobreza absoluta, conforme Pesquisa de Orçamento Familiares no ano de 2003[276].

[275] IBGE Divulga o rendimento domiciliar per capita 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2017.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

[276] Jornal da Paraíba. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/joao-pessoa-tem-a-pior-distribuicao-de-renda-da-paraiba.html>. Acesso em: 25 mai. 2018.

O Banco Mundial define pobreza extrema como viver com menos de US$1,90 por dia (cerca de 7,06 reais), entende-se pobreza moderada o valor de US$ 3,20 (cerca de 11,90 reais) por dia. Embora as taxas de pobreza extrema tenham baixado substancialmente, tendo caído de 36% em 1990, cerca de 46% da população mundial vive com menos de US$ 5,50 por dia. [277]

A América Latina e o Caribe foram as regiões com menos prosperidade entre 2010 a 2015, uma vez que a economia sofreu um grande impacto diante da desaceleração nos preços globais de commodities. A região tinha quase 11% da população com renda inferior a US$ 3,20 por dia, bem como, sofre a falta de acesso a água potável, saneamento adequado e eletricidade. [278]

Outro dado importante trazido pelo IBGE[279] é que cerca de 55 milhões de brasileiros, o equivalente a 26,5% da população, vive na linha de pobreza e têm renda familiar mensal equivalente a R$ 406,00 – ou US$ 5,5 - por dia. A pesquisa indica, ainda, que o maior índice de pobreza se dá na Região Nordeste do país, onde 43,5% da população se enquadra nessa situação e, a menor na Região Sul: 12,3%.

Da análise dos dados, revela-se uma realidade já conhecida: o Brasil é um país profundamente desigual.

Oliveira[280] explica:

> A renda per capita dos 20% que ganham mais, cerca de R$ 4,5 mil, chega a ser mais de 18 vezes que o rendimento médio dos que ganham menos e com menores rendimentos por pessoa – cerca de R$ 243. No Brasil, em 2016, a renda total apropriada pelos 10% com mais rendimentos (R$ 6,551 mil) era 3,4 vezes maior que o total de

[277] World Bank Group. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

[278] World Bank Group. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

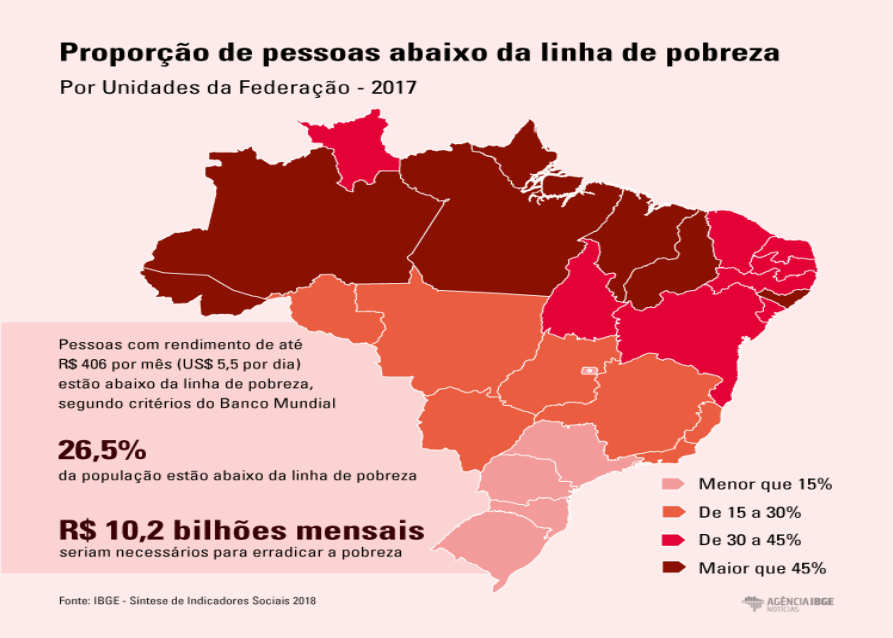
[279] Agência IBGE: Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 27 dez. 2018.

[280] Oliveira, Nielmar - Repórter da Agência Brasil. IBGE: 50 Milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em: 27 dez. 2018.

> renda apropriado pelos 40% (R$ 401) com menos rendimentos, embora a relação variasse dependendo do estado.

Outro dado de extrema importância, é quando se avalia os níveis de pobreza por estados e regiões. A pobreza é essencialmente um problema para o Norte e Nordeste. Poucos municípios nas outras três regiões do Brasil apresentam taxas de pobreza tão acentuadas, como se pode ver no mapa a seguir:

Mapa 7



Em 2017, o Brasil tinha 54,8 milhões de pessoas que viviam com menos de R$ 406,00 por mês, dois milhões a mais que em 2016. Isso significa que a proporção da população em situação de pobreza subiu de 25,7% para 26,5%, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE[281].

O Nordeste concentrou o maior percentual daqueles em situação de pobreza, 44,8%, o equivalente a 25,5 milhões de pessoas. Entre as unidades da federação, a maior proporção de pobres estava no Maranhão, com mais da metade da população, 54,1%, e em Alagoas, 48,9%.

---

[281] Agência IBGE: Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 27 dez. 2018.

Não há dúvida que parte dos brasileiros vive em situação de pobreza, sem acesso às condições mais básicas, como saúde, educação e lazer, sem condições de desenvolver de forma livre, fazendo com que o Crescimento Econômico do Brasil acabe gerando oportunidades que são inacessíveis para a maior parte de sua população.

Nesse sentido, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos[282] afirmou:

> [...] que a pobreza extrema e a exclusão social constituem uma violação da dignidade humana e que são necessárias medidas urgentes para alcançar um melhor conhecimento sobre a pobreza extrema e as suas causas, incluindo aquelas relacionadas com o problema do Desenvolvimento, com vistas a promover os Direitos Humanos dos mais pobres, a pôr fim à pobreza extrema e à exclusão social e a promover o gozo dos frutos do progresso social.

Salta aos olhos as riquezas naturais existentes em várias regiões do Brasil e a situação de pobreza das pessoas que lá residem, demonstra que as comunidades não vêm aproveitando o patrimônio que possuem para alcançar o seu Desenvolvimento social.

Dando destaque à região Amazônica, Kitamura[283] atribui o contraste entre riqueza natural e pobreza social na Amazônia brasileira às políticas públicas excludentes que comandam o acesso aos recursos, “talvez o lado mais dramático da intervenção do Estado no processo de ocupação da Amazônia seja o contraste entre os estoques de riquezas naturais prontamente disponível para serem exploradas e as condições de pobreza extrema de grande parte da população. ”

Em estudo de 2013 da Divisão de Recursos Naturais e Infraestrutura da Comissão Econômica para América Latina e Caribe[284] afirmou-se que:

> La gobernanza de los recursos naturales comprende el conjunto de políticas soberanas de los países sobre la propiedad, apropiación y distribución de los recursos naturales para maximizar su contribución al desarrollo con criterios de sostenibilidad. Indudablemente, esto abarca un conjunto amplio de desafíos de política y capacidad de gestión pública para los países de la CELAC. Frente a ello, es preciso

[282] Declaração e Programa de Ação de Viena, 14-25 de junho de 1993, 25.

[283] KITAMURA, P.C. A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Brasileira, EMBRAPA, 1994.

[284] CEPAL. *Recursos naturales*: situación y tendências para uma agenda de desarrollo regional em América Latina y Caribe. Santiago: Cepal, 2013.

> revisar y fortalecer la institucionalidad, los marcos regulatorios y los instrumentos que permitan maximizar la contribución de los recursos naturales al desarrollo regional. La eficiencia de la inversión pública de las rentas derivadas de la explotación de estos recursos, que el Estado recibe a través del régimen tributario, se constituye en una condición esencial para sentar las bases de un proceso de desarrollo sostenible. El destino de los ingresos fiscales provenientes de la explotación de recursos naturales, y su distribución entre distintos actores y niveles de gobierno, precisa la creación de mecanismos que permitan asegurar la inversión eficiente de estas rentas en proyectos de alto retorno social.[285]

Bielschowsky[286] analisando Estratégias de Desenvolvimento para o Brasil, propõe três motores do Desenvolvimento econômico: consumo de massa, Recursos Naturais e infraestrutura. O autor sustenta que sua formulação é adequada porque está dentro de um "processo histórico viável", já que se encontra inscrita na lógica da operação da economia brasileira e tem a possibilidade de alcançar razoável coesão social. Mas, para que isso ocorra, as atividades baseadas em Recursos Naturais "não podem ser meros enclaves de onde saíam as matérias-primas sem deixar rastro de emprego, progresso técnico e bem-estar social".

Diante de tantos problemas sociais que vêm vitimando milhares de brasileiros, os Recursos Naturais devem ser utilizados como fonte de renda para melhorar a situação econômica e social da população, notadamente das comunidades locais. Os Recursos Naturais são valiosos para qualquer país, vários são os países em que ocorre extração de minérios, pesca, plantações, cultivam alimentos e criam gado, e não há nada prejudicial nisso. Necessário apenas o aproveitamento racional desses recursos. Assim, a utilização dos Recursos Naturais é um importante passo em busca do Desenvolvimento humano. E o Estado Brasileiro, na qualidade de

---

[285] Tradução livre do autor: A governança dos Recursos Naturais compreende o conjunto de políticas soberanas dos países no apropriação, apropriação e distribuição de Recursos Naturais para maximizar sua contribuição ao Desenvolvimento com critérios de Sustentabilidade. Sem dúvida, isso engloba um amplo conjunto de desafios políticos e capacidade de gestão pública para os países da CELAC. Em vista disso, é necessário rever e fortalecer a estrutura institucional, marcos regulatórios e instrumentos que maximizem a contribuição dos Recursos Naturais para o Desenvolvimento regional. A eficiência do investimento público de renda derivada de a exploração desses recursos, que o Estado recebe por meio do sistema tributário, constitui condição essencial para lançar as bases de um processo de Desenvolvimento Sustentável. O destino da receita impostos da exploração dos Recursos Naturais, e sua distribuição entre diferentes atores e níveis governo, requer a criação de mecanismos para garantir o investimento eficiente desses aluguéis em projetos de alto retorno social.

[286] BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as três fontes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, n. esp., p.740, dez. 2012.

responsável primário pela efetivação do direito ao Desenvolvimento, cabe a formulação de políticas públicas para tanto.

2.4.2 A ECO-92, a Agenda 21, e o reconhecimento da pobreza e da dívida externa como problemas a serem solucionados.

As Conferências Internacionais para debater o Meio Ambiente surgiram com a preocupação dos países reanalisarem seu modelo de produção e buscar alternativas econômicas para se alcançar uma harmonização com o meio ambiente.

Os Organismos Internacionais auxiliam no gerenciamento de problemas comuns e, quando bem geridos, ou seja, quando há um clima de consenso e observância por parte dos Estados, os regimes podem facilitar a repartição de responsabilidades entre seus membros, ao estabelecer regras que possam ser aplicadas por todos os Estados.[287]

Considerando a interferência do homem na natureza e sua capacidade de transformar o ambiente que o cerca, foi necessário ampliar os debates sobre o tema ao nível global. A Declaração de Estocolmo afirma que a proteção ao meio ambiente humano é fundamental para o bem-estar dos povos e para o Desenvolvimento econômico, sendo esse um objetivo urgente dos governos de todo o planeta[288].

Segundo Oliveira[289] a Conferência de Estocolmo de 1972 foi a primeira a repercutir diretamente na formação de regimes internacionais ambientais, inaugurando a governança global ambiental nos termos conhecidos hoje. Lago[290] afirma que “a Conferência de Estocolmo constituiu etapa histórica para a evolução do

[287] KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 3. ed.New York, Longman, 2001.

[288] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**: Declaração de Estocolmo. 1972.

[289] OLIVEIRA, André. **Regimes Internacionais e a Interação entre a OMC e os Acordos Ambientais Multilaterais**, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95020/294694.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mai. 2018.

[290] LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Funag, 2006. P.32.

tratamento das questões ligadas ao meio ambiente no plano internacional e também no plano interno de grande número de países".

Ainda motivado pela Declaração de Estocolmo, o relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, expõe os avanços e os retrocessos globais nas questões de Desenvolvimento humano, social e econômico, e destaca a crescente disparidade entre os países mais ricos e os mais pobres. O relatório afirma que os danos ambientais causados pelo Desenvolvimento têm crescido constantemente, o que tem elevado a temperatura média do planeta, através da intensificação do efeito estufa, acidificação dos oceanos, aumento do nível do mar devido ao derretimento das geleiras, causando enchentes nas cidades costeiras, causado danos à agricultura e instabilidade nas economias nacionais[291].

Em 1992 o mundo acabara de ver o colapso dos regimes socialistas do Leste Europeu e da União Soviética. O sistema global buscava fortalecer o multilateralismo como alternativa à bipolarização e com a intenção de evitar o domínio exclusivo dos Estados Unidos. Quanto a isso, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, 20 anos após a Declaração de Estocolmo, teve como principal objetivo obter, através de negociações, a redução na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera limitando a interferência do homem nos sistemas climáticos.[292]

A Eco 92 reafirmou a declaração de Estocolmo e ressaltou a necessidade de novos níveis de cooperação internacional através dos Estados, dos setores-chave da sociedade e dos indivíduos. Tendo sido marcante também para estabelecer as bases para os programas destinados à cooperação internacional em matéria de Desenvolvimento e de meio ambiente (IICA, Costa Rica, 1994[293]).

---

[291] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas e estatuto da corte internacional de justiça. 2014. Acesso em: 28 mai. 2018.

[292] MENDONÇA, Francisco. **Aquecimento Global e suas manifestações regionais e locais**. Artigo publicado na Revista Brasileira de Climatologia, n. 2, 2007, p.71. Disponível em: <http://www.conferenciaestadualdomeioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/MC_na_regiao_Sul_Chico_Mendonca_07.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

[293] THE EARTH SUMMIT, ECO 92, DIFFERENT VISIONS. INSTITUTO INTERAMERICANO PARA A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA (IICA), 1994, COSTA RICA. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3459p/B3459p.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

A reunião — que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra —, teve o reconhecimento dos países quanto ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, necessidade de começar a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta. Para Berchin[294]:

> A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra (1992) reconhece que o planeta Terra é interconectado e por consequência, os seres humanos são interdependentes, o que ressalta a necessidade de cooperação global de todas as áreas interessadas, incluindo governos, empresas, instituições e povos.

Destaca-se da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o princípio 2, o qual reconhece que:

> Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de Desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

Dessa forma, fica demonstrada a possibilidade de os Estados gerirem suas políticas de Desenvolvimento e meio ambiente, permitindo a exploração dos recursos, diante da necessidade e priorização do Desenvolvimento econômico e social, sem contudo esquecer de alcançar tal Desenvolvimento de forma sustentável.

Visando a adoção das discussões geradas na Eco 92, os Estados são incentivados a adotar uma agenda interna que visa alcançar o Desenvolvimento Sustentável, essa agenda deve ser baseada na Agenda 21, que em seu preâmbulo constava:

> A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a Desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais

---

294 BERCHIN, Issa Ibrahim -**O PAPEL DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DOS REGIMES INTERNACIONAIS AMBIENTAIS**: DE ESTOCOLMO À RIO +20. Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/7c137789-3183-40e6-ac62-1dcca60f5b48/artigo_gt-ca_issa-andreia_vii-spi.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 28 mai. 2018.

> nada, dos Governos. Para concretizá-la são cruciais as Estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados.[295]

Viola[296] explana:

> A Agenda 21 já demonstrava, um maior nível de amadurecimento do debate sobre a busca de um equilíbrio entre Desenvolvimento econômico e proteção ambiental no âmbito internacional, tornando-se um abrangente plano de ação a ser implementado pelos governos, agências de Desenvolvimento, pela ONU e grupos independentes nas diversas áreas da atividade humana. Para melhor atender as necessidades brasileiras e para melhor se enquadrar com a realidade nacional, o Brasil desenvolveu a Agenda 21 Brasileira. Assumindo um papel de coliderança durante a redação dos resultados da Convenção de Biodiversidade, o Brasil facilitou o acordo na convenção de mudança climática e teve posições consistentes e favoráveis a compromissos em favor do Desenvolvimento Sustentável na Agenda 21.

Na Agenda 21 os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de Crescimento Econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, do qual o crescimento e o Desenvolvimento dependem. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos.[297]

Nesse contexto, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no seu artigo 5º reconhece a necessidade de erradicar a pobreza, assim como tratou da dívida externa dos países em Desenvolvimento.

Dessa forma, a Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de Desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem:

---

[295] AGENDA 21.Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf >. Acesso em: 28 mai. 2018.

[296] VIOLA, Eduardo. **O REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇA CLIMÁTICA E O BRASIL**, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n50/a03v1750.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

[297] ONU BR – Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 28 mai. 2018.

a pobreza e a dívida externa dos países em Desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

O Capítulo 3 da Agenda 21, denominado “Combate à pobreza”, apresenta objetivos, ações e atividades a fim de promover um Crescimento Econômico nos países em Desenvolvimento de forma sustentável, associado a uma ação direta voltada para a erradicação da pobreza por meio do fortalecimento dos programas de emprego e geradores de renda. Com foco no longo prazo, há a capacitação das pessoas em atingir através de meios sustentáveis sua subsistência, devendo ser um fator de integração que permita às políticas abordar simultaneamente questões de Desenvolvimento, de manejo sustentável dos recursos e de erradicação da pobreza.

Os objetivos dessa área de programas são, em especial, oferecer às pessoas a oportunidade de ganhar a vida de forma sustentável, implementando políticas e Estratégias que promovam níveis adequados de financiamento, desenvolvendo para todas as áreas atingidas pela pobreza, criando nos planos de Desenvolvimento e nos orçamentos nacionais, um núcleo de investimento no capital humano que inclua políticas e programas especiais dirigidos para as zonas rurais, os pobres das áreas urbanas, mulheres e crianças. [298]

Por ser a pobreza um problema complexo, desencadeado de diversas formas, e tendo sua origem de forma diferente em cada país, não é possível encontrar uma solução uniforme e universal. Deve-se buscar o Desenvolvimento de programas específicos para cada país, mas possuindo uma cooperação internacional, tendo a consciência que o combate à pobreza uma responsabilidade conjunta de todos os países.

As políticas que afetam o comércio e o fluxo de finanças globais têm um forte impacto sobre o Desenvolvimento Sustentável. Os países em Desenvolvimento

[298] AGENDA 21 GLOBAL – Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 28 mai. 2018.

estão oprimidos pelo endividamento externo, pelo financiamento inadequado para o Desenvolvimento e pelas barreiras aos mercados do Hemisfério Norte.

Quanto à dívida externa, a Agenda 21 trouxe em seu capítulo 2 (Cooperação Internacional para Acelerar o Desenvolvimento Sustentável dos Países em Desenvolvimento e Políticas Internas Correlatas) que:

> A implementação permanente e vigorosa da Estratégia internacional da dívida, em constante evolução, tem o objetivo de restaurar a viabilidade financeira externa dos países devedores; a retomada de seu crescimento e Desenvolvimento contribuiria para a obtenção de crescimento e Desenvolvimento sustentáveis. Nesse contexto, é indispensável contar-se com recursos financeiros adicionais em favor dos países em Desenvolvimento e utilizarem-se esses recursos de forma eficiente.

De acordo com a Agenda[299], a comunidade internacional estimula:

> (a) Outros países com dívidas onerosas junto a bancos a negociar com seus credores medidas análogas de redução de sua dívida junto aos bancos comerciais;
>
> (b) As partes envolvidas nessa negociação a não deixarem de atribuir a devida importância à redução da dívida a médio prazo e às novas exigências de recursos do país devedor;
>
> (c) As instituições multilaterais ativamente envolvidas na nova Estratégia internacional da dívida a manter seu apoio aos conjuntos de medidas de redução da dívida relacionados a dívidas contraídas junto a bancos comerciais, com vistas a garantir que a magnitude de tais financiamentos esteja de acordo com o desdobramento da Estratégia da dívida;
>
> (d) Os bancos credores a participar da redução da dívida e dos juros da dívida;
>
> (e) Políticas reforçadas destinadas a atrair o investimento direto, a evitar níveis insustentáveis de endividamento e a promover a volta do capital de giro.

Compromissos com a dívida externa são, ainda hoje, um entrave as mudanças de política industrial e de comércio exterior, devendo ser superado para que haja Desenvolvimento. Com base nessa premissa, verifica-se a tentativa de se promover o Desenvolvimento, focado na Estratégia de Agenda 21, propondo um plano

[299] CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – AGENDA 21.

com metas de curto, médio e longo prazo visando agir na causa para solucionar o problema de forma definitiva, buscando o Desenvolvimento Sustentável.

2.4.3 A atuação da ONU na África e a Agenda 2030

Sabe-se que a África vive um paradoxo, pois mesmo diante da grande riqueza natural em seu subsolo, o continente é o mais pobre do mundo. Dessa forma, cabe destacar os trabalhos desenvolvidos pela ONU na região, na tentativa impulsionar seu Crescimento Econômico e diminuir a desigualdade no continente.

Acerca do continente africano Zumbansen e Buchanan[300]:

> [...] any attempt even at “helping” or “developing” Africa would have to start by taking into account the complex and intricate history of Africa’s role in the world, a history that has been told too often from the colonisers’ perspective and is now being told from within.[301]

A África é o 3º maior continente em extensão territorial, com 30 milhões de km², ocupando 20,3% da área total da Terra. As taxas de crescimento natural na África são as mais elevadas do mundo. A população africana em 1950 era constituída por 221 milhões de pessoas, atualmente, são mais de 1,277 bilhão.[302]

O PIB per capita (PPP) da África é de U$ 1.968,00 enquanto na Europa é U$ 27.383,00. O IDH, dos países da África também são sempre responsáveis pelas últimas posições da lista e o número de pessoas na pobreza extrema também assusta.

Segundo estudo realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), cerca de 150 milhões de pessoas africanas não tem acesso à quantidade mínima de calorias diárias. E o pior, outros 23 milhões podem literalmente morrer de fome ou por causas provenientes da mesma, como insuficiência de determinados nutrientes no organismo: falta de potássio, proteína, cálcio, entre outros.[303]

---

[300] ZUMBANSEN, Peer; BUCHANAN, Ruth. **Approximating Law and Development, Human Rights and Transitional Justice.** Osgoode Hall Law School of York University Osgoode Digital Commons. Research Report No. 40/2013.

[301] Tradução livre do autor: [...] qualquer tentativa de “ajudar” ou “desenvolver” a África teria que começar levando em conta a complexa e complexa história do papel da África no mundo, uma história que foi contada. muitas vezes da perspectiva dos colonizadores e agora está sendo contada por dentro.

[302] Pirâmides Populacionais do Mundo desde 1950 até 2100. Population Pyramid.net. Disponível em: <https://www.populationpyramid.net/pt/%C3%A1frica/2018/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

[303] FREITAS, Eduardo de. "**As principais causas da fome na África**" Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/as-principais-causas-fome-na-africa.htm>. Acesso

Acerca da Economia Africana Menezes[304] discorre:

> O extrativismo e a agricultura figuram com as principais atividades na África. Estas são praticadas com níveis tecnológicos muito baixos e, por isso, são muito nocivos ao meio ambiente. (…)
>
> A caça, a pesca e a coleta de produtos naturais ainda compõem as principais fontes de renda para a maioria da população africana. Cumpre ressaltar o comércio de couro e de peles, marfim, madeiras, resinas, óleo de palmeira e especiarias. No entanto, no século XXI, devido ao aumento de preço dos produtos primários, a economia africana sofreu um incremento considerável. As taxas de crescimento da região chegaram em até 9% no período de 2004-2015.
>
> A África detém grandes reservas minerais, destacando-se o ouro e os diamantes, bem como fontes energéticas como petróleo e gás natural. Também é abundante em antimônio, fosfatos, manganês, cobalto e cobre.
>
> A maior economia africana é da África do Sul, seguida por países como Marrocos e Tunísia (grandes exportadores de fosfatos, matéria-prima para a indústria de fertilizantes).
>
> Destaca-se também a Argélia, rica em petróleo e gás natural, e membro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).
>
> Contudo, a exploração das riquezas minerais é praticada por companhias europeias ou norte-americanas, as quais são atraídas pelo baixo preço da mão de obra, da energia elétrica e das matérias-primas. Essas empresas extraem e produzem a custos reduzidos, o que lhes permite altas margens de lucro.
>
> Já a agricultura do continente africano apresenta-se sob duas formas: a de subsistência e a comercial. A primeira é rudimentar, itinerante e extensiva, e a segunda, praticada sob a antiga forma de “plantation”, sistema introduzido pelos europeus durante o período colonial.
>
> Os principais produtos da agricultura de exportação são as frutas tropicais como a banana, a castanha de caju, café e flores.

Diante desse cenário, através de sua capacidade única como veículo mundial para a cooperação internacional, o Sistema da ONU desempenha um papel crucial na coordenação de todos os tipos de assistência – para ajudar a África a se ajudar. Desde a promoção do Desenvolvimento de instituições democráticas, ao estabelecimento da paz entre nações em guerra, a ONU está presente no terreno

em: 30 mai. 2018.

[304] MENEZES, Juliana Bezerra “**Aspectos Gerais da África**”. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/aspectos-gerais-da-africa/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

apoiando o Desenvolvimento econômico e social, bem como na promoção e na proteção dos direitos humanos.[305]

Para levar maior apoio à África, em 2003 foi estabelecido o “Escritório das Nações Unidas do Assessor Especial para a África”, para reforçar o apoio internacional ao Desenvolvimento e a segurança africana e para melhorar a coordenação do apoio do Sistema da ONU. Ele também trabalha para facilitar deliberações globais sobre a África, especialmente no que diz respeito à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África– um quadro estratégico adotado por líderes africanos em 2001.[306]

Dentre os vários projetos coordenados pela ONU na África, vale destacar o UN Environment’s Africa Office[307] (Escritório da África do Meio Ambiente da ONU) que trabalha para garantir a distribuição eficaz e eficiente de intervenções em resposta às necessidades regionais, sub-regionais e nacionais.

> UN Environment’s presence in Africa and other regions assists countries, sub-regions and regions to work towards an integrated delivery, achieved through global consensus and policy coherence on global agendas and environmental sustainability.
> Our work in Africa revolves around UN Environment’s seven thematic programmes: climate change, disasters and conflicts, ecosystems management, environmental governance, chemicals and waste, resource efficiency and environment under review.
> We work through partnerships throughout the region to:
> - Implement national environment policies
> - Implement United Nations Development Frameworks
> - Implement multilateral environmental agreements
> - Develop local capacity through information sharing and best practices
> - Enhance dialogues, discussions and forums to foster increased awareness of views and solutions on environmental issues
>
> African Member States benefit from UN Environment’s regional presence and delivery of the organization’s programme of work. Our achievements represent the collective efforts of UN Environment and partners, government institutions and ministerial forums, non-governmental agencies, regional economic communities, UN agencies, major groups and stakeholders, the private sector, local authorities and regional centres of excellence. (Escritório da África do Meio Ambiente

[305] ONU-BR Nações Unidas no Brasil. **A ONU e a África**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/africa/>. Acesso em: 2 jun. 2018.

[306] ONU-BR Nações Unidas no Brasil. A ONU e a África.

[307] UN environment. UN Environment’s Africa Office. Disponível em < https://www.unenvironment.org/regions/africa/our-work-africa/un-environments-africa-office > Acesso em 30 Maio 2018.

da ONU[308]).

As missões de paz autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU são enviadas a regiões de conflito, servindo de estabilizadores e possibilitando que os esforços de paz prossigam. Seus membros são especialistas em estabilizar a situação pós-conflito e propiciar o Desenvolvimento social e econômico. Sobre elas, Rodrigues[309] explana:

> Desde 1945, 63 forças de paz foram criadas, permitindo, entre muitas outras coisas, que pessoas em mais de 45 países pudessem participar de eleições livres e justas. Apenas na última década, as missões também foram responsáveis pelo desarmamento de mais de 400 mil ex-combatentes, ajudando em sua reinserção na vida civil. Como parte também das operações de paz da ONU, a desminagem, administrada pelo Serviço de Ação contra Minas da ONU (UNMAS).

Outra organização atuante na África é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que possui uma longa história de cooperação com a África e sempre colocou essa cooperação como prioridade central. Entre os anos de 2014 a 2021, os Estados Membros confirmaram as duas Prioridades Globais da UNESCO: África e Igualdade de Gênero.

---

[308] Tradução do autor: A presença da UN Environment na África e em outras regiões ajuda os países, sub-regiões e regiões a trabalhar em prol de uma entrega integrada, alcançada por meio de consenso global e coerência de políticas em agendas globais e Sustentabilidade ambiental. Nosso trabalho na África gira em torno dos sete programas temáticos da ONU: mudanças climáticas, desastres e conflitos, gestão de ecossistemas, governança ambiental, produtos químicos e resíduos, eficiência de recursos e meio ambiente sob revisão.Trabalhamos através de parcerias em toda a região para:Implementar políticas ambientais nacionais

- Implementar os Quadros de Desenvolvimento das Nações Unidas
- Implementar acordos ambientais multilaterais
- Desenvolver a capacidade local através do compartilhamento de informações e melhores práticas
- Aprimorar diálogos, discussões e fóruns para promover uma maior conscientização sobre pontos de vista e soluções sobre questões ambientais

Os Estados Membros Africanos beneficiam da presença regional da ONU e do cumprimento do programa de trabalho da organização. Nossas realizações representam os esforços coletivos da ONU Meio Ambiente e parceiros, instituições governamentais e fóruns ministeriais, agências não-governamentais, comunidades econômicas regionais, agências da ONU, grandes grupos e partes interessadas, o setor privado, autoridades locais e centros regionais de excelência.

[309] RODRIGUES, Ingrid – Artigo Atuação e Missões de Paz. Disponível em: <https://infoonu.wordpress.com/2012/11/16/atuacao-e-missoes-de-paz/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

A UNESCO se concentrará em duas áreas principais durante este período: construção da paz, promovendo sociedades inclusivas, pacíficas e resilientes e capacitação para o Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da pobreza.

Neste contexto o Departamento de África[310] está encarregado de:

> Ensuring the institutional and intersectoral coordination of Global Priority Africa and of the reports and core initiatives within its mandate, in close cooperation with the Sectors and Office concerned, implementing Priority Africa and monitoring it;
>
> Being a focal point for UNESCO relationships with Member States of Africa, African Union, Regional Economic Communities and other regional integration organisations;
>
> Supporting the five multisectoral Regional Offices and the category 1 institutes active in the region, backed by a mechanism of regular consultation between the Offices and the Headquarters, in the context of the reform of UNESCO's field presence;
>
> Coordinating forward-looking reflection on Africa and contextual analysis of African realities and challenges and generating forward-looking research and studies to ensure coherence and efficiency in implementing Priority Africa. This will involve experts from Africa and outside Africa;
>
> Promoting monitoring and future-oriented reflection activities to a greater extent in respect of Africa's development challenges, opportunities and issues;
>
> Strengthening further the strategic partnership with African Member States, the African Union Commission, subregional economic communities, civil society, the private sector and the specialized agencies so that they may participate in the Organization's action to a greater extent by making substantive, technical and financial contributions thereto;
>
> Broadening and bolstering, on the basis of comparative advantages, the complementarity of action with other United Nations system agencies, funds and programmes active in Africa;
>
> Mobilizing extrabudgetary contributions to Priority Africa flagship programmes;
>
> Raising the profile of the actions and activities undertaken in the context of Global Priority Africa.[311]

---

[310] AFRICA DEPARTMENT Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/africa-department/about-us/the-department-and-its-missions/>. Acesso em 30 mai. 2018.

[311] Tradução livre do autor: Assegurar a coordenação institucional e intersetorial da África Prioritária Global e dos relatórios e iniciativas centrais dentro do seu mandato, em estreita cooperação com os Sectores e o Gabinete em questão, implementando a África Prioritária e monitorizando-a;Ser um

A UNESCO implementa uma Estratégia mais forte e mais bem direcionada para construir a paz, erradicar a pobreza e alcançar o Desenvolvimento Sustentável inclusivo, melhorando a qualidade da educação, aproveitando a ciência, tecnologia e inovação para impulsionar o Desenvolvimento no continente africano.

A Agenda reflete os novos desafios de Desenvolvimento e está ligada ao resultado da Rio+20, a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro. Os Objetivos e metas universais abrangem três dimensões de maneira integrada — econômica, social e ambiental —, concentrando-se em iniciativas para, até 2030:

> acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus Recursos Naturais. (Organização das Nações Unidas)

A Agenda 2030 possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas demonstrando a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Construída sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, buscando concretizar os direitos humanos de todos. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões da Sustentabilidade: a econômica, a social e a ambiental.

Conforme “Food and Agriculture Organization of United Nations” [312] : “Therefore, effective and efficient implementation of the SDG framework calls for

---

ponto focal para as relações da UNESCO com os Estados Membros da África, União Africana, Comunidades Econômicas Regionais e outras organizações de integração regional;Apoiar os cinco Escritórios Regionais multissetoriais e os institutos de categoria 1 ativos na região, apoiados por um mecanismo de consulta regular entre os Escritórios e a Sede, no contexto da reforma da presença de campo da UNESCO;Coordenar a reflexão prospectiva sobre África e a análise contextual das realidades e desafios africanos e gerar estudos e pesquisas voltados para o futuro para assegurar coerência e eficiência na implementação da África prioritária. Isso envolverá especialistas da África e fora da África;
Promover o acompanhamento e as actividades de reflexão orientadas para o futuro, em maior medida, no respeito dos desafios, oportunidades e problemas de Desenvolvimento em África;
O reforço da parceria estratégica com Estados africanos, Comissão da União Africano, comunidades económicas sub-regionais, sociedade civil, o setor privado e as agências especializadas, para que possam participar de ação da Organização em maior medida por fazer contribuições substantivas, técnicas e financeiras a mesma;
Ampliar e reforçar, com base em vantagens comparativas, a complementaridade de ação com outras agências do sistema das Nações Unidas, fundos e programas ativos na África;
Mobilizar contribuições extra-orçamentárias para os programas emblemáticos da África Prioritária;
Aumentar o perfil das ações e atividades realizadas no contexto da Global Priority Africa.

[312] Food and Agriculture Organization of United Nations. The State of The World’s Forests. Forest Pathways to Sustainable Development. Roma,2018.

identification of these interlinkages between the SDGs and concerted action at country level to activate positive interactions between all sectors”[313]

O ONU[314], sobre a Agenda 2030, afirma:

> Possuindo um alcance sem precedentes a Agenda é aceita por todos os países e é aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de Desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Estes são objetivos e metas universais que envolvem todo o mundo, igualmente os países desenvolvidos e os em Desenvolvimento. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões da Sustentabilidade. Prevendo um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Livre do medo e da violência. Um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados. Um mundo onde habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia, confiável e sustentável.

Da Agenda vale destaque o Objetivo 01 “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, desdobrando as metas:

> 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US$ 1,90 por dia
>
> 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
>
> 1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
>
> 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, Recursos Naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

---

[313] Tradução livre do autor: Portanto, a implementação efetiva e eficiente da estrutura dos ODS requer a identificação dessas interligações entre os ODS e ações coordenadas em nível de país para ativar interações positivas entre todos os setores.

[314] ONU BR. Agenda 2030, Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

> 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais
>
> 1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o Desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em Desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões
>
> 1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em Estratégias de Desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza (Organização das Nações Unidas)

Analisando o primeiro objetivo, verifica-se que o enfrentamento da pobreza é visto de modo mais amplo, buscando combatê-la em todas as suas formas e em todos os lugares (países, territórios, cidades, bairros e comunidades). Além de englobar a definição de pobreza extrema, traz questões como o acesso a recursos econômicos, serviços sociais, propriedade e resiliência a situações de vulnerabilidade, como Crises econômicas e desastres ambientais.

As organizações da sociedade civil, historicamente, defenderam o foco da ação política na desigualdade como meio fundamental para a sociedade transformar o atual modelo de Desenvolvimento. Os ODS se apresentaram como oportunidade de incidir nos governos em busca de políticas públicas de distribuição de renda. A Oxfam[315], confederação de organizações e parceiros, divulgou em 2015 um relatório no qual explicita que o 1% mais rico da população global possui mais riqueza que os demais 99% da população mundial.

“Claramente, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de acabar com a pobreza em todas as suas formas no mundo inteiro até 2030 está em risco”, disse o Diretor Geral da OIT, Guy Ryder. “Se levamos a sério a Agenda 2030 e queremos finalmente acabar com o flagelo da pobreza que perpetua por gerações, então nós temos que nos concentrar na qualidade dos empregos em todas as nações”.[316]

---

[315] OXFAN: A Oxfam é um confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo.

[316] ONU-BR Nações Unidas. OIT: Objetivo sobre pobreza da Agenda 2030 está em risco sem trabalho decente. Disponível < https://nacoesunidas.org/oit-objetivo-sobre-pobreza-da-agenda-2030-esta-em-

Torres, Assessor Especial da OIT, afirmou:

> Neste momento, 30% do mundo é pobre, mas detém apenas 2% da renda global. Somente através da melhora deliberada na qualidade dos postos de trabalho para aqueles que têm empregos e da criação de novos empregos decentes será possível fornecer uma saída duradoura das condições de vida precárias e melhorar os meios de subsistência para os trabalhadores pobres e suas famílias.[317]

Em relação ao Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)[318], realizada pelo IBGE no ano de 2013, a pesquisa registrou 65,3 milhões de domicílios particulares no Brasil, destes, 50,5 milhões (77,4%) estavam em situação de Segurança Alimentar (SA). Nestes domicílios moravam 149,4 milhões de pessoas, o equivalente a 74,2% dos moradores em domicílios particulares do País. Os 14,7 milhões de domicílios particulares restantes (22,6%) se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA), ou seja, tinham alguma preocupação com a possibilidade de ocorrer alguma restrição devido à falta de recursos para adquirir mais alimentos. Nestes domicílios, viviam cerca de 52,0 milhões de pessoas. Outro dado importante trazido pela pesquisa[319], é quanto às diferenças entre as regiões do país. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram o maior número de domicílios em situação de insegurança alimentar (36,1% e 38,1%, respectivamente). Nas demais Regiões o percentual de domicílios em situação de IA situaram-se abaixo dos 20%: 14,5% na Região Sudeste; 14,9% na Região Sul; e 18,2% na Região Centro-Oeste. Considerando a IA grave, o panorama de desigualdade regional permanece, nas Regiões Norte e Nordeste as proporções de domicílios onde algum morador passou pela experiência de fome nos 90 dias que antecederam a entrevista, foram 6,7% e 5,6%, respectivamente. Nas Regiões Sudeste e Sul a ocorrência ficou em 1,9% e, na Região Centro-Oeste, 2,3%.

Analisando os dados, verifica-se que o Brasil é um país de paradoxos, apesar de ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo, responsável não só pela produção voltada para o consumo dos brasileiros, mas também pela produção

---

risco-sem-trabalho-decente/ > Acesso em 27 jun. 2018.

[317] ONU-BR Nações Unidas. OIT: Objetivo sobre pobreza da Agenda 2030 está em risco sem trabalho decente.

[318] Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar. Disponível <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf > Acesso em 01 jun. 2018.

[319] Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar.

destinada à exportação mundial, o país apresenta um elevado índice de habitantes em situação de insegurança alimentar, que passam fome e sofrem de doenças causadas pela carência de uma alimentação correta e necessária ao corpo, como a desnutrição.

Assim, o combate à fome vai além da produção de alimentos, passa pela garantia ao acesso a estes alimentos, bem como, que seja uma comida de qualidade, e que as ações tomadas beneficiem aqueles que se encontrem em situações de vulnerabilidade, realizando de metas que trabalhem com o Desenvolvimento de práticas de agricultura resiliente promovendo o uso sustentável do meio ambiente e também ao investimento nas estradas garantindo a operacionalização das vias.[320]

2.4.4 O clima e o Acordo de Paris. A COP 21 e a China.

Quando se fala em Desenvolvimento, não há como não falar da China. A China possui uma das economias que mais crescem no mundo, fazendo deste país a segunda maior economia do mundo, ficando apenas atrás dos Estados Unidos.

Contudo, diante do ritmo de crescimento e a utilização em larga escala de combustíveis fósseis, A China gera um grande nível de poluição no país. Assim, se faz importante explicar que mesmo diante do antagonismo existente, a melhoria da condição de vida da população é prioridade.

Nesse contexto, em 12 de dezembro de 2015 foi assinado o “Acordo de Paris”, um acordo mundial que versa sobre as alterações climáticas, apresenta um plano de ação destinado a limitar o Aquecimento Global a um valor "bem abaixo" dos 2 °C, e abrange o período a partir de 2020.

O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países parte da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do Desenvolvimento Sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-

[320] Entenda os ODS: erradicação da fome é o 2º objetivo. < https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/entenda-os-ods-erradicacao-da-fome-e-o-2-objetivo >

industriais.[321] O objetivo[322] principal do Acordo de Paris é estabilizar o sistema climático global e conter o aquecimento da temperatura do planeta, Camargo[323] sustenta que:

> A concretização desse impostergável objetivo, normatizado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, entrelaça o regime climático com a governança global ambiental, como mecanismo para a solução dos conflitos e a promoção da necessária cooperação entre os Estados nacionais, no mundo globalizado, interdependente e cada vez mais complexo. A governança, como instrumento de participação ampliada, com envolvimento de atores estatais e não estatais, está fundada no consenso e na persuasão para a elaboração da sua autorregulamentação e ancorada num arranjo institucional permanente.

Apesar de não ter uma meta absoluta de redução de emissões para todos os países, o que depende das situações caso a caso, o Acordo tem a meta de limitar o aumento da temperatura e de unir esforços ao longo do tempo, conforme seu artigo 2:

> (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas;
>
> (b) Aumentar a capacidade de adaptar-se aos impactos adversos das mudanças climáticas e fomentar a resiliência ao clima e o Desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos;
>
> (c) Promover fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de Desenvolvimento resiliente ao clima. (Organização das Nações Unidas).

---

[321] Ministério do Meio Ambiente. Disponível < http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris > Acesso: 01 jun. 2018.

[322] Conforme o art. 2º da Convenção, promulgada pelo Decreto n. 652, de 1º de julho de 1998, “O objetivo final desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das Partes é o de alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente, que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao Desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.”

[323] CAMARGO, Luis Antonio de. Os regimes internacionais enquanto ações de governança global. In: COSTA E SILVA, A; ARAÚJO, E.L (coord.). Direito ambiental temas polêmicos. Curitiba: Juruá, 2015, p. 85/92.

Um diferencial do Acordo de Paris é que se baseia nas Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDCs, na sigla em inglês) submetidas pelas partes, sendo que até a COP21, 161 iNDCs foram formalmente enviadas, de acordo com suas capacidades, envolvendo principalmente ações de mitigação e de adaptação. As contribuições submetidas pelas partes passam a ser a base de suas ações, e deverão ser incrementadas a cada cinco anos a partir de 2020 para fomentar a ambição das ações de mitigação, adaptação, Desenvolvimento e transferência de tecnologia, financiamento e capacitação. Ruiz[324], assevera:

> Os países devem ter em mente, que apesar das responsabilidades serem diferenciadas, existe uma responsabilidade comum, em qualquer lugar da Terra em que se emita um grama de GEE, é a atmosfera inteira que está sendo (sobre) carregada com o aumento da concentração desses gases; e sabe-se também que os efeitos das mudanças não serão definidos em função do lugar em que ocorreram as emissões, nem tampouco esses efeitos ficarão restritos a determinados locais.

Analisando a agenda climática levanta-se dois questionamentos, o primeiro relativo ao critério de distribuição das responsabilidades dos Estados em relação à adoção das medidas de mitigação, e o segundo, relativo à real capacidade de se dar efetividade as novas adaptações.

Como se sabe, o regime climático fundamenta-se no princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, entre os países, que visa a distribuir com equidade a parcela de ônus, de obrigações que cada país deve suportar nas ações de mitigação, tendo em vista suas contribuições históricas de GEE (e por que não as suas contribuições atuais?), sua capacidade interna para realizar os esforços de mitigação e adaptação e ajudar outros países, sem prejuízo de seu direito ao Desenvolvimento. Nesse sentido, cabe ressaltar que “a distribuição de compromissos de mitigação de emissões de GEE entre os países tem-se revelado uma das principais questões de embate nas negociações internacionais sobre o regime climático”[325].

---

[324] RUIZ, José Juste. El régimen internacional para combatir el cambio climático en la encrucijada. In: GILES CARNERO, R. (coord.). Cambio climático, energia y derecho internacional: perspectivas de futuro. Madrid: Aranzadi, 2012, p. 37-49.

[325] REI. Fernando; CUNHA, Kamyla. O Brasil e o regime internacional de mudanças climáticas. In: GRANZIERA, M.L.M. e REI, F. (coord.). O futuro do regime internacional de mudanças climáticas: aspectos jurídicos e institucionais. Santos: Edital Livros Produções Editoriais, 2015, p. 17/34.

Dessa forma, merece destaque o art. 4, item 1 e 4, do Acordo, que estabelece que os países desenvolvidos devam estar na linha de frente e estabelecer objetivos de redução das emissões em valores absolutos, enquanto que os países em Desenvolvimento deverão continuar a aumentar os esforços na luta contra o Aquecimento Global à luz de sua situação nacional. Veja-se:

> 1. In order to achieve the long-term temperature goal set out in Article 2, Parties aim to reach global peaking of greenhouse gas emissions as soon as possible, recognizing that peaking will take longer for developing country Parties, and to undertake rapid reductions thereafter in accordance with best available science, so as to achieve a balance between anthropogenic emissions by sources and removals by sinks of greenhouse gases in the second half of this century, on the basis of equity, and in the context of sustainable.(...)
>
> 4. development and efforts to eradicate poverty. Developed country Parties should continue taking the lead by undertaking economy wide absolute emission reduction targets. Developing country Parties should continue enhancing their mitigation efforts, and are encouraged to move over time towards economy-wide emission reduction or limitation targets in the light of different national circumstances[326]. (COP 21)

Nesse contexto, vale salientar o caso da China, que apesar de ser um dos maiores emissores de dióxido de carbono e outros gases do efeito estufa do mundo, é um país em Desenvolvimento, assim, apesar de assumir suas responsabilidades com metas de redução de emissões, deve priorizar a erradicação da pobreza.

O Acordo de Paris, reconhece que as partes devem preocupar-se não somente com as mudanças climáticas mas também com o Desenvolvimento do país, sendo este a prioridade. Destaca-se:

---

[326] Tradução do autor: 4. A fim de alcançar o objetivo de longo prazo de temperatura definido no Artigo 2, as Partes têm como objetivo atingir um pico global das emissões de gases de efeito estufa o mais rápido possível, reconhecendo que o pico levará mais tempo para países em Desenvolvimento Partes, e para realizar reduções rápidas, posteriormente, de acordo com o melhor conhecimento científico disponível, de modo a alcançar um equilíbrio entre as emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa na segunda metade deste século, com base na igualdade e no contexto do Desenvolvimento Sustentável e os esforços para erradicar a pobreza. Os países desenvolvidos Partes deverão continuar assumindo a liderança por meio da realização de metas de redução de emissão absoluta na economia de modo abrangente. Os países em Desenvolvimento Partes devem continuar a reforçar seus esforços de mitigação, e são encorajados a ter como guia ao longo do tempo as metas de redução de emissões ou metas de limitação de toda a economia à luz de diferentes circunstâncias nacionais.

> Reconhecendo a necessidade de uma resposta eficaz e progressiva à ameaça urgente da mudança climática com base nos melhores conhecimentos científicos disponíveis,
>
> Reconhecendo também as necessidades específicas e as circunstâncias especiais dos países em Desenvolvimento Partes, especialmente aqueles que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas, tal como previsto na Convenção,
>
> Tendo plenamente em conta as necessidades específicas e as situações especiais dos países menos desenvolvidos no que diz respeito ao financiamento e transferência de tecnologia,
>
> Reconhecendo que as Partes podem ser afetadas não só pela mudança climática, mas também pelos impactos das medidas tomadas em resposta a ela,
>
> Enfatizando a relação intrínseca que ações, reações e impactos das mudanças climáticas têm com o acesso equitativo ao Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da pobreza,
>
> Reconhecendo a prioridade fundamental da salvaguarda da segurança alimentar e de acabar com a fome, e as vulnerabilidades particulares dos sistemas de produção de alimentos para os impactos adversos da mudança climática,
>
> Tendo em conta os imperativos de uma transição justa da força de trabalho e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade de acordo com as prioridades de Desenvolvimento definidas em nível nacional,
>
> Reconhecendo que a mudança climática é uma preocupação comum da humanidade, as Partes deverão, ao tomar medidas para combater as mudanças climáticas, respeitar, promover e considerar as suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade e o direito ao Desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e a igualdade intergeracional. (ACORDO DE PARIS SOBRE O CLIMA – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS)[327]

Ficou claro que o acordo de Paris definiu que cada país deve seguir os princípios da ‘responsabilidade comum, mas diferenciada’, segundo a capacidade de cada um. Os países desenvolvidos têm responsabilidades históricas sobre a mudança climática e têm de assumir a liderança na redução substancial das emissões, fornecendo apoio financeiro e técnico aos países em Desenvolvimento. Já os países

[327] Organização das Nações Unidas. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/acordodeparis/ > Acesso em 06 jan. 2018.

em Desenvolvimento estão enfrentando além das mudanças climáticas, os desafios do Desenvolvimento econômico, erradicação da pobreza e a melhoria da vida do seu povo, a proteção do ambiente e esforçam-se para salvaguardar os seus interesses legítimos no seu Desenvolvimento.

Serão analisadas a seguir, algumas decisões de Organismos Internacionais para disputas ocorridas entre países, disputas essas vinculadas ao meio ambiente ou o direito ao Desenvolvimento.

2.4.5 A Corte Internacional de Justiça e o Caso Gabcikovo-Nagymaros.

Na esfera da jurisprudência internacional, o Caso Gabcikovo-Nagymaros é o mais célebre contencioso de fundo ambiental sobre o qual a Corte Internacional de Justiça[328] (CIJ) se pronunciou.

A disputa em questão teve como base o Tratado assinado em 1977 por Hungria e Tchecoslováquia para a construção e operação de um sistema de

[328] A Corte Internacional de Justiça é o órgão judicial, da ONU, sua competência está no art. 96 da Carta das Nações Unidas , e sua função é a solução de conflitos. Os fins dessa organização, em resumo, conforme enunciado no art.1º da Carta são: a manutenção da paz e a segurança internacional, a erradicação dos problemas econômicos, sociais, intelectuais e humanitários do mundo. Conforme seu Estatuto, a Corte tem a função de decidir de acordo com o Direito Internacional as controvérsias que lhe forem submetidas , bem como abrange todas as questões que as partes lhe submetam, em especial os assuntos previstos na Carta das Nações Unidas e em todas as controvérsias de ordem jurídica que tenham como objeto: a interpretação de um tratado; b) qualquer ponto de direito internacional; c) a existência de qualquer fato que, se verificado, constituiria violação de um compromisso internacional; d) a natureza ou extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional. Quanto a organização da Corte, seu estatuto traz: Artigo 2 A Corte será composta de um corpo de juízes independentes, eleitos sem atenção à sua nacionalidade, dentre pessoas que gozem de alta consideração moral e possuam as condições exigidas em seus respectivos países para o desempenho das mais altas funções judiciárias ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência em direito internacional. Artigo 3 1. A Corte será composta de quinze membros, não podendo figurar entre eles dois nacionais do mesmo Estado. 2. A pessoa que possa ser considerada nacional de mais de um Estado será, para efeito de sua inclusão como membro da Corte, considerada nacional do Estado em que exercer ordinariamente seus direitos civis e políticos. Artigo 4 1. Os membros da Corte serão eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança de uma lista de pessoas apresentadas pelos grupos nacionais da Corte Permanente de Arbitragem, de acordo com as disposições seguintes. 2. Quando se tratar de membros das Nações Unidas não representados na Corte Permanente de Arbitragem, os candidatos serão apresentados por grupos nacionais designados para esse fim pelos seus Governos, nas mesmas condições que as estipuladas para os membros da Corte Permanente de Arbitragem pelo artigo 44 da Convenção de Haia de 1907, referente à solução pacífica das controvérsias internacionais. 3. As condições pelas quais um Estado, que é parte do presente Estatuto, sem ser membro das Nações Unidas, poderá participar na eleição dos membros da Corte serão, na falta de acordo especial, determinadas pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. Os julgados da Corte são tomados por maioria de votos e suas determinações são sempre motivadas. É apresentado ao público somente um texto unificado, refletindo o conjunto das considerações do tribunal. O julgado é irrecorrível e vinculante para as partes envolvidas, e tão-somente a elas, devendo seu cumprimento ser voluntário, sob pena de submissão de um pedido de execução forçada ao Conselho de Segurança.

comportas no trecho do Rio Danúbio[329] situado na fronteira entre os dois países, para geração energia hidroelétrica, melhorar as condições de navegação e proteção das áreas marginais contra inundações. A Hungria teria o controle dos trabalhos de implementação do projeto em sua cidade Nagymaros e a Tchecoslováquia, daqueles em seu distrito Gabcícovo. As Partes também se comprometiam a garantir que as atividades não comprometeriam a qualidade das águas do rio, bem como, a cumprir quaisquer outras obrigações relacionadas à proteção da natureza. [330]

O preâmbulo do Tratado mencionava que o objetivo do projeto era:

> [...] possibilitar a exploração, de forma geral, dos Recursos Naturais da seção Bratislava-Budapeste do Danúbio, visando o Desenvolvimento dos setores de recursos hidráulicos, de energia, de transportes e da agricultura e de outros setores da economia nacional das partes contratantes. O investimento conjunto tendia essencialmente à produção de hidroeletricidade, à melhoria da navegação sobre o trecho em causa do Danúbio e à proteção das regiões ribeirinhas contra inundações. Ao mesmo tempo, as partes contratantes, segundo os termos do Tratado, se engajariam tanto em velar para que a realização do projeto não comprometesse a qualidade das águas do Danúbio quanto em cumprir suas obrigações no que concerne à proteção da natureza decorrentes da construção e do funcionamento do sistema de barragens (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, 2018)[331]

Os trabalhos relativos ao projeto começaram em 1978. Por iniciativa da Hungria, as duas partes inicialmente concordaram, através de dois protocolos

---

[329] O setor do Danúbio ao qual se reporta o presente caso é um trecho de aproximadamente 200 quilômetros, entre Bratislava, na Eslováquia, e Budapeste, na Hungria. Em Bratislava, declividade do rio diminui sensivelmente, criando um plano aluvial de cascalho e sedimentos arenosos. A fronteira entre os dois Estados é constituída na maior parte desta região pelo canal principal do rio. Cunovo e, mais abaixo, Gabcíkovo estão situados nesse setor do rio, em território eslovaco; Cunovo está situado sobre a margem direita do rio e Gabcíkovo sobre a margem esquerda. Mais abaixo, após a junção de diversos braços, o rio entra em território húngaro. Nagymaros encontra-se em um vale estreito onde o Danúbio faz uma curva antes de se dirigir em direção sul, contornando a grande ilha fluvial de Szentendre antes de chegar a Budapeste. As principais obras a serem construídas na execução do projeto estão descritas no Tratado de 1977. Duas séries de barragens estão previstas, uma em Gabcíkovo (em território thecoslovaco), e outra em Nagymaros (em território húngaro), tendo em vista a construção de “um sistema de obras operacional, único e indivisível” . O Tratado previa, ainda, que as especificações técnicas concernentes ao sistema seriam fixadas no “plano contratual conjunto”, que deveria ser estabelecido conforme o acordo assinado para esse fim pelos dois governos em 6 de maio de 1976; ele previa igualmente que a construção, o financiamento e a gestão dos trabalhos seriam realizados conjuntamente e que as partes participariam em igual medida. (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.CASE CONCERNING GABCKBVO-NAGYMAROS PROJECT)

[330] NETO, Carlos Wagner Marinho Campos; CAMPELLO, Livia Bósio. Artigo - **O Caso Gabcíkovo-Nagymaros**: Direito Internacional Do Meio Ambiente E Responsabilidade Internacional.

[331] Acórdão de 25 de Setembro de 1997 – Projeto Gabčíkovo-Nagymaros (Hungria / Eslováquia) Disponível em: <http://www.icj-cij.org/fr/decisions/all/1983/2018/desc>. Acesso em: 4 mai. 2018.

assinados em 10 de outubro de 1983, em desacelerar os trabalhos e em adiar o funcionamento das centrais, e depois, por um protocolo assinado em 6 de fevereiro de 1989, em acelerar o projeto.[332]

Como consequência de intensas críticas que o projeto havia suscitado na Hungria, o governo húngaro decidiu, em 13 de maio de 1989, suspender os trabalhos em Nagymaros enquanto aguardava o término de diversos estudos que as autoridades competentes deveriam terminar antes de 31 de julho de 1989. Em 21 de julho de 1989, o governo húngaro prolongou até 31 de outubro de 1989 a suspensão dos trabalhos em Nagymaros e suspendeu também os trabalhos em Dunakiliti até a mesma data. Enfim, em 27 de outubro de 1989, a Hungria decidiu abandonar os trabalhos e manter o *status quo* em Dunakiliti[333]

A Eslováquia[334], por conta própria, criou uma solução alternativa: "A Variante C", que incluía o desvio do rio em seu território. Por conta dessa nova situação, o governo húngaro emitiu nota comunicando o término do Tratado de 1977, e a partir disso, as partes travaram um conflito de interesses. Em 15 de outubro de 1992, a Tchecoslováquia iniciou trabalhos visando permitir o fechamento do Danúbio e procedeu, a partir de 23 de outubro, à barragem do rio.

A Comissão das Comunidades Europeias ofereceu-se para mediar o conflito, e em uma reunião das partes e da Comissão em Londres, em outubro de 1992, as partes assumiram compromissos transitórios, incluindo que sua divergência seria submetida à Corte Internacional de Justiça.

A Corte Internacional de Justiça observou que a Hungria, quando decidiu encerrar o Tratado de 1977, estava presumidamente consciente da situação à época conhecida; e que a necessidade de assegurar a proteção do meio ambiente não escapava às partes. Ela não pode deixar de notar as posições adotadas pela Hungria após a entrada em vigor do Tratado de 1977. Em 1983, a Hungria solicitou a desaceleração dos trabalhos previstos pelo Tratado. Em 1989, ela solicitou a

[332] Parágrafo 22 do Acórdão de 25.09.1997

[333] Parágrafo 23 do Acórdão de 25.09.1997

[334] Em 1993 após a dissolução da Tchecoslováquia, em República Tcheca e Eslováquia, essa assumiu o compromisso.

aceleração dos ditos trabalhos. A Corte inferiu que no caso, mesmo se tivesse sido estabelecido que existia, em 1989, um estado de necessidade ligado à execução do Tratado de 1977, a Hungria não estaria autorizada a dele se prevalecer para justificar a falha no cumprimento de suas obrigações convencionais, pois ela teria contribuído, por ação ou omissão, ao seu surgimento.[335]

A Corte admitiu que as medidas alternativas ("Variante C") tomadas pela Tchecoslováquia ultrapassaram o direito de compensação dos danos sofridos em razão do descumprimento húngaro, mas apontou que isso não seria suficiente para justificar o término do Tratado de 1977. Também não aceitou o argumento de que o Desenvolvimento do conhecimento e das leis ambientais teria sido tão imprevisível ao ponto de alterar fundamentalmente as circunstâncias desde 1977, e lembrou que o Tratado original permitia que eventuais normas ambientais, surgidas após sua assinatura, fossem consideradas na implementação do projeto por comum acordo entre as Partes. Consequentemente, o fortalecimento da consciência da vulnerabilidade do meio ambiente e da necessidade de contínua avaliação dos riscos ambientais ensejava a adaptação do Projeto Gabcíkovo/Nagymaros, mas não a extinção do Tratado.[336]

Sobre a continuidade das obras, a Corte partiu do princípio de que o meio ambiente é relevante para a vida humana e deve ser uma preocupação dos Estados, principalmente quando suas ações resultarem em prejuízo a ecossistemas estrangeiros. Assim, o órgão julgador se manifestou no parágrafo 140 da sentença de 25 de setembro de 1997:

> Ao longo dos séculos, a humanidade tem, por razões econômicas e outras, constantemente interferido com a natureza. No passado, estas interferências eram muitas vezes feitas sem consideração dos efeitos sobre o ambiente. Devido aos novos parâmetros científicos e de uma crescente conscientização dos riscos para a humanidade para as gerações presentes e futuras da persecução de tais intervenções sem limites, novas normas e padrões têm sido desenvolvidos, estabelecidos em um grande número de instrumentos durante as últimas duas décadas. Essas novas normas têm de ser levadas em consideração, e a tais novas normas dadas bom peso, não só quando os Estados contemplando novas atividades, mas também quando

[335] Parágrafo 35 do Acordão de 25.09.1997.

[336] NETO, Carlos Wagner Marinho Campos; CAMPELLO, Livia Bósio. Artigo. **O Caso Gabcíkovo-Nagymaros**: Direito Internacional Do Meio Ambiente E Responsabilidade Internacional.

> continuar com as atividades iniciadas no passado. Esta necessidade de conciliar o Desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente aptamente está expressa no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A Corte concluiu que as duas partes haviam cometido atos internacionalmente ilícitos e constatou que esses são a origem dos danos sofridos pelas partes; consequentemente, a Hungria e a Eslováquia estariam ambas obrigadas a pagar indenizações e no direito de recebê-las. A Corte observou, contudo, que tendo em vista que as duas partes cometeram atos ilícitos, a questão da indenização poderia ser resolvida de forma satisfatória, num sistema de um acordo conjunto, se cada uma das partes renunciar a todas as suas demandas e "contra demandas" de ordem financeira ou as anular. A Corte, ao mesmo tempo, ressaltou que o acerto das contas concernentes à construção das obras é uma questão distinta da indenização e deve ser efetuado conforme o Tratado de 1977 e os instrumentos conexos. Se a Hungria participou da exploração do complexo de Cunovo e recebeu sua parte de benefícios, ela deverá pagar uma parte proporcional dos custos de construção e de funcionamento.[337]

Da análise da decisão, verifica-se que a Corte Internacional de Justiça rejeitou as alegações húngaras de que o perigo de danos ambientais justificaria a suspensão e abandono do projeto, haja vista, que as partes poderiam afastar tais danos, entendendo que as partes poderiam perfeitamente alterar as condições de implementação do projeto, adequando-as às novidades da ciência e das leis ambientais. Portanto, a Corte entendeu que o Tratado deveria ter sido cumprido, e que as violações foram praticadas por livre vontade das partes, e poderiam sido evitadas.

Ainda assim, a Corte reconheceu em sua decisão a relevância que o Desenvolvimento do direito internacional ambiental representava para a implementação do Tratado, devido ao fortalecimento da consciência tanto da vulnerabilidade do meio ambiente quanto da necessidade de uma avaliação contínua dos riscos ambientais. Também ressaltou que a participação de terceiros poderia ser útil para que as Partes de um tratado bilateral desse tipo consigam chegar a um consenso quanto às medidas de precaução relacionadas à proteção ambiental.

[337] Parágrafo 154 da Sentença.

Portanto, mesmo sem aceitar as alegações de perigo ambiental para afastar a responsabilização, a Corte soube aproveitar a oportunidade e afirmar alguns dos princípios fundamentais do direito internacional do meio ambiente.

Nesse cenário, Burley [338] afirma: “international tribunals can enjoy a measure of the same legitimacy as domestic courts, and carry on a dialogue with domestic courts independent of the political authorities.”[339]

Vale ressaltar que a hidrelétrica foi construída e está em funcionamento exclusivamente do lado eslovaco possuindo um reservatório de 40 km². A Gabčíkovo Usina Hidrelétrica produz 2.600 Gwh de eletricidade por ano, tornando-se a maior usina hidrelétrica da Eslováquia, fornecendo cerca de 11% do consumo de eletricidade do país. [340]

A questão ambiental tem ganhado cada vez mais destaque nas relações internacionais, mas isso não impede aos países de buscar desenvolver-se, desde que o façam preservando ao máximo o ambiente. O Caso Gabcíkovo-Nagymaros demonstra a importância da responsabilidade internacional. Os governos de Hungria e Tchecoslováquia, ao desrespeitarem regras convencionais e de direito internacional geral por vontade própria, dispondo de meios de não fazê-lo, praticaram verdadeiros ilícitos internacionais, ensejando a responsabilidades.

2.4.6 A Corte Internacional de Justiça e o caso das papeleiras do Rio Uruguai.

Outro caso emblemático, principalmente para a América do Sul, diz respeito ao famoso caso das *papeleras*, em que se fez presente o debate sobre a proteção ao meio ambiente e o direito econômico.

A controvérsia em questão diz respeito à construção de duas fábricas de celulose (as “papeleras”) na cidade uruguaia de Fray Bentos, que faz fronteira com a cidade argentina de Gualenguaychú. O Governo do Uruguai concedeu à empresa espanhola ENCE e à empresa finlandesa Oy Metsa-Botnia (AB), em outubro de 2003

[338] BURLEY, Anne-Marie. Toward an Age of Liberal Nations. 1992. P.205.
[339] Tradução livre do autor: Os tribunais internacionais podem gozar de uma medida da mesma legitimidade que os tribunais nacionais e manter um diálogo com tribunais nacionais independentes das autoridades políticas.
[340] Hidro Power Plants Disponível em < https://www.seas.sk/hydro-electric-power-plants > Acesso: 04 jun. 2018.

e em fevereiro de 2005, respectivamente, permissões para instalação das respetivas fábricas.

Referidas cidades são cortadas pelo Rio Uruguai e, no ano de 1975, a Argentina e o Uruguai celebraram o Tratado sobre o Rio Uruguai, visando à proteção do referido rio.

O Presidente uruguaio, ao autorizar os empreendimentos, pensou no Desenvolvimento econômico e em atrair investimentos estrangeiros ao seu país, os quais certamente trariam ganhos internos. Ocorre que os problemas uruguaios começaram quando a população de Fray Bentos que era contra a instalação das plantas de celulose começou a protestar negativamente pelas características da região, devido ao fato de ser uma localidade que retira seus recursos da exploração do turismo ecológico pelas atrações do balneário. Os problemas externos começaram com a indignação da população do outro lado do rio, a cidade de Gualeguaychu, província de Entre Rìos, Argentina).[341]

Em 30 de abril de 2005, uma manifestação com mais de 10 mil pessoas ocupou a ponte internacional Libertador General San Martín entre as cidades de Gualeguaychú, na Argentina e Fray Bentos, no Uruguai, em protesto contra a construção das papeleiras. Dentre os manifestantes, a maior parte eram residentes de Gualeguaychú e ativistas ambientais. Em 23 de dezembro, novamente, a ponte General San Martín foi bloqueada, forçando os transeuntes a se dirigirem à outra ponte entre Colón e Paysandú que, posteriormente, também foi bloqueada.[342]

A controvérsia, segundo o governo argentino, era que o presidente uruguaio, violou o Estatuto do Rio Uruguai, quando autorizou a instalação das empresas de celulose, contudo não comunicou a Comissão de Administração do Rio Uruguai (CARU[343]) violando desta forma, o princípio da cooperação e informação prévia no seu sentido maior de acordo com o Estatuto.

---

[341] NOSCHANG, Patricia Grazziotin. Soberania Sobre os Recursos Naturais Transfronteiriços. Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF). RJLB, Ano 1 (2015), nº 4.

[342] River row divides former friends. BBC News. Disponível em: < http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4716036.stm > Acesso em: 06 jun. 2018.

[343] Comissão criada para Administrar o Rio Uruguai (CARU) está prevista no Capítulo XIII do Estatuto do Rio Uruguai. (Artículo 49 Las Partes crean una Comisión Administradora del Río Uruguay,

Segue mapa da região:

Mapa 8



Dessa forma, a Argentina foi à Corte Internacional de Justiça, requerendo que o Uruguai reconhecesse que: violou o princípio da *prior notification* ao não informar nem à CARU, nem à Argentina sobre as empresas de celulose; não cumpriu as demais obrigações decorrentes do tratado; não cumpriu os procedimentos previstos no Capítulo II do Estatuto; não cumpriu com a obrigação de cooperar na prevenção da poluição e proteção da biodiversidade. [344]

Apresentou ainda medidas cautelares solicitando que o Uruguai cessasse a construção das fábricas até a decisão final da Corte; abster-se de tomar qualquer medida unilateral sem consultar a CARU e a Argentina e evitar qualquer ação que torne as coisas mais complicadas e dificulte o entendimento entre as partes.[345]

---

compuesta de igual número de delegados por cada una de ellas; Artículo 51. La Comisión tendrá su sede en la ciudad de Paysandú, República Oriental del Uruguay, pero podrá reunirse en los territorios de ambas Partes.) A comissão tem sua sede na cidade uruguaia de Paissandu. Possui personalidade jurídica reconhecida pelo tratado no Artigo 50 (La Comisión gozará de personalidad jurídica para el cumplimiento de su cometido. Las Partes le asignarán los recursos necesarios y todos los elementos y facilidades indispensables para su funcionamiento.). Estatuto do Rio Uruguai.

[344] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. CASE CONCERNING PULP MILLS ON THE RIVER URUGUAY. Jugdment.

[345] CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. CASE CONCERNING PULP MILLS ON THE RIVER URUGUAY. Jugdment.

O Tribunal de Haia, por maioria, rejeitou o pedido de Medida Provisória da Argentina, e julgou que a construção das fábricas em si não apresenta risco ambiental. Entretanto, reconheceu que incumbiria ao Uruguai se responsabilizar por qualquer dano ambiental e adotar todas as medidas cabíveis visando à proteção ao meio ambiente.

Em sua defesa o Uruguai informou que forneceu durante as negociações todas as informações solicitadas pela Argentina, bem como todos os documentos. Nesse sentido o Uruguai afirmou que cumpriu com o seu dever de cooperação e informação, sustentou ainda que as fábricas possuem uma das tecnologias mais modernas e eficientes e poluirão menos que muitas das papeleiras similares. Alegou também, que existe uma distinção entre desenhar as plantas, construí-las e operá-las, que a Argentina apenas mencionou os riscos de operação das fábricas e não de riscos em sua construção, e que esse trabalho não causa poluição no rio.

Sobre o assunto, Noschang[346] sustenta:

> Quanto à argumentação Argentina de que a construção vai gerar danos à economia, incluindo o turismo e outros setores, os argentinos falharam em demonstrar as evidências desses danos. A Argentina, menciona ainda que o Estatuto não prevê que as partes devem prevenir todo tipo de poluição no rio, mas somente tomar medidas necessárias para prevenir a poluição do rio, sem fazer com que atinja níveis proibitivos. A defesa uruguaia reitera que as papeleras usaram a mais segura e atual tecnologia. O Uruguai requereu que a Corte não acolha o pedido de medidas cautelares da Argentina levando em consideração as argumentações expostas, principalmente, porque não há atual ou iminente ameaça a qualquer direito argentino. Desta forma, as condições de risco de dano irreparável e urgência não foram preenchidas.

Em 20 de abril de 2010, a Corte Internacional de Justiça pronunciou-se sobre o mérito da referida ação, em sua sentença, entendeu que, muito embora a República Oriental do Uruguai tenha desrespeitado o Tratado e o Estatuto sobre o Rio Uruguai, o não estabelecer as tratativas bilaterais e prévias, visando a construção das fábricas de celulose, entendeu que não haveria qualquer razão comprovada que

[346] NOSCHANG, Patricia Grazziotin. Soberania Sobre os Recursos Naturais Transfronteiriços. Revista de Direito da Unigranrio. Universidade Unigranrio. p. 6.

justificasse a paralisação das mesmas ou do seu funcionamento, porquanto não estaria comprovado o alegado dano ao meio ambiente.

Importante destacar um excerto da decisão:

> The Court notes that, under the terms of Article 7, second paragraph, of the 1975 Statute, if CARU decides that the plan might cause significant damage to the other party or if a decision cannot be reached in that regard, "the party concerned shall notify the other party of this plan through the said Commission". Article 7, third paragraph, of the 1975 Statute sets out in detail the content of this notification, which "shall describe the main aspects of the work and . . . any other technical data that will enable the notified party to assess the probable impact of such works on navigation, the régime of the river or the quality of its waters". In the opinion of the Court, the obligation to notify is intended to create the conditions for successful co-operation between the parties, enabling them to assess the plan's impact on the river on the basis of the fullest possible information and, if necessary, to negotiate the adjustments needed to avoid the potential damage that it might cause (...)
>
> The Court concludes from the above that Uruguay failed to comply with its obligation to notify the plans to Argentina through CARU under Article 7, second and third paragraphs, of the 1975 Statute.[347]

Quanto à obrigação estabelecida pelo artigo 36 do Estatuto, segundo o qual as partes devem coordenar as medidas necessárias para evitar qualquer alteração no equilíbrio ecológico, a Corte entendeu que "(…) a Argentina não demonstrou de forma convincente que o Uruguai se recusou a participar a coordenação prevista no artigo 36.º, em violação dessa disposição. "

Diferente das alegações trazidas pela Argentina que as fábricas poluiriam o rio, a Corte sustentou que não foi possível provar que houve poluição enquanto a

[347] CASE CONCERNING PULP MILLS ON THE RIVER URUGUAY (ARGENTINA v. URUGUAY) JUDGMENT OF 20 APRIL 2010 – (Corte Internacional de Justiça) Tradução do autor: O Tribunal observa que, nos termos do Artigo 7, segundo parágrafo, do Estatuto de 1975, se a CARU decidir que o plano pode causar danos significativos à outra parte ou se uma decisão não puder ser a esse respeito, "a parte interessada notificará a outra parte deste plano através da referida Comissão ". O artigo 7º, terceiro parágrafo, do Estatuto de 1975 estabelece em detalhe as conteúdo desta notificação, que "Deve descrever os principais aspectos do trabalho e qualquer outro técnico dados que permitirão à parte notificada avaliar os prováveis impacto dessas obras na navegação, no regime do rio ou na qualidade de suas águas ". 113. Na opinião do Tribunal, a obrigação de notificação destina-se a criar as condições para uma cooperação bem sucedida entre as partes, permitindo para avaliar o impacto do plano no rio com base na informações mais completas possíveis e, se necessário, negociar os ajustes necessário para evitar o dano potencial que pode causar O Tribunal conclui do que precede que o Uruguai não conseguiu cumprir sua obrigação de notificar os planos à Argentina por meio de CARU, nos termos do segundo e terceiro parágrafos do artigo 7º do Estatuto.

fábrica Botnia estava funcionando, pois até então, o padrão de fósforo total na descarga de efluentes era normal. A Corte observou também que

> (…) a quantidade de descarga de fósforo total para o rio que pode ser atribuído à Orion (Botnia) moinho é insignificante em termos proporcionais, em comparação com o total de fósforo total no rio a partir de outras fontes. Conseqüentemente, a Corte conclui que o fato de que o nível de concentração de fósforo total no rio ultrapassa os limites estabelecidos na legislação do Uruguai, em relação aos padrões de qualidade da água, não pode ser considerada como uma violação do artigo 41 (a) do Estatuto de 1975. Tendo em vista o conteúdo relativamente alto do rio fósforo total antes do condicionamento da usina, e tendo em consideração as medidas tomadas pelo Uruguai, por meio de compensação.[348]

Como o Tribunal julgou que a operação da fábrica de Orion (Botnia) não resultou na quebra de obrigações substantivas estabelecidas no Estatuto de 1975. Como o Uruguai não foi barrado a proceder com a construção e operação da fábrica de Orion (Botnia) depois de expirar o período de negociação e como não rompeu com obrigações substanciais sob o Estatuto de 1975, ordenando que o desmantelamento da fábrica não deveria, na visão do Tribunal, constituir um remédio apropriado pela quebra das obrigações de conduta. Como o Uruguai não quebrou obrigações substantivas surgidas sob o Estatuto de 1975, o Tribunal está igualmente impossibilitado, pelas mesmas razões, de acolher a alegação da Argentina a respeito da compensação pelos danos sofridos alegados em vários setores econômicos, especificamente turismo e agricultura. [349]

Por fim, a Corte apontou que o Estatuto de 1975 coloca as partes sob uma responsabilidade de cooperar uma com a outra, para garantir a realização de seu assunto e propósito. Esta obrigação de cooperação abrange o monitoramento em andamento de uma instalação industrial, como a fábrica de Orion (Botnia). Assim, por

---

[348] Parágrafos. 229-259. The Court notes that the amount of total phosphorus discharge into the river that may be attributed to the Orion (Botnia) mill is insignificant in proportionate terms as compared to the overall total phosphorus in the river from other sources. Consequently, the Court concludes that the fact that the level of concentration of total phosphorus in the river exceeds the limits established in Uruguayan legislation in respect of water quality standards cannot be considered as a violation of Article 41 (a) of the 1975 Statute in view of the river's relatively high total phosphorus content prior to the commissioning of the plant, and taking into account the action being taken by Uruguay by way of compensation. (Tradução livre). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. CASE CONCERNING PULP MILLS ON THE RIVER URUGUAY. Jugdment.

[349] Parágrafo 275-276.

agir conjuntamente através da CARU, estabeleceram uma real comunidade de interesses e direitos no gerenciamento do Rio Uruguai e na proteção do ambiente.

> (1) By thirteen votes to one,
>
> Finds that the Eastern Republic of Uruguay has breached its procedural obligations under Articles 7 to 12 of the 1975 Statute of the River Uruguay and that the declaration by the Court of this breach constitutes appropriate satisfaction;
>
> (2) By eleven votes to three,
>
> Finds that the Eastern Republic of Uruguay has not breached its substantive obligations under Articles 35, 36 and 41 of the 1975 Statute of the River Uruguay;
>
> (3) Unanimously,
>
> Rejects all other submissions by the Parties.

Analisando a sentença da CIJ, verifica-se que a Corte não decidiu apenas sobre uma violação de um tratado internacional, como fez no caso do Projeto Gabcikivo-Nagymaros. A Corte observou todas as alegações das partes, observando os princípios da boa administração, boa-fé, prevenção, precaução, notificação e cooperação.

A decisão portanto, favoreceu a Argentina no sentido de ter reconhecido que o Uruguai realmente havia descumprido com o Acordo. Entretanto, haja vista que somente obrigações procedimentais foram descumpridas, a Corte entendeu que não haveria sentido em desmantelar a fábrica de papel, como forma de punição pelo ato ilegal uruguaio – mantendo a papeleira, que continua em operação até os dias atuais.

Com essa nova ordem jurídica, e dado o exemplo do caso acima, verifica-se uma mudança de postura em relação à forma de lidar com a política, com a economia, com a matriz energética, com a cultura, com a coexistência individual e coletiva, com a saúde, com a vida e com a efetivação dos Direitos Humanos. Além do respeito aos Tratados, Princípios e Costumes que delimitam ação humana, observa-se que, atualmente, devem ser valorizados a autodeterminação, que rege a soberania permanente sobre recursos e riquezas naturais de um Estado; o direito ao Desenvolvimento, inerente a qualquer país; a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

2.4.7 A Corte Internacional de Justiça e o caso envolvendo Austrália e Japão.

Antes de adentrar ao caso, é importante fazer algumas considerações acerca da Antártida, recordando o seu tamanho[350]:

> O tamanho, o isolamento geográfico, a inexistência de população nativa e a geografia rigorosa da Antártica fazem deste um continente único – e frágil. Com 14 milhões de km2, é quase duas vezes maior que o Brasil, e mais de 99% de seu território encontra-se permanentemente coberto por gelo. No inverso, bancos de gelo se acumulam ao longo da costa, duplicando o tamanho do continente.

No fim do século XVIII, o continente gelado e o Mar Austral começaram a ser explorados por inúmeros expedicionários que buscavam encontrar riquezas naturais nessa desconhecida faixa de terras. No decorrer do século XIX, vários países (Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Reino Unido, Rússia, Estados Unidos e outros) passaram a reivindicar esse território. O interesse pelo continente gelado tinha várias motivações, como riquezas minerais, influência sobre o clima mundial, grande reserva de água, e rica diversidade marinha.[351]

Para resolver como seria a ocupação desse continente, em 1961, doze países (África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e, na época, a URSS, que hoje é a Federação Russa) assinaram o Tratado da Antártida. A Antártida não pertenceria a nenhum país, mas, sim a toda humanidade. A ocupação de seu território só seria permitida caso tivesse fins pacíficos de pesquisa, sendo, portanto, proibida a construção de bases para fins militares, testes nucleares e a exploração de suas riquezas naturais por qualquer país. O tratado definiu ainda que somente os países que tivessem bases científicas no continente poderiam participar das decisões e negociações sobre essa porção territorial. Estabeleceram-se também reuniões periódicas entre os membros do acordo com vistas à troca de informações científicas e a discussão sobre os rumos da ocupação da Antártida.[352]

---

[350] Phillipson, Olly. Atlas Geográfico Mundial. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda, 2014. p. 173.

[351] SILVA, Thamires Olimpia. Tratado da Antártida. Disponível em <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/tratado-antartida.html >. Acesso em 06 jun. 2018.

[352] SILVA, Thamires Olimpia. Tratado da Antártida. Disponível em <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/tratado-antartida.html >. Acesso em 06 jun. 2018.

É nesse contexto que em 31 de maio de 2010 a Austrália enviou, por via diplomática, um comunicado à Corte Internacional de Justiça (CIJ) solicitando a instauração de um processo contra o governo do Japão e seu programa de “Caça Científica” (Program of ‘Scientific Whaling’) sob a alegação de que este estaria violando as disposições constantes na Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca de Baleia[353] com a prática do programa Japonês no Oceano Antártico conhecido como JARPA II.

Segundo a Austrália, os japoneses matavam baleias no Santuário do Oceano Antártico[354] sob o argumento de uma suposta pesquisa científica autorizada por meio de uma permissão especial concedida pelo Governo Japonês, contudo possuía um escopo comercial.

Acerca do Santuário do Oceano Antártico e a caça de baleias, o WWF expõe:

> Aproximadamente 71% das baleias caçadas no mundo foram mortas no hemisfério sul. Baleias fin, cachalote, azul, jubarte, sei, franca e minke foram as espécies mais caçadas no Oceano Austral (Atlântico Sul e a Antártida). Todas são consideradas ameaçadas de extinção mundialmente ou no Brasil. Para tentar contornar esse cenário, foi estabelecida uma "moratória" sobre a caça comercial, que entrou em vigor em 1985. (…) Para garantir a recuperação das populações de baleias, foi proposta a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, que visa manter ou aumentar os níveis dos estoques das diferentes espécies de baleias que ocorrem na região, mitigando ameaças para essas populações.
>
> Pelo menos 51 espécies de cetáceos habitam as águas do Oceano Atlântico Sul. Seis delas (azul, fin, sei, minke Antártica, jubarte e franca) são baleias altamente migratórias que se alimentam nos oceanos Antártico e Subantártico durante o verão e se reproduzem em águas tropicais, subtropicais e temperadas no inverno e primavera. Outras espécies de destaque que também serão protegidas pelo Santuário são: cachalote, bryde e pigmeia, além das Toninhas, espécie endêmica, menor e mais ameaçado cetáceo do Atlântico Sul.

[353] Convenção para a Regulamentação da Pesca da Baleia. Washington, 1946. Disponível em: < http://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/33948/convencao-internacional-para-regulamentacao-da-pesca-da-baleia >. Acesso em: 05 jun. 2018.

[354] Os santuários para baleias são áreas oceânicas criadas pela Comissão Baleeira Internacional, fruto da Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca de Baleia de 1946, com o fim de proteger tais mamíferos de modo mais rigoroso. Atualmente existem dois santuários: Santuário do Oceano Índico (1979) e Santuário do Oceano Antártico (1994).

> O Santuário da Antártica seria seu limite e, juntos, protegeriam todas as baleias que visitam as águas jurisdicionais brasileiras, bem como as da Argentina e do Uruguai, e de todo litoral sudoeste do continente africano.
>
> O Santuário também pretende promover, de forma coordenada, pesquisa científica não-letal e não-extrativa na região, especialmente em países em Desenvolvimento, por meio de cooperação internacional com a participação ativa da CIB. Entre seus objetivos, constam o Desenvolvimento do uso econômico sustentável, não extrativo e não-letal de baleias para o benefício das comunidades costeiras na região (por exemplo, observação de baleias e atividades educacionais), a integração entre pesquisa nacional, esforços de gestão e Estratégias de conservação em uma estrutura cooperativa, maximizando a eficácia na gestão.[355]

O preâmbulo da Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca de Baleia dispõe que “é do interesse das nações, em proveito das gerações futuras, salvaguardar as grandes fontes naturais representadas pela espécie baleeira”. Sendo que de acordo com a Convenção, com o objetivo de preservar baleias no ecossistema marinho, restou proibida a caça comercial dos mamíferos em questão.

Porém, conforme seu artigo VIII, parágrafo 1, dispõe que é possível capturar e matar baleias para fins de pesquisa científica desde que autorizado expressamente pelo Estado.

> Não obstante qualquer disposição em contrário à presente convenção, cada governo contratante poderá conceder, a um dos seus nacionais, uma permissão especial autorizando-o a matar, capturar e tratar baleias com propósito de pesquisas científicas, sob reserva de tais restrições, quanto ao número e de outras condições que o governo contratante julgar útil prescrever; nesse caso, a presente convenção será inoperante no que refere às baleias abatidas, capturadas e tratadas conforme as disposições do presente artigo. Cada governo contratante comunicará imediatamente à comissão toda autorização dessa natureza, por ele concedida. Cada governo contratante poderá, a qualquer momento, revogar toda permissão especial que tiver concedido.[356]

Dessa forma, o Japão adotou a moratória de imediato e suspendeu a caça de baleias para fins comerciais. No entanto, ao mesmo tempo, o país lançou o Programa Japonês de Pesquisa Baleeira sob Permissão Especial na Antártica

---

[355] WWF - Santuário de Baleias do Atlântico Sul Disponível em < https://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?uNewsID=53502 > Acesso em 06 jul. 2018.

[356] Convenção para a Regulamentação da Pesca da Baleia.

(Japanese Whale Research Program under Special Permit in the Antarctic - JARPA I), que estaria no escopo do Artigo 8º da IWC[357] (CIJ, 2010)[358].

Assim, em 1987, cinco anos após a moratória de caça às baleias para fins comerciais, o Programa Japonês sobre pesquisa de baleias denominado JARPA fora criado, com autorização do Estado, concedendo permissões especiais a quaisquer de seus nacionais autorizando-os a matar, capturar e tratar baleias desde que exista propósitos científicos. O Programa, tinha quatro objetivos: estimar os parâmetros biológicos para melhorar a gestão de estoques de baleias minke no hemisfério Sul; esclarecer o papel das baleias no ecossistema marinho da Antártica; elucidar os efeitos das mudanças ambientais nos cetáceos; e, elucidar a estrutura que compõe as reservas de baleias a fim de melhorar a gestão dos estoques. [359]

Acerca dos programas Monteiro e Melo[360] explicam:

> O programa JARPA I teve sua primeira temporada de 1987 a 1998 e a última de 2004 a 2005. A atividade principal era capturar as baleias anãs. Nessa fase o Japão matou 6800 baleias anãs, comercializando sua carne no país. A carne proveniente das mortes por motivos científicos pode ser comercializada, no entanto, a caça com a única finalidade de comercializar a carne de baleia é ilegal pelas proposições da Convenção. Já o JARPA II, teve seu início entre 2005-2006 com estudos de viabilidade por dois anos, sendo seu início efetivo em 2007-2008. O foco da segunda fase do programa era incluir as baleias comum, baleias jubarte e outras espécies da região do Santuário como objeto de pesquisa. Esse programa resultou em um número muito alto de mortes das mais diversas espécies de baleias, como, por exemplo, as baleias jubarte, consideradas de alto risco de extinção.

A Corte Internacional de Justiça foi chamada a decidir se o governo japonês violou a obrigação de manter a quota zero de caça às baleias com escopo comercial; a obrigação de não realizar caça comercial às baleias no Santuário Baleeiro do Oceano Austral (*Southern Ocean Sanctuary*); a moratória em relação à caça, captura

---

[357] Comissão Internacional das *Baleias* (*IWC*)

[358] Corte Internacional de Justiça - Whaling in the Antarctic (Australia v. Japan: New Zealand intervening) Disponível < http://www.icj-cij.org/en/case/148 > Acesso em 05 jun. 2018.

[359] OLIVEIRA, Camila Martins. **A Corte Internacional de Justiça e o Meio Ambiente:** uma análise do caso pesca de baleia na Antártica sob a luz do Direito Internacional para a humanidade no Século XXI. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a1a3170911eaa82c>. Acesso em: 5 jun. 2018.

[360] MONTEIRO, Rafael; MELO, Luísa Barros de. Atividade baleeira e o caso Austrália v. Japão – Análise histórica da tensão entre preservação e exploração das espécies. 2014.

e matança de baleias, exceto as baleias *minke*, por navios fábrica ou por navios baleeiros ligados a navios fábrica. A Austrália também solicitou que a finalidade do Programa JARPA II fosse declarada como diversa da investigação científica, ensejando a revogação de sua licença especial, e de qualquer outra que não tenha por fim realizar pesquisa científica. [361]

Ao ser questionado acerca da preferência pela utilização de métodos letais na pesquisa o Japão afirmou que:

Japan states that it does not use lethal methods more than it considers necessary to meet research objectives and that lethal methods are “indispensable” in JARPA II because the programme’s first two objectives require data that can only realistically be obtained from internal organs and stomach contents. Japan accepts that non-lethal biopsies and satellite tagging have been used for certain larger species of whales but states that these methods are not practical for minke whales. Japan also points out that, while certain relevant data may be obtainable by non-lethal means, such data would be of lesser quality or reliability, and, in some cases, would involve “unrealistic” amounts of time and expense.[362]

A Austrália, por sua vez, sustentou que o “JARPA II tem como premissa a matança das baleias”. De acordo com a Austrália, o JARPA II, assim como o JARPA antes dele, era “meramente um disfarce” sob o qual continuavam a caça comercial. Afirmando ainda que há uma variedade de métodos de pesquisa não letais, incluindo marcação por satélite, amostragem por biópsia e pesquisas de maneiras mais eficazes de coletar informações para a pesquisa de baleias e a tecnologia disponível melhorou dramaticamente no último trimestre do século desde que o JARPA foi lançado pela primeira vez.[363]

Por meio de uma comparação sobre a Pesquisa Japonesa com Cetáceos verificou-se que os números de amostras (baleias) colhidas anualmente pelos

[361] COELHO, Luciana Fernandes. Reflexões provenientes do dissenso: uma análise crítica a respeito do caso Austrália versus Japão perante a Corte Internacional de Justiça. Revista de Direito Internacional.

[362] Tradução do autor: O Japão não usa métodos letais mais do que necessário para atingir os objetivos da pesquisa e que os métodos letais são "indispensáveis" no JARPA II porque os dois primeiros objetivos do programa requerem dados que só podem ser obtidos de forma realista a partir de órgãos e conteúdo estomacal. O Japão aceita que biopsias não letais e marcação via satélite tem sido usada para certas espécies maiores de baleias, mas afirma que esses métodos não são práticos para as baleias minke. O Japão também salienta que, embora certos dados relevantes possam ser obtidos por meios não letais, tais dados seriam de menor qualidade ou confiabilidade, e, em alguns casos, envolveria quantidades "irrealistas" de tempo e despesas. (CIJ, 2014)In Internacional Court Of Justice – Whaling in The Antarctic - (AUSTRALIA v. JAPAN: NEW ZEALAND intervening) JUDGMENT OF 31 MARCH 2014 . Paragrafo 129. Disponível <http://www.icj-cij.org/files/case-related/148/148-20140331-JUD-01-00-EN.pdf> Acesso em 5 jul.2018.

[363] Parágrafo 130. CIJ, Judgment of 31 March 2014. In: Whaling in the Antarctic Case (Australia v. Japan: New Zealand intervening).

Programas JARPA e seu sucessor JARPA II tiveram significativas modificações quantitativas.

> (…) a JARPA originalmente propôs um tamanho de amostra anual de 825 baleias minke por temporada. Isso foi reduzido para 300 no lançamento do JARPA, e depois de alguns anos foi aumentado para 400 (mais ou menos 10 por cento). Assim, o tamanho da amostra JARPA II para baleias minke de 850 (mais ou menos 10 por cento) é aproximadamente o dobro o tamanho da amostra da baleia minke nos últimos anos do JARPA.[364] (CIJ,2014)

Em sua defesa o Japão argumentou que o "JARPA estava focado em uma estimativa única de diferentes parâmetros biológicos para baleias minke, mas o JARPA II é um programa muito mais ambicioso que tenta traçar os modelos de competição entre espécies de baleias e detectar mudanças em variados parâmetros biológicos e no ecossistema"[365] .

Cumpre esclarecer que com o JARPA estima-se, oficialmente, que seis mil e setecentas baleias tenha sido mortas durante os anos do Programa. Já o Programa JARPA II em seus nove anos de duração matou aproximadamente três mil baleias sendo: "853 baleias minke durante a temporada de 2005-2006, cerca de 450 nas várias temporadas seguintes, 170 na temporada 2010-2011 e 103 na temporada de 2012-2013" .[366]

No caso em questão, a Corte Internacional de Justiça considerou por doze votos a quatro que a permissão especial concedida ao Programa JARPA II violava os termos da Convenção Internacional para a regulamentação da Pesca de Baleia e que, portanto, deveria ser revogada.

---

[364] Original: As noted above (see paragraph 104), JARPA originally proposed an annual sample size of 825 minke whales per season. This was reduced to 300 at JARPA's launch, and after a number of years was increased to 400 (plus or minus 10 per cent). Thus, the JARPA II sample size for minke whales of 850 (plus or minus 10 per cent) is approximately double the minke whale sample size for the last years of JARPA.CIJ, Judgment of 31 March 2014, pg. 46. In: Whaling in the Antarctic Case (Australia v. Japan: New Zealand intervening).

[365] Tradução do autor. Texto original: "JARPA was focused on a one-time estimation of different biological parameters for minke whales, but JARPA II is a much more ambitious programme which tries to model competition among whale species and to detect changes in various biological parameters and the ecosystem". CIJ, Judgment of 31 March 2014, In: Whaling in the Antarctic Case (Australia v. Japan: New Zealand intervening).

[366] Parágrafo 202. CIJ, Judgment of 31 March 2014. In: Whaling in the Antarctic Case (Australia v. Japan: New Zealand intervening).

Conforme a Corte, a preferência do Programa Japonês pelo uso de métodos letais ao invés de métodos menos agressivos acrescidos pelo significativo impacto ambiental causado pelo aumento no número de baleias mortas com base no JARPA II em relação ao JARPA demonstrou a não observância Japonesa em relação às resoluções e diretrizes da Comissão Baleeira Internacional.

Para melhor elucidação, a seguir excerto da decisão:

> The Court concludes that the papers to which Japan directed it reveal little analysis of the feasibility of using non-lethal methods to achieve the JARPA II research objectives. Nor do they point to consideration of the possibility of making more extensive use of non-lethal methods in order to reduce or eliminate the need for lethal sampling, either when JARPA II was proposed or in subsequent years. Given the expanded use of lethal methods in JARPA II, as compared to JARPA, this is difficult to reconcile with Japan's obligation to give due regard to IWC resolutions and Guidelines and its statement that JARPA II uses lethal methods only to the extent necessary to meet its scientific objectives. In addition, the 2007 paper to which Japan refers the Court suggests a preference for lethal sampling because it provides a source of funding to offset the cost of the research.[367](CIJ,2014)

A Corte afirmou ainda que "o Japão realizou apenas dois artigos por parte do JARPA II até hoje. E estes documentos não estão relacionados com os objetivos do JARPA II se baseiam em dados coletados de sete e duas, respetivamente, baleias-anãs capturadas durante o estudo de viabilidade do JARPA II"[368]. A Corte também afirmou que o Japão realizou apenas três apresentações em simpósios científicos, oito artigos apresentados ao Comitê Científico, dos quais seis são relatórios de cruzeiro do JARPA II, um se refere a um estudo de viabilidade do Programa e o último diz respeito à identificação com utilização de fotos de baleias azuis.

---

[367] CIJ, Judgment of 31 March 2014, In: Whaling in the Antarctic Case (Australia v. Japan: New Zealand intervening). Tradução do autor: Corte conclui que os documentos para os quais o Japão direcionou revelam pouca análise da viabilidade do uso de métodos não letais para alcançar os objetivos de pesquisa do JARPA II. Nem eles apontam para consideração da possibilidade de fazer uso mais extensivo de não-letais métodos para reduzir ou eliminar a necessidade de amostragem letal, seja quando o JARPA II foi proposto ou em anos subsequentes. Dada a expansão uso de métodos letais no JARPA II, em comparação com o JARPA, isso é difícil conciliar com a obrigação do Japão de dar a devida consideração às resoluções da IWC e Diretrizes e sua declaração de que o JARPA II usa letal métodos apenas na medida necessária para atingir os seus objetivos científicos. Além disso, o documento de 2007, ao qual o Japão remete o Tribunal, sugere preferência pela amostragem letal, pois fornece uma fonte de financiamento compensar o custo da pesquisa.

[368] CIJ, Judgment of 31 March 2014, In: Whaling in the Antarctic Case (Australia v. Japan: New Zealand intervening). Parágrafo 219.

Assim, a CIJ sustentou que “À luz do fato de que o JARPA II vem acontecendo desde 2005 e envolveu o matando cerca de 3.600 baleias minke, a produção científica até à data aparece limitada”[369].

Por fim, a Corte concluiu que a partir das evidências apresentadas no caso, o Programa Japonês não era compatível com os objetivos para os quais fora criado e, que as permissões especiais concedidas pelo Governo ao JARPA II para a caça de baleias não estariam incluídas na exceção contida no artigo VIII, parágrafo I, da Convenção Internacional para a regulamentação da Pesca de Baleia de 1946.

Neste cenário, da análise do caso em questão, destaca-se a ideia de que o ser humano é parte integrante de um todo, e conforme o princípio do patrimônio comum da humanidade baseado na noção de que as questões ambientais desconhecem fronteiras físicas, devemos ter a consciência de que os efeitos danosos provocados por um Estado por vezes atingem outros locais.

O Caso da Pesca de Baleia na Antártica é uma clara demonstração da noção de patrimônio comum da humanidade, a Antártida, hoje, encontra-se sob o regime do Tratado Antártico. Sobre o Tratado, Villa[370], afirma ser “um conjunto de normas e princípios criado por atores politicamente racionais, que optaram pela cooperação e pela paz antes de ter de optar pela escolha, menos racional, de chegar a um conflito em época de Guerra Fria”.

O caso demonstra uma clara manifestação contemporânea do despertar da consciência jurídica internacional para a primazia do interesse comum da humanidade, da solidariedade universal sob o individualismo, notadamente em área considerada internacional.

2.4.8 O Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar e o caso envolvendo a Costa do Marfim e Gana.

[369] CIJ, Judgment of 31 March 2014, In: Whaling in the Antarctic Case (Australia v. Japan: New Zealand intervening). Parágrafo 219.

[370] VILLA, Rafael Duarte. Segurança Internacional: novos atores e ampliação da agenda. Lua Nova no.34 São Paulo Dec. 1994.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar[371] (também conhecida como UNCLOS ou CNUDM III) é um tratado multilateral celebrado na cidade de Montego Bay, na Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. Sua elaboração iniciou-se em 1973 com o objetivo de fundar um regime internacional para o ambiente marinho além da área sob jurisdição dos países costeiros, apontando direitos e deveres das nações.[372]

A Convenção normatiza aspectos do universo marítimo, inclusive delimitação das fronteiras, regulamentos ambientais, investigação científica, comércio e resolução dos conflitos internacionais envolvendo questões marinhas. Contendo normas disciplinadoras sobre o mar territorial, a zona contígua, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva e o alto-mar. Fornece regras para a proteção e preservação do ambiente marinho, para a pesquisa científica, para o Desenvolvimento e transferência da tecnologia marinha para a exploração dos recursos do oceano e de seu subsolo, delimitando os limites da jurisdição nacional para cada matéria; também consolidou princípios costumeiros que devem ser observados pelos Estados na utilização conjunta dos espaços marítimos, como a liberdade do mar, o exercício da jurisdição interna dos Estados dentro de limites do mar adjacente ao Estado e a caracterização da plataforma continental.[373]

Portela[374], explica acerca da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar:

> A CNUDM estabelece o conceito de linhas de base a partir das quais passam a ser contados: o mar territorial (até 12 milhas náuticas), a zona contígua (até 24 milhas náuticas), a zona econômica exclusiva (200 milhas náuticas) e o limite exterior da plataforma continental além das 200 milhas, bem como os critérios para o delineamento do limite exterior da plataforma. Além disso, criou três órgãos de solução de

[371] Menezes, Wagner - O direito do mar / Wagner Menezes. – Brasília: FUNAG, 2015. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html > Acesso em: 5 jul. 2018.

[372] FERRAÇO, André Augusto Giuriatto O Direito Marítimo Internacional: Uma Análise Sobre A Convenção De Montego Bay e A Amazônia Azul. (RE)pensando Direito. Revista do Curso em Graduação em Direito do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo. EDIESA. Ano 6. 2016. p. 118-119.

[373] BASTOS, F. L. A internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos. Lisboa, Portugal: Almedina, 2005.

[374] PORTELA. Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário. Bahia: Jus Podivm. 2015.

> controvérsias para assegurar o cumprimento dos seus dispositivos (Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos; Tribunal Internacional sobre Direito do Mar e a Comissão dos Limites da Plataforma Continental). Ademais, a convenção traz como obrigação dos Estados o dever de proteger e preservar o meio ambiente marinho e de utilizar, equitativa e eficientemente, seus recursos, conforme os artigos 116 a 120 e 192 a 222 da Carta.

O artigo 287, I, "a", da Convenção dispõe sobre a criação do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM) como uma das medidas pacíficas para solucionar as controvérsias relativas à interpretação ou à aplicação da Convenção.

O Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar, em seu art. 21, quanto sua jurisdição "compreende todas as controvérsias e pedidos que lhe sejam submetidos de conformidade com a presente Convenção, bem como todas as questões especialmente previstas em qualquer outro acordo que confira jurisdição ao Tribunal." Acosta[375] afirma: "el TIDM es un órgano judicial de carácter colegiado, internacional, permanente, especializado y obligatorio".

Analisando-se a Seção 9, artigo 235, da Convenção de Montego Bay, verificam-se regras pertinentes à responsabilidade Internacional dos Estados, preceituando que "os Estados devem zelar pelo cumprimento das suas obrigações internacionais relativas à proteção e preservação do meio marinho. "

Martins[376] complementa:

> Ademais, os Estados devem assegurar através do seu direito interno, meios de recurso que permitam obter uma indenização pronta e adequada ou outra reparação pelos danos resultantes da poluição do meio marinho por pessoas jurídicas, singulares ou coletivas, sob sua jurisdição. A fim de assegurar indenização pronta e adequada por todos os danos resultantes da poluição do meio marinho, os Estados devem cooperar na aplicação do Direito internacional vigente e no ulterior Desenvolvimento do Direito internacional relativo às responsabilidades quanto à avaliação dos danos e à sua indenização e à solução das controvérsias conexas, bem como, se for o caso, na elaboração de critérios e procedimentos para o pagamento de indenização adequada, tais como o seguro obrigatório ou fundos de indenização (art. 235, 2 e 3).

---

[375] ACOSTA ESTÉVEZ, José B. El Tribunal Internacional del Derecho del Mar. Barcelona: ANUE, 2002.p.12.

[376] MARTINS, Eliane M. Octaviano. "**Amazônia Azul**": limites e extensão das zonas marítimas sob soberania e jurisdição nacional do Brasil. Meritum – v. 02, nº 02.

Consequentemente, a ordem de cooperação dos Estados deve estar em harmonia e consonância com a efetivação do direito internacional em vigor, bem como no subsequente Desenvolvimento do ramo internacional pertinentes às responsabilidades no que condiz na averiguação dos danos e da correspondente indenização.[377]

Neste contexto, no dia 27 de fevereiro de 2015, a Costa do Marfim entrou com ação de pedido de medidas cautelares contra o Gana perante uma Câmara Especial do Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar constituída para decidir sobre a delimitação marítima entre os dois Estados no Oceano Atlântico.

A Costa de Marfim, requereu que o Gana em sede de medida cautelar: a suspensão da exploração de petróleo na área contestada; abstenção de outorgar novas autorizações de exploração; a não divulgação das informações atinentes às atividades anteriores, presentes ou futuros de atividades de exploração ao detrimento do Estado demandante; a preservação da plataforma continental; desistir de toda ação que possa afeitar os direitos do requerente bem como agravar a disputa.

Nitish Monebhurrum[378] afirmou sobre o julgamento:

> A Câmara Especial da Corte Internacional avaliou, a questão da urgência da situação para decidir sobre a iminência das medidas provisórias, eis que, sem estas, deve existir risco real e iminente que haverá dano irreversível aos direitos em debate antes da decisão final sobre os méritos. No presente caso, a Câmara reconheceu a urgência pelo risco potencial atinentes aos direitos soberanos ameaçados da Costa do Marfim dos quais declina-se o direito de acesso à informação relativo à soberania do país.
>
> Na decisão das medidas cautelares, a Câmara sustentou que os Estados devem proteger o meio ambiente marinho e têm a obrigação de averiguar que as atividades dentro das suas fronteiras não sejam danosas aos outros Estados; A Câmara Especial sublinhou que os lucros da exploração de petróleo podem ser pagos *a posteriori* sob a forma de compensação, conquanto essa última não se aplica em caso de dano ambiental grave que solapa as próprias caraterísticas da plataforma. Nesse caso, qualquer valor financeiro não pode restituir o *status quo ante*

[377] BIZAWU, Sébastien Kiwonghi O Direito do Mar e sua Efetivação no âmbito internacional.p. 268.

[378] Monebhurrun, Nitish. Tribunal Internacional sobre Direito do Mar - Caso da delimitação da fronteira marítima entre o Gana e a Costa do Marfim no Oceano Atlântico: medidas cautelares. Crônicas da jurisprudência internacional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, 2015 p. 13-31

Vejamos a decisão acerca das medidas provisórias:

> On 25 April 2015, the Special Chamber delivered its Order on the Request. In paragraph 108 of the said Order, the Special Chamber decided as follows: THE SPECIAL CHAMBER, (1) Unanimously Prescribes, pending the final decision, the following provisional measures under article 290, paragraph 1, of the Convention:
>
> (a) Ghana shall take all necessary steps to ensure that no new drilling either by Ghana or under its control takes place in the disputed area as defined in paragraph 60; (b) Ghana shall take all necessary steps to prevent information resulting from past, ongoing or future exploration activities conducted by Ghana, or with its authorization, in the disputed area that is not already in the public domain from being used in any way whatsoever to the detriment of Côte d'Ivoire; (c) Ghana shall carry out strict and continuous monitoring of all activities undertaken by Ghana or with its authorization in the disputed area with a view to ensuring the prevention of serious harm to the marine environment; (d) The Parties shall take all necessary steps to prevent serious harm to the marine environment, including the continental shelf and its superjacent waters, in the disputed area and shall cooperate to that end; (e) The Parties shall pursue cooperation and refrain from any unilateral action that might lead to aggravating the dispute.[379]

Acerca da decisão supracitada, Monebhurrun sustenta ainda:

> Os juízes tentaram encontrar equilíbrio nos direitos protegidos de ambas as partes. Não querendo impor ônus indevido ao Gana, eles consideraram que a medida cautelar não poderia ter como objeto o encerramento definitivo das atividades de exploração: seria uma perda financeira importante para o Estado e também para as empresas. Ademais — consideração notável —, a suspensão das atividades causaria danos ambientais sérios pela deterioração física dos equipamentos já instalados. Entrementes, a Câmara decidiu que doravante o Gana não deveria autorizar qualquer nova concessão de exploração na área contestada52 porquanto deveria monitorar dita zona para prevenir qualquer dano sério ao meio ambiente marinho. O uso

[379] Tradução livre do autor: Em 25 de abril de 2015, a Câmara Especial decidiu o seguinte: A CÂMARA, (1) por unanimidade, enquanto aguarda a decisão final, as seguintes medidas provisórias: medidas previstas no artigo 290, parágrafo 1, da Convenção: a) Gana tomará todas as medidas necessárias para assegurar que não perfuração sob seu controle ocorre na área disputada, conforme definido no parágrafo 60; b) Gana tomará todas as medidas necessárias para impedir resultantes de atividades de exploração passadas, em andamento ou futuras realizado, ou com a sua autorização, na área em litígio que já não está em domínio público de ser usado de alguma forma tudo em detrimento da Costa do Marfim; c) Gana efetuará um controlo rigoroso e contínuo de todos as atividades empreendidas na área disputada, com vista a garantir a prevenção de acidentes graves danos ao meio marinho; d) As partes tomarão todas as medidas necessárias para evitar danos ao meio ambiente marinho, incluindo a plataforma continental e suas águas suprajacentes, na área em disputa e cooperará para esse fim; e) As partes cooperarão e abster-se-ão de qualquer ação unilateral que poderia levar a agravar a disputa. (…) Decide que cada parte suportará as suas próprias despesas.[379]

> do epíteto “sério” vale ser notado, pois implica que danos ambientais ‘menos sérios’ são *de jure* toleráveis.[380]

Posteriormente, a Câmara Especial solicitou que as partes fornecessem um relatório, atestando do respeito por eles das medidas cautelares — e foram também ordenadas medidas de preservação do meio ambiente assim como a não agravação da disputa que incumbem a ambos a Costa do Marfim e a Gana. Após o encerramento do da instrução processual, as audiências sobre o mérito do caso ocorreram de 6 a 16 de fevereiro de 2017.

Em 23 de setembro de 2017 a Câmara em uma decisão unânime decidiu que não houve qualquer violação por parte do Gana na fronteira marítima da Costa do Marfim. A Câmara rejeitou o argumento da Costa do Marfim de que as linhas costeiras de Gana eram instáveis.

Também observou que Gana não violou os direitos soberanos da Costa do Marfim com sua exploração de petróleo na bacia disputada. O juiz Boualemia, presidente da Câmara Especial na leitura do julgamento, aceitou o argumento de Gana sobre a adoção do método equidistante de delineação da fronteira marítima. Em consideração ao novo limite, a Câmara determinou que ele partisse do limite de 55 a 200 milhas náuticas de distância, uma posição muito mais próxima do que Gana estava defendendo.[381]

Convém especificar que a sentença exarada pelo Tribunal tem caráter definitivo, devendo ser acatada na íntegra pelas partes presentes na controvérsia. Logo, afirma Menezes[382]:

> As lides foram protagonizadas entre Estados de diferentes continentes, denotando o Direito do Mar como um direito da humanidade, de caráter universal e transnacional e tema recorrente na contemporaneidade, em que os espaços transnacionais são regidos

[380] MONEBHURRUN, Nitish; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva; MARINHO, Maria Edelvacy; ALVES, Gleisse Ribeiro; OLIVEIRA, Carina Costa de. Crônicas da jurisprudência internacional. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 12, n. 1, 2015.

[381] International Tribunal For The Law Of The Sea Dispute Concerning Delimitation Of The Maritime Boundary Between Ghana And Côte D'ivoire In The Atlantic Ocean Disponível < https://www.itlos.org/fileadmin/itlos/documents/cases/case_no.23_merits/C23_Judgment_23.09.2017_corr.pdf > Acesso em 07 jun. 2018.

[382] MENEZES, Wagner. Tribunal Internacional Do Direito Do Mar E Sua Contribuição Jurisprudencial In: BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves (orgs). Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar. Brasília: Funag, 2014. p. 513.

> por uma jurisdição comum. É de se destacar a diversidade de mecanismos acionados pelos Estados em litígio, desde opiniões consultivas, passando por contraditório envolvendo liberação de embarcações, caução, pavilhão e nacionalidade de navio, delimitação territorial, controle de pesca, práticas ilegais, imunidade de jurisdição, extensão de responsabilidades e, em alguns momentos, dispositivos normativos adotados pela própria legislação dos Estados.

Do exame do caso, verifica-se que foi reconhecido o direito de Gana explorar petróleo, e a importância da exploração de hidrocarbonetos para a sua economia. No caso em apreço, o estabelecimento de um limite definitivo e permanente é imprescindível. Assim, o direito internacional prevê regras para a regulamentação de atividades em áreas marítimas em que há disputadas, a fim de delimitar as suas respectivas áreas e prosseguir com as operações e explorações. Reforçou o direito de aproveitamento dos Recursos Naturais disponíveis dentro do espaço territorial de Gana e o seu direito ao Desenvolvimento.

2.4.9 A OMC e o caso das Terras Raras envolvendo a China e os Estados Unidos, México e União Europeia.

A OMC (Organização Mundial do Comércio) que conhecemos hoje é uma evolução e aprimoramento de um sistema que surgiu na década de 40 do século passado, após a Segunda Guerra Mundial. Esse sistema é decorrente do acordo de Bretton-Woods que proporcionou a criação do FMI e do Banco Mundial e consequentemente a concepção do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Serviços) em um acordo antecessor ao da OMC.

A OMC foi criada com a pretensão de ser o marco balizador do novo sistema internacional do comércio, que se pretende mais integrado, mais viável e mais estável, fornecendo suas bases institucionais e legais. A estrutura legal da OMC engloba as regras estabelecidas pelo antigo GATT, as modificações efetuadas ao longo dos anos, os resultados das negociações passadas de liberalização de comércio, além de todos os resultados da Rodada Uruguai. [383]

Cretella Neto[384] define a OMC como:

---

[383] THORSTENSEN, Vera. OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2. ed., 2001.

[384] Cretella, José Neto. Direito Processual na Organização Mundial do Comércio. Rio de Janeiro:

> [...] uma Organização Internacional com Personalidade Jurídica e de Direito Internacional Público que tem por finalidade auxiliar e promover o comércio entre os seus participantes respeitando certas regras já previamente acordadas. Possui também um sistema de Solução de Controvérsias em assunto de comércio. A sua importância está na situação que a OMC trouxe mais segurança jurídica na solução dos litígios, porque estabelece um mecanismo eficaz no sentido de promover um maior entendimento entre os estados soberanos.

Thorstensen[385] acrescenta:

> A OMC tem basicamente quatro funções (GATT 1994): 1 – Facilitar a implantação, a administração, a operação e os objetivos dos acordos da Rodada Uruguai, que incluem: setores diversos como agricultura, produtos industriais e serviços; regras de comércio como valoração, licenças, regras de origem, antidumping, subsídios e salvaguardas, barreiras técnicas, e empresas estatais; supervisão dos acordos regionais e sua compatibilidade com as regras do GATT; propriedade intelectual; e, novos temas como meio ambiente, investimento e concorrência. 2 – Constituir um foro para as negociações das relações comerciais entre os estados membros, com objetivo de criar ou modificar acordos multilaterais de comércio. 3 – Administrar o Entendimento (Understanding) sobre Regras e Procedimentos relativos às Soluções de Controvérsias, isto é administrar o "tribunal" da OMC. 4 – Administrar o Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais (Trade Policy Review Mechanism) que realiza revisões periódicas das Políticas de Comércio Externo de todos os membros da OMC, acompanhando a evolução das políticas e apontando os temas que estão em desacordo com as regras negociadas.

O sistema de solução de controvérsias da OMC tem por finalidade solucionar litígios entre as partes, mas também, e essencialmente, obrigar estados membros a adequar suas normas domésticas ao regime de comércio internacional da própria OMC. Foi criado pelas partes contratantes do GATT (que se tornaram membros automáticos com a adesão ao Tratado de Marraqueche) a partir dos entendimentos da Rodada do Uruguai, que culminaram no Anexo 2 do Tratado de Marraqueche, chamado de Entendimento de Solução de Controvérsias – ESC (ou em inglês Dispute Settlement Understanding – DSU).

Nesse cenário, em 7 de julho de 2010 o governo chinês anunciou a redução em 40% das cotas de exportação de Terras Raras para aquele ano (foram exportadas 50.150 toneladas em 2009 e 30.250 toneladas em 2010). Antes disso, entre 2005 e

---

Forense. 2003.p.186.

[385] THORSTENSEN, Vera. OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2. ed., 2001.

2008, essas cotas já haviam sido reduzidas em 25%[386]. A China justificou que a imposição era necessária pois o país estaria se readequando para reduzir os danos causados pela extração das Terras Raras ao meio ambiente e à saúde humana.

É importante ter algumas definições claras. Terras Raras são conceituadas aqui como um conjunto de elementos que possuem propriedades químicas e padrões de ocorrência comuns. Esse conjunto engloba o grupo dos Lantanídeos mais o Escândio e o Ítrio, totalizando 17 elementos da tabela periódica. O nome “Terras Raras” não se dá pela raridade em que os elementos são encontrados na natureza, sendo alguns mais abundantes que o ouro, por exemplo. A explicação do nome desse conjunto de elementos é o fato de que eles são dificilmente encontrados em concentrações economicamente viáveis de serem exploradas.

As Terras Raras estão sendo discutidas cada vez mais porque esses elementos possuem grande importância nas cadeias produtivas de bens de alta tecnologia. O conjunto das Terras Raras é matéria prima para lentes de câmeras, ímãs, lasers, radares, cabos de fibras ópticas, motores elétricos de automóveis, blindagens de reatores nucleares, materiais usados no refino do petróleo, automóveis híbridos, turbinas eólicas, baterias recarregáveis, catalisadores de biocombustível, entre outras coisas. Portanto, as Terras Raras são essenciais para economias desenvolvidas, que possuem indústrias de alta tecnologia. São relevantes para os países que almejam posições de importância no sistema internacional.

Diante da imposição chinesa, em 13 de março de 2012 Estados Unidos, União Europeia e Japão fizeram um pedido formal ao painel da OMC contra a China sobre uma série de restrições à exportação impostas a 17 terras-raras, tungstênio e molibdênio. A solicitação também se refere a várias medidas publicadas impondo restrições à exportação, incluindo tarifas de exportação, cotas de exportação, requisitos mínimos de preço de exportação, requisitos de licenciamento de exportação e requisitos e procedimentos adicionais relacionados à administração das restrições quantitativas.[387]Os Estados afirmaram ainda que tais medidas são incompatíveis com

[386] ANDREWS-SPEED, Philip. The Rare Earth Case against China at the WTO: Who Wins? *Transatlantic Academy*, mar. 2012. Disponível em: <http://www.transatlanticacademy.org/blogs/philip-andrews-speed/rare-earth-case-against-china-wto-who-wins > Acesso em 12 jun. 2018

[387] Organização Mundial do Comércio. Disponível em: < https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds432_e.htm > Acesso em 12 jul. 2018.

os artigos VII, VIII, X e XI do GATT[388] 1994; e os parágrafos 2 (A) 2, 2 (C) 1, 5.1, 5.2, 7.2, 8.2 e 11.3 da Parte I do Protocolo de Adesão da China.

A China se defendeu das acusações com base em algumas exceções no GATT 1994, tais como, evitar escassez crítica da matéria-prima (bauxita) - Artigo XI: 2 (a) do GATT 1994; conservação dos Recursos Naturais (bauxita e fluorita) - Artigo XX (g) do GATT 1994; proteção ambiental (coque, magnésio, manganês, silício, e zinco) - Artigo XX (b) do GATT 1994, como medidas necessárias para evitar a escassez do produto e proteger o meio ambiente.

Após analisar os argumentos das partes, o painel considerou irregulares as restrições às exportações impostas pela China, entendendo que o governo chinês não conseguiu provar que estas medidas eram necessárias para evitar a escassez do produto, bem como proteger o meio ambiente.

De particular relevância foi o parágrafo introdutório do artigo XX, que afirma que as medidas restritivas devem não constituir “um meio de discriminação arbitrária ou injustificável entre países” ou “uma restrição disfarçada ao comércio internacional”[389].

Destaca-se uma parte da decisão:

> O Painel conclui que as cotas de exportação que a China aplica a várias formas de terras raras, tungsténio e molibdénio em virtude da série de medidas em litígio, são incompatíveis com os pontos 162 e 165 do relatório do grupo de Trabalho sobre a adesão da China, incorporado no Protocolo de Adesão da China em em virtude do parágrafo 2 da sessão 1;c. O Painel observa que a China não demonstrou que as cotas de exportação são justificados sob o

[388] Art. VIII - As partes Contratantes reconhecem que os direitos e taxas que não sejam os direitos alfandegários impostos pelas autoridades governamentais à importação ou à exportação ou relativos à importação ou exportação, deveriam limitar-se ao custo aproximado dos serviços prestados e não constituir uma proteção indireta aos produtos nacionais ou taxas de caráter fiscal sobre a importação ou a exportação. Art X - 1 prevê que cada Membro deve prontamente publicar suas leis, regulamentos, decisões judiciais e regras administrativas que afetem o comércio exterior. Acordos que afetem regras do comércio internacional também devem ser publicados. A publicação deve ocorrer “de maneira a permitir aos governos ou respectivos comerciantes tomar conhecimento”. Para lidar com os possíveis efeitos colaterais negativos decorrentes da obrigatoriedade de comunicação, o Artigo X:1 estabelece que “não obrigará uma Parte Contratante a revelar informações de ordem confidencial que constituam obstáculo à aplicação das leis ou que, por outro lado, sejam contrários ao interesse público ou tragam prejuízo aos interesses comerciais legítimos de empresas públicas ou particulares”.

[389] GUIMARÃES, Paulo César Vaz. Comércio Internacional e Desenvolvimento Sustentável: Condicionantes para a ação empresarial. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, vol. 34, n. 5, 1994.

> parágrafo g) do Artigo XX do GATT 1994. Além disso, o Painel observa que a China não demonstrou que as medidas aplicar de uma maneira que satisfaça as disposições da parte introdutória do Artigo XX. (...)
>
> Portanto, o Painel recomenda que o Órgão de Solução de Controvérsias solicite que a China coloque suas medidas em conformidade com as suas obrigações no âmbito do quadro da OMC de modo que a série de medidas não atue de maneira que resulte em um resultado incompatível Regras da OMC.[390]

Diante da decisão desfavorável, em 31 de agosto de 2011, a China apresentou recurso ao Órgão de Apelação, que em 30 de janeiro de 2012, emitiu relatório mantendo a decisão do painel, e considerando ilegais as restrições impostas:

> O Órgão de Apelação: a) rejeita a interpretação da China do nº 2 da secção 1 do Protocolo de Adesão da China e do n.º 1 do artigo XII do Acordo de Marraquexe, no sentido que eles fazem cada provisão específica da parte do Protocolo de Adesão da China membro do Acordo de Marraquexe ou de um dos acordos comerciais multilateral com o qual essa disposição está intrinsecamente relacionada; b) constata que o Painel não errou ao afirmar que "o efeito legal da a segunda frase do parágrafo 2 da secção 1 "do Protocolo de Adesão da China não é que "cada uma das suas disposições constitui parte integrante dos acordos Acordos Multilaterais de Comércio anexos ao Acordo de Marraquexe "802; c) constata que não é necessário comentar o alcance da expressão "Acordo sobre OMC "constante da segunda frase do parágrafo 2 da secção 1 do Protocolo de Adesão da China; e d) constata que as questões relativas à relação específica entre uma disposição do Protocolo de Adesão da China e as disposições do Acordo Marraquexe e os Acordos Multilaterais de Comércio anexos, (…)
>
> O Órgão de Apelação recomenda que o DSB solicite à China que ponha suas medidas, declarado no relatório do Painel solicitado pelos Estados Unidos, confirmado pelo presente relatório, incompatível com o Protocolo de Adesão da China, o relatório do Grupo de Trabalhos sobre a adesão da China e do GATT de 1994, em conformidade com as obrigações que eles correspondem em virtude dos ditos instrumentos.[391]

Percebe-se que os elementos de Terras Raras são essenciais para a fabricação de dispositivos tecnológicos, sendo indispensáveis no mundo de hoje. Portanto, o país que não tiver a matéria-prima para o Desenvolvimento de suas

---

[390] Relatório do Painel. Disponivel em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S006.aspx?Query=(%40Symbol%3d+wt%2fds431%2fr*+not+rw*)&Language=ENGLISH&Context=FomerScriptedSearch&languageUIChanged=true>. Acesso em: 12 jun. 2018.

[391] Relatório do Órgão de Apelação. Disponível em: < https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds431_e.htm > Acesso em: 12 jun. 2018.

próprias tecnologias ficará extremamente dependente e vulnerável às outras nações que as possuam. A partir disso é visível que o monopólio das reservas e da produção de Terras Raras transforma a China em um “jogador” poderoso no cenário internacional, pelo fato de ser o país assegurado da maior reserva de Terras Raras no futuro.[392]

O Brasil possui extensas reservas de minerais estratégicos, porém é inerte ao dimensionar a sua importância, desenvolver tecnologia e construir cadeias produtivas. Não há hoje, empresas nacionais que dominem a cadeia produtiva dos terras-raras. Ainda somos dependentes de importações.

O Brasil possui 16% das terras raras já descobertas no mundo. Heider[393] explica:

> Destaca-se que o Brasil passou a ser a 2ª maior reserva mundial de Terras Raras com a incorporação de expressivas reservas em Minas Gerais (MG) e Goiás (GO) detendo, ao final de 2012, cerca de 16% do total mundial. A produção de terras raras no Brasil é da ordem de 600 t anuais, mas novos projetos irão propiciar uma substancial elevação em termos quantitativos e qualitativos. Em 2012, as importações de terras raras no Brasil foram da ordem de US$ 36 milhões e, com os novos projetos, o país se tornará exportador, além de vivenciar um salto de domínio de tecnologias ao longo de toda cadeia produtiva.

Tendo isso em mente, o país não deveria depender da China para o fornecimento de materiais essenciais – as Terras Raras – para suas indústrias de alta tecnologia, de petróleo e de defesa. O Brasil já havia ocupado o posto de maior produtor desses elementos no início do século XX, mas deixou de investir nesse setor devido aos preços atrativos desses materiais praticados pela China. No entanto, com o novo cenário atual, o país vem retomando esforços para identificar novas reservas de Terras Raras em seu território e atrair empresas que explorem esses materiais em solo brasileiro.[394]

---

[392] MATTANA, Raíssa. O Comércio Internacional de Terras Raras e sua importância para as Relações Internacionais. **Revista Perspectiva.** 2015.

[393] Engenheiro de Minas do Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <https://www.inthemine.com.br/site/a-evolucao-das-terras-raras-no-brasil/> Acesso em: 12 jun. 2018..

[394] WESTIN, Ricardo. País entra na corrida pelo ‘mineral do tablet’. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/15/pais-entra-na-corrida-pelo-mineral-do-tablet . Acesso em: 13 jun. 2018.

A *ratio decidendi* desse julgamento foi o dever de explorar as jazidas existentes na China, impedindo-a de agir egoisticamente negando-se a realizar exportação de um elemento essencial para a novas tecnologias em uso no mundo. Por outro lado, deixa claro que o Brasil tem o dever de aproveitar as jazidas desses minerais, podendo beneficiar-se de sua extração e venda.

2.4.10 A OMC, a propriedade intelectual e licenciamento compulsório dos remédios contra AIDS/HIV.

A Convenção da União de Paris (CUP), de 1883, marcou uma fase fundamental para o Desenvolvimento do direito de patentes o chamado "Sistema Internacional de Propriedade Industrial", consubstanciando na primeira tentativa de organização de ditames de caráter internacional uniforme para reger o tema. Os originários quatorze países signatários concordaram com as novas regras elaboradas para vigência em sistemas jurídicos bastante distintos, que até hoje se fazem presentes em função do acordo TRIPS (Trade Related Aspects of Intellectual Property).[395]

Em um segundo momento, merece atenção a Convenção de Berna para a Proteção de Obras Artísticas e Literárias criada após longo período marcado por falsificação de produtos. De modo diverso do que ocorria com a propriedade industrial, predominava em âmbito internacional – e até mesmo era incentivado – um explícito direito de contrafação, no qual os contraventores acreditavam que poderiam copiar e publicar tudo aquilo que desejassem. Na medida em que cada país passou a criar legislação no sentido de proteger a propriedade de obras literárias e artísticas em favor de seus autores, pactuou-se a Convenção de Berna, nos moldes da Convenção de Paris. [396]

Já em 1967 em Estocolmo, os trabalhos da União de Paris foram complementados e resultaram na criação da OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual). A OMPI foi instituída no âmbito da ONU (Organização das

---

[395] GONTIJO, Fabíola Moreira Patentes farmacêuticas: uma análise do sistema brasileiro de concessão de pedidos à luz das novas tendências internacionais. /Fabíola Moreira Gontijo – Nova Lima: Faculdade de Direito Milton Campos / FDMC, 2009.

[396] AQUINO, Bruna Sarturi. Patent Medicines And Compulsory Licence: An Opposition Between Intellectual Property Rights And Health. Santa Maria – RS. 2012. p.15.

Nações Unidas) como uma de suas agências especializadas e consolidada pelo TRIPS. Este avanço, que resultou na promulgação de normas de cunho internacional e na criação de um órgão para fiscalizar e observar as diversas condutas entre os países participantes, se deve à importância da propriedade intelectual dentro do gênero “propriedade”, envolvida nas relações comerciais em todo o globo.

Carvalho[397] também traz elucidações importantes acerca do papel da OMPI neste contexto:

> Por meio do princípio da solidariedade instituído pela Convenção de Paris, busca a OMPI reunir sob sua administração todos os tratados relacionados à propriedade intelectual, mesmo aqueles que não foram firmados pela ONU ou pela própria OMPI. A OMPI oferece enfoque humano à propriedade intelectual, buscando harmonizá-la com os interesses econômicos internacionais, dentre eles os da OMC/TRIPS. (...) Isto porque, desde 1962 a ONU, por meio da Resolução sobre Propriedade Industrial, reconhece que as patentes farmacêuticas são essenciais para o Desenvolvimento humano e social.

Com a assinatura do Acordo TRIPS, todos os países membros da Organização foram obrigados a alterar suas legislações nacionais e reconhecer um padrão mínimo de proteção à propriedade intelectual em todos os campos tecnológicos, inclusive o farmacêutico.

As disposições do TRIPS foram acordadas com o escopo de se proteger eficaz e adequadamente os direitos de propriedade intelectual, eliminando, de modo progressivo, os obstáculos ao comércio internacional, a partir da consolidação de medidas e procedimentos que impusessem um padrão mínimo de respeito a tais direitos particulares.[398]

O Acordo TRIPS, em seu artigo 28, parágrafo 1º, esclarece os direitos conferidos ao titular da patente:

> 1. Uma patente conferirá a seu titular os seguintes direitos exclusivos: (a) quando o objeto da patente for um produto, o de evitar que terceiros sem seu consentimento produzam, usem, coloquem a venda, vendam, ou importem com esses propósitos aqueles bens; (b) quando o objeto da patente for um processo, o de evitar que terceiros sem seu

[397] CARVALHO, Patrícia Luciane de. Patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos. Revista da Faculdadede Direito da Universidade de São Paulo. 2008.p.852.

[398] CAMPOS, Thana Cristina – A Licença Compulsória de Medicamentos como Política Pública de Saúde. Revista da Faculdadede Direito da Universidade de São Paulo. 2007.p.760.

> consentimento usem o processo e usem, coloquem a venda, vendam, ou importem com esses propósitos pelo menos o produto obtido diretamente por aquele processo. (INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2018)[399]

Vale destacar também o art. 8º, item 2, no qual demonstra que o uso do direito de propriedade deve ser condicionado ao atendimento do interesse social.

> Item 2 Desde que compatíveis com o disposto neste acordo, poderão ser necessárias medidas apropriadas para evitar o abuso dos direitos de propriedade intelectual por seus titulares ou para evitar o recurso a práticas que limitem de maneira injustificável o comércio ou que afetem adversamente a transferência de tecnologia.

Este ditame do Acordo TRIPS demonstra a necessidade de se manter uma vinculação direta entre a propriedade e o interesse social, dentre outros itens, a saúde pública, de importância imensurável e que passaria a figurar como prioridade máxima das nações, alguns anos depois.

A IV Conferência Ministerial da OMC reuniu-se em Doha, em 2001, para discutir a questão da licença compulsório dos medicamentos. Os embates travados na OMC sobre a temática em apreço envolveram severas ameaças dos países desenvolvidos, ao lado das grandes farmacêuticas multinacionais, as quais pressionavam no sentido de uma máxima restrição ao alcance e à aceitação do uso da licença compulsória. Saliente-se que, muito embora tenham os países desenvolvidos se utilizado da licença compulsória em diversas ocasiões, no momento em que os países em Desenvolvimento começam a valer-se desse mecanismo, os países desenvolvidos, sobretudo os EUA, iniciaram uma política bastante incisiva em oposição à utilização desse edifício jurídico [400]

Cabe destacar os itens 4 e 5 da Declaração:

> 4. Concordamos que o Acordo TRIPS não impede e não deve impedir que os Membros adotem medidas de proteção à saúde pública. Deste modo, ao mesmo tempo em que reiteramos nosso compromisso com o Acordo TRIPS, afirmamos que o Acordo pode e deve ser interpretado e implementado de modo a implicar apoio ao direito dos Membros da OMC de proteger a saúde pública e, em particular, de

[399] INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL Disponível <http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf >. Acesso em: 13 maio 2018.

[400] ROSEMBERG, Bárbara. Patentes de medicamentos e comércio internacional: os parâmetros do TRIPS e do direito concorrencial para a outorga de licenças compulsórias. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

> promover o acesso de todos aos medicamentos. Neste sentido, reafirmamos o direito dos Membros da OMC de fazer uso, em toda a sua plenitude, da flexibilidade implícita nas disposições do Acordo TRIPS para tal fim. 5. Dessa forma, e à luz do item 4, acima, embora mantendo nossos compromissos com o previsto no Acordo TRIPS, reconhecemos que essa flexibilidade significa que: Na aplicação das tradicionais regras de interpretação da legislação internacional pública, cada cláusula do Acordo TRIPS deverá ser entendida à luz do objeto e da finalidade do Acordo, na forma expressa em seus objetivos e princípios. Cada Membro tem o direito de conceder licenças compulsórias, bem como liberdade para determinar as bases em que tais licenças são concedidas. Cada Membro tem o direito de determinar o que constitui emergência nacional ou outras circunstâncias de extrema urgência, subentendendo-se que Crises de saúde pública, inclusive as relacionadas com o HIV/AIDS, com a tuberculose, malária e outras epidemias, são passíveis de constituir emergência nacional ou circunstâncias de extrema urgência. O propósito dos dispositivos do Acordo TRIPS que sejam relevantes para a prescrição dos direitos de propriedade intelectual é o de permitir que cada Membro seja livre para fixar suas próprias diretrizes quanto à referida prescrição, sem qualquer interferência, em consonância com o que dispõem os Artigos 3º e 4º sobre nação mais favorecida e tratamento nacional. DECLARAÇÃO SOBRE O ACORDO DE TRIPS E SAÚDE PÚBLICA)[401]

A licença compulsória é a perda da exclusividade e do monopólio conferidos pela patente anteriormente concedida, em função de interesse público. O Acordo TRIPS a partir da Declaração de DOHA[402]foi modificado para permitir maior flexibilização na concessão de licenças compulsórias para medicamentos.

> The Doha Declaration recognized that this restriction on compulsory licensing could hamper its effective use by countries with insufficient or no manufacturing capacities in the pharmaceutical sector. The amendment of the TRIPS Agreement aims at removing this difficulty by creating an additional form of compulsory licence that had not existed before: a compulsory licence especially tailored for the export of medicines to countries in need – in effect, a 'trade related'

[401] IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em DOHA, versão em português. Disponível < http://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/Declaracao-sobre-o-Acordo-de-TRIPS.pdf > Acesso em 13 jun. 2018.

[402] Âmbito de Aplicação da Declaração de DOHA: "1. We recognize the gravity of the public health problems afflicting many developing and least-developed countries, especially those resulting from HIV/AIDS, tuberculosis, malaria and other epidemics." Doha Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health, 2001.

Tradução livre do autor: A Declaração de Doha reconheceu que essa restrição ao licenciamento compulsório poderia dificultar seu uso efetivo por países com capacidades de fabricação insuficientes ou inexistentes no setor farmacêutico. A emenda do Acordo TRIPS visa eliminar essa dificuldade criando uma forma adicional de licença compulsória que não existia antes: uma licença compulsória especialmente adaptada para a exportação de medicamentos para países necessitados - na verdade, uma licença compulsória relacionada ao comércio. Esse mecanismo foi às vezes chamado de "sistema do parágrafo 6", desde suas origens na Declaração de Doha.

> compulsory licence. This mechanism was sometimes termed the 'paragraph 6 system', from its origins in the Doha Declaration.[403]

Barbosa[404] afirma que:

> É certo que o simples interesse público justifica, ao nosso entender, a concessão da licença compulsória, até à luz do amparo constitucional à desapropriação. A questão então é da necessidade da *prévia* indenização, aplicável neste último caso, e dispensável nas requisições. Queremos crer, no entanto, que o pagamento de royalties na proporção do uso da patente atende, em substância, à garantia constitucional da indenização ao titular da propriedade de forma adequada e economicamente comparável.

Basso[405] explica que a ocorrência de licença compulsória:

> Licenciamento compulsório, ao contrário da crença difundida pelos órgãos de comunicação em massa brasileiros e estrangeiros, não é sinônimo de expropriação da propriedade privada: é uma exceção ao direito exclusivo dos titulares de patentes, empregada em casos de necessidade, seja para reprimir práticas abusivas, abusos de poder econômico, emergências locais ou satisfação de demandas públicas. A interpretação de que licença compulsória constitua prática comercial ilegítima é provavelmente resultado do desconhecimento geral de que este instrumento é previsto amplamente nas legislações dos países desenvolvidos e que foi (e ainda é) utilizado, conforme comprova a história recente, por países desenvolvidos como instrumento de política de Desenvolvimento.

Sob o ponto de vista interno do país e seu mercado, a licença compulsória, além de amplificar o acesso a medicamentos e concretizar o direito à saúde, reflete uma boa opção econômica a ser utilizada pelos governos. Essa alternativa relaciona-se diretamente aos medicamentos de alto custo, inacessíveis a maior parte da população, e cuja grande demanda onera significativamente o poder público.

Dessa forma, os Estados Unidos lutaram e defenderam a elaboração do TRIPS e o colocaram como único meio de adesão à OMC e que agora, diante de um contexto mundial que busca aliar as patentes farmacêuticas às diversas questões de

---

[403] Disponível em < https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/pharmpatent_e.htm > Acesso em: 13 jun. 2018.

[404] BARBOSA, Denis Borges. Licenças compulsórias de patentes: abuso de patentes, abuso de poder econômico e interesse público.

[405] BASSO, Maristela. POLIDO, Fabrício. Propriedade intelectual e preços diferenciados de medicamentosessenciais: políticas de saúde pública para países em Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ABIA, 2005. p. 36. Disponível em: <http://www.abiaids.org.br/_img/media/colecao%20politicas%20publicas%20N4.pdf>. Acesso em:13 jun.2018.

saúde pública, buscam mecanismos de obter acordos internacionais paralelos, com o objetivo de defender sua política de atuação internacional:

> EE.UU ha defendido com vehemencia los intereses comerciales de las empresas farmacêuticas em lãs negociaciones comerciales com países em desarollo. La oficina Del Representante Comercial de los EE.UU. (USTR), por ejemplo, anunció una reorganización interna para reflejar “nuestros esfuerzos para apoyar mejor a las innovaciones vitales de EE.UU., incluyendo las de la industria farmacéutica”. Recientemente la administración BUS ha intentado impedir que el personal de la Organización Mundial de la Salud realice o publique estudios o declaraciones que critiquen el impacto de la política comercial de EE.UU. sobre la salud pública. De esta forma, EE.UU. quiere conseguir una armonización mundial de las normas de propiedad intelectual al mismo nivel o a un nivel superior que las recogidas por la legislación estadounidense, más estricta que el Acuerdo sobre los ADPIC[406].

Essa solitária posição dos EUA é bastante criticada internacionalmente, porém permanece até os dias de hoje, com uma forte insistência em limitar ao máximo as possibilidades de licença compulsória no âmbito do TRIPS. Como o Acordo TRIPS, conforme já dito, traz apenas um patamar mínimo de proteção a ser estabelecido por seus signatários, os EUA firmaram e continuam a firmar acordos internacionais paralelos para colocar limites também em relação às licenças compulsórias. Existe um acordo nesse sentido entre EUA e Cingapura, no qual a licença compulsória é proibida, exceto em circunstâncias específicas enumeradas de forma taxativa. [407]

O Brasil posicionou-se favorável ao licenciamento compulsório a fim de garantir o acesso a medicamentos mais baratos, liderando as negociações nas instituições de multilateralismo envolvidas, a saber, a ONU, a OMC e a OMS. As discussões que gravitavam em torno do conflito entre, de um lado, o TRIPS e a proteção aos direitos particulares e, de outro, o interesse coletivo e a saúde pública, motivou o Brasil a defender, no seio desses fóruns internacionais, a relevância da prevenção e do tratamento de doenças, chamando especial atenção para a temática das doenças negligenciadas; dos preços diferenciados de fármacos, segundo o poder

---

[406] OXFAM Internacional. Patentes contra pacientes. Disponível em: <www.maketradefair.org>. Acesso em: 04/12/2006. **In** CARVALHO, Patrícia Luciane de. Patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos. São Paulo: Atlas, 2007. P.116.

[407] GONTIJO, Fabíola Moreira. Patentes Farmacêuticas. FDMC - Faculdade de Direito Milton Campos, 2009. P .24.

aquisitivo de cada país; da produção local de medicamentos e da criação de um fundo mundial de combate ao HIV/AIDS. [408]

O Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP[409] explica bem o papel do Brasil nesse cenário:

> O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui um programa de acesso universal a medicamentos para as pessoas que vivem com HIV/AIDS. Para que essa política se mantenha e para que a população tenha efetivo acesso a esses e outros medicamentos essenciais à manutenção da vida é necessário evitar abusos do sistema de patentes. Os preços dos medicamentos para AIDS ou para outras doenças, são fortemente impactados pelas patentes, que garantem monopólio de exploração por 20 anos, impedindo a produção de genéricos e também reduzindo a concorrência no mercado.
>
> No início da epidemia de Aids, o Brasil teve um papel de vanguarda ao provar para o mundo que o tratamento das pessoas com HIV/Aids era possível. O acesso a tratamento antirretroviral foi em grande parte possibilitado pela fabricação nacional dos medicamentos, a preços muito mais baixos do que os praticados pelos laboratórios multinacionais.

Sobre o tema a organização Médicos Sem Fronteiras [410] (MSF) se manifesta:

> Os medicamentos para tratar HIV/Aids servem como uma ilustração perfeita de como as patentes permitem que os produtores mantenham os preços altos, e como a concorrência contribui para a redução desses preços. Quando MSF começou a fornecer tratamento antirretroviral às pessoas vivendo com HIV em 2000, o custo de um tratamento chegava a de US$10 mil por pessoa por ano. Naquela época, os antirretrovirais (ARV) só eram disponibilizados por empresas detentoras de patentes. Com o aumento da concorrência entre múltiplos produtores, os preços começaram a cair vertiginosamente nos anos seguintes. O tratamento de três medicamentos mais utilizados para HIV/Aids hoje em dia custa menos de US$100 por ano nos países em Desenvolvimento. A redução de 99% nos preços em um período de seis anos foi possibilitada porque os medicamentos não estavam patenteados em diversos países com capacidade de produção de medicamentos – como o Brasil, Índia e

[408] ROSEMBERG, Bárbara. Patentes de medicamentos e comércio internacional: os parâmetros do TRIPS e do direito concorrencial para a outorga de licenças compulsórias. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[409] Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual Disponível < http://deolhonaspatentes.org/sobre-o-gtpi/quem-somos/ > Acesso em 13 de junho de 2018.

[410] MSF. A resposta mais efetiva: concorrência genérica. Disponível em: http://www.msf.org.br/conteudo/124/importancia-da-concorrencia-com-genericos/ Acesso em 13 de junho de 2018.

> Tailândia – permitindo que produtores locais destes países pudessem produzir legalmente versões genéricas dos medicamentos. Estas versões genéricas levaram à queda do preço e também puderam ser exportados a outros países em Desenvolvimento onde o medicamento não estivesse patenteado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que desde o início da epidemia, em 1981, cerca de 35 milhões de pessoas morreram de Aids. Este é quase o número atual de indivíduos que vivem hoje com HIV — as estimativas da OMS dão conta de 36,7 milhões de soropositivos no mundo inteiro.[411] Números da OMS mostram que, em 2016, foram identificados 1,8 milhão de novas infecções pelo vírus (um novo caso a cada 17 segundos) e um total de 1 milhão de mortes decorrentes de complicações na Aids. Hoje, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS)[412], aproximadamente 95% vivem em países em Desenvolvimento, sobretudo na África, onde 10% da população está contaminada.

A Declaração traz uma nova visão ao problema da acessibilidade a medicamentos para AIDS. Encontros regionais e internacionais passaram a se realizar com frequência, com o maciço apoio de ONGs e sociedade civil, reforçando e exigindo a adoção efetiva da Declaração.

Assim, consolida-se o entendimento, ainda que, nesse primeiro momento da supremacia dos direitos humanos, em especial, do direito à saúde, o acesso aos medicamentos para AIDS deve observar o dever ético da preservação da vida.

A exploração comercial e apropriação individual do conhecimento científico e tecnológico, ao prevalecer em detrimento do direito à preservação da saúde pública e da vida, não considera, no caso em tela, algo que é “incomparavelmente maior” - o combate a propagação e o tratamento efetivo da AIDS em todo o mundo e em especial nos países em Desenvolvimento. [413]

Significa isso dizer que os resultados de Doha reforçam a realizabilidade dos documentos internacionais anteriores, em especial, a Declaração Universal dos

---

[411] UNAIDS Brasil. Estatísticas. Disponível < https://unaids.org.br/estatisticas/ > Acesso em 13 jun. 2018.

[412] Organização Mundial de Saúde (OMS), agência especializada da Organização das Nações Unidas, estabelecida em 1948 para promover uma cooperação internacional na melhoria das condições de saúde, e trata do controle das epidemias, das medidas de quarentena e da normatização das drogas.

[413] COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. P.629.

Direitos Humanos – DUDH e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O artigo XXV da DUDH estabelece que “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”.

Não é ético negar medicamentos a pacientes que sofrem de AIDS por causa de impasses com relação a propriedade intelectual e suas patentes. Assim, deve-se utilizar os meios lícitos de solução ao problema (TRIPs e Doha), frente a interesses econômicos de laboratórios que colocam em risco a vida de muitos doentes. Os governos devem obrigar, tal como afirma Resnik[414], “as indústrias farmacêuticas a racionalizar seu proveito e desta forma honrar a patente dos produtos farmacêuticos e aderir a tratados de propriedade intelectual”, para torná-las socialmente responsáveis a fazer algo pelos doentes.

Depreende-se dessa situação a clara opção, também do sistema da OMC, OMS e Rodada DOHA, da superioridade do direito ao Desenvolvimento, social no geral, sobre o direito de propriedade da patente industrial. No caso, o direito de obter um tratamento para uma doença gravíssima, a preço razoável, foi mais relevante do que a manutenção cega da patente dos medicamentos. O licenciamento compulsório dos medicamentos garantiu melhoria da qualidade de vida a uma parte da população mundial que tinha sobre sua cabeça uma sentença de morte a ser executada em breve.

Os casos demonstram como a jurisdição e os julgados traz um novo pensar, uma relação entre o local, o nacional e o global. Sobre esse fenômeno Berman[415] discorre:

> No one really knows whether the nation-state is dying or thriving, whether globalization is truly a new phenomenon or a lot of hype, whether the Internet defies territorial borders or whether geographical boundaries can be reinscribed into cyberspace, whether the world is fragmenting into subnational conflicts, or conversely, whether it is moving towards an era of global cooperation and international governance. Or perhaps a cosmopolitan future awaits us, when people

[414] RESNIK, David. Developing Drugs for the Developing World: an Economic, Legal, Moral, and Political Dilemma, in **Developing World Bioethics**, p. 32.

[415] BERMAN, Paul Schiff. The Globalization of jurisdiction. **American Law Register**. Dezembro. 2002.

> will come to interpret themselves without using the nation-state as their principal frame of reference. [416]

Nas palavras de Slaughter[417]: “The emergence of global judicial relations is rooted in the pluralism of multiple legal systems” e completa “global economy creates global litigation. When products can have their components manufactured in three different countries, be assembled in a fourth, and be marketed and distributed in five or six others, the number of potential fora for resolving disputes multiplies rapidly.[418]”

Esses dez casos analisados expressam também a prevalência do direito ao Desenvolvimento dos países ainda não industrializados a fim de permitir o melhor aproveitamento possível de seus Recursos Naturais a fim de reequilibrar o pilar/dimensão social da Sustentabilidade. Reforçam também que o ser humano deve ser o ponto principal de protegido primeiramente e, em caso de conflitos entre a preservação da vida ou a obtenção de um mínimo existencial como saúde, educação e moradia, deve-se admitir a prevalência dos direitos humanos mais básicos sobre a proteção do ambiente.

A lógica de todas as decisões foi no sentido de garantir o direito ao aproveitamento dos Recursos Naturais de cada país para o bem de seu povo. Por isso pode-se concluir que as decisões referidas reconhecem a prevalência do direito ao Desenvolvimento sobre a proteção ambiental, desde que feita de forma responsável, quando o país não tiver outras formas de atender às necessidades de sua população.

---

[416] Tradução livre do autor: Ninguém realmente sabe se o Estado-nação está morrendo ou prosperando, se a Globalização é realmente um fenômeno novo ou muito exagerado, se a Internet desafia fronteiras territoriais ou se limites geográficos podem ser reinscritos no ciberespaço, se o mundo está se fragmentando em subnacionais conflitos, ou, inversamente, se está caminhando para uma era de cooperação global e governança internacional. Ou talvez um futuro cosmopolita nos aguarde, quando as pessoas virão a se interpretar sem usar o Estado-nação como seu principal quadro de referência.

[417] SLAUGHTER, Anne-Marie. A Global Community of Courts. Volume 44. Number I, 2003. P. 204.

[418] Tradução livre do autor: A economia global cria litígios globais. Quando os produtos podem ter seus componentes fabricados em três países diferentes, serem montados em um quarto e serem comercializados e distribuídos em cinco ou seis outros, o número de Tribunais potenciais para resolver disputas se multiplica rapidamente.

CAPÍTULO 3

A GARANTIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Este capítulo tratará de temas relevantes e interligados. Não há dúvida que o Brasil ainda precisa desenvolver-se, melhorando as condições de vida de sua população. Será feita uma rápida apresentação da situação atual do Brasil e da Amazônia Brasileira e buscará definir se o país deve passar por algum processo de mudança caracterizado por crescimento, decrescimento, ou Desenvolvimento para atingir a Sustentabilidade, sempre considerando as suas quatro dimensões. Abordará se as pressões desenvolvidas pelos mecanismos de governança ambiental global e as entidades que realizam a ecopolítica ambiental mundial estão realizando uma espécie de nova colonização e, com isso, impedindo ou limitando o Desenvolvimento brasileiro. Ao final, fará uma abordagem do direito brasileiro à autodeterminação e apresentará a democracia assimétrica [419] como uma forma de extrair o que a população brasileira deseja em relação ao aproveitamento do Patrimônio Estratégico nacional, especialmente quanto ao uso da Amazônia, indicando para onde o país deve seguir.

3.1. CRESCIMENTO, DECRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROSPERIDADE PARA O BRASIL.

No estágio atual, o senso comum é de que Desenvolvimento é igual a Crescimento Econômico, talvez porque até pouco tempo as discussões sobre Desenvolvimento econômico social e meio ambiente tenham caminhado de forma desarticulada.

Veiga [420] ensina que crescimento é quantitativo e Desenvolvimento qualitativo.

> Ninguém dúvida de que o crescimento é um fator muito importante para o Desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no Desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa. E sob vários prismas a expansão econômica chega a ser bem mais intrigante que o Desenvolvimento. [...] o

[419] Uma definição do que se entende por democracia assimétrica está ao final do Cap. 4.4, ps. 313/314.
[420] VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável o desafio do século XXI.Editora Garamond Ltda. Rio de Janeiro – Brasil. 2010. P. 56.

> Desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da autorealização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas. [...] Maneiras viáveis de produzir meios de vida não podem depender de esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequada de serviços públicos e de padrões subumanos de moradia.

Sobre o Desenvolvimento da sociedade brasileira Veiga acrescenta[421]:

> O Desenvolvimento da sociedade brasileira foi muito mais intenso nos últimos trinta anos do que em qualquer período anterior. O inverso ocorreu com o crescimento de sua economia, medido pelo aumento do PIB *per capita*. Por mais de um século (1870-1980) essa economia foi campeã de crescimento entre as dez maiores do mundo. Ultimamente só não foi a lanterninha por causa da persistente estagnação japonesa. Ou seja, nos últimos trinta anos houve muito mais Desenvolvimento com muito menos crescimento.[...] No entanto, isso nada tem de paradoxal para quem sabe que o Desenvolvimento de uma sociedade depende é de como ela aproveita os benefícios de seu desempenho econômico para expandir e distribuir oportunidades de acesso a bens como: liberdades cívicas, saúde, educação, emprego decente etc. Ainda mais para quem já entendeu também que o Desenvolvimento terá pernas curtas se a natureza for demasiadamente agredida pela expansão da economia, que é um subsistema altamente dependente da conservação da biosfera. Daí porque qualquer avaliação razoável da prosperidade tenderá a exigir não somente uma medida de desempenho econômico que supere as anacrônicas e obsoletas medidas de produto bruto (seja ele interno ou nacional, PIB ou PNB). Exigirá também a utilização simultânea de mais dois indicadores: um sobre a qualidade de vida viabilizada pelo desempenho econômico, e outro sobre a Sustentabilidade ambiental desse processo.

Sachs[422] sustenta que o Desenvolvimento deve caminhar de mãos dadas com o máximo aproveitamento da diversidade cultural e biológica, e, ainda:

> Evidentemente, não tenho como retraçar, digamos, a evolução da ideia do Desenvolvimento durante esses sessenta anos. Vou me limitar a dizer que essa evolução se caracterizou por uma complexificação crescente do conceito e pela compreensão do fato de que se trata de um conceito pluridimensional. Estamos muito longe da ideia de que o Crescimento Econômico resolve tudo. Este foi o ponto de partida. Agora estamos bem mais avançados. Hoje, na sequência dos trabalhos do indiano Amartya Sem, Prêmio Nobel de economia, podemos dizer, por exemplo, entre as mil definições de

[421] VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável o desafio do século XXI. P. 56.
[422] SACHS, Ignacy. Dilemas e desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Org. Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo Vianna – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.p. 22.

> Desenvolvimento, que o Desenvolvimento é a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos, desde os direitos políticos e cívicos, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais, e terminando nos direitos ditos coletivos, entre os quais está, por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável.

Embora tenha ocorrido evolução do conceito, o conceito de Desenvolvimento ainda está ligado ao Crescimento Econômico, como destacam Matos e Rovella[423]:

> Embora uma evolução sobre o conceito tenha ocorrido nas últimas décadas, a atual busca pelo Desenvolvimento continua primando pelo Crescimento Econômico, em primeiro plano. Em alguns casos, de determinadas regiões e países, é possível identificar um real avanço para estágios de Desenvolvimento econômico, com melhora de alguns indicadores sócio-econômicos, porém, estes casos são a minoria entre muitos.
>
> [...] ainda que se tenha observado a distinção conceitual entre crescimento e Desenvolvimento, as políticas e ações econômicas se orientam pelo uso intensivo de recursos em privilégio ao objetivo de aumentar a produção, o consumo e a riqueza. Segundo o autor, a sustentação desse tripé econômico seria o grande desafio para o Desenvolvimento da sociedade.

Para Smith[424] o Desenvolvimento de cada nação guarda proporção com o que se produz e o que se consome, e essa proporcionalidade deriva da destreza e do bom senso com os quais o trabalho for executado e da proporção entre os que executam trabalho útil e dos que não executam tal trabalho. Para ele, a escassez ou a abundância de qualquer recurso natural (solo, clima) ou a extensão territorial de uma nação irá depender desses dois fatores.[425]

> Por outro lado, a abundância ou escassez de bens de que a nação disporá parece depender mais da primeira das duas circunstâncias mencionadas do que da segunda. Entre as nações selvagens, de caçadores e pescadores, cada indivíduo capacitado para o trabalho ocupa-se mais ou menos com um trabalho útil, procurando obter, da

---

[423] MATOS, Richer de Andrade Matos e ROVELLA, Syane Brandão Caribé. **Do Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Sustentável**: conceitos em evolução. Disponível em: < http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf >. Acesso em 03 set. 2018.

[424] SMITH, Adam. A riqueza das Nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas, vol. I, tradução de Luiz João Baraúna, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p. 59-60. Essa obra de Smith foi publicada em 1776, embora sua repercussão tenha se dado mais tarde, já no início do século XIX.

[425] COSTA, Inês; LEAL, Jorge L.S. Crescimento, Desenvolvimento, decrescimento e prosperidade: Caminhos possíveis para a humanidade. Revista Saberes da Amazônia. Vol. 2. n. 4 p. 118-139, Disponível em: http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/105 Acesso em 03 set. 2018.

> melhor maneira que pode, os bens necessários e os confortos materiais para si mesmo ou para os membros de sua família ou tribo que são muito velhos ou muito jovens, ou doentes demais para ir à caça e à pesca. Todavia, tais nações sofrem tanta pobreza e miséria que, somente por falta de bens, frequentemente são reduzidas — ou pelos menos pensam estar reduzidas — à necessidade de às vezes eliminar e às vezes abandonar suas crianças, seus velhos e as pessoas que sofrem de doenças prolongadas, as quais perecem de fome ou são devoradas por animais selvagens. Ao contrário, entre nações civilizadas e prósperas, embora grande parte dos cidadãos não trabalhe, muitos deles, com efeito, consomem a produção correspondente a 10 ou até 100 vezes a que é consumida pela maior parte dos que trabalham — a produção resultante de todo o trabalho da sociedade é tão grande, que todos dispõem, muitas vezes, de suprimento abundante, e um trabalhador, mesmo o mais pobre e de baixa posição, se for frugal e laborioso, pode desfrutar de uma porção maior de bens necessários e confortos materiais, do que aquilo que qualquer selvagem pode adquirir.

Essa visão de Smith, de que a escassez ou a abundância dependerá mais da destreza com que o trabalho é executado, desconsiderando completamente a finitude de alguns Recursos Naturais, pode ter levado a esse descompasso entre o Desenvolvimento econômico, o Desenvolvimento social e a proteção ambiental.

Esteva[426] explica:

> Enquanto a primeira década considerava separadamente os aspectos sociais e econômicos do Desenvolvimento, a segunda década envolveu a fusão dos dois. Um novo paradigma teve que ser formulado, o da integração, depois de reconhecer a necessária interação de recursos físicos, processos técnicos, aspectos econômicos e mudança social. A Estratégia de Desenvolvimento Internacional, proclamada em 24 de outubro de 1970, apelou a uma Estratégia global, baseada em ações conjuntas e concentradas em todas as esferas da vida econômica e social.

A ideia de Desenvolvimento, com caráter de crescimento ilimitado, se constituiu em um dos pilares da sociedade industrial ocidental depois da 2ª guerra. Segundo Scotto[427] o grande desafio era reconstruir as sociedades afetadas pela guerra, ao mesmo tempo em que pretendia estabelecer uma ordem internacional hegemônica num contexto de grandes disparidades entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas, e os países periféricos predominantemente rurais e

---

[426] ESTEVA, G. Development. In: W. SACHS (Org.). The development dictionary: a guide to knowledge as power. New York: Zed, 2010. p.10.

[427] SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 15.

com baixa industrialização[428].

Diante desse cenário, o consequente crescimento ilimitado gerou uma Crise generalizada nos diversos setores da sociedade, resultando em inúmeras catástrofes no âmbito ambiental e principalmente no âmbito social.

Ao falar em uso irracional dos recursos, é importante destacar alguns desastres ocorridos nas últimas décadas, como Bhopal na Índia, quando na madrugada de 2 para 3 de dezembro de 1984, uma falha de manutenção fez com que um tanque com isocianato de metila começasse a ser enchido de água. Isso causou uma reação química descontrolada, que liberou 30 toneladas de veneno na atmosfera. Estima-se que um dia após o desastre 25 mil pessoas já tinham morrido devido à exposição direta aos gases.[429]

Outro que merece destaque foi o derramamento nuclear oriundo da explosão de um reator na usina de Chernobyl na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1986, no qual o governo aponta 15 mil mortes e outras fontes calculam algo em torno de 80 mil, sendo que até hoje milhares de pessoas sofrem os efeitos da radiação.[430]

Vinte cinco anos após Chernobyl, outro desastre envolvendo usina nuclear ocorreu. Um terremoto, seguido por um tsunami, atingiu a central nuclear japonesa de Fukushima, danificando o sistema de resfriamento dos reatores e levando a uma liberação radioativa que contaminou o meio ambiente da região. Esse acidente foi considerado de máximo nível de severidade como o de Chernobyl. Um total de 18.434 pessoas morreram ou desapareceram no terremoto de 9 graus de magnitude e no tsunami posterior. Além disso, mais 3.600 pessoas faleceram em consequência da catástrofe, por doenças ou suicídio. [431]

---

[428] COSTA, Inês; LEAL, Jorge L.S. Crescimento, Desenvolvimento, decrescimento e prosperidade: Caminhos possíveis para a humanidade. Revista Saberes da Amazônia. Vol. 2. n. 4 p. 118-139, Disponível em: http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/105 Acesso em 03 set. 2018.

[429] GREENPEACE. Bhopal, Índia. O pior desastre químico da história. 1984-2002. Disponível em < http://greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal_desastre_continua.pdf > Acesso em 10 jan. 2019.

[430] MARTUSCELLI. Patrícia Nabuco. De Chernobyl a Fukushima: os impactos dos danos ambientais nos direitos das crianças. **EI - estudos internacionais**. v. 3 n. 2 jul/dez 2015 p. 225-246.

[431] MARTUSCELLI. Patrícia Nabuco. De Chernobyl a Fukushima: os impactos dos danos ambientais nos direitos das crianças. **EI - estudos internacionais**. v. 3 n. 2. Jul/dez 2015.

Os exemplos acima mostram que a busca pelo Desenvolvimento apresenta riscos, devendo haver medidas preventivas, bem como, uma preocupação com o meio ambiente pois o homem não se encontra dissociado deste.

Diante destas expectativas de Desenvolvimento, ao longo dos anos foram criados mecanismos para que houvesse uma harmonização entre o homem e o Meio Ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, permitiu, pela primeira vez, que os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global fossem discutidos em um fórum intergovernamental, que tinha por objetivo encontrar medidas corretivas.

Barbieri[432] sustenta que a Conferência de Estocolmo explicitou os conflitos entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos:

> Os primeiros, preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos, a decadência de suas cidades e outros problemas decorrentes dos seus processos de Desenvolvimento; os segundos, com a pobreza e a possibilidade de se desenvolverem nos moldes que se conheciam até então. A maior poluição é a pobreza, foi a mensagem de Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia, no plenário da Conferência de Estocolmo.

Brüseke[433] afirmou que foi o canadense Maurice Strong que usou pela primeira vez, em 1973, o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política de Desenvolvimento. Em seguida, Ignacy Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão do Desenvolvimento, integrando seis aspectos: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos Recursos Naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social

---

[432] BARBIERI, José Carlos**. Desenvolvimento e meio ambiente**: as Estratégias de mudanças da Agenda 21. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 15.

[433] BRÜSEKE, Josef Franz. O problema do Desenvolvimento Sustentável. *In* Clóvis Cavalcanti (Org.) Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Octubre 1994. p. 5. Disponível em: http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf. Acesso em 03 set. 2018.

garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação.[434]

Essa noção de ecodesenvolvimento serviu, mais tarde, em 1987, para estabelecer o que veio a se chamar “Desenvolvimento Sustentável”, definido pelo Relatório Brundtland como o Desenvolvimento que permita satisfazer nossas necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas.

Para Canepa[435] “o Desenvolvimento Sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro. ”

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, a ECO 92 ou Rio 92, as discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável se intensificaram. Essa Conferência introduziu o conceito de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do direito internacional, a partir da discussão de dois temas fundamentais: a economia verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o Desenvolvimento Sustentável.

Em 1997 Elkington[436] publicou a obra Canibais com Garfo e Faca, na qual apresentou a ideia do *triple bottom line,* afirmando que a Sustentabilidade se desenvolve sob três pilares: o ambiental, o social e o econômico.

Nas palavras de Singh[437]: “at the core of sustainable development is the need to consider “three pillars” together: society, the economy and the environment. No matter the context, the basic idea remains the same – people, habitats and

---

[434] COSTA, Inês; LEAL, Jorge L.S. Crescimento, Desenvolvimento, decrescimento e prosperidade: Caminhos possíveis para a humanidade. Revista Saberes da Amazônia. Vol. 2. n. 4 p. 118-139, Disponível em: http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/105 Acesso em 03 set. 2018.

[435] CANEPA, Carla. Cidades Sustentáveis: o município como lócus da Sustentabilidade. São Paulo: Editora RCS, 2007.

[436] ELKINGTON, J. Sustentabilidade, canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

[437] SINGH, Vinneta. Na Impact and Challenges of Sustainable Development in Global Era. Journal of Economics and Development Studies, Vol. 2(2), June 2014.

economic systems are inter-related."[438]

Os autores Bezerra e Bursztyn [439] defendem que o Desenvolvimento Sustentável é um processo de aprendizagem social onde a pluralidade de atores sociais e interesses da sociedade consubstanciam-se em um estorvo para o Desenvolvimento Sustentável. E completam "assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o Desenvolvimento Sustentável. "

Com uma outra visão, o filósofo francês Serge Latouche[440] desenvolveu a "teoria do decrescimento", que possui como fundamento "o abandono do objetivo do crescimento pelo crescimento" e, ainda, o abandono da falsa ilusão de que a felicidade está baseada no consumo.

A teoria do decrescimento foi originada a partir do reconhecimento de duas ideias que se complementam: que as atitudes da sociedade em busca do crescimento são, na verdade, incompatíveis com o meio ambiente, gerando uma Crise ambiental. E, em decorrência disso, da crítica quanto a técnica do Desenvolvimento.[441]

Latouche[442] faz uma crítica ao Desenvolvimento Sustentável uma vez que o crescimento adotado atualmente, não respeita o tempo de recuperação do meio ambiente, não existindo compatibilidade entre continuar o Desenvolvimento e salvaguardar o meio ambiente. Segundo ele:

> O "Desenvolvimento Sustentável", invocado de forma encantatória em todos os programas políticos, "tem como única função", precisa Hervé Kempf, "conservar os lucros e evitar a mudança de hábitos quase sem alterar o rumo". Falar de um "outro" Desenvolvimento ou de um "outro"

[438] Tradução livre do autor: No centro do Desenvolvimento Sustentável está a necessidade de considerar "três pilares" juntos: a sociedade, a economia e o meio ambiente. Não importa o contexto, a idéia básica permanece a mesma - pessoas, habitats e sistemas econômicos estão inter-relacionados.

[439] BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (cood.). Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000

[440] LATOUCHE, Serge. O desafio do decrescimento. Trad: António Viegas. Lisboa: Piaget editora, 2006, p.13.

[441] CORNELIUS. Camila Savaris. A TEORIA DO DECRESCIMENTO DE LATOUCHE E SUA INFLUÊNCIA NA EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS. Disponivel < https://emporiododireito.com.br/leitura/a-teoria-do-decrescimento-de-latouche-e-sua-influencia-na-eficacia-dos-direitos-sociais > Acesso em 03 set. 2018.

[442] LATOUCHE, Serge. O desafio do decrescimento. p.13.

> crescimento, traduz uma grande ingenuidade, ou uma grande duplicidade. ” Trata-se com efeito de propostas de compromisso já antigas, que tentam conciliar a preservação do meio ambiente com as “conquistas” da dominação econômica.

Além disso, diferente do que o próprio nome “decrescimento” aparenta, ele não se trata de um crescimento negativo ou um retrocesso, ele consiste na busca e formação de sociedades autônomas e economizadoras, ou seja, trata-se do abandono da necessidade de buscar o PIB desejável que se baseia no “bem ter” para a busca de um bem-estar vivido[443].

Para tornar isso possível Latouche[444] desenvolve o sistema de 8 “Rs”, oito mudanças interdependentes para desencadear a formação da sociedade do decrescimento: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar, reciclar.

Cornelius explica [21]:

> Reavaliar e reconceituar consistem em primeiramente verificar quais os valores que está se preconizando na nossa sociedade, uma vez que o sistema que tem determinado os valores da sociedade, sendo que deveria ser o contrário. O progresso nos afasta de valores básicos que garantem nosso bem-estar.
>
> A ânsia pelo “ter cada vez mais” impõe aos indivíduos de uma sociedade cargas de trabalho cada vez maiores e, com isso vem a perda de saúde, de vida digna, de bem-estar, valores estes ditos centrais em nossa Constituição, e buscados em todo nosso ordenamento jurídico.
>
> Reestruturar significa adaptar o aparelho de produção e as relações sociais em função da mudança dos valores. Assim, o decrescimento se mostra não como uma mudança contrária ao capitalismo, mas que o supera. A partir da reestruturação temos automaticamente a redistribuição, que consiste na “repartição de riquezas e ao acesso ao patrimônio natural”, tratando-se de rever a forma como o ser humano utiliza a natureza, uma vez que até o momento tal forma têm deixado marcas irreversíveis em prol do crescimento.
>
> A redistribuição consiste também em dar outras finalidades para a terra, aumentando as oportunidades de emprego para as classes mais variadas da sociedade, destacando-se com isso outro aspecto positivo da redistribuição, que trata-se na redução do tempo de trabalho. [...]
>
> A verdade do pretenso “glocalismo” é essa altura o estabelecimento

[443] LATOUCHE. Serge. O desafio do decrescimento. p.13.
[444] LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 42.

> de uma concorrência dos territórios que são incitados a oferecer condições cada vez mais favoráveis às empresas transnacionais" regalias fiscais, flexibilidade do trabalho e da regulamentação (ou antes, desregulamentação) ambiental.
>
> Trata-se de uma exploração em âmbito mundial onde as grandes potências abusam dos que tem menos espaço no mercado global, destruindo qualquer perspectiva que a economia local poderia ter, bem como sacrificando possibilidades de Desenvolvimento de questões sociais, quais sejam, a melhoria da qualidade de vida e, consequentemente aumento da efetividade e eficácia de direitos fundamentais daquela determinada sociedade.
>
> Os locais perdem o sentido em prol da mundialização.
>
> [...] porque é evocando aquela palavra (Globalização) que os governos de todos os países pregam moderação salarial, efetuam cortes na despesa pública e se preparam para destruir ou alterar profundamente o estado social. Por fim, reduzir, reutilizar e reciclar irão remeter a mudança de costumes da sociedade instalados pelo Desenvolvimento, sendo uma contribuição para todas as áreas que se encontram em Crise.

Dessa forma, a teoria do decrescimento, apesar de parecer utópica, apresenta ideias como uma alternativa, buscando soluções aliadas à Sustentabilidade, diante da nova realidade, podendo gerar melhoria da qualidade de vida para esta e para as futuras gerações, que terão um ambiente mais preservado. Apesar de parecer que não se pode crescer, a teoria do decrescimento é uma aposta política e uma proposta de mudança do ter para o bem viver. Não importa necessariamente em não crescer. Mas importa em defender que, se necessário, também será possível crescer.

É nesta linha de discussão, sobre as alternativas para um Planeta Sustentável, que Tim Jackson escreveu o livro "*Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy"*.[445] A partir da análise das relações entre crescimento, Crises ambientais e exclusão social, o autor argumenta que, além de certo ponto, o Crescimento Econômico não aumenta o bem-estar humano, propondo uma rota para uma economia sustentável e busca uma redefinição do termo "prosperidade" à luz daquilo que realmente contribui para o bem-estar das pessoas.[446]

---

[445] JACKSON, TIM. Prosperity Without Growth: The Transition to a Sustainable Economy London: Earthscan, 2009.

[446] Alves, José Eustáquio Diniz. Artigo "Prosperidade sem Crescimento Econômico" Disponível em < https://www.ecodebate.com.br/2012/10/10/prosperidade-sem-crescimento-economico-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/ > Acesso em 06 set. 2018.

Jackson considera ser impossível haver uma separação entre Crescimento Econômico e uso dos Recursos Naturais. Ou seja, mesmo aumentando a eficiência produtiva haverá sempre um aumento do uso de matérias-primas com o aumento da demanda agregada, pois a possibilidade de desmaterializar a economia é apenas relativa e nunca absoluta. [447]

Segundo essa ideia, o foco do Desenvolvimento é a habilidade para prosperar: fisicamente, psicologicamente e socialmente, e isso depende em parte de bens materiais, mas também na medida em que livram o homem do medo do amanhã. A expansão das liberdades humanas exige uma combinação de instituições que ultrapassa em muito o papel dos mercados, da troca e do consumo. O desafio da Sustentabilidade exige que se minimize o papel que as mercadorias exercem sobre o bem-estar, e que se maximize o papel de formas diretas de sociabilidade: autoestima, família, identidade, amizade, participação, propósito na vida e pertencimento a uma comunidade. Em suma, uma maior coesão social. [448]

Jackson[449] afirma que:

> Corrigir a economia é só parte da batalha. Precisamos enfrentar também a lógica social distorcida do consumismo. Isso exigirá algumas restrições ao materialismo desenfreado. Requer a proteção dos espaços públicos e uma visão reformada dos bens sociais. Exige um investimento substancial na capacidade de as pessoas viverem em sociedade de maneira menos materialista. O que quer que o futuro nos reserve, uma coisa está clara: a mudança é inevitável. Não existe um cenário confortador no qual simplesmente continuaremos do mesmo jeito. Os que esperam que a economia do crescimento conduza a uma utopia materialista vão se decepcionar. Simplesmente não temos a capacidade ecológica de realizar esse sonho. No final do século, deixaremos nossos filhos e netos com um clima hostil, os Recursos Naturais exauridos, a perda de habitats, a dizimação de espécies, a escassez maciça de alimentos, a migração em larga escala e a guerra quase inevitável*".*

[447] JACKSON, TIM. Prosperity Without Growth: The Transition to a Sustainable Economy London: Earthscan, 2009.
[448] JACKSON, TIM. Prosperity Without Growth: The Transition to a Sustainable Economy London: Earthscan, 2009.
[449] JACKSON, Tim Jackson: An economic reality check, TED Talks, out 2010 Disponivel < http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/Desenvolvimento/artigo-economia-tim-jackson-prosperidade-crescimento-686153.shtml?func=1&pag=0&fnt=9pt >

Defende[450], ainda, uma mudança urgente:

> Assim, nossa única chance real é trabalhar para a mudança. Transformar as estruturas e as instituições que moldam o mundo social. Eliminar o pensamento imediatista que assolou a sociedade durante décadas. E substituí-lo por uma visão mais razoável de uma prosperidade duradoura. Porque, no fim das contas, a prosperidade vai além dos prazeres materiais. Ela transcende as preocupações materiais. Ela reside na qualidade de nossa vida e na saúde e felicidade de nossa família. Ela está presente na força de nossas relações e de nossa confiança na comunidade. Está evidente em nossa satisfação no trabalho e em nosso senso de significado e propósito compartilhados. Apoia-se em nosso potencial de participar plenamente da vida em sociedade. A prosperidade consiste em nossa capacidade de progredir como seres humanos – dentro dos limites ecológicos de um planeta finito. O desafio para nossa sociedade é criar as condições para que isso se torne possível. Essa é a tarefa mais urgente de nosso tempo.

A partir desse pensamento, Jackson afirma que a crescente desigualdade deverá ser enfrentada, a começar pela desigualdade de renda. Além disso, a educação terá de retomar o seu papel central na formação dos valores da sociedade, principalmente no sentido de desestimular o consumo material e de incentivar a aferição de bem-estar a partir de valores intrínsecos: amizade, família, participação da comunidade, etc. O governo também terá papel central na regulamentação da atividade da mídia comercial, no sentido de não permitir Estratégias empresariais em que se criem, por meio da publicidade, demandas descoladas das necessidades reais do ser humano.

Olhando para o Brasil, como já mencionado em linhas anteriores, conforme dados de 2018 do IBGE[451] cerca de 55 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza e têm renda familiar inferior a R$ 406,00 mensais, considerados os dados de 2017. Além disso, o relatório SIS 2018 informa que mais de 15 milhões de brasileiros vivem em situação de extrema pobreza, com uma renda familiar *per capta* inferior a R$ 140,00 mensais. Relevante destacar que a pobreza é uma triste realidade para as populações do Norte e Nordeste do Brasil, que possuem 43,1% e 44,8% de suas populações vivendo na pobreza. Destacando-se os estados do Maranhão que

---

[450] JACKSON, Tim Jackson: An economic reality check, TED Talks, out 2010. Disponível em: https://www.ted.com/talks/tim_jackson_s_economic_reality_check Acesso em 6 jun.2018.

[451] IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. – Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

possuía 54,1 %, Alagoas 48,9 %, Amazonas 47,9 % e o Acre 47,7 % de sua população vivendo na pobreza.

Em contrapartida, o Estado de Santa Catarina tem apenas 8,5% de pessoas vivendo na pobreza e o Rio Grande do Sul tem apenas 13,5 % de pessoas vivendo nessa condição.

Fica evidente que os elevados índices de pobreza estão concentrados nas regiões norte e nordeste, que possuem os menores índices de Desenvolvimento humano do país.

Assim, quando observados os índices de pobreza, fica clara uma defasagem existente entre os habitantes dessas regiões e o restante do país. Por isso, vê-se a necessidade de induzir o Desenvolvimento econômico e social na Amazônia e olhar para ela com mais atenção. A região Norte do país está integralmente dentro da Amazônia, incluindo parte do Maranhão, da Região Nordeste.

A partir da ECO-92 outra perspectiva começou a orientar parte das ações do setor público: a necessidade de que o Desenvolvimento seja ecologicamente sustentável.

Serra e Fernandez[452] explicam:

> No decorrer do primeiro governo Cardoso (1995-98), a Secretaria para a Amazônia foi criada dentro do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Este ministério substituiu a antiga SEMA, com o propósito de reformular a política ambiental para a região amazônica de modo que ela pudesse conciliar, com a máxima eficácia possível, Desenvolvimento e preservação ambiental. Uma notável iniciativa tomada durante este período foi o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7),16 que foi implementado em 1995, sendo sua primeira fase estendida até o ano 2002. Os objetivos gerais do PPG7 são “proteger a biodiversidade da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, reduzir as emissões de gás carbônico, promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais e fornecer experiência em cooperação internacional em questões ambientais globais” (Ministry of the Environment/ World Bank, 2000, p. 1). Este programa foi elaborado para desenvolver ações inovadoras, testá-las e aprender com este processo tendo como propósito a maximização dos benefícios

[452] SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de Desenvolvimento da Amazônia: Motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

> ambientais. O amplo escopo do PPG7 é intencional, na medida em que seu objetivo é permear as múltiplas dimensões do Desenvolvimento amazônico.

Desse modo, qualquer proposta sustentável sobre o futuro da Amazônia deve partir do fato de que a região hoje conta com aproximadamente 24 milhões de habitantes[453]. Logo, enxergar a Amazônia como uma grande floresta virgem só pode levar a oferecer propostas utópicas e inviáveis. Perspectivas como a defendida no PPG7 certamente estão no caminho correto. As soluções para o futuro da Amazônia precisarão do apoio da comunidade científica (tanto nacional quanto internacional) mas também da população local. Alternativas econômicas viáveis e sustentáveis devem ser encontradas. As atividades extrativistas ecologicamente responsáveis são parte da solução, mas certamente não sua totalidade.[454]

O desafio é grande, mas há oportunidades para que o novo modelo de Desenvolvimento seja possível ao longo da próxima década. Isso porque a Amazônia possui grandes riquezas naturais, desde recursos florestais e animais, passando por depósitos minerais, até a imensidão de seus espaços, rios e lagos.

E é neste sentido que será abordada no próximo tópico a Sustentabilidade, reconhecendo a necessidade do melhor aproveitamento possível dos Recursos Naturais, observadas as quatro dimensões mais relevantes da Sustentabilidade: ambiental, econômica, social e tecnológica.

3.1.1 Um longo caminho rumo à Sustentabilidade.

Como já explanado em tópicos anteriores, a preocupação com a questão ambiental surgiu nos discursos e estudos no curso da década de 1960 após uma fase de intenso crescimento urbano. Com a Crise do petróleo no final dos anos sessenta e início da década de setenta do século passado, veio a reflexão acerca do futuro, que se apresentava incerto, levando ao questionamento da participação do homem no planeta.

---

[453] IBGE. 2007

[454] SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de Desenvolvimento da Amazônia: Motivos para o otimismo e para o pessimismo. p. 107-131.

Nesse contexto, sucessivamente surgiram conceitos como: ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade.

Sustentabilidade vem do termo “sustentável”, que, por sua vez, deriva do latim sustentare, que significa sustentar, defender, favorecer, apoiar, conservar e/ou cuidar.

A preocupação com a Sustentabilidade, e uso consciente dos Recursos Naturais, e de novas alternativas e ações em relação ao planeta e as implicações para o bem-estar coletivo estão em evidência como nunca. O tempo distante, em que sofreríamos as desvantagens do uso irracional dos Recursos Naturais, já é algo concreto e não mais enredo de livros de ficção científica. Não está mais no futuro. Agora, a questão está presente em nosso cotidiano, nas escolas, organizações, empresas e nas ruas das cidades.

O uso do termo tornou-se praxe e passou a ser politicamente correto falar em Sustentabilidade, além de economicamente interessante. Assim, agentes financeiros, elaboradores de políticas e cientistas adotam o adjetivo “sustentável” para conseguir financiamentos. Essa tendência se evidenciou mais ainda depois do Fórum das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em 1992[455] a ECO-92 ou RIO-92.

Nesse sentido, que que se começou a transformar a sociedade, e iniciou-se uma busca por uma vida sustentável, estabelecendo novos desafios conceituais.[456]

O conceito clássico de Sustentabilidade a qualifica de forma ampliada e abrangente como “o Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”[457].

---

[455] BECKER, Bertha. K. Amazônia, Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro, Garamond. 2004.

[456] VILLASANTE. Tomás R. Democracias De Iniciativas Populares: “A Cada Uno Según Sus Necesidades, De Cada Uno Según Sus Capacidades”. Issn: 1808 - 799X ano 14, número 23 – 2016 Universidad Complutense de Madrid. 2016. Disponível< http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/9600/6721. > Acesso em: 07 mar. 2019.

[457] BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: VIOLA, Eduardo et al. (Org.) Meio ambiente, Desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. Santa Catarina: Cortez Editora, 1995. p.29-40.

Pies e Graf[458], explanam:

> Como sabemos, a questão ambiental está sendo muito debatida no campo científico, acadêmico e empresarial, uma vez que as condições ambientais estão sendo prejudicadas pelo padrão de Desenvolvimento global que vem ocorrendo nos últimos anos. Hoje se buscam políticas de Crescimento Econômico e social, ficando em segundo plano o Desenvolvimento ambiental que é um dos eixos que mantém as teorias do Desenvolvimento Sustentável. A Sustentabilidade tem como objetivo mostrar os caminhos para que os meios de produção e consumo sejam feitos de forma mais consciente, focando tanto o eixo econômico quanto o ecológico. É a partir do debate destes temas que vêm sendo desenvolvidos novos estudos e criadas novas tecnologias, buscando-se adaptar as formas de produção e consumo às realidades ambientais, sem que seja deixado de lado o foco no Crescimento Econômico e social.

Cruz e Bodnar[459] completam que "a Sustentabilidade deverá ser construída a partir de múltiplas dimensões que incluam as variáveis ecológica, social, econômica e tecnológica, tendo como base forte o meio ambiente."

Bosselmann[460] explica a complexidade de definir o que é Sustentabilidade:

> In its most elementary form sustainability reflects pure necessity. The air that we breathe, the water that we drink, the soils that our food comes from are essential to our survival. The basic rule of human existence is to sustain the conditions life depends on. To this end, the idea of sustainability is simple. But sustainability is also complex, again like justice. It is difficult to categorically say what justice is. There is no uniformly accepted definition. Justice cannot be defined without further reflection on its guiding criteria, values and principles. Such reflection is subjective by nature and open to debate. The same is true for sustainability. It cannot be defined without further reflection on values and principles. Thus, any discourse about sustainability is essentially an ethical discourse[461]

---

[458] PIES, Willian; GRAF, Claudir Olípio. Artigo Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a Partir do Método Safe. Santa Maria, v. 19, n. 2, mai-ago. 2015, p. 794-804 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM

[459] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. Globalização, Transnacionalidade e Sustentabilidade Itajaí: UNIVALI, 2012. Disponível em: Acesso em: 23 dez 2018.

[460] BOSSELMANN, Klaus The Principle of Sustainability Transforming Law and Governance. ASHGATE. Routledge – Taylor & Francis Group. New York. 2008.p.9.

[461] Tradução livre do autor:
Em sua forma mais elementar, a Sustentabilidade reflete a necessidade pura. O ar que respiramos, a água que bebemos, os solos de onde vem nossa comida são essenciais para nossa sobrevivência. A regra básica da existência humana é sustentar as condições das quais a vida depende. Para este fim, a ideia de Sustentabilidade é simples. Mas a Sustentabilidade também é complexa, mais uma vez como a justiça. É difícil dizer categoricamente o que é justiça. Não há uma definição uniformemente aceita. A justiça não pode ser definida sem maiores reflexões sobre seus critérios orientadores, valores e princípios. Tal reflexão é subjetiva por natureza e aberta ao debate. O mesmo é verdade para a

Sachs[462] com intuito de melhor compreensão de Sustentabilidade, divide-a em cinco classificações:

- Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos Recursos Naturais, incorporados a atividades produtivas.
- Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
- Sustentabilidade social – refere-se ao Desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
- Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de Desenvolvimento.
- Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macrossociais.

Sobre o tema Ferrer[463] proferiu palestra em maio de 2012 na Universidade de Alicante/ES:

> Bem vindos à construção de um direito ambiental. O direito ambiental das próximas décadas não será o que conhecemos agora. Será o que os agentes jurídicos vão construir. De alguma maneira temos que participar. Temos uma responsabilidade de participar nessa construção (...)Desde a construção do Estado moderno, no entanto, temos criado uma sociedade de diferenciação. “Eu busco meu benefício em detrimento de seu prejuízo”. Temos que rever isso. O princípio da solidariedade deve prevalecer. Este princípio é o fundamento da construção do Estado. Tem um fundo valorativo, ético, angular, o princípio da solidariedade. O que ocorre com alguém nos

Sustentabilidade. Não pode ser definido sem mais reflexão sobre valores e princípios. Assim, qualquer discurso sobre Sustentabilidade é essencialmente um discurso ético.

[462] SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o Desenvolvimento administrativo, 1993.p.103.

[463] FERRER, Gabriel – Conferência realizada em 21 de maio de 2012 – Alicante/ES – Curso de Mestrado e Doutorado UNIVALI - MADAS 2012. Tradução livre do autor.

> afeta, nós compartilhamos tudo. O princípio da solidariedade serviu para a construção do estado moderno, mas precisa ser revigorado. Foi construído politicamente um mecanismo de solidariedade. A solidariedade, que é um valor moral e ético, tem que se converter num princípio jurídico articulador. (....) Eu proponho que a estrutura social não deva ser por nível de renda. Deveríamos ser nivelados por nossas capacidades de agir na sociedade, de atuar. (...)A Sustentabilidade é um conceito diferente. Uma ideia positiva, que supõe a introdução de mudanças que permitam uma sociedade permanecer vivendo neste planeta, que a humanidade possa perpetuar-se vivendo no planeta. Algo insustentável é algo que se sabe que vai entrar em colapso. Temos que considerar e colocar em equilíbrio a dimensão ambiental de nosso comportamento, a dimensão social e a dimensão econômica. [...]
>
> Na dimensão social da Sustentabilidade, se diz que não basta mais sobreviver, que deve haver justiça social. A injustiça é insustentável**.**

É nesse sentido, que a ideia de Desenvolvimento econômico, em especial da Amazônia, não pode se contrapor aos outros três pilares da Sustentabilidade, de modo que se deve adotar práticas sustentáveis em todas as suas ações, observando a necessidade da economia, melhoria da condição social da população, proteção do meio ambiente e usando os avanços tecnológicos, mantendo políticas responsáveis de administração, buscando por fontes renováveis de produção e promovendo ações que atendam aos 4 pilares da Sustentabilidade.

O conceito atual de Desenvolvimento Sustentável envolve a definição mais concreta do objetivo de Desenvolvimento atual, a melhoria da qualidade de vida, e ao mesmo tempo distingue o fator que limita tal Desenvolvimento e pode prejudicar as gerações futuras.

Souza[464] explica:

> Não é de hoje que a ideia de Desenvolvimento Sustentável tem sido aceita no ordenamento jurídico brasileiro. O corpo Jurídico interno já possui tradição em considerar o instituto indispensável para os anseios contemporâneos de um novo norte econômico-social, principalmente em vista da proteção ao meio ambiente. “Atualmente o conceito de ambiente se defronta necessariamente com Estratégias de Globalização e com a reinvenção de novo mundo” Assinala Enrique Leff, conformado por uma diversidade de mundos, bem como

[464] SOUZA, Maria Cláudia S. Antunes de. (Coordenadora). Avaliação ambiental estratégica: possibilidade e limites como instrumento de planejamento e de apoio à Sustentabilidade. - Belo Horizonte. Arraes Editores. 2015.p.68.

> pressupõe que se abra o cerco da ordem da economia ecológica globalizada.

Soares e Cruz[465]sustentam que o Desenvolvimento e a Sustentabilidade não são antônimos, pelo contrário, o Desenvolvimento pode vir a ser a solução para muitos problemas ambientais, — “pois hoje já se sabe que o problema ambiental não é de culpa exclusiva de locais desenvolvidos, mas também a pobreza é grande causadora de problemas ambientais”.

Assim, o Desenvolvimento seria uma forma de combater a pobreza e gerar Sustentabilidade, e as empresas que compreendem a Sustentabilidade como *business*, conseguem criar produtos e processos inovadores que, sendo sustentáveis, são um diferencial no mercado, agregando valor e gerando mais lucro.[466]

O Desenvolvimento Sustentável pode ser uma das formas para atingir a Sustentabilidade. Esta, por sua vez, deve ser compreendida como um processo que permita construir uma sociedade, que possa perpetuar-se indefinidamente no tempo, em condições de garantir a dignidade a todos.

Segundo Binswanger[467] o Desenvolvimento Sustentável também é visto como uma alternativa ao Crescimento Econômico o qual está associado ao crescimento material e quantitativo da economia. Isso não significaria que como resultado de uma política de Desenvolvimento Sustentável o Crescimento Econômico deva ser esquecido. Binswanger destaca que a natureza é a base da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras, daí a necessidade de se preservar o meio ambiente.

> É evidente, contudo, que a Sustentabilidade perfeita não pode ser efetivada, tendo em vista que os estragos feitos ao meio ambiente, bem como a perda de capital natural, são já consideráveis. Mas o

---

[465] SOARES, Josemar; CRUZ, Paulo Márcio. Critério ético e Sustentabilidade na sociedade pós-moderna: impactos nas dimensões econômicas, transnacionais e jurídicas. **Revista NEJ** - Eletrônica, Vol. 17 - n. 3 - p. 401-418 / set-dez 2012, p. 412.

[466] COSTA, Inês; LEAL, Jorge L.S. Crescimento, Desenvolvimento, decrescimento e prosperidade: Caminhos possíveis para a humanidade. Revista Saberes da Amazônia. Vol. 2. n. 4 p. 118-139, Disponível em: http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/105 Acesso em 03 set. 2018.

[467] BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. pp. 41 – 55.

> conceito de Sustentabilidade pode servir para frear uma destruição mais acelerada dos Recursos Naturais.

A Conferência de Ottawa (Carta de Ottawa, 1986[468]) estabelece cinco requisitos para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável:

- Integração da conservação e do Desenvolvimento;
- Satisfação das necessidades básicas humanas;
- Alcance de equidade e justiça social;
- Provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural;
- Manutenção da integração ecológica.

Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento [469] (CMMAD,1988, 1991) os objetivos que derivam do conceito de Desenvolvimento Sustentável estão relacionados com o processo de crescimento da cidade e objetiva a conservação do uso racional dos Recursos Naturais incorporados às atividades produtivas. Entre esses objetivos estão:

- Crescimento renovável;
- Mudança de qualidade do crescimento;
- Satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico;
- Garantia de um nível sustentável da população;
- Conservação e proteção da base de recursos;
- Reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco;

[468] Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, Ottawa,1986. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf Acesso em: 15 jul. 2019.

[469] Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/ Acesso: 11 set. 2018.

- Reorientação das relações econômicas internacionais.

Bezerra e Bursztyn[470] esclarecem:

> O Desenvolvimento Sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de Desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o Desenvolvimento Sustentável.

Nas palavras de Souza[471]:

> A proteção ao meio ambiente sadio e equilibrado, em respaldo a sua conservação ecológica, consiste em direito fundamental que, para encontrar eficácia, precisa adotar um modelo de Desenvolvimento econômico diferente, o qual inclua em seus projetos variante da preservação ambiental. É preciso que se analise os impactos que serão acarretados à natureza com a escolha de uma ou outra atividade. Com essa preocupação prevista haverá a concretização do princípio do Desenvolvimento Sustentável.

No contexto atual, é preciso que a sociedade posicione-se de forma diferente com relação ao meio ambiente. A internalização da noção de Sustentabilidade deve fazer mudar a posição dos indivíduos e seu comprometimento com o coletivo.

Singh[472] completa: “sustainable development means attaining a balance between environmental protection and human economic development and between the present and future needs. It means equity in development and sectoral actions across space and time. It requires an integration of economic, social and environmental approaches towards development.” [473]

Para chegar à Sustentabilidade é preciso a manutenção do equilíbrio do

---

[470] BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (cood.). Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

[471] SOUZA, Maria Cláudia S. Antunes de. (Coordenadora). Avaliação ambiental estratégica: possibilidade e limites como instrumento de planejamento e de apoio à Sustentabilidade. - Belo Horizonte. Arraes Editores. 2015.p.69.

[472] SINGH, Vinneta. An Impact and Challenges of Sustainable Development in Global Era. Journal of Economics and Development Studies, Vol. 2(2), June 2014.

[473] Tradução livre do autor: O Desenvolvimento Sustentável significa alcançar um equilíbrio entre a proteção ambiental e o Desenvolvimento econômico humano e entre as necessidades presentes e futuras. Significa equidade no Desenvolvimento e ações setoriais no espaço e no tempo. Requer uma integração de abordagens econômicas, sociais e ambientais ao Desenvolvimento.

planeta ao longo do tempo, e a capacidade de conseguir suprir as necessidades humanas atuais, do presente, sem comprometer as habilidades das gerações futuras de fazer o mesmo. A eficiência da Sustentabilidade está na sua possibilidade de qualquer projeto, ser economicamente viável; socialmente justo; ecologicamente correto.

Portanto, a Sustentabilidade vai além da preservação do meio ambiente, visa também a qualidade de um modelo de Desenvolvimento, ensejando uma relação equilibrada entre o ser humano e o ambiente. Diante disso, não se pode falar em Desenvolvimento Sustentável sem evidenciar a importância da educação, para impulsioná-lo é necessária uma atuação em várias frentes, levando em conta todas as circunstâncias da Sustentabilidade.

De acordo com Cruz e Ferrer[474], as dimensões da Sustentabilidade são quatro: social, econômica, ambiental e tecnológica. Apenas as três primeiras, chamadas de clássicas, não são suficientes para esclarecer como se deve atuar. Defendem que o fator tecnológico é essencial para alcançar o sucesso em cada uma das três áreas acima referidas. Neste trabalho segue-se essa orientação por entender que o fator que expressa a era atual, da 4ª Revolução industrial.

3.1.2 Amazônia Brasileira produtiva

Após uma série de planos desenvolvidos pelo Governo Brasileiro na região Amazônica, ela foi se estruturando e se consolidando como fronteira agrícola e extrativista. Diante desse novo cenário é preciso buscar novas políticas para aproveitar as vocações da região e dar início a uma fase de aproveitamento da biodiversidade em um modelo sustentável que seja economicamente viável, e principalmente, gere melhoria nas condições de vida da população brasileira. Ainda é preciso gerar riqueza.

O Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica (MMA, 2016)[475] aponta o Brasil como o país de maior diversidade biológica do planeta.

[474] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel Real. Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis , n. 71, p. 239-278, Dec. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552015000200239&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Maio 2019.

[475] 5° Relatório Nacional do Brasil para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Disponível <

Estima-se que o país possua de 15 a 20% de toda a diversidade biológica mundial e o maior número de espécies endêmicas do globo. São cerca de 50 mil espécies de plantas superiores (22 a 24% do total mundial), 712 de mamíferos, 978 anfíbios, 1.900 espécies de aves, 751 répteis, cerca de 3.000 espécies de peixes de água doce e uma estimativa de 10 a 15 milhões de insetos.

Diante do imenso conjunto de ecossistemas e pelas suas dimensões e a complexidade das interações ambientais, a Amazônia tem um importante papel na regulação do ambiente global e, na dinâmica climática. Ao mesmo tempo, que a sua biodiversidade é pouco conhecida sendo uma promissora fonte de recursos para o Desenvolvimento.

Em torno do interesse pela biodiversidade há vários fatores de ordem econômica, ecológica, ética e patrimonial. Desse modo, esse patrimônio assume uma importância estratégica, tornando-se reserva de valor pelos possíveis usos e benefícios econômicos e sociais que pode trazer.

Do ponto de vista do aproveitamento da biodiversidade, se desenvolve um novo paradigma sobre o uso do território na Amazônia. A permanência do padrão tradicional conflita com os novos interesses de uso desse espaço regional. Para Becker[476]:

> [...] em nível global, a raiz do novo contexto reside na revolução científico-tecnológica na microeletrônica e na comunicação que não apenas transformou a informação e o conhecimento em base do poder e propulsor da reestruturação econômica e política do sistema mundial, como também resultou numa reavaliação e revalorização da natureza. A percepção da Crise ambiental, por alguns considerada como o mais importante obstáculo ao Desenvolvimento do sistema capitalista (Daly, 1991) se fez sob duas lógicas distintas, que convergiram para um mesmo projeto preservacionista: a lógica social, com o objetivo de preservação da vida, e a lógica da acumulação com o objetivo de preservar estoques da natureza como capital de realização futura, condicionado ao uso de novas tecnologias.

Veiga[477] afirma que “toda e qualquer comunidade precisa de pelo menos um recurso utilizável que é dádiva da natureza”, e completa “isto é uma herança do

---

http://www.mma.gov.br/informma/item/10772-quinto-relat%C3%B3rio > Acesso em 11 set. 2018.

[476] BECKER, Bertha K. Ciência, Tecnologia e Inovação para Conhecimento e Uso do Patrimônio Natural da Amazônia. CGEE, Brasília: Parcerias Estratégicas, n° 20, junho de 2005.

[477] VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável O desafio do século XXI. p. 58.

Desenvolvimento da expansão passados da Terra. Se não houver um recurso uma combinação de recursos disponíveis, a comunidade sequer poderá se estabelecer naquele local." A Amazônia possui inúmeros recursos, de vários tipos.

Em outra ponta, a forte pressão dos ambientalistas impulsionou o governo brasileiro a implementar medidas e instrumentos de controle do meio ambiente, com destaque para a Amazônia. O governo criou o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM[478]) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM[479]), instrumentos de base tecnológica avançada, que foram implantados em busca de monitorar o território Amazônico, bem como, para defesa e garantia da soberania nacional.

Houve também a implantação de unidades de conservação[480] (UC's) no país, especialmente na Amazônia. Segundo o Ministério do Meio Ambiente[481], até janeiro de 2017, 1.871 unidades de conservação (integrais e de uso sustentável) ocupando 154.433.280 ha o que representava 18% do Brasil (incluindo as Áreas de Proteção Ambiental - APAs) e 13,1% sem as APAs.

Além disso, existem já delimitadas, homologadas, declaradas ou regularizadas, Terras Indígenas que, de uma forma bem clara, servem como proteção da fauna e da flora. Existem hoje, de acordo com a FUNAI[482], 600 Terras Indígenas ou Reservas Indígenas com um total de 117.956.054ha de superfície, quase a mesma quantidade em tamanho de unidades de conservação.

Da união dessas duas categorias de áreas legalmente atribuídas resulta no Brasil uma superfície de 257.257.508 ha, eliminando-se as sobreposições territoriais existentes entre elas. São 2.471 unidades territoriais (essencialmente federais e

[478] O SIPAM foi criado em 1990 e implantando sob a responsabilidade da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos, ligada ao governo federal, para controlar todas as atividades realizadas na região amazônica. O SIVAM é parte do SIPAM e visa implantar e operar os equipamentos de obtenção de dados necessários à realização das ações do projeto.

[479] O Sistema de Vigilância da Amazônia foi projeto elaborado pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de assegurar o espaço aéreo da Amazônia.

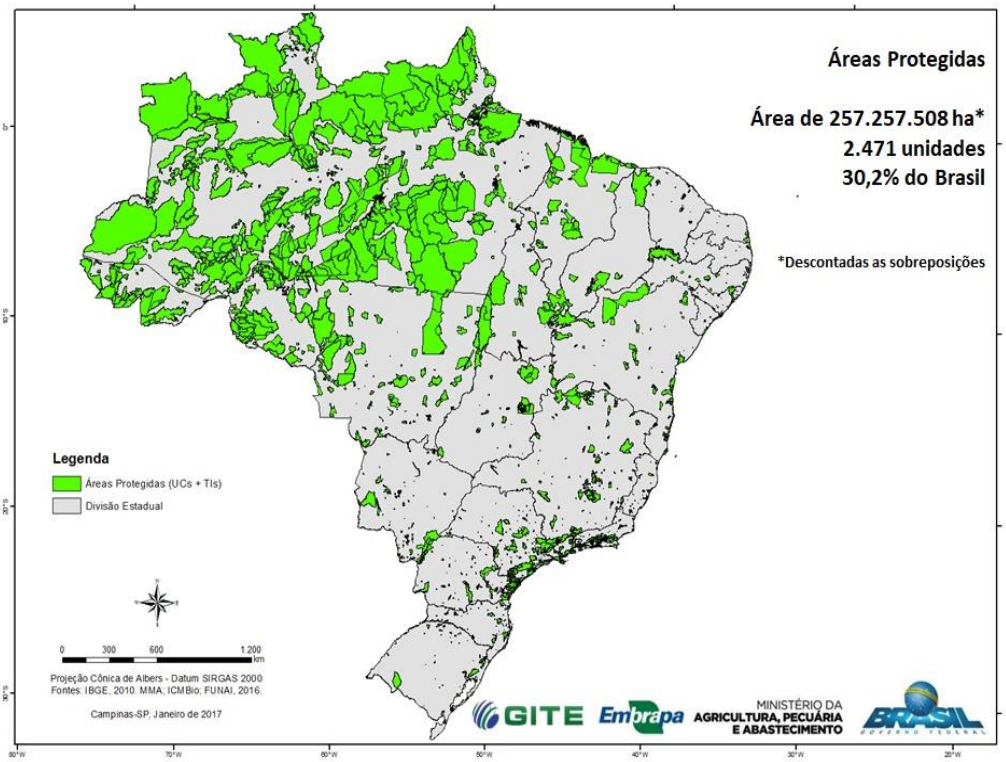
[480] As unidades de conservação são "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção" (art. 2º, I, da Lei 9.985/2000).

[481] Ministério do Meio Ambiente. Embrapa. Atribuição das Terras do Brasil. Disponível < https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html > Acesso em 30 de jan 2019.

[482] FUNAI. Modalidades de Terras Indígenas. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas Acesso em: 22 jan.2019.

estaduais) que recobrem 257.257.508 ha, uma área equivalente a 30,2% do Brasil (Mapa 9). Elas incluem tanto unidades de conservação estritamente protegidas como unidades de uso sustentável (em geral, extrativismo ou áreas de proteção ambiental - APAs).[483]

Mapa 9 - Áreas Protegidas (UCs + TIs)



Em contrapartida, houve uma valorização dos Recursos Naturais, como no caso da soja, que tem retomado o Crescimento Econômico da região, e, assim, uma nova proposta: o Desenvolvimento econômico sustentável conciliado com a conservação ambiental e a inclusão social.

Com esse novo cenário, a diversidade de matérias-primas da região tem influenciado o Desenvolvimento de estudos científicos voltados para o aproveitamento econômico da flora regional, com destaque para as características biológicas, bioquímicas e fitoquímicas.

483 Embrapa. Atribuição das Terras do Brasil. Disponível em: < https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html > Acesso em 30 jan. 2019.

Em nível industrial, por exemplo, são amplas as perspectivas de mercado para a biodiversidade no que se refere aos produtos de saúde, como fito medicamentos, nutracêutica e dermocosmética.

Conforme Costa[484] esse novo segmento tem "redefinido as bases técnicas dos antigos sistemas produtivos e introduzido segmentos relacionados ao topo da estrutura industrial contemporânea (caso da bioindústria)".

Estima-se que os produtos naturais são responsáveis, direta ou indiretamente, por cerca de 40% de todos os fármacos disponíveis na terapêutica moderna. Nesse panorama, torna-se evidente a importância que esses produtos naturais terão. Becker[485], explica:

> Fitorrecursos de origem da flora que podem ser empregados como matéria-prima na fabricação de bens e serviços são os mais utilizados para fitofármacos. Nos últimos anos, dois terços dos medicamentos lançados nos Estados Unidos provem direta ou indiretamente de plantas e cinco de dez drogas prescritas no mundo são baseadas em produtos naturais de plantas. Nutracêutica, plantas aromáticas e especiarias de fraco ou nulo valor nutricional, mas que podem contribuir para um melhor estado de saúde, tendo efeito fisiológico, e não farmacológico. Tem apresentado consumo espetacular nos últimos anos na Europa, Estados Unidos e Japão, correspondendo a mudanças nos hábitos de consumo.
>
> Dermocosmética, setor em pleno crescimento, com grande procura de produtos vegetais e abandono progressivo de produtos de origem animal. Os ecoprodutos cosméticos são o setor mais promissor à valorização econômica da floresta e contem, inclusive, com legislação menos pesada.

Miguel[486] esclarece:

> No caso das bioindústrias de cosméticos e fitoterápicos, elas envolvem múltiplas formas de atuação e são representadas por empresas de diferentes portes, que vão desde empresas locais, as quais são, em sua maioria, de micro e pequenas indústrias, até

---

[484] COSTA, WANDERLEY MESSIAS DA.Tendências Recentes na Amazônia: os sistemas produtivos emergentes. In: Dimensões Humanas do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia. Coleção Ciência Ambiental, São Paulo: Edusp, 2007.p.87.

[485] BECKER, K Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para Amazônia. Pag. 44-45.

[486] MIGUEL, Laís Mourão. Dissertação: USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: experiências atuais e perspectivas das bioindústrias de cosméticos e fitoterápicos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia. São Paulo, 2007.

> empresas líderes nacionais e transnacionais, que detêm todas ou algumas etapas das cadeias produtivas, indo desde o processamento de extratos até o Desenvolvimento do produto acabado. Existem empresas que dedicam suas atividades exclusivamente às etapas de processamento das matérias-primas para posterior fornecimento dos insumos às indústrias responsáveis pelo produto final, bem como aquelas que desenvolvem todas as etapas de produção até a comercialização final nos mercados consumidores. As indústrias de cosméticos e fitoterápicos na Amazônia estão concentradas nas principais capitais regionais, contudo, suas respectivas cadeias produtivas tendem a se expandir para além das áreas imediatas em torno dos polos urbano industriais, como o que ocorre em Belém e Manaus. Elas abrangem atualmente antigas e novas áreas rurais e, em alguns casos, como na chamada Zona Bragantina paraense, têm promovido a sua revalorização ou revitalização mediante a introdução dos arranjos produtivos integrados – agroindústrias – ou dos sistemas cooperativos de produção estruturados em torno de uma ou de um grupo de indústrias.

Dentro desse panorama, o mercado brasileiro de medicamentos e cosméticos está avaliado em US$ 25 bilhões, com 25% dos produtos fabricados a partir de princípios ativos naturais. O mercado brasileiro ultrapassará a faixa de 50 bilhões de dólares com a participação mais intensiva dos produtos fabricados à base de princípios ativos naturais.[487]

Sobre o tema Ferro[488] destaca:

> Além dos aspectos “convencionais” relevantes à competitividade, como o marketing, diversificação de mercado, diferenciação de produtos, entre outros, as indústrias de cosméticos e fitoterápicos ao adotarem em suas Estratégias o uso sustentável da biodiversidade, demandam uma constante necessidade de investimentos em pesquisas associadas à descoberta de novos princípios ativos e inovação tecnológica para o Desenvolvimento de insumos e produtos, como, também, o estabelecimento de parcerias com os produtores de matéria-prima para a certificação da produção e, ainda, a obtenção dos registros exigidos pelos órgãos reguladores.

Dessa forma, o aproveitamento dos Recursos Naturais para as cadeias produtivas dos fitocosméticos, fito medicamentos e insumos/extratos ampliam as chances de crescimento e Desenvolvimento na região Amazônica e no país e, ainda,

---

[487] RESTON, José C. & LIMA, Onildo E. de C. As pequenas empresas e a biodiversidade. In: Revista SEBRAE. Nº 2, dez.2001/Jan.2002.

[488] FERRO, A. F. P.; BONACELLI, M. B. M.; ASSAD, A. L. D. A Exploração da Biodiversidade Brasileira pela Indústria de Cosméticos Nacional. Campinas: Departamento de Política Científica e Tecnológica – DPCT/IG – Unicamp, 2004.

podem alcançar novos patamares tecnológicos e de competição comercial vigentes atualmente nos mercados nacional e internacional.

No campo da produção de energia, questão crucial que hoje se coloca tanto em nível nacional como global, são inúmeras as possibilidades existentes para a bioenergia.

Conforme Becker[489], "O Brasil é, hoje, a nação mais avançada do mundo na produção de combustíveis" devido a transformação de cana-de-açúcar em álcool combustível. A autora ainda traz que o país "produz 18 milhões de litros por ano, a partir de milhões de hectares de cana-de-açúcar".

Já quanto ao aproveitamento do óleo vegetal para substituição do diesel, conforme o Ministério de Minas e Energia[490] três linhas distintas são possíveis:

> 1. Utilização direta do óleo vegetal puro ou em mistura com o diesel do petróleo. Esta linha embora sendo a de menor custos de obtenção do combustível traz problemas de ajuste de características físicas para empregos nos motores existentes.
>
> 2. Transesterificação, transformando os triglicerídeos naturais do óleo vegetal em monoésteres do etanol ou do metanol. Nesta linha melhoravam-se as propriedades físicas do combustível aproximando-as às do diesel, com o custo não muito elevado.
>
> 3. Transformação de óleo em uma mistura de hidrocarbonetos o mais semelhante possível ao diesel, através de uma degradação térmica ou catalítica dos triglicerídeos que constituem o óleo vegetal. Sob o ponto de vista da qualidade do combustível esta é a linha que melhor atenderia ao problema.

Em 2003, foi criado o Comitê Interministerial (CI) para o biodiesel com a incumbência de analisar a possibilidade de produção e uso do biodiesel no Brasil. O Comitê realizou diversas audiências públicas com instituições públicas e privadas relacionadas com a cadeia produtiva do biodiesel. As principais conclusões destas audiências foram as seguintes:

> 1. O biodiesel pode contribuir favoravelmente para minimizar muitos problemas fundamentais no Brasil, como a geração de empregos e

[489] BECKER, K Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para Amazônia. Pag. 139.

[490] BARRETO, Eduardo José Fagundes (coordenador). Ministério de Minas e Energia. Biodiesel e Óleo Vegetal in Natura Soluções Energéticas para a Amazônia.1º Edição. Brasília. 2008.p.67.

> renda (inclusão social); a redução na poluição ambiental, reduzindo custos para o sistema público de saúde; mitigar as desigualdades regionais e reduzir a importação de petróleo.
>
> 2. O biodiesel é utilizado em muitos países industrializados. A motivação comum reside na redução da poluição ambiental e na dependência do petróleo.
>
> 3. O Brasil realizou avanços na tecnologia para biodiesel desde a década de 1970. Entretanto, estes avanços foram discretos e não harmonizados. O Brasil pode produzir biodiesel por muitas rotas tecnológicas e matérias-primas, que podem ser ajustadas à diversidade regional do país, de tal forma que todas as regiões possam ser envolvidas na produção de biodiesel, contribuindo para a redução das desigualdades regionais do país.[491]

A produção sustentável do biodiesel é uma alternativa para Desenvolvimento regional, porém, requer superações nos âmbitos da ciência e tecnologia, organização dos produtores de óleos vegetais, fortalecimento da agricultura familiar, políticas de melhoramento das condições de trabalho e renda no campo.

Outra riqueza da região Amazônica são suas jazidas minerais. Acerca dos depósitos minerais na Amazônia, Santos[492] explica:

> Na Amazônia as áreas de pré-cambriano correspondem a cerca de 40% do seu território. As suas seqüências vulcano-sedimentares (do tipo greenstone belt ou não), intrusões graníticas, derrames vulcânicos ácidos e intermediários, complexos alcalino-ultrabásicos e básico-ultrabásicos, e coberturas sedimentares apresentam potencialidade para uma grande variedade de depósitos minerais, tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante. Deve ser salientado que boa parte dos depósitos minerais, embora relacionados a rochas pré-cambrianas, foram formados através de processos de enriquecimento – laterização, erosão e concentração – em tempos mais recentes, do Terciário ao Quaternário

A discussão da problemática ambiental, relacionada com a extração mineral na Amazônia, é exacerbada em função dos conflitos decorrentes da atividade

---

[491] BARRETO, Eduardo José Fagundes (coordenador). Ministério de Minas e Energia. Biodiesel e Óleo Vegetal in Natura Soluções Energéticas para a Amazônia. 2008.p.74.

[492] SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. Estudos Avançados. Vol.16 no.45. São Paulo. May/Aug. 2002 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200009>. Acesso em: 12 set. 2018.

garimpeira. De fato, merecem cuidado e preocupação os danos causados por centenas de milhares de homens, que no período de duas décadas vasculharam boa parte da região. Porém a mineração empresarial na Amazônia tem apresentado controle ambientais bastante satisfatórios. Santos[493], demonstra:

> Nas minas de Carajás – ferro, manganês e ouro – o desmatamento tem ficado restrito às áreas de mineração e acesso, tendo havido reflorestamento, com espécies locais, das zonas não mais utilizadas. A construção de barragens de rejeito impedem que os resíduos sólidos da mineração sejam lançados na drenagem regional. (…) Algumas áreas da Amazônia apresentam vocação natural para uma industrialização baseada nos insumos minerais. No caso específico de Carajás – onde, ao lado da riqueza mineral da própria província, somam-se os distritos da bauxita de Paragominas-Tiracambú e de caulim do Capim – deverão ser contemplados os projetos relacionados com a siderurgia, metalurgia do alumínio, silício, cobre e níquel, e refino do ouro, bem como a fabricação de papel. É necessário que se encontrem novas soluções para a questão energética da região. As grandes hidrelétricas têm apresentado altos custos financeiros e ambientais, que comprometem todo o processo de Desenvolvimento. Alternativas poderiam ser encontradas na utilização sustentada da biomassa e do gás natural. O crescimento industrial da Amazônia vai depender de disponibilidade energética competitiva, mas de fontes ecologicamente corretas, para que seus produtos não sofram rejeição nos mercados cada vez mais seletivos e críticos.

Sobre a produção extrativa, Bertha Becker[494] expõe:

> Esse fantástico potencial de jazidas minerais, um recurso vital para os estados do Pará e Maranhão, será aproveitado em novas bases, mediante um planejamento territorial integrado que inclui: i) agregação de valor à produção extrativa, exportando produtos processos ao invés de matéria bruta; ii) utilização de outras formas de energia, que não o carvão vegetal – solar e renovável seriam opções; iii) diversificação da produção, envolvendo alimentos e energia renovável; iv) fortalecimento das cidades-sede das explorações para implementar a nova organização, e portanto, o policentrismo na calha do Amazonas, no Pará.

Deste modo, o aproveitamento dos recursos minerais da Amazônia poderá contribuir com o Desenvolvimento nacional – e regional – contudo são necessários investimentos que permitam a elaboração de produtos finais com elevado grau de

---

[493] SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**. Vol.16 no.45. São Paulo. May/Aug. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200009>. Acesso em: 12 set. 2018.

[494] BECKER, K Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para Amazônia. Pag. 139.

tecnologia agregada. Só assim será possível uma melhor remuneração para os produtos de origem mineral, que tenham maior competitividade nos mercados atuais.

E, antes de tudo, como destaca Santos[495], “é necessário que sejam feitos esforços para a valorização do homem da região, para que ele possa participar – com responsabilidade – e usufruir – com qualidade de vida – do aproveitamento de suas riquezas.” A Amazônia precisa ser melhor conhecida em toda sua complexidade física e biológica para que o aproveitamento de seus recursos para que haja evolução econômica e social da população.

Outro ponto de extrema importância é o mercado madeireiro. A Amazônia brasileira é uma das principais regiões produtoras de madeira tropical no mundo, atrás apenas da Malásia e Indonésia (MMA[496]). A exploração e o processamento industrial de madeira estão entre suas principais atividades econômicas – ao lado da mineração e da agropecuária.[497]

De acordo com dados apurados pelo Imazon[498], o setor madeireiro gerou na região 204 mil empregos em 2009, dos quais 66 mil empregos diretos (processamento e exploração florestal) e 137 mil empregos indiretos. A receita bruta estimada da indústria madeireira em 2009 foi de aproximadamente $ 4,94 bilhões. Desse total, o Estado do Pará representou 43%, seguido de Mato Grosso, com 33% e Rondônia, com 15%.

De acordo com dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a Amazônia abriga mais de 356 milhões de hectares de floresta natural, contendo 84,7% do volume

---

[495] SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**. Vol.16 no.45. São Paulo. May/Aug. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200009>. Acesso em: 12 set. 2018.

[496] Ministério do Meio Ambiente. Governo Federal. **A atividade madeireira na Amazônia brasileiras produção, receita e mercados.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/miolo_resexec_polo_03_95_1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

[497] Veríssimo, A.; Barreto, P.; Mattos, M.; Tarifa, R. & Uhl, C. 1992. Logging impacts and prospects for sustainable forest management in an old Amazonian frontier: the case of Paragominas. ForestEcology and Management 55: 169-199

[498] Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia . A Atividade madereira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados. Belém – PA. 2010. Disponível em < http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/miolo_resexec_polo_03_95_1.pdf > Acesso em: 12 set. 2018.

total de madeira tropical nativa disponível nos biomas brasileiros. Sendo que desse total, grande parte tem condições para uso sustentável[499].

Assim, vislumbra-se um futuro para o mercado de madeira na Amazônia, como explica Adeodato:

> Os últimos dados apurados sobre o setor sugerem que a legalidade e a produção sustentável são caminhos inevitáveis para a atividade gerar ganhos duradouros e promover o Desenvolvimento com benefícios sociais, sem estragos ambientais. Sintoma dessa realidade está nos números que destacam o Acre como o único Estado da Amazônia Legal onde em 2009 ocorreu um aumento na extração da madeira em tora. Nas demais regiões, a produção despencou. Na Floresta Amazônica como um todo, o consumo de toras diminuiu quase pela metade entre 2004 e 2009, de acordo com levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Os empregos caíram de 344 mil para 203 mil.
>
> O trabalho na legalidade cria condições para a melhoria de serviços públicos, como segurança, saneamento, saúde e educação, promovendo também a inclusão social. A geração de renda favorece a fixação do homem na floresta, sem a necessidade de migrar para a periferia das capitais amazônicas. E também contribui para mudar a visão de que árvores só valem dinheiro quando derrubadas a ferro e fogo. Elas rendem mais e por um maior período de tempo quando algumas são conservadas e outras criteriosamente selecionadas para corte mediante planejamento.
>
> Verifica-se que é possível um aproveitamento da madeira de forma sustentável, pois além de renovável, a madeira favorece condições térmicas que permitem economia de energia. Devendo assim, priorizar o produto obtido por práticas sustentáveis – e não substituí-lo por materiais alternativos como plástico ou aço – gerando na floresta condições econômicas que estimulam as atividades legais e inibem as predatórias.

Por todo o exposto, entende-se que a Amazônia deve estar no centro da corrida pelos Recursos Naturais dos ecossistemas. A região, com a diversidade e quantidade de riquezas naturais, e com o potencial que possui, tem o inegável direito de pensar estrategicamente seu futuro. E toda essa potencialidade de negócios, pode trazer enorme Desenvolvimento para região.

Becker [500] salienta que “as perspectivas de uso da biodiversidade amazônica para gerar riqueza, trabalho e renda sem destruí-la são reais e factíveis,

---

[499] ADEOTADO, Sérgio. Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo – São Paulo, SP: FGV RAE, 2011. P. 16.
[500] BECKER, K Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para Amazônia. Pag. 139.

mesmo com o conhecimento ainda restrito de seu potencial. Elas desvelam uma parcela da incógnita amazônica. ”

E completa[501]:

> A importância da maior biodiversidade reside no avanço da fronteira científica, sobretudo a biotecnologia e a biologia molecular, na medida em que nela está codificada a vida e no coração da floresta estão contidas as matrizes genéticas. Somou-se essa importância sua mercantilização decorrente apenas do forte crescimento do consumo de fármacos, extratos e cosméticos. Hoje, acrescenta-se à sua valorização o mercado emergente de bioenergia, em rápida expansão, para o qual várias espécies da Amazônia podem contribuir.

Assim, conforme foi visto até o momento, o Bioma Amazônia é uma região complexa que abriga 25 milhões de brasileiros, possuindo um enorme potencial para o Desenvolvimento. Seus Recursos Naturais poderão ser aproveitados de maneira sustentável diante das novas possibilidades de tecnologia e a partir dos produtos da biodiversidade, gerando Desenvolvimento social e econômico na região. Ela ainda precisa de Desenvolvimento centrado no aumento da quantidade e na melhoria da qualidade dos produtos – agregando valor nas cadeias produtivas com a incorporação de avanços tecnológicos, realizado com o mínimo possível de impactos ao ambiente.

3.2 A GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL E A ECOPOLÍTICA AMBIENTAL: UMA NOVA COLONIZAÇÃO.

Segundo Canêdo[502] a colonização foi proveniente da força de expansão capitalista ocorrida no século XIX, criando um sistema de dominação política, exploração econômica e sujeição cultural dos países colonizados. Tal sistema foi implantado pelos países industrializados que disputavam mercados, matérias-primas, ocupação territorial, prestígio internacional e solução para os problemas demográficos decorrentes do crescimento da população europeia.

Também chamado de imperialismo, a colonização foi uma Verdadeira conquista de territórios mais fracos pelas nações industrializadas. Bruit[503] informa:

---

[501] BECKER, K Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para Amazônia. Pag. 37-38.
[502] CANEDO, Letícia Bicalho. A descolonização da Ásia e da África. 10. Ed. – São Paulo: Atual, 1994. P. 11.
[503] BRUIT, Héctor H. O imperialismo. 12. Ed. – São Paulo: Atual, 1994. p. 5.

> Entre 1870 e 1914, a Europa ocidental e os Estados Unidos arquitetaram a conquista política, econômica e cultural da África, Ásia, Oceania e América Latina. Repartiram o mundo entre si e organizaram poderosos impérios coloniais que só tinham em comum o Desenvolvimento da acumulação capitalista.

A conquista imperialista do planeta pelos europeus e norte-americanos se desdobrou em dois tempos. O primeiro momento foi organizado em torno da conquista da América, no quadro do sistema mercantilista da Europa atlântica da época das grandes navegações. O segundo momento foi construído com base na 2ª Revolução Industrial, marcada pela concentração da produção e do capital em torno de grandes empresas. Surgiram, então, os monopólios industriais, que eliminavam a concorrência e podiam fixar preços em busca de maiores lucros. Para expandir a produção industrial, o capitalismo precisava conquistar novos mercados. O alvo desta expansão foram as nações pobres que não haviam desenvolvido a sua indústria. Isso ocorreu com a submissão colonial da Ásia e da África.

Nesse ponto é importante destacar a Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, onde ocorreu a divisão da África em mais de 50 Estados cujas fronteiras foram demarcadas sem dar a menor importância aonde as pessoas viviam e como organizavam sua própria divisão política, destruindo o padrão econômico existente. Assim, a motivação de “abrir os mercados” era, na verdade, um apoderamento das reservas naturais.

Por sua vez, quanto à expansão europeia na Ásia, os europeus enfrentaram forte resistência em países como China e Japão. Entretanto, devido ao seu poderio militar, aliado ao dos EUA, foi vencendo, gradativamente, a resistência dos diversos povos asiáticos. A partir de 1867, o próprio Japão entrou numa fase de rápida modernização de sua estrutura socioeconômica, dando início ao processo que levaria este país a ser uma potência imperialista.

Enfatiza-se neste período o imperialismo na Índia e na China:

> Aos poucos os ingleses foram desalojando os comerciantes locais, até que o monopólio das atividades comerciais foi entregue a Companhia das Índias Orientais que era a responsável direta pela administração da região, inclusive, com forças armadas próprias. Com o advento da Revolução Industrial, a Companhia passou a vender os produtos têxteis industrializados ingleses na Índia, acabando com as centenárias tecelagens indianas.

> De milenar e grande exportadora de tecidos finos a Índia passou a exportadora de matéria-prima, em especial o algodão. A dominação inglesa da Índia tem um lado aterrador: as mudanças nas relações de produção, com o deslocamento de milhões de trabalhadores para as atividades ligadas à exportação levou a Índia a enfrentar grandes períodos de carestia de alimentos, matando 30 milhões de pessoas. Um dos episódios mais terrificantes da história da humanidade.
>
> O domínio britânico na Índia perdurou até a metade do século XX. A Índia foi a primeira grande experiência imperialista do século XIX e acabou formatando um modelo que de uma forma geral foi seguido posteriormente por outras potências.
>
> Da mesma forma que a Índia, a China causou fascinação aos europeus por centenas de anos. Os produtos chineses durante séculos foram apreciados pelos europeus, que importavam as especiarias chinesas, movimentando a economia local. Enquanto a Europa atravessava o período feudal, marcado pela ruralização e pela descentralização do poder, o China esbanjava uma cultura refinada e altamente organizada.
>
> Vários países passaram a estabelecer contatos comerciais com os chineses, destacando-se a Inglaterra a partir do século XVIII, por intermédio da Companhia das Índias Orientais. Os estrangeiros eram vistos com desprezo pelos governantes chineses, e os produtos ocidentais não despertavam a sua cobiça, sendo vistos no máximo com curiosidade. Isso fazia com que – mesmo obtendo lucros fabulosos revendendo os produtos chineses na Europa – a balança comercial entre ingleses e chineses sempre fosse favorável a China, na medida em que não se interessavam pelos produtos ocidentais.[504]

Ao analisar o imperialismo destes dois países, questiona-se como o Japão conseguiu escapar e torna-se uma potência mundial, Mário Schmidt[505], explica:

> Curiosamente o Japão tivera um Desenvolvimento econômico, muito parecido com o do Ocidente. Lá, existiam o feudalismo e uma nobreza dominante, assim como o Desenvolvimento de uma burguesia nacional. Em 1868 ocorreu a Revolução Meiji, que resultou na construção do Estado burguês. O poder foi centralizado, os nobres feudais tiveram seus podres reduzidos e o Estado passou a dar todo apoio para p avanço da indústria capitalista. O governo ampliou a educação primária, que já era bastante adiantada, e financiou a ida de universitários para a Europa, de onde voltavam trazendo muitos conhecimentos técnicos. Essa mão de obra educada seria fundamental para acelerar o Crescimento Econômico japonês. O Estado emprestava dinheiro para os empresários que quisessem ampliar seus negócios. Empresas estatais eram construídas e depois vendidas por um preço bem menor para a burguesia. No final do século XIX, o Japão já possuía uma razoável indústria capitalista.

[504] O imperialismo na Ásia. Autor desconhecido. Disponível < https://imagohistoria.blogspot.com/ > Acesso em 16 jul. 2018.

[505] SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica – Volume Único. Editora Nova Geração,2005.

> Podia ensaiar as primeiras patadas imperialistas. Em 1895, os nipônicos (japoneses) tomaram um importante pedaço da China, e em 1905 surpreenderam o mundo ao derrotar a Rússia numa guerra iniciada um ano antes. Era a primeira vez que uma potência europeia sucumbia diante de uma nação asiática.

Quanto ao imperialismo na América Latina, destaca-se o conflito entre Portugal e Espanha no século XV. Como o Portugal adiantou-se na expansão marítima, investindo enormes esforços e recursos, insistiu em acordos a fim de garantir a posse de terras mesmo que a Espanha as encontrasse antes. Cristóvão Colombo a serviço da Espanha descobriu um novo mundo, ao passo que os portugueses, exploravam o oceano Atlântico e pouco haviam encontrado, reivindicaram, então, parte da descoberta.

Os Tratados de Alcáçovas (1479) e de Toledo (1480) e a Bula *Aetemi Regis* (1481) traçavam um paralelo a partir das Ilhas Canárias. O que estivesse ao norte seria da Espanha, ao sul, de Portugal. Por estes, as Ilhas Malvinas seriam portuguesas. Pelo Tratado de Tordesilhas, no entanto, assinado em 1494, traçou-se uma linha imaginária no continente americano. As terras que estivessem a leste desse meridiano seriam portuguesas, e as que estivessem a oeste, espanholas. Por este, as Malvinas seriam da Espanha. Ainda que reconhecidos apenas por Portugal, Espanha e pela Igreja, que intermediou os acordos, e contestado por outros países, como Inglaterra e França, não há documentos que reconheçam estes últimos como partes desse empreendimento colonial.[506]

Já no século XIX, na época da expansão capitalista, os países da América já eram, em sua maioria, livres e independentes, portanto a atuação europeia aconteceu de forma indireta. Os Ingleses exerciam, nesses países, um imperialismo indireto, por meio de empréstimos e acordos, contudo, o Brasil aproximou-se mais dos EUA.

Bruit esclarece que a penetração do imperialismo no continente sul americano se deu por via comercial e financeira, não tendo ocorrido aqui o que houve na África porque os Estados Unidos levantaram, à época, a bandeira, A América para

[506] VILARINO, Ramon Casas. **Imperialismo e subimperialismo na América do Sul:** os casos Malvinas e Roboré. Lutas Sociais. São Paulo – SP. 2010.p.142.

os americanos.[507] Posteriormente os próprios Estados Unidos agiram na América Latina como imperialistas, submetendo vários países da região aos seus interesses.[508] Panamá, Cuba e a Nicarágua são exemplos do poder Norte Americano no continente.

Bandeira[509] sustenta:

> O principal objetivo das Grandes Potências em relação aos grandes Estados da periferia é garantir que seu Desenvolvimento político, militar e econômico não afete seus interesses locais, regionais e mundiais. (...) Nessa Estratégia está sempre presente a ideia, porém disfarçada, de desintegrar territorialmente ou desarticular politicamente os grandes Estados periféricos pelo estímulo a rivalidades regionais, raciais e religiosas onde existem, e de outro lado, a impedir que os grandes Estados se articulem, em nível regional ou em nível internacional, para enfrentar a ação e a pressão das Grandes Potências (...). Na Estratégia sul-americana dos Estados Unidos, dois países tinham e têm importância crucial, que são o Brasil e a Argentina.

Com essa análise, verifica-se que o processo que culminou com a consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal, teve simultaneamente uma dimensão colonial/imperial de conquista e/ou submissão de outros continentes e territórios por parte das potências europeias e dos Estados Unidos, potências industrializadas.

A colonização europeia marcou profundamente a história da América Latina. O crescimento da Europa foi produzido a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural.[510]

Assis[511] explica com precisão esse período:

---

[507] BRUIT, Héctor H. O imperialismo. 12. Ed. – São Paulo: Atual, 1994. p. 49.
[508] BRUIT, Héctor H. O imperialismo. 12. Ed. – São Paulo: Atual, 1994. p. 53/63.
[509] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (2003). Prefácio - Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870 2003). Rio de Janeiro: Revan. Disponível em: < https://medium.com/@davi.jaehrig/pref%C3%A1cio-e-introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-livro-brasil-argentina-e-estados-unidos-conflito-e-integra%C3%A7%C3%A3o-na-516d2d9f46af > Acesso em: 6 jul.2018.

[510] QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

[511] ASSIS, Wendell Ficher Teixeira – Do Colonialismo à Colonialidade. Salvador , 2014.

> Se, no colonialismo histórico, a rapina dos Recursos Naturais se legitimava pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto de colonialidade na apropriação da natureza, há outros mecanismos de poder que promovem a aceitabilidade da exploração territorial, dentre os quais se destacam: consideração, como vantagem comparativa no mercado mundial, a extração de riquezas naturais; discurso da disponibilidade de terras vazias, degradadas e inexploradas; necessidade de tornar o território economicamente produtivo; criação da ideia-força de que o progresso e o Crescimento Econômico se atrelam à extração de riquezas naturais; conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental; e integração dos produtos primários à economia global como forma de pavimentar o caminho para era moderna.

Analisando o período do colonialismo histórico, e a exploração de bens primários, verifica-se que houve uma “mão visível” da dominação política; contudo, nos dias atuais, essa exploração está organizada por mecanismos de poder operados pela aparente “mão invisível do mercado” em associação com a destacada e necessária presença do Estado.

Barbosa et al.[512] explicam:

> O neocolonialismo é uma relação específica entre nações dominantes e outras subordinadas. Diferentemente do colonialismo, o neocolonialismo existe pela dominação indireta, que depende da colaboração das classes dominantes locais para perpetuar as hierarquias vigentes da divisão internacional do trabalho. Como tal, o neocolonialismo não nasceu na África, de onde surgiu sua teorização inicial, mas nas relações da Inglaterra e dos EUA com a América Latina no século XIX. Quanto mais sistêmica é esta dominação, menos necessária se faz a força coercitiva externa, pois as próprias classes dominantes locais se tornam defensoras dos interesses do capital externo, que é quem em última instância garante sua própria acumulação. Estas burguesias não são nacionais ou internas, são intermediárias. (...) Tal condição de novo neocolonialismo possui consequências drásticas para os países subordinados envolvidos, pois impulsiona processos de desindustrialização ou, na melhor das hipóteses, de industrializações dependentes, associadas e restritas (por multinacionais pós-fordistas e maquilas).

[512] Barbosa, Muryatan Santana; Toledo, Demétrio G.C de; Francisco, Flávio Thales Ribeiro; Maciel, Regimeire; Ribeiro, Valéria Lopes; Schincariol, Vitor. Teses sobre o novo neocolonialismo e suas consequências. 2017. Disponível em: < https://gpennblog.wordpress.com/ > Acesso em: 27 set. 2018.

A desigualdade existente entre os países do globo produz um monopólio tecnológico e produtivo dos países centrais gerando uma divisão internacional do trabalho, de um lado as grandes economias capitalistas, industrializadas, desenvolvidas socialmente; do outro os países em Desenvolvimento, na triste condição de fornecedores de matérias-primas.

Nesse sentido, destaca-se a obra do Uruguaio Eduardo Galeano[513], "As veias abertas da América Latina" que afirma ser a economia Norte-Americana dependente dos minerais da América Latina.

> O petróleo continua sente o principal combustível de nosso tempo, e os norte-americanos importam a sétima parte do petróleo que consomem. (…) Os Estados Unidos compram além de suas fronteiras uma quinta parte do cobre que gastam. A falta de zinco é cada vez mais preocupante: a metade vem do exterior. Não se fabricam aviões sem alumínio, e não se fabrica o alumínio sem bauxita: os Estados Unidos quase não tem bauxita. Seus grandes centros siderúrgicos – Pittsburgh, Cleveland, Detroit – não encontram ferro suficiente nas jazidas de Minnesota, que estão em vias de se extinguir, o manganês não há no território nacional: a economia norte-americana importa um terço do ferro e todo o manganês que necessita. Para produzir motores de retropropulsão, não contam com níquel nem com cromo em seu subsolo. Para fabricar aços especiais, requer-se o tungstênio: importam a quarta parte.
>
> A crescente dependência de provisão estrangeira decreta uma também crescente identificação entre os interesses capitalistas norte-americanos na América Latina e a segurança nacional dos Estados Unidos. A estabilidade interna da primeira potência mundial se mostra intimamente ligado aos investimentos norte-americanos ao sul do rio Bravo[514].[...]
>
> Pelo ferro que compram do Brasil e da Venezuela, os Estados Unidos pagam menos do que pelo ferro extraído de seu próprio subsolo. Mas esta não é a chave da ânsia norte-americana de apossar-se de jazidas de ferro no exterior: a posse ou o controle das minas fora de suas fronteiras constitui, mais do que um negócio, um imperativo da segurança nacional. O subsolo norte-americano, como vimos, já se exaure. Sem ferro não se faz o aço, e 85 por cento da produção industrial dos Estados Unidos, de uma forma ou de outra, contém aço. Quando, em 1969, reduziram-se os fornecimentos do Canadá, houve um imediato aumento das importações da América Latina.

[513] GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco – Porto Alegre-RS. 2017.

[514] Río Bravo é um município do estado de Tamaulipas no México.

Na América Latina, os capitais norte-americanos se concentram mais profundamente do que nos próprios Estados Unidos e algumas empresas controlam uma imensa parte dos investimentos. Para elas, a nação não é uma tarefa a ser empreendida, nem uma bandeira a defender, nem um destino a conquistar: a nação nada mais é senão um obstáculo a saltar – às vezes a soberania incomoda – e uma sumarenta fruta a devorar.[515]

O que se vê, é que os países do chamado Terceiro Mundo incluindo os países latino-americanos são para o mercado mundial nada mais que fornecedores matéria-prima.

Destaca-se a célebre frase de Galeano: Quanto mais cobiçado pelo mercado mundial, maior é a desgraça que o produto causa ao povo latino-americano que com sacrifícios o cria.

Nesse sentido Carrasco [516] sustenta que o ambientalismo é o novo colonialismo, no sentido que controla as fontes de Recursos Naturais estratégicos, como minerais, fontes de energia e alimentos, bem como, bloqueia o crescimento populacional e o Desenvolvimento dos povos submetidos a este processo.

Carrasco [517] assevera ainda que o ambientalismo impede o povo de competir pelo uso de seus próprios Recursos Naturais, dentro do conceito malthusiano[518] de escassez. (…) dificultam ou impossibilitam, tanto a exploração dos Recursos Naturais nelas existentes, como a implementação de projetos de infraestrutura, principalmente energéticos e viários.

---

[515] GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco – Porto Alegre-RS. 2017.

[516] CARRASCO, Lorenzo. Ambientalismo, Novo Colonialismo. Rio de Janeiro. 2005. Editora Capax Dei. p. 16.

[517] CARRASCO, Lorenzo. Ambientalismo, Novo Colonialismo. p.16.

[518] O malthusianismo é uma teoria demográfica criada pelo economista inglês Thomas Robert Malthus, no final do século XVIII. De acordo com esta teoria, a população mundial cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos em progressão aritmética. Esta teoria foi definida por Malthus no livro Ensaio sobre o princípio da população, escrito em 1798.Thomas Malthus procurou alertar, com sua teoria, sobre os problemas gerados pelo elevado crescimento demográfico mundial. De acordo com sua teoria, seria necessário o controle da natalidade para que não ocorresse, num futuro breve, falta de alimentos e o aumento considerável da fome e da miséria no mundo.

Partindo dessa análise, observa-se que os países que hoje defendem a proteção da Amazônia e condenam os países que não conseguem garantir práticas sustentáveis, são os mesmos que construíram seu Desenvolvimento sobre um modelo ecologicamente devastador, no qual incluía a exploração econômica de outros povos. Relevante que essa necessidade de proteção ambiental começou a ser reconhecida e praticamente imposta depois que os países desenvolvidos construíram suas economias de ponta através da destruição dos próprios ecossistemas.

Uma vertente do ambientalismo deseja transformar o meio ambiente em uma entidade de direito próprio e condiciona o progresso e o bem-estar das comunidades humanas a um conjunto de requisitos para a “proteção” do mesmo, geralmente definidos como escasso rigor científico, quando deveria dar-se o contrário. Porém, a ideia que está no centro da agenda ambientalista: a de que as limitações de Recursos Naturais e da “capacidade de suporte” do planeta impediriam a plena extensão dos benefícios da sociedade industrial a todos os povos e países do mundo está correta. Não seria possível estender a todos os habitantes do planeta o nível de consumo dos Norte-Americanos e Europeus.

Carrasco[519] explica esse fenômeno:

> Os problemas ambientais da Amazônia têm sido largamente superestimados. Os problemas ou mal apresentados pelos ambientalistas e, com frequência também pelas autoridades. Por exemplo, as queimadas constituem o método mais primitivo de preparação de terra para agricultura; a maioria dos agricultores que recorrem a ele o fazem para absoluta falta de acesso as tecnologias agrícolas modernas – um país realmente preocupado com o Desenvolvimento deveria se empenhar em proporcionar.
>
> O senão é que os ambientalistas radicais elevam tais problemas à categoria de catástrofes, que, supostamente devastarão a Floresta Amazônica em poucos anos, falácia que é repetida sistematicamente para provocar o máximo de impacto negativo na opinião pública mundial. Nesse clima virtual histeria induzida, as autoridades brasileiras são pressionadas, via de regra, têm reagido defensivamente permitindo que projetos de infraestrutura sejam descontinuados ou que a já confusa e complexa legislação ambiental nacional, se tornar ainda mais restritivas aos empreendimentos produtivos.

[519] CARRASCO, Lorenzo. Ambientalismo, Novo Colonialismo. P.17.

Em janeiro de 2005 ambientalistas se preparavam para divulgar os resultados sobre a vinculação entre o cultivo da soja e o desmatamento de florestas “virgens”, quando foram surpreendidos por um estudo divergente elaborado pelo IPEA (Instituído de Pesquisa Econômica Aplicada). O trabalho assegurava que o crescimento da soja não estava se dando a custo do desmatamento do Cerrado e da Floresta Amazônica. O pesquisador Gervásio Castro de Rezende disse (08/03/2005) “É fácil demonizar a soja, mas três anos não seriam suficientes para todo esse processo de desmatamento. Isso é ignorância”. [520]

Não se pode falar de soja sem falar de Blairo Maggi, seu reino tem quase o tamanho do Texas. Ele não é dono de tudo, mas certamente controla tudo. Não só foi governador e senador do Mato Grosso, Ministro da Agricultura do Governo Temer como também é o maior proprietário de terras daquele Estado, o mais rico empresário e o patriarca dos fazendeiros da região, e é também o indivíduo que exerce a maior influência sobre o Desenvolvimento de toda a Amazônia. Seu legado é simples: aprendeu como cultivar grãos de soja em um lugar onde ninguém achava isso possível e descobriu como transportá-los de um local inacessível para consumidores de todo o mundo. Dando início a uma revolução. [521]

Maggi por diversas vezes já esteve na mira dos ambientalistas. O Greenpeace o contemplou com o prêmio “Motosserra de Ouro”, os apelidos oscilam de “Exterminador do Futuro”, “Rei da Soja” e “Estuprador da Amazônia” - este último inspirado em título de matéria do britânico “The Independent” (maio de 2005).

Em entrevista a Mark London e Brian Kelly[522], Maggi disse:

> Não me interesso pelas críticas. Meu interesse é pelos resultados. Lembrem-se do que fazemos aqui. Estamos cultivando soja, que é a mais importante fonte de proteína do mundo. Estamos criando a maior área de cultivo de soja do planeta. Este vai ser o próximo celeiro do mundo. Aqui mesmo, na Amazônia. Estamos cultivando coisas básicas para as necessidades humanas: soja, milho, algodão e arroz. Sem essa expansão o mundo vai morrer de fome. Estamos

[520] CARRASCO, Lorenzo. Ambientalismo, Novo Colonialismo. P.19.

[521] LONDON Mark; KELLY Brian. A última Floresta - A Amazônia na era da Globalização. São Paulo. Martins. 2007. P.222.

[522] LONDON Mark; KELLY Brian. A última Floresta - A Amazônia na era da Globalização. P. 223.

> alimentando o mundo, e estamos fazendo isso sem destruir o meio ambiente. (…)
>
> O que estamos fazendo aqui? Alimentando o mundo. Pedimos aos países desenvolvidos que nos auxiliem financiando nossa infraestrutura, mas eles reclamam do meio ambiente sem compreendê-lo. Pedimos a eles que nos ajudem retirando os subsídios que dão a seus agricultores, permitindo-nos ser mais competitivos, para que talvez não tenhamos que s expandir tanto. Mas os países desenvolvidos não fazem isso. Eles mantêm o nível de pobreza do mundo ao dificultar o Desenvolvimento de nosso potencial. Há muita hipocrisia na Europa e nos Estados Unidos. Eles berram quando cortamos uma árvore, mas não berram quando uma criança morre ou quando ela não tem escola. Se querem nos ajudar, então nos ajudem a ajudar nós mesmos.

Mesmo diante das críticas da imprensa, Maggi nunca desiste do seu objetivo. Na entrevista supracitada, deixou um questionamento: “Vocês querem árvores e fome? É isso que vocês querem? Porque, se deixarem a floresta em paz, é isso que vão ter”.

Maggi fez o seu nome em todo o mundo como um inimigo dos conservacionistas, mas Maggi mudou, no entanto. Como expõe Friedman[523] “He has recently urged adoption of policies to conserve the forest — if the state can find developed country governments or private companies who will finance forest conservation, most likely as part of a mandatory carbon reduction system. Forest conservation incentives “will be much, much more profitable than soybeans,” he told Forbes Magazine.”[524]

Importante destacar que alguns ambientalistas tentam “confundir” a floresta tropical úmida – Amazônica, com os limites geográficos da instituição jurídica denominada Amazônia Legal, que inclui os estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, cobrindo uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 61% de todo brasileiro.

---

[523] FRIEDMAN, Shari. Farms Here, Forests There. Tropical Deforestation and U.S Competitiveness in Agriculture and Timber. P. 04.

[524] Tradução livre do autor: Ele recentemente pediu a adoção de políticas para conservar a floresta - se o estado puder encontrar governos de países desenvolvidos ou empresas privadas que financiarão a conservação de florestas, provavelmente como parte de um sistema obrigatório de redução de carbono. Incentivos à conservação florestal “serão muito, muito mais lucrativos do que a soja”, disse ele à revista Forbes.

A cobertura vegetal nativa da Amazônia em 2006 era de 85%, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente.[525]

Outro estudo do Ministério do Meio Ambiente[526] apresenta detalhadamente a situação do Bioma Amazônia:

Tabela 6

Caracterização do Bioma Amazônia por Região Fitoecológica Agrupada

Região Fitoecológica Agrupada	Área (km2)	%
Vegetação Nativa Florestal	3.416.391,23	80,76
Vegetação Nativa Não-Florestal	178.821,18	4,23
Áreas Antrópicas	401.855,83	9,50
Vegetação Secundária	125.635,01	2,97
Água	107.787,52	2,55
Total	4.230.490,77	100,00

Fonte MMA.

Segundo esse estudo, a cobertura florestal nativa do Bioma Amazônia que sofreu alteração pelo homem foi de pouco mais de 12 % (dados de 2002, revisados em 2005)[527].

Isso é relevante do ponto de vista estatístico, pois o Brasil, ao invés de grande desmatador, na verdade sempre foi um grande preservador da Amazônia.

Outros agentes também exercem pressão sobre a forma do Brasil atuar na região Amazônica, como Organismos Internacionais, políticas organizadas e coordenadas com os movimentos ecopolíticos e a Governança Ambiental Global.

---

[525] MMA. MMA lança Mapas de Cobertura Vegetal Nativa dos Biomas Brasileiros. Publicado em 19.dez.2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/informma/item/3769-mma-lanca-mapas-de-cobertura-vegetal-nativa-dos-biomas-brasileiros Acesso em: 16 jan. 2019.

[526] MMA. Mapa de Cobertura Vegetal. Disponível em: http://mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia/mapa-de-cobertura-vegetal.html Acesso em: 21 jan. 2019.

[527] MMA. Mapa de Cobertura Vegetal. Disponível em: http://mapas.mma.gov.br/geodados/brasil/vegetacao/vegetacao2002/amazonia/documentos/relatorio_final.pdf acesso em: 21 jan. 2019. p. 58.

Acerca da ecopolítica Neto[528] explica:

> Muitos têm usado essa palavra num sentido positivo: como o conjunto das normas e leis em favor do meio ambiente. Outros, usando ecopolítica como adjetivo, ligam a ela a ideia de autoidentificação da ecologia e dos movimentos ecológicos enquanto saberes e práticas de caráter eminentemente político (VIOLA, 1987). Outros mais vêm a ecopolítica como a nova face das Ciências Políticas, configurando-a "como um instrumento de luta social que viabiliza novos conceitos, linguagens e Estratégias de mudança social" (RUIZ, 1991, p.130). Vista como capaz de articular um Desenvolvimento econômico e social autossustentável, a biopolítica "prioriza Estratégias e soluções de pequeno e médio porte, em níveis concretos de municípios, vinculando as bases às esferas do poder, e as decisões internacionais à ação local [...]
>
> Pode-se dizer que a ecopolítica não apenas desloca a importância até agora conferida à biopolítica como, também e principalmente, amplia, do humano para o planetário, o papel conferido à vida. Assim, nossos interesses e preocupações com a manutenção da vida vão para além da população humana (como corpo-espécie) e se instalam no todo do plane- Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, jan/jun, 2014. 41 ta (como um novo corpo vivo, digamos um corpo-ecológico ou um corpo-planetário).

Num mundo cada vez mais globalizado, repensar as relações entre a governabilidade e meio ambiente, adquire a maior importância.

Nas palavras de Zumbansen e Buchanan [529] "rights, development and transitional justice" have become the central grounds of contestation under the larger umbrella of "global governance" [530]

Embora a governança ambiental seja uma questão que está ganhando força na agenda internacional, não é nova. Aranguren[531]: "Prácticamente desde 1992, en la Cumbre de Río, cada década se realizan reuniones mundiales que guían el

[528] NETO, Alfredo Veiga. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, jan/jun, 2014.

[529] ZUMBANSEN, Peer; BUCHANAN, Ruth. Approximating Law and Development, Human Rights and Transitional Justice. Osgoode Hall Law School of York University Osgoode Digital Commons. Research Report No. 40/2013.

[530] Tradução livre do autor: direitos, Desenvolvimento e justiça transicional - se tornaram os fundamentos centrais da contestação sob o guarda-chuva maior da "governança global.

[531] ARANGUREN, Margarita Marín, La sociedade civil global em la governanza ambiental del sector agua em el mundo. Artículo recibido el 28 de julio de 2011. Aprobado el 2 de septiembre de 2011.

proceso de gobernanza ambiental en el orbe. Para ello, una de las primeras tareas, adelantada en 1987, fue la conceptualización de desarrollo sustentable"[532]

As primeiras manifestações de Governança ambiental foram estimuladas pelo esgotamento dos Recursos Naturais, como a escassez de madeira para construção de moradias, fortificações, móveis, instrumentos e combustível, cuja exploração havia se tornado intensa desde a era medieval. [533]

A Governança surgiu como uma forma de solução de problemas. Emergiu dos entendimentos restritos no Congresso de Viena (1845); fixação dos princípios do direito marítimo, em 1856, em Paris; partilha imperial na África e outras disposições colonialistas, em Berlim (1884); imposição de reparações à Alemanha e criação de Estados na Europa, 1910, em Versalhes; e a criação da ONU, na conferência de São Francisco, em 1945.

Para efetividade dessa proteção do meio ambiente, iniciou-se a implementação de uma infraestrutura internacional para gestão ambiental global. Assim, dessa infraestrutura criou-se observatórios para monitorar e avaliar o estado do meio ambiente, maior envolvimento dos bancos multilaterais e regionais de Desenvolvimento (Banco mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.) e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que passaria a centralizar grande parte das ações da ONU em relação a questões ambientais. [534]

A Governança Global Ambiental é, então, um conjunto dos processos regulatórios (acordos, convênios, normas e regimes) e de mecanismos e organismos, que se irradiam por meio das ações políticas ambientais e afins.

---

[532] Tradução livre do autor: Praticamente desde 1992, na Cúpula do Rio, a cada década acontecem reuniões globais que orientam o processo de governança ambiental no mundo. Para isso, uma das primeiras tarefas, avançada em 1987, foi a conceituação do Desenvolvimento Sustentável".

[533] BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. Conceitos, modelos e instrumentos. Ed. São Paulo, Saraiva, 2011.p 21.

[534] Nações Unidas do Brasil. PNUMA pode se transformar na Organização para o Meio Ambiente na Rio + 20. Disponível < https://nacoesunidas.org/pnuma-completa-40-anos-e-pode-se-transformar-na-organizacao-mundial-para-o-meio-ambiente/ > Acesso em dez. de 2018.

Nas palavras de Cohen[535]: “el ambientalismo global estudia las presiones externas o supranacionales sobre el Estado-nación en asuntos ambientales.”

Os atores políticos da esfera global, ao compreenderem os espaços, nacional, regional e internacional, produzirão resultados que auxiliarão nas novas tomadas de decisões e ações pelos atores. Gonçalves[536] fornece uma definição interessante:

> Entendemos Governança Ambiental Global (GAB) como a soma das organizações, instrumentos de políticas, mecanismos de financiamento, regras, procedimentos e normas que regulam os processos de proteção ambiental global” (Najam; Papa; Taiyab, 2006, p. 3). Ou, de uma forma mais resumida, como “a intersecção da governança global com as questões ambientais” (Speth; Haas, 2006, p.3). Vale ainda salientar, como faz Speth (2004, p.77), que “governança global” não implica em governo global nem inclui apenas as ações dos governos. Muitas comunidades não governamentais, visando ao lucro ou sendo não lucrativas, já estão desempenhando grandes papéis na governança do ambiente global.

Sobre a ecopolítica ambiental, na visão de Esty e Ivanova,[537] é necessário administrar a interdependência ecológica e as relações econômicas pertinentes com responsabilidade, clareza e eficácia. “Podemos destacar quatro alternativas básicas de governança: não fazer nada; aprimorar o *status quo* da estrutura da governança; criar uma nova Organização Global do Meio Ambiente; desenvolver uma nova abordagem de governança: um Mecanismo Global do Meio Ambiente”

Talbott[538] assim escreve:

> A governança é o maior desafio da comunidade internacional. De fato, somente se as nações do mundo cooperarem no estabelecimento de instituições e regras voltadas para o bem comum é que a expressão *comunidade internacional* terá significado prático. Caso contrário, nações soberanas viverão e, muito provavelmente, morrerão não numa comunidade, mas numa selva hobbesiana.

---

[535] COHEN, Miriam Alfie. Democracia deliberativa y gobernanza ambiental: ¿conceptos transversales de una nueva democracia ecológica? 2013.p.92.

[536] GONÇALVES, Alcindo Fernandes. Governança global e regimes internacionais. – São Paulo: Almedina, 2011. P. 87.

[537] ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H, Governança Ambiental Global opções e oportunidades” São Paulo: Senac , 2005, p.259.

[538] TALBOTT, Strobe. ”Governança Ambiental Global opções e oportunidades” São Paulo: Senac , 2005, p.15

Realmente razão assiste a Talbott, no que diz respeito à complexidade e dificuldade da implementação da governança no âmbito global. No entanto, toda essa gama de processos, ações e aparatos institucionais nem sempre se complementam, o que acaba por dificultar os propósitos para os quais foram criados.

Primeiramente para um consenso global sobre qualquer assunto, é preciso levar em conta as imensas disparidades de cada país: forma de governo, religião, cultura, economia, grau de industrialização, grau de participação política do povo, dentre outros aspectos.

Dando atenção à realidade brasileira, de forma imediata e rápida fica fácil perceber que pelo simples quesito “Desenvolvimento econômico”, as necessidades de Recursos Naturais são bastante diferentes dos países desenvolvidos/industrializados. Além da importância em preservar o meio ambiente, deve-se olhar para o Desenvolvimento econômico e social de maneira que o país além de conservar, precisa incorporar outros elementos como: a melhoria de qualidade de vida, a elevação das condições de saúde, de nutrição, de educação, de emprego, de habitação, de acesso às redes de energia elétrica, água e saneamento.

No Brasil, o combate às desigualdades sociais, à má distribuição das riquezas e o crescimento do índice de pobreza precisam ser prioridades, para posteriormente possibilitar o enfoque numa perspectiva de Sustentabilidade e conservação ambiental, e a Governança Ambiental Global.

Observamos que o estruturalismo latino-americano [539] construiu suas elaborações a partir da clara percepção de que os países denominados da periferia possuem especificidades em relação aos países denominados de centro e, assim, não se pode propor que sigam trajetórias de Desenvolvimento semelhantes. Portanto, pode-se dizer que um aspecto central dessa abordagem é o reconhecimento de que

[539] O estruturalismo latino-americano defende que o subDesenvolvimento estaria atrelado à presença de problemas estruturais de diversas ordens – econômica, social, política e cultural. Sob a perspectiva desse método, os países da América Latina estariam sujeitos a tendências estruturais em um sentido específico: a dinâmica das estruturas produtivas e ocupacionais próprias das economias centrais é incorporada nas condições básicas de Desenvolvimento dessas economias periféricas, ressaltando o caráter histórico-estrutural do método estruturalista. MARCATO, Marília Bassetti. Estruturalismo Latino-Americano e Desenvolvimento na Perspectiva Neo-Schumpeteriana Conferência Internacional LALICS 2013 “Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável” 11 e 12 de Novembro, 2013 – Rio de Janeiro, Brasil.

as especificidades locais são extremamente relevantes para a análise econômica, de modo que sua inclusão leva a mudanças significativas nos resultados da análise, em particular quando se examina a questão do Desenvolvimento[540].

O economista argentino Prebisch[541] apontou para o processo histórico de subDesenvolvimento em que estão inseridos os países latino-americanos, e a necessidade de se formar um corpo de conhecimento que dê conta das questões locais relacionadas com Desenvolvimento:

> Son bien conocidas las dificultades que se oponen en Latinomérica a una tarea de esta naturaleza. Acaso la principal de ellas sea el número exiguo de economistas capaces de penetrar con criterio original en los fenómenos concretos latinoamericanos. Por una serie de razones, no se logra suplir su carencia con la formación metódica de un número adecuado de hombres jóvenes de alta calificación intelectual. El enviarlos a las grandes universidades de Europa y Estados Unidos representa ya un progreso considerable, pero no suficiente. Pues una de las fallas más conspicuas de que adolece la teoría económica general, contemplada desde la periferia, es su falso sentido de universalidad. Mal podría pretenderse, en verdad, que los economistas de los grandes países, embargados en muy serios problemas propios, vayan a dedicar preferentemente su atención al estudio de los nuestros. Concierne primordialmente a los propios economistas latinoamericanos el conocimiento de la realidad económica de América Latina. Sólo-si se llega a explicarla racionalmente y con objetividad científica será dado alcanzar fórmulas eficaces de acción práctica. No se interprete. sin embargo, que este propósito está animado de un particularismo excluyente. Por el contrario, sólo se sabrá cumplirlo mediante un sólido conocimiento de las teorías elaboradas en los grandes países, con su gran caudal de verdades comunes. No hay que confundir el conocimiento reflexivo de lo ajeno con una sujeción mental a las ideas ajenas, de la que muy lentamente estamos aprendiendo a librarnos.[542]

---

[540] GROMKOW, Camila Luciana. Conhecimento Local, Desenvolvimento e Meio Ambiente: Subsídios para a Incorporação Teórica da Temática Ambiental. UNESC.

[541] Prebisch, Raúl. Desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Desarrollo Económico. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/4/prebisch_desarrollo_problemas.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

[542] Tradução do autor: São bem conhecidas as dificuldades que se colocam na América Latina para tarefas dessa natureza [quais sejam, uma investigação sistemática que dê conta dos aspectos mais salientes no delineamento dos problemas latino-americanos]. Talvez a principal delas seja o número exíguo de economistas capazes de penetrar com critério original nos fenômenos concretos latino-americanos. Por uma série de razões, não se consegue suprir essa carência com uma formação metódica de um número adequado de homens jovens de alta qualificação intelectual. Enviá-los às grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos representa um progresso considerável, mas não suficiente. Já que uma das falhas mais conspícuas de que adoece a teoria econômica em geral, contemplada da periferia, é seu falso sentido de universalismo. Mal se poderia pretender, na verdade, que os economistas dos grandes países, embargados nos seus próprios sérios problemas, dedicassem sua atenção preferencialmente ao estudos dos nossos. Concerne primordialmente aos próprios

Pode-se concluir, daí, que as políticas ambientais globais limitaram-se sobretudo, a princípios e declarações, em vez de mecanismos que modifiquem e produzam mudanças. O sistema global de manejo do meio ambiente evidentemente não corresponde às expectativas de cada país, sendo fundamental a valorização das especificidades locais.

Outro ponto importante, é que por trás do exagerado discurso ambientalista, e do excesso de zelo sobre o meio ambiente, está a cobiça internacional pela Amazônia.

Bonavides[543] traz a expressão “mexicanização da Amazônia”, ao dizer que o Brasil tem certas analogias com o México do século XIX.

Com a emancipação do domínio espanhol, em 1821, o México perdeu para os Estados Unidos a sua “Amazônia”, sem florestas tropicais, mas de clima temperado, composta por terras vastas e férteis, as pastagens, e gigantescos lençóis petrolíferos. A Califórnia era enaltecida e descrita como “a mais rica, a mais bela e mais saudável região do mundo”.

> A Guerra Mexicano–Americana, foi o primeiro grande conflito impulsionado pelas ideias do Destino Manifesto[544], a crença de que os Estados Unidos tinham o direito, dado por Deus, de expandir suas fronteiras por toda a América, civilizando-a. O conflito teve enormes consequências para o futuro das nações envolvidas. Com a intervenção, os Estados Unidos ampliaram o seu território em cerca de um quarto, enquanto México perdeu aproximadamente metade do seu. [545]

---

economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente se se chega a explicá-la racionalmente e com objetividade científica será possível alcançar fórmulas eficazes de ação prática. Não se interprete, no entanto, que esse propósito está carregado de um particularismo excludente. Ao contrário, somente se saberá cumpri-lo mediante um conhecimento sólido das teorias elaboradas nos grandes países com sua grande caudal de verdades comuns. Não se deve confundir o conhecimento reflexivo do alheio com uma sujeição mental às ideias alheias, da qual muito lentamente estamos aprendendo a livrar-nos.

[543] BONAVIDES, Paulo. Do País Constitucional ao País Neocolonial. São Paulo. 1999. Malheiros Editores.p.179.

[544] No século XIX, a doutrina do destino manifesto (em inglês: *Manifest Destiny*) era uma crença comum entre os habitantes dos Estados Unidos que dizia que os colonizadores americanos deveriam se expandir pela América do Norte. Ela expressa a crença de que o povo americano foi eleito por Deus para civilizar o seu continente. Há três temas comuns no 'manifesto':

[545] BONAVIDES, Paulo. Do País Constitucional ao País Neocolonial. São Paulo. 1999. P.179.

“Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”, a célebre frase de Porfírio Díaz representa o drama do país de ter fronteiras com uma potência imperialista. Essa sina reflete na situação da nação mexicana que continua a manter problemas sociais características de nações subdesenvolvidas, tais quais a fome, a pobreza, a falta de serviços básicos e infraestrutura, dentre outros.

Nesse contexto o final da Guerra Fria não representou o término de tensões e disputas territoriais. O novo milênio trouxe muitos desafios para a comunidade de nações e para organizações multilaterais. Como a questão do reconhecimento de Kosovo como nação soberana, e movimentos separatismos e questões nacionais que ainda precisam ser dirimidas no Quebec (Canadá), Catalunha (Espanha), País Basco (Espanha/França), Escócia (Reino Unido) e a complexa situação do Tibete (ocupado pela China em 1950).

Merece atenção especial a situação a Crise entre Ucrânia e Rússia a partir de novembro de 2013, no qual após diversos conflitos resultou na anexação da Crimeia à Rússia, em março de 2014, com um referendo (questionável e não reconhecido internacionalmente) realizado na região, com a vitória dos separatistas. A importância da região claramente diz respeito à sua localização geográfica. Quem tem o poder sobre essa península tem automaticamente um poder estratégico sob toda a região do Mar Negro, o que levou essa região a ser alvo não só desta disputa, mas como muitas outras ao longo da história.

Ainda mais recente, temos a questão de Porto Rico – a mais oriental e a menor das Grandes Antilhas. Porto Rico sempre teve um importante papel estratégico, dada sua posição de “porta do Caribe”. Ao longo do domínio norte-americano, Porto Rico foi transformado numa peça chave na política militarista e intervencionista dos Estados Unidos, devido à necessidade de defender o Canal do Panamá e seus acessos marítimos, as intervenções militares na região do Caribe, o controle das atividades navais e das rotas marítimas no Atlântico Sul, a criação de um centro de treinamento e de um campo de provas para armamentos e, finalmente, a convocação de porto-riquenhos para o serviço militar nas Forças Armadas dos Estados Unidos [546].

[546] BAGGIO, Kátia Gerab. A Questão Nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954). São Paulo, FFLCH - USP, 1992.

Em junho de 2017 houve um referendo acerca do estatuto jurídico de Porto Rico, o qual os porto-riquenhos escolheram tornar-se um estado norte-americano. A causa da anexação foi promovida pelo atual governador, Ricardo “Ricky” Rosselló Nevares, do governista PNP (Partido Novo Progressista). A promessa do governador é a de que a anexação ocorrerá até 2020, quando termina seu mandato. Embora o assunto esteja no topo da agenda política em Porto Rico, não há sinais de parte da administração americana que o interesse na anexação seja mútuo.[547]

Kratochwil fez uma análise sobre as alterações históricas no papel das fronteiras. Segundo o autor, essa análise auxilia no entendimento da natureza e padrões de interação entre os sistemas doméstico e internacional. Para ele, as fronteiras exercem o papel de mediar trocas, sendo ponto de contato e de separação entre o sistema social e seu meio ambiente. Afirma:

> Only exclusive sovereignty make defense and internal administration the primary and increasingly exclusive task of the central authorities. This development illustrates the complexity of the concept of sovereignty. It denotes internal hierarchy as well as external equality. The similarities and differences between boundaries in a state system and those developing in the frontier zones of empires are striking; they show the usefulness of separating center-periphery relations from those of inter-system interactions and system-environment exchanges. [548]

Segundo Kratochwil podem ocorrer dois tipos de troca: sistema-meio ambiente (ou Estado-sistema internacional) e sistema-sistema (ou Estado-Estado). Destaca ainda contradições que podem ser encontradas no sistema internacional. O reconhecimento universal da soberania territorial como princípio diferenciador, em face a erosão das fronteiras pela crescente interdependência da vida econômica moderna.

---

[547] Jornal NEXO. Charleaux, João Paulo. Disponível < https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/12/Em-Porto-Rico-97-querem-ser-um-Estado-dos-EUA-o-que-o-dado-diz-e-o-que-ele-n%C3%A3o-diz > Acesso em nov de 2018.

[548] Tradução do autor: Somente a soberania exclusiva faz com que a defesa e a administração interna e cada vez mais exclusiva das autoridades centrais. Este Desenvolvimento ilustra a complexidade do conceito de soberania. Denota hierarquia interna e igualdade externa. As semelhanças e diferenças entre limites em um sistema de estado e aqueles em Desenvolvimento as zonas fronteiriças dos impérios são impressionantes; eles mostram a utilidade de separando as relações centro-periferia das interações inter-sistemas e trocas de ambiente do sistema.

Dessa forma, quando Bonavides[549] fala em “mexicanização da Amazônia” remete à possibilidade de perda do território amazônico, na medida em que desperta a cobiça de superpotências estrangeiras, bem como de organizações não governamentais como Amigos da Terra (Friends of the Earth); Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CI DA); Fundação Ford; Club 1001; Both Ends; Survival International; Conservation International; Fundação Interamericana (IAF)[550] entre outras.

> A “mexicanização” da Amazônia é a conjuração em marcha, que vem desde o célebre Estatuto da Hileia Amazônica e desemboca em fatos recentes, os quais traduzem sintomas de traição nacional e corrosão da unidade de nosso povo. Tais ventos sopram da parte daqueles que, consciente ou inconscientemente, fomentam teses desse teor, contra as quais sempre nos insurgirmos: a relativização formal das soberanias nacionais, que só favorece os superfortes do Primeiro Mundo e arrebata aos povos fracos a arma jurídica e moral mais poderosa de outrora se valeram as nacionalidades para fechar o ciclo histórico dos privilégios feudais.

Bonavides[551] argumenta ainda que:

> às grandes potências interessam unicamente desarmar e debilitar os países do terceiro e quarto mundo, entre os quais, o Brasil. Sustentando que há muitos fantasmas rondando a Amazônia, sendo necessário exorcizá-los enquanto é tempo, antes que se materializem e a Amazônia seja riscada do mapa do Brasil.

Aberta desde muito à cobiça internacional e à invasão pacífica de missões evangélicas, a Amazônia é, hoje, o coração da unidade nacional. Já não são forças ocultas que conspiram contra o país, suas ameaças são palpáveis e constituem pré-agressão do futuro.[552]

Acerca desta ocupação dissimulada da Amazônia, Bonavides [553] acrescenta:

> Hoje nos países em Desenvolvimento desconfia-se de que camufladamente grande parte daquelas sociedades não governamentais e missões religiosas desempenham a mesma função

[549] BONAVIDES, Paulo. Do País Constitucional ao País Neocolonial. Malheiros Editores Ltda. 1999. São Paulo – SP. P. 179.
[550] O império das ONGs e o loteamento da Amazônia. A nova democracia. Disponível em: < https://anovademocracia.com.br/no-6/1269-o-imperio-das-ongs-e-o-loteamento-da-amazonia > Acesso em: 6 jul. 2018.
[551] BONAVIDES, Paulo. Do País Constitucional ao País Neocolonial. 180.
[552] BONAVIDES, Paulo. Do País Constitucional ao País Neocolonial. 180.
[553] BONAVIDES, Paulo. Do País Constitucional ao País Neocolonial. 182.

> de vilipêndio; na rota da ocupação fingem de zelo sacerdotal pela causa indígena ou se credenciam como cientistas do solo, da fauna e da flora. São a ponta da lança da invasão futura. Buscam desse modo conhecer melhor nossas riquezas com o propósito de arrebatá-las depois, consoante já o fizeram nos casos do México e da Colômbia, vítimas da maior tragédia imperialista dos últimos cento e cinquenta anos na América Latina.
>
> Não é sem razão que a demarcação das reservas indígenas, ocorrendo mediante pressão internacional, em verdade não corresponde com o interesse do nosso índio, mas aos desígnios predatórios da cobiça imperialista, empenhada já na ocupação dissimulada do espaço amazônico e na preparação da proclamação da independência das tribos indígenas como nações encravadas em nosso próprio território, do qual se desmembrariam. Essa demarcação desde muito deixou de ser uma questão de proteção ao silvícola para se converter numa grave ameaça à integridade nacional.

Diante da ambição pela Amazônia por parte de muitos países, líderes governamentais pressionaram e continuam pressionando a opinião pública no sentido de transformar a Amazônia num patrimônio mundial.

Al Gore, enquanto vice-presidente dos Estados Unidos, pronunciou-se: “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos”. Mitterrand, como presidente da França, disse “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” Gorbachov, então primeiro-ministro russo, “o Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos Organismos Internacionais competentes.”[554]

Toledo afirma que a atenção sobre a Amazônia ocorreu a partir do momento em que a opinião pública global aceitou a proposta de que os desdobramentos do desflorestamento não se limitavam ao território dos países amazônicos, mas, pelo contrário, provocavam mudanças climáticas que envolviam todo o globo. Essa constatação bastou para que a Hileia fosse introduzida dentro do Relatório Brundtland[555]. Se a Amazônia era vital para a existência de um contexto

[554] LIMA, Carlos de Araújo. Pressões internacionais sobre a Amazônia. In: Amazônia e soberania nacional. Rio de Janeiro: Instituto dos Advogados, p. 70-71

[555] Relatório Brundtland é o documento intitulado Nosso Futuro Comum (Our Common Future), publicado em 1987. Neste documento o Desenvolvimento Sustentável é concebido como: “O Desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. ” O Relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de Desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em Desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso

ambiental seguro para subsistência da humanidade hoje e sempre, tornou-se imperiosa a identificação dessa área como patrimônio comum da humanidade incapaz de ser objeto de incidência de qualquer soberania nacional. A Amazônia seria, de acordo com essa vertente doutrinária, apropriada pelos interesses econômicos dos países centrais, bem comum ou coisa internacionalizada.[556]

Neste sentido, a internacionalização da Amazônia só interessa aos países desenvolvidos na intenção de espoliação das suas riquezas, mas negam compartilhar suas riquezas com os outros Estados. Cristovam Buarque[557] completa: “Os ricos do mundo sentem-se no direito de queimar esse imenso patrimônio da Humanidade.”

Destaca-se a resposta de Cristovam Buarque durante debate em Universidade, nos Estados Unidos, quando foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. O jovem americano introduziu sua pergunta dizendo que esperava a resposta de um humanista e não de um brasileiro.

> De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a Humanidade. Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um pais. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrarias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as Reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação. Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas a França. Cada museu do mundo é

excessivo dos Recursos Naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre Desenvolvimento Sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

[556] TOLEDO, André Paiva. Amazônia Soberania ou Internacionalização. Belo Horizonte. 2012. Editora Arraes. p.41.

[557] BUARQUE, Cristóvam. Internacionalização do mundo. In: MUGGIATI, André (Coord.). Debate sobre políticas públicas para Amazônia na imprensa brasileira. São Paulo: Amigos da Terra, v. XI, nov. 2000 — jan. 2001.

> guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um Pais. Não faz muito, um milionário japonês, decidiu enterrar com ele, um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado. Durante este encontro, as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu acho que Nova York, como sede das Nações Unidas, deve ser internacionalizada. Pelo menos Manhatan deveria pertencer a toda a Humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza especifica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil. Nos seus debates, os atuais candidatos a presidência dos EUA tem defendido a ideia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Comecemos usando essa dívida para garantir que cada criança do Mundo tenha possibilidade de COMER e de ir a escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não Importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um Patrimônio da Humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar, que morram quando deveriam viver. Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa!"

Por trás da questão de preservação, a internacionalização da Amazônia acarretaria um grande lucro para as multinacionais e suas pátrias, além de que resolveria problemas como o de energia que já é realidade para os Estados Unidos, tendo em vista a extinção das fontes energéticas. Já o Brasil que também passa por uma Crise energética, o problema se baseia apenas em uma questão de falta de investimentos na área. Assim, na retaguarda do discurso de preservação do meio ambiente amazônico, existe o interesse econômico, hídrico, energético, geológico, mineral, etc.

Assim deve ser vista a questão da internacionalização da Amazônia para os países em Desenvolvimento, porque estes enfrentam graves problemas socioeconômicos, que impossibilitam que haja um planejamento que tenha em vista a defesa ambiental. Pois a dignidade humana se encontra acima de qualquer pretensão ecológica.

Cardoso ainda completa:

> A dita “cobiça internacional” não deve ser tratada como uma completa insanidade externa sem fundamentos. Há um sistema de mentalidades que justificam essa cobiça, baseados principalmente na questão ambiental. Embora saibamos que nem sempre são intenções sinceras, o diálogo com a Comunidade Internacional e o comprometimento com nossa região amazônica devem ser priorizados, na luta contínua pela manutenção deste patrimônio que temos certo como pertencente ao Brasil. Pretensões e ideias mesquinhas de certos grupos sobre a Amazônia devem ser constantemente combatidas, mas na medida em que o Brasil não dê motivos para críticas, dúvidas sobre a seriedade dada às questões diversas em torno da região amazônica e demonstre dedicação e responsabilidade com esta parte do país percebemos a construção de um caminho histórico de reflexão, elaboração e afirmação de uma concepção histórico-crítica, relacional e reticular de geografia, que abarca o entendimento das relações espaciais, territoriais, regionais, sociais e naturais, destacando a influência das empresas privadas e da atuação do Estado-Nação, especialmente na configuração da Amazônia.

A Amazônia brasileira é uma preocupação da humanidade, porém, a responsabilidade e autoridade sobre o gerenciamento desta área recaem sobre os brasileiros. Como menciona a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas “o direito de soberania permanente dos povos e nações sobre suas riquezas e seus Recursos Naturais deve ser exercido dentro do interesse do Desenvolvimento nacional e do bem-estar da população do Estado interessado”. E completa em seu preâmbulo que as Nações Unidas considera que:

> qualquer medida a este respeito deve se basear no reconhecimento do direito inalienável de todo Estado a dispor livremente de suas riquezas e Recursos Naturais em conformidade com seus interesses nacionais, e no respeito à independência econômica dos Estados.

Contudo, em que pese a rejeição da ideia de internacionalização, a Transnacionalidade tem como base uma solidariedade cosmopolita, na colaboração solidária e na superação recíproca dos interesses individuais[558] a Transnacionalidade tem como princípio, dentre outros, a inclusão social.

Assim, a soberania dos Estados vem passando por transformações devido a causas de ordem externa, como o surgimento das organizações internacionais, a

[558] Cruz, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. Pensar Globalmente y Actuar Localmente: El Estado Transnacional Ambiente em Ulrich Beck, 2008.p.827.

Globalização, a preocupação da comunidade internacional com questões relacionadas aos direitos humanos, ao meio ambiente e biotecnologia, e também pela formação de blocos econômicos ou organizações supranacionais.

Slaughter[559] afirma:

> globalists are right to insis that technology, the urgency of genuinely global problems, and political and economic interdependence make it increasingly impossible to conduct national politics without global institutions.[560]

Dessa forma, embora o sistema esteja baseado na soberania territorial, novas concepções modificando esse exclusivo regime evoluíram e têm alterado o gerenciamento do sistema internacional.

Inegável que o "mundo como um todo" precisa encontrar uma solução, um caminho que seja, para o enfrentamento da questão ambiental. Contudo, é necessária uma proposta que atinja também um processo de Desenvolvimento levando em consideração os problemas locais, e as especificidades de cada país. Defende Castelo Branco de Souza et alii:

> O ambientalismo, focalizado não como um movimento sociopolítico, mas como visão de mundo, reveste-se de importância, devido à sua posição crítica em relação à lógica do capitalismo e ao modelo de Desenvolvimento dominante na sociedade, contribuindo para a reflexão sobre a importância de uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza, e a criação das condições sociais, econômicas, institucionais e culturais favoráveis à mudança em direção à compatibilização entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos. O movimento, antes amador, ativista e vocacional, baseado na crítica ao sistema e na denúncia, transformou-se em profissional e predisposto ao diálogo e à negociação, visando, de maneira pragmática, à solução dos problemas ambientais (LAYRARGUES, 2003). As abordagens do ambientalismo, disseminadas e compartilhadas no âmbito da sociedade, têm repercussão sobre as atividades humanas e contribuem para estimular a reflexão crítica sobre as práticas de suas organizações e o estabelecimento de um estilo diferente de relacionamento entre as múltiplas organizações sociais e o ambiente natural, que privilegie o equilíbrio entre Desenvolvimento e meio ambiente.[561]

---

[559] SLAUGHTER, Anne-Marie. Building Global Democracy. Chigago Journal of International Law. CJIL. 2000.

[560] Tradução livre do autor: Os que defendem a Globalização têm razão em afirmar que a tecnologia, a urgência de problemas genuinamente globais e a interdependência política e econômica tornam cada vez mais impossível conduzir políticas nacionais sem instituições globais.

[561] Castelo Branco de Souza, Elizabeth; Correia de Oliveira, Francisco; Rodriguez de Carvalho Pinheiro,

A Região Amazônica em si, e o Brasil como um todo, carece ainda de um processo de Desenvolvimento que permita uma plena integração ao restante do país com uma face socioeconômica moderna. Para esse processo de crescimento e Desenvolvimento acontecer deve haver aproveitamento racional dos seus recursos biológicos, minerais, energéticos, bem como, de seu grande potencial pecuário, agrícola e madeireiro.

Encerra-se aqui a parte descritiva desta Tese. A seguir vão ser apresentadas as proposições que podem ser extraídas da pesquisa, em resposta às hipóteses apresentadas no início deste estudo.

Daniel; Salgueiro Chacon, Suely MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO Revista de Administração FACES Journal, vol. 8, núm. 4, octubre-diciembre, 2009, pp. 137-159 Universidade FUMEC. Minas Gerais, Brasil.

CAPÍTULO 4

O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo serão apresentadas propostas provenientes dos estudos realizados ao longo do período de pesquisa. Busca-se demonstrar, através dos elementos encontrados e referidos nos capítulos anteriores, a existência de um enorme potencial de Desenvolvimento humano, social e econômico na Região Amazônica Brasileira. Pretende-se também apresentar a possiblidade do manejo de instrumentos novos para a busca de soluções ou meios de influenciar a direção que o Brasil deve seguir no trato com as questões que envolvem a sua prosperidade e de seu povo, para que isso aconteça de acordo com a sua agenda de Desenvolvimento, conveniência e oportunidade, afastando-se da tutela dos interesses de ONG's e outros países, do movimento ambientalista de modo geral, que tem servido como forma de novo colonialismo sobre o país, dificultando sobremaneira o seu Desenvolvimento. Pretende-se, ainda, defender que essa mesma forma de ação a ser tomada no Brasil pode e deve abranger os outros países Amazônicos com o fim de defesa mútua dos seus interesses comuns.

A partir da constatação de que é um imperativo ético e lógico para a sociedade e o governo brasileiros aproveitarem mais intensamente o Patrimônio Estratégico Amazônico, defende-se que o Brasil deve aproveitar os Recursos Naturais da Amazônia.

A condição atual do povo brasileiro demonstra a existência de grande disparidade social entre as várias regiões do Brasil. Por ser um tamanho de um continente, o Brasil sofre pela impossibilidade de atender a todos os seus cidadãos de forma igualitária com as iniciativas até agora existentes. As populações do Norte e do Nordeste vivem, na média, uma condição de vida e Desenvolvimento muito inferior às populações do Centro-Sul do país. Assim é que as condições de saúde, educação, expectativa e qualidade de vida dos habitantes das regiões sul, sudeste e centro-oeste são muito superiores às condições de vida dos habitantes do norte e do nordeste. O IDH é um ótimo demonstrativo disso.

A produção de riquezas e o aproveitamento dos recursos naturais da

Região Amazônica poderá servir como forma de atender a essas necessidades, diminuindo essas diferenças regionais, em prol dos brasileiros. Mais agricultura, mais pecuária, mais extrativismo vegetal e mineral, mais aquicultura e outras atividades possíveis na região, desde que usando as melhores tecnologias e os avanços da ciência, feitos com boa governança, responsabilidade ambiental e preservando o que deve ser preservado, certamente gerarão riqueza e inclusão social, com efetiva possibilidade de melhoria das condições de vida da população brasileira. A escolha de fazer ou não está nas mãos da sociedade brasileira e dos governantes.

Neste capítulo da tese pretende-se demonstrar que as decisões de vários Organismos Internacionais dão suporte à ideia do Brasil decidir o modo e o momento de realizar o aproveitamento dos recursos do Bioma Amazônia Brasileiro em prol de seus cidadãos, independentemente de pressões externas. Isso deve acontecer porque a comunidade das nações é uníssona no combate à fome e à pobreza, reconhecendo o direito inalienável de todos os países em buscar a melhoria da condição de vida para suas populações. Na sequência, apresenta-se a ideia da criação de uma rede de proteção mútua entre os vários países da região Amazônica no sentido de proteger uns aos outros e seus interesses em relação ao aproveitamento dos recursos de cada país nas suas parcelas da Amazônia, votando em bloco nos vários Organismos Internacionais de que fazem parte na mesma direção.

Por um lado, apresenta-se a ideia da criação de um embrião de uma democracia transnacional Amazônica como forma de realizar a proteção do Patrimônio Estratégico dos países Amazônicos, a começar pelo Brasil. Os cidadãos da Amazônia são os mais preparados para dizer o que necessitam e, para fazê-lo poderão ser usados novos meios de participação democrática direta. Por outro, defender-se-á a ideia que a coleta da vontade da população brasileira, e dos outros países também, deverá ser feita de forma mais direta, fora das esferas normais de poder da democracia representativa, usando elementos de democracia direta, participativa. Só assim os governos do Brasil e dos países Amazônicos saberão as necessidades e anseios mais atuais de suas populações.

Para poder saber como isso deverá ser feito, o governo precisa conhecer os anseios da população, por isso os governantes deverão iniciar consultas populares diretas, usando mecanismos de democracia participativa ou assimétrica no âmbito

interno e consultas diretas aos outros países Amazônicos usando as vias normais de comunicação entre países e também estimulando a participação direta dos cidadãos desses outros países através de um embrião de democracia transnacional Amazônica, a fim de agrupar os vários interesses das sociedades Amazônidas e, a partir desses dados, realizar um planejamento estratégico nacional para definir como, de que forma aproveitar e qual a velocidade, aproveitar os Recursos Naturais da Amazônia Brasileira Verdadeira, pensando primeiro no bem estar dos brasileiros.

Parte-se de duas constatações: a) que 26,5 %[562] da população brasileira vive em situação de pobreza, o que é insustentável; e b) o Brasil protege ou preserva 66 %[563] do seu território, percentual muito superior ao dos outros países. Defende-se a necessidade de dar maior importância aos aspectos social, econômico e tecnológico da Sustentabilidade, a fim de permitir ao Brasil atingir um grau de prosperidade que permita, no menor espaço de tempo possível, reduzir drasticamente os níveis de pobreza existentes, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Isto porque o Brasil, longe de ser um país que desmata e destrói suas florestas, é um grande protetor do meio-ambiente. Os números da Embrapa Territorial demonstram uma outra realidade, de preservação e proteção muito superior aos dos países europeus.

4.1 O BRASIL PRESERVA O MEIO AMBIENTE?

Este capítulo deve começar com uma indagação de grande importância: O Brasil preserva o meio ambiente? A resposta que se encontrou durante a pesquisa se afasta do senso comum e demonstra uma situação totalmente diferente. Apesar de várias notícias nos jornais e na internet[564], o Brasil é um grande protetor da sua vegetação. Fica claro também da pesquisa que a população do Brasil, assim como de todos os países e todos os cidadãos do mundo, tem o direito de melhorar sua condição

[562] Agência IBGE : Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017 > Acesso em: 27 dez. 2018.

[563] CARVALHO, Carlos Alberto. Ocupação e uso de terras no Brasil a partir do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Disponível em: https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/car/index.html acesso em: 04 fev. 2019.

[564] JORNAL NACIONAL. Amazônia perde área verde igual a 200 mil campos de futebol em dez meses. Ed. De 20.06.2018. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/06/amazonia-perde-area-verde-igual-200-mil-campos-de-futebol-em-dez-meses.html Acesso em: 20 Maio 2019; REVISTA VEJA. Desmatamento da Amazônia atinge recorde em uma década. 24 nov 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/desmatamento-da-amazonia-atinge-recorde-em-uma-decada/ Acesso em: 20 Maio 2019.

de vida, superar dificuldades materiais e desenvolver-se até atingir condições capazes de sua população viver dignamente, sem sofrimentos.

Com a implantação do Cadastro Ambiental Rural no país, a Embrapa Territorial desenvolveu um projeto que visava descobrir, com rigor científico, como está sendo usado o território brasileiro, com especial ênfase para as áreas preservadas dentro dos imóveis rurais destinados à agricultura. O Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) realizou um extenso trabalho de identificação, qualificação, quantificação e cartografia das áreas destinadas à preservação nos imóveis rurais do Brasil e conseguiu obter uma excelente visão de todo o país.[565]

De acordo com pesquisadores do GITE, o país preserva 66,3% do seu território, sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo e ainda um campeão da preservação da vegetação.[566] Em janeiro de 2018 as áreas preservadas no interior dos imóveis rurais chamadas de reserva legal totalizam 25,6% do território nacional.

Além dessas áreas de reserva legal dentro dos imóveis particulares, existem as áreas protegidas que são as Unidades de Conservação e Terras Indígenas (indicadas à p. 227). Somando as áreas protegidas acima referidas, com as UC's e TIs chega-se a 55,8% do território brasileiro preservando a vegetação nativa de cada região [567].

A tabela a seguir indica claramente a situação da proteção ambiental nos Biomas brasileiros, bem como a quantidade de áreas preservados nos imóveis rurais no Brasil: Dados de dezembro de 2016[568].

TABELA 7 - ÁREAS PROTEGIDAS NOS 5 BIOMAS BRASILEIROS

[565] Os dados completos podem ser encontrados em: https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/car/index.html Acesso em: 4 fev. 2019.
[566] CARVALHO, Carlos Alberto. Ocupação e uso de terras no Brasil a partir do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Disponível em: https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/car/index.html acesso em: 04 fev. 2019.
[567] EMBRAPA GITE. Atribuição das terras do Brasil. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html Acesso em: 10 fev. 2019.
[568] EMBRAPA GITE. Atribuição das terras do Brasil. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html Acesso em: 10 fev. 2019.

Nº	Biomas	Área do Bioma (ha)	Áreas Protegidas (ha) (UCs + TIs)*	% do Bioma Áreas Protegidas (UCs + TIs)*
1	Amazônia	418.245.755	212.115.240	50,7
2	Cerrado	203.938.059	24.961.235	12,2
3	Mata Atlântica	110.613.570	10.020.980	9,1
4	Caatinga	82.652.523	6.499.874	7,9
5	Pantanal	15.131.294	762.120	5,0
6	Pampa	17.776.394	506.755	2,9
BRASIL		**848.357.596**	**254.866.204**	**30,0**

*Valores calculados e descontadas as sobreposições. O cálculo das áreas dos biomas podem não coincidir exatamente com soma das áreas dos estados. Fonte: GITE/EMBRAPA.569

Da leitura dessa tabela percebe-se claramente que o Bioma Amazônia já possuiu grandes áreas destinadas a preservação ambiental. Mais da metade do Bioma já está reservado para proteção.

Antes dos dados acima referidos, é necessário esclarecer o que é Reserva Legal. Uma construção brasileira quase centenária, com aplicação em todo o território nacional.

Desde o Código Florestal Brasileiro de 1934 já havia referência a uma área a ser protegida no interior das florestas particulares de preservação de áreas no interior de imóveis rurais particulares. O atual Código Florestal, Lei 12.651/2012, a define como:

> III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos Recursos Naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Dessa definição legal é importantíssimo destacar que a Reserva Legal não se trata de áreas públicas, mas sim de partes das propriedades e posses rurais particulares, onde a obrigação legal de manter a vegetação nativa é do particular, transferindo, por força de lei, a obrigação de preservação ambiental ao cidadão, ao

569 GITE. Atribuições de terras do Brasil. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html Acesso em: 4 fev. 2019.

produtor rural. Além disso, relevante lembrar que se aplica a todo o território nacional, a todos os biomas brasileiros. A reserva legal vem protegendo, há décadas, áreas de vegetação nativa em todo o país, não se limitando à Amazônia. Além das áreas públicas destinadas à preservação ambiental, existem também as áreas no interior dos imóveis rurais particulares com a mesma finalidade. Existe um sistema complementar de proteção e conservação ambiental no país.

As áreas de reserva legal têm extrema importância porque, como pode ser visto na tabela abaixo, todo o Brasil é coberto por vegetação nativa preservada, onde ela existir, trazendo os benefícios diretos de vegetação onde os empreendimentos econômicos estão. O sequestro de parte do carbono emitido pelos brasileiros é realizado no próprio local. Veja-se abaixo que os valores e percentuais.

Tabela 8 - Análise das áreas cadastradas no CAR e SICAR e das áreas dedicadas à vegetação nativa nos imóveis rurais de 26 estados e o Distrito Federal, até janeiro de 2018**.**

ESTADOS	ÁREA DO ESTADO (ha)	ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS DO CAR EM JANEIRO DE 2018 (ha)	ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS DO CAR MIGRADOS AO SICAR DE JANEIRO DE 2018 (ha)	ÁREA DESTINADA À PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA NOS IMÓVEIS RURAIS MIGRADOS AO SICAR DE JANEIRO DE 2018 (ha)	ESTIMATIVA DA ÁREA DESTINADA À PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA NOS IMÓVEIS RURAIS NÃO MIGRADOS AO SICAR DE JANEIRO DE 2018 (ha)	TOTAL DA ÁREA DESTINADA À PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA NOS IMÓVEIS RURAIS DO CAR DE JANEIRO DE 2018 (ha)	% DA ÁREA DEDICADA À PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DENTRO DOS IMÓVEIS RURAIS	% DA ÁREA DO ESTADO E DO BRASIL DEDICADA À PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA PELOS IMÓVEIS RURAIS
Acre	16.448.565	9.256.391	9.301.344	7.596.763	0	7.596.763	81,7%	46,2%
Alagoas	2.783.983	1.236.694	1.186.620	270.039	11.395	281.434	22,8%	10,1%
Amapá	14.314.372	3.239.661	4.719.372	3.663.163	0	3.663.163	77,6%	25,6%
Amazonas	156.259.841	29.392.948	40.951.337	31.919.702	0	31.919.702	77,9%	20,4%
Bahia	56.597.972	19.523.669	19.099.217	8.556.829	190.163	8.746.992	44,8%	15,5%
Ceará	14.924.911	5.038.961	4.707.403	2.685.504	189.149	2.874.653	57,0%	19,3%
Distrito Federal	578.004	652.489	440.240	176.671	85.177	261.847	40,1%	45,3%
Espírito Santo	4.608.487	2.477.472	2.253.784	732.915	72.742	805.657	32,5%	17,5%
Goiás	33.508.164	26.487.221	24.133.909	8.339.751	813.214	9.152.965	34,6%	27,3%
Maranhão	33.266.947	18.706.101	16.308.777	8.805.367	1.294.353	10.099.721	54,0%	30,4%
Mato Grosso	90.536.299	68.990.299	62.089.490	31.922.540	3.547.965	35.470.505	51,4%	39,2%
Mato Grosso do Sul	35.714.564	30.221.999	13.796.956	5.080.128	6.047.806	11.127.933	36,8%	31,2%
Minas Gerais	58.781.589	41.232.521	38.461.809	13.046.570	939.849	13.986.419	33,9%	23,8%
Pará	125.071.067	60.172.635	50.188.806	28.903.011	5.749.544	34.652.554	57,6%	27,7%
Paraíba	5.659.427	2.758.339	2.602.931	1.335.298	79.724	1.415.021	51,3%	25,0%
Paraná	19.974.776	16.073.570	15.125.859	4.349.553	272.521	4.622.074	28,8%	23,1%
Pernambuco	9.836.554	5.036.162	4.726.104	1.995.285	130.901	2.126.187	42,2%	21,6%
Piauí	25.213.294	11.651.270	10.746.444	6.775.926	570.518	7.346.443	63,1%	29,1%
Rio de Janeiro	4.387.777	2.210.262	2.003.554	706.250	72.864	779.114	35,2%	17,8%
Rio Grande do Norte	5.292.776	2.752.718	2.603.275	1.510.266	86.698	1.596.964	58,0%	30,2%
Rio Grande do Sul	26.935.940	19.805.001	19.046.468	3.901.477	155.378	4.056.854	20,5%	15,1%
Rondônia	23.811.501	11.819.798	13.085.517	6.357.310	0	6.357.310	48,6%	26,7%
Roraima	22.479.549	4.282.480	3.936.543	2.889.805	253.951	3.143.756	73,4%	14,0%
Santa Catarina	9.594.745	7.139.308	6.562.812	2.418.013	212.405	2.630.418	36,8%	27,4%
São Paulo	24.876.928	19.191.786	18.314.489	3.986.115	190.942	4.177.057	21,8%	16,8%
Sergipe	2.196.348	1.209.538	1.098.727	273.515	27.585	301.100	24,9%	13,7%
Tocantins	27.833.340	16.019.654	16.019.654	9.053.194	0	9.053.194	56,5%	32,5%
BRASIL	**851.487.720**	**436.578.947**	**403.511.441**	**197.250.957**	**20.994.844**	**218.245.801**	**50,0%**	**25,6%**

Fonte: EMBRAPA.[570]

Fazendo uma soma dos tipos de áreas preservadas acima, chega-se a descobrir a extensão do que o país preserva. Toma-se como exemplo mais detalhado apenas um Estado.

O Estado do Amazonas possui aproximadamente 155 milhões de hectares. Desse total, 54,5 % são de áreas protegidas (UC's + TIs). Além disso, possui quase 32 milhões de hectares de áreas de reserva legal no interior dos imóveis rurais produtivos. A soma dessas áreas, de acordo com os dados tabulados, é de 116.862.375 de hectares de áreas protegidas ou preservadas. Destaca-se: Apenas o

[570] EMBRAPA. Disponível em: https://www.embrapa.br/car/resultados Acesso em: 10 fev. 2019.

Estado do Amazonas tem mais de um milhão de quilômetros quadrados de áreas protegidas por lei. O Brasil inteiro possui 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área.

Segue abaixo uma tabela com os dados dos Estados que estão totalmente dentro do Bioma Amazônia que permite visualizar a dimensão do que está sendo protegido no Brasil.

Tabela 9 - Áreas Protegidas nos Estados que fazem parte totalmente do Bioma Amazônia.

	ESTADO	ÁREA TOTAL (ha)	UC+TI (ha)	RESERVA LEGAL (ha)	TOTAL PROTEGIDO (ha)	ESTADO (%)
1	ACRE	16.412.346	7.614.459	7.596.763	15.211.222	92,68
2	AMAPÁ	14.282.852	10.117.675	3.663.163	13.780.838	96,48
3	AMAZONAS	156.259.841	84.942.673	31.919.702	116.862.375	74,78
4	PARÁ	124.795.667	70.153.860	34.652.554	104.806.414	83,98
5	RONDÔNIA	23.811.501	10196.471	6.357.310	16.553.781	69,52
6	RORAIMA	22.430.051	14.949.716	3.143.768	18.093.484	80,66
	TOTAL	357.992.258	197.974.854	87.333.260	285.308.114	Média 83,01%

Quadro elaborado pelo autor.
UC – Unidades de Conservação. TI – Terras Indígenas. ha – hectare.
Excluídos os Estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, estão apenas parte no Bioma Amazônia.
Fonte: EMBRAPA GITE

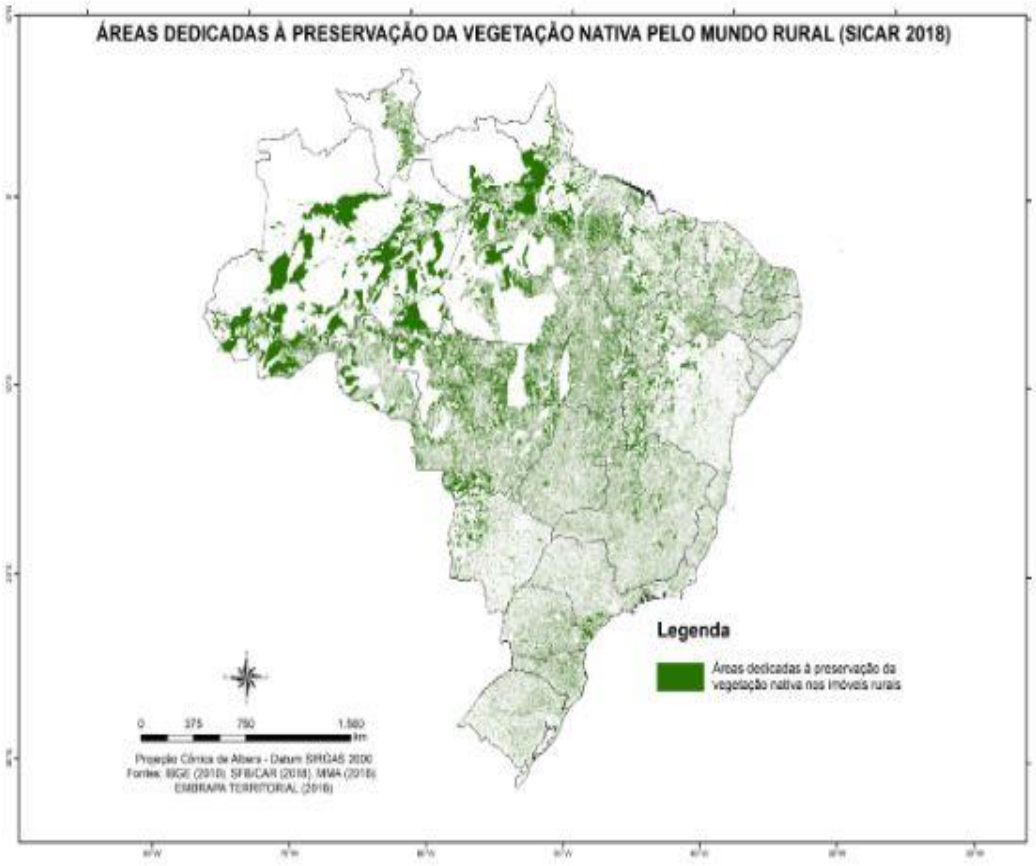
Apenas no Bioma Amazônia, conforme os dados tabulados no quadro acima, a preservação ambiental hoje existente é, em média, de 83,01%. Um percentual tão alto não é encontrado em nenhum país do mundo. Se a matéria fosse de ordem tributária, esse percentual certamente seria tratado como confisco.

De acordo com os mesmos dados do GITE da Embrapa, existem 257.257.508 hectares de áreas protegidas no país inteiro. As Unidades de Conservação e Terras Indígenas são equivalentes a 30,2 % do Brasil[571]. Somando-se a 218.245.801 hectares de reservas legais, equivalentes a 25,6 %, chega-se ao total de 475.503.309 hectares, sendo 55,8% do Brasil protegido de alguma forma. Isso

[571] Mapa à fl. 225.

equivale a 4.755.033 km2. Segue mapa das áreas de vegetação preservadas nos imóveis rurais brasileiros em janeiro de 2018.

Mapa 10 – Áreas Preservadas



Fonte: EMBRAPA.[572]

As áreas em verde são aquelas preservadas no interior dos imóveis rurais e não incluem as áreas de Unidades de Conservação e as Terras Indígenas. Pela simples visualização percebe-se que a preservação ambiental brasileira acontece em todo o território nacional e, quanto mais se afasta do eixo Sul-Sudeste, mais preservação ambiental existe. Destaca-se apenas que os grandes brancos no mapa acima existentes no Bioma Amazônia são referentes às UCs e TIs em profusão concentradas nessa parte do Brasil.

Acresce-se o fato do Código Florestal Brasileiro, Lei 12.651/2012, obrigar a preservação das chamadas áreas de Preservação Permanente, conhecidas como

[572] EMBRAPA. Disponível em: https://www.embrapa.br/car/resultados Acesso em: 10 fev. 2019.

APPs, em todo o território nacional, servindo como uma terceira forma de proteção ambiental. O art. 3º do Código Florestal define essa área:

> II – Área de Preservação Permanente – APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

No art. 4º do Código Florestal são estabelecidos 11 incisos com as áreas de proteção permanente, especialmente nas margens dos rios, que vão de 30 a 500 metros de largura.

Oportuno registrar que as áreas de proteção permanente são as mesmas em todo o país, não havendo diferenciação de tamanho entre os limites de proteção entre os vários biomas ou Estados Brasileiros, deixando bem claro que a pretensão de preservação é a mesma do Bioma Amazônia ao Bioma Pampa.

Além desses três sistemas de proteção da vegetação e da vida no interior dos biomas brasileiros, há um outro ponto a ser destacado. Percebe-se que as áreas do Bioma Amazônia que estão sendo preservadas (latu sensu) são extremamente ricas e dispõe de potencial econômico relevante, seja pela existência de madeira, água e espaço em abundância onde pode ser plantada uma variedade de produtos agrícolas ou mesmo para mineração ou pecuária. Sua situação é diferente de outros países, que protegem regiões desérticas, incapazes de produzir alguma riqueza. Segundo a Embrapa Territorial, há países do mundo que protegem desertos.[573]

Após analisar todos esses dados, Ficou claro que, ao contrário do que se busca dizer na mídia, que o Brasil vem preservando o meio ambiente como um todo, em todo o país. Disso se pode concluir que, na verdade, a pressão que existe sobre a Amazônia tem sido feita como se a Região Amazônica não pertencesse ao Brasil ou como se o Brasil não fosse uma unidade e a Amazônia pudesse ser separada. Aliás, salta aos olhos a impressão de que os movimentos ambientalistas tratam a Amazônia como um pedaço separado do Brasil. Relevante ressaltar os esforços dos militares brasileiros nas diversas fases em que agiram para integrar a região ao país

[573] EMBRAPA. GITE. Atribuição de terras no Brasil. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html acesso em: 9 fev. 2019.

e dar-lhe Desenvolvimento. O mote “Integrar para não entregar” dos anos 60 trouxe resultados efetivos.

Ultrapassada essa fase inicial, em que foi constatado que o pilar ambiental da Sustentabilidade está sendo bem preservado porque o Brasil preserva o meio ambiente, deve-se registrar que as condições da população brasileira e de sua economia demandam que alguma coisa seja feita para melhorar a vida das pessoas. As dimensões social e econômica estão muito abaixo das necessidades e do potencial que podem atingir. A Sustentabilidade é o equilíbrio das suas dimensões e deve-se atuar para conseguir alcançá-lo. Por isso a seguir será tratada a questão do Desenvolvimento nacional.

4.2 O BRASIL PRECISA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Através da pesquisa conseguiu-se comprovar que vários Organismos Internacionais têm reconhecido o direito ao Desenvolvimento dos povos e países que passam por dificuldades graves e, de alguma forma, suas populações passam por privações relevantes. Esses países, chamados em Desenvolvimento ou países pobres, da periferia mundial, tem o direito de aproveitar, do ponto de vista econômico, os Recursos Naturais que possuem para obter ganhos de qualidade de vida para as suas populações. Assim a ONU e com ela todos os seus componentes, reconheceu através da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 1986, que a busca de uma vida melhor é um direito humano, exercitável pessoalmente e coletivamente no interior dos Estados-Nação e nas relações com outros países. Com base nesse direito ao Desenvolvimento vem agindo em relação ao sofrido povo da África; reconhecendo o direito da China de poluir a atmosfera mundial com altíssimas concentrações de CO2 para crescer economicamente e atender centenas de milhões de pobres; Por sua vez, a Corte Internacional de Justiça reconheceu o direito de realizar obras para melhoria da condição de vida da população dos países cujos casos foram estudados no Capítulo 2; O Tribunal Internacional do Direito do Mar reconheceu o direito de exploração de petróleo por Gana na sua plataforma continental; e a OMC reconheceu a obrigação da China voltar a vender as terras raras que possui sem reduzir o volume e, em outro caso, autorizou o licenciamento compulsório de patentes de remédios para tratamento de AIDS/HIV.

Desses julgamentos percebe-se uma imbricação muito grande na questão do Desenvolvimento. Consegue-se perceber que na verdade não se reconheceu apenas o direito ao Desenvolvimento dos países e seus cidadãos, mas reconheceu-se a necessidade do Desenvolvimento desses países e cidadãos.

A busca de prosperidade para todos que necessitam atingir um grau mínimo de dignidade humana é um direito humano internacional ou melhor, um direito humano reconhecido internacionalmente conforme se viu na Declaração da ONU de 1986.

Estabelecidas essas premissas, passa-se à análise da situação do Brasil.

Segundo os dados do IBGE e do IDH mais recentes, observa-se claramente que o país necessita realizar um grande salto no seu Desenvolvimento, seja do ponto de vista quantitativo (o que seria simples crescimento), seja do ponto de vista qualitativo, estruturante. O país precisa atingir prosperidade e, para tanto, será imprescindível usar os recursos que tem à disposição e deve fazê-lo com urgência.

O sentimento generalizado no país é de que as coisas não vão bem. A sensação é de desencanto, desengano, depressão, desemprego, desassossego e insegurança. O exato oposto de prosperidade. Vive-se em uma situação de Crise permanente. A situação da pobreza no país é grave e necessita de uma atuação urgente.

Há no país mais de 15 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Isso quer dizer vivendo em situação de miséria. Proporcionalmente isso quer dizer 7,4 % da população brasileira vivendo na miséria. Isso é gravíssimo. Mas não é só: 26,5 % da população vive em condição de pobreza conforme definido pela ONU, isso quer dizer que de cada 4 brasileiros, um é pobre.[574]

Mas as notícias ruins não param por aí. Existe uma grande concentração de pobreza nos Estados das Regiões Norte e Nordeste. No extremo, o Estado do

[574] IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. – Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Maranhão, possui 54,1 % da sua população vivendo na pobreza. De cada 2 maranhenses, um é pobre, vivendo uma vida de privações.

Mais especificamente, percebe-se que, enquanto o mundo se preocupa com a preservação da floresta, a população da PanAmazônia tem uma condição de vida muito ruim. De acordo com o estudo "A Amazônia e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio"[575] feito, pelas próprias ONGs que tocam a Estratégia de preservação regional, cerca da metade da população que vive na região amazônica encontram-se abaixo da linha da pobreza. A situação é mais crítica na Amazônia boliviana (60%), equatoriana (59%), peruana (54%), na Guiana Inglesa (54%), Venezuela (52%) e Suriname (51%). Segundo essa obra, no Brasil, são 42 % dos Amazônidas vivendo na pobreza.

Esse mesmo relatório[576] apresenta outros dados alarmantes acerca da mortalidade infantil, a saúde e analfabetismo da população nos países Amazônicos:

> Na Amazônia boliviana, a mortalidade infantil está acima das regiões mais pobres do mundo, são 73 casos por mil nascidos vivos, e na Amazônia peruana 38 casos por mil. Em alguns países, a desnutrição nas regiões amazônicas atinge um quarto da população infantil. As maiores taxas encontram-se no Peru (24%) e na Bolívia (21%). O estudo mostra que o analfabetismo na Amazônia está acima do limite internacionalmente considerado como crítico pela UNESCO, que é de 5%. Na Amazônia brasileira, é mais do que o dobro (11%) e na Amazônia boliviana é 17%. Todos os outros países da pan-Amazônia apresentam números acima desse nível crítico, com 8% na Amazônia peruana, 6,5% na Amazônia equatoriana e 6% na Amazônia venezuelana.
>
> Em relação à saúde, o estudo mostra que na Amazônia, o acesso a um sistema de qualidade é limitado em comparação com a porção não amazônica dos países avaliados. Os países amazônicos têm entre 0,5 e 1,5 médico para cada mil habitantes. Essa vulnerabilidade é acentuada pela urbanização descontrolada em razão de um forte êxodo rural. A expansão urbana ocorre, via de regra, sem saneamento básico abrindo caminho para a proliferação de doenças e de condições de vida execráveis. A propagação do vírus da AIDS aumentou nos últimos anos em toda a região amazônica. A

[575] ARTICULACIÓN REGIONAL AMAZONICA. A Amazônia e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: < https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/ODM_PAN_AMAZONIA_port.pdf p. 20 Acesso em: 9 fev. 2019.

[576] ARTICULACIÓN REGIONAL AMAZONICA. A Amazônia e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em < https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/ODM_PAN_AMAZONIA_port.pdf p. 20 Acesso em: 9 fev. 2019.

> tuberculose é uma doença que está em baixa no mundo inteiro menos na fração amazônica do mundo. A incidência dessa doença nos países amazônicos como o Peru e a Bolívia é a mais elevada do planeta. O estudo aponta que na Amazônia, algo entre 400 mil e 600 mil pessoas contraem malária a cada ano.

Embora a região possua a maior biodiversidade do planeta e potencial econômico inestimável, pode-se dizer que a sua população encontra-se na pobreza. Os ambientalistas que se preocupam tanto em barrar o desmatamento para proteger a Amazônia não dão a mesma importância com o desemprego e a pobreza do povo.

O critério ético encontra-se relacionado com dimensão social. Freitas[577] assevera: “de nada serve cogitar da sobrevivência enfastiada de poucos, encarcerados no estilo oligárquico, relapso e indiferente, que nega a conexão de todos os seres vivos, a ligação de tudo, e, desse modo, a natureza imaterial do Desenvolvimento”.

Freitas ensina:

> (...) a Sustentabilidade na sua dimensão social reclama: a) o incremento da equidade intra e intergeracional; b) às condições propícias ao florescimento virtuoso das potencialidades humanas, com educação de qualidade para o convívio; c) o engajamento na causa do Desenvolvimento que perdura e faz a sociedade mais apta a sobreviver, a longo prazo, com dignidade e respeito à dignidade dos demais seres vivos.

Dessa forma, deve-se buscar um real Desenvolvimento para a região amazônica, que não se contente apenas na preservação, mas que comporte também e, ao menos, os princípios humanísticos e condições fundamentais de sobrevivência digna do ser humano.

Uma mudança de olhar sobre a Amazônia é algo urgente, sua população, na maioria, é pobre e sofre pelo descaso e esquecimento, haja vista, que ao se olhar para região a maioria apenas vê a Floresta, sem se importar com seu povo.

Esse quadro é lastimável e não há dúvida que precisa ser modificado. É evidente que a atuação do governo brasileiro deve atender ao conceito de

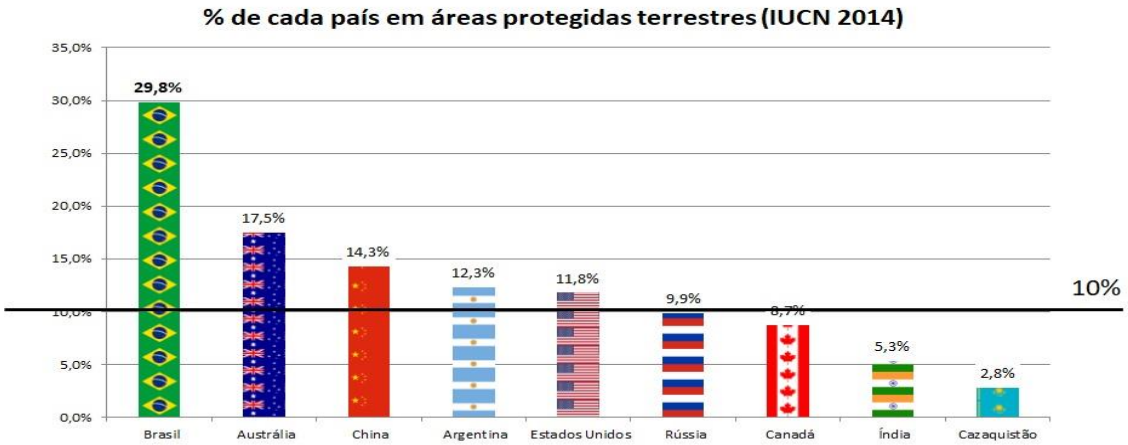
[577] FREITAS, Juarez. Sustentabilidade direito ao futuro. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum. 2012, p. 58.

Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. Não se pode afastar do necessário equilíbrio entre as dimensões social, econômica, ambiental e tecnológica.[578]

Para tanto é necessário que o Governo Brasileiro, observando a urgência na tomada de medidas que melhorem o emprego e a renda dos seus habitantes, estimule e incentive a realização de projetos de aproveitamento dos recursos da Amazônia, diminuindo o tempo para apreciação dos projetos existentes na região, além de decidir por autorizar a mineração nas áreas já conhecidas e que possuem empresas interessadas, ressaltando com clareza a obrigatoriedade de recomposição ambiental das áreas a serem exploradas imediatamente e permitindo o aproveitamento do espaço e das riquezas renováveis num percentual maior do que hoje autorizado, de 20% dos imóveis particulares, fora as Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Mais abaixo será apresentada com mais profundidade uma proposta concreta de aproveitamento das terras na Amazônia.

De acordo com levantamento da Embrapa Territorial, a média de proteção dos 9 maiores países do mundo, fora o Brasil, é inferior a 10 % de seu território. A proteção do Brasil é de 55,8%, mais de três vezes o segundo lugar e, ao contrário da Austrália, não tem deserto como área de preservação.

Quadro 1 -



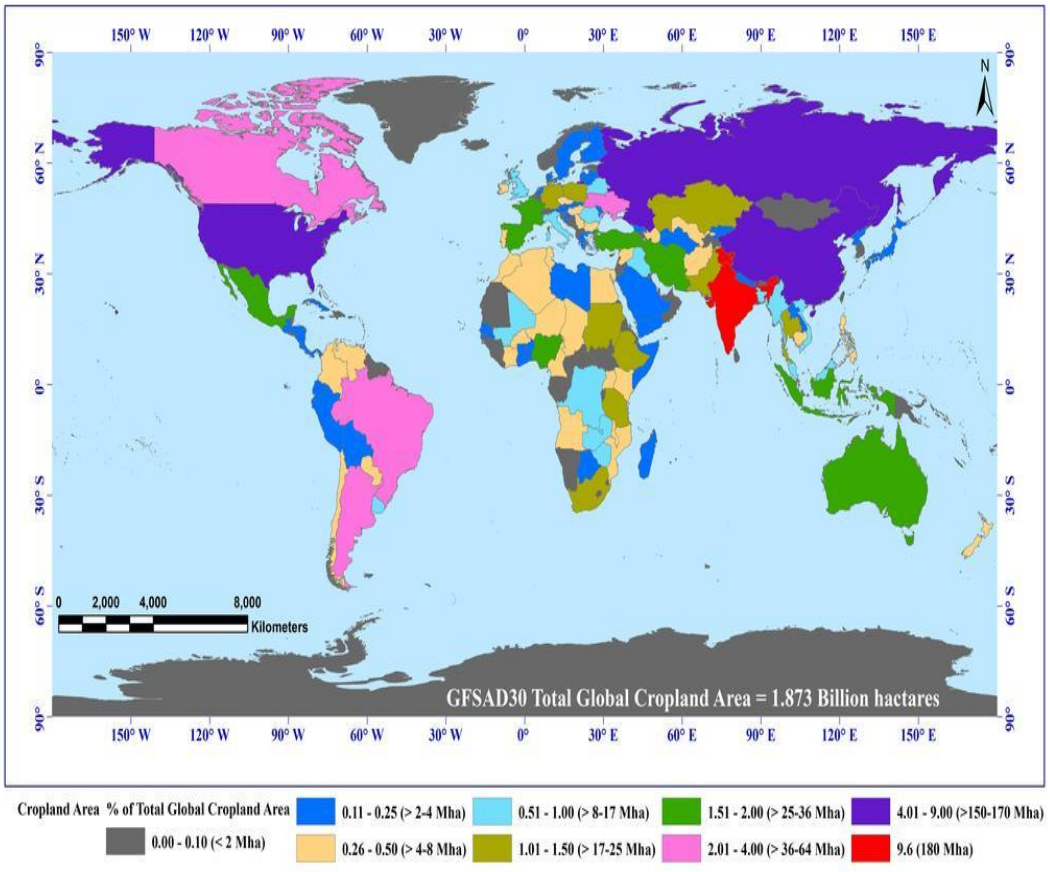
Fontes:
Área dos países: CIA World Factbook 2013. https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html
Áreas protegidas: IUCN and UNEP-WCMC (2014), The World Database on Protected Areas (WDPA) [On-line], [08/2016], Cambridge, UK: UNEP-WCMC. Available at: www.protectedplanet.net.

[578] Juarez Freitas fala de cinco dimensões (ambiental, social, econômica, ética e político-jurídica). John Elkington, criador do termo *Triple bottom line,* cita apenas três delas (ambientel, social e econômica). Prefere-se a solução de Gabriel Ferrer e Paulo Cruz (social, econômica, ambiental e tecnológica) por reconhecer a extrema importância da questão tecnológica para o futuro da humanidade.

Além das áreas de proteção propriamente ditas, tem extrema importância verificar como os outros países do mundo estão tratando a questão agrícola. Já se demonstrou que o Brasil usa pouco o seu território para a produção agrícola.

Através do mapa[579] abaixo pode-se ver o percentual de terras usadas para plantações (terras agrícolas) em relação ao mundo.

Mapa 11 – Percentual de uso agrícola



O Brasil, Argentina, Canadá e Ucrânia têm plantações em percentual que vai de 2,01% a 4% da superfície da terra. Estados Unidos, Rússia e China estão no

[579] Fonte: USGS. Disponível em: Global Food Security-Support Analysis Data at 30 m. Acesso em 10 fev. 2019.

intervalo de 4,01% a 9%. E apenas a Índia está no patamar superior a 9% de área plantada em relação ao planeta.

Apresenta-se abaixo uma tabela com o total de áreas plantadas de alguns dos países mais importantes do mundo.

Tabela 10 – Áreas Plantadas por país

	País	Tam. ha	Plantações	% país	%mundo
1	Índia	297.459.504	179.800.110	60,45	9,60
2	Rússia	1.633.037.880	155.799.806	9,54	8,31
3	EUA	914.854.875	167.756.658	18,34	8,95
4	CHINA	932.824.512	165.228.334	17,71	8,82
5	BRASIL	845.047.923	63.994.709	7,57	3,41
6	ARGENTINA	273.879.142	38.383.784	14,01	2,04
7	CANADA	913.513.514	42.980.283	4,70	2,29
8	FRANÇA	54.805.243	31.795.512	58,02	1,69
9	ESPANHA	49.873.874	31.786.945	63,73	1,69
10	ALEMANHA	34.888.430	19.863.347	56,93	1,06
11	IRLANDA	6.889.803	5.148.229	74,72	0,27
12	UCRANIA	57.971.910	43.375.936	74,82	2,31
13	DINAMARCA	4.241.546	3.259.391	76,82	0,17
14	HUNGRIA	9.050.078	7.294.849	80,61	0,38
15	MOLDÁVIA	3.287.234	2.863.151	87,10	0,15

Quadro elaborado pelo autor. Fonte: Cropland.org.[580]

Da leitura desse quadro, percebe-se claramente que todos os maiores países do mundo têm usado sistematicamente a sua área para gerar riquezas e melhorar a condição de vida da sua população, à exceção do Brasil e do Canadá.

A França e a Espanha, somadas, possuem a mesma área plantada que o Brasil. Porém, este é 7,5 vezes maior do que esses dois países juntos.

Deve ser observado, ainda, a situação do futuro. Até 2050 a população mundial deverá chegar a aproximadamente 10 bilhões de habitantes. De onde virá alimento para tanta gente?

[580] CROPLAND. Land area map. Disponível em: https://croplands.org/app/map/statsMap acesso em: 10 fev. 2019.

Nesse sentido é importante destacar que conforme dados do “World Population Prospects The 2017 Revision[581]” em 2050 o mundo terá cerca de 9,8 bilhões de pessoas, vejamos:

> Today, the world’s population continues to grow, albeit more slowly than in the recent past. Ten years ago, the global population was growing by 1.24 per cent per year. Today, it is growing by 1.10 per cent per year, yielding an additional 83 million people annually. The world’s population is projected to increase by slightly more than one billion people over the next 13 years, reaching 8.6 billion in 2030, and to increase further to 9.8 billion in 2050 and 11.2 billion by 2100.[582]

Tabela 11 – População do Mundo – Projeção até 2050

TABLE 1. POPULATION OF THE WORLD AND REGIONS, 2017, 2030, 2050 AND 2100, ACCORDING TO THE MEDIUM-VARIANT PROJECTION

Region	*Population (millions)*			
	2017	*2030*	*2050*	*2100*
World	7 550	8 551	9 772	11 184
Africa	1 256	1 704	2 528	4 468
Asia	4 504	4 947	5 257	4 780
Europe	742	739	716	653
Latin America and the Caribbean	646	718	780	712
Northern America	361	395	435	499
Oceania	41	48	57	72

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision*. New York: United Nations.

E de onde que saíra alimento, água e energia para todas essas pessoas?

Conforme o diretor-geral da Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o brasileiro José Graziano da Silva, durante sua participação no Fórum Global para a Alimentação e a Agricultura, parte da “Semana Verde” em Berlim (Alemanha), uma mudança de paradigma é necessária para substituir o modelo

[581] UM. World Population Prospects: The 2017 Revision. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/publications/world-population-prospects-the-2017-revision.html Acesso em: 10 fev. 2019.

[582] Tradução livre do autor: Hoje, a população mundial continua a crescer, embora mais lentamente do que no passado recente. Dez anos atrás, a população global estava crescendo 1,24% ao ano. Hoje, está crescendo 1,10% por ano, gerando um adicional de 83 milhões de pessoas anualmente. A população mundial está projetada para aumentar em pouco mais de um bilhão de pessoas nos próximos 13 anos, chegando a 8,6 bilhões em 2030, e para aumentar ainda mais para 9,8 bilhões em 2050 e 11,2 bilhões até 2100.

agrícola dos últimos 40 anos, em um mundo que enfrenta alterações provocadas pelas mudanças climáticas e uma disputa acirrada pelos recursos.[583]

Nesse mesmo encontro, ao ser abordado acerca do uso da terra para a produção de biocombustíveis, o chefe da FAO ressaltou que é preciso deixar para trás o debate de “comida versus combustível” para alimentar o debate “comida e combustível”. Para ele, graças a experiência angariada nos últimos anos com a tecnologia de produção, os países possuem hoje mais conhecimento para avaliar as oportunidades e riscos do Desenvolvimento dessa forma de combustível e, portanto, podem decidir melhor se o seu uso compensa no âmbito social, econômico e em questões ambientais. [584]

Dessa forma, se o ritmo de consumo continuar como o atual, em 2050 será necessário 60% a mais de comida, 50% a mais de energia e 40% a mais de água.[585] Assim é preciso esforços e investimentos que comportem essa demanda.

Nesse cenário, a região amazônica, nas últimas décadas, teve uma aceleração no processo de integração com a economia nacional, ampliando-se sua fronteira agrícola, de 1995 a 2006, as taxas de crescimento da agropecuária na Amazônia foram superiores às taxas de crescimento nacionais, conforme estudo "Caracterização e Análise da Dinâmica da Produção Agropecuária na Amazônia Brasileira" com dados do Censo Agropecuário[586], contudo ainda é muito pouco para a imensidão e o potencial que há na região.

---

[583] NAÇÕES UNIDAS. ONU-BR. FAO: Se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água. Disponível em> < https://nacoesunidas.org/fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisara-de-60-mais-alimentos-e-40-mais-agua/ > Acesso em: 10 fev. 2019.

[584] NAÇÕES UNIDAS. ONU-BR. FAO: Se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisara-de-60-mais-alimentos-e-40-mais-agua/ > Acesso em: 10 fev. 2019.

[585] NAÇÕES UNIDAS. ONU-BR. FAO: Se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisara-de-60-mais-alimentos-e-40-mais-agua/ > Acesso em: 10 fev. 2019.

[586] REVISTA VALOR. Agropecuária na Amazônia é a que mais cresce no país. Disponível < https://www.valor.com.br/empresas/3055678/agropecuaria-na-amazonia-e-que-mais-cresce-no-pais >

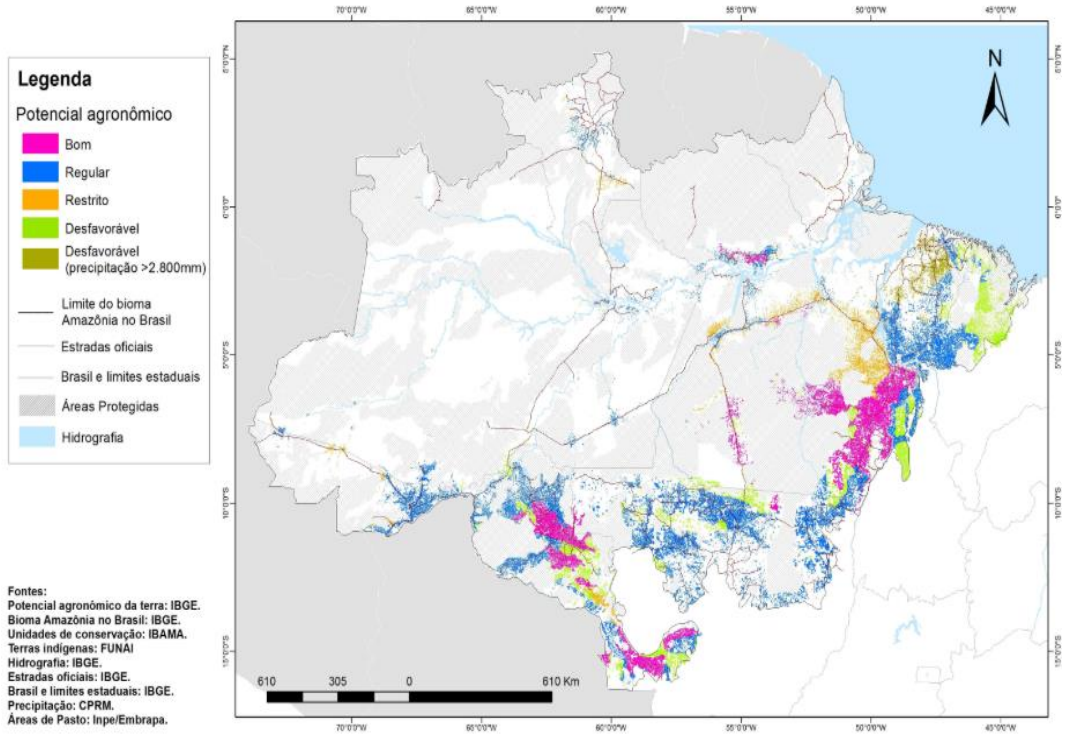
Sobre essa modernização no setor agrícola amazônico, programas de pesquisa e desenvolvimento agruparam em três modelos as mudanças tecnológicas ocorridas:

> I. Modernização Agrícola - relacionada com uma expressiva adoção, nas décadas de 40 e 50, de práticas culturais e de tecnologias modernas como mecanismos para promover aumentos importantes na produção agrícola em complementação à disponibilidade de cultivares e raças superiores obtidas como resultado da utilização do melhoramento genético;
>
> II. Revolução Verde - relacionada com o refinamento dos procedimentos genéticos nos processos de melhoramento genético de interesse agrícola, iniciada na década de 60 e que ainda continua, embora atualmente com ganhos de produtividade pouco expressivos; e
>
> III. Revolução Biotecnológica **-** relacionada com o uso de processos biotecnológicos em nível molecular, isoladamente ou em combinação com os processos de melhoramento genético tradicionais, que começou na década de 80 e é uma das poucas perspectivas técnico-científicas que pode atender as crescentes demandas por alimentos, fármacos e fontes de energia alternativa além de propiciar a conservação e a qualidade do meio ambiente.[587]

Dessa forma, como já dito no decorrer da tese, inúmeros são os Recursos Naturais, bem como, a possibilidade de aproveitamento da terra na região amazônica. O maior bioma brasileiro caracteriza-se por ser composto de diversos ecossistemas, tais como: floresta de terra firme, floresta de várzea, igapó, savana, campinarana, campos naturais, entre outros. Diante disso, seu solo é fisicamente adequado para uso agrícola.[588] Abaixo, verifica-se um mapa feito pelo Imazon, demostrando o potencial agronômico da região.

Mapoa 12 – Potencial Agronômico

[587] https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/agricultura-na-regiao-amazonica_384204.html
[588] EMBRAPA. Bioma Amazônico. Disponível em: < https://www.embrapa.br/web/rede-ilpf/bioma/amazonia > Acesso em: 10 fev. 2019.



No mais, merece destaque o cultivo da soja, que na Amazônia corresponde a 13% do plantio nacional da *commodity* agrícola, em uma área de 4,48 milhões de hectares (dados 2016/17), sendo que conforme o Ministério do Meio Ambiente, o plantio de soja em áreas desmatadas da Amazônia corresponde a apenas 1,2% do total desflorestado do bioma. [589]

Portanto, pelo que se vê a modernização da produção da soja permitiu o extremo avanço da agricultura mecanizada na Amazônia, com sistemas de produção altamente capitalizados. De acordo com dados do IBGE apenas o estado do Mato Grosso teve uma produção avaliada em R$ 43.383.793 milhões (representando 13,6% do total), sendo maior produtor brasileiro de cereais, leguminosas e oleaginosas, além de ser o maior produtor de soja, sendo que 9% de toda a soja produzida no mundo em 2017 veio de Mato Grosso, o que corresponde a 30.479.870 de toneladas.[590]

[589] O Eco. Disponivel em: https://www.oeco.org.br/noticias/area-de-cultivo-de-soja-na-amazonia-quadruplicou-desde-2006/ Acesso em: 10 fev. 2019.
[590] MENDES. Vinicius. Mato Grosso produziu 9% de toda soja no mundo no ano passado. Disponível em: http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=26542&noticia=mato-grosso-produziu-9-de-toda-soja-no-mundo-no-ano-passado Acesso em: 10 fev. 2019.

Diante de tais números verifica-se que a produção de alimentos pode gerar emprego e renda, além de possibilitar a diminuição dos desequilíbrios sociais. Quebra de dogmas com relação as terras amazônicas e a adoção de medidas visando sua ocupação racional e a ampliação do conhecimento sistematizado e científico da região, tornam-se urgentes e extremamente importantes, de modo a propiciar meios necessários para a implantação do Desenvolvimento Sustentável da região, tendo como premissa básica a preservação dos Recursos Naturais, contudo tendo o homem como seu principal beneficiário.

Para isso deverá ser feito um grande planejamento ambiental estratégico nacional, quando deverão ser definidos os limites que o Brasil está pronto para proteger de seu território, para o seu bem e para o bem da humanidade. Nesse projeto deverão ser consultados todos os brasileiros, de forma direta, através de mecanismos de democracia participativa ou assimétrica para descobrir quanto deve ser preservado e quanto pode ser aproveitado.

Nesse ponto, relevante definir também a questão do aproveitamento das reservas minerais brasileiras, dentro e fora de unidades de conservação, Terras Indígenas e de áreas não protegidas, a fim de evitar situações absurdas como a que aconteceu há 2 anos, quando o Presidente da República voltou atrás no desbloqueio da área da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA), criada pelo Decreto 89.404, de 24.2.1984, para interesses privados porque houve desagrado de ambientalistas do mundo, inclusive de artistas[591]. A Reserva Nacional do Cobre e Associados é uma área rica em minérios situada nos limites dos Estados do Pará e Amapá, maior do que a Dinamarca, e que tinha exclusividade de pesquisa e lavra para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Ela é uma reserva mineral. Nunca foi reserva ambiental. Reportagem da BBC Brasil informou a visão de alguns geólogos sobre a situação. Para eles “Reação ao fim da Renca foi 'histeria', 'infantilidade' e 'desinformação'”[592] E a explicação é muito simples, o próprio decreto preservava a integridade das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas existentes na RENCA. Nenhuma delas sofreria qualquer prejuízo. O interesse

[591] GLOBO. Renca: governo revoga decreto que liberava mineração em reserva na Amazônia. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/decreto-que-revoga-extincao-da-renca-e-publicado.ghtml acesso em 04 fev.2019.
[592] BBC Brasil. Reação ao fim da Renca foi 'histeria', 'infantilidade' e 'desinformação', dizem geólogos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41144287 Acesso em: 04 fev. 2019.

nacional, no auge da maior recessão da história, foi simplesmente esquecido por pressões ambientalistas sem motivo.

A produção agrícola tem sido um fator primordial para geração de riquezas para os países do mundo e para alimentar as próprias populações.

O Brasil não pode ficar com medo de decidir pelo seu Desenvolvimento, desde que o faça com prudência. Isso quer dizer que não se pode aceitar tratores derrubando a floresta de qualquer forma. Quer dizer que deve haver um limite para a proteção do que é brasileiro, e que os pobres brasileiros devem ter um mínimo de oportunidade de melhorar a sua condição de vida.

Passa-se, a seguir, a apresentar algumas propostas que são consequência lógica e necessária dos elementos apresentados acima.

4.3 O BRASIL DEVE APROVEITAR OS RECURSOS ESTRATÉGICOS DA AMAZÔNIA

Somando-se os fatores demonstrados acima, chega-se à conclusão de que o Brasil é um grande preservador do meio ambiente. O Brasil aproveita com produção agrícola, plantando alimento e combustível para si e para o mundo, um percentual muito, muito pequeno diante do seu potencial e das suas condições; A existência de fatores relevantes de facilidade para aumentar o plantio e a produção agrícola, notadamente as extensas áreas em terrenos planos; A necessidade de tomar medidas urgentes para tirar da pobreza 55 milhões de pessoas da pobreza (26,5 % de sua população), dentre as quais 15 milhões (7%) estão vivendo na miséria, dentro os quais a metade da população da Amazônia e da Região Nordeste como um todo. Por isso fica claro que a sociedade brasileira deve cobrar do governo a mudança da política de proteção de terras no país para permitir o aproveitamento de mais áreas pela agricultura. Do ponto de visa legal vê-se que o Governo Brasileiro tem o poder para efetuar essas mudanças. Para isso deverá realizar ampla consulta à sociedade brasileira a fim de obter, diretamente, as manifestações do povo e, juntamente com as análises dos técnicos e a avaliação política do Congresso Nacional, decidir como será feita a implantação dos novos projetos de aproveitamento dos recursos naturais do país inteiro, inclusive da Amazônia.

Isso poderá ser feito de várias formas: a) Reduzir as reservas legais existentes no interior dos imóveis rurais de todo o país; b) Reduzir as áreas de preservação permanente existentes nesses imóveis; c) Reduzir as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas já demarcadas ou flexibilizar o seu uso; d) Aumentar o uso de tecnologia visando melhorar a produtividade da agricultura, da pecuária brasileiras; e) Estimular a produção nas áreas do semiárido nordestino.

A letra “a” trata de Reserva Legal. É a mais simples de todas e que certamente geraria resultados imediatos, mas extremamente danosos para a população brasileira. A explicação é simples. Na região de Cerrado, em área de floresta, o percentual de preservação obrigatório é, hoje, de 35% da área. No Bioma Amazônia essa preservação deve ser de 80%. Nas demais regiões do país deve ser de 20%. Quem já produz nessas regiões poderia imediatamente aproveitar as áreas não usadas e gerar maior produção e dinheiro. Porém, existe um inconveniente de grande monta, principalmente nas regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. As áreas de reserva legal servem como amortecimento para a poluição gerada nessas regiões e como fator preponderante para ter um clima mais ameno. Ademais, essas áreas são as mais populosas do país, sendo evidente a necessidade de dar melhores condições de vida para essas populações. Daí poder-se dizer que essa opção não é viável nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, sendo possível onde o percentual a preservar é muito alto. Reservas legais de 35% e de 80% são desproporcionais neste momento da vida do país, que necessita urgentemente sair de uma Crise econômica e social sem precedentes.

A letra “b” diz respeito a áreas de preservação permanente existentes nos imóveis rurais. Tal opção é claramente improdutiva. Primeiro porque não há grandes áreas de preservação permanente. Segundo porque elas são essenciais para a proteção de encostas, morros, leitos de rios e nascentes, não podendo deixar de existir sob pena de causar graves danos a todo o ambiente e aos imóveis onde estão encravadas. Elas são escudos contra possíveis agressões do tempo contra a produção agrícola.

A letra “c” diz respeito às Unidades de conservação e Terras Indígenas já demarcadas. Considerando o total de áreas protegidas nessa categoria, de 30,2 % do território nacional, poder-se-ia pensar em reduzi-la. Porém, os argumentos que são

usados pelos ambientalistas sobre proteção à água, à biodiversidade, à floresta como um todo, ao conjunto de elementos bióticos e abióticos que caracterizam a maior floresta tropical do planeta são relevantes e não podem ser deixados de lado. O Brasil não pode perder a possibilidade de preservar uma parte da Amazônia como uma poupança para o futuro ou, no mínimo, uma dádiva às futuras gerações. O que não pode acontecer é que essas áreas abranjam todo o Bioma Amazônia e a região, na prática, fique intocável, deixando de ser brasileira ou de atender aos anseios do povo brasileiro. Daí que essa opção também deve ser afastada.

A letra “d” diz respeito ao aumento do uso da tecnologia para assegurar mais produtividade. Ela deve ser incentivada sempre e, de acordo com a EMBRAPA, isso vem sendo feito sistematicamente no país. Exemplo é o plantio da soja no Cerrado, no Centro-Oeste brasileiro. Daí que esta opção já está implantada, por iniciativa dos próprios agricultores, que buscam maximizar os seus ganhos.

A opção “e” é relativa a estimular o aproveitamento das áreas do semiárido nordestino. Com certeza os benefícios seriam inúmeros, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social. A maior concentração de pobreza do Brasil está no Nordeste.

Porém há um empecilho. A falta de água em abundância e qualidade suficiente para irrigação. Não há dúvida que é possível plantar em algumas áreas do Nordeste, mas os investimentos iniciais são muito altos e o dinheiro não está disponível para o pequeno e sofrido agricultor. A seca é uma realidade em grande parte da região.

Mas, além dessas opções existe uma sexta, de extrema simplicidade e que pode revolucionar a geração de riqueza no país. Trata-se de limitar as áreas de preservação no Bioma Amazônia ao percentual de 50%, metade. Propõe-se que O BRASIL DEVE APROVEITAR 50% DAS TERRAS NA AMAZÔNIA PARA A PRODUÇÃO DE RIQUEZAS.

O Brasil deve definir que a preservação da Amazônica Brasileira Verdadeira será limitada a 50% da sua área, permitindo o aproveitamento de todo o restante nas diversas atividades agrícolas, pecuárias, extrativistas e minerárias, inclusive com possibilidade de extração mineral nas áreas a preservar, desde que haja

compensação com áreas adquiridas no próprio bioma e com cobertura florestal. Além disso, a reserva legal obrigatória nos imóveis rurais produtivos na região deve ser reduzida também para 20%, como é no restante do país. Esses números são superlativos e representam uma contribuição extraordinária para o bem da humanidade. O Brasil já está fazendo a sua parte pelo bem de todos.

Somando-se os 50% do Bioma Amazônia (212.115.240 hectares) de áreas de preservação permanente com 20% das áreas dos imóveis rurais da região (1.746.648 hectares), chegar-se-á a aproximadamente 214 milhões de hectares de áreas protegidas ou preservadas na Amazônia.

Dentro deste contexto, Cruz e Ferrer[593] destacam "pode-se sustentar que uma das características essenciais da Sustentabilidade é a flexibilidade. Flexibilidade que nos permite ser consequentes com o processo optando, dependendo dos casos, por globalizar ou desglobalizar, crescer ou decrescer, desenvolver ou regredir, conservar ou transformar. "

Ou seja, diante desse novo cenário globalizado, para o Desenvolvimento do Brasil se faz necessária uma flexibilidade de ações que visem o bem comum, sem perder de vista a Sustentabilidade.

Conforme o processo evolutivo e dinâmico da natureza, vê-se que ela está em constante mudança. "A Sustentabilidade vive do equilíbrio dinâmico, aberto a novas incorporações, e da capacidade de transformar o caos gerador de novas ordens."[594] Assim, o próprio meio ambiente busca formas de se harmonizar, se equilibrar, através da autorregulação, denominada homeostase.[595]

Relevante destacar que boa parte das inúmeras pressões existentes sobre o Brasil para preservação da sua Amazônia estão vinculadas a interesses econômicos de outros países, os países já desenvolvidos e industrializados, especialmente dos

---

[593] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel Real. Direito, Sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. Revista Da Faculdade De Direito Da Ufrgs Número 34. P. 281.
[594] FONSECA, Sérgio Bueno da. Coordenador. Ética e Sustentabilidade. Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em < http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates10.pdf >
[595] MORALEZ, Rafael Diego de Serrão; DINIZ, João Fábio. Valoração do Capital Natural, Homeostase, e Resiliência: Perspectivas para uma Reflexão sobre a Economia Ambiental. IV Encontro Nacional Anppas. 2008.

produtores agrícolas dos Estados Unidos e da Europa que não desejam concorrência para os seus produtos. O Brasil é o 2º maior produtor de soja do mundo. Com a ampliação da fronteira agrícola nacional sobre a Amazônia, muito do mercado mundial que será criado nos próximos anos será tomado pela produção brasileira. Nos próximos 30 anos haverá um aumento de 2,2 bilhões de consumidores no mundo. Serão bilhões de dólares de ganhos com produção renovável. O relatório *Farms here, forests there*, citado anteriormente, demonstra que os produtores agrícolas americanos pretendem aproveitar as oportunidades que se avizinham.

Além disso, propõe-se estímulo à mineração organizada, por empresas supervisionadas e fiscalizadas pelos órgãos competentes; estimular a produção madeireira com projetos de manejo e reflorestamento; estimular a piscicultura em cativeiro; Estimular a pecuária intensiva, melhorando a produtividade e o aproveitamento das áreas de pasto já existentes, com possibilidade de significativo aumento das riquezas a serem produzidas; Estimular a implantação de modais de transporte que sejam menos poluentes como hidrovia e ferrovia e conjugados com rodovias já existentes, gerando o mínimo de poluição possível.

A região tem água e sol em abundância. Por isso pode-se instalar engarrafadora de água mineral para venda no mercado internacional, pois há países que não possuem facilidade de acesso a água. Aproximadamente 20% a 25 % de toda a água doce superficial do mundo está localizada na Amazônia, que conta com a bacia do Rio Amazonas extremamente ramificada. Soma-se o Sistema Aquífero Grande Amazônia, que confirma a existência de água em abundância.

Há espaços que não são florestais dentro da Amazônia, capazes de serem utilizados na produção agrícola e pecuária. Deverão também ser aproveitadas as estruturas já presentes. Ninguém pode desmerecer o trabalho de implantação da soja na região do Mato Grosso, que tem gerado riquezas para o Brasil.

O aproveitamento do potencial hidrelétrico também deve ser feito porque polui pouco e é opção viável diante da quantidade de água disponível, além de menos poluente que a usinas termoelétricas. A exploração da madeira também deve ser feita porque sendo uma floresta já consolidada, a Floresta Amazônica dentro em pouco perderá parte de sua capacidade de sequestrar carbono, devendo ser explorada com

manejo e replantio para garantir que as novas árvores possam realizar esse importante trabalho para a melhoria do ar que respiramos.

4.4 O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO E A DEMOCRACIA ASSIMÉTRICA

A autodeterminação tem suas raízes na Revolução Francesa, remetendo à noção do povo assumindo o papel de autoridade maior, de supremacia por meio do Estado. O princípio de autodeterminação nasceu como um conceito histórico e político antes de se transformar em um conceito de relevância jurídica. Foi utilizado no Século XIX como fundamento para criação de novos Estados, como o caso da Itália e da Alemanha.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a desintegração de Impérios como o Austro-húngaro e o Russo, tratados internacionais, destacando-se a Carta das Nações Unidas, consagraram esse princípio, reiterando em inúmeras ocasiões sua relevância enquanto princípio basilar do direito internacional.

A Carta das Nações Unidas, proclamada em 1945, prevê em seus artigos 1º e 55 o princípio da autodeterminação:

> Artigo 1. Os propósitos das Nações unidas são:
>
> 2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; […]
>
> Artigo 55. Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:
>
> a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e Desenvolvimento econômico e social;
>
> b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e
>
> c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.[596]

[596] BRASIL, Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm> Acesso em: 04

Como é possível verificar, o alcance do princípio era bastante limitado, não impondo imediatas obrigações aos Estados e sendo funcional à obtenção da paz.

De qualquer forma, após a redação da Carta da ONU, sobretudo apoiado pelos países socialistas e pelo movimento anticolonialista reunido na Conferência de Bandung de 1955, começou a se questionar a validade do sistema colonial, ainda presente com o sistema de tutela, e a almejar a independência dos países submetidos ao domínio colonial.[597]

Antes, "a maioria dos juristas ocidentais presumiam ou afirmavam não ter este princípio qualquer conteúdo jurídico, sendo um conceito político moral mal definido"[598]. Porém, a partir de 1945, com os avanços trazidos pelas Nações Unidas, a autodeterminação passou a ser considerada um princípio jurídico.

> Independentemente das diversas origens epistemológicas, manuais de direito internacional, em geral, associam o termo "autodeterminação dos povos" à natureza "formadora do direito internacional", vinculada à própria história das relações internacionais e da criação dos Estados[599]

Akehurst[600] conceitua o direito de autodeterminação dos povos como "o direito que tem o povo que habita um território a decidir o estatuto jurídico e político desse território, criando seu próprio Estado ou decidindo formar parte de outro. "

Woodrow Wilson[601] afirmou que "pelo princípio da autodeterminação todo povo teria o direito de escolher a soberania sob a qual deseja viver", o que, segundo

---

jul. 2018.

[597] BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica O PRINCÍPIO DE AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 67, pp. 181 - 212, jul./dez. 2015.

[598] BROWLIE, Ian. **Princípios de Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997. P. 618.

[599] MARCHIONI, Alessandra. O "Princípio da Autodeterminação dos povos" no Direito Internacional e o Contraponto Constitucional do "Princípio do Indigenato". In: **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**: da previsão normativa à efetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

[600] AKEHURST, M. Introduccion al derecho international, version espanola y notas de Manuel Medina Ortega, 2. ed., Madrid: Alianza Editorial, 1994. Texto original: "El derecho a la autodeterminación es el derecho que tiene el pueblo que habita en un territorio a decidir el estatuto juridico y politico de dicho territorio, bien creando su propio Estado, o bien decidiendo formar parte de outro. "

[601] Citado por MELLO, C.D.A. **Curso de Direito Intemacional Público**, 1° vol., 12. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

Geipel & Landmann, “significaria que cada povo teria o direito de determinar a forma de seu Estado e de seu governo. ”

Barbosa[602] define:

> Uma observação preliminar e fundamental para a boa compreensão do direito de autodeterminação dos povos refere-se à liberdade que tal direito pressupõe. Ou seja, o direito de escolha, de modo que tanto poderiam os povos no exercício da autodeterminação decidir por um *status* político e se integrarem a um Estado já preexistente, ou acordar com um determinado Estado uma relação especial de associação ou, por fim, decidir por uma total independência política e territorial. Mesmo as duas primeiras situações podem sempre, a qualquer tempo, ser modificadas, de modo que o direito de total independência estará sempre garantido pelo direito de autodeterminação. No processo de descolonização de ultramar serão adotadas por diferentes povos diferentes soluções.

Um marco para o reconhecimento da juridicidade do princípio foi a Resolução 1.514 de 1960, da ONU, na qual está inserida a Declaração de independência dos países e povos colonizados, conhecida como “Carta Magna da Descolonização[603]”. Em seus artigos 2°, 3° e 4° declara que:

> Art. 2°: Todos os povos têm direito à autodeterminação; em virtude deste direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu Desenvolvimento econômico, social e cultural.
>
> Art. 3°. A falta de preparação na ordem política, econômica, social ou educativa não deverá nunca servir de pretexto para atrasar a independência.
>
> Art. 4°. Objetivando que os povos dependentes possam exercer pacificamente e livremente seu direito à independência completa, deverá cessar toda ação armada ou toda medida repressiva de qualquer índole dirigida contra eles e deverá respeitar-se a integridade do território nacional.

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) – ambos de 1966

---

[602] Barbosa, Marco Antônio. Povo e Estado no século XXI e a atualização semântica do direito de autodeterminação dos povos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte. n. 106. pp. 133-161. jan./jun. 2013.

[603] Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/dec60.htm>. Acesso em: Acesso em: 04 jul. 2018.

– também consagraram o princípio da autodeterminação dos povos, porém de forma mais detalhada. O art. 1º de ambos os pactos assim dispõe:

> 1. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude deste direito, determinam livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu Desenvolvimento econômico, social e cultural.
>
> 2. Para a consecução de seus objetivos, todos os povos podem dispor livremente das suas riquezas e dos seus Recursos Naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo do Direito Internacional. Em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência.
>
> 3. Os Estados Partes no presente Pacto, inclusive aqueles que tenham a responsabilidade de administrar territórios não autônomos e territórios sob tutela, deverão promover o exercício do direito à autodeterminação e respeitar esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas.[604]

Em 1970, a Assembleia Geral da ONU tratou novamente da autodeterminação dos povos na “Declaração sobre os Princípios de Direito Internacional Relativos às Relações Amigáveis”, Resolução 2.625/70. O Comitê Especial que elaborou a Declaração concluiu que o princípio de autodeterminação dos povos é regra de direito internacional e entendeu que o vocábulo povos aplica-se a várias entidades, não apenas a Estados, e principalmente a povos colonizados, ampliando o rol de seus destinatários. Ademais, a Declaração de 1970 contribuiu para desenvolver o Direito Internacional e foi a partir dela que vários Estados reconheceram, pela primeira vez, o direito da autodeterminação como um direito dos povos”.

Acerca da evolução do princípio da autodeterminação, Barbosa e Barbosa[605] explicam:

> [...] a Antropologia Social, a qual se desenvolve ao mesmo tempo em que a reação dos países colonizados, que os levará a obter o reconhecimento do direito internacional de autodeterminação dos povos. Porém, ainda resta confiscando o exercício do mesmo direito aos povos autóctones. Para estes, no século XX houve apenas a mudança do colonizador externo pelo colonizador interno. Será

[604] BRASIL, Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: Acesso em: 04 jul. 2018.

[605] Povo e Estado no século XXI e a atualização semântica do direito de autodeterminação dos povos. Revista Brasileira de Estudos Políticos | Belo Horizonte | n. 106 | pp. 133-161 | jan./jun. 2013.

> apenas no século XXI que o direito de autodeterminação, por um processo de atualização semântica, lhes será reconhecido com as especificidades contidas na Declaração da Organização das Nações Unidas de 2007, atreladas ao regime democrático.

O direito à autodeterminação dos povos é inclusive um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, como visto no disposto no artigo 4º, III da Constituição Federal:

> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:[...]
>
> III - autodeterminação dos povos;

Nesse contexto, o direito à autodeterminação dos povos visa coibir o jugo de um Estado sobre um povo ou nação fora do território do primeiro. Sobre isso Souza[606] esclarece:

> Todos os povos preservam o livre arbítrio nas decisões pertinentes aos direcionamentos do Estado a que participam e a este princípio-valor decorre a existência inerente a cada Estado, ao qual, através de seus manifestos, possibilitam a criação cultural e tradições próprias, de ter e ser soberano e de constituir suas próprias leis, sendo relevante a correta interpretação do artigo 4º, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 tal qual nos assevera Husek (1988) ao analisar o princípio de autodeterminação dos povos em conjunto com a própria condição de soberania, cuja base assenta-se no entendimento que é possível contrariar a existência de uma ordem internacional superior, continuando os Estados a figurar como sujeitos principais e primários do sistema internacional.

Nesse contexto, Freitas[607] pondera:

> A Amazônia é uma floresta rica em uma variedade de espécies animais, vegetais, minerais e hídricas, sendo composta pela *Amazônia Legal,* a qual abrange as áreas pertencentes ao Brasil, isto é aos Estados do Pará, Amapá, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, além de parte do Mato Grosso e Maranhão e pela *Pan-Amazônia,* composta pelo Brasil e seus países fronteiriços, ou seja, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. (...)
>
> Não há dúvida de que a grande parcela de extensão da Região Amazônica é a pertencente ao Brasil, onde se insere uma vital

[606] SOUZA, Michael Wender de Paula. Intróito à soberania absoluta do Estado, a autodeterminação dos povos e a intervenção internacional. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 25 jun. 2010. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.27262&seo=1>. Acesso em: 5 jul. 2018.

[607] FREITAS, Luna Maria Araújo. O Direito Internacional, meio ambiente e a Pan-Amazônia. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2457, 24 mar. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14556>. Acesso em: 5 jul. 2018.

> preocupação com o gerenciamento dos recursos dessa região de forma soberana e independente por parte desse Estado, já que se constata um aumento gradativo nas pressões internacionais sobre a Amazônia.

Diante das riquezas da região amazônica alguns países contestam a soberania e a autodeterminação dos Estados que a integram, razão pela qual o respeito a esses princípios deve ser continuamente reforçado. As riquezas da Amazônia brasileira pertencem ao povo brasileiro, à nação brasileira, cabendo-lhe decidir soberanamente como se, como, quando e quanto elas serão aproveitadas ou preservadas.

Dallari, ao analisar a noção de soberania e as relações entre os Estados no seio internacional, defende que:

> A conceituação jurídica de soberania, no entanto, considera irrelevante, em princípio, o potencial de força material, uma vez que se baseia na igualdade jurídica dos Estados e pressupõe o respeito recíproco, como regra de convivência. Neste caso, a prevalência da vontade do Estado mais forte, nos limites da jurisdição de um mais fraco, é sempre um ato irregular, antijurídico, configurando uma violação de soberania, passível de sanções jurídicas. E mesmo que tais sanções não possam ser aplicadas imediatamente, por deficiência de meios materiais, o caráter antijurídico da violação permanece, podendo servir de base a futuras reivindicações, bem como à obtenção de solidariedade de outros Estados.

Verifica-se que a autodeterminação dos povos, deve ser continuamente reforçada diante de fenômenos atuais, como a Globalização, por exemplo. Devendo ter uma convergência entre os Estados, em busca da garantia e respeito mútuos de valores éticos, reconhecidos universalmente como o direito a um Desenvolvimento igualitário às nações, à efetividade dos direitos do homem, da proteção do meio ambiente, enfim de uma cooperação eficaz em prol do bem comum universal.

Neste contexto, outra temática importante para ser abordada a democracia, explorada no bojo das noções de direito internacional, bem como atrelada à formação dos Estados e necessária para a afirmação de poder e autoridade, trazendo a discussão que se pretende fomentar no tocante à relação entre a ordem interna de cada Estado e a ordem internacional.

Conforme Cruz e Real Ferrer[608] “A Democracia é um voto de confiança no homo sapiens, num animal inteligente a ponto de criar e gerir uma “cidade boa”. Mas, se o homo sapiens está em perigo, a Democracia também está. ”

Nas palavras de Miguel [609] democracia “ é um método de governo caracterizado pelo consenso dos cidadãos em um sistema de liberdades e pelo direito efetivo à participação popular na adoção de decisões políticas de acordo com a regra da maioria.”

Villasante afirma que uma democracia não é algo estático, é um processo. Um processo na história que se está construindo e em relação aos problemas concretos que deve ir resolvendo. [610]A democracia significa, segundo Shapiro, não menos que autogoverno coletivo, em oposição ao exercício arbitrário do poder.[611]

O conceito de democracia não é algo perfeito, estático, ao contrário, conforme Bastos[612] “é algo dinâmico, em constante aperfeiçoamento, sendo válido dizer que nunca foi plenamente alcançado”, visto sua construção e aprimoramento decorrerem dos acontecimentos históricos, como um “processo de continuidade transpessoal, irredutível a qualquer vinculação do processo político a determinadas pessoas.” [613]

Para SQUELLA, A democracia acaba sendo um método de adoção de decisões coletivas, o que pode levar, conseqüentemente, a diferentes conteúdos para essas mesmas decisões.[614]

---

[608] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER Gabriel Real – Os novos cenários transacionais e democracia assimétrica. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), 2010.p.107.

[609] MIGUEL. Alfonso Ruiz. Problemas de Ámbito de La Democracia. Cuadernos de Filosofía del Derecho, núm. 6 (1989), pp. 97-120. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/obra/problemas-de-mbito-de-la-democracia-0/> Acesso em: 7 mar. 2019.

[610] VILLASANTE. Tomás R. Estado, sociedade e programações alternativas. Universidade Complutense de Madri. Madrid.1997. 1997. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_09_ESPACO_ABERTO_-_TOMAS_R_VILLASANTE.pdf >. Acesso em 7 mar. 2019.

[611] SHAPIRO. Ian. Elementos de La Justicia Democrática. 1996. p.335.

[612] BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 14. ed., São Paulo: Saraiva, 1992. P.164-165.

[613] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 5. ed., Coimbra: Almedina, 2002.p.289.

[614] SQUELLA, Agustin. Democracia e Igualdad em América Latina. P.367.

Saénz[615] pontua que: “la democracia es el gran logro político en la historia occidental, al dar participación igualitaria a todos los ciudadanos a través del voto.”[616]

Na literatura acadêmica, o significado mais usual da democracia se refere aos procedimentos e aos mecanismos competitivos de escolha de governos através de eleições, mas existem outras perspectivas que ampliam a compreensão do conceito, incluindo tanto as dimensões que se referem ao conteúdo da democracia, como também os seus resultados práticos esperados no terreno da economia e da sociedade.

Moisés [617] explica que o estabelecimento de um regime democrático implicaria basicamente em condições mínimas como:

> 1) direito dos cidadãos escolherem governos por meio de eleições com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; 2) eleições regulares, livres, competitivas, abertas e significativas; 3) garantia de direitos de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos políticos para competir pelo poder; e 4) acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral. Essa definição deixa claro que qualquer sistema político que não se baseie em processos competitivos de escolha de autoridades públicas, capazes de torná-las dependentes do voto da massa de cidadãos, isto é, do mecanismo por excelência de *accountability* vertical, não pode ser definido como uma democracia.

No dizer de Bonavides[618]:

> Variam pois de maneira considerável as posições doutrinárias acerca do que legitimamente se há de entender por democracia. Afigura-se-nos porém que substancial parte dessas dúvidas se dissipariam, se atentássemos na profunda e genial definição lincolniana de democracia: governo do povo, para o povo, pelo povo.

Nesse diapasão Zanetti[619] explica ainda:

---

[615] SÁENZ, Rodolfo Canto. Gobernanza y democracia. De vuelta al río turbio de la política. Universidad Autónoma de Yucatán. 2011.p.368.

[616] Tradução livre do autor: a democracia é a grande conquista política na história ocidental, dando igual participação a todos os cidadãos através do voto.

[617] MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da experiência brasileira. REVISTA BRASILEIRA DE Ciências SOCIAIS - VOL. 23 Nº.66 Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/107/10706602/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

[618] BONAVIDES, Paulo. Ciência e política. 10. ed., São Paulo: Malheiros, 2002, p.167.

[619] Zanetti, Bruno Marco, DEMOCRACIA. Disponível < https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/democracia_-_artigo_-_bruno_marco_zanetti.pdf >

> (…) a democracia foi proclamada como um dos direitos universais e fundamentais do homem, como um regime político em que o poder repousa na vontade do povo, sendo reconhecida a sua importância no art. 6º da Declaração de Direitos de Virgínia (1776), no art. 6º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e, especialmente, no art. 21, n.1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), nos seguintes termos: "Toda pessoa tem direito de participar no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos."

Canotilho[620] afirma que:

> "(...) o princípio democrático é um princípio jurídico-constitucional com dimensões materiais e dimensões organizativo-procedimentais. (...) normativo-substancialmente, porque a constituição condicionou a legitimidade do domínio político à prossecução de determinados fins e à realização de determinados valores e princípios (soberania popular, garantia dos direitos fundamentais, pluralismo de expressão e organização política democrática); normativo-processualmente, porque vinculou a legitimação do poder à observância de determinadas regras e processos (*Legitimation durch Verfahrem*). É com base na articulação das bondades materiais e das bondades procedimentais que a Constituição respondeu aos desafios da legitimidade-legitimação ao conformar normativamente o princípio democrático como forma de vida, como forma de nacionalização do processo político e como forma de legitimação do poder. O princípio democrático constitucionalmente consagrado, é mais do que um método ou técnica de os governantes escolherem os governados, pois, como princípio normativo, considerado nos seus variados aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, ele aspira a tornar-se impulso dirigente de uma sociedade."

Para Kelsen[621]:

> A democracia, no plano da ideia, é uma forma de Estado e de sociedade em que a vontade geral, ou, sem tantas metáforas, a ordem social, é realizada por quem está submetido a essa ordem, isto é, pelo povo. Democracia significa identidade entre governantes e governados, entre sujeito e objeto do poder, governo do povo sobre o povo.

O surgimento da democracia está diretamente ligado ao modelo de exercício direto pelos cidadãos, que participavam pessoalmente das decisões fundamentais da sociedade.

---

[620] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 5. ed., Coimbra: Almedina, 2002, p. 287-288.

[621] KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 4. ed. Tradução João Baptista Machado, Coimbra: Armênio Amado, 1979.

Acerca da legitimidade dos cidadãos Seleme[622] aduz que os cidadãos têm o interesse de participar no desenho e da configuração das instituições estatais. Sendo admitida essa participação, os cidadãos passam a pertencer ao rol de autores.

Macías[623] destaca que a participação é um processo de envolvimento dos cidadãos no compromisso, cooperação, responsabilidade e na tomada de decisões para alcançar objetivo comuns.

Fernández [624] completa “la participación de la ciudadanía es la que garantizaría en último término la defensa de sus intereses y, consecuentemente, el control de los poderes públicos y la exigencia del cuidado de sus derechos y necesidades. ”

Sobre o berço da democracia Zanetti[625] explica:

> Por força do diminuto número de cidadãos somado ao pequeno território, a democracia ateniense vivenciou a democracia em seu estágio mais avançado e intenso, visto que o rumo dos problemas e anseios da sociedade era decidido diretamente pela vontade de seus cidadãos, expressada pessoalmente e sem qualquer intermediação, em assembleia.
>
> Muito embora este sistema de democracia tenha despertado a fascinação de inúmeros filósofos, que o tacharam como único modelo realmente democrático, diversos fatores acabaram por inviabilizar a sua manutenção e propagação às demais civilizações.
>
> Os dois maiores obstáculos ao sistema direto foram a dimensão territorial dos Estados, posto que “não é em toda parte que podem os cidadãos reunir-se para deliberar”, e o grande número de cidadãos que integravam a sociedade, fatos que acabaram tornando inviável o comparecimento e efetiva participação de todos eles na vida política.

---

[622] SELEME, Hugo Omar. Democracia Internacional, Derecho Humano a La Democracia e Intervención Humanitaria. CONICET. Universidad Nacional de Córdoba. **DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho**. 2012.p.338-339.

[623] MACÍAS. Rosa Guadalupe Esparza. Democracia Participativa Mexicana, Su Fundamenteo,Contexto y Las Adversidades Que Enfrenta La Sociedadcivil En Su Fortalecimiento. Universidad Autónoma de Nuevo León. Facultad de Derecho y Criminología. Universidad Autónoma De Nuevo León. 2013. P.76.

[624] FERNÁNDEZ. Ernesto Ganuza La democracia en acción: participación de la ciudadanía en la gestión pública. Democracia Participativa y Presupuestos Participativos: acercamiento y profundización sobre el debate actual. Manual de Escuela de Políticas de Participación Local. Centro de Ediciones de la Diputación de Málga, España. 2011. P. 150. Disponivel em: <http://www.infoop.org/observ/parameters/infoop/files/File/upload/Programa_Formativo_Telematico/Manual_Dem_Pva_y_PPs.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[625] ZANETTI, Bruno Marco. **Democracia**. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/democracia_-_artigo_-_bruno_marco_zanetti.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

A democracia indireta, também conhecida como democracia representativa, foi o sistema criado como alternativa para contornar os problemas apontados na democracia direta, pois a vastidão territorial dos Estados e o seu elevado número de cidadãos acabaram por inviabilizar o sistema de participação direta da população.

Bastos[626] ensina que "o sistema adotado a partir do século XVIII foi o representativo, onde os cidadãos se fazem presentes indiretamente na elaboração das normas e na administração da coisa pública através de delegados eleitos para esta função. "

Assim, a democracia indireta é um meio pelo qual a vontade popular continua sendo a pedra fundamental que justifica o poder estatal, contudo, esta vontade passa a ser representada por pessoas eleitas periodicamente, que passam a gozar das prerrogativas e responsabilidades de exercitar as funções políticas, em nome da vontade geral.

Como bem assevera José Afonso da Silva [627] , "na democracia representativa a participação popular é indireta, periódica e formal, por via das instituições eleitorais que visam a disciplinar as técnicas de escolha dos representantes do povo. "

Gherghina[628] completa "in representative democracies elections are the crucial mechanism that guarantees citizens' involvement. "[629]

As críticas que seguiram à democracia indireta, em sua grande maioria, estão ligadas a falta de legitimidade e a dissonância entre a vontade dos eleitores e de seus representantes, visto a vontade destes últimos ser autônoma, além do fato de inexistirem instrumentos de efetivo controle dos trabalhos e opiniões dos representantes eleitos.

---

[626] BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 14. ed., São Paulo: Saraiva, 1992.p.237.

[627] SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2016, 39. ed. rev. e atual. p. 137-138.

[628] GHERGHINA, S. Direct democracy and subjective regime legitimacy in Europe. Democratization, 2017. p. 613-631

[629] Tradução livre do autor: Nas democracias representativas, as eleições são o mecanismo crucial que garante o envolvimento dos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 consagra, em regra, o princípio da Democracia Representativa, exercido através de eleições diretas. Todavia, prevê também o exercício da Democracia Direta, englobando o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, conforme se depreende dos seguintes dispositivos:

> "Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:[...]
>
> Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
>
> Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, e, nos termos da lei, mediante:
>
> I – plebiscito;
>
> II – referendo;
>
> III – iniciativa popular."

Nas palavras de Reich[630]: "as a consequence, instruments of direct democracy context are means to control and to oppose the policies set forth by the political branches of government."[631]

Assim, as democracias participativas baseiam-se em movimentos sociais e em alguns governos locais, que decidiram ser mais ativos socialmente e propoem formas mais horizontais de tomar decisões e gerir processos.[632] Arteta[633] destaca: "En una sociedad democrática no importa sólo quién y cómo gobierna, sino también qué resulta de ese gobierno en términos normativos."[634]

A democracia direta vem para recuperar a participação e o interesse do cidadão nos assuntos públicos, eliminando, na medida do possível, as instâncias de

---

[630] REICH, Johannes. An Interactional Model of Direct Democracy. Lessons from the Experience. 2008.p.21.

[631] Tradução livre do autor: Como conseqüência, os instrumentos de democracia direta no contexto suíço são meios para controlar e se opor às políticas estabelecidas pelos poderes políticos do governo.

[632] VILLASANTE. Tomás R. Existen Democracias Participativas, eficientes y radicales.

[633] ARTETA, Aurelio. Lo Mayoritario y Lo Democrático. Universidad del País Vasco. DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho. 2013. Edición digital a partir de **Doxa : Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 36 (2013), pp. 329-353. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/lo-mayoritario-y-lo-democratico/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[634] Tradução livre do autor: Em uma sociedade democrática, não importa apenas quem e como ela governa, mas também o que resulta desse governo em termos normativos.

intermediação entre o cidadão e o Estado.[635] A democracia participativa, por outro lado, assume que o envolvimento dos cidadãos nas tarefas do governo não pode ser sequencial (limitado à eleição de representantes políticos), mas deve ser canalizado para as atividades diárias do governo.[636]

Assim sendo, pode-se afirmar que a Democracia Direta complementa a Democracia Representativa e que o regime político brasileiro consiste em uma Democracia semidireta.

A democracia semidireta, também chamada de participativa, teve sua origem na Suíça e nos Estados Unidos, no século XIX. Diante das críticas ao sistema representativo, a democracia semidireta surgiu com o intuito de aproximar e refletir, cada vez mais, a vontade popular na tomada das decisões políticas estatais.

Desta feita, a democracia semidireta reúne elementos do sistema direto, tal como a prerrogativa de dar início ao procedimento legiferante ou referendar o seu produto, e do sistema indireto, na medida em que não é descartada a necessidade de representação política da vontade popular, por meio de eleições.

Portanto, como explica Bonavides:

> [...] com a democracia semidireta, a alienação política da vontade popular fez-se apenas parcialmente. A soberania está com o povo, e com o governo, mediante o qual essa soberania se comunica ou exerce, pertencente por igual ao elemento popular nas matérias mais importantes da vida pública. Determinadas instituições, como o *referendum*, a iniciativa, o veto e o direito de revogação, fazem efetiva a intervenção do povo, garantem-lhe um poder de decisão de última instância, supremo, definitivo, incontrastável.

---

[635] VIDAL, Ernesto. Representación y Democracia: Problemas actuales. Edición digital a partir de **Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 6 (1989), pp. 165-185. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/representacin-y-democracia--problemas-actuales-0/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[636] BRUGUÉ, Quim; FONT, Joan; GOMA, Ricard. Participación Y Democracia: Asociaciones Y Poder Local .Universitat Autònoma de Barcelona. Disponível em: <https://presupuestosparticipativos.com/wp-content/uploads/2016/12/Participacion_y_democracia_asociaciones_y_poder_local.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

Porém, não se pode mais aceitar a democracia em seu conceito obsoleto, conforme Cruz e Ferrer:[637]

> Nesse sentido, um dos paradigmas a serem rompidos é a crença na Democracia Representativa como suficiente para capilarizar, transferir e transformar em normas jurídicas as demandas oriundas do processo de desterritorialização do Estado Constitucional Moderno. Ela está em Crise. Muito provavelmente em sua Crise transformadora, principalmente nos espaços políticos globais. [...]
>
> As democracias, como todos os regimes de governo, são conversíveis em oligarquias, uma vez que sujeitas às "partidocracias", formadas a partir de uma elite dirigente. Assim, a soberania popular não passa de uma falácia, exercida optando-se entre oligarquias partidárias e burocráticas. Quanto mais amplo for o dispositivo público da economia, maior será a incidência deste dispositivo sobre a totalidade do sistema produtivo, e tanto mais ampla é a brecha aberta na cobertura exterior do capitalismo, como também mais profunda é a contradição que a Democracia representativa introduz no interior da sociedade capitalista. O problema da Democracia Representativa é que, quando muito, funciona para autorizar, mas não para prestar contas. A única possibilidade que se tem de exigir prestação de contas é na próxima eleição (Tomas Carpi, 1992). A Democracia Participativa poderá ser um aporte importante para que a exigência de prestação de contas seja feita aos partidos. Mas isto é sempre dialético e também obriga os movimentos e organizações a prestarem contas, e alguns destes movimentos e organizações, é importante reconhecer, muitas vezes não estão em melhor situação que os Partidos Políticos.

Uma diferença significativa entre democracias representativas e democracias diretas diz respeito ao tamanho do governo. Nas palavras de Schmidt[638]:

> In general the major promoters of high levels of public taxation and spending have been representative democracies. In contrast to this, countries with major plebiscitary institutions have constrained public taxation and expenditure and have long been counted among the welfare state laggards, the US and, albeit to a decreasing extent, Switzerland being examples.[639]

Mas, hoje em dia, a democracia, como um sistema político típico das sociedades políticas modernas, enfrenta um conjunto de desafios que podem ser

---

[637] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER Gabriel Real – Os novos cenários transacionais e democracia assimétrica. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), 2010.

[638] SCHMIDT, Manfred G. Political performance and types of democracy: Findings from comparative studies. European Journal of Political Research 41: 147–163, 2002.

[639] Tradução livre do autor: Em geral, os principais promotores de altos níveis de tributação e gastos públicos têm sido democracias representativas. Em contraste com isto, os países com grandes instituições plebiscitárias restringiram a tributação e os gastos públicos e têm sido contados há muito tempo entre os retardatários do Estado de bem-estar social, os EUA e, ainda que em menor medida, a Suíça como exemplos.

vistos como oportunidades ou ameaças.[640] Em suma, não é exagero dizer que estamos numa situação que ameaça a falência da arquitetura institucional básica das democracias contemporâneas.[641]

Diante disso, cabe analisar a democracia sob uma perspectiva mais moderna. Com isso, pretende-se destacar que a experiência democrática vivenciada hoje no Brasil se constitui a partir de um conjunto variado de processos, procedimentos e espaços institucionais reciprocamente constitutivos, que, por isso mesmo, não podem mais ser reduzidos a nenhuma das dimensões e terminologias específicas que comumente são mobilizadas para descrever sistemas democráticos.[642]

A partir desse quadro conceitual mais amplo, a discussão sobre a qualidade da democracia procede para o esclarecimento das distintas dimensões concretas de regimes democráticos que devem ser avaliadas. Para Morlino[643] foram identificadas oito dimensões segundo as quais a qualidade da democracia pode variar. As cinco primeiras correspondem a regras de procedimentos, embora também sejam relativas ao seu conteúdo: o primado da lei, a participação e a competição políticas, e as modalidades de *accountability* (vertical, social e horizontal); as duas seguintes são essencialmente substantivas: de um lado, o respeito por liberdades civis e os direitos políticos e, de outro, como consequência do anterior, a progressiva implementação da igualdade política e de seus correlatos, como a igualdade social e econômica; por último, é mencionado um atributo que integra procedimentos a conteúdos, ou seja, a responsividade de governos e dos representantes, por meio do que os cidadãos podem avaliar e julgar se as políticas públicas, assim como o funcionamento prático

---

[640] HEVIA, Antonio Elizalde. Democracia Representativa y Democracia Participativa**.** Interaçoes. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Universidad San Francisco de Asís, La Paz, Bolivia. 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233809756_Democracia_Representativa_y_Democracia_Participativa>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[641] GREPPI. Andrea. FUTURO DE LA DEMOCRACIA Y DEMOCRACIA DEL FUTURO. Universidad Carlos III de Madrid. Cuadernos de Filosofía del Derecho. Edición digital a partir de **Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 30 (2007), pp. 111-115. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/futuro-de-la-democracia-y-democracia-del-futuro--0/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[642] Estado, instituições e democracia: democracia / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2010.

[643] MORLINO, Leonardo. Qualidades da democracia e como analisá-las. Soc. e Cult. Goiânia, v. 18, n. 2, p. 177-194, jul./dez. 2015.

do regime (leis, instituições, procedimentos e estrutura de gastos públicos) correspondem aos seus interesses e preferências. Embora esta perspectiva defina a democracia fundamentalmente em termos dos seus princípios e conteúdos mais importantes, fica claro que ela integra procedimentos institucionais e conteúdos, sem deixar de se referir aos resultados práticos do regime por meio do pressuposto de que a igualdade social e econômica pode ser alcançada se e quando a igualdade política seja efetiva.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no livro “Estado, Instituições e Democracia: democracia” deve-se pensar a institucionalidade que dá base à vivência da democracia no Brasil a partir de três dimensões. Cada uma delas dispõe de princípios, formas organizacionais e mecanismos operativos específicos que, no entanto, informam e são informados pelos demais à medida que a experiência democrática se desenvolve historicamente. Destaca-se:

> A primeira dimensão, a do sistema representativo, concentra as instituições que regem o funcionamento das eleições e os procedimentos para a competição entre as elites políticas, bem como para a formação e a atuação dos partidos políticos e a tradução de resultados eleitorais na formação de governos. [...]
>
> A segunda dimensão envolve as chamadas instituições participativas, incluindo as conferências e os conselhos gestores de políticas públicas nos três níveis de governo, as experiências de orçamento participativo e outras formas institucionais de participação. Tendo vivido uma expressiva disseminação desde que suas bases foram lançadas, na CF/88, estas instituições têm hoje inegável importância na realidade dos governos. [...]
>
> Ademais, as diversas instituições participativas concebidas na experiência democrática brasileira têm sido integradas ao processo de concepção, execução e controle de políticas públicas de forma cada vez mais orgânica e padronizada, por meio da estruturação de sistemas que articulam instâncias locais, estaduais e nacionais e são baseados na existência de conselhos, na realização de conferências, na criação de instrumentos de financiamento como fundos setoriais etc. Nos últimos oito anos, o governo federal reforçou conselhos já existentes, criou novos em áreas de menor tradição de participação e realizou um conjunto de conferências que ajudou a estabelecer prioridades para os diferentes ministérios. Assim, o processo de participação no Brasil se encontra de tal forma institucionalizado7 que se pode falar na existência de um autêntico *sistema participativo*, que envolve formas normativas, organizacionais e institucionais desenhadas estruturalmente para promover-se a participação dos cidadãos nas decisões sobre políticas.

> Por fim, a terceira dimensão da arquitetura institucional da democracia brasileira é o que se poderia chamar de *sistema de controles da burocracia*. Tal como nas outras dimensões, mudanças promovidas pela CF/88 e reformas subsequentes vêm gerando um processo cumulativo de adoção de mecanismos de responsabilização, transparência e prestação de contas por parte da administração, os quais são comumente chamados de instrumentos de *accountability*. Tais mecanismos visam prevenir formas de corrupção e garantir direitos na efetivação de políticas públicas, bem como contrapor-se ao insulamento e à prevalência da especialização e do discurso técnico típicos das burocracias modernas, por meio da ampliação do escrutínio destas por parte de atores da sociedade e do próprio Estado.

Essa visão mais moderna tem proporcionado várias contribuições relevantes para a melhor compreensão da nossa democracia. Em suma, com a consolidação gradual dos dispositivos constitucionais e o amadurecimento das análises sobre as dimensões e as características da atual experiência democrática, pode-se afirmar que esta é marcada por uma arquitetura institucional, ainda em construção, assentada em um conjunto variado de processos, procedimentos e espaços institucionais.

Dentro dessa nova visão acerca da democracia, que surge algo novo, a "democracia assimétrica". Para melhor entendimento usam-se as palavras de Cruz e Ferrer[644]:

> A construção política das comunidades regionais e da comunidade planetária obrigará a se buscarem fórmulas de implementação dos princípios democráticos que necessariamente não poderão ser idênticos aos que serviram para as comunidades tradicionais, o que, inexoravelmente, dará lugar a modelos de democracia assimétrica. Sem dúvida, em comunidades avançadas e relativamente reduzidas, como cidades ou, no limite, Estados nacionais, as novas tecnologias farão possível a introdução de mecanismos de democracia participativa, e inclusive direta, que alterem substancialmente os procedimentos democráticos atuais. Nas esferas regionais e, sobretudo, no espaço global, a democracia participativa é, hoje, inviável, e até a sacrossanta regra "um homem, um voto" apresenta dificuldades insolúveis, não só em aspectos técnicos, mas também a própria dificuldade de conseguir, por esta via, a defesa dos interesses coletivos referentes à vida no Planeta.

[644] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel. Os novos cenários transnacionais e a democracia assimétrica. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD). julho-dezembro. 2010. p. 99.

Nesse sentido, a política das comunidades atuais deve buscar aplicar princípios democráticos que não os das comunidades tradicionais, dando lugar a modelos de democracia assimétrica. Assim, as novas tecnologias tornarão possível a introdução de mecanismos de democracia participativa, e inclusive direta, que alterem substancialmente os procedimentos democráticos atuais.[645]

Ou seja, na democracia atual deve haver um equilíbrio de poderes entre os legitimados pelos votos, os legitimados por suas iniciativas de base e os legitimados por seus conhecimentos técnico-profissionais.[646]

Acerca dessas interações democráticas Benhabib[647]:

> Es dentro de sistemas gubernamentales acotados (que pueden ser Estados nacionales o no; pueden ser democracias multiétnicas o multiculturales, federaciones binacionales, os sistemas de gobierno constitucionales post-nacionales como la Unión Europea) donde las iteraciones democráticas pueden tener lugar. Estas fronteras son porosas, permeables y espacios activos de diálogos e iteraciones democráticas transnacionales y también nacionales.[648]

Nesse contexto, Cruz e Ferrer[649] afirmam que o exercício da democracia se manifesta não somente através dos partidos políticos e órgãos do Estado, mas também pelos mais variados atores sociais:

> [...] o mecanismo eleitoral representativo criou um corpo separado da Sociedade, com a qual se comunica por meio de pesquisas de opinião e por imagens televisivas, prioritariamente. Cria-se, assim, um sucedâneo da democracia, a pseudo-democracia das pesquisas eleitorais, regida por governos midiáticos. Apesar de a sociedade ser mais complexa e assimétrica e nela existirem muitas texturas sociais, movimentos culturais, entre outros, que são os que dinamizam as sociedades concretas e que não têm porque estar preocupados por conseguir o poder para governar (Villasante, 2003). A democracia deveria ser, sim, um mecanismo que refletisse e potencializasse essa

---

[645] CRUZ, Paulo Márcio; MIGLINO Arnaldo. POSSIBILIDADES PARA A TRANSNACIONALIDADE DEMOCRÁTICA. Revista do Direito Unisc. p.5.

[646] CRUZ, Paulo Márcio; MIGLINO Arnaldo. POSSIBILIDADES PARA A TRANSNACIONALIDADE DEMOCRÁTICA.p.12.

[647] BENHABIB, Seyla. El futuro de La Soberanía Democrática Y Del Derecho Transnacional. Universidad Diego Portales. 2014. P. 160.

[648] Tradução livre do autor: É dentro de sistemas limitados de governo (que podem ser estados nacionais ou não, podem ser democracias multiétnicas ou multiculturais, federações binacionais ou sistemas de governos constitucionais pós-nacionais como a União Européia) onde podem ocorrer iterações democráticas. Essas fronteiras são espaços porosos, permeáveis e ativos de diálogos e iterações democráticas transnacionais e nacionais.

[649] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel. Os novos cenários transnacionais e a democracia assimétrica. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD). p. 104-105.

> complexa realidade socioeconômica, cultural, tal como é, respondendo as suas iniciativas mais interessantes. Assim, o princípio da reflexibilidade entre as partes de uma sociedade parece mais importante que a objetividade de uma estatística ou de votação a cada tantos anos (ainda que também seja necessária). Existem muitas minorias sociais que deveriam ter maior apoio para poderem transmitir à Sociedade suas iniciativas.

O cenário democrático tem se reinventado constantemente, dada a variedade de atores sociais e as diversas bandeiras, mas também as demandas específicas e as novas formas de interação entre sociedade civil e administração pública. Por isso, a renovação da teoria democrática requer a formulação de critérios democráticos de participação política, que não sejam confinados no ato de votar. Isso implicaria numa articulação entre democracia representativa e democracia participativa; o campo político teria que ser radicalmente redefinido e ampliado.[650]

Destaca-se as redes sociais, forma de comunicação contemporânea que produz enorme influência não só na vida do usuário, mas no fenômeno democrático.

Acerca das redes sociais como vetor político, Silva[651] afirma:

> Estudos recentes confirmam que as estruturas das redes estão, cada vez mais, sendo reconhecidas como formas e instrumentos eficazes, uma opção decisiva para a ampliação da qualidade das políticas contemporâneas, capazes de produzir resultados importantíssimos. As redes soam como novas maneiras de pensar a política global e nesta atuar, revelando-se como novas conexões possíveis entre diversos elementos culturais. Elas ensaiam um novo pacto coletivo, mais facilmente controlável, o qual amplia o espaço da ação social e favorece sua auto-organização. O próprio grupo se identifica como sujeito político, dadas as várias interações e as funções políticas promovidas num ambiente de hipotética igualdade. Mas enganam-se os que acusam as redes de serem estruturas e sistemas apolíticos, pois são, justamente, os próprios fluxos que têm a função de equilibrar as demandas sociopolíticas, dada a dinâmica de intercâmbio, de rigor cada vez mais transparente.

Nesse ponto, importante ressaltar a importância que teve o uso dos recursos das mídias sociais na recente campanha presidencial. O candidato vencedor

---

[650] SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p.110.

[651] SILVA, Ronaldo Miguel. UM NOVO PARADIGMA: DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS - O FENÔMENO DAS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE FRATERNIDADE. Signos, ano 34, n. 2, p. 89-109, 2013. ISSN 1983-037890. P. 98. Disponível< https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/2893 > Acesso em: 07 mar de 2019.

fez uso intenso e proficiente de vídeos distribuídos via Youtube, comentários no Twitter, usou *lives* e outras formas de comunicação instantânea e direta com a população brasileira, resultando em um fenômeno inédito. Ocorreu uma comunicação direta com o eleitor, resultando na sua eleição, mesmo contra a imprensa organizada em jornal e televisão que lhe era contrária.

Acerca do uso das mídias sociais e a política Joseph[652] discorre:

> The need for caution in promoting social media as an instrument of progressive political change must be acknowledged. There is the potential for governments to subvert the utility of social media through the extensive use of "sock puppets," which would poison people's trust in the platforms. There is no doubt that Internet-based technology can be used to track and profile dissidents, just as it can be used to promote the views of those dissidents. Good and bad ideas can be spread, and one cannot guarantee that the former will prevail.[653]

Sobre a interferência da opinião pública Zimmerling[654] aduz:

> Por lo general, tales, referencias a la opinión pública tienen por objeto caracterizar determinadas decisiones o acciones políticas como oportunas o inoportunas, legales o ilegales, y hasta legítimas o ilegítimas; es decir, serven de argumento para juicios acerca de la calidad instrumental, la calidad jurídica o la calidad ética del actual político.[655]

A pluralidade de comentários que são gerados em casas, bares, parques, paróquias, empregos, lojas, mercado, etc. eles são de grande riqueza e são, portanto, a base de toda a democracia. [656]

---

[652] JOSEPH, Sarah. Social. SOCIAL MEDIA, POLITICAL CHANGE, AND HUMAN RIGHTS. Boston College International & Comparative Law Review. P.187. Disponível < https://lawdigitalcommons.bc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1667&context=iclr >

[653] Tradução livre do autor: A necessidade de cautela na promoção da mídia social como instrumento de mudança política progressiva deve ser reconhecida. Existe o potencial de os governos subverterem a utilidade das mídias sociais por meio do uso extensivo de "fantoches", o que envenenaria a confiança das pessoas nas plataformas. Não há dúvida de que a tecnologia baseada na Internet pode ser usada para rastrear e identificar dissidentes, assim como pode ser usada para promover as visões desses dissidentes. Boas e más ideias podem se espalhar, e não se pode garantir que as primeiras prevalecerão.

[654] ZIMMERLING. Ruth. El Mito de La Opinión Publica. **Doxa**. N. 14 (1993). ISSN 0214-8876, pp. 97-117. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14198/DOXA1993.14.06>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[655] Tradução livre do autor: Em geral, tais referências à opinião pública destinam-se a caracterizar certas decisões ou ações políticas como oportunas ou inoportunas, legais ou ilegais, e até legítimas ou ilegítimas; isto é, servir como argumento para julgamentos sobre a qualidade instrumental, a qualidade instrumental, a qualidade legal ou a qualidade ética do político atual.

[656] VILLASANTE. Tomás R. Preguntas Sobre Las Democracias Participativas. **Proyecto Crítico De Ciencias Sociales**. Universidad Complutense. Disponível em:

Sobre essa mudança Moreno[657] discorre:

> Últimamente estamos asistiendo a un cambio de cultura política favorecido por el modo en que los usuarios, que son a su vez ciudadanos, están utilizando las nuevas tecnologías. El auge de las redes sociales, especialmente de Facebook y Twitter, ha venido acompañado de novísimos movimientos sociales, caracterizados por ser más horizontales, más deliberativos e incluir la viralidad como una de sus principales características.

Verifica-se, assim, que esse processo é potencializado a partir da democratização do acesso à internet. Conforme o fenômeno avança, mais a política perde esse caráter tradicional, especialmente com sua organização institucional em partidos políticos. A tecnologia produz valor, estabelece códigos culturais novos, cria vínculos diretos entre as pessoas e mais importante, determina o poder numa nova rede de conexão multiparticipativa, alterando a ideia de submissão aos interesses dos partidos, governantes ou ao capital que existia na sociedade.

Fagundes e Santos[658], destacam a importância da difusão das mídias:

> Outro ponto importante é que com a difusão das novas mídias, a informação, aparentemente, não fica conglomerada na mão de poucos grupos empresariais. A oportunidade de qualquer pessoa postar, divulgar, compartilhar imagens e textos abre a possibilidade de um espaço plural e democrático, em que o sujeito deixa de ser simples telespectador, como era na televisão e rádio, e passa a ser sujeito ativo das informações veiculadas, gerando um sistema de interligação com demais usuários.

Certamente os mecanismos que podem ser utilizados na concretização da deliberação pública são os mais variados e, graças à autonomia política que o federalismo inspira às localidades, diversos instrumentos de participação podem ser criados em cada região, de acordo com a tradição e as necessidades das populações. Afinal, “a expansão do espaço público é fundamental, pois vocaliza demandas, aproximando cidadãos de seus governantes e permite maior fiscalização e controle

---

<http://portugalparticipa.pt/upload_folder/table_data/8beb1db2-d1c2-4241-ab61-f6ffb62e0c91/files/Preguntas_sobre_las_democracias_participativas.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[657] MORENO, Elena Gil. Nuevos activismos sociales en la era digital: de las masas al crowd. Universidad de Salamanca (España). 2016. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/48914>. Acesso em: 7 mar. 2019.

[658] FAGUNDES, Eduardo da Silva; SANTOS, Luiz Henrique Silveira. NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA. XIII Seminário Internacional de Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. Disponível < https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/15822/3720 >

das funções públicas", o que fortaleceria a cidadania e aumentaria o sentimento republicano de pertencimento.[659]

Sobre a forma de repensar a democracia Held[660] discorre:

> La transformación de la política provocada por las crecientes interconexiones de los Estados y las sociedades y la gran intensidad de las redes internacionales exige una reevaluación de la teoría política, tan fundamental en su forma y alcance como el cambio que jalonó las innovaciones conceptuales e institucionales del Estado moderno mismo. [661]

Quantos aos mecanismos, Corralo[662] sistematiza vários mecanismos de participação encontrados na realidade política brasileira, principalmente no âmbito municipal, como conselhos deliberativos, audiências e consultas públicas, conselhos consultivos, orçamento participativo, ouvidoria etc. Oliveira complementa essa lista, incluindo organizações não governamentais, entidades de utilidade pública, serviços sociais autônomos, organizações sociais e corporações de fiscalização do exercício profissional.

Inegavelmente, o regime democrático funciona de acordo com duas funções estritamente conexas: legitimação e controle[663]. E o sistema federativo parece oferecer bases adequadas para tais finalidades, seja porque a autonomia política da esfera local –, onde a manifestação popular tem maior probabilidade de ter lugar com a participação da comunidade nas deliberações – permitiria que tradicionais aspirações populares funcionem como princípio de fundamentação para as decisões públicas, legitimando-as; seja porque, no ambiente local, dada a "proximidade" burocrática com a população, seriam mais bem desenvolvidos os instrumentos de adequação do uso e exercício do poder, cujos efeitos seriam sentidos diretamente pela comunidade, enaltecendo-se a função democrática de controle popular

---

[659] BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. Federação e federalismo: uma análise com base na superação do estado nacional e no contexto do estado democrático de direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

[660] HELD, David. La Democracia y el Orden Global. Del Estado moderno al gobierno cosmopolita. Editorial Paidós. Barcelona. 1997.p.4.

[661] Tradução livre do autor: A transformação da política provocada pelas interconexões crescentes dos Estados e das sociedades e a grande intensidade das redes internacionais exigem uma reavaliação da teoria política, tão fundamental em sua forma e alcance quanto a mudança que marcou as inovações conceituais e institucionais da sociedade. Estado moderno em si.

[662] CORRALO, Giovani da Silva. Município: autonomia na federação brasileira. Curitiba: Juruá, 2009.

[663] PEREIRA, Rodolfo Viana. Direito constitucional democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

(accountability). Afinal, parece sensato que as políticas públicas sejam estabelecidas com a participação substancial da população[664].

Cruz e Ferrer[665] sustentam:

> A Democracia em seu modo atual é insuficiência para enfrentar os novos ambientes assimétricos das sociedades complexas de risco. Considera, assim, o caráter assimétrico de sua representatividade e uma reavaliação dos seus atuais modelos, para que estes atendam de maneira adequada as atuais demandas por participação. A Globalização obriga a reflexão sobre a Democracia dos modernos e a se perguntar pelas questões de seus fundamentos, as instituições que garantem seu exercício e seus limites. Assim, a autêntica participação só pode ser alcançada quando todos se sentem espiritualmente participantes. A renovação da teoria democrática deve estar assentada, antes de tudo, na formulação de critérios democráticos de participação que não a confinem ao ato de votar.

Dentro desses novos conceitos de democracia, surge a democracia transacional.

Nas palavras de Cruz e Miglino[666]:

> A transnacionalização da Democracia exigirá uma limitação efetiva da Soberania dos estados, mas, ao contrário do que ocorre com frequência no momento atual, essa limitação não deve e nem pode ser exercida por outros estados. A mundialização e a progressiva interdependência das relações estão configurando, de fato, a formação de um novo âmbito de interesse geral, que se situa em fronteiras transnacionais e que, agora, começam a se concretizar de maneira muito intensa na defesa dos direitos humanos.

Dessa forma, o Estado Constitucional Moderno começa a ceder seu lugar a um conjunto de identidades políticas mais pluralistas e múltiplas. As pessoas começam a se enxergar como membros de uma comunidade local, de uma nação ou uma federação multinacional, de uma região ou subcontinente, e como cidadãos do mundo, esse conjunto de fatores leva a construção político-jurídica transnacional. [667]

---

[664] FREITAS, Juarez. Direito constitucional à democracia. In: BRANDÃO, Cláudio. Direito à democracia: ensaios transdisciplinares. São Paulo: Conceito, 2011. p. 11-40

[665] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel Real. Os novos cenários transnacionais e a democracia assimétrica. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito.p.96.

[666] CRUZ, Paulo Márcio; MIGLINO Arnaldo. Possibilidades Para A Transnacionalidade Democrática. Revista do Direito Unisc.p.16.

[667] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel Real. Os novos cenários transnacionais e a democracia assimétrica. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito. p.110.

Nas palavras de Piffer[668]:

> Embora algumas relações sociais, pela sua abrangência e localização podem não denotar inicialmente características transnacionais, tal verificação se dará com o passar do tempo e com o aprimoramento destas relações que, inevitavelmente, em que um momento ou outro, sofrerão a interferência da Transnacionalidade. Além disso, devido à característica da desterritorialização dificulta-se a localização de determinadas relações sociais transnacionais, pois muitas delas não fisicamente verificáveis. [...]

Conforme Stelzer e Gonçalves[669] na democracia transnacional, o Estado continua a existir, contudo, as dimensões legais são relativizadas, de forma que não se reconhece mais este ente político com suas características e ditames tradicionais.

> O fenômeno da transnacionalização representa o novo contexto mundial, surgido principalmente a partir da intensificação das operações de natureza econômico-comercial no período do pós-guerra, caracterizado – especialmente – pela desterritorialização, expansão capitalista, enfraquecimento da soberania e emergência de ordenamento jurídico gerado à margem do monopólio estatal. […] A transnacionalização pode ser compreendida como fenômeno reflexivo da Globalização, que se evidencia pela desterritorialização dos relacionamentos político-sociais, fomentado por sistema econômico capitalista ultravalorizado, que articula ordenamento jurídico mundial à margem das soberanias dos Estados. A Transnacionalidade insere-se no contexto da Globalização e liga-se fortemente à concepção do transpasse estatal. Enquanto Globalização remete à ideia de conjunto, de globo, enfim, o mundo sintetizado como único; transnacionalização está atada à referência do Estado permeável, mas tem na figura estatal a referência do ente em declínio.

Argumenta Marcos Garcia[670], ao citar Jürgen Habermas quando fala da criação dos espaços pós-nacionais "[...] prevê a construção de novos espaços a partir da perspectiva de ampliação da esfera da influência da experiência das Sociedades democráticas para além das fronteiras nacionais. [...]".

---

[668] PIFFER, Carla. Transnacionalidade e Imigração: A possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Itália e na União Europeia. Itajaí – SC. 2014. P. 261.

[669] STELZER, Joana; GONÇALVEZ, Everton das Neves. Estado, Globalização e Soberania: Fundamentos Políticojurídicos do Fenômeno da Transnacionalidade. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009.

[670] GARCIA, Marcos Leite. Direitos fundamentais e Transnacionalidade: um estudo preliminar. *In*: CRUZ, Paulo Márcio. STELZER, Joana. Direito e Transnacionalidade. 2011, p. 173-174.

Sustenta Piffer[671] que:

> (....) a Transnacionalidade como fenômeno representa um novo contexto mundial verificado a partir da intensificação de determinadas relações ditadas pela Globalização e suas dimensões. Consequentemente novas relações de poder e de concorrência também foram constatadas e novos fatores de incompatibilidade entre os atores sociais e as unidades estatais passaram a ser colocados à prova a cada dia.

Sugerem Linz e Stepan[672] a hipótese expressa de maneira positiva em que num "ambiente multinacional" as possibilidades da consolidação da Democracia aumentam por força de políticas estatais que assegurem a cidadania ampla e igualitária, com proteção dos direitos humanos individuais, decretados e exigidos pelo Estado, como "reconhecimento da diversidade cultural, aceitação de diferentes códigos matrimoniais, tolerância legal e política com os partidos representando diversas comunidades".

Como já visto no primeiro capítulo, a Transnacionalidade é o que ultrapassa o nacional, permeia o Estado, está além da concepção soberana de Estado e traz consigo a ausência da dicotomia público e privado.

Zumbansen[673] destaca:

> The ambivalent politics of this shift between "national" and "transnational" perspectives is today amply illustrated by concrete examples of spatial regulatory regimes, by which we identify those regulatory regimes which originate through a combination of institutional and normative formation that transcends jurisdictional borders and combines national and international, and public and private actors.[674]

---

[671] PIFFER, Carla. Transnacionalidade e Imigração: A possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Itália e na União Europeia .p. 121.

[672] LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred. A transição e consolidação da democracia – a experiência do sul da Europa e da América do Sul. 1999.p.52. *In* Nascimento, Eliana Maria de Senna; Gonçalves, Sérgio Luiz. Democracia e transnacionalidade: a democracia como paradigma de garantia dos direitos fundamentais através da solidariedade no século XXI. Disponível < https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/649/975 >

[673] ZUMBANSEN, Peer. Defining The Space Of Transnational Law: Legal Theory, Global Governance & Legal Pluralism. Osgoode Hall Law School, York University, Toronto.2012.

[674] Tradução livre do autor: A política ambivalente dessa mudança entre perspectivas "nacionais" e "transnacionais" é hoje amplamente ilustrada por exemplos concretos de regimes regulatórios espaciais, pelos quais identificamos os regimes regulatórios que se originam de uma combinação de formação institucional e normativa que transcende fronteiras jurisdicionais e combina nacional e internacional, e ator público e privado.

Para Stelzer a Transnacionalização possui características específicas, vejamos:

> O fenômeno da transnacionalização é multifacetado, complexo, polêmico e contra resistências para ser aceito como realidade cotidiana. Algumas características, contudo, podem ser evidenciadas para avaliar o fenômeno, a exemplo da desterritorialização das relações humanas e de produção, do fato da economia transnacionalizada ser capitalista ao extremo e do abalo na soberania dos Estados, motivando a emergência de novos sujeitos no palco mundial.

Conforme Cruz e Bodnar[675] "o Estado e o Direito Transnacional poderiam ser propostos a partir de um ou mais espaços públicos transnacionais, ou seja, a criação de espaços públicos que possam perpassar estados nacionais". Dessa forma, o Estado e o Direito Transnacional poderiam ter as seguintes características:

> a) Constituição a partir de estados em processos de abdicação intensa das competências soberanas;
>
> b) Formação por instituições com órgãos e organismos de governança, regulação, intervenção e aplicação das normas transnacionais;
>
> c) Capacidade fiscal em diversos âmbitos transnacionais, como em questões vitais ambientais, financeiras, circulação de bens e serviços, dentre outros não menos importantes;
>
> d) Atuação em âmbitos difusos transnacionais: questão vital ambiental, manutenção da paz, direitos humanos, dentre outros;
>
> e) Pluralismo de concepção, para incluir nações que não estão organizadas politicamente a partir da lógica judaico-cristã ocidental;
>
> f) Implantação gradativa de instrumentos de democracia transnacional deliberativa e solidária;
>
> g) Constituição dos espaços públicos transnacionais especialmente com base na cooperação, solidariedade e no consenso;
>
> h) Capacidade de coerção, como característica fundamental, destinada a garantir a imposição dos direitos e deveres estabelecidos democraticamente a partir do consenso, superando assim uma das principais dificuldades de atuação dos estados no plano externo.

[675] CRUZ Márcio Paulo; BODNAR Zenildo. A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e do Direito Transnacionais, 2009. Disponível < https://www.academia.edu/27539244/A_Transnacionalidade_e_a_Emerg%C3%AAncia_do_Estado_e_do_Direito_Transnacionais >

Segundo destaca Cruz[676]:

> [...] o grande desafio para o século XXI será a construção de uma Sociedade Democrática transnacional, respeitadora das diferentes concepções humanas, baseada na paz, na preservação da vida, na justiça social e no acesso de todos ao bem-estar.

Ademais, Cruz e Sirvent[677] reforçam que:

> [...] um ordenamento público de governança transnacional não é uma utopia nos moldes de outras propostas. [...]. A utopia dela derivada – uma ordem transnacional que ultrapasse o Estado Constitucional Moderno – é, igualmente formal. [...]

Nesse contexto é importante destacar que através do Tratado de Maastricht, assinado em 1992, a Comunidade Econômica Europeia foi transformada em União Europeia, o que originou a criação de novos conceitos, em especial o de uma experiência importante de Transnacionalidade.

O Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia em artigo 8º define: " É cidadão da União quem tiver a nacionalidade dos Estados-membros", o que nos leva a concluir que a cidadania da União exige a cidadania nacional de um dos Estados-membros, mantendo a ligação entre cidadania e nacionalidade. Contudo, introduz uma nota de extraterritorialidade no que se refere aos Estados-nações:

> Art. 8º-A
>
> 1. Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-membros, sem prejuízo das limitações e condições previstas no presente Tratado e nas disposições adotadas em sua aplicação.
>
> 2. O Conselho pode adotar disposições destinadas a facilitar o exercício dos direitos a que se refere o número anterior; salvo disposição em contrário do presente Tratado, o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu.

---

[676] CRUZ, Paulo Márcio. Repensar a democracia. In: CRUZ, Paulo Márcio. Da soberania à Transnacionalidade: democracia, direito e Estado no século XXI. 2011. P.2615.

[677] CRUZ, Paulo Márcio. SIRVENT, José Francisco Chofre. Ensaio sobre a necessidade de uma teoria para a superação democrática do estado constitucional moderno. In: CRUZ, Paulo Márcio. Da soberania à Transnacionalidade: democracia, direito e Estado no século XXI. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí. 2011.p.33-64.

> Art. 8º-B
>
> 1.Qualquer cidadão da União residente num Estado-membro que não seja o da sua nacionalidade goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais do Estado-membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito será exercido sem prejuízo das modalidades a adotar, até 31 de Dezembro de 1994, pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu; essas regras podem prever disposições derrogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-membro o justifiquem.[678]

Dessa forma, a Transnacionalidade e o direito transnacional citado por Jessup em 1956, surge na prática como um novo modelo de participação que ajuda a afirmar a autonomia das identidades e dos seus representantes em relação aos Estados – nações definidas territorialmente e possibilitando um processo de identificação das organizações transnacionais.

Sobre esse período Shaffer e Coyer[679] explicam:

> "By 1956, however, the prospect of international institutions and international law as problem-solvers had collapsed. Jessup turned to analyze other means of fostering international problem solving through the concept of transnational law that incorporated, but went beyond public international law. Jessup's lectures focused primarily on private international law. Jessup was drawn to private international law's functional ability to resolve individual transnational "problems" (lecture 1) through its decentralized system of allocating jurisdictional "power" among national courts (lecture 2), which, in turn, use "choice of law" techniques to decide on the applicable law (lecture 3)."[680]

Criou-se na Europa, um "supranacionalismo normativo" que transpõe o contexto dos Estados-nações e se impõe aos Estados. Conforme o próprio *site*[681] da União Europeia:

---

[678] Tratado da União Europeia – Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/maastricht_pt.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

[679] SHAFFER, Gregory; COYER Carlos. From International Law to Jessup's Transnational Law, From Transnational Law to Transnational Legal Orders. Legal Studies Research Paper Series No. 20 1 7 – 02. University of California, Irvine ~ School of Law.

[680] Tradutor livre do autor: Em 1956, entretanto, a perspectiva de instituições internacionais e do direito internacional como solucionadores de problemas havia entrado em colapso. Jessup voltou-se para analisar outros meios de fomentar a solução de problemas internacionais por meio do conceito de direito transnacional que incorporava, mas ia além do direito internacional público. As palestras de Jessup se concentraram principalmente no direito internacional privado. Jessup foi atraído pela capacidade funcional do direito internacional privado para resolver "problemas" transnacionais individuais através de seu sistema descentralizado de alocação de "poder" jurisdicional entre tribunais nacionais que, por sua vez, usam técnicas de "escolha da lei" decidir sobre a lei aplicável.

[681] A União Europeia em poucas palavras – Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-

> A UE assenta no Estado de Direito. Tudo o que a UE faz assenta em Tratados acordados voluntária e democraticamente pelos países que a constituem. O direito e a justiça são garantidos por um poder judicial independente. Os países da UE conferiram competência jurisdicional ao Tribunal de Justiça da União Europeia, cujos acórdãos devem ser respeitados por todos.
>
> Os direitos humanos são protegidos pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE, que proíbe a discriminação em razão, designadamente, do sexo, origem étnica ou racial, religião ou convicções, deficiência, idade ou orientação sexual, e consagra o direito à proteção dos dados pessoais e o direito a acesso à justiça.
>
> Mais de 340 milhões de cidadãos europeus de 19 países utilizam o euro como moeda e usufruem das suas vantagens.
>
> Graças à supressão dos controlos nas fronteiras entre os países da UE, as pessoas podem circular livremente em quase todo o continente, sendo muito mais fácil viver, trabalhar e viajar noutros países da UE. Todos os cidadãos europeus têm o direito e a liberdade de escolher em que país da UE querem trabalhar, estudar ou passar a sua reforma. Em termos de emprego, segurança social e impostos, os países da UE devem tratar os outros cidadãos europeus exatamente da mesma forma que tratam os seus próprios cidadãos.
>
> O principal motor da economia europeia é o mercado único, que permite que a maioria das pessoas, bens, serviços e capitais circulem livremente. O objetivo da UE é desenvolver este enorme recurso também noutras áreas, como os mercados da energia, do conhecimento e dos capitais, para que os europeus possam tirar o máximo partido do seu potencial.

A União Europeia desempenha um papel importante no plano diplomático, procurando promover a estabilidade, a segurança, a prosperidade, a democracia, as liberdades fundamentais e o Estado de direito a nível internacional.

Contudo, ao longo dos anos 2000, um movimento conservador ganhou força dentro da sociedade britânica. Diante da abertura de fronteiras para negociações e troca de mercadorias e o livre trânsito sem necessidade de passaporte pelos países pertencentes, a imigração se tornou um tema ferrenho de debate no país. Diante deste cenário, em 2016 foi votada a saída da Inglaterra da União Europeia, um processo conhecido como Brexit, e com 51,9% dos votos, os ingleses e os demais países pertencentes ao Reino Unido decidiram deixar o bloco, com argumentos em

---

eu/eu-in-brief_pt>. Acesso em: 11 jul. 2018.

torno da segurança interna do país, uma retomada da identidade nacional e um descontentamento com a burocracia imposta pela sede da União Europeia.

Sobre isso, Scruton"[682], discorre:

> Existe, no entanto, uma razão muito boa para enfatizar a nacionalidade. Nações são comunidades com uma configuração política. E estão predispostas a afirmar a soberania vertendo o sentimento comum de pertença em decisões coletivas e leis autoimpostas. A nacionalidade é uma forma de vínculo territorial, mas também é um arranjo protolegislativo. Além disso, as nações são agentes coletivos na esfera global de tomada de decisão. Por ser membro de uma nação o indivíduo tem voz nos assuntos globais.
>
> É no Desenvolvimento dessa ideia, de um sentimento territorial que traz dentro de si as sementes da soberania, que os conservadores dão uma contribuição diferenciada ao pensamento ecológico. Se os conservadores tivessem que adotar um lema, este deveria ser: "Experimente localmente, pense nacionalmente". (…)
>
> Trata-se de afirmar o direito de autonomia das nações e da adoção de políticas que harmonizarão com as lealdades e costumes locais.

Sobre o papel do Estado, Scruton[683] ainda afirma:

> […] o papel do Estado é, ou deveria ser, menor do que aquele que os socialistas exigem e maior do que os liberais clássicos permitem. O Estado tem uma finalidade, que é proteger a sociedade civil dos inimigos externos e das desordens internas. Não pode ser somente o "Estado guarda-noturno" defendido por Robert Nozick, porque a sociedade civil depende dos vínculos afetivos que devem ser renovados e, nas atuais circunstâncias, esses vínculos não podem ser renovados sem a oferta coletiva de bem-estar social. Por outro lado, o Estado não pode ser o provedor e o regulador universal como defendido pelos igualitaristas, pois o valor e o compromisso emergem de associações autônomas que só brotam se puderem crescer de baixo para cima. Além disso, o Estado só pode redistribuir a riqueza se esta for criada, e a riqueza é a criada por aqueles que esperam deter uma parcela dela.

Contudo, em que pese tais críticas, a União Europeia é hoje o modelo mais complexo de agrupamento internacional, e destaca-se tanto pela quantidade de países que participam de sua integração, mas também pela qualidade dos acordos e pela diversidade de medidas.

---

[682] SCRUTON, Roger. Como ser um conservador. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 82.
[683] SCRUTON, Roger. Como ser um conservador. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 123.

Assim, os agrupamentos mundiais e as políticas transacionais são uma forma de fortalecimento regional diante do processo de Globalização, possibilitando que haja uma maior atuação no cenário mundial, especialmente em relação a capacidade de competição econômica. Olhando para o Brasil, e mais especificamente, para a Amazônia, esta passa a ter um papel fundamental, sobretudo pelo grande estoque de matéria-prima que possui.

Nas palavras de Becker[684]

> Para vencer a miséria é necessária uma mobilização de recursos que somente o Estado é capaz de prover e gerenciar. A dimensão social do planejamento, que passou ao largo de trinta anos de modernização conservadora, constitui hoje o desafio básico da sociedade civil. Apesar da retórica neoliberal, impõe-se um vasto programa social gerido pelo Estado, envolvendo recursos captados no setor privado, que não poderá mais se eximir dos custos de uma distribuição mais equitativa da renda nacional.
>
> O resgate da política é também peça-chave para a conquista da cidadania. A governabilidade depende da afirmação de instituições democráticas, sujeitas ao controle social e voltadas para o interesse da nação. A existência de formas paralelas de poder, sejam elas corporativas ou clandestinas, favorece a permanência de estruturas autoritárias que contaminam o tecido social e favorecem a lógica da dominação. O estado de direto é o melhor antídoto contra a ditadura em todas as suas formas.
>
> Como grande fronteira nacional/transnacional, a Amazônia traz dentro de si a inscrição material das questões apontadas acima. A mobilização mundial em torno de sua problemática ecológica desmente, em parte a ideia de “abandono” em que se encontra a América Latina. Trata-se de um imenso potencial pouco e mal utilizado, e ainda relativamente desconhecido, constituindo não só um desafio à ciência mundial e à sociedade brasileira, mas também um instrumento de pressão externa para a adesão ao “norte” e de negociação do Brasil frente a essas pressões.

O papel do Brasil nesse contexto de integração e segurança na Amazônia transnacional e no subcontinente de forma geral é de grande relevância e alguns dados atribuem naturalmente ao Brasil esse papel: é o maior país da América do Sul; detém a maior parte da Amazônia transnacional (67,9%); faz fronteira com todos os países amazônicos, com exceção do Equador; sua população equivale a quase

[684] BECKER, Bertha K. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, 2010.p.250-251.

metade da população do subcontinente (49%); seu PIB significa mais da metade do PIB da região (56%).

Do ponto de vista regional, a Amazônia transnacional se destaca entre outras razões por sua vocação internacional, uma vez que está presente em nove dos treze países da América do Sul, e por seu grande potencial, podendo vir a se constituir como um dos pivôs da integração sul-americana.

De acordo com Becker[685] a integração da Amazônia transnacional significa uma nova escala para pensar e agir na Amazônia.

> Primeiro, porque a união dos países amazônicos pode fortalecer o Mercosul e, de certa maneira, construir um contraponto nas relações com a ALCA e com a própria União Europeia. Em segundo lugar, para ter uma presença coletiva e uma Estratégia comum no cenário internacional, fortalecendo a voz da América do Sul. Em terceiro lugar, porque é fundamental para estabelecer projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas. Além disso, esse dado é importante porque pode ajudar a conter as atividades ilícitas.

Contudo, diante dessa imensidão territorial há uma dificuldade em definir e negociar um novo padrão de gestão Desenvolvimento da Amazônia, que considere não só a dimensão ambiental, mas também, e principalmente, os problemas sociais. Confrontados hoje com uma profunda Crise econômica, diversos segmentos procuram consolidar posições e territórios na arena amazônica.

Acerca desse antagonismo existente entre o Desenvolvimento e preservação ambiental, Scruton[686] sustenta:

> Ambientalistas e conservadores estão ambos à procura da motivação que defenderá um legado comum, mas ameaçado, da depredação realizada por seus atuais fideicomissários. [...]
>
> É necessária uma motivação não egoísta que possa ser estimulada em membros comuns da sociedade e na qual possamos confiar para cumprir a meta ecológica de longo prazo. [...]

---

[685] BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira I. Estud. av. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

[686] SCRUTON, Roger, Uma Filosofia Política: argumentos para o conservadorismo. São Paulo, 2017.p.54-55.

> Deveríamos reconhecer que a proteção ambiental será uma causa perdida se não conseguirmos encontrar motivação humana que levaria as pessoas em geral, e não apenas seus autodenominados representantes, a promovê-la. (…) os ambientalistas e os conservadores podem e devem estabelecer uma causa comum. Em causa comum é a lealdade nacional.
>
> É o momento de adotar uma visão mais tolerante e imaginativa em relação àquilo que o conservadorismo e o ambientalismo têm a oferecer um ao outro. Pois ninguém parecer ter identificado uma motivação mais propensa servir à causa ambientalista que esta: o amor que compartilhamos por nosso lar.

Nessa linha de pensamento deve-se repensar a Amazônia, região correspondente a mais da metade do subcontinente e cuja aproximação dos países que a compõe pode significar uma nova escala para pensar e agir na região, dinamizar outras iniciativas regionais e consolidar a voz da América do Sul. A importância da região como símbolo e fenômeno de integração, seja da percepção interna quanto da concepção externa.

Os ambientalistas mais atuantes têm uma tendência a definir as finalidades em termos globais e internacionais e apoiam organizações não governamentais e grupos de pressão que lutam contra multinacionais, contudo, a cooperação é imprescindível. O ambientalismo, contudo, também não nos alertou para outra verdade que diz respeito à interconectividade. Nenhum evento ocorrido no universo está isolado da rede causal a que tudo está ligado: nem as fronteiras nacionais nem os vínculos históricos respeitam os ecossistemas do globo.[687]

Por isso é hora de ressignificar a Amazônia trazendo elementos da política internacional, tendo em vista o crescimento da produtividade e à crescente demanda de economias emergentes, assim o mercado brasileiro será cada vez mais impulsionado por políticas orientadas para o consumo em massa, nesse sentido Becker[688] explica:

> O crescimento oferece amplas perspectivas para a valorização dos Recursos Naturais da Amazônia, na medida em que haverá grande demanda de energia, água potável e outros produtos, alimentares e farmacêuticos. A demanda de energia aumentará em torno de 60% em relação a 2000, e se baseará ainda no carvão, no petróleo, e

[687] SCRUTON, Roger. Como ser um conservador. Record, 2015.p.153.

[688] BECKER, K Bertha; STENNER, Claudio. Um futuro para Amazônia. Pag. 144.

> sobretudo, no gás, mas incluirá crescente participação das fontes renováveis (biomassa, nuclear, eólica, solar, etc.)

A potencialidade de Desenvolvimento da Amazônia é enorme, por ser uma matriz energética limpa em que predomina a hidroeletricidade e a agroenergia, e com condições privilegiadas para produzir biocombustíveis.

O mercado atual amazônico baseia-se na exportação de algumas *commodities*, que não são internalizados na região, acarretando problemas ambientais e sociais, na Amazônia florestal de planície, expande-se a exploração de petróleo e madeira. A exportação da soja e da carne, na região do cerrado e entrando em áreas florestais e se expandindo para a Bolívia. Contudo, tais mercados são comandados por corporações globais que não agregam qualquer valor localmente, trazendo riqueza para a mão de exportadores e *tradings*, que pouco trazem benefícios para região.

Cabe aos governantes dos países amazônicos regular esses mercados e monitorá-los para sustar o desflorestamento e internalizar a riqueza da região como uma questão de sobrevivência e Desenvolvimento. O Brasil necessita fortalecer a integração com os países sul-americanos por razões econômicas e políticas, bem como, manter relações com os Estados Unidos e a União Europeia. Nesse sentido, é importante refletir sobre a mudança de natureza, e enfatizar, sobretudo a transnacionalização.

Sobre a integração física da América do Sul, Becker discorre:

> A integração sul-americana, na qual inclui a Amazônia, é necessária num planeta em que se configurem grandes blocos econômicos regionais. Para o Brasil, ela é essencial em termos econômicos, sobretudo no que se refere à complementaridade energética e para fazer ouvir as vozes dos países sul-americanos no contexto global. No que tange à Amazônia, projetos conjuntos para valorizar os serviços ambientais e para utilizar os Recursos Naturais com um novo paradigma científico-tecnológico são fundamentais. (…)
>
> A integração do continente precisa avançar em outras dimensões, sob pena de que o esforço de integração continental não prospere na construção de um caminho de Desenvolvimento compartilhado com os demais países vizinhos e reproduza uma infraestrutura socialmente excludente.

Mark London e Brian Kelly[689], ao citar Everton Vargas – o principal representante do Ministério das Relações Exteriores para assuntos ambientais, bem como, integrante equipe do Brasil na Eco 92 – afirmam que Vargas defende que os líderes dos países desenvolvidos sentem-se moralmente superiores ao impor uma política ambiental que eles mesmo ignoraram quando seus países estavam se desenvolvendo. E ainda acrescenta que a Europa percebeu que a questão da Amazônia é complexa, e que os motivos para defenderem sua manutenção são egoístas, pois veem o Brasil mais como uma ameaça a suas economias do que como uma ameaça ao meio ambiente, principalmente os agricultores europeus, que se beneficiam de subsídios do governo e impendem a importação de grãos de soja e trigo brasileiro.

Merece destaque o estudo realizado pela Agência Espacial Norte-Americana (NASA), em novembro de 2017, que publicou o mapeamento e o cálculo das áreas cultivadas do Planeta, com base no satélite Landsat8[690].

> Segundo o estudo, o mundo tem 1,87 bilhão de hectares de lavouras. A população mundial chegou a 7,6 bilhões em 2017. Cada hectare, em média, alimentaria quatro pessoas. Mas, a produtividade varia muito, em função de solos, clima, tecnologia empregada e tipo e qualidade dos cultivos produzidos. Disso decorrem grandes diferenças entre os desempenhos agrícolas dos países. As maiores extensões cultivadas estão na Índia (179,8 milhões de hectares), nos Estados Unidos (167,8 milhões de hectares), na China (165,2 milhões de hectares) e na Rússia (155,8 milhões de hectares). Juntos, estes quatro países totalizam 36% da área cultivada do Planeta. O Brasil ocupa o quinto lugar, seguido por Canadá, Argentina, Indonésia, Austrália e México. As áreas desses países representam as seguintes porcentagens do total cultivado no Planeta: Índia - 9,60%; EUA - 8,96%; China - 8,82%; Rússia - 8,32%; Brasil3,42%; totaliza-se, com estes valores, quase 40%.[691]

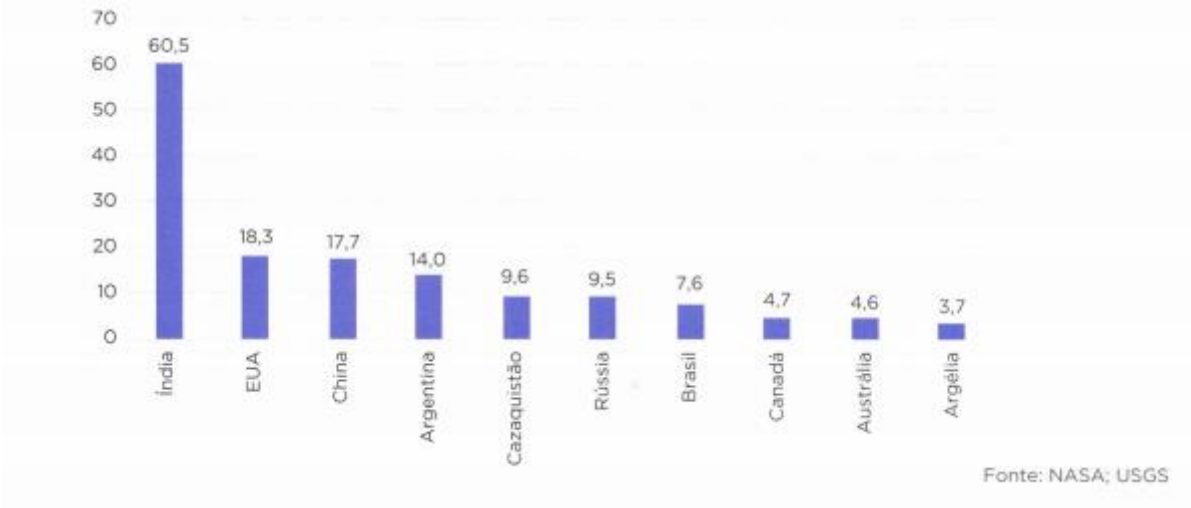
Quadro 2 - Percentual das Áreas Cultivadas em relação à área os dez maiores países em extensão territorial.

---

[689] LONDON Mark; KELLY Brian. A última Floresta - A Amazônia na era da Globalização. São Paulo. Martins. 2007.p.100.

[690] MIRANDA, Evaristo de. **Áreas Cultivadas no Brasil e no Mundo**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/174066/1/4942.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

[691] MIRANDA, Evaristo de. **Áreas Cultivadas no Brasil e no Mundo**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/174066/1/4942.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.



Vislumbra-se assim, que os europeus desmataram e exploraram intensamente o seu território. Sem a Rússia, a Europa, detinha mais de 7% das florestas originais do Planeta. Hoje, ela possui apenas 0,1 %. No Brasil 5.637.360 km2 são destinados hoje à proteção, à preservação e à conservação da vegetação nativa, ou seja representa uma área maior do que a superfície total dos 28 países da União Europeia.[692]

Dessa forma, deve-se ultrapassar as questões simplistas de pró-Desenvolvimento versus pró-ambientalismo. O meio ambiente não está seguro até que seja respeitado e até que as instituições encarregadas de protegê-lo sejam de fato eficazes. Bem como, entender que o Desenvolvimento é necessário para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é algo que deve ser valorizado. Não há como querer proteger e deixar a Amazônia intocável se há milhões de brasileiros passando fome, e em estado de miséria. São 55 milhões de pobres no Brasil, concentrados em maior proporção nas regiões Norte e Nordeste.

Como explica Vargas[693], muitos brasileiros ressentem-se daquilo que parece hipocrisia dos europeus, que exigem que o Brasil não desenvolva a Amazônia pelo bem do mundo, mas fecham os mercados que poderiam fornecer ao Brasil a devida receita oriunda das exportações.

---

[692] MIRANDA, Evaristo de. Áreas Cultivadas no Brasil e no Mundo. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/174066/1/4942.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

[693] Everton Vargas, Representante do Ministério das Relações Exteriores para assuntos ambientais, bem como, integrante equipe do Brasil na Eco 92. Fonte: LONDON Mark; KELLY Brian. A última Floresta - A Amazônia na era da Globalização. São Paulo. Martins. 2007.p.100.

A visão da comunidade internacional é a de que toda a floresta deveria ser mantida intacta. O meio ambiente tem recebido bastante atenção, mas isso pode ofuscar o fato de que temos muitos problemas sociais: pobreza, desnutrição, falta de segurança e distribuição desigual de renda. O Brasil precisa ser próspero.

Assim, para buscar o Desenvolvimento da Amazônia com compromisso social e ambiental, é necessário romper o falso dilema entre Desenvolvimento e conservação, que imobiliza pensamentos e ações. A Amazônia representa uma chance de emancipação dos cidadãos brasileiros mais carentes e fonte de criação de oportunidades. Leva-se tempo, para identificar os problemas e encontrar soluções através do reconhecimento de que interesses conflitantes devem ser balanceados.

Para descobrir o que a população brasileira deseja em termos de aproveitamento dos recursos da Amazônia (preservar, explorar, de que forma aproveitar, estabelecer limites) o governo brasileiro deverá usar de mecanismos de democracia assimétrica ou participativa. Não basta a visão dos parlamentares, dos partidos políticos, que são os representantes tradicionais do poder na democracia representativa. Não basta a visão dos técnicos e especialistas do Governo. É necessário ouvir a voz dos agricultores, dos pecuaristas, dos sertanejos, dos pescadores, dos seringueiros, dos desempregados e também dos milhões que vivem na pobreza. Sem dar-lhes voz não será possível entender e atender aos anseios do povo brasileiro. Para isso será necessário estender os programas de consulta popular às redes sociais, às audiências públicas, às consultas públicas, ouvir os representantes das igrejas locais, todas elas, os sindicatos de produtores rurais, de patrões e de empregados, o mais próximo possível do ser humano, das pessoas que vivem as particularidades de cada região brasileira.

Pode-se pensar que isso é difícil de fazer. Porém, observando a revolução tecnológica que aconteceu nos últimos 10 anos, percebe-se claramente que isso é possível e vem acontecendo na sociedade brasileira. Em 2014 foi criado o movimento Vem pra rua[694], com o objetivo de lutar contra a corrupção. Foram realizadas centenas de manifestações no país inteiro com o uso majoritário das redes sociais. Esse movimento deixou claro que as redes sociais podem arregimentar milhões de pessoas

[694] Vemprarua.net.

por uma causa. O candidato vencedor realizou uma campanha presidencial usando as mídias sociais com extrema competência. Tuítes, *lives*, vídeos no youtube e comunicação direta com o eleitor serviram para demonstrar que a população brasileira atingiu um alto nível de participação direta na política e demonstrou interesse nos destinos do país. Resta agora estimulá-la a fazer o mesmo em relação aos grandes temas nacionais e, com certeza, aproveitar ou preservar os Recursos Naturais da Amazônia é um tema que chamará a sua atenção e participação. Por isso que se defende a prática da democracia participativa ou assimétrica nesse momento da história brasileira.

Quando se fala em democracia assimétrica deve-se pensar a assimetria das relações de poder e do *locus* dos participantes. É evidente que a democracia verdadeira, aquela do “Governo do povo, para o povo e pelo povo” que remonta à definição Lincolniana dos discursos de Gettysburg necessita ser atualizada.

Tem extrema importância descobrir quem é o povo na equação atual da democracia. É certo que a democracia representativa, que tem sua expressão maior através dos partidos políticos tem uma parte da legitimidade para falar em nome do povo. É certo os governantes eleitos pelo voto direto em eleições livres e periódicas também possui a sua parcela de legitimidade.

Porém, essa legitimidade não é suficiente. Foi-se o tempo que a legalidade ou o procedimento eram suficientes para justificar as decisões governamentais. Hoje elas têm que ser consideradas legítimas pela população. E, para que isso aconteça, as questões relevantes do governo do país devem passar por algum tipo de participação popular. Deve passar por uma forma de manifestação democrática assimétrica (no que diz respeito à fonte de poder) ou participativa.

A sociedade deve ser chamada a manifestar-se. Mais que isso, a sociedade deve ser ouvida todas as vezes que se manifestar. E quem deve ouvir são os governantes e os legisladores, abrindo-se para as ruas durante todo os seus mandatos, não apenas no período da eleição.

4.5 O EMBRIÃO DE UMA DEMOCRACIA TRANSNACIONAL. UMA REDE DE PROTEÇÃO ENTRE OS PAÍSES DA AMAZÔNIA

Do mesmo modo que se vê a necessidade de usar mecanismos de democracia assimétrica internamente no Brasil, defende-se a necessidade da criação de uma mentalidade conjunta dos países da região de proteção dos seus interesses sobre as suas parcelas da Amazônia, e da importância da proteção recíproca desses interesses. Daí a possibilidade de criação de uma rede de proteção recíproca dos interesses desses países em relação ao aproveitamento dos Recursos Naturais que cada país Amazônico possui em suas parcelas da Amazônia, a fim de frear os avanços que o novo colonialismo tem realizado sobre a região e o Desenvolvimento de uma grande parte da América do Sul. Juntos terão maior possibilidade de defender os interesses comuns pelo peso da sua representatividade internacional.

Como visto anteriormente, a Amazônia é um espaço transnacional típico porque vai além de fronteiras nacionais e está sujeita a uma variada gama de interesses internacionais, inclusive em situações em que as decisões sobre o que vai acontecer na região, seu Desenvolvimento ou não, são tomadas em outros continentes pelos grandes detentores do poder político mundial ou do grande capital transnacional. Sobretaxas aos produtos dos países Amazônicos, barreiras e exigências fitossanitárias são exemplos da submissão dos produtores brasileiros aos interesses dos grandes *players* do mercado mundial. Por isso vê-se necessário que os países da região tenham, no mínimo, boa vontade com os países da região na busca de proteção mútua no mesmo estilo do Mercosul. Nos dias atuais, de hipervalorização do capital, um grupo coeso de países, com importância geopolítica e comercial, sempre será melhor ouvido do que um pequeno país em Desenvolvimento.

Quando se fala em democracia transnacional tem-se sempre a ideia de uma superestrutura superior aos Estados-nação, especialmente ante o exemplo da União Europeia. A democracia dessa parte do mundo é cosmopolita, em que se percebe no outro os mesmos direitos.

Porém, na realidade, essa democracia transnacional tem que começar em algum lugar. Pode-se pensar que na Europa ela começou grande, o que não é verdade. O embrião da União Europeia vem desde o fim da Segunda Grande Guerra, com o acordo Benelux, formalizado em 1944 entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo

que estabeleceu uma zona de livre comércio e uma união aduaneira entre os estados-membros.[695]

Foram quase 50 anos para a configuração atual da União Europeia que hoje se considera uma democracia transnacional.

Dessa forma, o processo de Globalização mundial é um processo histórico que está nas raízes da história da sociedade européia. Esse processo, tão amplamente falado e escrito hoje é uma espécie de europeização do mundo. [696]O que parece certo é que o debate acerca dessa nova democracia é permanente. Seu Desenvolvimento recente e satisfatório na Europa Central e Oriental sem dúvida acrescenta e inspira muitos argumentos à discussão.[697]

Mas a democracia transnacional pode acontecer de outra forma. Ela, desde o seu começo, já pode ser considerada democracia transnacional. Basta que haja liberdade para as sociedades civis de alguns países possam interagir e influenciar-se mutuamente na busca de soluções para problemas que afligem tais sociedades ou Estados-Nação.

Vega[698], fazendo referência a Habermas, defende a existência de uma Crise na democracia que envolve os três elos fundamentais que são o Estado, sociedade e mercado. Afirma também que as soberanias europeias não devem dissolver-se, mas convergir para uma federação de Estados, com a preservação para o cidadão do vínculo com seu Estado e também com a União Europeia.

Esse novo modelo democrático é necessário diante da nova realidade política, que encontra-se fragmentada. A democracia transnacional apresenta

---

[695] PORTELA. Paulo Henrique G. Direito Internacional Público e Privado**.** p. 1030.
[696] GUTIÉRREZ . Mario González. Hacia una democracia ecológica (cara o cruz de la globalización). Polis: revista académica de la Universidad Bolivariana, ISSN 0717-6554, Nº. 5, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/28295706_Hacia_una_Democracia_Ecologica_Cara_o_Cruz_de_la_Globalizacion>. Acesso em: 7 mar. 2019.
[697] NERGELIUS. Joakim. Derecho y Democracia. Edición digital a partir de **Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 8 (1990), pp. 309-318. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/descargaPdf/derecho-y-democracia-1/>. Acesso em: 7 mar. 2019.
[698] VEGA, José Fernández. Variações sobre a democracia pós-moderna. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/1.TC_Fernandez_EP17.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.p. 43.

características híbridas, tendo em vista, que não exige a constituição de uma nova organização política, e sim uma nova forma de integração entre os Estados-Nação.

Nas palavras de Rodrigues[699], a situação presente torna indispensável "restabelecer um equilíbrio mais ou menos tolerável entre política e mercado, o que não pode mais ser alcançado no âmbito da política nacional, mas só mediante a democratização transnacional."

Dessa forma, tornou-se mais evidente a interdependência da sociedade mundial, se fazendo necessário o deslocamento de alguns aspectos do poder soberano do Estado diante desse novo cenário transnacional.

O pluralismo e as novas dimensões da Globalização forçam a ampliação de horizontes pelas administrações internacionais, em um processo de mutação contínua. Nesse caso, cabe aos Estados-nação acompanhar a evolução de suas sociedades.

No caso concreto da PanAmazônia, é perfeitamente possível usar as redes sociais para buscar saber como os nossos vizinhos Amazônicos entendem a necessidade de aproveitamento ou preservação total das suas partes da Amazônia Continental e, a partir daí, cada Governo agir de acordo com a sua melhor interpretação e boa vontade sobre esses assuntos.

Realizar uma consulta democrática não quer dizer que cada governo vai aceitar ou seguir cegamente a solução apresentada. Ela servirá como um fator importante na equação para que o Estado-nação conclua ao que fazer. Ao contrário do que pode parecer, a democracia transnacional não prescinde do Estado-nação. Dele necessita porque sempre haverá quem tenha que comandar, controlar e administrar a máquina administrativa e exercer o poder de polícia contra os infratores da lei.

[699] RODRIGUES, Ivan. Crises capitalistas, engodos tecnocráticos e democracia transnacional. e Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).p.6.

Em resumo: Uma democracia transnacional assimétrica Amazônica é possível, desejável e fácil de realizar. Suas manifestações servirão para ilustrar e orientar a tomada de decisão dos governantes dos países.

Por fim, registra-se aqui uma constatação e uma provocação.

Alguns países do mundo têm se manifestado que há necessidade de preservar a Amazônia por conta das mudanças climáticas, dos gases do efeito estufa e do Aquecimento Global. Eles mesmos poderiam, por si sós, resolver esses graves problemas com uma atitude simples e que o Brasil já faz. Bastaria que todos os países do mundo que têm um IDH considerado de alto Desenvolvimento humano preservassem 20% dos seus imóveis rurais produtivos, restabelecendo a vegetação nativa em cada um deles. Isso é: aplicassem a legislação brasileira sobre Reserva Legal no percentual de 20% aos seus países. Eles seriam um verdadeiro paraíso e sequestrariam carbono onde ele é emitido, pois os maiores poluidores são, na maioria, os países industrializados. Em menos de 20 anos o mundo seria um lugar melhor para todos.

CONCLUSÕES

Finalizada a escrita da Tese, serão apresentadas as respostas obtidas nos estudos realizados ao longo dos quatro anos do curso. Em linhas gerais, chegou-se à conclusão que é um imperativo ético e lógico para o governo brasileiro aproveitar mais intensamente o Patrimônio Estratégico amazônico. A condição atual do povo brasileiro demonstra a existência de grande quantidade de pessoas vivendo na pobreza, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Há um Patrimônio Estratégico enorme na Amazônia Brasileira, com potencial de alavancar o Desenvolvimento do Brasil e minimizar o problema da disparidade social entre as suas várias regiões. Assim é que o país precisa agir para melhorar as condições de saúde, educação, expectativa e qualidade de vida dos seus habitantes. O IDH é um ótimo demonstrativo disso.

Partindo da análise de algumas decisões de Organismos Internacionais, constatou-se que elas dão suporte ao direito do Brasil de decidir o modo e o momento de realizar o aproveitamento dos recursos do Bioma Amazônia Brasileiro em prol de seus cidadãos, independentemente de pressões externas. Isso deve acontecer porque a comunidade das nações é uníssona no combate à fome e à pobreza, reconhecendo o direito inalienável de todos os países em buscar a melhoria da condição de vida para suas populações dando o melhor uso possível dos seus Recursos Naturais.

Constatou-se ser necessário o uso de instrumentos de participação direta da população brasileira (democracia assimétrica ou participativa) para definir se e como aproveitar os recursos da Amazônia. Após, apresentou-se a ideia da criação de uma rede de proteção mútua entre os vários países da região Amazônica no sentido de proteger uns aos outros e seus interesses em relação ao aproveitamento dos recursos de cada país na sua parcela da Amazônia, atuando conjuntamente e votando em bloco nos fóruns internacionais sobre clima, meio ambiente e Desenvolvimento promovidas pelo ONU ou outros Organismos Internacionais. Para o bem dos habitantes desses países, apresentou-se a ideia da criação de um embrião de uma democracia transnacional Amazônica como forma de extrair os anseios das populações desses países no sentido de como devem agir no uso ou preservação de seus Recursos Naturais, na defesa dos seus interesses contra as pressões internacionais.

A tese está dividida em 4 capítulos. O primeiro, voltado para a Amazônia um espaço transnacional típico, abordou a sua conquista pelos Portugueses, a sua dimensão física e a questão da Amazônia Legal. Tratou dos Recursos Naturais existentes, caracterizadores de um Patrimônio Estratégico, dando especial destaque à questão da água em abundância. Destacou as salvaguardas definidas pelo STF quando do julgamento do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol como declaração inquestionável do pleno exercício da soberania brasileira sobre as comunidades indígenas e a propriedade da União sobre os Recursos Naturais existentes naquelas terras e concluiu por reconhecer que a Amazônia é um espaço transnacional típico por estar situada em nove países, possuir ativos naturais relevantíssimos que são de interesse de outros países ou empresas transnacionais, além de ser capaz de influenciar no clima do planeta e no regime de chuvas em regiões do Brasil e outros países.

Ficou bem claro no estudo que a Amazônia Legal, definição criada por lei nos anos 1940 com a finalidade de integrar a região ao Brasil e promover o seu Desenvolvimento, não é a Amazônia Verdadeira, possuindo extensas áreas de outros Estados e Regiões do país que não são Floresta Amazônica ou Bioma Amazônia. Os Estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão não estão totalmente situados no Bioma Amazônia, apesar de serem considerados como parte da Amazônia Legal.

É relevante fazer essa distinção porque as áreas de outros biomas, de aproximadamente 800.000 quilômetros quadrados, 9 % do território brasileiro, podem ser aproveitadas para produção de riquezas, seja na extração mineral, madeireira, seja na produção agropecuária sem atingir o Bioma Amazônia de qualquer forma.

Da pesquisa realizada, consegue-se concluir que existem vários Recursos Naturais no Bioma Amazônia brasileira que são estratégicos para o país e para o mundo. Minérios, madeira, produção agrícola ou pecuária, além de vários elementos de biodiversidade e água são ativos relevantes que podem ser suficientes para mudar a face do Brasil se vierem a ser aproveitados, se o país decidir por realizar a sua extração ou aproveitamento.

Outro ponto relevante, diretamente vinculado ao aspecto estratégico do

Bioma Amazônia é o seu tamanho, o espaço, as grandes extensões de terras com acesso fácil a rios e estradas já construídas ou facilmente construíveis, capazes de revolucionar a produção agrícola ou madeireira nos próximos anos.

Tomou-se como exemplo apenas o Estado do Amazonas que possui 97% da sua área preservada ou conservada. Isso quer dizer que esse Estado tem potencial enorme de utilização de seu território para a produção de riquezas renováveis para o país.

Conforme mencionado, outro ponto importante no estudo da situação Amazônica são as chamadas Terras Indígenas, extensas áreas de terras delimitadas pelos órgãos competentes destinadas à preservação do modo de vida dos indígenas no Brasil. Ao julgar o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o STF reconheceu a legalidade da demarcação contínua da área e estabeleceu 19 salvaguardas institucionais onde declarou cristalinamente o direito dos índios ao usufruto da terra como um direito coletivo, insuscetível de comercialização ou cessão a terceiros, bem como reforçou os direitos da União sobre todo o Patrimônio Estratégico na região. Aos índios foi assegurado o direito ao modo de vida ancestral, ficando impedidos de garimpar ou realizar exploração madeireira, bem como qualquer tipo de cessão a terceiros. A União possui poder total sobre o subsolo, a água e o potencial hidrelétrico, podendo entrar e sair da TIRSS sempre que for necessário. As salvaguardas são uma reafirmação da nacionalidade brasileira dos índios e da integridade do território nacional.

Apesar de aparentemente não ser necessária, esse tipo de declaração serve para afastar as dúvidas suscitadas por alguns no sentido de que demarcação de Terras Indígenas em região de fronteira pode abrir margem para ruptura no vínculo territorial e dar azo a tentativas separatistas.

Por fim, no primeiro capítulo foi analisada a questão da Amazônia como espaço transnacional típico. Primeiro por conta do Bioma Amazônia ser maior do que o Bioma Amazônia brasileira. Segundo porque há 9 soberanias distintas com poder de decisão e influência sobre as suas parcelas da Amazônia; terceiro porque para a vida não há fronteiras e, como tal, fatos que ocorrem em uma parte do Bioma Amazônia continental pode levar a consequências no Bioma Amazônico individual de

cada país.

Além disso, ficou clara a existência de inúmeros interesses internacionais sobre a região, seja do ponto de vista econômico puro pelos minérios, madeira e potencial agropecuário, do comércio de produtos da região, seja do ponto de vista da questão climática. Certo é que a Amazônia está no imaginário do mundo, das ONGs, da mídia e de artistas, como uma área que deve ser permanecer intacta. Porém, veja-se que o Brasil já preserva ou protege 55,8% do seu território, o que é muito se comparado com os outros países.

Evidentes os interesses de atores internacionais ou transnacionais, deve-se observar uma questão de extrema importância: os interesses nacionais, os interesses do povo brasileiro. Como o Brasil faz parte da comunidade das nações, verificou-se como será possível conciliar esses interesses todos.

No capítulo 2 foi feita uma análise da questão da Transnacionalidade, da Globalização e da interação entre os países do mundo, especialmente no que diz respeito àquilo que Beck chamou de Risco e de Sociedade de Risco Mundial, com as suas grandes preocupações que são o medo do terrorismo, o medo de catástrofes ambientais e o medo de catástrofes econômicas.

Como se viu, o mundo passa por um momento em que as certezas da modernidade já não são mais consideradas existentes ou mesmo suficientes para explicar a contemporaneidade. Por isso que se vê o momento atual como Pós-Modernidade (Giddens), modernidade reflexiva (Beck) ou modernidade líquida (Bauman), onde as coisas não são feitas para durar e os rearranjos são mais intensos e não duradouros.

Por isso que os órgãos internacionais, criados para buscar dar um pouco de segurança nas relações entre os diversos atores internacionais são essenciais para garantir a paz e um mínimo de segurança nas relações transnacionais, sejam elas entre países, empresas, ONGs e uns e outros.

A ONU é a mais importante dessas organizações, possuindo número extremamente expressivo de países membros, representando a quase totalidade das representações políticas internacionais assemelhadas a Estados-Nação, incluídas

algumas figuras especiais como A Autoridade Palestina e o Vaticano.

Viu-se que os vários atores da cena internacional ou mundial realizam tratados, acordos e convenções e a ONU apresenta declarações. São instrumentos jurídicos internacionais multilaterais que buscam obter e preservar a paz entre as nações.

Além disso, na ECO-92 os países participantes reconheceram que a pobreza e a dívida externa dos países em Desenvolvimento são problemas que devem ser solucionados.

A ONU aprovou a Agenda 2030, destinada à proteção de milhões de pessoas na África, continente em que as pessoas são extremamente pobres, apesar de conter inúmeras riquezas. Destacam-se os Objetivo 01 e 02, de acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares.

Para isso tem-se garantido o direito ao Desenvolvimento dos países, buscando sempre que possível, acrescentar o qualificativo sustentável a esse Desenvolvimento com o objetivo de dar melhores condições de vida para as populações dos países em Desenvolvimento, preservando ao máximo o ambiente.

Foram analisados 6 casos de conflitos entre interesses de países na Corte Internacional de Justiça, na OMC e no Tribunal Internacional do Direito do Mar e em todas as oportunidades as decisões proferidas ressaltaram o direito soberano dos países tomarem as medidas necessárias para garantir o seu próprio Desenvolvimento, sempre na busca do bem maior para os seus habitantes. Destacaram todos que os habitantes dos países envolvidos são a régua e a medida para definir o que podem explorar ou usar dos Recursos Naturais existentes nos seus territórios e até mesmo em área internacional.

Ficou bem claro, ainda, que enquanto pessoas sofrendo com a fome e a pobreza for uma realidade, tais países terão reconhecido o seu direito de uso dos recursos que a natureza lhes deu para buscar atender às necessidades das pessoas vivas hoje, fazendo uma clara opção pela melhora da condição de vida da geração atual. Nesse particular, extrai-se dessas decisões que o ser humano tem o direito de beneficiar dos recursos da natureza, sendo o direito de Sustentabilidade

antropocêntrico.

Ao tempo que essas decisões reforçam a soberania dos países, destaca-se que os próprios países estão se autolimitando, assumindo compromissos de preservação ambiental para garantir a sobrevivência da espécie humana no planeta, sendo esses compromissos formalizados de forma multilateral nos tratados, convenções e acordos tão em voga nos dias atuais.

O exemplo da China na COP 21 em Paris foi esclarecedor. Enquanto houver seres humanos passando fome ou na pobreza os países terão justificativas para poluir o meio ambiente no seu processo de crescimento e Desenvolvimento. A China obteve chancela internacional para continuar ocupando um dos dois primeiros lugares de países mais poluentes do mundo.

No capítulo 3 foi tratada da questão da garantia do direito ao Desenvolvimento e prosperidade na Amazônia Brasileira.

Viu-se que os Estados das regiões Norte e Nordeste, possuem os piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil, concentrando grande parte dos pobres do país. Por isso que, observando a diferenciação entre crescimento e Desenvolvimento, conclui-se que o Brasil como um todo precisa de desenvolvimento, mais acentuadamente nas Regiões Norte e Nordeste, exatamente onde está quase todo o Bioma Amazônia, além de aprimoramento do que já existe, realizando esse Desenvolvimento pela melhoria da produção pelo aprimoramento das formas de aproveitamento dos recursos estratégicos existentes.

Constatou-se que o Brasil pode ainda realizar atividades produtivas concentradas na direção de conseguir prosperidade para a sua população, e isso só será possível com o aproveitamento das potencialidades e dos recursos estratégicos da Amazônia Brasileira.

Entende-se por prosperidade, segundo Tim Jackson, a certeza de que o amanhã será melhor do que hoje. Para o Brasil passar a ser um país próspero será necessário começar a agir de forma a aproveitar melhor os inúmeros recursos existentes, incluindo-se os da Amazônia, de forma a gerar mais emprego e renda para a população, diminuindo os níveis de pobreza, que são assustadores.

Combater a fome e a pobreza justificam o uso dos recursos do Bioma Amazônia. Como já foi dito no item 4.4, para buscar o Desenvolvimento da Amazônia com compromisso social e ambiental, é necessário romper o falso dilema entre Desenvolvimento e conservação, que imobiliza pensamentos e ações.

Porém, deve ser estabelecido um patamar de aproveitamento desses recursos. Quantos por cento do Brasil podem ser usados para agricultura ou outras atividades produtivas? Essa pergunta deve ser feita urgentemente pela sociedade civil brasileira e servir de norte para a atuação governamental. É imperioso saber o que a população brasileira deseja em termos de aproveitamento dos recursos da Amazônia (preservar, explorar, de que forma aproveitar, estabelecer limites). O governo brasileiro deverá usar de mecanismos de democracia assimétrica ou participativa para chegar a essa resposta, pois não basta a visão dos parlamentares, dos partidos políticos, que são os representantes tradicionais do poder na democracia representativa.

A agricultura brasileira, que é a terceira maior exportadora de alimentos do mundo, usa apenas 7,6 % do território nacional. Há países do mundo que usam até 70 % de seu território para produzir riquezas renováveis. Destaca-se, renováveis.

Se os países industrializados do mundo realmente quisessem resolver o problema da mudança climática e do efeito estufa, bastaria aplicar aos seus países a legislação ambiental brasileira que obriga cada produtor rural preservar 20% da sua propriedade com florestas ou vegetação nativa. Se os países que têm IDH de alto nível fizessem isso, não haveria motivos para impedir o aproveitamento da Amazônia pelos Brasileiros e pelos demais países da região.

Bastaria definir em um dos inúmeros encontros pelo clima que todos os países que têm IDH considerado de alto Desenvolvimento humano tem que preservar, nas suas propriedades rurais, 20% da área, realizando o reflorestamento com árvores nativas no prazo de 10 anos. Em 20 anos o mundo seria outro, com uma redução drástica do CO2 na atmosfera nos locais onde ele é emitido mais fortemente. Assim, os maiores poluidores dariam a sua contribuição para salvar o planeta.

Defendeu-se ainda, a necessidade do Brasil definir um limite para uso das suas terras do Bioma Amazônia, uma proporção máxima para agricultura, pecuária e

extração mineral. Fazendo isso o país deixará claro o que pode aproveitar e o que será preservado.

Para definir quais áreas estariam sujeitas ao uso, deveria ser feita uma pesquisa profunda com as comunidades locais e também de cunho nacional de qual o percentual e onde atuar para levar crescimento (atuação econômica mais forte) ou Desenvolvimento. A sugestão deste trabalho é muito simples. Realizados esses estudos, poderá ser feito um plebiscito nacional apenas para definir quanto da Amazônia deverá ser preservado. A sugestão é de 50% do Bioma Amazônia, no total, um número assombroso. 4,2 milhões de quilômetros quadrados divididos por dois chega à cifra de 2,1 milhões de quilômetros quadrados. Esse é aproximadamente o total de áreas protegidas como Unidades de Conservação e Terras Indígenas já demarcadas e regularizadas.

O que se vê, na verdade, é que a Amazônia poderá ser, no máximo em 20 anos, o celeiro do mundo. O local onde poderão ser plantados víveres para sustentar uma boa parte da população do planeta, com repercussão econômica mundial. É evidente que os agricultores norte americanos e europeus não querem que isso venha a acontecer. Daí pode-se concluir que as pressões sobre a Amazônia são, em grande parte, tentativas de realizar um novo colonialismo sobre o Brasil e os demais países da região.

Dessa forma, observou-se que não são apenas dados objetivos, como o PIB, que definem se um país está prosperando. É preciso olhar outros fatores, como a economia, o empreendedorismo, governança, educação, saúde, entre outros. Nesse ponto, fundamental olhar o percentual de pessoas vivendo na pobreza e a existência de acesso a água tratada e esgoto.

Ao olhar para Amazônia, apesar de sua riqueza natural, constata-se que sua população é pobre. Conforme exposto em linhas anteriores a região Norte e Nordeste do Brasil, possuem muitos municípios com taxas de pobreza superiores a 60% e alguns ainda têm taxas tão altas quanto 90%. Essa pobreza em meio à abundância é uma realidade que provoca revolta, principalmente quando são analisados dados de arrecadação do Produto Interno Bruto (PIB), onde algumas

cidades possuem uma boa arrecadação e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre os piores.

O quarto capítulo, com o título Direito ao Desenvolvimento, que possui a parte propositiva desta tese, defende que, ao contrário do que dizem os ambientalistas internacionais, o Brasil preserva 55,8% do seu território, demonstrando que, ao invés de grande desmatador, o país é um grande preservador do meio ambiente, resguardando imensa quantidade de terras por todo o território nacional. Na Amazônia Brasileira Verdadeira o Brasil preserva 87,54% do Bioma Amazônia [700], algo extremamente significativo porque o Bioma Amazônia como um todo ocupa metade do território nacional. Defende também que o país necessita de Desenvolvimento social e econômico para equilibrar os pilares da Sustentabilidade, pois até agora o pilar do ambiente tem recebido maior atenção e sucesso na sua defesa do que os demais pilares. Evidentemente que um país com tantas pessoas vivendo na pobreza não está equilibrado e não é próspero. Para atingir um melhor nível de equilíbrio entre as dimensões da Sustentabilidade o Brasil deve aproveitar o seu Patrimônio Estratégico existente na Amazônia Brasileira. Para decidir como isso deverá ser feito será necessário o uso de modernos métodos de consulta popular, reforçando a democracia assimétrica ou participativa, com efetiva participação da população de todo o país a fim de descobrir se, quanto, quando e onde deverão ser aproveitados esses recursos, notadamente em que proporção. Por fim, no item 4.5 faz-se uma defesa da necessidade do embrião de uma democracia transnacional Amazônica no sentido dos países Amazônicos consultarem as suas populações e levarem em conta os seus anseios e necessidades na hora de decidir, cada um, como vão atuar na questão da preservação ou utilização dos recursos da região. Defende-se, ainda, a criação de uma rede de proteção mútua entre os países Amazônicos com a finalidade de proteção recíproca desses países e defesa dos seus interesses conjuntos nos diversos fóruns internacionais sobre clima e Desenvolvimento.

[700] Soma do Remanescente florestal com remanescente não florestal e água no Bioma Amazônia. MMA. **Uso e cobertura da terra na Floresta Amazônica**. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/geodados/brasil/vegetacao/vegetacao2002/amazonia/documentos/relatorio_final.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

Em resumo, deve-se criar novas Estratégias para a Amazônia, objetivando o Desenvolvimento social e econômico do seu povo, gerando riquezas e melhor qualidade de vida de seus habitantes. Dentre elas pode-se exemplificar: estímulo à mineração organizada, por empresas supervisionadas e fiscalizadas pelos órgãos competentes; estimular a produção madeireira com projetos de manejo e reflorestamento; estimular a piscicultura em cativeiro. Estimular a produção agrícola com a redução da reserva legal para 20% para todo o país; Estimular a pecuária intensiva, melhorando a produtividade e o aproveitamento das áreas de pasto já existentes, com possibilidade de significativo aumento das riquezas a serem produzidas; Estimular os estudos para melhoria da produção agrícola na região, com o fim de aumentar a produção com menor quantidade de área plantada; Estimular a implantação de modais de transporte que sejam menos poluentes como hidrovia e conjugados com rodovias já existentes, gerando o mínimo de poluição possível.

Conforme exposto no primeiro capítulo, a região é um local excelente para produção de peixe em cativeiro. Tem água e sol em abundância. Por isso tem enorme potencial para exportação de peixes e Desenvolvimento da piscicultura. Um quinto de toda a água doce superficial do mundo está localizada na Amazônia, que conta com a bacia do Rio Amazonas e o Sistema Aquífero Grande Amazônia e água em abundância.

Há espaços que não são florestais dentro da Amazônia, capazes de serem utilizados na produção agrícola ou pecuária. Deverão também ser aproveitadas as estruturas já presentes. Ninguém pode desmerecer o trabalho de implantação da soja na região do Mato Grosso, que tem gerado riquezas para o Brasil, conforme amplamente demostrado no capítulo 3.

O aproveitamento do potencial hidrelétrico também deve ser feito porque polui pouco e é opção viável diante da quantidade de água disponível, além de menos poluente que a usinas termoelétricas. A exploração da madeira também deve ser feita porque sendo uma floresta já consolidada, a Floresta Amazônica dentro em pouco perderá parte de sua capacidade de sequestrar carbono, devendo ser explorada com manejo e replantio para garantir que as novas árvores possam realizar esse importante trabalho para a melhoria do ar que respiramos.

Como já explicado, o potencial da região é enorme, e há várias formas de gerar riqueza e Desenvolvimento, de forma sustentável e consciente, protegendo o meio ambiente até o limite que for definido pela população e trazendo prosperidade para o país.

Em paralelo à implementação dessas políticas, é essencial a criação de uma rede de proteção entre os países da região Amazônica. Ou seja, a criação de um "órgão" que opere como instrumento de cooperação entre os países, incentivando o Desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia.

A construção dessa rede de cooperação deve visar a promoção do Desenvolvimento da região como um todo, através do aproveitamento racional dos Recursos Naturais, possibilitando maior número de pesquisas científicas a fim de entender e conhecê-la melhor, trocando informações, expandindo a infraestrutura de transporte entre os países, o que auxiliaria no turismo e no comércio. Acredita-se que os vizinhos Amazônicos têm as mesmas necessidades dos brasileiros.

A construção de ações conjuntas a fim de promover o Desenvolvimento dos Países Amazônicos é urgente. Poderá gerar resultados mutuamente proveitosos, sem esquecer da preservação do meio ambiente. A chave para o Desenvolvimento é a cooperação, solidarizando-se com cada país, fortalecendo as instituições, e realizando tratados, pactos, que consolidem a Amazônia como uma região de prosperidade.

Os países Amazônicos não devem temer aproveitar os recursos que Amazônia oferece, pois lhes pertencem. Seu povo necessita de Desenvolvimento econômico e social para obter um mínimo existencial e tal aproveitamento será capaz de provê-lo.

Para tanto, essa rede de proteção e cooperação é essencial, gerando fortalecimento, e criando suas próprias normas e metas de Desenvolvimento, retirando-a das mãos dos Organismos Internacionais, atuando de forma coordenada para extrair o melhor possível do bioma, do solo, da floresta, da biodiversidade amazônica sem destruí-los.

Quanto à forma de conseguir descobrir qual o desejo dos brasileiros no que diz respeito ao aproveitamento dos Recursos Naturais brasileiros, veja-se que as redes sociais, os blogs e os canais de vídeo trouxeram uma mudança significativa na forma de comunicação. O mundo virtual passa a ter papel de protagonismo nas relações humanas e econômicas, diante da rapidez e do fluxo de informações, criando um novo modelo de convivência.

No contexto democrático, a internet trouxe inúmeras transformações dentro do Estado, bem como na própria sociedade. O velho modelo de democracia encontra-se em transformação.

Dentro dessa nova visão acerca da democracia, que surge algo novo, a "democracia assimétrica". Ou seja, uma mudança na estrutura política. Em comunidades desenvolvidas e delimitadas, como cidades ou Estados nacionais, a tecnologia trará formas e mecanismos que farão a democracia participativa, e até mesmo direta, alterando os procedimentos democráticos atuais.[701]

O cenário democrático se reinventa constantemente. Por isso, a renovação da teoria democrática requer a formulação de novos meios de participação política, que não sejam confinados no ato de votar. Isso implicará numa articulação entre democracia representativa e democracia participativa; o campo político terá que ser radicalmente redefinido e ampliado.[702]

Outros mecanismos de participação vão surgindo, como conselhos deliberativos, audiências e consultas públicas, conselhos consultivos, orçamento participativo, ouvidoria etc. Podendo ainda se falar em organizações não governamentais, entidades de utilidade pública, serviços sociais autônomos, organizações sociais e corporações de fiscalização do exercício profissional.

---

[701] CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel. Os novos cenários transnacionais e a democracia assimétrica. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD). julho-dezembro. 2010. p. 99.

[702] SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p.145.

Dessa forma, novas formas de participação política e interferência das tomadas de decisões estatais estão sendo desenvolvidas, assim como estão sendo ampliadas as esferas de controle sobre o Estado, estando este sempre vigiado.

Em face do surgimento das novas tecnologias houve um aumento na participação nas decisões estatais. Por outro lado, o próprio Estado tornou-se mais acessível ao cidadão que, hoje, tem mais conhecimento, noção do que ocorre nas instituições, podendo interferir de forma direta.

Assim, na democracia assimétrica, o protagonismo não está nos políticos, e sim nos cidadãos, que através de fóruns, petições online e grupos em rede sociais, articulam-se, realizando passeatas, fazem proposições legislativas, possuindo contato direto com seus representantes.

Trazendo isso para a Amazônia, é de extrema importância a participação da população sobre os destinos ou a forma de ação em relação ao seu Patrimônio Estratégico.

O papel do Brasil nesse contexto de integração e segurança na Amazônia transnacional e no subcontinente de forma geral é de grande relevância e alguns dados atribuem naturalmente ao Brasil esse papel: é o maior país da América do Sul; detém a maior parte da Amazônia transnacional (67,9%); faz fronteira com todos os países amazônicos, com exceção do Equador; sua população equivale a quase metade da população do subcontinente (49%); sua produção significa mais da metade do PIB da região (56%).

A união dos países Amazônicos trará fortalecimento. E essa presença coletiva e uma Estratégia comum no cenário internacional fortalecerá a voz da América do Sul. Sendo fundamental para estabelecer projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas. Além disso, esse dado é importante porque pode ajudar a conter as atividades ilícitas. [703]

[703] BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira I. Estud. av. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

A primeira hipótese foi confirmada conforme se vê do item 1.4, referente às salvaguardas definidas pelo STF no julgamento do caso envolvendo a Terra Indígena Raposa Serra do Sol em que se reconhecem interesses estrangeiros sobre a região e no item 3.2, referente à governança ambiental global e a ecopolítica ambiental por conta dos aspectos de nova colonização, notadamente o trabalho das ONGs e da divulgação na imprensa que o Brasil está destruindo a Amazônia quando isso não é verdade. O país é um grande preservador da natureza.

A segunda hipótese também restou confirmada, sendo necessária uma adequação terminológica no tocante à necessidade, por parte do Brasil, de Desenvolvimento econômico e social, conforme esclarecido no Capítulo 3. A adequação que se faz diz respeito à diferença entre os conceitos de crescimento e Desenvolvimento. Ao realizar a pesquisa constatou-se que o Brasil não pode simplesmente crescer (destacando o aspecto quantitativo). Ele precisa crescer também, mas não só isso. Ele deve observar o incremento estrutural nas condições econômicas e sociais, com efetiva melhoria da condição de vida da população nacional (aspecto qualitativo) até atingir um nível de equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico, social e tecnológico, aproximando-se de alcançar a Sustentabilidade na sua plenitude. Até lá deverá buscar prosperidade, que é a certeza de que as coisas estão melhorando, que o futuro será melhor.

A terceira hipótese foi igualmente confirmada. Necessário destacar que o termo exploração possui uma característica depreciativa, com uma visão de destruição. Não é o que se busca defender para a Amazônia, destruição. Não é assim que ela trará benefícios ao Brasil. Comprovou-se pelo item 2.4 a existência de 10 situações em que vários Organismos Internacionais justificam e reconhecem o direito ao aproveitamento dos Recursos Naturais dos países com a finalidade de atender às necessidades de suas populações, notadamente em relação à diminuição da fome e da pobreza. A ONU, a OMC, o Tribunal Internacional de Justiça e o Tribunal Internacional Sobre o Direito do Mar reconhecem a prevalência dos esforços de cada país para diminuir a pobreza e acabar com a fome, dando especial valor ao ser humano, sempre destacando que isso deve ser feito de uma forma que não destrua o meio ambiente, mas o use da melhor forma possível.

A quarta hipótese também foi confirmada como se pode ver no item 4.4, no sentido de reconhecer a necessidade da participação da sociedade civil na formação das decisões estratégicas do país, não se resumindo aos partidos políticos e aos agentes do governo. Isso quer dizer que as decisões que serão tomadas deverão levar em conta aspectos de legitimidade e sustentação direta na própria sociedade, agora facilmente alcançável através das várias formas de participação popular existentes na atualidade. Redes sociais, enquetes, consultas populares e representantes da sociedade devem ser chamados a opinar e serem ouvidos, juntamente com os técnicos e a autoridade política, quando os órgãos públicos tiverem que decidir sobre as questões relevantes de uso, proteção, preservação ou aproveitamento dos Recursos Naturais existentes no Brasil e na Amazônia.

A quinta hipótese, do mesmo modo, restou confirmada. Conforme se viu no item 4.5, é possível e desejável a criação de um embrião de uma democracia transnacional para descobrir diretamente nas populações dos 9 países Amazônicos, os seus anseios e necessidades e da criação de uma rede de proteção mútua para defesa dos interesses desses mesmos países, a fim de criar uma sinergia de atuação conjunta e defesa de seus direitos de decidir como, quando e quanto aproveitar os seus Recursos Naturais.

Por fim, esclarece-se que o Brasil vem fazendo a sua parte na proteção do meio ambiente, para o seu bem e para o bem da humanidade. Ocorre que é chegado o momento dos governantes fazerem uma escolha: ceder às pressões internacionais e preservar a Amazônia, deixando-a intocada, ou aproveitar, da forma mais sustentável possível, os recursos da Amazônia Brasileira Verdadeira até que seus habitantes tenham um mínimo de dignidade para viver. Um país que possui 7 % de sua população vivendo na extrema pobreza; 26,5 % de sua população vivendo na pobreza; em que 35% da sua população não tem acesso a água tratada; em que 45% de sua população não tem acesso a esgoto certamente está falhando com as dimensões social e econômica da Sustentabilidade. Não se pode esquecer do homem na equação. Como já afirmado anteriormente, a pobreza é insustentável.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

ACOSTA ESTÉVEZ, José B. **El Tribunal Internacional del Derecho del Mar**. Barcelona: ANUE, 2002.

ADEOTADO, Sérgio. **Madeira de ponta a ponta:** o caminho desde a floresta até o consumo. São Paulo, SP: FGV RAE, 2011.

AGÊNCIA BRASIL. **IDH do Brasil tem leve variação e país mantém 79ª posição no ranking**. Publicado em 14.set.2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/idh-brasileiro-tem-leve-variacao-e-pais-mantem-79a-posicao-no>. Acesso em: 10 jan. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Departamento Nacional de Produção Mineral. Informe Mineral Regional Norte- Amazônia 2008/2007. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-regionais/informe-mineral-da-amazonia-2008>. Acesso em: 17 jun. 2018.

ALTOMONTE, Hugo; SÁNCHEZ, Ricardo J. **Hacia uma nueva governanza de los recursos naturales em América Latina y el Caribe.** Naciones Unidas. CEPAL. Maio de 2016.

ALVES, José Augusto Lindgrem. **A arquitetura internacional dos direitos humanos**. São Paulo: FTD, 1997

Amazônia Socioambiental – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/cartografia-historica-de-areas-naturais-protegidas-e-territorios-indigenas-na-amazonia/>. Acesso em: 13 out. 2018.

AMIN, Mario Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5993>; DOI : 10.4000/rccs.5993. Acesso em: 8 jan. 2019.

ANDREWS-SPEED, Philip. **The Rare Earth Case against China at the WTO:** Who Wins? Transatlantic Academy, mar. 2012.

AQUINO, Bruna Sarturi. **Patentes de Medicamentos e Licença Compulsória**: uma contraposição entre os direitos de propriedade intelectual e saúde. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS. 2012.

ARANGUREN, Margarita Marín**, La sociedade civil global em la governanza ambiental del sector agua em el mundo**. Artículo recibido el 28 de julio de 2011. Aprobado el 2 de septiembre de 2011.

ARTETA, Aurelio. Lo Mayoritario y Lo Democrático. Universidad del País Vasco. DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho. 2013. Edición digital a partir de **Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 36 (2013), pp. 329-353. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/lo-mayoritario-y-lo-democratico/>. Acesso em:

7 mar. 2019.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do Colonialismo à Colonialidade**. Salvador-BA, 2014.

BAGGIO, Kátia Gerab. **A Questão Nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954)**. São Paulo, FFLCH - USP, 1992.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos** – conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870 2003). Rio de Janeiro: Revan.2003.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as Estratégias de mudanças da Agenda 21, 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Editora Saraiva,2004.

BARBOSA, Denis Borges. **Licenças compulsórias de patentes:** abuso de patentes, abuso de poder econômico e interesse público. Disponível <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/propriedade/100.doc> Acesso em: 13 jun. 2018.

BARBOSA, Muryatan Santana; Toledo, Demétrio G.C de; Francisco, Flávio Thales Ribeiro; Maciel, Regimeire; Ribeiro, Valéria Lopes; Schincariol, Vitor. **Teses sobre o novo neocolonialismo e suas consequências**. 2017. Disponível em: <https://gpennblog.wordpress.com/ > Acesso: 27 set. 2018.

BARRETO, Eduardo José Fagundes (coordenador). Ministério de Minas e Energia. **Biodiesel e Óleo Vegetal in Natura Soluções Energéticas para a Amazônia.**1º Edição. Brasília 2008.

BARROS, F. G. N., **A Bacia Amazônica Brasileira no contexto geopolítico da escassez mundial de água.** Dissertação de Mestrado em Economia apresentada à Universidade da Amazônia, Belém, Brasil. 2006.

BASSO, Maristela. POLIDO, Fabrício. **Propriedade intelectual e preços diferenciados de medicamentosessenciais**: políticas de saúde pública para países em Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ABIA, 2005.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

BASTOS, F. L. A internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos. Lisboa, Portugal: Almondina, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Tradução de: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.

BBC Brasil. **Reação ao fim da Renca foi 'histeria', 'infantilidade' e 'desinformação', dizem geólogos**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41144287>. Acesso em: 04 fev. 2019.

BBC NEWS. **River row divides former friends**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4716036.stm>. Acesso em: 04 fev. 2019.

BECK, Ulrich. **A sociedade de risco mundial**: em busca da segurança perdida. EDIÇÕES 70, Outubro, Lisboa. 2015.

BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de: Magda Lopes; revisão técnica de: Cibele Saliba Rizek. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO. L. O. **Fronteira Amazônica:** Questões sobre a gestão do território**.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.

BECKER, Bertha K**. Ciência, Tecnologia e Inovação para Conhecimento e Uso do Patrimônio Natural da Amazônia.** Ciência, Tecnologia e Inovação para Conhecimento e Uso do Patrimônio Natural da Amazônia. Brasília. 2010. Disponível < http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/924/3/_56_artigo_bertha_becker.pdf >

BECKER, Bertha K. Amazônia: **Geopolítica na Virada do III Milênio.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BECKER, Bertha K. Artigo – Por Que A Participação Tardia Da Amazônia Na Formação Econômica Do Brasil? IPEA. Rio de Janeiro – RJ. 2009.

BECKER, Bertha K. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, 2010.

BECKER, Bertha K. **Cenários de Curto Prazo para o Desenvolvimento da Amazônia**, Cadernos do NAPIA.Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SCA, 1999.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Dossiê Amazônia Brasileira I. Estud. av. vol.19 n.53. São Paulo. Jan./Apr. 2005.

BECKER, Bertha K. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BECKER, K. Bertha. **A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil.** Instituto de Geociências. UFRJ Conselho Nacional de Pesquisas.1990.

BERCHIN, Issa Ibrahim. **O Papel Das Conferências Internacionais Sobre O Meio Ambiente Para O Desenvolvimento Dos Regimes Internacionais Ambientais:** De Estocolmo À Rio +20. Universidade de Santa Catarina, 2016.

BERMAN, Paul Schiff. **The Globalization of jurisdiction.** American Law Register. Dezembro, 2002.

BERNARDES, Wilba Lúcia Maia. **Federação e federalismo:** uma análise com base na superação do estado nacional e no contexto do estado democrático de direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (Coords.). **Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica. O Princípio De Autodeterminação Dos Povos. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 67, jul./dez. 2015.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as três fontes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. ***Economia e Sociedade****,* Campinas, v.21. Dezembro, 2012.

BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e**

Políticas Públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora. 2002.

BIZAWU, Sébastien Kiwonghi. **O Direito do Mar e sua Efetivação no âmbito internacional.** Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo| e-ISSN: 2525-9628| Brasília | v. 2 | n. 1 | p. 254-275| Jan/Jun. 2016.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência e política**. 10º Edição. São Paulo: Malheiros, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Do País Constitucional ao País Neocolonial**. São Paulo. Malheiros Editores.1999.

BOSSELMANN, Klaus **The Principle of Sustainability Transforming Law and Governance**. ASHGATE. Routledge – Taylor & Francis Group. New York. 2008.

BRASIL, **Decreto n. 592**, de 6 de julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: Acesso em 4 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 19.841**, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm>. Acesso em: 4 jul. 2017.

BROWLIE, Ian**. Princípios de Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997

BRUGUÉ, Quim; FONT, Joan; GOMA, Ricard. **Participación Y Democracia:** Asociaciones Y Poder Local .Universitat Autònoma de Barcelona.

BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**. 12. Ed. – São Paulo: Atual, 1994.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: VIOLA, Eduardo et al. (Org.). **Meio ambiente, Desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Santa Catarina: Cortez Editora, 1995.

BUARQUE, Cristóvam Internacionalização do mundo**.** In: MUGGIATI, André (Coord.). **Debate sobre políticas públicas para Amazônia na imprensa brasileira**. São Paulo: Amigos da Terra, v. XI, nov. 2000 — jan. 2001.

BURLEY, Anne-Marie. **Toward an Age of Liberal Nations**. 1992. Disponível < https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/hilj33&div=19&id=&pa > Acesso em: 4 mar. 2019.

CAMARGO, Luis Antonio de. Os regimes internacionais enquanto ações de governança global. In: COSTA E SILVA, A; ARAÚJO, E.L (Coord.). **Direito ambiental - temas polêmicos**. Curitiba: Juruá, 2015.

CAMPOS, Thana Cristina. **A Licença Compulsória de Medicamentos como Política Pública de Saúde.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP 2007.

CANEDO, Letícia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. 10. Ed. – São Paulo: Atual, 1994.

CORNELIUS. Camila Savaris. A TEORIA DO DECRESCIMENTO DE LATOUCHE E

SUA INFLUÊNCIA NA EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS. Disponivel < https://emporiododireito.com.br/leitura/a-teoria-do-decrescimento-de-latouche-e-sua-influencia-na-eficacia-dos-direitos-sociais >

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis**: o município como lócus da Sustentabilidade. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

CAPOBIANCO, João Paulo, **Avaliação e Identificação De Ações Prioritárias Para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição Dos Benefícios Da Biodiversidade Na Amazônia Brasileira.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA/SBF, 2001.

CARNEIRO, Arnaldo Filho; SOUZA, Oswaldo Braga de. **ATLAS de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo, 2009.

CARNETIRO FILHO, Arnaldo; Oswaldo Braga de Souza**. ATLAS de Pressões e Ameaças as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2009.

CARRASCO, Lorenzo. **Ambientalismo, Novo Colonialismo**. Rio de Janeiro. Editora Capax Dei. 2005.

CARTA DE OTTAWA. Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, Ottawa,1986. Disponível em: <https://www.opas.org.br/carta-de-ottawa>. Acesso em: 16 mai 2018.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Ocupação e uso de terras no Brasil a partir do Cadastro Ambiental Rural – CAR**. Disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/car/index.html>. Acesso em: 4 fev. 2019.

CARVALHO, Patrícia Luciane de. **Patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos**. São Paulo: Atlas. 2007.

CASTELO BRANCO, Elizabeth de Souza; Correia de Oliveira, Francisco; Rodriguez de Carvalho Pinheiro, Daniel; Salgueiro Chacon, Suely Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Revista de Administração FACES Journal**, vol. 8, núm. 4, octubre-diciembre, 2009.

CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. **La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial. Aproximación metodológica**. Producción estratégica y hegemonía mundial. Cidade do México: Siglo Ventiuno Editores, 1995.

CEPAL. **Recursos naturales*:*** situación y tendências para uma agenda de desarrollo regional em América Latina y Caribe. Santiago: Cepal, 2013.

CINTRA JUNIOR, Dyrceu A. D. 1º Seminário Nacional da Reforma do Judiciário, Desenvolvimento econômico e democracia, realizado em 6.1.2002, FGV/SP.

COELHO, Luciana Fernandes. Reflexões provenientes do dissenso: uma análise crítica a respeito do caso Austrália versus Japão perante a Corte Internacional de Justiça. **Revista de Direito Internacional**. UniCEUB. ISSN 2237-1036. Brasília. 2015.

COHEN, Bernard Saul. **Geopolitics of the World System.** New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

COHEN, Miriam Alfie. **Democracia deliberativa y gobernanza ambiental**: ¿conceptos transversales de una nueva democracia ecológica?, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONCA, Ken. **The Crisis of Global Environmental Governance Towards a new political economy of sustainability**. Rethinking authority, territory, and knowledge: transnational socio-ecological controversies and global environmental governance. Taylor & Francis e-Library, New York. 2008.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Ângelo. **Geoecologia: o clima, os solos e a biota**. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (Orgs.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.

CORRALO, Giovani da Silva. **Município:** autonomia na federação brasileira. Curitiba: Juruá, 2009.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA - Whaling in the Antarctic (Australia v. Japan: New Zealand intervening). Disponível em: <http://www.icj-cij.org/en/case/148>. Acesso em: 5 jun. 2018.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Acórdão de 25 de Setembro de 1997 – Projeto Gabčíkovo-Nagymaros (Hungria / Eslováquia) Disponível < https://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/43498 > Acesso em: 04 mai. 2018.

COSTA, WANDERLEY MESSIAS DA. Tendências Recentes na Amazônia: os sistemas produtivos emergentes. In: **Dimensões Humanas do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia**. Coleção Ciência Ambiental, São Paulo: Edusp, 2007.

COSTA, Wanderley Messias da. Valorar a água da Amazônia: uma Estratégia de inserção nacional e internacional**.** In ARAGÓN, Luis; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2003.

CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (orgs.). Direito e Transnacionalidade. **O fenômeno da transnacionalização na dimensão jurídica.** Curitiba: Juruá, 2011.

CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. **A Transnacionalidade e a Emergência do Estado e Do Direito Transnacionais.** 1. ed. (ano 2009), 2ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2011.

CRUZ, Paulo Márcio. BODNAR, Zenildo. **Pensar Globalmente y Actuar Localmente**: El Estado Transnacional Ambiente em Ulrich Beck. Ed. Univali. Itajaí.. 2008.

CRUZ, Paulo Márcio. Repensar a democracia. In: CRUZ, Paulo Márcio. **Da soberania à Transnacionalidade**: democracia, direito e Estado no século XXI. . Ed. Univali. Itajaí. 2011.

CRUZ, Paulo Márcio. SIRVENT, José Francisco Chofre. Ensaio sobre a necessidade de uma teoria para a superação democrática do estado constitucional moderno. In: CRUZ, Paulo Márcio. **Da soberania à Transnacionalidade**: democracia, direito e Estado no século XXI. UNIVALI. Itajaí. 2011.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. **Globalização, Transnacionalidade e Sustentabilidade** Itajaí: UNIVALI, 2012.

CRUZ, Paulo Márcio; FERRER Gabriel Real – Os novos cenários transacionais e democracia assimétrica**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, 2010.

CRUZ, Paulo Márcio; MIGLINO Arnaldo. Possibilidades Para a Transnacionalidade Democrática. **Revista do Direito Unisc.** ISSN 1982-9957. Nº 34. 2010. Santa Cruz do Sul.

CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO Maurizio. Artigo - Reflexões sobre o Direito Transnacional. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI, **Revista NEJ – Eletrônica**. 2012.

CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel Real. Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 71, p. 239-278, Dec. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552015000200239&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Maio 2019.

DA SILVA, G.G. Recursos minerais da Amazônia: uso, desuso e abusos. In: PAVAN, Clodowaldo (Org.). **Uma Estratégia latino-americana para a Amazônia**, vol. 2. São Paulo: UNESP, 1996.

Declaração e Programa de Ação de Viena. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 14-25 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

DESOMBRE, R. Elizabeth. **The Global Environment and World Politics.** 2and Edition. Contiuum International Publishing Group. Québec, Canada. 2007.

FGV. Dicionário. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-plano-de-valorizacao-economica-da-amazonia-spvea>. Acesso em: 13 out. 2018.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

EMBRAPA. **Atribuição das Terras do Brasil.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2018.

ENTENDENDO A AMAZÔNIA. Disponível <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27275-entendendo-a-amazonia/ > Acesso em 13 set. 2018.

ESTADÃO. **Saiba onde é a Reserva Raposa Serra do Sol e entenda o conflito.**

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,saiba-onde-e-a-reserva-raposa-serra-do-sol-e-entenda-o-conflito,159391>. Acesso em: 28 jul. 2018.

ESTEVA, G. Development. In: W. SACHS (Org.). **The development dictionary:** a guide to knowledge as power. New York: Zed, 2010.

ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H, **Governança Ambiental Global:** opções e oportunidades. São Paulo: Senac , 2005.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2000.

FERNÁNDEZ. Ernesto Ganuza **La democracia en acción: participación de la ciudadanía en la gestión pública.** Democracia Participativa y Presupuestos Participativos: acercamiento y profundización sobre el debate actual. Manual de Escuela de Políticas de Participación Local. Centro de Ediciones de la Diputación de Málga, España. 2011. Disponivel em: <http://www.infoop.org/observ/parameters/infoop/files/File/upload/Programa_Formativo_Telematico/Manual_Dem_Pva_y_PPs.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

FERRAÇO, André Augusto Giuriatto **O Direito Marítimo Internacional**: Uma Análise sobre a Convenção de Montego Bay e a Amazônia Azul. O. Revista do Curso em Graduação em Direito do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo. EDIESA. Ano 6 n. 12 jul./dez. 2016.

FERREIRA, Fabiola; BOMFIM, Áurea. Sustentabilidade Ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica? **AMBIENTALMENTE SUSTENTABLE**. Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental. Ano V, Vol. I, nº 9-10. Xaneiro-decembro 2010 ps. 37-51 Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/275842 Acesso em 24 Maio 2019.

FERRER, Gabriel – Conferência realizada em 21 de maio de 2012 – Alicante/ES – Curso de Mestrado e Doutorado UNIVALI - MADAS 2012.

FERRO, A. F. P.; BONACELLI, M. B. M.; ASSAD, A. L. D. **A Exploração da Biodiversidade Brasileira pela Indústria de Cosméticos Nacional.** Campinas: Departamento de Política Científica e Tecnológica – DPCT/IG – Unicamp, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS. The State of The World's Forests. Forest Pathways to Sustainable Development. Roma,2018.

FREITAS, Eduardo de. **As principais causas da fome na África.** Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/as-principais-causas-fome-na-africa.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

FREITAS, Juarez. Direito constitucional à democracia. In: BRANDÃO, Cláudio. **Direito à democracia: ensaios transdisciplinares**. São Paulo: Conceito, 2011.

FREITAS, Luna Maria Araújo**. O Direito Internacional, meio ambiente e a Pan-Amazônia. Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2457, 24 mar. 2010.

FRIEDMAN, Shari. Farms Here, Forests There. **Tropical Deforestation and U.S Competitiveness in Agriculture and Timber**. 2010. Disponível < http://assets.usw.org/our-union/pulp-paper-forestry/farms-here-forests-there-report-5-26-10.pdf >

FURTADO, C. Dossiê Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de

Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, n. 2, ano I, 2006.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de: Sergio Faraco. Editora L&PM. Porto Alegre-RS. 2017.

GARCIA, Marcos Leite. Direitos fundamentais e Transnacionalidade: um estudo preliminar. *In*: CRUZ, Paulo Márcio. STELZER, Joana. **Direito e Transnacionalidade**. UNIVALI. Itajaí. 2011.

GEOAMAZÔNIA. **Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia**. PNUMA /OTCA / Centro de Pesquisa da Universidad del Pacifico. 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamaznia_28.pdf >. Acesso em: 18 mai. 2018.

GHERGHINA, S. **Direct democracy and subjective regime legitimacy in Europe. Democratization**, 2017. pp. 613-631. Disponível em: <http://eprints.gla.ac.uk/133694/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

GITE. **Atribuições de terras do Brasil**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html>. Acesso em: 4 fev. 2019.

GLOBO. **Renca: governo revoga decreto que liberava mineração em reserva na Amazônia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/decreto-que-revoga-extincao-da-renca-e-publicado.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2019.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos Recursos Naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento-Novos Desafios para a Pesquisa Ambienta**l. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes. **Governança global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.

GONTIJO, Fabíola Moreira. **Patentes farmacêuticas:** uma análise do sistema brasileiro de concessão de pedidos à luz das novas tendências internacionais. /Fabíola Moreira Gontijo – Nova Lima: Faculdade de Direito Milton Campos / FDMC, 2009.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus Recursos Naturais. Manaus: Edua, 2007

GREENPEACE. Bhopal, Índia. O pior desastre químico da história. 1984-2002. Disponível em: <http://greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal_desastre_continua.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GREPPI. Andrea. Futuro De La Democracia Y Democracia Del Futuro. Universidad Carlos III de Madrid. Cuadernos de Filosofía del Derecho. Edición digital a partir de **Doxa**: **Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 30 (2007), pp. 111-115. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/futuro-de-la-democracia-y-democracia-del-futuro--0/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

GROMKOW, Camila Luciana. **Conhecimento Local, Desenvolvimento e Meio**

Ambiente: Subsídios para a Incorporação Teórica da Temática Ambiental**.** UNESC. Disponível < http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sessoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/CONHECIMENTO%20LOCAL,%20DESENVOLVIMENTO%20E%20MEIO%20AMBIENTE%20SUBS%C3%8DDIOS%20PARA%20A.pdf > Acesso 04 fev 2019.

GUIMARÃES, Isaac Sabbá**.** Globalização, Transnacionalidade e os contornos de uma democracia da Pós-Modernidade. **Revista Faculdade Direito Sul de Minas**. Pouso Alegre, v. 28, n. 1: 129-152, jan/jun 2012.

GUIMARÃES, Paulo César Vaz. Comércio Internacional e Desenvolvimento Sustentável: Condicionantes para a ação empresarial. **ERA - Revista de Administração de Empresas**, vol. 34, n. 5, 1994.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil. Artigo – **O mundo multipolar e a integração sul-americana**, 2008. Disponível < https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-mundo-multipolar-e-a-integracao-sul-americana/6/13900 > Acesso em: 20 set de 2018.

GUTIÉRREZ . Mario González. **Hacia una democracia ecológica (cara o cruz de la globalización**). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/28295706_Hacia_una_Democracia_Ecologica_Cara_o_Cruz_de_la_Globalizacion>. Acesso em: 7 mar. 2019.

HELD, David. **La Democracia y el Orden Global. Del Estado moderno al gobierno cosmopolita**. Editorial Paidós. Barcelona. 1997. Disponível < http://catalogosuba.sisbi.uba.ar/vufind/Record/2016031704425611191 > Acesso em 07 mar 2019.

HENDERSON, Hazel. **Além da Globalização:** modelando uma economia global sustentável**/** Hazel Henderson. Tradução de: Maria José Scarpa. São Paulo: Cultrix, 2007.

HEVIA, Antonio Elizalde. **Democracia Representativa y Democracia Participativa.** Interaçoes. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Universidad San Francisco de Asís, La Paz, Bolivia. 2000. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/233809756_Democracia_Representativa_y_Democracia_Participativa>. Acesso em 07 mar 2019.

Hidro Power Plants. Disponível em: <https://www.seas.sk/hydro-electric-power-plants>. Acesso: 04 jun. 2018.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IBGE Divulga o rendimento domiciliar per capita 2017 Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2017.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

IBGE. Geografia e Estatística. Censo/Pesquisas. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 dez. 2017.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. – Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IMAZON. **O Estado da Amazônia**: Uso da Terra. Disponível em: <https://imazon.org.br/o-estado-da-amazonia-uso-da-terra/>. Acesso em: 19 out. 2018.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA . A Atividade madereira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados. Belém – PA. 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/miolo_resexec_polo_03_95_1.pdf> Acesso em: 12 set. 2018.

INSTITUTO INTERAMERICANO PARA A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA (IICA), **The Earth Summit, Eco 92, Different Visions.** 1994, Costa Rica. Disponível em: < http://repiica.iica.int/docs/B3459p/B3459p.pdf >. Acesso em: 28 mai. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>. Acesso em: 13 mai 2018.

IPEA. **Estado, instituições e democracia: democracia.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília. 2010.

JACKSON, TIM. **Prosperity Without Growth**: The Transition to a Sustainable Economy. London: Earthscan, 2009.

JESSUP, Philip. **Direito transnacional**. Tradução de Carlos Ramires Pinheiros da Silva. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

JORNAL DA PARAÍBA. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/joao-pessoa-tem-a-pior-distribuicao-de-renda-da-paraiba.html >. Acesso em: 25 mai. 2018.

JOSEPH, Sarah. Social. Social Media, **Political Change, and Human Rights. Boston College International & Comparative Law Review**. 35 B.C. Int'l & Comp. L. Rev.145, 2012.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 4. ed. Tradução de: João Baptista Machado, Coimbra: Armênio Amado, 1979.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 3.ed. New York, Longman, 2001.

KINOSHITA, Fernando; FERNANDES, Joel Aló. O direito ao Desenvolvimento como um Direito Humano e prerrogativa dos Estados nas relações internacionais do século XXI**.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 50, fev 2008.

KITAMURA, P.C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasileira, EMBRAPA, 1994.

KOH, Horold Hongju. **Why Transnational Law Matters**. Yale Law School Faculty Scholarship, 2006.

KOHLHEPP, Gerd (Coord.). **Amazônia sustentável:** Desenvolvimento Sustentável entre políticas públicas, Estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger, Alemanha, 2005. Título original: GeographischenInstituts der universitatTubingen

KUHN, Alexandre. **O conceito Histórico de Soberania**: Características e Influências à luz do Fenômeno da Transnacionalidade. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Dezembro, 2008.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Funag, 2006.

LATOUCHE, Serge. **O desafio do decrescimento**. Tradução de: António Viegas. Lisboa: ipiageteditora, 2006.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução de: Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEAL, Jorge L.S; COSTA, Inês. Crescimento, Desenvolvimento, decrescimento e prosperidade: Caminhos possíveis para a humanidade. **Revista Saberes da Amazônia**. Vol. 2, 2017.

LEAL, Jorge Luiz dos Santos; COSTA, Inês Moreira da. Amazônia como espaço transnacional típico. In: PIFFER, Carla; BALDAN, Guilherme Ribeiro; CRUZ, Paulo Márcio Cruz (Orgs.). **Transnacionalidade e Sustentabilidade:** dificuldades e possibilidades em um mundo em transformação. Porto Velho: Emeron, 2018.

LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia – a experiência do sul da Europa e da América do Sul.** 1999.

LOCATELLI, Selecina Henrique. **Plano Amazônia Sustentável:** uma nova concepção estatal de Desenvolvimento para a Amazônia? Unb. Departamento de Sociologia-Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado 2009, Universidade de Brasília, Brasília.

LONDON Mark; KELLY Brian. **A última Floresta -** A Amazônia na era da Globalização**.** São Paulo. Martins. 2007.

LOPES, Carla Patrícia Frade Nogueira. **Internacionalização do direito e pluralismo jurídico:** limites de cooperação no diálogo de juízes. Revista de Direito Internacional. UNICEUB, Volume 9, N. 4, 2012.

MACÍAS. Rosa Guadalupe Esparza. **Democracia Participativa Mexicana, Su Fundamenteo,**Contexto y Las Adversidades Que Enfrenta La Sociedadcivil En Su Fortalecimiento. Universidad Autónoma de Nuevo León. Facultad de Derecho y Criminología. Universidad Autónoma De Nuevo León. 2013. Disponível em: <http://eprints.uanl.mx/3374/ >. Acesso em: 7 mar. 2019.

MAGALHÃES, Wellington. **Judiciário e Globalização**. Curitiba: Juruá, 2016.

MARCHIONI, Alessandra. O “Princípio da Autodeterminação dos povos” no Direito Internacional e o Contraponto Constitucional do “Princípio do Indigenato”. In: **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**: da previsão normativa à efetividade no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MARTINS, Eliane M. Octaviano. “Amazônia Azul”: limites e extensão das zonas marítimas sob soberania e jurisdição nacional do Brasil. **Meritum**. v. 02, nº 02. Belo Horizonte – MG. 2007

MARTUSCELLI. Patrícia Nabuco. De Chernobyl a Fukushima: os impactos dos danos ambientais nos direitos das crianças. **EI - estudos internacionais**. v. 3 n. 2. jul/dez 2015. Disponivel < http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10735 > 04 fev. 2019.

MATOS, Richer de Andrade Matos e ROVELLA, Syane Brandão **Caribé. Do Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Sustentável**: conceitos em evolução. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf>. Acesso em 03 set de 2018.

MATTANA, Raíssa. O Comércio Internacional de Terras Raras e sua importância para as Relações Internacionais. **Revista Perspectiva**. 2015. Disponível < https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71247/40446 > Acesso em 13 de junho de 2018.

MEIRELLES FILHO, João. Artigo – **Você já comeu a Amazônia hoje?** Rio de Janeiro: de 2006. Acesso em: 20 mai 2018.

MEIRELLES FILHO, João. **O Livro De Ouro Da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territórios na Amazônia**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

MENDES. Vinicius. Mato Grosso produziu 9% de toda soja no mundo no ano passado. Disponível em: http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=26542&noticia=mato-grosso-produziu-9-de-toda-soja-no-mundo-no-ano-passado Acesso em: 10 fev. 2019.

MENDONÇA, Francisco. Aquecimento Global e suas manifestações regionais e locais. Artigo publicado na **Revista Brasileira de Climatologia**, n. 2, 2007.Disponível < https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25388 > Acesso em: 28 mai. 2018.

MENEZES, Juliana Bezerra. “**Aspectos Gerais da África**”. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/aspectos-gerais-da-africa/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MENEZES, Wagner - **O direito do mar**. Brasília: FUNAG, 2015.

MIGUEL, Laís Mourão. Dissertação: USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: experiências atuais e perspectivas das bioindústrias de cosméticos e fitoterápicos. São Paulo, 2007.

MIGUEL. Alfonso Ruiz. Problemas de Ámbito de La Democracia. Edición digital a partir de **Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 6 (1989), pp. 97-120. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/problemas-de-mbito-de-la-democracia-0/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Organização do Tratado de**

Cooperação Amazônica (OTCA). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=691:organizacao-do-tratado-de-cooperacao>. Acesso em: 10 set. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **5° Relatório Nacional do Brasil para a Convenção sobre Diversidade Biológica**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/10772-quinto-relat%C3%B3rio>. Acesso em: 11 set. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **AGENDA 21 GLOBAL.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> Acesso em: 28 mai. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Governo Federal. **A atividade madeireira na Amazônia brasileiras produção, receita e mercados**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/miolo_resexec_polo_03_95_1.pdf Acesso em: 21 jan. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA. **Mapa de Cobertura Vegetal**. Disponível em: <http://mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia/mapa-de-cobertura-vegetal.html>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA. **MMA lança Mapas de Cobertura Vegetal Nativa dos Biomas Brasileiros**. Publicado em 19.dez.2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/3769-mma-lanca-mapas-de-cobertura-vegetal-nativa-dos-biomas-brasileiros>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Amazônia Sustentável. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão**. Governo Federal. 2006. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/40278640/plano-amazonia-sustentavel>. Acesso em: 17 set. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.MMA. **Bioma Amazônia**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 13 out. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/1132-ibama-conclui-mapeamento-das-ecorregioes-brasileiras>. Acesso em: 13 out. 2018.

MIRANDA, Evaristo de. **Áreas Cultivadas no Brasil e no Mundo**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/174066/1/4942.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MIRANDA, Jorge Babot. **Amazônia Área Cobiçada**. Porto Alegre-RS, Editora AGE, 2005.

MMA. **Uso e cobertura da terra na Floresta Amazônica**. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/geodados/brasil/vegetacao/vegetacao2002/amazonia/documentos/relatorio_final.pdf>. Acesso em: 04 fev 2019.

MOISÉS, C. Perrone. Direito humanos e Desenvolvimento: A contribuição das Nações Unidas. In: AMARAL Jr., Alberto do. & MOISÉS, C. Perrone (Org.). **O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 23 Nº.66 Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/107/10706602/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MONEBHURRUN, Nitish. Tribunal Internacional sobre Direito do Mar - Caso da delimitação da fronteira marítima entre o Gana e a Costa do Marfim no Oceano Atlântico: medidas cautelares. Crônicas da jurisprudência internacional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, 2015.

MONTEIRO, Rafael; MELO, Luísa Barros de. **Atividade baleeira e o caso Austrália v. Japão** – Análise histórica da tensão entre preservação e exploração das espécies. 2014. Disponível < http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/CIJ.pdf >

MORENO, Elena Gil. **Nuevos activismos sociales en la era digital:** de las masas al crowd. Universidad de Salamanca (España). 2016. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/48914>. Acesso em: 7 mar. 2019.

MORLINO, Leonardo. Qualidades da democracia e como analisá-las. **Soc. e Cult. Goiânia**, v. 18, n. 2, p. 177-194, jul./dez. 2015.

MOTA, Carolina e GALAFASSI, Bianca. Artigo – **A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**: processo administrativo e conflitos judiciais. Disponível em < http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/565_Artigo_Carolina%20Mota_Bianca%20Galafassi.pdf >

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas para a Amazônia. **Revista De Educação, Cultura E Meio Ambiente**. Dez. n. 12, vol II, 1998.

NASCIMENTO, Messias Luiz do. **Poder "Nacional" e Produção do Espaço na Amazônia:** o 5º Pelotão Especial de Fronteira – vetor estatal –e suas funcionalidades na Cabeça do Cachorro. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

NERGELIUS. Joakim. Derecho y Democracia. Edición digital a partir de **Doxa**: **Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 8 (1990), pp. 309-318. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/descargaPdf/derecho-y-democracia-1/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

NETO, Alfredo Veiga. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256. Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, jan/jun, 2014.

NETO, Carlos Wagner Marinho Campos; CAMPELLO, Livia Bósio. Artigo. **O Caso Gabcíkovo-Nagymaros:** Direito Internacional do Meio Ambiente e Responsabilidade Internacional. Disponível em < http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c23cf54347d8e2d > Acesso: 17 fev de 2018.

NICÁCIO, Romário. **Conheça os 10 países com as maiores reservas de água doce**. PortalN10. 2015. Disponível em: <https://oportaln10.com.br/conheca-os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-agua-doce-18150/>. Acesso em: 8 jan. 2019.

NOSCHANG, Patricia Grazziotin. **Soberania Sobre os Recursos Naturais**

Transfronteiriços. Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF). RJLB, Ano 1, 2015.

NOSCHANG, Patricia Grazziotin. **Soberania Sobre os Recursos Naturais Transfronteiriços**. Revista de Direito da Unigranrio. Universidade Unigranrio.

NUNES, Paulo Henrique Faria. A organização do tratado de cooperação amazônica: uma análise crítica das razões por trás da sua criação e evolução. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 13, n.2.2016.

OLIVEIRA, André. **Regimes Internacionais e a Interação entre a OMC e os Acordos Ambientais Multilaterais**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95020/294694.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mai. 2018.

OLIVEIRA, Camila Martins. **A Corte Internacional de Justiça e o Meio Ambiente**: uma análise do caso pesca de baleia na Antártica sob a luz do Direito Internacional para a humanidade no Século XXI. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a1a3170911eaa82c>. Acesso em: 5 jun. 2018.

OLIVEIRA, Nielmar - Repórter da Agência Brasil**. IBGE: 50 Milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza**. Rio de Janeiro. 2017.

OLIVEIRA, Robson Quintino de. Desenvolvimento Amazônico: uma discussão das políticas públicas do Estado Brasileiro. **Revista Eletrônica REFAF**. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponíve em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 11 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e estatuto da corte internacional de justiça**. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm >. Acesso em: 28 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Agenda 21. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Disponível < http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html > Acesso em: 20 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. PNUD. Brasil mantém tendência de avanço no Desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem. Publicado em 14.set.2018. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem-tendencia-de-avanco-no-Desenvolvimento-humano--mas.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU-BR Nações Unidas. OIT: Objetivo sobre pobreza da Agenda 2030 está em risco sem trabalho decente. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-objetivo-sobre-pobreza-da-agenda-2030-esta-em-risco-

sem-trabalho-decente/>. Acesso em: 27 jun. 2018.

OXFAM Internacional. Patentes contra pacientes. Disponível em: <www.maketradefair.org.> Acesso em: 4 dez. 2018.

CARVALHO, Patrícia Luciane de. **Patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos**. São Paulo: Atlas, 2007. https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10297.pdf

PAIM, Gilberto. Artigo – **Amazônia ameaçada: da Amazônia de Pombal à soberania sob ameaça**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Bioma Amazônia**"; Brasil Escola. Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>. Acesso em: 19 fev. 2018

PEREIRA, Rodolfo Viana. **Direito constitucional democrático:** controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Claudia. **Direito ao Desenvolvimento e investimentos estrangeiros.** São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

PHILLIPSON, Olly. **Atlas Geográfico Mundial.** 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda, 2014.

PIES, Willian; GRAF, Claudir Olípio. Artigo **Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a Partir do Método Safe.** Santa Maria, v. 19, n. 2, mai-ago. 2015.

PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e Imigração:** A possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Itália e na União Europeia. Tese de Doutorado. Itajaí – SC. 2014.

PINTO, L.F. Amazônia. 2007. In: Beto Ricardo e Maura Campanili (Editora). **Almanaque Brasil Socioambiental**. Instituto Socioambiental. São Paulo. 2008.

PORTAL AMAZÔNIA. **Entenda a diferença entre Amazônia Legal, Internacional e Região Norte**. Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias/entenda-a-diferenca-entre-amazonia-legal-internacional-e-regiao-norte>. Acesso em 3 set. 2018.

PORTAL DA AMAZÔNIA. Bacia Amazônica. Amazônia de A a Z. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=13>. Acesso em: 13 set. 2018.

PORTELA. Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado:** incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário. Bahia: Jus Podivm. 2015.

PREBISCH, Raúl. Desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Desarrollo Económico**. CEPAL. 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/4/prebisch_desarrollo_problemas.pdf> Acesso em: 18 set. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**: Declaração de

Estocolmo. 1972. > Disponível http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html >

PROJETO RADAM. Unidade de Conservação no Brasil. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/programas/projeto-radam>. Acesso em: 27 set. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997

REI. Fernando; CUNHA, Kamyla. O Brasil e o regime internacional de mudanças climáticas. In: GRANZIERA, M.L.M.; REI, F. (Coords.). **O futuro do regime internacional de mudanças climáticas**: aspectos jurídicos e institucionais. Santos: Edital Livros Produções Editoriais, 2015.

REICH, Johannes. An Interactional Model of Direct Democracy. 2008.

REIS, Arthur Cézar Ferreira**. A Amazônia e a Integralidade do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 2007.

REIS, Deyvini. Artigo – Movimentos Transnacionais na Pan-Amazônica: O papel da COIA na luta dos direitos indígenas. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjI3NzQiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiZjFlNWU4ZGFlNWRhY2ZiN2NlMjYxNzRjYjc4ZWNiNDYiO30%3D>. Acesso em: Acesso em: 18 set de 2019.

RESNIK, David. Developing Drugs for the Developing World: an Economic, Legal, Moral, and Political Dilemma, in Developing World Bioethics.2001.

RESTON, José C. & LIMA, Onildo E. de C. As pequenas empresas e a biodiversidade. In: **Revista SEBRAE.** Nº 2, dez.2001/Jan.2002.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Artigo – **A Condição da Transnacionalidade**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie223empdf.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

RIBEIRO, José Manuel Félix. Globalização Económica e Fragmentação Geopolítica – A Caminho de um Mundo de Equilíbrios Instáveis e Temporários? **Nação e Defesa**, n.º 87. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1998.

RIBEIRO, Nélson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita.** Belém: EDUFPA.2006

RODRIGUES, Bernardo. **Geopolítica dos Recursos Naturais estratégicos sul-americanos no século XXI**. – Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, Ingrid – Artigo Atuação e Missões de Paz. Disponível em: <https://infoonu.wordpress.com/2012/11/16/atuacao-e-missoes-de-paz/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

ROSEMBERG, Bárbara. **Patentes de medicamentos e comércio internacional**: os parâmetros do TRIPS e do direito concorrencial para a outorga de licenças compulsórias. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

RUIZ, José Juste. El régimen internacional para combatir el cambio climático en la

encrucijada. In: GILES CARNERO, R. (Coord.). **Cambio climático, energia y derecho internacional**: perspectivas de futuro. Madrid: Aranzadi, 2012.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o Desenvolvimento administrativo, 1993.

SÁENZ, Rodolfo Canto. **Gobernanza y democracia**. De vuelta al río turbio de la política. Universidad Autónoma de Yucatán. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política da transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Breno Augusto dos. **Recursos minerais da Amazônia**. Estudos Avançados. Vol.16 no.45. São Paulo. May/Aug. 2002 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200009>. Acesso em: 12 set. 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHMIDT, Manfred G. Political performance and types of democracy: Findings from comparative studies. **European Journal of Political Research** 41: 147–163, 2002.

SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica.** Volume Único. Editora Nova Geração,2005.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCRUTON, Roger, **Uma Filosofia Política:** argumentos para o conservadorismo. São Paulo: É Publicações, 2017.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

SELEME, Hugo Omar. Democracia Internacional, Derecho Humano a La Democracia e Intervención Humanitaria. CONICET. Universidad Nacional de Córdoba. **DOXA**, **Cuadernos de Filosofía del Derecho**. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/4031379/Democracia_Internacional_Derecho_Humano_a_la_Democracia_e_Intervenci%C3%B3n_Humanitaria>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A.; VITTE, C. C. S. **A agenda exploratória de Recursos Naturais na América do Sul: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais**. 04/2009, 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina - caminando en una América Latina en transformación. vol. 1, pp.1-15, Montevideo, Uruguai, 2009.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de Desenvolvimento da Amazônia: Motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004

SHAFFER, Gregory. Transnational Legal Process and State Change. **Law & Social Inquiry**. Volume 37, Issue 2, 2012.

SHAFFER, Gregory; COYER Carlos. From International Law to Jessup's Transnational Law, From Transnational Law to Transnational Legal Orders. **Legal Studies Research Paper Series.** No. 20 1 7 – 02. University of California, Irvine ~ School of Law. Disponível em < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2895159 >

SHAPIRO. Ian. **Elementos de La Justicia Democrática. Doxa**. N. 20 (1997). ISSN 0214-8876, pp. 331-376. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14198/DOXA1997.20.12>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2016.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O país do Amazonas**. Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28611.pdf>, p.90. Acesso em: Acesso em: 18 jul. 2018.

SILVA, Ronaldo M. **Um Novo Paradigma: democracia e redes sociais - O fenômeno das redes sociais como instrumento de fraternidade**. In: Seara Filosófica. N. 7, Verão, 2013, p. 39-64. Disponível em < https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/2893 > Acesso : 07 mar de 2019.

SILVA, Thamires Olimpia. Tratado da Antártida. Disponível em: <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/tratado-antartida.html>. Acesso em: 6 jun. 2018.

SINGH, Vinneta. An Impact and Challenges of Sustainable Development in Global Era. **Journal of Economics and Development Studies,** Vol. 2(2), June 2014. Varanasi. India.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **Building Global Democracy**. Chigago Journal of International Law. CJIL, 2000.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **A Global Community of Courts**. Volume 44. Number I, 2003.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **A Typology of Transjudicial Communication.** University of Richmond Law Review. Volume 29. 1994.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas, vol. I. Tradução de: Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOARES, Josemar; CRUZ, Paulo Márcio. Critério ético e Sustentabilidade na sociedade pós-moderna: impactos nas dimensões econômicas, transnacionais e jurídicas. **Revista NEJ** - Eletrônica, Vol. 17 - n. 3 - p. 401-418 / set-dez 2012, p. 412.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Tratado de Tordesilhas"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SOUZA, Maria Cláudia S. Antunes de Souza (Coord). **Avaliação Ambiental Estratégica. Possibilidades e Limites como Instrumento de Planejamento e de apoio à Sustentabilidade**. Arraes Editores. Belo Horizonte. 2015

SOUZA, Michael Wender de Paula. Intróito à soberania absoluta do Estado, a autodeterminação dos povos e a intervenção internacional. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 25 jun. 2010.

SQUELLA, Agustin. Democracia e Igualdad em América Latina. **Doxa**. N. 04 (1987). ISSN 0214-8876, pp. 367-379. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.14198/DOXA1987.4.24>. Acesso em: 7 mar. 2019.

STELZER Joana; GONÇALVES, Everton das Neves. Artigo – **Estado, Globalização e Soberania: Fundamentos políticos jurídicos do fenômeno da Transnacionalidade**. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009.

STELZER, Joana; CRUZ, Paulo Márcio. **Direito e Transnacionalidade**. 1. ed. (ano 2009), 2ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2011.

SUDAM. Legislação da Amazônia. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>. Acesso em: 8 jan. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Petição 3.388 Roraima. 19/03/2009. DJE nº 181 Divulgação 24 set 2009.

TALBOTT, Strobe. Governança Ambiental Global opções e oportunidades. São Paulo: Senac , 2005.

TAVARES, André Ramos. **Direito constitucional econômico**. São Paulo, 2006.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio**: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TOLEDO, André Paiva. **Amazônia Soberania ou Internacionalização**. Belo Horizonte: Editora Arraes. 2012.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos no Limiar do Novo Século e as Perspectivas Brasileiras. **Temas de Políticas Externa Brasileira II,** Gelson Fonseca Júnior (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

UNESCO. AFRICA DEPARTMENT. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/africa-department/about-us/the-department-and-its-missions/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

UNESCO. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2016. **ÁGUA E EMPREGO**. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002440/244041por.pdf>. Acesso em: Acesso em: 20 nov.2018..

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável o desafio do século XXI.** Editora Garamond Ltda. Rio de Janeiro – Brasil, 2010.

VERÍSSIMO, A.; Barreto, P.; Mattos, M.; Tarifa, R. & Uhl, C. Logging impacts and prospects for sustainable forest management in an old Amazonian frontier: the case of Paragominas**. ForestEcology and Management.** Vancouver. 1992.

VICTORIANO, Célia Jurema Aito. **Planeta Água Morrendo de Sede:** Uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos. Porto Alegre-RS: Editora EdipucRS, 2007. Disponível < http://www.pucrs.br/edipucrs/online/planetaagua.pdf >

VIDAL, Ernesto. Representación y Democracia: Problemas actuales. Edición digital a partir de **Doxa**: **Cuadernos de Filosofía del Derecho**, núm. 6 (1989), pp. 165-185. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/representacin-y-democracia--problemas-actuales-0/>. Acesso em: 7 mar. 2019.

VIEIRA, Oscar Vilhena**.** A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. **Sur, Rev. int. direitos humanos.** São Paulo, v. 4, n. 6, p. 28-51, 2007.

VILARINO, Ramon Casas. **Imperialismo e subimperialismo na América do Sul**: os casos Malvinas e Roboré. Carta na Escola (2006a) e Carta Fundamental. São Paulo – SP 2010.

VILLA, Rafael Duarte. Segurança Internacional: novos atores e ampliação da agenda. **Lua Nova** n. 34. São Paulo. Dec. 1994.

VILLASANTE. Tomás R. **Democracias De Iniciativas Populares:** "A Cada Uno Según Sus Necesidades, De Cada Uno Según Sus Capacidades". Issn: 1808 - 799X ano 14, número 23 – 2016 Universidad Complutense de Madrid. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/9600/6721>. Acesso em: 7 mar. 2019.

VILLASANTE. Tomás R. **Estado, sociedade e programações alternativas.** Universidade Complutense de Madri. Madrid. 1997. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_09_ESPACO_ABERTO_-_TOMAS_R_VILLASANTE.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

VILLASANTE. Tomás R. **Existen Democracias Participativas, eficientes y radicales.** Disponível em: <http://www.des-encuentros.quentar.org/textos/pdf/Democracias%20Participativas.pdf>. Acesso em 7 mar. 2019.

VILLASANTE. Tomás R. **Preguntas Sobre Las Democracias Participativas. Proyecto Crítico De Ciencias Sociales.** Universidad Complutense. Disponível em: <http://portugalparticipa.pt/upload_folder/table_data/8beb1db2-d1c2-4241-ab61-f6ffb62e0c91/files/Preguntas_sobre_las_democracias_participativas.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019.

VIOLA, Eduardo. **O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil**, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 17 No 50 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000300003&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 28 mai. 2018.

WORLD BANK GROUP. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/97814648133

06.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

XAVIER, Ana Isabel. **A Organização das Nações Unidas.** Coimbra Portugal, 2007.

ZANETTI, Bruno Marco, **DEMOCRACIA.** Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000038, 10/07/2013. Disponível em: < https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/democracia_-_artigo_-_bruno_marco_zanetti.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

ZIMMERLING. Ruth. El Mito de La Opinión Pública**. Doxa.** N. 14 (1993). ISSN 0214-8876, pp. 97-117. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14198/DOXA1993.14.06>. Acesso em: 7 mar. 2019.

ZUMBANSEN, Peer. **Defining The Space Of Transnational Law**: Legal Theory, Global Governance & Legal Pluralism. Osgoode Hall Law School, York University, Toronto, 2012.

ZUMBANSEN, Peer**. Where The Things Are:** Journeys to Transnational Legal Orders, and Back. Volume I Symposium: Trasnational Legal Orders, and Back. King's College London, 2016.

ZUMBANSEN, Peer; BUCHANAN, Ruth. Approximating Law and Development, Human Rights and Transitional Justice**.** Osgoode Hall Law School of York University Osgoode Digital Commons. **Research Report** No. 40/2013.